



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2006

Quarta-feira - 01 de Junho de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	2	Governador Celso Ramos .....	192	Paraíso .....	429
Água Doce .....	3	Grão Pará .....	193	Passos Maia .....	430
Alto Bela Vista .....	11	Guaramirim .....	194	Paulo Lopes .....	432
Antônio Carlos .....	12	Guarujá do Sul .....	195	Penha .....	434
Ascurra .....	13	Herval d'Oeste .....	196	Peritiba .....	445
Balneário Rincão .....	14	Ibiam .....	200	Petrolândia .....	446
Barra Bonita .....	15	Imbituba .....	245	Pinheiro Preto .....	447
Barra Velha .....	17	Indaial .....	257	Pomerode .....	469
Benedito Novo .....	18	Iomerê .....	260	Porto Belo .....	471
Biguaçu .....	19	Ipumirim .....	261	Porto União .....	472
Blumenau .....	20	Irineópolis .....	263	Pouso Redondo .....	477
Bom Jardim da Serra .....	33	Itá .....	295	Rio dos Cedros .....	496
Bom Jesus do Oeste .....	65	Itaiópolis .....	296	Rio do Sul .....	478
Bom Retiro .....	66	Itapema .....	297	Romelândia .....	513
Botuvera .....	68	Itapiranga .....	298	Santa Rosa do Sul .....	514
Braço do Trombudo .....	69	Itapoá .....	301	Santiago do Sul .....	515
Brusque .....	116	Jaraguá do Sul .....	305	São Bento do Sul .....	516
Caçador .....	121	Joaçaba .....	321	São João do Oeste .....	524
Camboriú .....	127	José Boiteux .....	324	São João do Sul .....	525
Campo Alegre .....	128	Lages .....	325	São Joaquim .....	532
Campo Erê .....	140	Laguna .....	327	São José .....	543
Campos Novos .....	141	Lajeado Grande .....	329	São José do Cedro .....	547
Canelinha .....	142	Lauro Muller .....	333	São Lourenço do Oeste .....	553
Canoinhas .....	143	Leoberto Leal .....	342	São Miguel da Boa Vista .....	556
Capinzal .....	144	Lontras .....	344	São Pedro de Alcântara .....	567
Catanduvas .....	146	Luzerna .....	345	Schroeder .....	569
Caxambu do Sul .....	148	Macieira .....	346	Seara .....	686
Chapadão do Lageado .....	149	Mafra .....	347	Serra Alta .....	688
Chapecó .....	151	Maracajá .....	351	Sombrio .....	693
Cocal do Sul .....	152	Maravilha .....	352	Sul Brasil .....	700
Concórdia .....	153	Marema .....	354	Tigrinhos .....	702
Cordilheira Alta .....	156	Massaranduba .....	359	Timbé do Sul .....	704
Coronel Freitas .....	157	Meleiro .....	364	Timbó .....	705
Corupá .....	158	Mondaí .....	367	Timbó Grande .....	707
Dionísio Cerqueira .....	159	Navegantes .....	368	Tunápolis .....	708
Flor do Sertão .....	164	Nova Trento .....	381	União do Oeste .....	709
Forquilha .....	173	Otacílio Costa .....	387	Urussanga .....	712
Fraiburgo .....	174	Ouro Verde .....	388	Videira .....	713
Galvão .....	186	Paial .....	392	Vitor Meireles .....	724
Garopaba .....	187	Palhoça .....	406	Xanxerê .....	725
Garuva .....	189	Palmitos .....	427	Xavantina .....	726
Gaspar .....	191	Papanduva .....	428	Xaxim .....	727

### Consórcios

AGIR .....	729	Consórcio CISAMA .....	742
CIGA .....	734	CIAPS .....	743
CIMVI .....	736	CIRSURES .....	751
CIS/AMOSC .....	736		
CIS/AMURES .....	740		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)

# Abdon Batista

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 67/2016**

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 77/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 67/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRITA GRADUADA PARA MANUTENÇÃO DAS RUAS DO PERIMETRO URBANO.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 13 de junho de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 25 de maio de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL 68/2016**

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 78/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 68/2016

Objeto: Fornecimento de sistema de tratamento de esgoto baseado em processos biológicos, conforme memorial descritivo e projeto.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 13 de junho de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 25 de maio de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL 69/2016**

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 79/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 69/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 14 de junho de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 31 de maio de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

# Água Doce

## PREFEITURA

### ALTERAÇÃO DE ABERTURA PROCESSO 38/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 22/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 38/2016  
PREGÃO PRESENCIAL 22/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados que o PROCESSO LICITATÓRIO nº 38/2016, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 22/2016", do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", destinado a aquisição de materiais de construção, teve sua abertura alterada para 13/06/2016 às 13h30.

Errata com alterações do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br).

Água Doce, SC, 31 de maio de 2016  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 058/2016

DECRETO Nº 058/2016 - DE 23 DE MAIO DE 2016  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.399, de 09 de dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.399 de 09 de dezembro de 2015, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0679/123 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

16 DEFESA CIVIL	
01 DEFESA CIVIL	
06.182.0026.2.011 MANUTENÇÃO FUNDO MUN.DE DEFESA CIVIL	
3.3.90.00.00.0679/123 Aplicações Diretas.....	R\$ 15.000,00
TOTAL .....	R\$ 15.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de maio de 2016  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 059/2016

DECRETO N.º 059/2016 – DE 25 DE MAIO DE 2016  
"REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO 72/2015 – CONCORRÊNCIA 3/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos XXVIII e XXXI do artigo 72 da Lei Orgânica do Município, combinado com os artigos 3º, 40, incisos I e VI, ambos da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, e;

CONSIDERANDO que o Município, instaurou Processo Licitatório n. 72/2015, na modalidade Concorrência nº 3/2015, visando a Execução de Obras Diversas com Pavimentação em Paralelepípedos, C.A.U.C e Construção de Galeria de Águas Pluviais, no Município de Água Doce, com Recursos do FUNDAM;

CONSIDERANDO pedido de desistência da empresa contratada, e da recusa da segunda colocada em assumir a execução do contrato.

CONSIDERANDO que de acordo com o contido na Súmula 473 do egrégio Supremo Tribunal Federal "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial", como é o caso em apreço;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado integralmente o Processo Licitatório 72/2015, na modalidade Concorrência nº 3/2015, estendendo seu efeito ao contrato nº 80/2015 visando a Execução de Obras Diversas com Pavimentação em Paralelepípedos, C.A.U.C e Construção de Galeria de Águas Pluviais, no Município de Água Doce, com Recursos do FUNDAM.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 25 de maio de 2016.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 060/2016

DECRETO N.º 060/2016 – DE 25 DE MAIO DE 2016  
"ANULAR O PROCESSO LICITATÓRIO 12/2016 – TOMADA DE PREÇO 3/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos XXVIII e XXXI do artigo 72 da Lei Orgânica do Município, combinado com os artigos 3º, 40, incisos I e VI, ambos da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, e;

CONSIDERANDO que o Município, instaurou Processo Licitatório n. 12/2016, na modalidade Tomada de Preço nº 3/2016, visando a Execução de Pavimentação de Vias em Paralelepípedos e Passeios Públicos em Blocos de Concretos Intertravados no Município de Água Doce, com Recursos do FUNDAM;

CONSIDERANDO erro de procedimento na escolha da modalidade

a ser utilizada para o processo.

CONSIDERANDO que de acordo com o contido na Súmula 473 do egrégio Supremo Tribunal Federal "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial", como é o caso em apreço;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica anulado integralmente o Processo Licitatório 12/2016, na modalidade Tomada de Preço nº 3/2016, visando a Execução de Pavimentação de Vias em Paralelepípedos e Passeios Públicos em Blocos de Concretos Intertravados no Município de Água Doce, com Recursos do FUNDAM.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 25 de maio de 2016.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 133/2016**

PORTARIA Nº 133/2016 de 31 de maio de 2016

"DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009.

**Resolve:**

Artigo 1º Fica conferida delegação de atribuições para os servidores ROSANE PUTTON HARTCOFF, brasileira, casada, matrícula nº 902 e FRANCISCO CARLOS PELLICOLI, brasileiro, casado, matrícula nº 21325 para a finalidade específica de assinar pela conta corrente nº 75.284-3 na Agência 0207-0, Banco do Brasil em nome do MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, CNPJ nº 82.939.398/0001-90, a partir de 01/06/2016 com os poderes de:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX- Encerrar contas de depósito;
- XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII- Requisitar talonários de cheques;
- XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV- Emitir cheques;
- XXV- Retirar cheques devolvidos;

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 31 de maio de 2016  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Camila Raquel Macagnan  
Diretora do Dpto de Recursos Humanos



**BALANCETE FINANCEIRO FMAS ABRIL/2016**

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Período: Abril  
Página: 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>878,08</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>9.166,31</b>
RECEITA PATRIMONIAL	513,28	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>9.166,31</b>
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	364,80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.992,86
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.173,45
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>7.000,00</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	7.000,00		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>17.775,23</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>17.439,36</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	434,28	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	542,31
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	9.172,64	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	8.174,64
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	8.168,31	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	8.722,41
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>99.639,86</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>98.687,50</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.364,11	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	67.314,39
BANCO C/ MOVIMENTO	98.275,75	BANCO C/ MOVIMENTO	31.373,11
<b>TOTAL</b>	<b>125.293,17</b>	<b>TOTAL</b>	<b>125.293,17</b>

AGUA DOCE, 29/04/2016

ORLANDO FÁVERO  
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**BALANCETE FINANCEIRO FMS ABRIL/2016****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Abril

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>132.815,80</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>365.071,05</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.197,85	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>362.373,40</b>
RECEITA PATRIMONIAL	7.560,51	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	217.470,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	119.057,44	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	138.612,15
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.000,00	INVESTIMENTOS	6.291,00
		<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.697,65</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.697,65
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>245.017,93</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	245.017,93		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>835.658,84</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>954.134,38</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	47.175,22	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	51.714,37
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	368.445,60	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	420.819,17
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	420.038,02	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	460.953,84
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	20.647,00
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>1.562.199,39</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>1.456.486,53</b>
BANCO C/ MOVIMENTO	1.562.199,39	BANCO C/ MOVIMENTO	1.456.486,53
<b>TOTAL</b>	<b>2.775.691,96</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.775.691,96</b>

AGUA DOCE, 29/04/2016

\_\_\_\_\_  
ORLANDO FÁVERO

Titular da Unidade

\_\_\_\_\_  
NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**BALANCETE FINANCEIRO SIMA ABRI/2016**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas  
 Exercício de 2016  
 Período: Abril  
 Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>73.261,51</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>58.914,54</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	30.210,20	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>58.914,54</b>
RECEITA PATRIMONIAL	20.020,73	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	58.914,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.711,69		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	17.318,89		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>152.756,64</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>162.833,98</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	207,81	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	213,76
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	70.514,54	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	82.034,29
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	82.034,29	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	80.585,93
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>2.059.020,89</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>2.063.290,52</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.980.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.000.000,00
BANCO C/ MOVIMENTO	79.020,89	BANCO C/ MOVIMENTO	63.290,52
<b>TOTAL</b>	<b>2.285.039,04</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.285.039,04</b>

AGUA DOCE, 29/04/2016

ELIAS VIECELI  
 Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI  
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA FMAS - 2º BIMESTRE**

Betha Sistemas

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Exercício de 2016

**FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

2º bimestre

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 02/2016	Bimestre Mar/Abr/2016	Total até Abr/2016
RECEITAS				
RECEITA PATRIMONIAL	3.460,00	673,45	685,74	1.359,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	184.413,00	24.608,11	547,20	25.155,31
TOTAL DA RECEITA :	187.873,00	25.281,56	1.232,94	26.514,50
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE				
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE	307.873,00	30.461,35	19.733,84	50.195,19
Total da Entidade:	307.873,00	30.461,35	19.733,84	50.195,19
TOTAL DA DESPESA :	307.873,00	30.461,35	19.733,84	50.195,19

AGUA DOCE , 29/04/2016

---

ORLANDO FÁVERO  
Titular da Unidade

---

NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA FMS - 2º BIMESTRE**

Betha Sistemas

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Exercício de 2016

**FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

2º bimestre

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 02/2016	Bimestre Mar/Abr/2016	Total até Abr/2016
RECEITAS				
RECEITA TRIBUTÁRIA	39.700,00	31.162,28	4.938,18	36.100,46
RECEITA PATRIMONIAL	13.158,00	13.470,33	17.346,87	30.817,20
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.748.130,00	329.031,74	240.825,42	569.857,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.869,55	80,06	542,50	622,56
ALIENAÇÃO DE BENS	23.800,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	242.200,00	0,00	5.378,62	5.378,62
TOTAL DA RECEITA :	2.069.857,55	373.744,41	269.031,59	642.776,00
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE				
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUA DOCE	4.677.045,00	1.424.608,05	919.122,27	2.343.730,32
Total da Entidade:	4.677.045,00	1.424.608,05	919.122,27	2.343.730,32
TOTAL DA DESPESA :	4.677.045,00	1.424.608,05	919.122,27	2.343.730,32

AGUA DOCE , 29/04/2016

\_\_\_\_\_  
ORLANDO FÁVERO

Titular da Unidade

\_\_\_\_\_  
NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA SIMA - 2º BIMESTRE**

Betha Sistemas

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Exercício de 2016

**FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

2º bimestre

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 02/2016	Bimestre Mar/Abr/2016	Total até Abr/2016
RECEITAS				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	174.500,00	58.291,77	60.991,79	119.283,56
RECEITA PATRIMONIAL	123.700,00	39.704,32	40.830,71	80.535,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	69.500,00	11.035,18	10.976,19	22.011,37
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	178.725,00	31.389,81	33.411,85	64.801,66
TOTAL DA RECEITA :	546.425,00	140.421,08	146.210,54	286.631,62
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE				
FUNDO MUN.DE ASSITÊNCIA DE ÁGUA DOCE - SIMA	546.425,00	167.829,25	126.888,36	294.717,61
Total da Entidade:	546.425,00	167.829,25	126.888,36	294.717,61
TOTAL DA DESPESA :	546.425,00	167.829,25	126.888,36	294.717,61

AGUA DOCE , 29/04/2016

---

ELIAS VIECELI  
Presidente do SIMA

---

NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0



# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2203 DE 25 DE MAIO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Decreto nº 2203, de 25 de Maio de 2016.

NOMEIA COMISSÃO PREPARATÓRIA MUNICIPAL DA 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal De Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para compor a Comissão Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades, do Município de Alto Bela Vista, as pessoas abaixo mencionadas:

Catia Tessmann Reichert  
Vilmar José Zonta  
Cristiano Alex Auler  
Admar Amant  
Silvano Finger  
Altair Rekshause  
Cleide Maria Nilson Bourckhardt  
Mirian Schneider  
Edson Hoffmann  
Jacinta Buenos da Silva  
Leocilvio Barison  
Darlei Kruger  
Elonir Dilson Gastmann  
Neudir Schuck  
Hildegard Becker  
Lourdes Koller  
Leunice Grätner  
Diego Marciano Ferrari  
Jussara Rettore Rekshause  
Rosangela Freis Schwingel  
Vanda Gastmann  
Carline Funckler  
Elio Alfredo Lohmann  
Marcos Dahmer  
Joelson Roberto Wuaden

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 25 de maio de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

### LEI MUNICIPAL Nº 695 DE 30 DE MAIO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA ÁREA DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O perímetro Urbano do município de Alto Bela Vista, passa a ter a dimensão do espaço territorial ampliado, conforme Memorial Descritivo em anexo parte integrante desta lei.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n.º 655, de 21 de Novembro de 2014.

Centro Administrativo Municipal, 30 de Maio de 2016.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fatima Lorete Klein da Silva  
Responsável Pelas Publicações

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2016

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2016

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de sementes de milho e adubo químico para atendimento à demanda da gerência de agricultura.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 14/06/2016.

Abertura: às 09h do dia 14/06/2016.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.altobelavista.sc.gov.br](http://www.altobelavista.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 24 de maio de 2016.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 142/2014;** EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº. 142/2014; Origem: Processo Licitatório nº 079/2014 - Carta Convite nº 009/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC. Contratada: JOICE PINNING FUHRMANN; Objeto: aditar prazo e reajustar o valor do presente contrato, que consiste na "contratação de prestação de serviços de Responsabilidade de controle técnico, químico, orientação e assessoria na manutenção da qualidade de água, com coleta e análise conforme portaria MS 2914 de 12/12/2011, em solução alternativa de abastecimento de água, água produzida e fornecida para Escolas da rede municipal em atividades enquanto a situação persistir do Município de Antônio Carlos/SC"; Prazo Aditado: 12 (doze) meses. Novo vencimento: 01 de junho de 2017. Valor: O novo valor anual será de R\$ 13.961,43 (treze mil novecentos e sessenta e um reais e quarenta e três centavos).

Antônio Carlos, 31 de maio de 2016.  
Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA N 210/2016**

PORTARIA Nº 210/2016  
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, VERIDIANA BRESCIANI CORREA, do cargo temporário de MONITOR TRANSPORTE ESCOLAR, a partir de 01 de junho de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 31 de maio de 2016.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de junho de 2016.

### **PORTARIA N 211/2016**

PORTARIA Nº 211/2016

Nomeia a Comissão Especial para gerir as festividades municipais no ano de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56 da Lei Orgânica do Município,

Resolve:

Art. 1º – Designar os seguintes servidores ativos e pessoa civil para comporem a Comissão Especial para gerir as festividades no Município de Antônio Carlos/SC.

- Vagner da Costa, como presidente;
- Melissa Lôndero Rupp, como membro;
- Eliane Nunes de Oliveira Folganes; como membro;
- Jaisson Basei; como membro;
- Luciana Scussel Deça Neves, como membro;
- Idineia Carla Bioeu, como membro;
- Irani Hipólito da Silva, como membro;
- Silvério Petri, como membro.

Art. 2º. - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 31 de maio de 2016.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a Portaria em 01 de junho de 2016.

# Ascurra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 90/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato nº 90/2016 ref. Pregão Presencial n. 43/2016

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Terraplanagem Zimath LTDA - ME

CNPJ n. 07.971.850/0001-86

Objeto: O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de horas máquinas, para execução de serviços de melhorias nas estradas municipais, e outros serviços públicos municipais de terraplanagem na zona rural e urbana deste município, para o exercício de 2016, conforme tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QNTD	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	HORAS DE TRATOR ESTEIRA 14 TONELADAS.	200	HORAS	R\$ 180,00	R\$ 36.000,00
2	HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA 22 TONELADAS.	700	HORAS	R\$ 170,00	R\$ 119.000,00
5	HORAS DE CAMINHAO CACAMBA 12 TONELADAS - 6X4.	200	HORAS	R\$ 80,00	R\$ 16.000,00
9	HORAS DE RETROESCAVADEIRA - 4X4.	200	HORAS	R\$ 85,00	R\$ 17.000,00

Valor total do contrato: R\$ 188.000,00

Vigência: 31/12/2016

Ascurra, 1º de junho de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

### LEI Nº 1457, de 24/05/2016

LEI Nº 1457, de 24 de Maio de 2016.

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE e dá outras providências.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, até o valor de R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais), no âmbito do programa de infraestrutura Econômica, Social e Turística, Urbana e Rural, destinados à REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA JULIA BONELI E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA ONORATA ZONTA DALFOVO (Creches Municipais) observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maior de 2000.

Art. 2º - Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE autorizado a vincular em garantia da operação de crédito, em caráter irrevogável e irretratável, as quotas partes de receitas advindas do FPM e/ou ICMS.

Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições constantes na Lei nº 1.439, de 15 de dezembro de 2015.

Município de Ascurra em, 24 de maio de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,

Município de Ascurra em, 24 de maio de 2016.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 043/PMBR/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 043/PMBR/2016

OBJETIVO: O Município de Balneário Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação a contratação da empresa, para execução de 150 (Cento e cinquenta) horas de suporte técnico aos sistemas e banco de dados, já instalados e utilizados pelo Município de Balneário Rincão/SC., durante o ano de 2016.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

CONTRATANTE: Município de Balneário Rincão - SC, através da Secretaria de Administração e Finanças.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 27/05/2016, por Valberto Berkenbrock - Secretário de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: em 27/05/2016, por Décio Gomes Góes - Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Balneário Rincão, 27 de Maio de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/FMS/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/FMS/2016

Tipo: MENOR PREÇO.

Data e horário da sessão de abertura: 13/06/2016 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de medicamento para atendimento de "Processo Judicial", no Município de Balneário Rincão - SC., durante o ano de 2016.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão - SC, 31 de Maio de 2016.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

### **AVISO DE PRORROGAÇÃO TP Nº. 042/PMBR/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO TOMADA DE PREÇOS Nº. 042/PMBR/2016

Considerando a imperiosa necessidade de contratação pelo Município dos serviços estipulados na forma prevista pelo instrumento convocatório preambular e suas respectivas alterações; Considerando que não acudiram interessados na competição em voga.

O Presidente da Comissão de Licitações, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que:

1. A Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº. 042/PMBR/2016, cujo objeto é a contratação de empresas do ramo pertinente para Construção de uma Academia ao Ar Livre no Bairro Pedreiras - (Lote 01) de acordo com a Proposta de Transferência Nº. 0000017484 - Programa de Transferência Nº. 20160055579, uma Academia ao Ar Livre no Bairro Barra Velha e uma Academia ao Ar Livre no Bairro Zona Sul (Lote 02) de acordo com a Proposta de Transferência Nº. 0000017403 - Programa de Transferência Nº. 2016005216 no Município de Balneário Rincão/SC., com abertura programada para o dia 31/05/2016, às 17h00min horas, SERÁ REABERTA NO DIA 17/06/2016, 14h00min, até às 13h45min, serão recebidos os envelopes de habilitação e Propostas, e dado início ao certame, uma vez que para a licitação inicialmente programada, não houve apresentação de propostas, caracterizando-a deserta.

2. Esclarece-se, ainda, que ficam mantidas todas as condições e exigências estabelecidas no edital supracitado.

Balneário Rincão, 31 de Maio de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

# Barra Bonita

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 856/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.**  
**"INSTITUI TURNO ÚNICO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E SUSPENDE TEMPORARIAMENTE A CONCESSÃO E PAGAMENTO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVI**

DECRETO Nº 856/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.

"INSTITUI TURNO ÚNICO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E SUSPENDE TEMPORARIAMENTE A CONCESSÃO E PAGAMENTO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DARCI JOÃO FRIZON, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 73 em seus incisos VI e XXXIX, da Lei Orgânica Municipal de 11 dezembro de 1997,

CONSIDERANDO que a jornada única de trabalho na Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Agricultura reduz despesas sem prejuízo administrativo à população, uma vez que permanecem mantidas a prestação e atendimentos dos serviços essenciais.

CONSIDERANDO que a arrecadação através das receitas de impostos e transferências constitucionais ao município não estão sendo proporcionais ao aumento das despesas devido à inflação registrada;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção dos serviços essenciais e equilíbrio financeiro no âmbito municipal;

### DECRETO

#### CAPITULO I

##### DAS HORAS EXTRAS

Art. 1º. Ficam provisoriamente suspensas às atividades extraordinárias, e, ficam suspensos os pagamentos a elas relacionados dos servidores públicos da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Paragrafo Único: Não se enquadram na vedação disposta no caput deste artigo, as atividades públicas dos demais servidores públicos municipais, bem como os serviços públicos essenciais, emergenciais e/ou de relevante e irrefutável interesse público, especialmente àqueles que possam causar prejuízos à sociedade em geral.

#### CAPITULO II

##### DO TURNO ÚNICO

Art.2º. Fica instituído a partir de 01 de junho de 2016 turno único de expediente aos servidores públicos da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

§1º. Os Servidores aludidos no presente artigo observarão o cumprimento da jornada de trabalho, das 07h00min horas às 13h00min.  
Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o decreto 842/2016.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se na forma da lei.

**PORTARIA N.º 144 DE 24 DE MAIO DE 2016.**  
**"DISPENSA SERVIDORA TEMPORÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"**

PORTARIA N.º 144 de 24 de maio de 2016.

"Dispensa servidora temporária e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado

Resolve;

Art. 1º - Dispensar a servidora, Marcia Bogus matricula nº 376805, contratada temporariamente, ocupante do cargo de Professora II, sob regime estatutário e regime geral da Previdência Social, com jornada de trabalho de 20 horas semanal, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei, a partir desta data.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 24 de maio de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

**PORTARIA N.º 147, DE 31 DE MAIO DE 2016.**  
**"EXONERA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"**

PORTARIA N.º 147, de 31 de maio de 2016.

"Exonera servidor e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve;

Art. 1º - Fica exonerado o servidor Dilson José Buratti, ocupante do cargo de Diretor Geral de Departamento, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, sob regime Geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei, a partir desta data.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 31 de maio de 2016.

Darci João Frizon  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.  
Servidor Responsável

**PORTARIA Nº 148, DE 31 DE MAIO DE 2016. "EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

PORTARIA Nº 148, de 31 de maio de 2016.  
"Exonera servidora e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve;

Art. 1º - Fica exonerada a servidora Aurélia Terezinha Boff dos Santos, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, sob regime Geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei, a partir desta data.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.  
Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 31 de maio de 2016.

Darci João Frizon  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.  
Servidor Responsável

**PORTARIA Nº 145, DE 30 DE MAIO DE 2016. "CONCEDE DIÁRIA, ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

PORTARIA Nº 145, de 30 de maio de 2016.  
"Concede diária, adiantamento e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.  
Resolve.

Art.1º- Conceder 1,0 (uma) diária ao Senhor Maximino da Silva Dias, Matrícula nº 177203, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 121,00 (cento e vinte e um reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Lages/SC, conforme Memorando Nº025/2016 e Roteiro de Viagem nº010/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Lages/SC, conforme Memorando nº026/2016, da Secretaria Municipal de Saúde.  
Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 30 de maio de 2016.  
Darci João Frizon  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**PORTARIA Nº 146, DE 30 DE MAIO DE 2016. CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AO SERVIDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PORTARIA Nº 146, de 30 de maio de 2016.  
Concede Licença-Prêmio ao servidor e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Art.º108, da Lei Complementar Nº037, de 07 de novembro de 2011.

Resolve,

Art. 1º - Conceder pecúnia de 50% da Licença-Prêmio ao servidor Luiz Gibrail Dresch, matrícula nº12603, ocupante do Cargo de Operador de Equipamento, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Administração, indenizando o mês de maio usufruindo no período de 01 de junho a 30 de junho de 2016.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 30 de maio de 2016.  
Darci Joao Frizon  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei nº065/97.  
Servidor Responsável

**PORTARIA Nº 149 DE 31 DE MAIO 2016. NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PORTARIA Nº 149 DE 31 DE MAIO 2016.  
NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal do Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art.1º Designar: Robert Francisco Giongo, Delcira Gubert e Alencar Barbieri, todos funcionários públicos municipais, para sob a Presidência do primeiro, comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DE PROCESSO SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo instaurado através do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 02/2016.

Art.2º Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º Fica vedada a inscrição de parentes no referido Processo Seletivo, das pessoas acima nomeadas para a comissão e dos profissionais contratados para a elaboração das referidas provas;

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita- SC, 31 de maio de 2016.  
DARCI JOÃO FRIZON  
Prefeito Municipal



# Barra Velha

## PREFEITURA

### **ERRATA 001 PP 031/2016 PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 042/2016 - Pregão Presencial nº 031/2016

AVISO DE ERRATA 001/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para aquisição de material para manutenção da rede de iluminação do município de Barra Velha. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 14/06/2016 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 14/06/2016 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 31 de maio de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito.

### **PP 004/2016 FMAS**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 004/2016 – FMAS - Pregão Presencial nº 004/2016-FMAS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Lote, para aquisição de hortifrutigranjeiro para Secretaria de Assistência Social, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 14/06/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 14/06/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 31 de maio de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 62/2016 - ANULA PROCESSO LICITATÓRIO

DECRETO Nº 62/2016, de 30 de maio de 2016.

Anula o Processo Licitatório Pregão Presencial nº 38/2016, pela ausência de interessados "Licitação Deserta".

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito Municipal de Benedito Novo, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, "n", e;

Considerando que o procedimento foi regularmente processado e ficou caracterizado o desinteresse de nenhum licitante na participação do processo licitatório;

Considerando o amparo do Inciso V do Art. 24, da Lei nº 8.666/1993: "Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas";

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulado o processo licitatório Pregão Presencial nº 38/2016, pela carência de interessados na habilitação e propostas dos licitantes.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Município de Benedito Novo, aos 30 de maio de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 62/2016 foi publicado e registrado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 30 de maio de 2016.

Marília Panoch

Agente Administrativo

### EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 52/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 52/2016

Referente: Processo Licitatório nº 25/2016

Contratada: DEA BRASIL DESFIBRILADORES LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS/MATERIAL PERMANENTE ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS, INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E AMBULATORIAIS RELACIONADOS AO PROCESSO Nº 25000.140770/2014-29 E PROPOSTA Nº 10624.466000/1140-03, FIRMADO COM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BENEDITO NOVO

Finalidade do Aditivo: ADITIVO DE PRAZO DE ENTREGA

Vigência da entrega: 24/05/2016 a 30/06/2016

Data Assinatura: 24/05/2016

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

# Biguaçu

## CÂMARA MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 04/2016 (CARTA CONVITE)

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO – CONVITE Nº 004/2016

A Comissão de Licitação da Câmara de Vereadores de Biguaçu, no exercício de suas atribuições que lhe confere na portaria nº 095/2016, de 25 de abril de 2016, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 08 de junho de 2016, com a entrega dos envelopes até às 14h00min, e abertura às 14h30min horas, também no dia 08 de junho de 2016, no endereço: Rua Hermógenes Prazeres, n. 79, Comercial Nagib Garcia, Centro – Biguaçu – SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 004/2016 na MODALIDADE CARTA CONVITE, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para aquisição de Materiais Permanentes e de Informática, para atender a demanda da CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU durante o ano de 2016, conforme descrições, especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência (anexo I e II do Edital). Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da Câmara Municipal de Biguaçu, mediante a apresentação de um pen-drive ou pelo e-mail: cmb.licitacao@yahoo.com.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (48) 3243-4233 – Ramal 217.

Biguaçu/SC, 31 de maio de 2016.

Vilson Norberto Alves

Presidente da Câmara de Vereadores

# Blumenau

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 420/2016 - SEMUS

Portaria nº. 420/2016/SEMUS.

Institui diretrizes para operacionalização do Sistema de Regulação no Município de Blumenau.

Maria Regina de Souza Soar Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições que lhe confere e:

Considerando a Política Nacional de Regulação instituída pela Portaria GM/MS nº. 1.559, de 1º de agosto de 2008, que prevê a operacionalização da regulação do acesso por meio de Centrais de Regulação, visando oferecer ao sistema uma capacidade de responder às demandas e às necessidades de saúde de seus usuários nas diversas etapas do processo assistencial de forma rápida, qualificada, integral, universal e gratuita;

Considerando a Deliberação nº. 40/CIB/2013, de 21 de fevereiro de 2013, que aprova o Plano de Organização das Centrais de Regulação para o Estado de Santa Catarina;

Considerando a Deliberação nº. 370/CIB/2013, de 22 de agosto de 2013, que altera o escopo estabelecido para a organização das Centrais de Regulação Macrorregionais;

Considerando a Deliberação nº. 132/CIB/2015, de 29 de junho de 2015, que cria a Câmara Técnica de Regulação objetivando a discussão contínua sobre a gestão do acesso e as implicações da regulação nos diferentes níveis de atenção a saúde;

Considerando a necessidade de organizar a demanda e regular o acesso das consultas especializadas e exames no Município de Blumenau, definindo instrumentos, competências, fluxos e responsabilidades para a Central de Regulação de Blumenau, organizar a oferta conforme a necessidade e operacionalizar suas atividades regulatórias;

Considerando a necessidade de regulamentar o funcionamento da Central de Regulação de Blumenau e o processo de agendamento de consultas e exames especializados através do Sistema Nacional de Regulação – SISREG;

#### RESOLVE:

Art. 1º Aplicar no âmbito da Central de Regulação de Blumenau as diretrizes constantes no anexo da Deliberação 047/CIB/2016, que constitui o anexo único deste ato normativo.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor no dia 01º de junho de 2016.

Secretaria Municipal de Saúde, em 30 de maio de 2016.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Saúde

### PORTARIA Nº 420/2016 - SEMUS - ANEXO I

GOVERNO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Saúde

Comissão Intergestores Bipartite

#### DELIBERAÇÃO 047/CIB/2016

A Comissão Intergestores Bipartite, no uso de suas atribuições, em sua 200ª reunião ordinária do dia 31 de março de 2016,

Considerando a Política Nacional de Regulação instituída pela Portaria GM/MS nº 1.559, de 1º de agosto de 2008, que prevê a operacionalização da regulação do acesso por meio de Centrais de Regulação, visando oferecer ao sistema uma capacidade de responder às demandas e às necessidades de saúde de seus usuários nas diversas etapas do processo assistencial de forma rápida, qualificada integral, universal e gratuita;

Considerando a Deliberação nº 40/CIB/13, de 21 de fevereiro de 2013, que aprova o Plano de Organização das Centrais de Regulação para o Estado de Santa Catarina;

Considerando a Deliberação nº 370/CIB/13, de 22 de agosto de 2013, que alterara o escopo estabelecido para organização das Centrais de Regulação Macrorregionais nos Capítulos 3 e 6 do Plano Estadual de Organização das Centrais de Regulação, anexo à Deliberação nº 40/CIB de 21 de fevereiro de 2013;

Considerando a Deliberação nº 132/CIB/15, de 29 de junho de 2015, que cria a Câmara Técnica de Regulação objetivando a discussão contínua sobre a gestão do acesso e as implicações da regulação nos diferentes níveis de atenção a saúde;

Considerando a necessidade de organizar a demanda e regular o acesso das consultas especializadas e exames no Estado de Santa Catarina, definindo instrumentos, competências, fluxos e responsabilidades para as Centrais de Regulações Ambulatoriais organizarem a oferta conforme necessidade e operacionalizarem suas atividades regulatórias;

Considerando a necessidade de regulamentar o funcionamento das Centrais de Regulação Ambulatoriais e o processo de agendamento de consultas e exames especializados através do Sistema Nacional de Regulação - SISREG em Santa Catarina.

#### APROVA

Art. 1º As Diretrizes para operacionalização das Centrais de Regulação Ambulatoriais no Estado de Santa Catarina (Diretrizes em Anexo).

Parágrafo Único: Estas diretrizes deverão ser utilizadas por todas as Centrais de Regulação Ambulatoriais implantadas no Estado de Santa Catarina a partir da data de publicação desta Deliberação. Florianópolis, 31 de março de 2016.

JOÃO PAULO KLEINUBING

Coordenador CIB/SES

Secretário de Estado da Saúde

SIDNEI BELLE

Coordenador CIB/COSEMS

Presidente do COSEMS

**PORTARIA Nº 420/2016 - SEMUS - ANEXO II**

ANEXO DELIBERAÇÃO Nº 047/CIB/2016

DIRETRIZES PARA OPERACIONALIZAÇÃO DAS  
CENTRAIS DE REGULAÇÃO AMBULATORIAIS  
NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 1º REGULAMENTAR o processo de agendamento de consultas e exames especializados através do Sistema Nacional de Regulação – SISREG em Santa Catarina.

Art. 2º A porta de entrada do usuário no Sistema Municipal de Saúde é a Estratégia de Saúde da Família e o Centro de Saúde de sua área de abrangência, sendo responsável pela ordenação do acesso aos serviços especializados, tendo o SISREG como ferramenta para o gerenciamento de suas cotas, organização das suas listas de espera, bem como do agendamento das consultas e exames especializados da garantia de acesso.

**CAPÍTULO I – DA COORDENAÇÃO DO ACESSO**

Art. 3º O Complexo Regulador Estadual é o coordenador do acesso aos serviços especializados de saúde, ambulatorial e hospitalar, sob gestão estadual, e as Centrais de Regulação Ambulatoriais Municipais, do acesso aos serviços especializados de saúde, sob gestão municipal, de acordo com as pactuações previstas na PPI - Programação Pactuada e Integrada, PDR - Plano Diretor de Regionalização e PDI - Plano Diretor de Investimentos de SC.

Art. 4º O acesso aos serviços especializados de saúde será definido a partir da aplicação de três conceitos, que são: Rotina, Prioridade e Urgência, e é a escolha do conceito que define se o acesso será disponibilizado através da Regulação, ou da fila de espera. No entanto, caberá ao profissional regulador classificar o risco. As cores serão aplicadas no perfil regulador do SISREG.

§ 1º. Rotina: são considerados “encaminhamentos de rotina”, todos aqueles que não possuem nenhuma referência quanto à gravidade e/ou prioridade de marcação.

a) Para os encaminhamentos de rotina haverá apenas um critério de inserção na lista de espera, que é o cronológico (ordem de chegada).

b) Os Centros de Saúde devem inserir todos os encaminhamentos de rotina na lista de espera do SISREG.

c) Os casos considerados rotina serão aqueles que obtiveram a cor verde e/ou azul na classificação de risco e devem ser integralmente regulados pela equipe da Atenção Básica.

§ 2º Prioridade: São aqueles encaminhamentos:

I- Em que a demora na marcação altere sobremaneira a conduta a ser seguida; ou

II- Cujas demoras implique em quebra do acesso a outros procedimentos como, por exemplo: a realização de cirurgias;

III- Gestantes (para atendimento aos procedimentos inerentes ao pré-natal ou situações clínicas que podem agravar a gestação).

a) Caberá aos reguladores avaliar cada situação e decidir com base nos critérios clínicos e de prioridade pela aprovação, devolução, ou negação, devendo aplicar a classificação de risco e ordenamento do paciente em espera no perfil regulador;

b) Os Centros de Saúde devem inserir todos os encaminhamentos prioritários na Regulação, com justificativa clínica e hipótese diagnóstica;

c) A prioridade no atendimento deve ser registrada pelo médico,

enfermeiro, outros profissionais de nível superior, ou indicada pelo Coordenador do Centro de Saúde, sendo obrigatório o preenchimento da justificativa.

§ 3º. Urgência: São os encaminhamentos que não podem, em hipótese alguma, ser inseridos e aguardar em lista de espera, sob pena de graves comprometimentos clínicos e/ou físicos ao usuário.

a) O regulador classificará como vermelho ou amarelo os procedimentos de urgência;

b) Os Centros de Saúde devem inserir todos os encaminhamentos de urgência na Regulação, com justificativa clínica e hipótese diagnóstica, fornecidas pelo médico assistente.

§ 4º. Procedimentos 100% regulados – são procedimentos que não podem ser inseridos em fila de espera e necessitam da descrição da hipótese diagnóstica, justificativa clínica, além do nome do profissional e o número do Conselho Profissional correspondente.

a) Os encaminhamentos prioritários e urgentes devem ser inseridos na regulação, obedecendo aos fluxos de acesso vigentes, com descrição da hipótese diagnóstica, justificativa clínica, além do nome do profissional e o número do Conselho Profissional correspondente;

b) O regulador aplicará a classificação de risco e somente para os procedimentos 100% regulados deverá ordenar no ambiente da regulação todos os casos, quais sejam vermelhos, amarelos, verde ou azuis, sendo facultativo a devolução dos casos azuis de volta para a atenção básica.

PARÁGRAFO ÚNICO. É vetada a inserção de casos urgentes e procedimentos 100% regulados na lista de espera.

**CAPÍTULO II – DA LISTA DE ESPERA E MARCAÇÃO DE CONSULTAS E EXAMES**

Art. 5º Todos os procedimentos conceituados como rotina e classificados como verde ou azul, deverão ser inseridos na Lista de Espera do SISREG, gerando uma organização por Centro de Saúde e por especialidade, que resultará em agendamentos de acordo com a ordem cronológica e a cota de cada unidade.

Art. 6º A utilização do SISREG através da Central Estadual de Regulação Ambulatorial deverá ser procedida somente para os procedimentos ainda sem oferta no SISREG Municipal, devendo neste caso, seguir as regras de inserção da Central Estadual e estar de acordo com as pactuações da PPI vigentes.

**CAPÍTULO III – DO AGENDAMENTO DE RETORNO PARA CONSULTAS ESPECIALIZADAS**

Art. 7º O agendamento de retornos será realizado, pelo marcador, obedecendo aos seguintes critérios:

a) O marcador deve verificar junto ao usuário, se existem exames para serem mostrados e se já está com os resultados;

b) Verificar o prazo mínimo para a marcação da consulta de retorno;

c) A solicitação de retorno deverá ser realizada com o mesmo número de cartão nacional de saúde que foi realizado a primeira consulta.

PARÁGRAFO ÚNICO: É facultativo para cada Central de Regulação Ambulatorial o agendamento dos retornos. Podendo ser agendado pela Central de Regulação ou pelo prestador de serviço.

**CAPÍTULO IV - DO CANCELAMENTO DE SOLICITAÇÕES**

Art. 8º Cancelamento: É o ato de excluir procedimentos no SISREG, podendo ocorrer nas seguintes situações:

§ 1. Procedimentos pendentes na lista de espera – são aqueles que ainda não foram agendados, mas guardam um lugar na lista de espera para um determinado procedimento.

a) O cancelamento desses procedimentos deve ser feito pela Central de Regulação, por meio de solicitação via email, e é obrigatório o encaminhamento do nome do usuário, código da solicitação e o motivo do cancelamento;

b) Será permitido ao Centro de Saúde excluir o usuário da Lista de Espera, quando:

- i. Ao contatá-lo, o telefone for inexistente, não completar a ligação ou ter sido modificado por qualquer natureza;
- ii. Na tentativa de localização, por meio do Agente Comunitário de Saúde, seu endereço estiver errado, impedindo a sua localização;
- iii. Desistir da realização do procedimento (consulta ou exame);
- iv. De seu falecimento;
- v. De mudança de cidade;
- vi. Houver comprovadamente, duplicidade na inserção da lista de espera.

§ 2. Procedimentos aprovados – são aqueles que foram agendados e possuem local, data e hora de atendimento. Podem ter sido marcados pela lista de espera, pela regulação, ou pelo marcador com vaga na tela. O cancelamento desses procedimentos deve ser feito atendendo solicitação do usuário, (que deverá devolver a autorização do SISREG) ou quando as tentativas de localização do usuário não obtiveram sucesso. Devem ser realizados pela Unidade Solicitante, sendo obrigatória a retenção da autorização do agendamento na Unidade.

§ 3. Procedimentos inseridos inadequadamente na regulação – e que tenham sido devolvidos pelos reguladores com a indicação de cancelamento. Para esta situação, o cancelamento deve ser feito pelo marcador, na opção “Nova Situação” – cancelamento.

Art. 09º Os Centros de Saúde devem realizar o cancelamento no SISREG com antecedência mínima de 72 horas da data de realização do procedimento.

**CAPÍTULO V – DAS ATRIBUIÇÕES DA CENTRAL DE REGULAÇÃO AMBULATORIAL**

Art. 10º Ao Administrador do SISREG compete:

I - Ativar ou desativar Unidades de Saúde (públicas, filantrópicas ou privadas), previamente configuradas no SISREG, através de carga de arquivos advindas do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

II - Cadastrar todos os operadores: solicitantes (marcadores); executantes (prestadores públicos, filantrópicos e privados); reguladores (médicos, dentistas e outros) e administradores do sistema. Para o cadastro do operador solicitante, é necessário o encaminhamento do Termo de Responsabilidade, assinado pelo coordenador da unidade e pelo marcador. (Anexo);

III - Conferir a lista de profissionais das Unidades de Saúde (Solicitantes e Executantes). Cadastrar, vincular ou excluir os Profissionais de nível superior, mediante solicitação por escrito do Coordenador Local;

IV - Cadastrar e configurar todos os procedimentos oferecidos pelo SISREG;

V - Programar os parâmetros que serão utilizados pelo sistema;

VI - Cadastrar os Tetos dos procedimentos/Unidades, apontados pelas Áreas de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria;

VII - Criar, alterar ou excluir as escalas (agendas) de procedimentos (consultas e exames especializados) por prestador (públicos, filantrópicos ou privados);

VIII - Cadastrar a PPI no SISREG – Ação exclusiva de Controle e Avaliação que poderá ser realizada pelo administrador do SISREG somente com autorização formal das Áreas de Controle, Avaliação e Auditoria;

IX - Cadastrar as cotas por unidade, indicadas pelas Áreas de Controle e Avaliação, responsável por reavaliar trimestralmente os parâmetros de definição das cotas;

X - Cadastrar as proximidades no sistema;

XI - Ajustar as cotas das unidades, de acordo com o monitoramento do SISREG;

XII - Garantir o suporte técnico do sistema aos operadores, às Unidades Executantes, Unidades Solicitantes (Centros de Saúde), e todos os municípios pactuados;

XIII - Autorizar os cancelamentos das consultas e exames, de acordo com o Art. 8º desta normativa, garantindo o reaproveitamento das vagas;

XIV - Realizar inserção de agendas e profissionais, além de realizar alterações e fechamento das agendas necessárias, mediante liberação da autorização do pedido;

XV - Promover treinamentos e atualização dos profissionais envolvidos direta ou indiretamente com o SISREG. Entre os envolvidos diretamente com o sistema, destacamos os seguintes profissionais: administradores, reguladores, solicitantes (marcadores), executantes (prestadores) e Coordenadores dos Centros de Saúde. Entre os envolvidos indiretamente com o SISREG, destacamos: profissionais das unidades locais de saúde, profissionais atuantes nas diferentes áreas da atenção básica e especializada, além dos profissionais vinculados a programas de atenção a saúde;

XVI - Participar das revisões trimestrais das cotas realizadas pela Área de Controle e Avaliação;

XVII - Monitorar continuamente a atuação da rede municipal de saúde no SISREG e os resultados apresentados a partir da supervisão com a divulgação das informações;

XVIII - Participar da construção das normas e protocolos relativos à garantia de acesso;

XIX - Auxiliar a Área de Controle e Avaliação na elaboração dos relatórios de monitoramento e outros de interesse da Gestão;

XX - Participar ativamente do processo de contratualização.

**CAPÍTULO VI – DAS ATRIBUIÇÕES DO SOLICITANTE (Marcador)**

Art. 11º O marcador é o profissional responsável pelo agendamento de consultas e exames especializados, além da organização do acesso aos serviços especializados (lista de espera) dos usuários. Deve estar vinculado a um Centro de Saúde da rede municipal de saúde.

Art. 12º Compete ao marcador:



I - Participar do treinamento introdutório no SISREG, antes de iniciar o uso do Sistema;

II - Ser responsável pela organização e inclusão no SISREG, de todos os procedimentos deixados pelos usuários na Unidade, respeitando os critérios de Rotina, Prioridade e Urgência citados no Art. 4º desta instrução normativa;

III - Participar de todos os treinamentos/atualizações oferecidos pela Área de Regulação do SISREG.

Art. 13º São atribuições diárias do marcador:

I - Ler a tela inicial de avisos do SISREG;

II - Consultar o ranking marcado pela lista de espera, consultar os agendamentos realizados pela regulação, realizar a impressão dos agendamentos, entrar em contato com os usuários;

III - Consultar em "Impressão de Solicitações" do SISREG, os pendentes na fila de espera e os casos devolvidos pela regulação;

IV - Marcar as solicitações de retorno, quando incumbência, de acordo com as recomendações do artigo 7º, bem como, de outras recomendações indicadas pelo profissional especialista. Após a marcação do retorno, imprimir a Ficha de Autorização do SISREG e encaminhar para a recepção para que o usuário seja avisado;

V - Inserir as solicitações urgentes na regulação, conforme descreve o artigo 4º;

VI - Inserir as solicitações prioritárias na regulação, de acordo com as disposições do artigo 4º;

VII - Incluir as solicitações de rotina na fila de espera respeitando a ordem cronológica dos pedidos, de acordo com o artigo 5º;

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O marcador pode, em qualquer tempo, solicitar ao Coordenador do Centro de Saúde, novo treinamento ou atualização no SISREG, caso tenha dificuldade para operar a ferramenta, ou sinta-se inseguro. Devendo o Coordenador solicitar à Área de Regulação o agendamento.

Art. 14º O Marcador deverá manter sigilo dos dados contidos nas requisições de exames/consultas.

Art. 15º É vetado ao marcador:

I - Inserir e/ou agendar exames no SISREG, que tenham rasuras, ou tenham sido acrescentados à caneta nas requisições. Neste caso, o profissional assistente do usuário deverá refazer o pedido;

II - Receber, inserir e/ou agendar os pedidos (exames ou encaminhamentos) no SISREG, que não estiverem devidamente assinados pelo profissional (com o registro no respectivo conselho profissional). Para as requisições não informatizadas é obrigatório o carimbo do médico;

III - Realizar qualquer agendamento ou inserção na lista de espera, de usuários fora da ordem cronológica de chegada à Unidade;

IV - Inserir justificativas não descritas na requisição/encaminhamento, em solicitações enviadas para a regulação;

V - Solicitar o cancelamento de procedimentos: sem o conhecimento do usuário, ou após a data da realização do procedimento/consulta.

## CAPÍTULO VII – DAS ATRIBUIÇÕES DA RECEPÇÃO DE SOLICITAÇÕES

Art. 16º São atribuições da recepção de solicitações:

I - Receber os pedidos de exames e encaminhamentos de unidades públicas ou contratualizadas pelo Sistema Único de Saúde, bem como, a atualização dos dados cadastrais dos usuários;

II - Conferir rigorosamente os seguintes dados: nome completo (sem abreviaturas), a data de nascimento, nome da mãe, endereço completo, telefone (convencional e celular) e Cartão Nacional do SUS, informando que a consulta/exame será marcado dentro do município, e de acordo com a disponibilidade da oferta;

III - Verificar, antes de receber o pedido para agendamento, se a requisição é original e se constam assinatura e carimbo do profissional solicitante. Os casos de cópias, requisições sem carimbo ou assinatura deverão ser devolvidas aos usuários para regularização dos mesmos;

IV - Orientar o usuário, quando receber o pedido para marcação de exames ou consultas, que este deverá comunicar à unidade de saúde, alterações em seus dados cadastrais;

V - A recepção deverá informar ao usuário, após a marcação do procedimento pelo SISREG, a data e o local de agendamento, além de solicitar que o usuário retire a requisição até 72 horas antes da data agendada para realização do seu exame/procedimento;

VI - Separar e encaminhar para o coordenador da unidade de saúde, caso o usuário não seja localizado, conforme descrito no artigo 9º, para que sejam tomadas as devidas providências;

VII - No ato da entrega da Ficha de Autorização do SISREG para o usuário, a recepção deverá informar as responsabilidades do usuário perante o SUS, enfatizando os prejuízos ocasionados pelas faltas e sobre a atuação do Ministério Público nestas situações;

VIII - Esclarecer, nos casos de dúvidas sobre exames e consultas realizados pelo SUS, os profissionais mais indicados para esclarecimento, são: o Médico, o Enfermeiro, o Dentista, outros profissionais de nível superior que atuem na Unidade e o Coordenador do Centro de Saúde que devem consultar a Tabela Unificada do SUS, através do SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos do SUS, possível de ser acessada pelo endereço eletrônico <http://sigtap.datasus.gov.br>.

## CAPÍTULO VIII – DAS ATRIBUIÇÕES DA UNIDADE EXECUTANTE (Prestador público, filantrópico ou privado contratualizados)

Art. 17º São consideradas unidades executantes, qualquer entidade: pública, filantrópica ou privada; hospitalar ou ambulatorial, devidamente cadastrada no CNES e que realizem procedimentos especializados em saúde para o SUS.

Art. 18º São Unidades Executantes no SISREG:

I - Todas as Unidades Especializadas próprias da Rede Municipal de Saúde;

II - Todos os Prestadores: Filantrópicos ou Privados contratualizados através de Chamada Pública Municipal, devendo disponibilizar, integralmente pelo SISREG, todos os serviços contratados; e

III - O Consórcio.

Art. 19º É obrigatória a participação das unidades executantes em todos os treinamentos/atualizações oferecidos pelo SISREG.

Art. 20º São atribuições diárias das unidades Executantes:

I - Ler a tela inicial de avisos do SISREG;

II - Consultar as agendas e operacionalizar o atendimento;

III - Realizar no prazo máximo de 48 horas a confirmação dos procedimentos;

VI - Preparar mensalmente o relatório de faltosos por Centro de Saúde, encaminhando para a Área de Controle e Avaliação.

#### CAPÍTULO IX – DAS ATRIBUIÇÕES DO REGULADOR/AUTORIZADOR NO SISREG

Art. 21º Ao Regulador compete: avaliar todos os casos encaminhados para a Central de Regulação Ambulatorial do SISREG e com base em protocolos clínicos e de acesso, classificar o risco, priorizando o agendamento de acordo com a condição clínica de cada paciente: autorizar, devolver, negar ou encaminhar para a lista de espera (somente para os procedimentos que não são 100% regulados).

Art. 22º A ação regulatória deve ser realizada por médicos e dentistas e outros profissionais de áreas afins (nível superior) com a função de checar as evidências clínicas ou fluxos existentes para o correto agendamento de consultas e exames especializados.

§ 1. Para atuar como regulador o profissional deve fazer parte da equipe atuante na Central de Regulação e cumprir carga horária de atendimento na Central de Regulação.

§ 2. No caso dos médicos reguladores que também atuam na rede especializada de saúde, é vetada ao regulador a regulação de procedimentos realizados por ele na rede assistencial.

Art. 23º É obrigatória a participação dos Reguladores em todos os treinamentos/atualizações oferecidos pelo SISREG.

Art. 24º Cabe aos reguladores participarem da elaboração dos protocolos clínicos e de acesso em conjunto com os técnicos da Atenção Primária, da Média Complexidade, dos Programas de Atenção a Saúde, Vigilância em Saúde a fim de facilitar a Assistência a Saúde da população.

#### CAPÍTULO X – DAS ATRIBUIÇÕES DO AUTORIZADOR ADMINISTRATIVO NO SISREG

Art. 25º Ao autorizador administrativo compete: todos os casos encaminhados para a Central de Regulação do SISREG e com base em protocolos de acesso pré-estabelecidos como planejamento familiar, avaliação cirúrgica, retornos, fluxos epidemiológicos obedecendo a ordem cronológica ou critérios de prioridade: autorizar, devolver, negar ou encaminhar para a lista de espera.

Art. 26º A ação de autorizador administrativo deve ser realizada por médicos, dentistas, enfermeiros e outros profissionais de áreas afins (nível superior) com a função de checar o fluxo estabelecido para o correto agendamento de consultas e exames especializados.

#### CAPÍTULO XI – DAS ATRIBUIÇÕES DAS ÁREAS DE REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

Art. 27º Às Áreas de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria competem:

I - Coordenar o processo de implantação do SISREG em todos os Municípios de sua referência;

II - Realizar monitoramento das ações de Média e Alta Complexidade ambulatorial sob Gestão Municipal;

III - Coordenar a elaboração e divulgação dos relatórios de monitoramento da Atenção Especializada, mediante avaliação dos dados apresentados no SIA – Sistema de Informação Ambulatorial, SIH – Sistema de Informação Hospitalar e do SISREG;

IV - Atuar junto à Comissão de Contratualização de Serviços Especializados de Saúde e responder integralmente pela gestão de todos os contratos e convênios firmados com a SMS;

V - Coordenar o Processo de Pactuação de serviços especializados de saúde, com os municípios de sua área de abrangência, conforme PPI e de acordo com o cronograma do Pacto pela Saúde;

VI - Acompanhar e avaliar a assistência aos serviços especializados sob gestão municipal;

VII - Realizar as atividades de Planejamento, Gerenciamento e Avaliação dos serviços próprios e conveniados pela Secretaria Municipal de Saúde;

VIII - Responder pela programação dos treinamentos e atualizações do SISREG para a rede Municipal e Macrorregião (quando couber);

IX - Coordenar o processo de elaboração e atualização das normativas vigentes;

X - Coordenar o processo de elaboração dos parâmetros que serão aplicados na definição das cotas. Devendo seguir a PPI - Programação Pactuada e Integrada.

a) É necessários considerar os parâmetros populacionais, número de equipes de saúde da família, além de necessidades locais e áreas de interesse social, para a elaboração das cotas;

b) Revisar as cotas a cada trimestre com a participação das Áreas de Atenção Primária, Regulação, Controle, Avaliação e Média Complexidade;

c) Encaminhar trimestralmente para a Área de Regulação a reprogramação das cotas por Unidade.

#### CAPÍTULO XII – DAS ATRIBUIÇÕES DA CENTRAL DE REGULAÇÃO AMBULATORIAL

Art. 28º A Central de Regulação Ambulatorial deve operar o SISREG e garantir, através de sua equipe de Reguladores, o atendimento a todos os casos que necessitem da aplicação do Princípio da Equidade, contido na Lei Orgânica da Saúde, além de ser responsável por coordenar a elaboração dos Protocolos Clínicos e de acesso a ser utilizado pela Rede Municipal de Saúde. Também é responsável pela organização do acesso aos exames de alto custo, desde a abertura dos processos (pelo o usuário), sua organização e gerenciamento (através de listas de espera, se necessário) e posterior autorização e agendamento.

Art. 29º Os procedimentos de alto custo são gerados através de APAC (Autorização de Procedimentos de Alto Custo) e BPA-I (Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado), são 100% regulados e possuem fluxo específico de acesso.

§ 1º O fluxo de acesso aos procedimentos de alto custo obedece a seguinte ordem:

a) O médico assistente do usuário deve solicitar o procedimento de alto custo em formulário próprio de APAC, com descrição da

hipótese diagnóstica e justificativa clínica;

b) O Centro de Saúde deve orientar o usuário sobre os documentos/exames necessários para ser procedida a abertura do Processo de autorização de procedimentos de alto custo ou inserção na Regulação SISREG dos procedimentos permitidos;

c) Nos casos em que há necessidade da abertura do processo de alto custo, o usuário recebe um número de protocolo, que servirá para o acompanhamento do processo;

d) Diariamente os processos são encaminhados para a Central de Regulação;

e) Os processos são analisados pelos reguladores e após aplicação de critérios clínicos, podem:

I - autorizar a realização do procedimento;

II - Devolver devido a inconsistências, dados incompletos e/ou falta de exames complementares;

III - Negar a realização do procedimento.

f) Depois de avaliados e autorizados, os processos de alto custo são ordenados em listas de espera, obedecendo a partir deste momento, o critério cronológico de marcação;

g) Para cada procedimento de alto custo existe uma cota mensal de agendamento, que é pactuada entre os Municípios e o Estado, e deliberada na Comissão Intergestores Bipartite – CIB.

#### **CAPÍTULO XIII – DAS ATRIBUIÇÕES DA ÁREA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA NO SISREG**

**Art. 30 °** Compete à Área de Atenção Especializada:

I - Acompanhar e avaliar o processo de trabalho referente ao SISREG;

II - Acompanhar os resultados oficiais do monitoramento em conjunto com as Áreas de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria o uso das cotas e a redistribuição das mesmas se necessário;

III - Acompanhar e avaliar, em conjunto com as Áreas de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, a lista de especialidades, bem como eventuais alterações de inclusão e exclusão de serviços;

IV - Colaborar com as demais atividades desempenhadas no tocante as atribuições desta Normativa;

V - Participar ativamente coordenando a construção e atualização de fluxos de acesso e normativas vigentes, na média complexidade;

VII - Gerenciar todos os Recursos Humanos envolvidos nos serviços de Média Complexidade;

#### **CAPÍTULO XIV – DAS ATRIBUIÇÕES DOS DISTRITOS SANITÁRIOS NO SISREG, QUANDO EXISTENTES NO MUNICÍPIO:**

**Art. 31º** Compete ao Distrito Sanitário de Saúde:

I - Assumir a supervisão do SISREG nas Unidades de sua área de abrangência;

II - Participar ativamente na construção e atualização das normativas vigentes, nos treinamentos, atuando como multiplicador das informações;

III - Acompanhar o processo de trabalho dos servidores diretamente envolvidos com o SISREG, dando os encaminhamentos necessários para a solução de problemas técnicos e administrativos nas unidades sob sua responsabilidade;

IV – Acompanhar, através da supervisão nas unidades, o uso das cotas, devendo solicitar a redistribuição ou alteração das mesmas conforme a necessidade local;

V - Comparecer às reuniões e treinamentos realizados pela Área de Regulação do SISREG;

VI - Acompanhar os resultados oficiais do monitoramento das unidades de saúde sob sua responsabilidade;

VII - Manter o CNES e SIGRH atualizados (profissionais, novos serviços, novas unidades e CBO) junto aos setores responsáveis. O SISREG utiliza as bases nacionais, devendo estar sempre atualizados os seus dados;

VIII - Encaminhar e manter atualizado na Área de Média Complexidade a relação de todos os especialistas que atendem na unidade para a inclusão das agendas no SISREG.

#### **CAPÍTULO XV – DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DO CENTRO DE SAÚDE NO SISREG**

**Art. 32 °** Compete à Coordenação dos Centros de Saúde:

I - Participar dos treinamentos (Introdutório e Atualizações) para o uso da ferramenta SISREG e dominar as funções disponíveis no sistema de regulação;

II - Supervisionar diretamente as ações do marcador do SISREG;

III - Determinar a organização do fluxo interno do Centro de Saúde, quanto ao processo de agendamento de consultas e exames especializados (organização da sala da marcação, recepção, organização das listas de espera, etc.);

IV - Na ausência do marcador é o Coordenador o profissional responsável pela execução ou delegação das atividades de marcação, conferência e impressão das autorizações do SISREG;

V - Acompanhar os encaminhamentos de retorno, prioritários e de urgência mensalmente;

VI - Acompanhar, junto ao marcador, o uso das cotas, as faltas e os cancelamentos realizados pela sua Unidade;

VII - Solicitar à Área de Regulação senha para os marcadores, mediante a assinatura do Termo de Compromisso;

VIII - Comunicar à Área de Regulação o cancelamento da senha para marcadores que não exercem mais esta função na unidade de saúde;

IX - É responsabilidade do Coordenador da Unidade encaminhar para treinamento no SISREG, novos servidores que exercerão a função de marcador, ou aqueles que mesmo treinados, possuírem dificuldade na utilização da ferramenta;

X - Coordenar o processo de regulação local, que culminará na decisão de quais casos serão inseridos na fila de espera e quais irão para regulação, além de coordenar o processo de gerenciamento da fila de espera no SISREG;

**Art. 33 °** Para os Coordenadores das Unidades Executantes compete também:

XI - Avisar com antecedência de 60 dias, por comunicação interna, ao Administrador do SISREG, os afastamentos de profissionais por férias, Congressos, Licenças e outros;

XII - Solicitar por Comunicação Interna/Ofício, as alterações nos horários de agenda, solicitação de afastamento e fechamento de agenda;

XI - Comparecer às reuniões, treinamentos convocadas pela Área de Regulação;

XII - Apresentar os resultados oficiais do monitoramento ao Conselho Local de Saúde;

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O Coordenador deverá manter sigilo dos dados contidos nas requisições de exames/consultas.

## **CAPÍTULO XVI – DAS RESPONSABILIDADES DOS USUÁRIOS DO SUS**

**Art. 34 °** São responsabilidades do usuário do SUS:

I - Manter seus dados cadastrais atualizados para que possa ser avisado das marcações realizadas;

II - Retirar a Ficha de Autorização do SISREG no prazo máximo de 72h antes da data da realização da consulta e/ou exame agendados. O não cumprimento do prazo de 72 horas para a retirada da ficha de autorização do SISREG torna o Centro de Saúde autorizado a solicitar o cancelamento da marcação e transferência da vaga para outro usuário da lista de espera;

III - Quando o usuário não puder comparecer na data e horário agendado para a realização do procedimento é de sua responsabilidade ligar para a unidade solicitando o cancelamento e/ou remarcação do agendamento, informando o motivo do mesmo;

§ 1º O usuário que faltar ao procedimento agendado, será inserido novamente no fim da Lista de Espera caso solicitado pelo mesmo, salvo os casos comprovadamente justificados, analisados pelo Coordenador Local e enviados à Regulação;

§ 2º Os casos de faltas sem pedido de cancelamento ou da não retirada da autorização do SISREG serão encaminhados para o conhecimento do Ministério Público de Santa Catarina, ao qual caberá tomar as providências legais cabíveis.

## **CAPÍTULO XVII – DA PARTICIPAÇÃO NO TELESSAÚDE SC – teleconsultoria como ferramenta para ampliação da resolutividade na Atenção Básica**

Considerando a Portaria nº 2.073/GM/MS, de 31 de agosto de 2011, que regulamenta o uso de padrões de interoperabilidade e informação em saúde para sistemas de informação em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, nos níveis Municipal, Distrital, Estadual e Federal;

Considerando a Portaria nº 2.546, de 27 de outubro de 2011, que redefine e amplia o Programa Telessaúde Brasil, que passa a ser denominado Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes (Telessaúde Brasil Redes);

Considerando a Política Nacional de Atenção Básica de 2011, que ratifica as atribuições das equipes de Atenção Básica quanto à longitudinalidade, coordenação do cuidado e ainda seu potencial resolutivo de até 90%; e

Considerando a grande fila de espera e demanda reprimida para atendimento ambulatorial em algumas especialidades médicas na Central de Regulação Estadual.

**Art. 35º** A Superintendência de Serviços Especializados e Regulação

do Estado propõe como projeto-piloto, novo fluxo para o encaminhamento das especialidades de Endocrinologia e Ortopedia, incluindo as ações de Telessaúde em especial a teleconsultoria clínica.

Frente à necessidade de ofertar atividades de Educação Permanente em Saúde às equipes de Estratégia Saúde da Família a fim de qualificar seu processo de atenção e, consequentemente, ampliar seu impacto positivo sobre as condições de saúde de nossa população, o Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes vem, desde 2007, desenvolvendo e avaliando diferentes estratégias de qualificação da Atenção Básica.

**Art. 36º** O Programa Telessaúde Brasil Redes objetiva não apenas fomentar as atividades de Educação Permanente, aproximando-as das equipes de Atenção Básica localizadas em qualquer ponto do país, mas ofertar estratégias de apoio assistencial que fortaleçam a integração entre os serviços de saúde, ampliando a resolutividade destes.

A Portaria GM/MS 2.546/11 que regulamenta o escopo de ações e serviços de Telessaúde define a teleconsultoria como "consulta registrada e realizada entre trabalhadores, profissionais e gestores da área de saúde, por meio de instrumentos de telecomunicação bidirecional, com o fim de esclarecer dúvidas sobre procedimentos clínicos, ações de saúde e questões relativas ao processo de trabalho [...] (BRASIL, 2011).

Ainda que pese as diferenças loco-regionais, experiências de outros estados, como do Rio Grande do Sul (Castro Filho et al., 2012) e de alguns municípios de Santa Catarina, demonstram que a teleconsultoria tem potencial de evitar o encaminhamento ao especialista em até 50%.

**Art. 37º** As teleconsultorias possuem dois objetivos básicos: a curto prazo, resolver a demanda do solicitante por meio de uma resposta direta; e de forma indireta e a médio prazo, ajudar a resolver o problema do sistema de saúde, por meio da função formativa das informações complementares, de maneira a aumentar a resolutividade dos profissionais como um todo.

As respostas de teleconsultoria são baseadas na melhor evidência científica disponível, adaptada para as realidades locais e seguindo os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Atenção Básica.

A Portaria GM/MS 2.546/2011 expandiu o Telessaúde para além da Atenção Básica, abrangendo os demais níveis de atenção, colocando como responsabilidade das Secretarias Estaduais de Saúde promover a articulação do Telessaúde Brasil Redes com a regulação da oferta de serviços e a Central de Regulação Médica das Urgências, em parceria com a gestão municipal e federal de saúde, de forma compartilhada e articulada com os pontos de atenção da rede.

**Art. 38º** Entende-se que a articulação do Telessaúde com a regulação assistencial (enquanto fluxos e proposta de rede) representa um grande passo para que a Regulação seja efetivamente uma Tecnologia de Gestão; que tem suas aplicações no âmbito do cuidado, dos serviços e do sistema de saúde.

A proposta é que médicos especialistas realizem teleconsultoria / regulação quando da dúvida do médico assistente na resolução de um determinado caso, ou quando esse julgar ter esgotado as possibilidades de atuação e pensar em encaminhar o usuário para a média complexidade. A partir da dúvida postada, existem duas possibilidades de desdobramento:

§ 1º Primeira situação: o médico especialista poderá devolvê-la em forma de teleconsultoria quando o caso for passível de resolução na Atenção Básica, podendo desta forma, evitar o encaminhamento para o especialista e ainda qualificar o médico assistente, que no manejo de outros casos similares futuros, poderá resolvê-los sem a necessidade de encaminhamento ou mesmo solicitação de teleconsultoria. O especialista se orienta pelo risco em cada caso, de acordo com as evidências científicas na área, e pelas necessidades de cada usuário, oportunizando o manejo seguro na Atenção



Básica pelo médico assistente, com seu apoio e respaldo ao propor cuidados possíveis;

§ 2º Segunda possibilidade: quando o médico especialista considerar que o acompanhamento deve ser realizado no nível especializado, poderá classificar o risco para a regulação do caso, de acordo com sua necessidade. Sendo necessário o encaminhamento ao especialista, além de promover a equidade no acesso ao atendimento, a teleconsultoria pode auxiliar no manejo do caso até que o paciente tenha acesso ao mesmo, indicando as condutas possíveis para o cuidado durante o período em que o usuário aguarda o atendimento com o especialista. Por meio da teleconsultoria o médico especialista pode também indicar os exames necessários à avaliação do caso para quando do acesso ao especialista, este já possa ter em mãos instrumentos que facilitem o diagnóstico e tratamento, evitando uma nova consulta de confirmação de exames complementares.

Portanto, a inclusão da teleconsultoria no fluxo de encaminhamento à especialidade, tanto tem o potencial de evitar encaminhamentos desnecessários ao especialista, quanto de qualificar o acesso ao especialista quando necessário, por meio da otimização da consulta.

Art. 39º O histórico de experiências dos vários Núcleos de Tele-saúde no Brasil demonstra que a simples oferta de teleconsultoria não tem levado os profissionais a utilizarem o serviço. Portanto, a proposta é que a utilização da teleconsultoria seja solicitada pelo médico assistente anteriormente ao encaminhamento para as especialidades, de forma compulsória, podendo o médico especialista devolvê-la em forma de teleconsultoria ou regulá-la a especialidade, de acordo com cada caso. Importante ficar claro que o médico assistente e o paciente não estão sendo impedidos de ter acesso ao especialista, apenas seu acesso passa a ser qualificado com a inclusão da teleconsultoria no fluxo.

## CAPÍTULO XVIII – DO CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde

O Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) é um cadastro de base nacional, onde o gestor deve incluir o estabelecimento de saúde, de qualquer esfera administrativa, prestador ou não do SUS, existente no território sob sua gestão.

O CNES é um instrumento que subsidia os gestores na implementação das políticas de saúde sendo indispensável para áreas de planejamento, regulação, controle, avaliação e auditoria, por isto, é importante a fidedignidade das informações cadastrais, devendo ser realizada sua atualização constante.

Acessando o site (<http://cnes.datasus.gov.br>), podemos identificar as informações de infraestrutura, tipo de atendimento prestado, serviços especializados, leitos, e profissionais de saúde indicadores existentes nos estabelecimentos de saúde em todo país.

Art. 40º As Centrais de Regulação no Estado deverão ser cadastradas no CNES sob o Tipo de Estabelecimento - SERVIÇO ESPECIALIZADO – 104 (regulação de acesso a ações e serviços de saúde), onde a CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO será de acordo com o perfil de cada central:

- I - 001 - REGULAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR;
- II - 002 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DE CONSULTAS E EXAMES;
- III - 003 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS (SAMU);
- IV - 004 - UNIDADE DE AUTORIZAÇÕES DE TFD INTERMUNICIPAIS;
- V - 005 - UNIDADE DE AUTORIZAÇÕES DE TFD INTERESTADUAIS;
- VI - 006- REGULAÇÃO ESTADUAL DE ALTA COMPLEXIDADE;
- VII - 007 - REGULAÇÃO NACIONAL DE ALTA COMPLEXIDADE (CN-RAC);
- VIII - 008 - REGULAÇÃO AMBULATORIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE; e
- IX - 009 - REGULAÇÃO AMBULATORIAL DE ALTA COMPLEXIDADE.

Art. 41º As Centrais de Regulação no Estado, de acordo com a organização e respectivas atribuições, deverão adotar as nomenclaturas a seguir descritas:

I - COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL: para as Centrais de Regulação Municipais Ambulatoriais sede de Macrorregiões de Saúde, com a presença de Central de Regulação de Internação Hospitalar Macrorregional;

II - CENTRAL DE REGULAÇÃO MUNICIPAL AMBULATORIAL: para as Centrais de Regulação Municipais Ambulatoriais dos demais municípios do Estado (mesmo sede de Região de Saúde);

III – COMPLEXO REGULADOR ESTADUAL: para as Centrais Estaduais de Regulação de Internações Hospitalares e de Regulação Ambulatorial.

Art. 42º Os COMPLEXOS REGULADORES MUNICIPAIS poderão utilizar as seguintes classificações de serviços:

I - 001 - REGULAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR;

II - 002 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DE CONSULTAS E EXAMES;

III - 004 - UNIDADE DE AUTORIZAÇÕES DE TFD INTERMUNICIPAIS;

IV - 005 - UNIDADE DE AUTORIZAÇÕES DE TFD INTERESTADUAIS;

V - 008 - REGULAÇÃO AMBULATORIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE; e

VI - 009 - REGULAÇÃO AMBULATORIAL DE ALTA COMPLEXIDADE.

Art. 43º As CENTRAIS DE REGULAÇÃO MUNICIPAIS AMBULATORIAIS poderão utilizar as seguintes classificações de serviços:

I - 002 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DE CONSULTAS E EXAMES;

II - 004 - UNIDADE DE AUTORIZAÇÕES DE TFD INTERMUNICIPAIS;

III - 008 - REGULAÇÃO AMBULATORIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE; e

IV - 009 - REGULAÇÃO AMBULATORIAL DE ALTA COMPLEXIDADE.

Art. 44º O COMPLEXO REGULADOR ESTADUAL utilizará as seguintes classificações de serviços:

I - 001 - REGULAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR;

II - 002 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DE CONSULTAS E EXAMES;

III - 004 - UNIDADE DE AUTORIZAÇÕES DE TFD INTERMUNICIPAIS;

IV - 005 - UNIDADE DE AUTORIZAÇÕES DE TFD INTERESTADUAIS;

V - 006- REGULAÇÃO ESTADUAL DE ALTA COMPLEXIDADE;

VI - 007 - REGULAÇÃO NACIONAL DE ALTA COMPLEXIDADE (CN-RAC);

VII - 008 - REGULAÇÃO AMBULATORIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE; e

VIII - 009 - REGULAÇÃO AMBULATORIAL DE ALTA COMPLEXIDADE.

Art. 45º Fica vedada a inclusão do Tipo de Estabelecimento - SERVIÇO ESPECIALIZADO 104 (regulação de acesso a ações e serviços de saúde) e classificações, em estabelecimentos de Saúde não vinculadas às nomenclaturas descritas nestas diretrizes ou não executantes do serviço.

Art. 46º A SES em conjunto com as equipes regionais fará uma força tarefa para orientar os municípios que estão em desacordo no CNES.

## CAPÍTULO XIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47º O SISREG é um sistema de regulação, que funciona na lógica da garantia do acesso e está configurado para trabalhar por proximidade, o que significa que para cada Centro de Saúde busca, sempre, o local de oferta mais próximo. Porém, na ausência de vaga no local mais próximo, busca o segundo mais próximo e assim sucessivamente, até todas as vagas terem sido preenchidas.

PARÁGRAFO ÚNICO. O usuário deve ser informado sobre a lógica de funcionamento do SISREG, mencionada no caput deste artigo e que terá o direito de recusar a marcação para local mais distante de sua residência, porém, deve ser informado de que no momento em que for cancelado o procedimento já ofertado, voltará para o fim da lista de espera, salvo nos casos em que for enquadrado como prioridade e/ou urgência.

Art. 48º Fica permitido, aos Centros de Saúde, mediante senha de acesso, a realização de chamadas para telefone móvel, com fim específico de avisar os usuários sobre os agendamentos de consultas e exames especializados.

§ 1º. Os Distritos Sanitários devem solicitar ao Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, a liberação das senhas telefônicas para todos os Centros de Saúde de sua área de abrangência.

§ 2º. Cabe ao Coordenador de cada Centro de Saúde, a definição de qual (is) funcionário(s) deve(m) possuir a senha de que trata o Art. 36º sendo necessário o controle das ligações realizadas.

Art. 49º Fica permitido, às Policlínicas Municipais, a realização de ligações interurbanas devido à necessidade de contato com pacientes de outras localidades e somente para este fim.

§ 1º Os Diretores das Policlínicas deverão solicitar à Área de Média Complexidade, que encaminhará a solicitação de liberação das linhas telefônicas para ligação para móvel e interurbano, ao Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 50º Estas Diretrizes entram em vigor na data da sua publicação.

João Paulo Karam Kleinubing  
Secretário de Estado da Saúde

TIMBRE ESTADO/MUNICÍPIO

TERMO DE COMPROMISSO E SIGILO PROFISSIONAL  
PARA OPERADOR SOLICITANTE/EXECUTANTE DO SISREG  
CENTRAL DE REGULAÇÃO AMBULATORIAL

Eu, ....., CPF, ....., servidor da Unidade de Saúde ....., a partir de ...../...../..... me comprometo a:

- Não fornecer minha senha para ninguém;
- Só marcar consultas e exames em horário de trabalho;
- Ser responsável com a marcação de consultas e exames;
- Transcrever exatamente o mesmo conteúdo do histórico e/ou dados clínicos emitidos pelo médico solicitante, não alterando, omitindo ou acrescentando novos dados, ao texto original da solicitação;
- Manter sigilo profissional sobre as informações e dados clínicos inseridos e regulados no SISREG.

OBS: A supervisão dos operadores caberá ao Coordenador da Unidade de Saúde ou Gerente Regional, bem como a troca temporária e/ou definitiva dos mesmos, que será efetuada mediante assinatura deste termo.

Operador SISREG

Coordenador da Unidade de Saúde ou Gerência de Saúde

Responsável pelo treinamento – CER

<input type="checkbox"/> Ativação de Senha <input type="checkbox"/> Solicitante <input type="checkbox"/> Executante e-mail:	
<input type="checkbox"/> Inativação de Senha telefone:	
DATA:	ASSINATURA:

Rua xxxxx, nºxxx - Cidade xxxx / SC – CEP xx.xxx-xxx  
Telefones: xxxx – Fax xxx - e-mail: xxx

## HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 02-001/2016

MUNICIPIO DE BLUMENAU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Tomada de Preços nº. 02-001-16 - Contratação de empresa para obras/serviços complementares da sede do 2º Pelotão do Corpo de Bombeiros de Blumenau - 3º BBM, conforme especificações constantes neste edital – SEDECI.

Contratada: POLARIS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

CNPJ: 12.547.887/0001-11.

Valor total: R\$ 143.257,15 (cento e quarenta e três mil duzentos e cinquenta e sete reais e quinze centavos).

## PORTARIA Nº 5879/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5879/16

RETIFICA AS PORTARIAS Nº 5876/16 E 5877/16, DE 02 DE MAIO DE 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

RETIFICAR

As Portarias Nº 5876/16 e 5877/16, de 02 de maio de 2016, que dispensa e designa FGC'S ao servidor público autárquico municipal Airtton Pereira, publicadas no DOM-e 1995, de 13 de maio de 2016, onde se lê: "cadastro 2010-0", leia-se: "cadastro 2001-0".

Blumenau, 10 de maio de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS  
Diretor Presidente

## PORTARIA Nº 5880/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5880/16

CONCEDE LICENÇA PARA CASAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDER

Licença para casamento com base no artigo 159, inciso II, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, a:

GIOVANI SILVA, cadastro nº 1990-9, servidor público autárquico municipal desde 07/11/2014, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado no Departamento Operações, conforme Processo Administrativo nº 145/1605.

Samae, 14 de maio de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5881/2016 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5881/16

DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL QUE INDICA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

**DECLARAR**

Estável no serviço público autárquico municipal a servidora ocupante de cargo de provimento efetivo, pertencente do Quadro Permanente de Pessoal da Autarquia, conforme artigo 26, §2º, da Lei Complementar nº 660/2007;

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE
Mercedes Claudiana da Rosa Zen	1941-0	Técnico em Enfermagem	Diretoria Administrativa	18/05/2016

Samae, 16 de maio de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5882/2016 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5882/16

CONCEDE PRÊMIO ESPECIAL – 25 ANOS, AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL QUE RELACIONA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

**CONCEDER**

Prêmio Especial de 25 anos, conforme Artigo 130, "Caput", da Lei Complementar de nº 660, de 28 de novembro de 2007, à:

Milton Santos de Souza, cadastro 1065-0, servidor público autárquico municipal desde 19/11/1991, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA/ETE, lotado na Diretoria de Operações, conforme Processo nº 155/1605.

Samae, 22 de maio de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5883/2016 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5883/16

ALTERA MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES DE RECEBIMENTOS NOMEADOS ATRAVÉS DA PORTARIA 5590/14.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar, sem ônus para a autarquia, os servidores públicos autárquicos municipais a seguir relacionados, que integram a Comissão Permanente de Recebimento de Materiais destinados à Manutenção e Expansão de Redes:

Jonathan Jander Tavares, cadastro 1980-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Mecânico, lotado na Diretoria Técnica, no lugar do servidor Cristóvão Pereira Silva, cadastro 1310-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Saneamento, lotado na Diretoria Técnica, atuando como Suplente;

Artigo 2º - Alterar, sem ônus para a autarquia, os servidores públicos autárquicos municipais a seguir relacionados, que integram a Comissão Permanente de Recebimento de Materiais de Limpeza, de Expediente, de Segurança e Afins;

Valdir Dorow, cadastro 1368-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotado na Diretoria Administrativa, no lugar do ex-servidor, Sidnei de Borba, atuando como Suplente;

Artigo 3º - Alterar, sem ônus para a autarquia, os servidores públicos autárquicos municipais a seguir relacionados, que integram a Comissão Permanente de Recebimento de Materiais para Laboratório e Estação de Tratamento:

Eraci Machado, cadastro 1973-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Meio Ambiente, lotada na Diretoria de Operações, no lugar do ex-servidor Deyverson Fabrício Paterno, atuando como Membro;

Artigo 4º - Designar, sem ônus para a autarquia, os servidores públicos autárquicos municipais a seguir relacionados para comporem a Comissão Permanente de Recebimento de Materiais Permanentes:



Carlos Antunes Pereira, cadastro 1658-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Diretoria Administrativa, no lugar do servidor Valdir Dorow, cadastro 1368-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Diretoria Administrativa, atuando como Membro.

Samae, 25 de maio de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 5885/2016 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5885/16

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

#### **CONCEDER**

Promoção Horizontal com base nos Artigos 24º e 25º, inciso I, da Lei Complementar nº. 661 de 28 de novembro de 2007, a partir de 01 de maio de 2016, de acordo com o Processo Administrativo Nº. 80/1603, aos servidores:

Cadastro	Servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO
1707-8	Gregório de Borba	Técnico Mecânico	D	GT
1302-1	Jorge Luiz Massaneiro	Encanador de Manutenção	K	GO
717-0	Karla Kaestner	Agente Administrativo	M	GF
1309-9	Luiz Fernando Carvalho de Souza Junior	Eletricista de Operação	M	GF
1941-0	Mercedes Claudiana da Rosa Zen	Técnica em Enfermagem	B	GT
1753-1	Robson Michelmann	Operador ETA/ETE	D	GF

Samae, 30 de maio de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 5886/2016 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5886/16

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, RESOLVE:

#### **DESIGNAR**

O servidor público autárquico municipal relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo dos Quadros Permanente e Suplementar de Pessoal, a contar de 02 de maio de 2016, para a seguinte função gratificada de confiança:

ANTONIO CARLOS TILLMANN, cadastro 2042-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, lotado na Diretoria Financeira, para a função de Chefe de Controle Orçamentário, símbolo FGC 100%.

Samae, 30 de maio de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

## **CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - FURB/16**

### **CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM ENTRE SI, GRATUITAMENTE, A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB E O INSTITUTO CIAMPEVI – CENTRO DE APOIO E QUALIFICAÇÃO A MICRO E PEQUENA EMPRESA DO VALE DO ITAJAÍ PARA EXECUÇÃO DO PROJETO “TORNEIRA FECHADA”, DISPENSADO DE LICITAÇÃO DE ACORDO COM O ART. 24, XIII, E ART. 116, § 1º, DA LEI nº 8.666 DE 1993.

**COOPERADO:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB, pessoa jurídica de direito público interno, instituída pela Lei Municipal n. 1.557, de 14 de dezembro de 1968 e integrante da Administração Pública Indireta do Município de Blumenau, Santa Catarina, na forma de autarquia municipal de regime especial, com sua estrutura administrativa estabelecida pela Lei Complementar Municipal nº 743, de 19 de março de 2010, com sede e foro em Blumenau/SC, na Rua Antônio da Veiga, 140 – Bairro Victor Konder, CEP 89012-900, CNPJ: 82.662.958/0001-02 neste ato representado por seu Reitor, Professor Dr. JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO, CPF nº 450451949-68, portador do RG nº 1914793-2-SSP/PR, residente e domiciliado em Blumenau/SC.

**COOPERANTE:** INSTITUTO CIAMPEVI, pessoa Jurídica de direito público, com sede em Blumenau/SC, Rua Humberto de Campos, nº 245, bairro da Velha, CEP 89036-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.193.803/0001-17, neste ato, representada pelo seu presidente Sr. DEMÓCRATES ANTÔNIO LOUREIRO SCHMIDT, brasileiro, casado, administrador, CPF 687.045.507-49, RG 51490609, residente e domiciliado na cidade de Blumenau, à rua Curt Prayon, 63, bairro Velha, CEP 89.040-770;

I. Considerando o objetivo da ENEF – ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, criada através do DECRETO FEDERAL nº 7.397/2010, de contribuir para o fortalecimento da cidadania ao apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes, com a garantia de GRATUIDADE.

II. Considerando que o projeto “TORNEIRA FECHADA” promove:

- a) O controle do endividamento de funcionários e servidores;
- b) Estabelece políticas públicas de gestão de recursos humanos promovendo ações coordenadas e continuadas de acompanhamento dos processos de averbações de descontos na folha de pagamento;
- c) Palestras e cursos de educação financeira com objetivo de melhorar a compreensão sobre os produtos financeiros que são ofertados, de maneira que adquiram competência para tomada de decisões conscientes das oportunidades e dos riscos na aquisição de tais produtos;

III. Considerando que o COOPERANTE, como um instrumento de qualificação e de capacitação, dentre seus objetivos, também visa à integração entre os setores governamentais e as empresas privadas, buscando iniciativas de cooperação entre setor público e privado que proporcionem a redução dos gastos públicos ao mesmo tempo em que mantêm o ritmo de investimentos na infraestrutura, possibilitando a manutenção sustentável das micro e pequenas empresas;

Resolvem as partes celebrar o presente CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA que, de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93 e demais leis aplicáveis, reger-se-á pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.**

Constitui objeto do presente Convênio a realização de mútua cooperação a execução do projeto “TORNEIRA FECHADA”, doravante denominado PROJETO, o qual visa à implantação de ações coordenadas e continuadas de educação financeira e de adequação dos processos de gestão dos recursos humanos voltados ao acompanhamento do endividamento na folha de pagamento dos servidores públicos do COOPERADO, ativos e inativos, aposentados e

pensionistas, estabelecendo condições para que possam ter acesso gratuito à educação financeira e aumentar a sua capacidade para realizar escolhas conscientes sobre a administração dos seus recursos.

Parágrafo único. Para alcançar o objeto ora pactuado, os Partícipes cumprirão o estabelecido no “Plano de Trabalho” em anexo, elaborado de acordo com o disposto no § 1º, do art. 116, da Lei nº 8.666/93, que fica sendo parte integrante deste Convênio.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA HABILITAÇÃO TÉCNICA**

Para conferir maior eficiência no acompanhamento do endividamento na folha de pagamento, fica o COOPERANTE responsável na gestão da reserva de margem consignável e na averbação das parcelas de desconto na folha de pagamento dos servidores públicos do COOPERADO, ativos e inativos, aposentados e pensionistas, bem como incrementar a gestão eletrônica e o controle das informações sobre tais operações, tudo via internet.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES.**

Para viabilizar o objeto estabelecido neste Convênio de Cooperação Técnica, fica estabelecido que:

I – Compete ao COOPERADO:

- a) Executar fielmente e dentro dos limites estabelecidos no presente instrumento todas as atividades sob sua responsabilidade previstas no PROJETO, de modo diligente e eficiente, com rigorosa observância aos padrões tecnológicos vigentes e prazos fixados no “Plano de Trabalho”;
- b) Fornecer ao COOPERANTE as informações técnicas de seu conhecimento e demais elementos necessários à execução do objeto deste Convênio;
- c) A publicação e a comunicação de todos os atos e ações necessárias à execução do PROJETO;
- d) Disponibilizar local e equipamentos necessários para a realização das Palestras e Cursos;
- e) Indicar um responsável pelo presente Convênio de Cooperação Técnica

II – Compete ao COOPERANTE:

- a) Executar fielmente e dentro dos limites estabelecidos no presente instrumento todas as atividades sob sua responsabilidade previstas no PROJETO, de modo diligente e eficiente com rigorosa observância aos padrões tecnológicos vigentes e prazos fixados no “Plano de Trabalho”;
- b) Fornecer ao COOPERADO as informações técnicas de seu conhecimento, necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos, incluindo catálogos técnicos, manuais disponíveis e demais elementos necessários à execução do projeto;
- c) Executar a reserva de margem consignável em acordo com as normas e o regulamento do COOPERADO;
- d) Realizar Palestras e cursos de Educação financeira;
- e) Indicar responsáveis pelo presente Convênio de Cooperação Técnica.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS.**

A execução do presente Convênio de Cooperação Técnica não implica em transferência de recursos financeiros entre as partes.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA UTILIZAÇÃO DE PESSOAL.**

Os recursos humanos utilizados por cada um dos Partícipes no desenvolvimento e execução do presente Convênio não implicará em alteração da relação laborativa e empregatícia originária de servidores, empregados ou qualquer que seja a natureza, nem alterará a vinculação ou os direitos e obrigações decorrentes, ficando a cargo exclusivo do respectivo Partícipe a integral responsabilidade concernente aos direitos do seu servidor ou empregado, mormente os trabalhistas e previdenciários, inexistindo qualquer solidariedade ou subsidiariedade entre os Partícipes.

**CLÁUSULA SEXTA - DA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES E DA GRATUIDADE.**

As palestras e cursos de capacitação dos servidores públicos do COOPERADO, bem como a implantação, o treinamento de pessoal, a prestação de suporte técnico, a operação, manutenção e suas atualizações serão realizados pelo COOPERANTE de forma inteiramente gratuita e sem nenhum ônus ou encargo de qualquer natureza para o COOPERADO e seus servidores públicos.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES.**

O presente Convênio de Cooperação Técnica terá vigência de 5 (cinco) anos a partir da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do COOPERADO, podendo ser, alterado, rescindido ou prorrogado por simples acordo entre os Partícipes, mediante assinatura de "Termo Aditivo" que passará a ser instrumento integrante do Convênio para todos os fins e efeitos.

**CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO.**

O presente Convênio de Cooperação Técnica poderá ser rescindido unilateralmente desde que formalmente motivado em processo administrativo prévio, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o que estabelece o art. 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA NONA – DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE**

Os PARTÍCIPIES reconhecem que, em decorrência deste Convênio, poderão ter acesso a informações confidenciais, exclusivas ou segredos comerciais ("Informações Confidenciais").

Parágrafo Primeiro. Todas as "Informações Confidenciais", especialmente os dados pessoais, profissionais e financeiros dos servidores e/ou do COOPERADO, e todos os dados e informações correlatos relacionados ao funcionamento e organização do PROJETO, acessadas e obtidas pelos PARTÍCIPIES, em razão do presente Convênio serão tidas como CONFIDENCIAIS E SIGILOSAS. As partes obrigam-se a observar e guardar sigilo comercial, industrial e financeiro sobre todas estas informações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO.**

A publicação resumida do presente Convênio de Cooperação Técnica será efetivada por extrato em Diário Oficial, a expensas do COOPERADO, no prazo de vinte dias a contar de sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO.**

As partes elegem o foro de BLUMENAU/SC para dirimirem quaisquer dúvidas ou litígios que possam surgir da execução do presente Convênio, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, os Partícipes firmam o presente Convênio de Cooperação Técnica em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

BLUMENAU/SC, 28 de MARÇO de 2016.

COOPERADO: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB

Reitor Dr. JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO.

COOPERANTE: INSTITUTO CIAMPEVI.

Presidente Sr. DEMÓCRATES A. L. SCHMITD

**TESTEMUNHAS**

NOME: ..... NOME: .....

CPF nº: ..... CPF nº: .....

## Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

## RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2016 ANEXO 1

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	17.000.000,00	17.000.000,00	2.587.931,98	15,22	5.341.395,54	11.658.604,46
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.720.729,10	14.720.729,10	2.531.837,38	17,20	5.285.300,94	9.435.428,16
IMPOSTOS	1.410.180,00	1.410.180,00	413.404,05	29,32	593.889,13	816.290,87
TAXAS	1.293.900,00	1.293.900,00	406.314,89	31,40	585.547,36	708.352,64
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	116.280,00	116.280,00	7.089,16	6,10	8.341,77	107.938,23
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	83.220,00	83.220,00	12.050,15	14,48	35.743,12	47.476,88
RECEITA PATRIMONIAL	83.220,00	83.220,00	12.050,15	14,48	35.743,12	47.476,88
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	44.460,00	44.460,00	111.167,28	250,04	234.653,00	-190.193,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	44.460,00	44.460,00	111.167,28	250,04	234.653,00	-190.193,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.679.839,10	12.679.839,10	1.983.044,40	15,64	4.404.076,91	8.275.762,19
TRANSF. DE CONV.	11.629.609,10	11.629.609,10	1.982.257,51	17,04	4.355.268,76	7.274.340,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.050.230,00	1.050.230,00	786,89	0,07	48.808,15	1.001.421,85
MULTAS E JUROS DE MORA	503.030,00	503.030,00	12.171,50	2,42	16.938,78	486.091,22
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16.986,00	16.986,00	0,00	0,00	0,00	16.986,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	220.590,00	220.590,00	0,00	0,00	0,00	220.590,00
RECEITAS DIVERSAS	52.440,00	52.440,00	12.143,48	23,16	16.860,77	35.579,23
RECEITAS DE CAPITAL	213.014,00	213.014,00	28,02	0,01	78,01	212.935,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.279.270,90	2.279.270,90	56.094,60	2,46	56.094,60	2.223.176,30
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	873.240,00	873.240,00	0,00	0,00	0,00	873.240,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	873.240,00	873.240,00	0,00	0,00	0,00	873.240,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.406.030,90	1.406.030,90	56.094,60	3,99	56.094,60	1.349.936,30
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.406.030,90	1.406.030,90	56.094,60	3,99	56.094,60	1.349.936,30
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.000.000,00	17.000.000,00	2.587.931,98	15,22	5.341.395,54	11.658.604,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>17.000.000,00</b>	<b>17.000.000,00</b>	<b>2.587.931,98</b>	<b>15,22</b>	<b>5.341.395,54</b>	<b>11.658.604,46</b>
DÉFICIT (VI)		—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.000.000,00	17.000.000,00	2.587.931,98	15,22	5.341.395,54	11.658.604,46
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		—	—	—	0,00	—
Superávit Financeiro		—	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais		—	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>17.000.000,00</b>	<b>17.979.000,00</b>	<b>2.394.388,03</b>	<b>4.338.957,91</b>	<b>13.640.042,09</b>	<b>2.399.553,67</b>	<b>4.310.521,80</b>	<b>13.668.478,20</b>	<b>3.668.768,29</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>11.972.448,50</b>	<b>12.254.448,50</b>	<b>2.302.612,31</b>	<b>4.214.546,98</b>	<b>8.039.901,52</b>	<b>2.308.634,95</b>	<b>4.186.967,87</b>	<b>8.067.480,63</b>	<b>3.562.717,12</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.955.470,00	5.955.470,00	1.186.985,27	2.338.005,97	3.617.464,03	1.186.929,52	2.337.970,22	3.617.499,78	2.322.445,54
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.936.978,50	6.218.978,50	1.115.647,04	1.876.541,01	4.342.437,49	1.121.705,43	1.848.997,65	4.369.980,85	1.240.271,58
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.007.551,50</b>	<b>5.704.551,50</b>	<b>91.775,72</b>	<b>124.410,93</b>	<b>5.580.140,57</b>	<b>90.918,72</b>	<b>123.553,93</b>	<b>5.580.997,57</b>	<b>106.051,17</b>
INVESTIMENTOS	4.907.551,50	5.604.551,50	75.441,30	83.863,58	5.520.687,92	74.584,30	83.006,58	5.521.544,92	65.503,82
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	100.000,00	100.000,00	16.334,42	40.547,35	59.452,65	16.334,42	40.547,35	59.452,65	40.547,35
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>17.000.000,00</b>	<b>17.979.000,00</b>	<b>2.394.388,03</b>	<b>4.338.957,91</b>	<b>13.640.042,09</b>	<b>2.399.553,67</b>	<b>4.310.521,80</b>	<b>13.668.478,20</b>	<b>3.668.768,29</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>17.000.000,00</b>	<b>17.979.000,00</b>	<b>2.394.388,03</b>	<b>4.338.957,91</b>	<b>13.640.042,09</b>	<b>2.399.553,67</b>	<b>4.310.521,80</b>	<b>13.668.478,20</b>	<b>3.668.768,29</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.030.873,74</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>17.000.000,00</b>	<b>17.979.000,00</b>	<b>2.394.388,03</b>	<b>4.338.957,91</b>	<b>—</b>	<b>2.399.553,67</b>	<b>5.341.395,54</b>	<b>—</b>	<b>3.668.768,29</b>

FONTE:



**RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2016 ANEXO 10**

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

**RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2016 ANEXO 11**

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				R\$ 1,00
							SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00				0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		0,00				0,00	0,00
<b>DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)</b>							
		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SALDO FINANCEIRO A APLICAR</b>		Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)				SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		511,20					511,20

FONTE:

## RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2016 ANEXO 12

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES Outras Despesas Correntes	238.000,00	238.000,00	65.537,06	27,54	65.537,06	27,54
	238.000,00	238.000,00	65.537,06	27,54	65.537,06	27,54

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	238.000,00	238.000,00	65.537,06	27,54	65.537,06	27,54
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>Até o Bimestre (h)</b>	<b>% (h/v)*100</b>	<b>Até o Bimestre (i)</b>	<b>% (i/v)*100</b>
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	-	-	0,00	0,00	-	-
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	238.000,00	238.000,00	65.537,06	100,00	65.537,06	100,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						0,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100] <sup>6</sup>						65.537,06

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	0,00		0,00		0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (Total l)*100	Até Bimestre (m) (m/Total m)*100
Alimentação e Nutrição	238.000,00	238.000,00	65.537,06	100,00	65.537,06
<b>TOTAL</b>	<b>238.000,00</b>	<b>238.000,00</b>	<b>65.537,06</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

FONTE:

- <sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.  
<sup>2</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".  
<sup>3</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".  
<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.  
<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.  
<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i)] - [(15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4



Continuação 4/4

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2016 ANEXO 13

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

ESPECIFICAÇÃO	RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	R\$ 1,00	
		SALDO TOTAL	
		(c) = (a + b)	

SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016	
	No Bimestre	Até o Bimestre(b)

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

BOM JARDIM DA SERRA , 31/05/2016

**RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2016 ANEXO 14**

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	17.000.000,00
Previsão Atualizada		—	17.000.000,00
Receitas Realizadas		2.587.931,98	5.341.395,54
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	17.000.000,00
Créditos Adicionais		—	979.000,00
Dotação Atualizada		—	17.979.000,00
Despesas Empenhadas		2.394.388,03	4.338.957,91
Despesas Liquidadas		2.399.553,67	4.310.521,80
Superavit Orçamentário		—	1.030.873,74
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		2.394.388,03	4.338.957,91
Despesas Liquidadas		2.399.553,67	4.310.521,80
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			14.261.084,35
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		261.000,00	-851.671,86
Resultado Primário		178.000,00	836.768,09
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	55.602,57	27.290,65	2.406,92
EXECUTIVO	55.602,57	27.290,65	2.406,92
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.605.933,90	2.548,86	803.440,63
EXECUTIVO	1.605.933,90	2.548,86	803.440,63
TOTAL:	1.661.536,47	29.839,51	805.847,55
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		223.137,11	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
Liquidadas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	873.240,00
Despesa de Capital Líquida		123.553,93	5.580.997,57

Continua 1/2

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)			0,00		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)			0,00		0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)			0,00		0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS						
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
				% Mínimo a Aplicar no Exercício		% Aplicado até o Bimestre
				15,00		0,00
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde			954.590,63			0,00
Liquidadas			0,00			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)			0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

## RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2016 ANEXO 2

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) = (d) - (e)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	17.000.000,00	17.979.000,00	2.394.388,03	4.338.957,91	100,00	2.399.553,67	4.310.521,80	13,6
Legislativa	760.000,00	760.000,00	68.650,27	152.918,04	3,52	68.650,27	152.918,04	3,55
Ação Legislativa	760.000,00	760.000,00	68.650,27	152.918,04	3,52	68.650,27	152.918,04	3,55
Administração	1.627.000,00	1.627.000,00	334.195,83	610.352,98	14,07	334.195,83	610.343,98	1,0
Administração Geral	460.000,00	460.000,00	80.713,31	155.130,06	3,58	80.713,31	155.130,06	3,60
Administração Financeira	1.127.000,00	1.127.000,00	252.535,63	453.960,40	10,46	252.535,63	453.951,40	10,53
Controle Interno	40.000,00	40.000,00	946,89	1.262,52	0,03	946,89	1.262,52	0,03
Segurança Pública	50.260,00	50.260,00	568,05	1.498,05	0,03	568,05	1.498,05	0,03
Policimento	20.260,00	20.260,00	568,05	1.498,05	0,03	568,05	1.498,05	0,03
Defesa Civil	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	712.540,00	924.540,00	177.720,86	256.064,28	5,90	177.720,86	256.064,28	5,94
Assistência ao Idoso	13.000,00	13.000,00	592,00	592,00	0,01	592,00	592,00	0,01
Assistência à Criança e ao Adolescente	109.000,00	109.000,00	12.865,21	30.628,58	0,71	12.865,21	30.628,58	0,71
Assistência Comunitária	586.540,00	798.540,00	162.501,64	223.081,69	5,14	162.501,64	223.081,69	5,18
Alimentação e Nutrição	4.000,00	4.000,00	1.762,01	1.762,01	0,04	1.762,01	1.762,01	0,04
Saúde	2.987.590,00	3.097.590,00	596.552,18	1.172.532,15	27,02	596.516,43	1.172.496,40	27,20
Assistência ao Idoso	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	2.687.090,00	2.797.090,00	532.324,23	1.066.449,46	24,58	532.288,48	1.066.413,71	24,74
Vigilância Sanitária	16.500,00	16.500,00	5.394,20	7.874,20	0,18	5.394,20	7.874,20	0,18
Vigilância Epidemiológica	35.000,00	35.000,00	0,00	33.578,88	0,77	0,00	33.578,88	0,78
Alimentação e Nutrição	242.000,00	242.000,00	58.833,75	64.629,61	1,49	58.833,75	64.629,61	1,50
Educação	4.487.291,50	4.587.291,50	660.475,88	1.074.271,09	24,76	661.968,18	1.050.183,39	24,36
Ensino Fundamental	2.892.291,50	2.892.291,50	512.533,94	910.546,78	20,99	514.027,24	886.459,08	20,57
Educação Infantil	1.242.000,00	1.342.000,00	132.247,88	145.354,26	3,35	132.247,88	145.354,26	3,37
Educação de Jovens e Adultos	78.000,00	78.000,00	15.694,06	18.370,05	0,42	15.694,06	18.370,05	0,43
Educação Especial	275.000,00	275.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	70.000,00	70.000,00	8.044,34	12.192,33	0,28	8.044,34	12.192,33	0,28
Divulgação Cultural	70.000,00	70.000,00	8.044,34	12.192,33	0,28	8.044,34	12.192,33	0,28
Urbanismo	2.128.380,00	2.128.380,00	4.050,00	10.790,00	0,25	4.050,00	10.790,00	0,25
Infra-Estrutura Urbana	1.979.380,00	1.979.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

C

R\$ 1,00

DO
(a-d)

68.478,20

07.081,96

07.081,96

16.656,02

04.869,94

73.048,60

38.737,48

48.761,95

18.761,95

30.000,00

68.475,72

12.408,00

78.371,42

75.458,31

2.237,99

25.093,60

7.000,00

30.676,29

8.625,80

1.421,12

77.370,39

37.108,11

05.832,42

96.645,74

59.629,95

75.000,00

57.807,67

57.807,67

17.590,00

79.380,00

ontinua 1/3



Conti

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.000.000,00	17.979.000,00	2.394.388,03	4.338.957,91	100,00	2.399.553,67	4.310.521,80	100,00
Urbanismo	2.128.380,00	2.128.380,00	4.050,00	10.790,00	0,25	4.050,00	10.790,00	0,25
Serviços Urbanos	149.000,00	149.000,00	4.050,00	10.790,00	0,25	4.050,00	10.790,00	0,25
Habitação	418.460,00	418.460,00	4.164,20	42.039,32	0,97	4.164,20	42.039,32	0,98
Habitação Urbana	418.460,00	418.460,00	4.164,20	42.039,32	0,97	4.164,20	42.039,32	0,98
Agricultura	920.200,00	920.200,00	85.510,37	140.013,07	3,23	85.510,37	140.013,07	3,25
Extensão Rural	920.200,00	920.200,00	85.510,37	140.013,07	3,23	85.510,37	140.013,07	3,25
Indústria	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	215.000,00	215.000,00	24.221,59	42.304,09	0,97	24.751,59	42.304,09	0,98
Turismo	215.000,00	215.000,00	24.221,59	42.304,09	0,97	24.751,59	42.304,09	0,98
Comunicações	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	75.000,00	75.000,00	11.592,47	33.757,85	0,78	11.592,47	33.757,85	0,78
Energia Elétrica	75.000,00	75.000,00	11.592,47	33.757,85	0,78	11.592,47	33.757,85	0,78
Transporte	2.038.778,50	2.538.778,50	354.140,85	667.229,72	15,38	357.318,94	662.926,06	15,38
Transporte Rodoviário	2.038.778,50	2.538.778,50	354.140,85	667.229,72	15,38	357.318,94	662.926,06	15,38
Desporto e Lazer	130.500,00	187.500,00	23.111,08	39.724,21	0,92	23.111,08	39.724,21	0,92
Desporto Comunitário	130.500,00	187.500,00	23.111,08	39.724,21	0,92	23.111,08	39.724,21	0,92
Encargos Especiais	340.000,00	340.000,00	41.390,06	83.270,73	1,92	41.390,06	83.270,73	1,93
Serviço da Dívida Interna	180.000,00	180.000,00	16.334,42	40.547,35	0,93	16.334,42	40.547,35	0,94
Outros Encargos Especiais	160.000,00	160.000,00	25.055,64	42.723,38	0,98	25.055,64	42.723,38	0,99

C

inuação 2/3

DO
(a-d)

68.478,20  
17.590,00  
38.210,00  
76.420,68  
76.420,68  
80.186,93  
80.186,93  
30.000,00  
30.000,00  
72.695,91  
72.695,91  
9.000,00  
9.000,00  
41.242,15  
41.242,15  
75.852,44  
75.852,44  
47.775,79  
47.775,79  
56.729,27  
39.452,65  
17.276,62

ontinua 2/3

Conti

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.000.000,00	17.979.000,00	2.394.388,03	4.338.957,91	13.640.042,09	2.399.553,67	4.310.521,80	13.6
Encargos Especiais	340.000,00	340.000,00	41.390,06	83.270,73	256.729,27	41.390,06	83.270,73	2
Outros Encargos Especiais	160.000,00	160.000,00	25.055,64	42.723,38	117.276,62	25.055,64	42.723,38	1
<b>TOTAL (II) = (I + II)</b>	<b>17.000.000,00</b>	<b>17.979.000,00</b>	<b>2.394.388,03</b>	<b>4.338.957,91</b>	<b>13.640.042,09</b>	<b>2.399.553,67</b>	<b>4.310.521,80</b>	<b>13.6</b>

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

inuação 3/3

DO
(a-d)

68.478,20

56.729,27

17.276,62

---

68.478,20

## RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2016 ANEXO 3

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO 2015 A ABRIL 2016

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2016
ESPECIFICAÇÃO														TOTAL (ULT. 12 MES.)
Maio/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016			
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>														
1.355.057,33	1.334.857,89	1.257.129,20	1.185.121,10	1.154.886,50	1.285.248,14	1.251.756,45	1.695.407,80	1.616.402,79	1.542.906,92	1.508.162,12	1.401.409,40	16.543.355,84	16.219.329,10	
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>														
61.594,39	129.615,36	93.300,39	54.015,20	66.727,40	45.590,46	54.070,53	166.689,29	136.146,82	44.338,26	308.674,76	104.729,29	1.270.491,15	1.410.180,00	
<b>IPTU</b>														
23.000,12	54.468,08	23.242,36	10.782,78	10.294,63	5.908,21	2.418,97	3.733,10	6.688,33	2.140,00	90.419,94	22.074,97	255.089,49	96.760,00	
<b>IRPJ</b>														
3.124,82	3.470,50	7.288,03	1.612,58	2.698,82	3.407,41	7.575,03	119.151,48	2.323,55	2.310,52	189.431,90	7.482,63	348.766,27	215.460,00	
<b>IS</b>														
22.350,57	23.199,34	26.418,12	32.115,62	24.067,32	29.457,44	25.003,18	38.778,24	21.788,44	31.663,16	20.076,63	57.206,89	352.266,96	934.800,00	
<b>ITBI</b>														
9.762,14	44.693,25	37.694,86	7.793,79	28.259,36	5.103,46	17.336,14	4.865,25	104.712,53	7.425,94	3.144,00	16.555,93	287.506,64	47.880,00	
<b>Outras Receitas Tributárias</b>														
3.326,74	3.794,19	1.537,03	1.710,43	1.556,27	1.703,94	1.741,21	2.160,22	653,97	598,64	5.660,29	1.428,87	25.861,90	116.280,00	
<b>RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES</b>														
12.692,70	11.444,13	11.762,02	12.635,58	11.949,03	11.784,81	12.641,74	10.545,29	11.571,50	12.121,47	10.673,49	1.376,66	131.479,42	83.220,00	
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>														
46.042,57	51.637,07	52.021,62	53.027,06	53.647,87	46.581,63	54.762,41	55.493,52	64.399,41	55.925,19	54.383,19	54.379,27	645.271,63	37.620,00	
<b>RECEITA AGROPECUÁRIA</b>														
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>RECEITA INDUSTRIAL</b>														
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>														
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>														
1.137.388,23	1.080.891,75	1.061.491,94	1.081.491,94	1.016.697,14	1.152.494,08	1.128.138,98	1.429.414,84	1.402.150,02	1.426.300,76	1.129.946,34	1.233.232,02	14.426.035,26	14.185.279,10	
<b>Cota-Parte do FPM</b>														
591.411,98	514.588,39	381.006,57	445.646,92	371.540,26	422.574,40	477.458,38	549.022,36	521.721,09	653.119,36	396.716,85	471.611,14	5.706.749,70	7.295.000,00	
<b>Cota-Parte do ICMS</b>														
392.540,96	376.179,08	373.763,29	384.802,59	390.759,16	393.700,96	396.063,85	395.647,73	591.114,32	476.708,11	482.126,06	485.704,47	5.106.110,49	3.646.000,00	
<b>Cota-Parte do IRPJ</b>														
24.429,92	27.214,51	29.445,29	23.885,70	21.773,35	25.465,17	23.027,35	12.627,78	9.175,42	17.253,76	22.893,89	25.466,80	262.474,75	239.400,00	
<b>Cota-Parte do ITR</b>														
714,07	2.051,15	1.702,77	6.611,16	5.430,10	90.891,50	17.861,94	9.001,20	7.922,86	491,55	2.285,87	891,54	145.855,71	71.820,00	
<b>Outras Transferências Correntes</b>														
71.750,36	77.396,84	154.242,55	82.754,01	105.492,67	79.295,09	75.592,04	330.289,77	103.696,76	118.010,03	71.516,51	77.846,32	1.347.744,95	1.445.779,10	
<b>Transferências da LC 61/1989</b>														
6.296,09	5.963,45	5.498,15	5.850,28	5.833,66	6.067,57	6.164,95	6.087,51	9.263,79	7.154,46	6.985,00	7.167,20	79.003,11	57.000,00	
<b>Transferências da LC 87/1996</b>														
1.642,05	1.642,05	1.642,05	1.642,05	1.642,05	1.642,05	1.642,05	1.642,05	2.034,98	2.034,98	2.034,98	2.034,98	21.276,32	13.890,00	
<b>Transferências do FUNDEC</b>														
139.344,73	132.397,76	126.761,08	130.297,32	124.265,89	131.846,34	130.228,41	134.006,44	167.259,80	152.197,51	145.599,18	152.520,77	1.666.807,23	1.413.600,00	
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>														
6.337,51	4.773,20	16.833,42	3.950,30	5.675,16	7.827,16	2.122,79	5.319,96	2.155,04	2.612,24	4.479,34	7.692,16	70.076,18	50.030,00	
<b>DEDUÇÕES (II)</b>														
203.400,84	185.524,52	159.817,41	169.687,91	157.395,52	184.463,17	188.272,21	193.005,54	226.246,48	231.317,53	182.567,35	200.573,01	2.287.980,00	2.287.980,00	
<b>Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC</b>														
203.400,84	185.524,52	159.817,41	169.687,91	157.395,52	184.463,17	188.272,21	193.005,54	226.246,48	231.317,53	182.567,35	200.573,01	2.287.980,00	2.287.980,00	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)</b>														
1.151.656,49	1.149.333,37	1.097.311,79	1.015.433,19	997.501,08	1.077.975,93	1.067.263,28	1.476.402,26	1.390.156,31	1.311.589,39	1.325.594,77	1.200.836,39	14.261.084,35	13.931.349,10	
NOTA:														

FONTE:

## RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2016 ANEXO 4

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2016	2015		
Caixa			0,00	0,00		

Continua 2/4



Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>			<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>				
<b>RECEITAS CORRENTES (MII)</b>				
Recarga de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IX)</b>				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>				

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

**RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2016 ANEXO 5**

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	9.863,40	1.625,09	596,76
DEDUÇÕES (II)	6.248.411,61	7.111.767,10	7.090.816,83
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.847.329,34	8.360.910,93	8.525.498,58
Demais Haveres Financeiros	7.016,17	7.016,17	7.016,17
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.605.933,90	1.256.160,00	1.441.697,92
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-6.238.548,21	-7.110.142,01	-7.090.220,07
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-6.238.548,21</b>	<b>-7.110.142,01</b>	<b>-7.090.220,07</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>19.921,94</b>	<b>-851.671,86</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>261.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

**RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2016 ANEXO 6**

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.676.269,10	5.050.647,94	4.275.953,07
Receita Tributária	1.410.180,00	593.889,13	222.745,29
I.P.T.U.	95.760,00	121.303,24	260,07
I.S.S.	934.800,00	130.877,12	181.173,56
I.T.B.I.	47.880,00	131.838,40	20.661,36
I.R.R.F.	215.460,00	201.528,60	9.402,45
Outras Receitas Tributárias	116.280,00	8.341,77	11.247,85
Receita de Contribuição	83.220,00	35.743,12	57.134,51
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	83.220,00	35.743,12	57.134,51
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	44.460,00	234.653,00	190.989,57
(-) Aplicações Financeiras	44.460,00	234.653,00	190.989,57
Transferências Correntes	12.679.839,10	4.404.076,91	3.969.362,63
F.P.M.	5.814.000,00	1.634.534,88	1.710.147,02
I.P.V.A	191.520,00	59.691,48	55.406,38
I.C.M.S.	2.918.400,00	1.628.522,72	1.290.806,60
Convênios	1.050.230,00	48.808,15	24.827,18
Outras Transferências Correntes	2.705.689,10	1.032.519,68	888.175,45
Demais Receitas Correntes	503.030,00	16.938,78	26.710,64
Dívida Ativa	52.440,00	16.860,77	26.575,35
Diversas Receitas Correntes	450.590,00	78,01	135,29
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.279.270,90	56.094,60	102.279,89
Operações de Crédito (III)	873.240,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.406.030,90	56.094,60	102.279,89
Convênios	1.406.030,90	56.094,60	102.279,89
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.406.030,90	56.094,60	102.279,89
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	16.082.300,00	5.106.742,54	4.378.232,96

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.254.448,50	4.214.546,98	4.091.954,77	4.186.967,87	3.973.229,80
Pessoal e Encargos Sociais	5.955.470,00	2.338.005,97	2.155.654,45	2.337.970,22	2.141.561,86
Juros e Encargos da Dívida (IX)	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	6.218.978,50	1.876.541,01	1.936.300,32	1.848.997,65	1.831.667,94
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.174.448,50	4.214.546,98	4.091.954,77	4.186.967,87	3.973.229,80
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.704.551,50	124.410,93	163.351,13	123.553,93	160.328,16
Investimentos	5.604.551,50	83.863,58	125.235,93	83.006,58	122.212,96
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	100.000,00	40.547,35	38.115,20	40.547,35	38.115,20
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.604.551,50	83.863,58	125.235,93	83.006,58	122.212,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	20.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	17.799.000,00	4.298.410,56	4.217.190,70	4.269.974,45	4.095.442,76

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-1.716.700,00</b>	<b>808.331,98</b>	<b>161.042,26</b>	<b>836.768,09</b>	<b>282.790,20</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>178.000,00</b>	

## RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2016 ANEXO 7

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)		
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015									
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	570.614,10	1.035.319,80	799.944,41	2.548,86	803.440,63	2.406,92	2.406,92	27.290,65	25.905,00	825.849,41	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	570.614,10	1.035.319,80	799.944,41	2.548,86	803.440,63	2.406,92	2.406,92	27.290,65	25.905,00	825.849,41	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	5.332,11	32.405,31	9.108,97	85,88	28.542,57	0,00	2.875,00	0,00	2.875,00	11.983,97	
GABINETE DO PREFEITO	68.893,21	129.530,89	76.625,30	2.455,03	119.343,77	2.406,92	2.406,92	26.540,65	0,00	76.625,30	
SEC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TUR	9.157,30	36.321,52	1.111,20	0,00	44.357,62	0,00	0,00	0,00	0,00	1.111,20	
SEC. DE INFRA-ESTRUTURA, AGRIC. E MEIO AMBI	278.090,99	204.051,64	269.051,81	0,00	213.050,82	0,00	2.520,00	0,00	20.904,36	289.956,17	
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	206.425,80	591.473,99	434.460,24	0,00	363.439,55	0,00	2.125,64	0,00	2.125,64	436.586,88	
SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO	2.744,69	22.399,79	1.786,89	7,96	23.349,64	0,00	0,00	750,00	0,00	1.786,89	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	19.136,66	7.800,00	0,00	11.336,66	0,00	0,00	0,00	0,00	7.800,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II):	570.614,10	1.035.319,80	799.944,41	2.548,86	803.440,63	2.406,92	2.406,92	27.290,65	25.905,00	825.849,41	

ONTE:

FONTE:

**RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2016 ANEXO 8**

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	23.370,00	23.370,00	6.316,78	27,03
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	19.665,00	19.665,00	5.604,10	28,50
1.1.1- IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	18.240,00	18.240,00	5.604,10	30,72
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.425,00	1.425,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.1- ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.705,00	3.705,00	712,68	19,24
1.3.1- ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.425,00	1.425,00	712,68	50,01
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.280,00	2.280,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	9.110.367,00	9.110.367,00	2.608.541,71	28,63
2.1- Cota-Parte FPM	7.296.000,00	7.296.000,00	2.043.168,44	28,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.296.000,00	7.296.000,00	2.043.168,44	28,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	1.641.600,00	1.641.600,00	508.913,32	31,00
2.3- ICMS-Desoneração – LC. nº87/1996	3.420,00	3.420,00	2.035,00	59,50
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	48.450,00	48.450,00	25.984,88	53,63
2.5- Cota-Parte ITR	61.047,00	61.047,00	9.793,54	16,04
2.6- Cota-Parte IPVA	59.850,00	59.850,00	18.846,53	31,16
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>9.133.737,00</b>	<b>9.133.737,00</b>	<b>2.614.858,49</b>	<b>28,63</b>

**RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	131.670,00	131.670,00	97.766,88	74,25
5.1- Transferências do Salário-Educação	68.400,00	68.400,00	64.328,00	94,05
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	30.210,00	30.210,00	21.916,00	72,55
5.4- Transferências Diretas - PNATE	33.060,00	33.060,00	11.522,88	34,85
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	80.750,00	80.750,00	56.094,60	69,47
6.1- Transferências de Convênios	80.750,00	80.750,00	56.094,60	69,47
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	14.820,00	14.820,00	19.416,05	131,01
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>227.240,00</b>	<b>227.240,00</b>	<b>173.277,53</b>	<b>76,25</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.287.980,00	2.287.980,00	840.704,37	36,74
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.482.000,00	1.482.000,00	408.633,56	27,57
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	729.600,00	729.600,00	407.130,24	55,80
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.736,00	2.736,00	1.627,96	59,50
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	11.400,00	11.400,00	6.114,09	53,63
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	14.364,00	14.364,00	2.304,33	16,04
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	47.880,00	47.880,00	14.894,19	31,11
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.413.600,00	1.413.600,00	617.567,26	43,69
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.413.600,00	1.413.600,00	617.567,26	43,69
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-874.380,00</b>	<b>-874.380,00</b>	<b>-223.137,11</b>	<b>25,52</b>

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 2/3

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						0,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						0,00
19.2 - Mínimo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						100,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 <sup>2</sup>						0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	2.283.434,25		2.283.434,25		653.714,62	28,63
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-223.137,11
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-223.137,11
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						223.137,11
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE <sup>5</sup> ((38) / (3) x 100) %						8,53
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	70.540,00	70.540,00	8.758,90	12,42	7.372,00	10,45
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.422.751,50	4.522.751,50	1.066.366,75	23,58	1.043.665,95	23,08
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	4.493.291,50	4.593.291,50	1.075.125,65	23,41	1.051.037,95	22,88
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.493.291,50	4.593.291,50	1.075.125,65	23,41	1.051.037,95	22,88

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		51.378,77	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		617.567,26	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		512.207,20	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		512.207,20	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		156.738,83	0,00

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.  
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

**RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2º BIMESTRE 2016 ANEXO 9**

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)</b>	<b>873.240,00</b>	<b>0,00</b>	<b>873.240,00</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS (e)</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	5.704.551,50	124.410,93	123.553,93
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>5.704.551,50</b>	<b>124.410,93</b>	<b>123.553,93</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-4.831.311,50</b>	<b>-124.410,93</b>	<b>-4.706.900,57</b>

FONTE:

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 114-16 DE 30 DE MAIO DE 2016 DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO TURNO ÚNICO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 114/16, DE 30 DE MAIO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO TURNO ÚNICO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEISI RAUBER WANDSCHEER, Presidente no Exercício da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Seção II (Atribuições da Câmara Municipal) artigo 13, inciso III e com o Regimento Interno e a Lei Complementar Legislativa Nº 01/2013:

CONSIDERANDO: Que a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC adotou o turno único de atendimento ao público a partir de 01/06/2016 estende-se este também a Câmara Municipal de Vereadores.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído turno único contínuo de seis (6) horas diárias de atendimento e serviço público na Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste – SC, a ser cumprido no período compreendido entre às 12h00min horas e às 18h00min horas, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º. O turno único instituído no artigo 1º desta Lei vigorará a partir de 01/06/2016.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013, vigorando seus efeitos a partir de 01 de maio de 2016.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 30 de maio de 2016.

LEISI RAUBER WANDSCHEER  
Presidente no Exercício da Presidência

Registrado e publicado na data supra

Janiara Keller Ceccon  
1º Secretária da Mesa Diretora

### **PORTARIA Nº 087/2016 DE 31 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº 087/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.  
NOMEAR SERVIDORA PARA CARGO DE PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. Camila Vivan, portadora do CPF sob nº. 023.174.111-11, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para ocupar o cargo de Professor I – Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo como vencimento base o piso Nacional do Magistério, proporcional a carga horária exercida, a partir de 01 de junho de 2016, conforme Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Bom Jesus do Oeste – SC, Lei Complementar nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013 e de acordo com classificação de Edital de Chamamento Público nº 002/2016, em substituição a Servidora Sra. Adriane Baumbach, que está afastada por atestado médico e Licença Maternidade até o dia 29/11/2016, podendo ser prorrogado conforme necessidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 31 de maio de 2016.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 088/2016 DE 31 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº 088/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. MARILEI SALETE OLIVEIRA HORN, inscrita na matrícula sob nº 183-0, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme Atestado Médico, no período de 24 de maio de 2016 a 07 de julho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 24/05/2016, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 31 de maio de 2016.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 518.05.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE FABIANA A. NETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 518/16 de 31.05.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

#### RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 30 e 31 de maio de 2016, a funcionária Fabiana Andrieza Neto, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
31 de maio de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ  
Sec. Mun. Adm. Fazenda

### EXTRATO CONTRATO 125/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato Nº 125/2016 Ata de Registro de Preços nº 01/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Alceu Osvaldo Sebold EPP

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde. Valor Total Medicamento Ético: R\$ 8.653,56 (oito mil seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e seis centavos).

Extrato Quarto Termo Aditivo do Contrato 51/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: A.J.A Assessoria e Projetos Ltda.

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência de prazo do contrato 51/2013 para 31 de dezembro de 2016, conforme faculta a legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº51/2013, desde que não contrariem o que ficou conveniado no presente Termo Aditivo.

Errata Extrato Terceiro Termo Aditivo do Contrato 75/2013

O Município de Bom Retiro torna público errata Extrato TA Contrato 75/2013

Onde se lê:

Extrato Terceiro Termo Aditivo do Contrato 75/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: IPM Sistemas Ltda.

Ficam alteradas as Cláusulas: Terceira (Da Vigência), prorroga-se a vigência do contrato, a partir da data de assinatura do presente termo até 04 de maio de 2017.

Leia-se:

Extrato Terceiro Termo Aditivo do Contrato 75/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: IPM Sistemas Ltda.

Ficam alteradas as Cláusulas: Terceira (Da Vigência), prorroga-se a vigência do contrato, a partir da data de assinatura do presente termo até 31 de dezembro de 2016.

Bom Retiro, 01 de junho de 2016.

Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito

**HOMOLOGAÇÃO FINAL CONCURSO 01.2015**

Legenda:

ESP - Conhecimentos Específicos

GER - Conhecimentos Gerais e Atua/idades

POR - Português

MAT - Matemática

4º	OSO	ANA CARINA BROERING GORGES	4,80	0,80	1,20	0,60	7,40
5º	078	ADRIANA STEINBACH	5,40	0,40	0,80	0,60	7,20
6º	006	JACQUELINE BLOMER BELARMINDA	4,80	0,80	1,20	0,40	7,20
7º	168	FERNANDA ROSA GORGES	5,10	0,80	0,60	0,60	7,10
8º	069	MARIANA DEUCHER	5,10	0,80	0,60	0,40	6,90
9º	120	GEAN KARLA MELO VIEIRA	4,20	0,80	1,00	0,80	6,80
10º	001	DALISE BURATTO VAZ	4,80	0,80	0,60	0,40	6,60
11º	149	VALERIA MORETTI MASSUCHETTI	4,50	0,80	0,80	0,40	6,50
12º	022	FABIANA ANDRIEZA NETO	4,80	0,60	0,80	0,20	6,40
13º	015	IARA DEUCHER	4,80	0,60	0,40	0,60	6,40
14º	060	ELIANA APARECIDA ALVES	4,20	0,80	0,80	0,60	6,40
15º	093	JANETE APARECIDA PAIM DE JESUS	4,20	0,40	1,00	0,40	6,00
16º	034	MICHELLI PAULA POLMANN	4,20	0,80	0,80	0,20	6,00
17º	048	ANA CLAUDIA BRUDER MORETTI	4,50	0,60	0,40	0,40	5,90
18º	266	LARISSA REGINA DA CRUZ DEUCHER	3,90	0,80	0,60	0,40	5,70
19º	109	PATRICIA MICHELS HOFFMANN	4,20	0,80	0,40	0,20	5,60
20º	090	LUCIANA DO PATROCÍNIO DE JESUS	3,30	0,60	0,80	0,60	5,30

**MINUTA EDITAL PP 13/2016 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM RETIRO

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 (FMS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde torna público Edital Pregão Presencial 13/2016 para Aquisição de veículo de passeio, 0 km, para atender os setores da Vigilância Sanitária e Epidemiológica. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 13/06/16 às 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 01 de junho de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

**Botuvera****PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, CNPJ Nº 83.102.350/0001-96.

CONTRATADA: SONA CONSTRUTORA LTDA EPP - CNPJ Nº 18.205.110/0001-55

OBJETO: Fornecimento e Instalação de Um Pórtico em Estrutura de Concreto Pré-Moldado na Rua Primeiro de Maio – Rodovia Pedro Merizio.

FUNDAMENTO LEGAL: P Licitatório nº 29/2016 – Pregão Presencial nº 18/2016.

VIGÊNCIA PRAZO: 03 (três) meses – Início 16/05/2016 a 15/08/2016.

PREÇO: R\$19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais).

DATA: Botuverá-SC., 16 de Maio de 2016

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**PL41-TP05-2016-ATA DE JULGAMENTO-REVITALIZAÇÃO CAIXAS D'AGUA**

ATA DA SESSÃO DE ABERTURA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº41/2016, TOMADA DE PREÇOS nº 05/2016.

Às quatorze (14:30) horas e trinta minutos, do dia trinta e um de Maio de dois mil e dezesseis (31/05/2016), na Sala de licitações da Prefeitura Municipal de Botuverá reuniram-se os membros da comissão de licitações nomeados pela Portaria nº 02/2016, de 01 de Janeiro de 2016, para abertura, análise e julgamento da Documentação de habilitação do Processo Licitatório acima mencionado, tendo por objeto a contratação de empresa para OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA MUNICIPAL, conforme informações constantes no projeto. Acudiram em tempo hábil ao presente certame, protocolando a entrega dos envelopes documentação e a proposta as empresas: SONA CONSTRUTORA LTDA EPP, CNPJ: 18.205.110/0001-55, sediada na Av. Germano Furbringer, 1104, Jardim Maluche, CEP-88.354-600, cidade de Brusque/SC e a empresa WDF SERVIÇOS LTDA, CNPJ:04.924.266/0001-81, sediada na Rua Rodrigues Alves, 55, sala 201, CEP-88.350-160, cidade de Brusque/SC. Das proponentes protocoladas, apenas o representante da empresa SONA CONSTRUTORA LTDA EPP, Sr. Edmilson Pereira, inscrito no CPF-785.676.299-34, participou da sessão. Feitos os registros iniciais, em seguida foram abertos os envelopes nº01 – Documentação de Habilitação, sendo rubricados e analisados todos os documentos ali contidos pelos membros da comissão. Da análise para verificação de enquadramento das ME e/ou EPP, a empresa SONA CONSTRUTORA LTDA EPP será beneficiada pela Lei complementar nº 123/2006 e suas alterações. Feito isto, foi dada sequência aos trabalhos, que após análise documental, verificou-se que a empresa WDF SERVIÇOS LTDA, CNPJ:04.924.266/0001-81, apresentou CRC com data inferior a três dias da data da entrega das propostas, não atendendo ao item 4.1 do edital e ao disposto no Art. 22, § 2º da lei 8.666/93, sendo considerada INABILITADA. Resta HABILITADA a empresa SONA CONSTRUTORA LTDA EPP, CNPJ: 18.205.110/0001-55, comprovando a apresentação de todos os documentos exigidos no edital. Aos presentes na sessão ficam desde já intimados do resultado e aberto o prazo para apresentação de recursos previstos no art.109, da Lei 8.666/93. Não sendo apresentados recursos neste prazo, será aberta a sessão para julgamento da proposta para data de 08/06/2016, às 14:00 horas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo presidente da comissão, lavrando-se a presente ata, que após lida e assinada pelos membros da Comissão, foi determinado a publicação de cópia no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina(DOM/SC) e também envio da cópia a todas as participantes, com a finalidade de intimação da decisão para fins de contagem dos prazos recursais, nos termos da Lei Federal 8.666/93.

Botuvera, 31 de maio de 2016.

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO:**

Cleber José Costa Presidente	Márcio Adriano de Oliveira Membro	João Kennedy Paulini Membro	Vilimar Fischer Membro
---------------------------------	--------------------------------------	--------------------------------	---------------------------

**Empresa:**

Edmilson Pereira

SONA CONSTRUTORA LTDA EPP

CNPJ: 18.205.110/0001-55



# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### **EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 16/2016**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 26/2016

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 16/2016

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 16.06.2016, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de peças para manutenção da Retroescavadeira B 110 B New Holland ano 2012 da Secretaria de Obras do Município de Braço do Trombudo, conforme anexo I deste Edital, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 31 de maio de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº41/2015 PMBT

Página: 1/46

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Leite em pó integral. Preparado Instantâneo. Lata de 400 gr. (9650)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	piracanjuba	0	7,3400	1
2			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	AURORA	0	7,3500	2
3			CLETON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PIRACANJUB	0	8,2500	3
2	Açúcar refinado. Pacote de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8704)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	caravelas	0	11,9800	1
2			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ALTO ALEGRE	0	11,9900	2
3			CLETON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	CARAVELAS	0	13,3000	3
4			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CARAVELAS	0	13,3200	4
3	Café solúvel (vidro de 200 gr) (7436)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ouro	0	10,4500	1
2			CLETON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	OURO	0	10,4700	2
3			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	AMIGO	0	10,4900	3
4	Café torrado e moído, caixa com 500 gr, embalado a vácuo, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9636)	CX	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ouro	0	8,9500	1
2			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IGUACU	0	8,9800	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 2/46

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	OURO	0	9,0000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	OURO	0	10,1500	4
5	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (13394)	LT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PIRACANJUBA	0	2,4500	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	piracanjuba	0	2,8000	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PIRACANJUBA	0	2,8000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PIRACANJUBA	0	2,8000	4
6	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor maracujá. (16830)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	maguari	0	5,4900	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAGUARY	0	5,5000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SULFRESH	0	5,5800	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	MAGUARY	0	5,5800	4
7	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor uva (16831)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	maguari	0	5,4900	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAGUARY	0	5,9000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 3/46

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

8	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor laranja. (16832)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SULFRESH	0	5,9800	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	MAGUARY	0	5,9800	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	maguari	0	5,4900	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAGUARY	0	5,9000	2
9	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor abacaxi. (16833)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SULFRESH	0	5,9800	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	MAGUARY	0	5,9800	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	maguari	0	5,4900	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAGUARY	0	5,9000	2
10	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE, LIMÃO E ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (7689)	CX	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	4,8700	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	4,8800	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SULFRESH	0	5,9800	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	MAGUARY	0	5,9800	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 4/46

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Chá em sachês, no sabor MAÇA E CANELA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7690)	CX	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilar	0	4,9000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	4,9500	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	2,9700	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilar	0	2,9800	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	3,0500	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,1000	4
12	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE E LARANJA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7691)	CX	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	2,9600	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilar	0	2,9700	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	2,9800	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,1000	4
13	Chá em sachês, no sabor AMORA SILVESTRE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7694)	CX	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	2,9600	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilar	0	3,0000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,1000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 5/46

**Número do Registro de Preços: 41/2015      Data do Registro: 30/11/2015      Válido até: 30/11/2016**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	3,1000	4
14	Chá em sachês, no sabor MACÃ, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7695)	CX	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	2,9600	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilar	0	3,0000	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	3,1000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,1000	4
15	Chá em sachês, no sabor CAMOMILA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7697)	CX	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	2,9400	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilar	0	2,9500	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	3,1000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,1000	4
16	Chá em sachês, no sabor CAPIM CIDREIRA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7698)	CX	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	2,9900	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilar	0	3,0000	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	3,1000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	CHINES	0	3,1000	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 6/46

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016		Objeto da Compra: Registro para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Chá em sachês, no sabor ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7699)	CX	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	2,9900	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilar	0	3,0000	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	3,1000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (9903)	CHINES	0	3,1000	4
18	Chá em sachês, no sabor PÊSSEGO, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7699)	CX	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	2,9900	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilar	0	3,0000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (9903)	CHINES	0	3,1000	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	3,1000	4
19	Chá em sachês, no sabor HORTELÃ, caixa com 10 unidades com 1 (14730)	CX	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	2,9900	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilar	0	3,0000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (9903)	CHINES	0	3,1000	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	3,1000	4
20	Adoçante Dietético Líquido Cidamato de Sódio e Sacarina Sódica Gotas 200ml (7703)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	adoçan	0	5,3000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 7/46

**Número do Registro de Preços: 41/2015      Data do Registro: 30/11/2015      Válido até: 30/11/2016**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Bala mastigável, sabor iogurte de morango, pct de 700 gr. (14731)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	MAGRO	0	5,3700	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ASSUCRIM	0	5,3800	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAGRO	0	5,3900	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	florestal	0	9,7000	1
22	Bala com caramelo de leite, recheados com chocolate branco, pct de 750 gr. (14732)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	7 BELO	0	9,7400	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BALA	0	9,8700	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	FLORESTAL	0	9,9900	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	florestal	0	10,3000	1
23	Bala caramelo de leite, recheados com creme sabor artificial de coco, pct de 750 gr. (14733)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	FLORESTAL	0	10,3600	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARCOR	0	10,3600	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BUTTER TOFI	0	10,3600	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	florestal	0	10,3000	1
24	Bala caramelo de leite, recheados com creme sabor artificial de chocolate, pct de 750 gr. (14734)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	FLORESTAL	0	10,3600	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 8/46

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Bala caramelo, recheados com creme sabor artificial de caramelo de leite, pct de 750 gr. (14734)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BUTTER TOFI	0	10,3600	3
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARCOR	0	10,3600	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	florestal	0	10,3000	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	FLORESTAL	0	10,3600	2
25	Bala caramelo com cacau recheado com creme sabor trufas, pct de 750 gr. (14735)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BUTTER TOFI	0	10,3600	3
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARCOR	0	10,3600	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	florestal	0	10,3000	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	FLORESTAL	0	10,3600	2
26	Bala caramelo de leite, recheados com creme sabor cappuccino, pct de 750 gr. (14736)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BUTTER TOFI	0	10,3600	3
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARCOR	0	10,3600	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	florestal	0	10,3000	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	FLORESTAL	0	10,3600	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 9/46

Número do Registro de Preços: 41/2015      Data do Registro: 30/11/2015      Válido até: 30/11/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	Bala caramelo com cacau, recheados com creme artificial de menta, pct de 750 gr. (14737)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BUTTER TOFI	0	10,3600	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	florestal	0	10,3000	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARCOR	0	10,3600	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	FLORESTAL	0	10,3600	3
28	Bala caramelo de leite, recheado com chocolate, pct de 750 gr. (14738)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BUTTER TOFI	0	10,3600	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	florestal	0	10,3000	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARCOR	0	10,3600	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	FLORESTAL	0	10,3600	3
29	Biscoito doce tipo caseiro, sabor nata, pct de 250 gr. (14739)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BUTTER TOFI	0	10,3600	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MASPA	0	5,5000	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	MASPA	0	5,8700	2
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CASAREDO	0	5,8900	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	prodasa	0	5,9500	4

Página: 10/46

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	Biscoito doce sortidos sabores amanteigados, chocolate e recheado com chocolate pot de 400 gr. (14740)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MASPA	0	5,2700	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CASAREDO	0	5,2800	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	prodasa	0	5,3000	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PRODASA	0	5,3700	4
31	Água mineral - galão retornável 20lt (sem frasco) (7704)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SANTA RITA	0	11,7400	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SANTA RITA	0	11,7400	2
32	Água mineral - galão retornável 20lt (com frasco) (7705)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SANTA RITA	0	18,5000	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SANTA RITA	0	18,5100	2
33	Copo descartável estriado, branco, com borda redobrada, em polipropileno ou poliestireno atóxico, fonte, de 1º qualidade, com capacidade para 180 ml, que atende a Norma ABNT NBR 14.865/2002, embalado em pacotes de 100 unidades. (16812)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	coposul	0	3,7000	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	MINAPLAST	0	3,7300	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	crisal copo	0	3,7500	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	COPOSUL	0	3,7600	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 11/46

**Número do Registro de Preços: 41/2015      Data do Registro: 30/11/2015      Válido até: 30/11/2016**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	Copo térmico isopor branco 180 ml pcd c/25 unid. (14741)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	COPOZAN	0	3,8000	5
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	COPO SUL	0	3,8000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	COPOBRAS	0	5,3500	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ISOP	0	5,3800	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	copobraz	0	5,4000	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	coposul	0	5,5000	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	DART	0	5,5400	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	QUELUX	0	2,1300	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	FIAT LUX	0	2,1400	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	fiat lux	0	2,1500	3
35	Fósforo, confeccionado em madeira de 1ª qualidade, acabamento perfeito, com ponta abrasiva, medindo aproximadamente 6 cm de comprimento total. Acondicionados em caixas resistentes contendo aproximadamente 40 palitos. (16813)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	Q. LUS	0	2,2000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	fiat lux	0	2,2000	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 12/46

**Número do Registro de Preços: 41/2015      Data do Registro: 30/11/2015      Válido até: 30/11/2016**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 150mm de diâmetro. (7735)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLABOM	0	3,5800	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MARTINS	0	3,5900	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	master	0	3,6000	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	ZALEANA	0	3,7000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	martins	0	3,7000	5
37	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 90mm de diâmetro. (7736)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MELITA	0	3,6000	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	master	0	3,6000	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	ZALEANA	0	3,6900	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MARTINS	0	3,7000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	martins	0	3,7000	5
38	Palito de Dente de madeira, rolipo. Embalagem: caixa com 100 unidades, com dados de identificação do produto e marca do fabricante. (14745)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GABOARDE	0	0,7900	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	talge	0	0,8000	2
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	GABOARDI	0	0,9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 13/46

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	Limpa fornos, 500 ml, removendo a gordura incrustada sem raspar, com aplicador interno, contendo soda caustica como elemento (14746)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	gina	0	0,9000	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	GINA	0	0,9100	5
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	GABOARDI	0	0,9100	6
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRATIK	0	8,2000	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nobre	0	9,6000	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	aquafast	0	9,6000	3
40	Lustra móveis em frasco de 200ml, com fragrância agradável. Composição química mínima: cera de carnaúba, óleos naturais, silicone, solvente e perfume, aplicação móveis e superfícies, (9683)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PRATIK	0	9,7000	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PRATIK	0	9,7000	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	pratik	0	2,9600	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	WORKER	0	2,9800	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRATIK	0	2,9900	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	destac	0	3,3000	4
41	Óleo de Peroba, frasco de 200ml. (12553)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	peroba	0	11,4800	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 14/46

**Número do Registro de Preços: 41/2015      Data do Registro: 30/11/2015      Válido até: 30/11/2016**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
42	Sabonete líquido com hidratante e glicerina nas fragrâncias erva-doce, chá verde e tangerina com chá verde - frasco de 5 lt (7726)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	VERDESAN	0	12,6900	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	INDIO	0	11,5800	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PEROBA	0	11,5900	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PRATIK	0	11,7600	5
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	peroba	0	11,4900	2
43	Alcool líquido - volume 46,2% - Frasco de 1 litro, conforme exigências do INMETRO (11874)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLOPS	0	3,8200	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	flcps	0	4,2500	2
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	MEGA	0	4,3000	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	flcps	0	4,3000	4
44	Alcool em gel, etílico hidratado 70° INPM, neutro, embalagem de 500 ml, ideal para limpeza em geral, Conforme exigências do INMETRO (14747)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	flcps	0	4,2500	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 15/46

Número do Registro de Preços: 41/2015      Data do Registro: 30/11/2015      Válido até: 30/11/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLOPS	0	4,2600
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	itcps	0	4,7000
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI-ME (8963)	MEGA	0	4,7500
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	FLOPS	0	5,8500
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ILHA	0	5,8900
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	da ilha	0	5,9000
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA-ME (9399)	pratik	0	2,9000
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	2,9200
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	sany	0	3,1000
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI-ME (8963)	DA ILHA	0	2,0000
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	da ilha	0	2,0200

45 Gel acendedor, ideal para churrasqueira, 80° INPM, embalagem de 600 ml. Conforme exigências do INMETRO (14748)

46 Saponáceo em líquido cremoso concentrado 300 ml. - especificação: limpador concentrado em líquido cremoso. Campo de aplicação: utilizado para a limpeza de superfícies esmaltadas, cromadas, aço inox, porcelanas e louças, sem causar riscos. Composição química: tensoativos, abrasivos, conservantes, perfumes e água. Embalagem: frascos com 300 ml, rótulo contendo identificação com procedência, data de fabricação, validade, lote, precauções de uso, composição química e técnico responsável. (9677)

47 Limpa vidros, tubos de 500 ml (16814)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 16/46

**Número do Registro de Preços: 41/2015      Data do Registro: 30/11/2015      Válido até: 30/11/2016**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	Cera Líquida auto brilho, inodor, frasco com 750 ml. (12547)	UND	CLETON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PRATIK	0	2,0300	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	RATIK	0	2,0400	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PRATIK	0	2,2500	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nobre	0	2,2500	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	GIRANDO SOI	0	7,5000	1
			CLETON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	GIRANDO SOI	0	7,5500	2
49	Cera líquida auto-brilho vermelha (750ml) (8549)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	GIRANDO SOI	0	7,6200	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	girando sd	0	7,7000	4
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRAVO	0	7,7000	5
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	girando sd	0	7,7000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	GIRANDO SOI	0	7,5000	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	GIRANDO SOI	0	7,6200	2
3			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	girando sd	0	7,7000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 17/46

**Número do Registro de Preços: 41/2015      Data do Registro: 30/11/2015      Válido até: 30/11/2016**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
50	Cera em Pasta vermelha, lata de 400 gramas (14750)	LAT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRAVO	0	7,7000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	girando sol	0	7,7000	5
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	GIRANDO SOL	0	7,7500	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ANDREA	0	10,1500	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ANDREA	0	10,1700	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	andrea	0	10,1800	3
51	Detergente líquido, antibacteriano, testado dermatologicamente, que contém tensoativo biodegradável, 500 ml. (12563)	UND	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	ANDREA	0	10,2000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	andrea	0	10,2000	5
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRILHA SUL	0	1,5400	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	aquafast	0	1,5500	2
52	Sabão em pó, caixa de 1kg, para roupas brancas e coloridas, de primeira linha. (12561)	CX	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	YPE	0	1,5800	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	girando sol	0	5,4300	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	TIYAN	0	5,4400	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 18/46

Número do Registro de Preços: 41/2015      Data do Registro: 30/11/2015      Válido até: 30/11/2016							
Objeto da Compra:      Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GIRANDO SOI	0	5,4700	3
53	Desinfetante, aspecto físico líquido, aplicação bactericida, aroma lavanda, frasco de 2lt. (9699)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sequinel	0	4,0500	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	verdesan	0	4,0600	2
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	VERDESAN	0	4,0700	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SEQUINEL	0	4,0800	4
54	Amaciante de roupa, aspecto físico líquido viscoso, fragrância lavanda, aplicação amaciante de artigos têxteis, solúvel em água, de tubo com 2 litros. (9700)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	GIRANDO SOI	0	4,2900	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sequinel	0	4,3000	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	verdesan	0	5,3000	3
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	LOURO	0	5,3400	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SEQUINEL	0	5,3800	5
55	Água Sanitária, composição química hidróxido de sódio e carbonato de sódio, princípio ativo: hipoclorito de sódio, teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5%/p/p, aplicação lavável e alvejante de roupas, banheiros, pias, tipo comum, frasco de 2 litros, acondicionadas em embalagem de papelão identificadas. (12542)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sequinel	0	4,2700	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SEQUINEL	0	4,2800	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 19/46

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
56	Desodorante sanitário tipo pedra sanitária, perfumado - odores variados, embalados em celofane à prova de vazamento, com no mínimo 30g, com ação bactericida e aromatizante e suporte plástico. Prazo de validade de no mínimo 06 meses, e data de fabricação não superior a 60 dias, contados retroativamente da data de entrega do produto. (12562)	UND	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	verdesan	0	4,3000	3
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	ECOVILE	0	4,3700	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	TOP CLEAN	0	4,4000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SANY	0	0,9500	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SANY	0	0,9600	2
57	Desodorizante ambiental em aerosol, sem CFC, essências suaves, efeito neutralizante, frasco de 400ml. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data de entrega do produto. (9705)	UND	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SANY	0	0,9700	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sany/bril	0	1,1000	4
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	sany	0	1,1000	5
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	SANY	0	1,1000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	ULTRA FRESH	0	9,9600	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	GLADE	0	9,9700	2
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	BOMAR	0	10,0800	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 20/46

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	no ar	0	10,2000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA-ME (9399)	glade	0	10,2000	5
58	Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente com mini aerosol spray de 12ml. (7741)	UND	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	bom ar	0	15,2000	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA-ME (9399)	glade	0	15,4900	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	UAU FRESH	0	15,4900	3
59	Refil de 12ml para Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente. Nas fragrâncias: alegria de infância, toque de frescor, lavanda, flores do campo, brisa fresca. (7742)	UND	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	bom ar	0	11,2800	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	UAU FRESH	0	11,2900	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA-ME (9399)	glade	0	11,4300	3
60	Aparelho odorizador de ambiente automático com três ajustes de tempo de liberação de fragrância (9, 18 e 36min) podendo ser desligado quando desejar, funcionamento a pilha. Acompanha 2 pilhas AA + um refil aerosol de 250ml nas fragrâncias lavanda e citrus. (7743)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI-ME (8963)	BOMAR	0	38,9500	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	bom ar	0	39,0000	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA-ME (9399)	glade	0	40,0000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	UAU FRESH	0	40,0000	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 21/46

**Número do Registro de Preços: 41/2015      Data do Registro: 30/11/2015      Válido até: 30/11/2016**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Refil de 250ml para Aparelho odorizador de ambiente automático. Nas fragrâncias: lavanda e citrus (7744)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	BOMAR	0	14,8500	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	bon ar	0	15,0000	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA-ME (9399)	glade	0	15,0000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	UAU FRESH	0	15,0000	4
62	Espuma de limpeza, multiuso, dupla face, pacote contendo 1 und. 110mmx75mmx20mm, pacote da embalagem fechada, produto que garante alta durabilidade e limpeza. (12555)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	BETANIN	0	0,7600	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BETANIN	0	0,7700	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	BRILHUS	0	0,7800	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	3m	0	0,8000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA-ME (9399)	betanin	0	0,8000	5
63	Espuma de limpeza, material de aço fino, abrasividade mínima, aplicação utensílio de alumínio, pacote com 8 unidades. (9386)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	INOVE	0	1,9200	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	INOVE	0	1,9300	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	alkin	0	1,9500	3
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	INOVE	0	1,9900	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 22/46

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Pano para limpeza tipo saco, duplo, lavado e alvejado, forte, grosso, com alta absorção, 100% algodão, de 1ª qualidade. Medidas mínima de 42cmx66cm. (16807)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	MARTINS	0	4,0800	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GABELEI	0	4,0900	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	martins	0	4,6000	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	martins	0	4,6000	4
65	Pano Multiuso, pacote com 05 unidades. (12554)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	MARTINS	0	4,9900	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SANY	0	5,0000	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	alkin	0	5,0900	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	martins	0	5,2000	4
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	MARTINS	0	5,2200	5
66	Pano de prato, 100% algodão. Medidas 45x70cm. Com bainha, de 1ª qualidade. (12587)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MARTINS	0	4,3300	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	martins	0	4,3400	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	martins	0	4,3800	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 23/46

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	Toalhas de papel interfolhadas, pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5 x 20,5 cm com 02 dobras, branco, extra luxo. De 1ª qualidade. (12574)	UND	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	MARTINS	0	4,3900	4
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	MARTINS	0	4,5000	5
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	ILHAPEL	0	9,9900	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	quallux	0	10,0000	2
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	QUALILUX	0	10,2500	3
68	Papel toalha para cozinha, branco, macio, absorvente, folha dupla, picotado - Pacote com 2 rolos de 60 toalhas de 22 x 20 cm cada uma. (9675)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	quallux	0	10,3000	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IDEALLE	0	10,3400	5
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SORELA	0	3,2200	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	face a face	0	3,2300	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	dalmata	0	3,2400	3
69	Papel higiênico, cor branca, não reciclado, folha dupla, picotado, neutro, rolos com 60 m de comprimento e 10 cm de largura, pacote com 8 rolos. (9674)	PCT	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	fortino	0	6,1800	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	DALMATA	0	6,1900	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	FOFINHO	0	6,2400	3

Página: 24/46

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

**Número do Registro de Preços: 41/2015      Data do Registro: 30/11/2015      Válido até: 30/11/2016**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	forinho	0	6,2500	4
70	Papel higiênico rolo, macio, resistente, branco luxo - rolos com 300mt (7725)	RL	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	QUALLUX	0	4,1900	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IDEALLE	0	4,2000	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	jumbinho	0	4,2200	3
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	QUALLUX	0	4,2400	4
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	quallux	0	4,3000	5
71	Saco plástico para lixo, biodegradável capacidade 30 litros, pacote com 50 unidades, 59x62cm. Composição: Material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradável. De 1ª qualidade. (12560)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PEGA LIXO	0	12,9300	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	NOSSOROLL	0	12,9400	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NAVEPLAST	0	12,9900	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	super fortao	0	13,0000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	naveplast	0	13,2000	5
72	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 50 litros, pacote com 50 unidades, 63x80cm. De 1ª qualidade. (12559)	PCT	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	super fortao	0	16,9500	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	naveplast	0	16,9700	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 25/46

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 100 litros, pacote com 25 unidades, 75x105cm. De 1ª qualidade. (12558)	PCT	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	NOSSOROLL	0	16,9800	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PEGA LIXO	0	17,1500	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NAVEPLAST	0	17,1500	5
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	super fortao	0	17,0000	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	NOSSOROLL	0	17,2800	2
74	Luva de borrachada, tamanho médio para limpeza, resistente, colorida, anti derrapante na face externa, moldada anatomicamente, com forração anti-álcalica. De 1ª qualidade. (16811)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	navoplast	0	17,4000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PEGA LIXO	0	17,4500	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NAVEPLAST	0	17,4500	5
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	VOLK	0	3,3000	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DANY	0	3,3100	2
75	Luva descartável, confeccionada em látex natural, sem adição de pigmentação, na cor natural, não esteril, sem talco, tamanho M. Caixa contendo 100 unidades (14753)	CX	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	talge	0	3,3200	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	nobre	0	3,7000	4
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	TALGE	0	24,3300	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 26/46

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESCARPAC†	0	24,3400	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	supernax	0	27,0000	3
76	Touca descartável, branca, tamanho único, pacote com 100 unidades, confeccionada em TNT (Tecido Não Tecido) para uso em refeitórios (147/54)	CX	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	TALGE	0	11,2300	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	talge	0	11,2400	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESCARPAC†	0	11,2600	3
77	Vassoura de nylon com cerdas médias, cabo plástico de 22 cm, cerdas de 11,5 cm com plumagem nas pontas, com cabo rosqueado de madeira plastificada, para limpeza em geral, tipo doméstica. (9711)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	MARINGA	0	6,0800	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	haracem	0	6,0900	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFIO	0	6,1200	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	araçem	0	6,9000	4
78	Vassoura de palha, material de cerdas palha avermelhadas, cabo madeira, comprimento das cerdas de 40 a 50 cm, vassoura bem firme e forte, na palha amarrada 3 vezes com arame a cada 3cm e na parte superior e amarrado com barbante com 3 camadas, para uso de limpeza em geral. (12568)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	haracem	0	14,9700	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	COLONIAL	0	15,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 27/46

**Número do Registro de Preços: 41/2015      Data do Registro: 30/11/2015      Válido até: 30/11/2016**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COLONIAL	0	15,0700	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	colonial	0	15,6000	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	HARACEM	0	15,8000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	HARACEM	0	15,8300	6
79	Escova de chão, 26 x 5 x 3,5 cm, cerdas de P.E.T. 0,50 mm, onduladas. Cabo de madeira plastificado. Para escovar tapetes e calçadas (14756)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	HARACEM	0	7,4000	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	MARINGA	0	7,4300	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETAMIN	0	7,5000	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	haracem	0	7,7000	4
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	master	0	7,7000	5
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	HARACEM	0	7,7800	6
80	Rodo passa cera, espuma de alta densidade, colada em base de plástico com cabo de madeira plastificado, ideal para passar cera e lavar pequenas áreas como pisos e paredes (14757)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	MARINGA	0	6,8300	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	master	0	6,8400	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 28/46

**Número do Registro de Preços: 41/2015      Data do Registro: 30/11/2015      Válido até: 30/11/2016**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	HARACEM	0	6,8900	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFO	0	6,9000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	haracem	0	7,1000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	HARACEM	0	7,1000	6
81	Rodode borracha, borracha com EVA duplo de 1,5mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 30 cm, com cabo. De 1º qualidade. (12564)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	MARINGA	0	5,8300	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	haracem	0	5,8400	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFO	0	5,8500	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	do brasil	0	5,8900	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	HARACEM	0	6,0000	5
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	HARACEM	0	6,0200	6
82	Rodo de borracha, borracha com EVA duplo de 1,5 mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 60 cm, com cabo de 1º qualidade (14760)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	MARINGA	0	19,8200	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	HARACEM	0	19,8300	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFO	0	19,9000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 29/46

Número do Registro de Preços: 41/2015      Data do Registro: 30/11/2015      Válido até: 30/11/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	do brasil	0	20,0000
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	haracem	0	20,1000
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	HARACEM	0	20,1700
83	Super rodo absorvente, com avanço de plástico altamente resistente de formato anatômico. Duído rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cato inteiro em Aço Inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa mltura com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (8543)	UND	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	alkin	0	43,9500
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	BETANIN	0	43,9600
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nobre	0	45,3000
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETAMIN	0	45,3300
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BETANIN	0	45,3300
84	Refil para Super rodo absorvente em espuma feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa mltura com 28 cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (12597)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	BETANIN	0	19,4700
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nobre	0	19,4800
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETAMIN	0	19,9900
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	nobre	0	20,0000

Página: 30/46

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

**Número do Registro de Preços:** 41/2015      **Data do Registro:** 30/11/2015      **Válido até:** 30/11/2016  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BETANIN	0	20.5000	5
85	Mop pó completo (armação, cabo e o refil) de 40 cm (9295)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nobre	0	24.9000	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	bralimpia	0	25.0000	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BETANIN	0	25.5000	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DETAMIN	0	25.5000	4
86	Refil para Mop Pó de 40cm, sendo em fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao enrolamento sua fixação é através do encaixe na armação de aço galvanizado. (8545)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nobre	0	18.4800	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETANIN	0	18.4900	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	bralimpia	0	18.9000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BETANIN	0	19.0000	4
87	Balde plástico polipropileno 20 litros com alça de metal. (12588)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	arquiplast	0	7.9000	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARO PLAST	0	7.9700	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	arquplast	0	7.9800	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 31/46

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
88	Bacia de Plástico reforçada, plástico resistente, redonda de 6 litros (14761)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	8,5500	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	AROPLAST	0	6,9900	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARO PLAST	0	7,0000	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	arquiplast	0	7,5000	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	aroplast	0	7,6000	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	7,6600	5
89	Bacia de plástico reforçada, plástico resistente, redonda de 3,9 litros (14762)	UND	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	AROPLAST	0	5,9900	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARO PLAST	0	6,0000	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	arquiplast	0	6,9000	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	aroplast	0	6,9000	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	6,9900	5
90	Saco plástico descartável 5 kg, 28x42 cm, transparente, específico para acondicionamento e congelamento de alimentos. Embalagem com 100 unidades cada pacote (14763)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	mega mil	0	4,9000	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	master	0	4,9500	2

Página: 32/46

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

**Número do Registro de Preços: 41/2015      Data do Registro: 30/11/2015      Válido até: 30/11/2016**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
91	Saco plástico descartável 8 kg, 35x50 cm, transparente, específico para acondicionamento e congelamento de alimentos. Embalagem com 100 unidades cada pacote (14764)	PCT	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	SCPLAST	0	4,9700	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MEGA MIL	0	5,0000	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	BOMPACK	0	5,8000	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	SCPLAST	0	5,8200	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MEGA MIL	0	5,9000	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	mega mil	0	6,0000	4
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	master	0	6,0000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BOMPACK	0	6,0300	6
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	BOMPACK	0	5,9300	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	SCPLAST	0	5,9500	2
92	Papel Alumínio, contendo um rolo de 45 cm x 7,5 metros (14765)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MEGA MIL	0	6,0000	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	master	0	6,0000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	bon pack	0	6,1000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 33/46

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
93	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BOREDA	0	6,1400	6
			I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	LIQUIGÁS	0	55,0000	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MINASGAS	0	58,0000	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)		0	58,0000	3
94	Bota de borracha branca nos n.º 35, n.º 36, n.º 37, n.º 38, n.º 39, n.º 40, n.º 41, cano longo, especificações técnicas, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em PVC, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alima de borracha, soleado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (15066)	PAR	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sata leguas	0	50,4000	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	VULCABRAS	0	50,8800	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	fulcan	0	50,8900	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	7LEGUA	0	51,6500	4
95	Escova sanitária para banheiro de plástico resistente com suporte, cores diversas, altura 35 cm, profundidade 12,30 cm, largura 14 cm (14768)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	5,4000	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	elegantec	0	5,4600	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARO PLAST	0	5,4700	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	HARACEM	0	5,4800	4

Página: 34/46

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

**Número do Registro de Preços:** 41/2015      **Data do Registro:** 30/11/2015      **Válido até:** 30/11/2016

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
96	Prato plástico descartável, tamanho Nº 03 com 18,0 cm com 10 unidades (14769)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	haracem	0	5,8500	5
			COPOSUL		0	2,4900	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	master	0	2,5000	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	strawplast	0	2,5500	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	COPOZAN	0	2,6000	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	COPOSUL	0	2,6000	5
97	Água mineral 500ml sem gás (14770)	UND	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	DA GUARDA	0	1,2000	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PURIS	0	1,2400	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	IMPERATRIZ	0	1,5700	3
98	Água mineral 500ml com gás (14771)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PURIS	0	1,3400	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	DA GUARDA	0	1,3500	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	IMPERATRIZ	0	1,8700	3
99	Filme de Poliéster para assar em churrasqueira, microondas e forno convencional, rolo 60 cm x 5 metros (14772)	RL	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	bom pack	0	6,4300	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 35/46

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
100	Escova dental infantil com cerdas de nylon macia com cabo reto de polipropileno. (9678)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MEGA MIL	0	6,4400	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	master	0	6,5000	3
			JJM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BOREDA	0	6,6000	4
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	DENTALK	0	1,7700	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SQ	0	1,7800	2
101	Creme dental infantil com flúor ativo, peso liq. 50 gramas a unidade. (12550)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	dentil	0	2,7500	3
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	CONDOR	0	3,6500	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	DENTIL	0	3,6600	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	123 BABY	0	3,6700	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	dentil	0	3,8000	4
102	Limpador desengordurante concentrado spray 500 ml. (12569)	UND	JJM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	DENTIL	0	3,8200	5
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PRATIK	0	4,5000	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	4,5300	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 36/46

**Número do Registro de Preços: 41/2015**      **Data do Registro: 30/11/2015**      **Válido até: 30/11/2016**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
103	Sabão em barra glicerinado, neutro - Pacote de 1kg com 5 unidades de 200 g cada. (9701)	PCT	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	aquafast	0	4,5400	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nohre	0	4,7500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PRATIK	0	4,7900	5
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	YPE	0	7,5700	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	girando sol	0	7,5800	2
104	Filtro Coador De Papel Para Café De 1ª Qualidade, Tamanho Nº 103, Em Calças Com 30 Unidades. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data da entrega do produto. (9702)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ZA/ASKI	0	7,6000	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	BRIGITTA	0	3,5000	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	melita	0	3,5400	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	3 corações	0	3,5500	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	TRES CORAÇ	0	3,5900	4
6			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MELITA	0	3,6000	5
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	BRIGITA	0	3,6600	6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 37/46

**Número do Registro de Preços: 41/2015**      **Data do Registro: 30/11/2015**      **Válido até: 30/11/2016**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
105	Estregão de aço (8225)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	saty/bril	0	1,9000	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9456)	hamar	0	1,9700	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRILHINOX	0	1,9900	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	GAUCHO	0	2,1200	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	INOVE	0	2,1200	5
106	Lenço umedecido, refil, testado dermatologicamente, pacote com 400 unidades. (12578)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	PIQUITUCHO	0	12,6800	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	FERINHA	0	12,7000	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BABY	0	12,7100	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	anjinho	0	12,8000	4
107	Sabonete sólido, branco, infantil, 60 gramas. (12580)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	123 BABY	0	2,0500	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SENSUS	0	2,1000	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sensus	0	2,1000	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	ANJINHO	0	2,1500	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 38/46

**Número do Registro de Preços: 41/2015      Data do Registro: 30/11/2015      Válido até: 30/11/2016**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
108	Prendedor de roupa de plástico, pacote com 12 unidades. (12582)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	2,2000	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	aroplast	0	2,2400	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SQ	0	2,2800	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	ZAVASKI	0	2,2900	4
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	GABOARDI	0	2,3200	5
109	Pá de lixo uso doméstica em plástico se prende ao cabo de vassoura, com acabamento de perfil em borracha recolhendo melhor a sujeira, 25x30cm. (12584)	UND	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	HARACEM	0	3,5400	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARQ PLAST	0	3,5500	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	haracem	0	3,5600	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	plasvale	0	3,5700	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	AROPLAST	0	3,7500	5
110	Lixa ferro, material óxido de alumínio, tipo lixa papel ferro, apresentação folha, tipo grão nº 100, comprimento 280 mm, largura 215 mm, para fogão. (12586)	UND	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	3m	0	8,0000	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	3M	0	8,4200	2
111	Toalha de banho em cor escura no mínimo 70x130cm. (12595)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	cristalina	0	10,5000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 39/46

Número do Registro de Preços: 41/2015			Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
112	Escova de nylon multiuso. Formato ergonômico e texturizado para não esconregar da mão durante o uso. Ideal para limpeza de roupas.Suporte plástico e cordas sintéticas. (15067)	UND	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	via pano	0	10,8800	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GABELEI	0	10,8900	3
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	MARINGA	0	4,9200	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	HARACEM	0	4,9300	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETAMIN	0	4,9500	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	haracem	0	5,1000	4
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	alklin	0	5,1000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI • ME (8903)	HARACEM	0	5,1900	6
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sequinel	0	6,6500	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	6,6800	2
113	alvejante sem odor, princípio ativo, tensioativo, estabilizante, sequestrante, perfume, corante e água. Embalagem com 2 litros. (15068)	UND	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	ecoville	0	6,6900	3
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	MARINGA	0	13,4200	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 40/46

Número do Registro de Preços: 41/2015      Data do Registro: 30/11/2015      Válido até: 30/11/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	do brasil	0	13,4500
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA-ME (9399)	haracem	0	13,9000
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	HARACEM	0	13,9500
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	HARACEM	0	13,9500
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	verdesan	0	10,0900
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	10,1000
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MAZAROLO	0	11,7800
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARO PLAST	0	6,9800
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	arqiplast	0	6,9900
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA-ME (9399)	arqiplast	0	7,8000
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	DALMATA	0	1,4700
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	DALMATA	0	1,4800
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	face a face	0	1,5300

115	Concentrado anti mofo, embalagem contendo um 1 litro. Excelente para a limpeza em forros. (15070)	UND				
116	Balde de plástico com alça de metal, capacidade de 10lt (7729)	UND				
117	Guardanapo de papel branco de mesa 33x33 cm,pct com 50 unds. (16816)	PCT				

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 41/46

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Número do Registro de Preços: 41/2015			Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
118	Mop pop completo ( armação, cabo e o refil) de 80 cm ) (16817)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	POME	0	1,6000	4
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	FACE A FACE	0	1,9000	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	dalmata	0	1,9000	6
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	brallimpia	0	37,9000	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETAMIN	0	37,9900	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BETANIN	0	38,5000	3
119	Prato plástico descartável 21 cm, com 10 unidades. (16818)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ndbre	0	38,5000	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	COPOSUL	0	3,6000	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COPOSUL	0	3,6200	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	strawplast	0	4,1000	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	master	0	4,1000	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	COPOZAN	0	4,1500	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 42/46

**Número do Registro de Preços: 41/2015      Data do Registro: 30/11/2015      Válido até: 30/11/2016**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
120	Refil para Mop Pó de 80cm, sendo em: fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao enrolimento sua fixação é através do encaixe na armação de aço galvanizada. (16819)	UND	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	bratimpia	0	26,0800	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA-ME (9399)	nobre	0	26,0800	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETAMIN	0	26,3300	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	BETANIN	0	26,3300	4
121	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 15 litros, pacote com 50 unidades composição: 39 cm x 58 cm. Material sintético e reciclável. Pigmentos e aditivos biodegradáveis. De 1ª qualidade. (16820)	PCT	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI-ME (8963)	NOSSOROLL	0	29,8000	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OESTE	0	29,8200	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	super fortao	0	35,0000	3
122	Lixeira plástica 15 litros com tampa e pedal, basculante (16821)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARQ PLAST	0	28,9700	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	plavale	0	28,9800	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SANREMO	0	28,9800	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA-ME (9399)	arquiplast	0	30,0000	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SAN REMO	0	30,0000	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015**

Página: 43/46

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
123	Lixeira plástica 30 litros com tampa e pedal (16822)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARC PLAST	0	78,9500	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	plavale	0	78,9900	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SAN REMO	0	87,0000	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SANREMO	0	87,0000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	arquiplast	0	87,0000	5
124	Lixeira plástica com tampa vasculante, 50 litros. (16823)	UND	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	plavale	0	54,9700	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)		0	54,9800	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SANREMO	0	56,3300	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SAN REMO	0	56,3300	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	arquiplast	0	56,3300	5
125	varal de chão com abas 1,50 cm em aço branco. (16824)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	MOR	0	107,9500	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	orton	0	108,0000	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	master	0	109,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 44/46

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
126	Bala banana pct 700gr (11267)	PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	MOR	0	109,5000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	schumacher	0	9,7800	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OLIVEIRA	0	9,7900	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	SCHUMACHEI	0	9,9200	3
127	Bolacha tipo caseira, nos sabores de polvilho e coco. Sendo fresco e feito de forma artesanal utilizar produtos naturais, sem conservantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13477)	KG	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	FLORESTAL	0	9,9200	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	IMASPA	0	8,9900	1
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IMASPA	0	9,0000	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CASAREDO	0	9,0900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 45/46

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	maspa	0	9,1000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2015  
PROCESSO Nº 64/2015

- (7649) - I. TRAPP & CIA LTDA
- (8903) - JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME
- (8963) - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME
- (9113) - BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
- (9322) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
- (9399) - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME
- (9401) - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME
- (9455) - IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME

Braço do Trombudo, 30 de Novembro de 2015.



# Brusque

## PREFEITURA

**DECRETO Nº. 7.806, DE 13 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº. 7.806, DE 13 DE MAIO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 781.900,00 (Setecentos e oitenta e um mil e novecentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

05.00 Secretaria de Comunicação Social  
05.001 Secretaria de Comunicação Social  
0004.0131.0145.2006 Manutenção da Secretaria de Comunicação Social  
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 500,00  
09.00 Secretaria Municipal de Educação  
09.001 Secretaria Municipal de Educação  
0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.36.00 Salário Educação  
VALOR R\$ 250.000,00  
0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.3.37.65 Outras Transf. Do FNDE - Manut. Educação Infantil  
VALOR R\$ 20.000,00  
0.1.36.00 Salário Educação  
VALOR R\$ 100.000,00  
0012.0122.0005.2022 Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação Infantil  
VALOR R\$ 250.000,00  
13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários Infantil  
VALOR R\$ 150.000,00  
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão  
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão  
0004.0122.0005.2012 Manutenção e Aquisição de Equipamentos e Veículos  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários Infantil  
VALOR R\$ 10.000,00  
0004.0122.0195.2056 Manutenção da JSM e Tiro de Guerra  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários Infantil  
VALOR R\$ 1.400,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

71.266-3	B.b. PMB/Manut. Educação Infantil	0.1.37.65 0.3.37.65	8.136,40 69.634,86
TOTAL GERAL			77.771,26

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.31.54/0.3.31.54	0,00
DDO à Pagar	0.1.31.54/0.3.31.54	0,00
Restos à Pagar	0.1.31.54/0.3.31.54	0,00

TOTAL	0.1.31.54/0.3.31.54	0,00
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.37.65	77.771,26
Valor Utilizado Decreto nº 7.790/2016	0.3.37.65	20.000,00
Valor a Utilizar	0.3.37.65	57.771,26

II - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

05.00 Secretaria de Comunicação Social  
 05.001 Secretaria de Comunicação Social  
 0004.0131.0145.2006 Manutenção da Secretaria de Comunicação Social  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 500,00  
 09.00 Secretaria Municipal de Educação  
 09.001 Secretaria Municipal de Educação  
 0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério  
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
 0.1.36.00 Salário Educação  
 VALOR R\$ 250.000,00  
 0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil  
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
 0.1.36.00 Salário Educação  
 VALOR R\$ 100.000,00  
 0012.0122.0005.2022 Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação  
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
 0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. - Educação Infantil  
 VALOR R\$ 250.000,00  
 13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras  
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários Infantil  
 VALOR R\$ 150.000,00  
 19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão  
 19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão  
 0004.0122.0005.2012 Manutenção e Aquisição de Equipamentos e Veículos  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários Infantil  
 VALOR R\$ 10.000,00  
 0004.0122.0195.2056 Manutenção da JSM e Tiro de Guerra  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários Infantil  
 VALOR R\$ 1.400,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 13/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de maio de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDENCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador Geral do Município

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

LEONIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº. 7.814, DE 31 DE MAIO DE 2016**

DECRETO Nº. 7.814, DE 31 DE MAIO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 87.170,01 (Oitenta e Sete Mil, Cento e Setenta Reais e Um Centavo), para atender a programação abaixo especificada:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social  
 30.001 Fundo Municipal de Assistência Social  
 008.0244.0255.2327 Proteção Social Especial – Média Complexidade  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.3.35.0801 SUAS/União – PFMC II  
 VALOR R\$ 3.153,72  
 0.3.35.0802 SUAS/União – PTMC  
 VALOR R\$ 41.783,02  
 0.3.35.0803 SUAS/União – AEPETI  
 VALOR R\$ 36.343,27  
 008.0244.0255.2329 Proteção Social Básica  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.1.35.11 SUAS/União – BPC/Escola  
 VALOR R\$ 5.840,00  
 008.0244.0255.2326 Gestão Suas  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 0.1.35.12 SUAS/União – Aprimora Rede  
 VALOR R\$ 50,00

I - Superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

74197-3	B.B. F.M.A.S. - PSE Média Complexidade – C/C 74197-3	0.1.35.00	21.120,15
		0.1.35.08	1.206,09
		0.1.35.0801	(22.535,69)
		0.1.35.0802	(8.037,09)
		0.3.35.00	6.990,74
		0.3.35.0801	25.689,41
		0.3.35.0802	49.820,11
TOTAL GERAL			74.253,72

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.35.0801/0.3.35.0801	0,00
DDO à Pagar	0.1.35.0801/0.3.35.0801	0,00
Restos à Pagar	0.1.35.0801/0.3.35.0801	0,00
TOTAL	0.1.35.0801/0.3.35.0801	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.35.0801	25.689,41
Valor a Utilizar	0.3.35.0801	25.689,41

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.35.0802/0.3.35.0802	0,00
DDO à Pagar	0.1.35.0802/0.3.35.0802	0,00
Restos à Pagar	0.1.35.0802/0.3.35.0802	0,00
TOTAL	0.1.35.0802/0.3.35.0802	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.35.0802	49.820,11
Valor a Utilizar	0.3.35.0802	49.820,11

**II – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:**

0.1.35.11	SUAS/União – BPC/Escola
Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor arrecadado até a data de 31/05/2016.	R\$ 5.840,00
Excesso de arrecadação até a data de 31/05/2016.	R\$ 5.840,00
Valor a Utilizar	R\$ 5.840,00

0.1.35.12	SUAS/União – Aprimora Rede
-----------	----------------------------

Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor arrecadado até a data de 13/11/2014.	R\$ 50,00
Excesso de arrecadação até a data de 13/11/2014.	R\$ 50,00
Valor a Utilizar	R\$ 50,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 31/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de Maio de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDENCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador Geral do Município

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### EXTRATO CONTRATO Nº 001/2016 - FME

EXTRATO CONTRATO Nº 001/2016 - FME

Espécie: Contrato nº 001/2016, entre o Município de Brusque e a empresa THV VEÍCULOS ESPECIAIS EIRELLI ME, em 17/05/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO VAN PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE. Valor R\$ 129.400,00. Fundamento legal: artigo 54 e seguintes da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 002/2016 - FME. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Delmar Alberto Tondolo e Leandro Cavaleiro de Carli.

### EXTRATO CONTRATO Nº 019/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 019/2016

Espécie: Contrato nº 019/2016, entre o Município de Brusque e a empresa OLEGÁRIO MOTORS LTDA, em 30/05/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA Valor R\$ 41.500,00. Fundamento legal: artigo 54 e seguintes, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 038/2016. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Secretário de Obras e Serviços Públicos RÚBIO SILVA STEINGRABER e POTIGUAR KRUTLI DE OLIVEIRA.

### EXTRATO CONTRATO Nº 020/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 020/2016

Espécie: Contrato nº 020/2016, entre o Município de Brusque e a empresa RIVEL VEÍCULOS LTDA, em 30/05/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA Valor R\$ 52.550,00. Fundamento legal: artigo 54 e seguintes, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 038/2016. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Secretário de Obras e Serviços Públicos RÚBIO SILVA STEINGRABER e CLEYTON ZEOLLA CAXIADO.

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2016 - FME

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2016 - FME

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 001/2016, em 30/05/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TROFÉUS Valor: R\$ 36.686,99. Origem: Pregão nº 001/2016 FME. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Superintendente Fundação de Esporte Delmar Alberto Tondolo.

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2016

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 040/2016, em 30/05/2016. Objeto: AQUISIÇÃO E RECARGA/MANUTENÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO PARA A ADMINISTRAÇÃO Valor: R\$ 72.949,90. Origem: Pregão nº 034/2016. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Secretário de Orçamento e Gestão Cristiano Bittencourt.

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2016

CONCORRÊNCIA nº 003/2016

Processo Licitatório nº 074/2016

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, destinada ao recebimento de propostas para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA (DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA) DA RUA ABRAÃO DE SOUZA E SILVA, BAIRRO BATEAS, MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 01/07/2016, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente no site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 01/06/2016

RUBIO SILVA STEINGRABER

Secretário de Obras e Serviços Públicos

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2016

CONCORRÊNCIA nº 004/2016

Processo Licitatório nº 075/2016

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, destinada ao recebimento de propostas para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA (DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA) DA RUA OTAVIANO ROSA, MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 01/07/2016, às 10h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente no site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 01/06/2016

RUBIO SILVA STEINGRABER

Secretário de Obras e Serviços Públicos

**PORTARIA Nº 21, DE 30 DE MAIO DE 2016  
LEGISLATIVO**

Portaria Nº 21, de 30 de maio de 2016

Reinstitui Comissão Especial para a realização de Eleição Indireta para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no Município de Brusque.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, Senhor Vereador Jean Daniel dos Santos Pirola, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica reinstituída a Comissão de acompanhamento, supervisão e execução de Eleição Indireta para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Brusque, composta pelos seguintes membros:

- I - Ana Paula Silveira, assistente legislativa;
- II - Cristiano de Oliveira Goulart, assistente legislativo;
- III - Guilherme Murinelli Francisco, advogado;
- IV - Jaqueline Kassia Paim de Campos, assistente legislativa;
- V - Jefferson Silveira, técnico legislativo;
- VI - Fabiana Amália Dalcastagné, diretora jurídica e legislativa;
- VII - Rose Marie Ulrich, datilógrafa/digitadora;
- VIII - Silvana Machado, assistente legislativa.

Parágrafo único. A Comissão instituída por esta Portaria será presidida pelo servidor Jefferson Silveira.

Art. 2º A eleição indireta reger-se-á pelas disposições específicas de Resolução a ser editada e nos termos da legislação vigente, competindo à Comissão o acompanhamento, a supervisão e a execução de todas as fases da eleição, bem como decidir os casos omissos.

Art. 3º Aos servidores nomeados conforme o art. 1º, aplica-se o disposto no art. 95 c/c o art. 83, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º As despesas decorrentes correrão à conta de dotações do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 30 de Maio de 2016.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

**RESOLUÇÃO Nº 06 DE 24 DE MAIO DE 2016 CMAS**

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 24 DE MAIO DE 2016.

Torna público a aprovação da prestação de contas de cofinanciamento oriundo do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Brusque/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n.º 56 de 08 de janeiro de 1997,

**Resolve:**

Art. 1.º Aprovar o demonstrativo físico-financeiro de serviços/programas do Sistema Único da Assistência Social referente ao ano de 2015.

Art. 2.º Aprovar o demonstrativo físico-financeiro do IGD PBF referente ao ano de 2015.

Art. 3º Aprovar o demonstrativo físico-financeiro do IGD SUAS referente ao ano de 2015.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 24 de maio de 2016.

HELENA DIAS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

# Caçador

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 26.907

PORTARIA nº 26.907, de 20 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, por analogia ao art. 236, da Lei Complementar Nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

#### RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 01/2016, instaurado pela Portaria nº 26.626, de 08 de março de 2016, em virtude de a Comissão Processante não ter concluído a instrução processual.

Art. 2º. A Comissão tem o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão de dos trabalhos, a contar da publicação da presente portaria no órgão oficial, sem prejuízo dos trabalhos.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 26.911

PORTARIA nº 26.911, de 23 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal da Educação, em razão de faltas justificadas e injustificadas, no período de 13/04/2016 a 12/05/2016, especificando código, nome dos servidores, escola lotação e/ou exercício e quantidade de faltas:

#### I – FALTAS JUSTIFICADAS:

Código	Servidor	Escola	Faltas
10319	Adelina Salete Kowalzyk	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
14534	Adenilson Rodrigues	EMEB Alcides Tombini	01 dia
14535	Adriana Oliveira de Souza	CMEI João Maria Fernandes	½ dia
14427	Aline Aparecida Fraga	CMEI Sonho Encantado	03 dias
10534	Alzira Salete Padilha	EMEB Vereda dos Trevos	01 dia
14428	Ana Cristina Correia	EMEB Pierina Santin Perret EMEB Ulysses Guimarães EMEB Tabajara	03 dias
14268	Ana Paula Antunes da Costa Feix	EMEB Morada do Sol	06 dias
14264	Ana Paula Pereima	EMEB Morada do Sol EMEB Alto Bonito	03 dias
790	Andiara Zeni	EMEB Hilda Granemann de Souza	02 dias
14183	Andreia Telles Tesser	EMEB Ulysses Guimarães	01 dia
3313	Anely de Paula Ribeiro dos Santos	CMEI Pierina Adami	01 dia e ½
7779	Atílio da Silveira de Oliveira	EMEB Henrique Julio Berger	01 dia
828	Bernadete Maria Ribeiro dos Santos	EMEB Hilda Granemann de Souza	02 dias
14185	Carla Capellari Nunes	CMEI João Maria Fernandes	½ dia
88	Catarina Schikorski Barteal	EMEB Hilda Granemann de Souza	02 dias
14417	Cristiane Aparecida Trindade da Silva	EMEB Hilda Granemann de Souza EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	02 dias
14165 8636	Daniele Jociane Fortunato	CMEI Sonho Encantado EMEB Morada do Sol	01 dia
14313	Dayane Aparecida Geremias	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia



14466	Deise Terezinha Pacevicz Spazzini	CMEI João Maria Fernandes	01 dia
14493	Denise Regina Lopes Moreira	EMEB Alto Bonito	½ dia
10448	Edite da Silva Bigas	EMEB Padre José Chamot	01 dia
10989	Eliane Alves Pereira	CMEI Pierina Adami	01 dia e ½
800	Eliane Bortolini	EMEB Alto Bonito	03 dias
265	Eliane Cavillion Lapolli	EMEB Henrique Julio Berger	03 dias
14256	Eliane Salete Peretti	CMEI Pierina Adami	03 dias
14540	Eliane Scotti Alvarenga	CMEI Sonho Encantado	01 dia
14326	Elis Micheli Gonçalves Padilha Wegner	EMEB Hilda Granemann de Souza	04 dias
3291	Elisangela Mittanck Camargo	CMEI Pierina Adami	01 dia e ½
9874	Emanuelle Martins de Souza	CMEI Pierina Adami	01 dia
10531	Ester Wolff Ferreira	CMEI Pierina Adami	02 dias
14270	Eunice Alves de Oliveira	EMEB Morada do Sol	½ dia
3969	Gilvana Rodrigues Ribeiro	EMEB Irmão Venâncio José	½ dia
14460	Gisele de Almeida	CMEI Sonho Encantado	½ dia
1088	Gisele Rossi Canalli Beher	EMEB Vereda dos Trevos	½ dia
10125	Giseli Aparecida Estanislawski	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	04 dias
14372	Helber Pablo Baseggio	EMEB Alto Bonito	05 dias
1202	Ieda Mara Fernandes	EMEB Ulysses Guimarães	½ dia
3378	Iliane Silvia Pagotto dos Santos	EMEB Hilda Granemann de Souza	½ dia
14433	Iraci Pereira da Cruz	CMEI Sonho Encantado	½ dia
2008	Ivone Dellai	EMEB Walsin Nunes Garcia	01 dia
1467	Ivone Pagotto	EMEB Esperança	01 dia
626	Ivonete Aparecida Torezan	EMEB Alto Bonito	½ dia
815	Jane Maristela dos Santos	EMEB Morada do Sol	½ dia
10518	Jane Regina Dallagnol	EMEB Padre José Chamot	07 dias
14137	Jeana Zago	EMEB Hilda Granemann de Souza	½ dia
829	Jeane Aparecida Coldebella Cordeiro	EMEB Henrique Julio Berger	01 dia
14383	Jéssica Gomes	EMEB Ulysses Guimarães	02 dias
3306	Joelma Ana Antunes	EMEB Hilda Granemann de Souza	02 dias
14564	Joice Porth	CMEI Sonho Encantado	01 dia
1302	José Osni Guaripuna	EMEB Morada do Sol	13 dias
3429	Josefa Ferreira de Agostinho	EMEB Henrique Julio Berger	05 dias
14194	Josiane Carneiro	EMEB Esperança	01 dia
14463	Jucelaine Terezinha Pereira	CMEI Santa Clara	½ dia
14230	Jucilei Aparecida Scapinelli	EMEB Padre José Chamot	01 dia
2359	Juliana Padilha Mazzotti	EMEB Alto Bonito	01 dia
4268	Juliana Velasques Ferreira	EMEB Pierina Santin Perret	01 dia
14562			
687	Jussara Fonseca	EMEB Henrique Júlio Berger	01 dia
14334	Jussara Fonseca	EMEB Pierina Santin Perret	01 dia
14462	Keila Aparecida Bronner	CMEI Pierina Adami	05 dias e ½
10533	Laisa Tatiane Martins	CMEI Sonho Encantado	02 dias
14189	Ligia Maria Weingartner Godoi	EMEB Pierina Santin Perret	01 dia
9871	Luciane de Almeida	CMEI Pierina Adami	½ dia
8948	Luciane Maria Fernandes Strauss	EMEB Hilda Granemann de Souza	03 dias
14492			
14424	Maike Amancio Zeigler	EMEB Hilda Granemann de Souza	07 dias
14425		EMEB Ulysses Guimarães	
14430	Manoel de Padua Paiva Morais	EMEB Hilda Granemann de Souza EMEB Pierina Santin Perret	03 dias
14240	Mara Celis Iesbek Andrade Pagnussat	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
843	Márcia Inez Gonçalves Cordeiro Mello	EMEB Morada do Sol	03 dias
11912	Márcia Pires de Camargo	CMEI Pierina Adami	02 horas
2443	Márcia Regina Caregnato Colpin	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	03 dias
1066	Marcos Adelmo dos Reis	EMEB Morada do Sol	½ dia
3615	Maria Aparecida Souza Borba	EMEB Pierina Santin Perret	01 dia
10447	Maria Cecília Berezanski	EMEB Padre José Chamot	01 dia
3311	Maria de Fátima Jatoba Crestani	CMEI Pierina Adami	02 dias
14295	Maria Elena Frigo Fernandes	EMEB Ulysses Guimarães	02 dias
10185	Maria Elena Pereira Alves	CMEI Sonho Encantado	01 dia
1318	Maria Geni Huçulak	EMEB Nossa Senhora Salete	02 dias
6967	Marilene Padilha Meireles da Silva	EMEB Castelhana	01 dia
676	Mariluci Lopes Stanke	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia

2014 9877	Marinez Pereira	EMEB Pierina Santin Perret	½ dia
8310	Marizete Theves	CMEI André Hugułak	01 dia
14571	Marlene Aparecida Rosa	CRAS	05 dias
14457	Mozara Ferreira da Silva	EMEB Irmão Venâncio José	01 dia
2179	Natalia Mussak	EMEB Castelhana	02 dias
8512	Neiva Teresinha Aparecida Boscari Maffessoni	CMEI Pierina Adami	01 dia
10828	Neivair Xavier de Oliveira Teles de Lima	EMEB Ulysses Guimarães	01 dia
8555	Nilda Cordeiro	CMEI João Maria Fernandes	½ dia
14238	Noemi de Melo	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
14133	Patricia Caroline Duarte	EMEB Alto Bonito	03 dias
14305	Raquel Tavares da Silva	EMEB Hilda Granemann de Souza	03 dias
14221	Ricardo Kinal	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
14370	Rosecleia Spader	EMEB Irmão Venâncio José	½ dia
427	Rozangela de Bastiani	EMEB Castelhana	03 dias
1514	Ruth Macedo Maciel	EMEB Nossa Senhora Salete	01 dia
14458	Sayonara Cararo Santos	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
6946	Silmara Adamczski	CMEI André Hugułak	01 dia
10431	Silvana Dalla Vecchia	CMEI Pierina Adami	½ dia
14349	Silvane Lascoski	EMEB Padre José Chamot	01 dia
14420	Simone Alves Nunes Ferreira	EMEB Walsin Nunes Garcia	01 dia
542	Simone Stela Cachoeira	EMEB Pierina Santin Perret	01 dia
1019	Sirlei Carlin da Silva	EMEB Walsin Nunes Garcia	01 dia
14233	Solange Cristina Godoy Pontes	EMEB Esperança	01 dia
14377	Sulamita Reis dos Santos Gallois	EMEB Morada do Sol	½ dia
655	Terezinha Castanheira Anciutti	EMEB Irmão Venâncio José	½ dia
14142	Vanessa Lopes Xavier	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
14023	Vanessa Ribeiro de Freitas	EMEB Irmão Venâncio José	05 dias
14308	Vanessa Zotto Costa	EMEB Nossa Senhora Salete	01 dia
656	Vanusa Zart	EMEB Henrique Júlio Berger	01 dia
363	Venice de Carli Tosatti	EMEB Nossa Senhora Salete	02 dias
4271	Vera Lúcia Casara Cella	CMEI Sonho Encantado	½ dia
5912	Vera Lúzia Thomazzi	EMEB Padre José Chamot	01 dia
3631	Vilma de Oliveira	EMEB Ulysses Guimarães	03 dias e ½

## II – FALTAS INJUSTIFICADAS:

Cód.	Servidor (a)	Escola	Faltas
828	Bernadete Maria Ribeiro dos Santos	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
14179	Clenir Aparecida Nurilles Rosário	CMEI João Maria Fernandes	25 minutos
3429	Josefa Ferreira de Agostinho	EMEB Henrique Júlio Berger	½ dia
8948 14492	Luciane Maria Fernandes Strauss	EMEB Hilda Granemann de Souza	06 dias
14467	Márcia Aparecida Munhões	CMEI João Maria Fernandes	15 minutos
2443	Márcia Regina Caregnato Colpin	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
14246	Maria Viviane de Quadra	CMEI João Maria Fernandes	½ dia

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.



**PORTARIA Nº 26.932**

PORTARIA Nº 26.932, de 25 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 151, de 23 de julho de 2009, e suas alterações,

**RESOLVE:**

NOMEAR a cidadã CRISTIANE MENEGAZZO, para o cargo em comissão de Diretor Operacional de Serviços Urbanos, da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA, referência CC-2, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a partir de 01 de junho de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.934**

PORTARIA Nº 26.934, de 25 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, §1º, I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal RAFAEL API, matrícula 14098, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, do Grupo Ocupacional – Operacional do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, nomeado pela Portaria nº 26.397, de 19 de janeiro de 2016, com efeitos a contar de 23 de maio de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.935**

PORTARIA Nº 26.935, de 25 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal MARILUCI WIERZBICKI, código 2465, ocupante do cargo de Secretário Escolar, 180 (cento e oitenta) dias de licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico datado de 18 de março de 2016, porém, considerando que a mesma já encontrava-se em licença concedida pela Portaria nº 26.278, de 11 de dezembro de 2015, o período desta licença será de 29 de maio de 2016 a 10 de setembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 26.936**

PORTARIA Nº 26.936, de 25 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na no art. 29, §1º na Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

NOMEAR os Servidores Públicos Municipais, para comporem Comissão de Avaliação de Estágio Probatório da Servidora lotada junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, abaixo relacionada, especificando: código, nome, cargo, local de exercício e membros da comissão, conforme segue:

Código	Servidor Avaliado	Cargo	Local	Membros da Comissão
14599	Francine de Matias	Assistente Administrativo	Bolsa Família	Adriana Moreira Bairro Carlos Antonio Arruda Wagner Neiva Viecei

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.**PORTARIA Nº 26.937**

PORTARIA Nº 26.937, de 25 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

DECLARAR A VACÂNCIA do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Servidores do Poder Executivo Municipal de Caçador, especificando código, nome do Servidor, cargo, carga horária, Secretaria/Órgão de lotação, motivo e data da vacância, na forma que segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Carga horária	Secretaria/Órgão	Motivo da vacância	Data da vacância
14098	Rafael Api	Operador de Máquinas	44hs	003	Exoneração	23/05/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 25 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.**PORTARIA Nº 26.939**

PORTARIA Nº 26.939, de 30 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e artigo 3º da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CESSAR os efeitos da Portaria 26.924, de 24 de maio de 2016, que deferiu a concessão de auxílio-natalidade, por motivo de nascimento de filho, à Servidora Pública Municipal ERICA TASCA, em virtude de o vínculo com a Administração Municipal decorrer de Emprego Público, regido pelo Decreto-Lei 5.452/43 (que a prova a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.940**

PORTARIA Nº 26.940, de 30 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, lotada junto à Secretaria Municipal da Saúde, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, especificando matrícula, nome, cargo e período de afastamento, conforme atestado médico:

Código	Nome	Cargo	Período
12887	Simone Angela Scolaro	Fisioterapeuta – ESF	30/05/2016 a 26/09/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016 - FMS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 017/2016 - FMS - Atas do Sistema de Registro de Preços 029 a 031/2016- FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR (TIRA REAGENTE, LANCETA E SERINGA) PARA O PROGRAMA DE DIABETES DA SECRETARIA DE SAÚDE, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 31/05/2017

1ª Publicação.

### RESUMO DE CONTRATO 007/2016;017/2016;004/16

RESUMO DE CONTRATO

PMC

TERMO DE REVISÃO AO CONTRATO 007/2016

Processo: Pregão Presencial Nº 112/2015

Contratado: POSTO DE COMBUSTIVEL QUINTA AVENIDA LTDA

Data: 12/04/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS A VAREJO ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Do Reequilíbrio Econômico Financeiro: Pelo presente instrumento, haja vista a solicitação da empresa com a devida comprovação para o reequilíbrio econômico financeiro dos itens 01 e 02 do contrato administrativo e baseado no artigo 65, I, "d" da Lei nº 8666/93, as partes resolvem firmar a revisão do preço unitário do item 01, que se trata de gasolina comum, de R\$ 3,18 (Três reais e dezoito centavos) para R\$ 3,28 (Três reais e vinte e oito centavos), e o item 02 Óleo Diesel S-10, de R\$ 3,17 (Três reais e dezessete centavos) para R\$ 2,98 (Dois reais e noventa e oito centavos).

FME

TERMO DE REVISÃO AO CONTRATO 017/2016

Processo: Pregão Presencial Nº 023/2015

Contratado: POSTO DE COMBUSTIVEL QUINTA AVENIDA LTDA

Data: 12/04/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS A VAREJO ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Do Reequilíbrio Econômico Financeiro: Pelo presente instrumento, haja vista a solicitação da empresa com a devida comprovação para o reequilíbrio econômico financeiro dos itens 01 e 02 do contrato administrativo, e baseado no artigo 65, I, "d" da Lei nº 8666/93, as partes resolvem firmar a revisão do preço unitário do item 01,

que se trata de gasolina comum, de R\$ 3,18 (Três reais e dezoito centavos) para R\$ 3,28 (Três reais e vinte e oito centavos), e do item 02 Óleo Diesel S-10, de R\$ 2,85 (Dois reais e oitenta e cinco centavos) para R\$ 2,98 (Dois reais e noventa e oito centavos).

FMS

TERMO DE REVISÃO AO CONTRATO 004/2016

Processo: Pregão Presencial Nº 036/2015

Contratado: POSTO DE COMBUSTIVEL QUINTA AVENIDA LTDA

Data: 12/04/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS A VAREJO ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE

Do Reequilíbrio Econômico Financeiro: Pelo presente instrumento, haja vista a solicitação da empresa com a devida comprovação para o reequilíbrio econômico financeiro dos itens 01 e 02 do contrato administrativo, e baseado no artigo 65, I, "d" da Lei nº 8666/93, as partes resolvem firmar a revisão do preço unitário do item 01, que se trata de gasolina comum, de R\$ 3,18 (Três reais e dezoito centavos) para R\$ 3,28 (Três reais e vinte e oito centavos), e do item 02 Óleo Diesel S-10, de R\$ 2,85 (Dois reais e oitenta e cinco centavos) para R\$ 2,98 (Dois reais e noventa e oito centavos).

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

### TERMO DE ERRATA PR 18/16 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 018/2016-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 018/2016 - FMS, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇO DE AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado as casas decimais no inciso II do item 4.1 do Edital: - onde lê-se:

II – descrição geral (ou detalhada) quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes do presente Edital, marca, o valor unitário e o total geral, em moeda corrente nacional, em algarismos – duas casas decimais após a vírgula e, de preferência, também por extenso; leia-se:

II – descrição geral (ou detalhada) quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes do presente Edital, marca, o valor unitário e o total geral, em moeda corrente nacional, em algarismos – três casas decimais após a vírgula e, de preferência, também por extenso; Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 31 de Maio de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ADITIVO Nº 006/2016

ADITIVO Nº 006/2016

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 027/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO CLARETE DA LUZ DOS SANTOS CUBAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: CLARETE DA LUZ DOS SANTOS CUBAS, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 791.412.269-68, residente e domiciliada na Rua ST Rodeio Grande, snº, Localidade de Rodeio Grande, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII e IX Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002. Contratação temporária para atuar em substituição ao Servidor Público Paulo Alexandre Christoff, que se encontra em Licença Prêmio.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PRAZO: Prorrogação: 01 de junho de 2016;

Término: 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor. Campo Alegre/SC., 01 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CLARETE LUZ DOS SANTOS CUBAS Contratada
--	--

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos trinta e um dias do mês de maio de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual prestação de serviços de tapa-buraco (reposição de asfalto com emprego de materiais) para o município de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, CNPJ: 03.620.927/0001-12, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 32/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	300	M²	Reposição de asfalto/tapa-buraco, CBUQ com fornecimento de material e mão de obra. Obedecendo as seguintes considerações: - Sinalização dos pontos de trabalho com cone e/ou placa; - Utilização de massa tipo sela trinca; - Espessura do reparo com sela trinca deverá ser de no mínimo 5 cm; - Rebaixamento da cancha; - Corte da borda com máquina de corte apropriada; - Imprimação com emulsão betuminosa; - Espalhamento da massa de maneira uniforme; - Compactação com rolo de pequeno porte ou placa vibratória antes e durante aplicação de sela trinca; - Transporte de massa em caminhão térmico.	70,00	21.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 21.000,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA  
Representante legal



**ATA TP 45/2016****ATA CIRCUNSTANCIADA**

(Processo Licitatório TP nº 45/2016)

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Lilian Terezinha Bartsch, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 9522 de 07 de janeiro de 2016) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 45/2016, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o fornecimento de material e mão de obra para execução de obra de pavimentação em lajota sextavada de concreto nas seguintes ruas: O objeto do presente edital consiste no fornecimento de material e mão de obra para execução de Obra de Pavimentação asfáltica nas seguintes ruas: Rua Julia Pazda, Rua Adolfo Konder, Rua Emília Cardoso e Rua Paulo Schultz; E fornecimento de material e mão de obra para execução de pavimentação em lajota sextavada de concreto da Rua Alfredo Friedrich neste Município. Inicialmente o Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) da única empresa proponente: IMPACTO ENGENHARIA LTDA – CNPJ: 04.989.180/0001-37. A licitante IMPACTO ENGENHARIA LTDA não credenciou representante na sessão. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR LOTE com fixação de valor máximo unitário. Passou-se à análise dos Documentos da licitante, sendo que a mesma comprovou enquadramento como ME ou EPP através da Certidão Simplificada, a licitante não apresentou Atestado de Capacidade Técnica para nenhum Lote do Processo licitatório, conforme exigido no item 5.1.4.3 do edital. A Comissão julgou a empresa IMPACTO ENGENHARIA LTDA INABILITADA. Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 030/2016**

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 030/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA, no Cargo Público de Atendente de Sala exercendo a Função de Atendente de Sala, portadora do CPF/MF nº 042.587.719-10, residente domiciliada na Rua 18 de março, nº 166, Bairro Centro, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002. Contratação temporária para atuar em substituição ao servidor Claudio Athayde, que encontrasse afastado por processo administrativo.

PRAZO: Início: 01 de junho de 2016;  
Término: 21 de dezembro de 2016.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.306,60 (Hum mil trezentos e seis reais e sessenta centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do - 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 01 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA Contratada
--	---

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 031/2016**

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 031/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: GABRIELA MACHADO KERSCHER, no Cargo Público de Agente Comunitário de Saúde exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde do bairro Belo Horizonte, portadora do CPF/MF nº 068.841.689-60, residente domiciliada na Rua Ernesto Afonso Scheide, snº, Bairro Belo Horizonte, Município de Campo Alegre, SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII e IX Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002. Contratação temporária para atuar em substituição a servidora Teresinha Baechtold, que encontrasse em licença para tratamento de saúde.

PRAZO: Início: 01 de junho de 2016;  
Término: 09 de agosto de 2016.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX,



do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.174,33 (Hum mil cento e setenta e quatro reais e trinta e três centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do - 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 01 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	GABRIELA MACHADO KERSCHER Contratada
--	---

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

### CONVOCAÇÃO Nº 068/2016

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 068/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. DAVID ROGERIO MARIANO inscrito no CPF/MF sob nº 075.737.789-39, aprovado em 1º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de AGENTE OPERACIONAL III, na Função de AGENTE DE MANUTENÇÃO, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 03 de junho de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 31 de maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JOÃO SAMUEL CUBAS

Secretária Municipal de Planejamento, Transporte e Obras

### CONVOCAÇÃO Nº 069/2016

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016  
CONVOCAÇÃO Nº 069/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. NATALIA WOJCIECHOSKY, inscrita no CPF/MF sob nº 765.224.239-87, aprovada em 7º lugar no Processo Seletivo nº 001/2016-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 03 de Junho de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêm os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 31 de maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

### CONVOCAÇÃO Nº 070/2016

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 070/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. MARCELO BARON inscrito no CPF/MF sob nº 937.021.329-53, aprovado em 6º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Função de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 03 de junho de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 31 de maio de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

### CONVOCAÇÃO Nº 071/2016

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016  
CONVOCAÇÃO Nº 071/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. TEREZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN, inscrita no CPF/MF sob nº 022.092.039-70, aprovada em 8º lugar no Processo Seletivo nº 001/2016-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá

comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 03 de Junho de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 31 de maio de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

### CONVOCAÇÃO Nº 072/2016

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016  
CONVOCAÇÃO Nº 072/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. EVA APARECIDA DA VEIGA ZENFE, inscrita no CPF/MF sob nº 854.963.089-68, aprovada em 9º lugar no Processo Seletivo nº 001/2016-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 03 de Junho de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 31 de maio de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

### DECRETO Nº 9.788 DE 31 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.788 DE 31 DE MAIO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta: Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (um mil, quinhentos reais) na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Física	R\$1.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica	R\$1.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
31 de maio de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 9.789 DE 01 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.789 DE 01 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, no Inciso VII do Artigo 300;

DECRETA:

Art.1º) Contratar CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA, para o Cargo Público e exercer a Função de Atendente de Sala, Registro no Sistema sob nº 955613, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Código 4, Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 1.306,60 (um mil, trezentos e seis reais, sessenta centavos) mensais, pelo período de 01 de junho de 2016 a 21 de Dezembro de 2016.

Art.2º) A contratação de que trata o Artigo 1º deste Decreto em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 001/2015, em 17º lugar, Homologado pelo Decreto nº 9.058 de 16 de Junho de 2015.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
01 de junho de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração



Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 9.790 DE 01 DE JUNHO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 9.790 DE 01 DE JUNHO DE 2016  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial nos Incisos VII e IX do Artigo 300 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, e suas alterações;

#### **DECRETA:**

Art.1º) Contratar a Srª. GABRIELA MACHADO KERSCHER, para exercer o Cargo Público e exercer a Função de Agente Comunitário de Saúde, no Bairro Belo Horizonte, Registro no Sistema sob nº 955614, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 2A, Sub-Nível 21A, Referência A no valor de R\$ 1.174,33 (um mil, cento e setenta e quatro reais, trinta e três centavos) mensais.

Parágrafo único – A Contratação de que trata o caput deste artigo pelo período de 01 de junho de 2016 a 09 de agosto de 2016, em substituição a Servidora Pública Municipal Titular TERESINHA BAECHTOLD, Matrícula Funcional nº 000555, Registro no Sistema sob nº 954669, encontrar-se em Licença para Tratamento de Saúde.

Art.2º) A contratação de que trata o caput do Artigo 1º deste Decreto em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 01/2016, em 1º lugar, Homologado pelo Decreto nº 9.732 de 15 de abril de 2016.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
01 de junho de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 9.791 DE 01 DE JUNHO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 9.791 DE 01 DE JUNHO DE 2016  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear MARIA CLAUDETE DE MELO SANTOS, Matrícula Funcional nº 000883, Registro no Sistema sob nº 955612, ao Cargo Público e para exercer a Função de Agente Administrativo II, Categoria Funcional Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 4 Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 1.306,60 (um mil trezentos e seis reais, sessenta centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. MARIA CLAUDETE DE MELO SANTOS, aprovada em 4º lugar no Concurso Público Municipal nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 9.057 de 16 de Junho de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
01 de junho de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 9.792 DE 01 DE JUNHO DE 2016**

DECRETO Nº 9.792 DE 01 DE JUNHO DE 2016  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE DIRETORA ADJUNTA NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA EMEB – MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, Inciso V da Lei Orgânica do Município, em especial ao Artigo 108 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Decreta:

Art.1º) Nomear a Servidora Pública Municipal, ocupante do Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, JAQUELINE SORAIA AMORIM TABERT, Matrícula Funcional nº 000802, Registro no Sistema sob nº 955468, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para ocupar o cargo de Diretora Adjunta na EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Maria José Duarte Silva Bernardes”, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo a Gratificação FG-5C, no valor de R\$ 882,17 (oitocentos e oitenta e dois reais, dezessete centavos) mensais, enquanto permanecer na função, a partir de 01 de junho de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
01 de junho de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 9.793 DE 01 DE JUNHO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.793 DE 01 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial aos Incisos VII e IX do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

DECRETA:

Art.1º) Prorrogar o Contrato Temporário firmado com CLARETE DA LUZ DOS SANTOS CUBAS, para exercer o Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob nº 955608, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.962,23 (um mil, novecentos e sessenta e dois reais, vinte e três centavos) mensais.

Parágrafo único – A prorrogação de que trata o caput deste artigo pelo período de 01 de junho de 2016 a 30 de junho de 2016, em substituição ao Servidor Público Municipal Titular em substituição ao Professor Titular Paulo Alexandre Christoff, Matrícula Funcional nº 000499, Registro no Sistema sob nº 954736, que encontra-se em gozo de Licença Prêmio.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
01 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 056/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO

DE RECURSOS Nº 056/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 056/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – FARMÁCIA BÁSICA FEDERAL, em data de 03 de maio de 2016, no valor de R\$ 4.996,73 (quatro mil, novecentos e noventa e seis

reais, setenta e três centavos).

Campo Alegre/SC., 31 de maio de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 057/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO

DE RECURSOS Nº 057/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 057/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL, em data de 03 de maio de 2016, no valor de R\$ 5.364,57 (cinco mil, trezentos e sessenta e quatro reais, cinquenta e sete centavos).

Campo Alegre/SC., 31 de maio de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 058/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO

DE RECURSOS Nº 058/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 058/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PAB – PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE, em data de 03 de maio de 2016, no valor de R\$ 963,30 (novecentos e sessenta e três reais, trinta centavos).

Campo Alegre/SC., 31 de maio de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 059/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 059/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 059/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PAC – PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, em data de 03 de maio de 2016, no valor de R\$ 1.014,00 (um mil e quatorze reais).

Campo Alegre/SC., 31 de maio de 2016.  
JOSE LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 060/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 060/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 060/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PMAQ – PROGRAMA MELHORIA DE ACESSO A QUALIDADE, em data de 03 de maio de 2016, no valor de R\$ 5.130,00 (cinco mil cento e trinta reais).

Campo Alegre/SC., 31 de maio de 2016.  
JOSE LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 061/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 061/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 061/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PAC – PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, em data de 03 de maio de 2016, no valor de R\$ 18.302,70 (dezoito mil, trezentos e dois reais, setenta centavos).

Campo Alegre/SC., 31 de maio de 2016.  
JOSE LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 062/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 062/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 062/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PROGRAMA SAÚDE BUCAL, em data de 03 de maio de 2016, no valor de R\$ 2.230,00 (dois mil duzentos e trinta reais).

Campo Alegre/SC., 31 de maio de 2016.  
JOSE LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 063/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 063/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 063/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PAB – PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE, em data de 03 de maio de 2016, no valor de R\$ 38.603,30 (trinta e oito mil, seiscentos e três reais, trinta centavos).

Campo Alegre/SC., 31 de maio de 2016.  
JOSE LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 064/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 064/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 064/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – PNATE – PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, em data de 06 de maio de 2016, no valor de R\$ 10.887,34 (dez mil, oitocentos e oitenta e sete reais, trinta e quatro centavos).

Campo Alegre/SC., 31 de maio de 2016.  
JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 065/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 065/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 065/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE-P – PRÉ ESCOLAR, em data de 06 de maio de 2016, no valor de R\$ 2.620,00 (dois mil, seiscentos e vinte reais).

Campo Alegre/SC., 31 de maio de 2016.  
JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 066/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 066/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 066/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE-C – CRECHE, em data de 06 de maio de 2016, no valor de R\$ 5.080,00 (cinco mil oitenta reais).

Campo Alegre/SC., 31 de maio de 2016.  
JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 067/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 067/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 067/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE-AEE – ATENÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL, em data de 06 de maio de 2016, no valor de R\$ 50,00 (cincoenta reais).

Campo Alegre/SC., 31 de maio de 2016.  
JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 068/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 068/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 068/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – ENSINO FUNDAMENTAL, em data de 06 de maio de 2016, no valor de R\$ 9.150,00 (nove mil, cento e cinquenta reais).

Campo Alegre/SC., 31 de maio de 2016.  
JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 069/2016**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 069/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 069/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com



sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – SALÁRIO EDUCAÇÃO, em data de 13 de maio de 2016, no valor de R\$ 63.131,87 (sessenta e três mil, cento e trinta e um reais, oitenta e sete centavos).

Campo Alegre/SC., 31 de maio de 2016.  
JOSE LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 070/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 070/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 070/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – SALÁRIO EDUCAÇÃO, em data de 23 de maio de 2016, no valor de R\$ 247,18 (duzentos e quarenta reais, dezoito centavos).

Campo Alegre/SC., 31 de maio de 2016.  
JOSE LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2016

Objeto: Contratação de mão de obra mecânica para conserto e troca de peças para manutenção dos caminhões da frota municipal, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Convite, nº 41/2015.  
Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	11.00	Secretaria Municipal de Cultura Turismo Esporte e Lazer
Unidade	11.03	Coordenadoria de Esportes e Lazer
Projeto	2.810	Criação e Manutenção de Espaços de Lazer
Elemento de Despesa	4.4.90.51.00.00.00	Obras e Instalações
Recursos: Convênio 2016TR000952 – Governo do estado de Santa Catarina		

Vigência: 30/05/2016 a 27/09/2016  
Do valor total: R\$ 57.145,89 (cinquenta e sete mil, cento e quarenta e cinco reais e oitenta e nove centavos)  
Contratada: LN CONSTRUÇÕES LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADO: CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de junho de 2016 a 21 de dezembro de 2016

AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: ATENDENTE DE SALA

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 1.306,60 (Hum mil trezentos e seis reais e sessenta centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 01 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONTRATADO: GABRIELA MACHADO KERSCHER

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 01 de junho de 2016 a 09 de agosto de 2016

AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – BELO HORIZONTE

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 1.174,33 (Hum mil cento e setenta e quatro reais e trinta e três centavos)

CAMPO ALEGRE/SC., 01 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 13.074 DE 31 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.074 DE 31 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal, PAULO ALEXANDRE CHRISTOFF, Matrícula Funcional nº 000571, Registro no Sistema sob nº 954546, ocupante do Cargo Público de Professor IX, exercendo a Função de Professor de História, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 16 de fevereiro de 2012 a 16 de fevereiro de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 30 de maio de 2016 sob nº 2508.

Art.2º) O Servidor gozará a Licença Prêmio no período de 01 de junho de 2016 á 30 de junho de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
31 de maio de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 13.075 DE 31 DE MAIO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 13.075 DE 31 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal, PAULO ALEXANDRE CHRISTOFF, Matrícula Funcional nº 000499, Registro no Sistema sob nº 954736, ocupante do Cargo Público de Professor VIII, exercendo a Função de Professor de Geografia, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 06 de fevereiro de 2012 a 06 de fevereiro de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 30 de maio de 2016 sob nº 2507.

Art.2º) O Servidor gozará a Licença Prêmio no período de 01 de junho de 2016 á 30 de junho de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
31 de maio de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 13.076 DE 31 DE MAIO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 13.076 DE 31 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE  
À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Maternidade por um período de 120 (cento e vinte) dias, a Servidora Pública Municipal, REGINA GROSSKOPF, Matrícula Funcional nº 000657, Registro no Sistema Sob nº 955083, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único - A licença de que trata o caput deste artigo pelo período de 31 de maio de 2016 á 27 de setembro de 2016, conforme atestado médico emitido e devidamente assinado nesta data, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal sob nº 2.136.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
31 de maio de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PREGÃO ELETRÔNICO 46/2016**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2016

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto a aquisição de equipamentos de informática para utilização no serviço de iluminação pública, assessoria de imprensa e Coordenadoria de Esporte do município de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

LOTE 01					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	02	CJ	Computador, tipo desktop, com as seguintes configurações mínimas: a. Placa mãe: LGA 1150 / USB 3.0 / SVR; b. Processador: Intel Core i3 de quarta geração, LGA 1150, com no mínimo dois núcleos. 3.4 GHz ou superior, 3MB de memória cache, 5 GT/S; c. Memória: 4GB DDR3 1333 MHz; d. HD: 500GB / SATA 3 / 7200 RPM / 64MB; e. Gabinete ATX, cor preta; f. Unidade de DVD-RW; g. Par de caixas de som de no mínimo 2W RMS; h. Interface padrão IEEE 802.3, 10/100/1000BaseT/Tx/T, 32 bits, integrada a placa mãe; i. Portas USB: Possuir no mínimo 4 portas USB, sendo duas delas USB 3.0 e sendo duas delas frontais; j. Teclado alfanumérico ABNT 2, cor preta; k. Mouse óptico com scroll wheel, cor preta; l. Sistema operacional: Licença de Windows 8.1 em Português (Brasil) 64 bits OEM ou superior. Deverão estar inclusos todos drivers, cabos de força e demais componentes necessários para instalação e utilização imediata do computador.	2.039,00	4.078,00
02	02	UN	Monitor LED 19,5", preto.	475,00	950,00
03	02	UN	Nobreak 600VA Entrada: 220V Saída: 115V. Com no mínimo 4 tomadas.	334,00	668,00
VALOR TOTAL PARA O LOTE 01				R\$ 5.696,00	

LOTE 02					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
04	01	UN	Notebook, com a seguinte configuração mínima: - 4GB de memória RAM; - Processador Intel Core i3 de quarta geração ou superior; - 1 TB de HD; - Unidade DVD-RW; - Tela de 14"; - Sistema Operacional: Windows 10.	2.430,00	2.430,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE 02				R\$ 2.430,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 01/06/2016, às 09h45min do dia 13/06/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 13/06/2015 no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	02.00	Gabinete do Prefeito
Unidade	02.01	Chefia de Gabinete
Função	4	Administração
Subfunção	122	Administração Geral
Programa	3	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Casa da Cidadania
Projeto	2.101	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito
Elemento de Despesa	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	08.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	08.03	Serviço de Obras e Serviços Públicos
Função	15	Urbanismo

Subfunção	451	Infraestrutura Urbana
Programa	48	Serviços Públicos
Projeto	2.025	Iluminação Pública
Elemento de Despesa	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	02.00	Gabinete do Prefeito
Unidade	02.01	Chefia de Gabinete
Função	4	Administração
Subfunção	122	Administração Geral
Programa	3	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Casa da Cidadania
Projeto	2.101	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito
Elemento de Despesa	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre – SC, 31 de maio de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

### **TOMADA DE PREÇOS 51/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório nº 51/2016 – TP

Está aberto Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, cujo objeto é o fornecimento de material e mão de obra para execução de Obra de Pavimentação asfáltica nas seguintes ruas: Rua Julia Pazda, Rua Adolfo Konder, Rua Emília Cardoso e Rua Paulo Schultz e fornecimento de material e mão de obra para execução de pavimentação em lajota sextavada de concreto da Rua Alfredo Friedrich. Julgamento: Menor Preço POR LOTE, com fixação de valor máximo unitário. Valor global estimado: R\$ 758.330,88. Os recursos são provenientes de CONVÊNIO COM ESTADO DE SANTA CATARINA. Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento: 16/06/2016, 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até às 09h45min). Os interessados poderão obter o edital e anexos no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos. Campo Alegre, 31 de maio de 2016. Lucilaine Mokfa Schwarz – Secretária Municipal de Administração.

### **TOMADA DE PREÇOS 52/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório nº 52/2016 – TP

Está aberto Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, cujo objeto é o Fornecimento de material e mão de obra para execução de obra de pavimentação asfáltica nas seguintes ruas: Rua Ipê e Rua das Flores, localizadas no bairro Cascatas e Rua Horst Walter, localizada no bairro Belo Horizonte, neste Município. Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL, com fixação de valor máximo unitário. Valor global estimado: R\$ 437.250,30. Os recursos são provenientes de CONVÊNIO COM ESTADO DE SANTA CATARINA. Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento: 16/06/2016, 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até às 13h45min). Os interessados poderão obter o edital e anexos no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos. Campo Alegre, 13 de maio de 2016. Lucilaine Mokfa Schwarz – Secretária Municipal de Administração.



# Campo Erê

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 25/2016**

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1138/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016  
EXTRATO DE EDITAL

O Município de Campo Erê - SC, através de seu Prefeito Sr. Rudimar Borcioni, TORNA PÚBLICO que até as 08horas do dia 14 de Junho de 2016, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no Pregão Presencial nº 25/2016 para a Aquisição de veículo tipo Van transformada em ambulância simples remoção para o Município de Campo Erê, conforme descrição neste edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações deste Edital serão fornecidos pelo Departamento de Licitações, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:15hs às 17:15hs, pelo fone (49) 3655 3035, ou pelo e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Ere - SC, 30 de Maio de 2016. RUDIMAR BORCIONI - Prefeito Municipal.

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 28/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 60/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 14 de junho de 2016 às 14h15min Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CAMARAS E PROTETORES PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min diariamente.

Campos Novos, 01 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 7.505/16 DE 23/05/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.505/16 de 23/05/2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 172.000,00 (Cento e setenta e dois mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 –DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.012– Construção de Redes de Energia Elétrica

Elementos de despesa: 145 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0017.00 0000– Aplicações Diretas ..... R\$172.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do excesso de arrecadação da COSIP.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 23 de maio de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### REPUBLICA LEI Nº. 4.261/16 DE 18/05/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

LEI Nº 4.261/2016 DE 18/05/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 – DEP. DE MODERNIZAÇÃO E APOIO OPERACIONAL  
PROJETO ATIVIDADE: 1.010 – Pavimentação e Asfaltamento de Ruas

Elemento de despesa: 106– 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000 000 - aplicações diretas .....R\$ 250.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.010 – Manutenção do departamento de Planejamento Educacional

Elemento de despesa: 32– 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.0000 00- aplicações diretas .....R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da seguintes rubrica orçamentária do município:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO

UNIDADE: 21 – DEP. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO ATIVIDADE: 2.081 – Realização da Festa do Município

Elemento de despesa: 93– 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.0000 00 - aplicações diretas .....R\$ 300.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 18 de maio de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

# Canelinha

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL 08/2016 - FHC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 08/2016  
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 08/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de diversos materiais de construção para pequenos reparos, visando a manutenção do prédio da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 13 de junho de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 31 de maio de 2016. MARILITA MICHELI GONÇALVES - Diretora Administrativa

### EXTRATO EDITAL 40/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 40/2016  
MODALIDADE: Tomada de Preço 06/2016

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para reforma da quadra coberta da Escola de Ensino Básico Cantório Florentino da Silva, totalizando área de 680,16m², localizada à Rua João Busnardo, s/n, Bairro Índia, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. DATA DE ABERTURA: 16 de junho de 2016, às 09:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 31 de maio de 2016. ANTONIO DA SILVA - Prefeito do Município

# Canoinhas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 71/2016 (ELETRÔNICO)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 105/2016  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 71/2016 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16/06/2016, às 10h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM, 04 (QUATRO) PORTAS, COM POTÊNCIA MÁXIMA DE NO MÍNIMO 72 CV, SENDO 02 (DOIS) A SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO E 01 (UM) A SER UTILIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTOS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 16/06/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 72/2016 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 106/2016  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 72/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16/06/2016, às 14h00min, licitação para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO PÚBLICO DA POLÍCIA MILITAR COMPOSTO POR 10 (DEZ) CÂMERAS NA CIDADE DE CANOINHAS-SC E DEMAIS EQUIPAMENTOS QUE CONCORREM PARA O SEU FUNCIONAMENTO, SEM EXCLUSIVIDADE NO FORNECIMENTO DE PEÇAS, MEDIANTE APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO PRÉVIA DO ORÇAMENTO DAS PEÇAS. Recebimento de propostas até as 13h55min do dia 16/06/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 73/2016 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 108/2016  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 73/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/06/2016, às 09h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE TACHAS BI DIRECIONAL 10 X 08 CM SENDO: 2.000 UNIDADES COM AS DUAS FACES AMARELAS E 4.000 UNIDADES COM UMA FACE BRANCA E OUTRA FACE VERMELHA, DESTINADAS A SINALIZAÇÃO DE TRANSITO DO MUNICIPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 08h55min do dia 15/06/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

# Capinzal

## PREFEITURA

### PMC TERMO ADITIVO 001/2016 C251

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Aditivo Nº ..... : TA 001/2016 C251 - Contrato Nº: 0251/2014		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: CONSTRUÇOES HERVAL LTDA - EPP		
Valor ..... : 0,00 (zero)		
Vigência ..... : Início: 31/05/2016 Término: 30/09/2016		
Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2014		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 30/09/2016, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.		
Capinzal, 31 de Maio de 2016		

### PMC TERMO ADITIVO 002/2016 C250

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Aditivo Nº ..... : TA 002/2016 C250 - Contrato Nº: 0250/2014		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: CONSTRULACER COMERCIO E CONSTRUÇOES LACERDOPOLIS E		
Valor ..... : 0,00 (zero)		
Vigência ..... : Início: 31/05/2016 Término: 29/11/2016		
Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2014		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 29/11/2016, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.		
Capinzal, 31 de Maio de 2016		

C

### PMC TERMO ADITIVO 002/2016 C251

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Aditivo Nº ..... : TA 002/2016 C251 - Contrato Nº: 0251/2014		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: CONSTRUÇOES HERVAL LTDA - EPP		
Valor ..... : 65.159,05 (sessenta e cinco mil cento e cinquenta e nove reais e cinco centavos)		
Vigência ..... : Início: 31/05/2016 Término: 30/09/2016		
Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2014		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65, inciso I e - 1º, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 65.159,05 (sessenta e cinco mil cento e cinquenta e nove reais e cinco centavos). Conforme solicitação, justificativa técnica e parecer jurídico em anexo.		
Capinzal, 31 de Maio de 2016		

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL****EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/23/2016**

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/23/2016

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS

CNPJ DO CONTRATADO: 61.074.175/0001-38

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO SIMAE (LOTE 1).

VALOR: R\$ 3.620,00 (Três mil, seiscentos e vinte reais).

DATA DA ASSINATURA: 30/05/2016.

VIGÊNCIA: 31/05/2016 A 30/05/2017.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/24/2016**

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/24/2016

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ DO CONTRATADO: 61.198.164/0001-60

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO SIMAE (LOTES 2 E 3).

VALOR: R\$ 4.450,00 (Quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 30/05/2016.

VIGÊNCIA: 31/05/2016 A 30/05/2017.

# Catanduvás

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2016 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0005/2016** AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2016  
DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 0005/2016

Objeto: Contratação de transporte Escolar visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Valor: R\$ 56.500,00 (cinquenta e seis mil e quinhentos reais).

Da consignação orçamentária:

2.020.3390.00 - 136 - 27/2016 - TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

2.018.3390.00 - 101 - 35/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Informações: Maiores informações poderão ser obtidas no site: [www.catanduvás.sc.gov.br](http://www.catanduvás.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvás – SC, 31 de maio de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

### **EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0017/2016**

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0017/2016  
PREGÃO Nº 0039/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0050/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

CONTRATADA: AEON COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios para a cozinha da Assistência Social utilizado para os lanches do CRAS, CREAS, SCFV no ano de 2016.

VALOR: R\$ 570,00 (quinhentos e setenta reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.077.3390.00 - 100 - 16/2016 - MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL GERAL

2.076.3390.00 - 10150 - 13/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN.DE ASSIT.SO

2.076.3390.00 - 10152 - 14/2016 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN.DE ASSIT.SO

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Catanduvás, SC - 11 de maio de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Luciane T. Vieira

### **EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0085/2016**

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0085/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: EDERSON LUIZ DA SILVA ME

OBJETO: publicação e divulgação dos trabalhos do executivo, bem como matérias repassadas pela assessoria de imprensa da administração quando solicitado e publicação de eventos do município.

VALOR: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas para cobertura e empenhamento dos serviços ora contratados correrão por conta do orçamento do Município de Catanduvás – SC para o exercício de 2016.

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Catanduvás, SC, 03 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

### **EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0090/2016**

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0090/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: SOM & CIA – Gilian José Coratto 00877464928

OBJETO: serviços de manutenção e assistência técnica das transmissoras de sinais de televisão deste município durante o ano de 2016.

VALOR: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotações específicas consignadas no orçamento municipal para o ano de 2016.

VIGÊNCIA: partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvás, SC, 24 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

### **EXTRATO DO DISTRATO CONTRATO PMC Nº 0003/2016**

TERMO DE DISTRATO DE CONTRATO DE PARCERIA  
REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PMC Nº 0003/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: SOM & CIA – Gilian José Coratto 00877464928

OBJETO: serviços de manutenção e assistência técnica das transmissoras de sinais de televisão deste município durante o ano de 2016.

VALOR: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotações específicas consignadas no orçamento municipal para o ano de 2016.

VIGÊNCIA: partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvas, SC, 24 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini



# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA 46/2016

PORTARIA Nº . 46/2016

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2011. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora DIRCE MARIA AGOSTINI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/02/2015 a 31/01/2016.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 01/06/2016 à 30/06/2016, com 1/3 convertido em espécie referente a 10 (dez) dias.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/06/2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 30 de maio de 2016.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

31 de maio de 2016

### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

2.1 - As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordes, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 30 de maio de 2016.

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

DIRLETE APARECIDA MARANGONI  
Contratado

Testemunhas:

IVAN D MUCELIN  
CPF nº573.718.579-6

ELIAS CHIARELLO  
CPF nº649.941.989-34

### TERMO DE RESCISÃO 33-2015

#### TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede jurídica na Rua Índio Condá, 55, na cidade que lhe empresta o nome, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Angelo Rolin de Moura, Centro, Cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro, a senhorita DIRLETE APARECIDA MARANGONI, brasileira, solteira, Assistente Social, residente e domiciliado no município de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CPF/MF sob n. 022.912.009-17, Resolvem de comum acordo rescindir o contrato de trabalho temporário n. 033/2015 de 05 de maio de 2015.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E TÉRMINO DO PRAZO DE DURAÇÃO

1.2 - O presente termo de rescisão de contrato de trabalho temporário que tinha por objetivo a prestação de serviços de Assistente Social, em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas sem cargo, vinculadas a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

1.3. O período de duração do presente contrato se encerra no dia

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 001/2016 - CONSELHO IDOSO

EDITAL Nº 001/2016

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

O Prefeito Municipal de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art.26 da Lei nº 0654 de 11.03.2016, torna público e convoca os integrantes da Sociedade Civil organizada, atuantes no campo da Promoção e Defesa dos Direitos do Idoso, para o Processo de Escolha dos membros que irão compor o Conselho Municipal do idoso.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

##### a) Da composição do Conselho:

- I – dois representantes da Secretaria da Assistência Social;
- II – um representante da Secretaria da Saúde;
- III – um representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes;
- IV- um representante da Secretaria de Administração e Planejamento;
- VI – cinco representantes dos órgãos não governamentais, eleitos em fórum próprio, sendo dois idosos indicados por entidades do meio rural, um idoso indicado por entidades do meio urbano e dois idosos indicados dentre grupos de idosos.

Parágrafo Primeiro: Cada Entidade ou Grupo de Idoso poderá indicar apenas um representante para concorrer a uma vaga para o Conselho Municipal do Idoso.

Parágrafo Segundo: Não havendo no Município mais de um grupo de idoso constituído, poderá o grupo indicar os dois representantes.

Parágrafo Terceiro: Para cada conselheiro titular haverá um suplente.

b) Os representantes governamentais serão indicados pelos órgãos de origem, de acordo com o art. 4º, da Lei Municipal nº 0654 de 11.03.2016.

#### 2. DO PROCESSO ELEITORAL:

a) Os candidatos da Sociedade Civil deverão se inscrever em formulário próprio, a partir do dia 01 de junho até o dia 30 de junho de 2016, no horário das 07:30 às 13:30, na Secretaria de Assistência Social, situada na Rua Bernardo Henrique Hillesheim, Centro do Município de Chapadão do Lageado, apresentando a Carteira de identidade, CPF e comprovante de endereço atualizado no município de Chapadão do Lageado.

b) A cada candidato será atribuído um número de acordo com a ordem de inscrição.

c) A eleição se dará no dia 14.07.2016, no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, situado na Rua Bernardo Henrique Hillesheim, Centro do Município de Chapadão do Lageado, a partir das 9:00 horas.

d) Caso o número de candidatos representantes da sociedade civil seja superior ao número de membros correspondentes no Conselho Municipal do Idoso, será procedida a escolha por aclamação entre todos os presentes.

e) Em caso de empate, será considerado candidato eleito aquele que possuir a maior idade.

#### 3. DA POSSE:

A posse dos membros do Conselho Municipal do Idoso de Chapadão do Lageado, será realizada no dia 28 de julho de 2016, às 09:00 horas, no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, situado na Rua Bernardo Henrique Hillesheim - Centro do Município de Chapadão do Lageado, por ato do Chefe do Poder Executivo.

#### 4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Assistência Social, órgão ao qual se vincula o Conselho Municipal do Idoso.

Chapadão do Lageado, 31 de maio de 2016.

José Braulio Inácio  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 210/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 210/2016

- CONSIDERANDO a aprovação no Concurso Público nº. 01/2015;
- CONSIDERANDO a nomeação através da Portaria nº 205/2016 de 24 de maio de 2016;
- CONSIDERANDO a apresentação dos documentos previstos no art. 15 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99;
- CONSIDERANDO que os servidores têm lotação na Administração Central;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC, e em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar Waldir Vieira Wolff Junior, nomeado para ocupar o cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo - 40 horas, pela Portaria nº. 205/2016, de 24 de maio de 2016, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 01 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO N.º055-2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes desse Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº055 de 30 de maio de 2016.

“DISPÕE SOBRE LICENÇA DE VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Câmara Municipal resolve:

Art. 1.º Fica o Vereador Alcides Francisco Montibeller, licenciado pelo período de 30 (trinta), dias a partir do dia 31 (trinta e um) de maio do corrente ano, para tratar de assuntos de interesse particulares conforme dispõe o - 3.º do artigo 27, da Lei Orgânica Municipal e Inciso II do artigo 18 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 2.º As despesas decorrentes com a execução da presente Resolução, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/05/2016 e término ao final da licença do Vereador titular do cargo.

Chapadão do Lageado, 31 de maio de 2016.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente

# Chapecó

## PREFEITURA

**ATO 017/CP/ED/001/16**

Ato 017/CP/ED/001/16

RETIFICA O ATO 015- CLASSIFICAÇÃO FINAL  
DO EDITAL Nº 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Retifica a Anexo II- Classificação Final Lista Especial Deficientes do Ato 0015, de forma a incluir o candidato Inscrição 315971- Beno Antonio da Luz, que já constava da Lista Especial na Classificação Preliminar e por erro material deixou de constar na Classificação Final.
2. Na homologação do Resultado Final, deverá constar a classificação do Candidato, conforme segue:

**ANEXO II – CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR LISTA ESPECIAL – DEFICIENTES**

Cargo: Vigia

Seq.	Inscrição	Candidato	NF	Classificação Geral	Classificação Lista Especial - Deficiente
1	315971	Beno Antonio da Luz	69,50	256 <sup>a</sup>	20 <sup>a</sup> vaga

Chapecó (SC), 31 de maio de 2016

Luciano José Buligon

Prefeito Municipal

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### LEI N. 1.304

LEI N. 1.304, de 30 de maio de 2016.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica criado o MUSEU MUNICIPAL na estrutura administrativa da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura de Cocal do Sul, passando a denominar-se MUSEU MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, cuja missão é salvaguardar, pesquisar e comunicar os objetos representativos da formação histórica do município de Cocal do Sul.

Art. 2º O MUSEU MUNICIPAL DE COCAL DO SUL terá como objetivos:

- I – preservar e promover a cultura histórica do Município de Cocal do Sul;
- II – incentivar e auxiliar pesquisadores;
- III – auxiliar na formação educacional.

Art. 3º O MUSEU MUNICIPAL DE COCAL DO SUL terá por finalidade:

- I – recolher, ordenar e expor objetos de valor histórico, cultural, geográfico ou artístico para o Município de Cocal do Sul;
- II – colecionar e expor objetos que constituam documentos expressivos da formação histórica do Município de Cocal do Sul;
- III – realizar pesquisas sobre assuntos da história geral.

Art. 4º Para compor os órgãos auxiliares integrantes do MUSEU MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, poderá a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura de Cocal do Sul, relatar cargos e pessoal através de Decreto Municipal, de acordo com a necessidade e conveniência do serviço.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei, correm à conta do orçamento vigente.

Parágrafo único. O MUSEU MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, poderá conveniar com outra instituição e aceitar subsídios, atribuições e doações.

Art. 6º Dentro de até 120(cento e vinte dias), o Poder Executivo criará Decreto regulamentando esta lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de maio de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### LEI N. 1.305

LEI N. 1.305, de 30 de maio de 2016.

ESTABELECE O ADJETIVO GENTÍLICO DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica estabelecido o adjetivo gentílico do Município de Cocal do Sul como sendo sul-cocalense.

Art. 2º Após a sanção desta Lei, a grafia oficial do município, deverá ser defendida e divulgada pelos poderes do município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de maio de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

# Concórdia

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2016-PMC** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2016 – PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de coffee-break durante a realização do evento de REVEZAMENTO DA TOCHA OLÍMPICA em nosso Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 8h30min do dia 15/06/2016

Abertura: dia 15/06/2016 às 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 31 de maio de 2016.

CLÉLIO IVO DAL PIAZ

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

### **AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS C&S Nº 2/2016-FMC**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
CONCÓRDIA – SC

TOMADA DE PREÇOS - Nº 02/2016 – FMC  
COMPRAS E SERVIÇOS

Objeto: Obtenção de proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de conversão de dados, customização, migração, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistemas, específicos para o gerenciamento de dados para a Biblioteca Pública Municipal, Júlio da Costa Neves, localizada no Centro Cultural Concórdia, INCLUINDO A LICENÇA DE DIREITO DE USO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO/MANUTENÇÃO, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, constante no anexo "A" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuada na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 07/07/2016, ÀS 10h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 04/07/2016, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA TÉCNICA E 03 – PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 07/07/2016, ÀS 10h00min.

Abertura: dia 07/07/2016, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à

disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 31 de maio de 2016.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Superintendente da FMC

### **COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2016-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2016 – PMC

Objeto: Contratação de empresa em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra), para fechamento e cobertura do recreio coberto do GEM Cinquentenário, neste Município, com recursos próprios e federais, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

#### COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no - 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e, posteriores alterações, comunicamos às licitantes: KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, SRV PROJETOS E CONTRUÇÕES LTDA - ME, VANDERLEI DEITOS – ME, BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP e PASCAL CONSTTRUTORA, ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA que a licitante FUNDAMENTO CONSTRUTORA LTDA, interpôs, na data de 30 de maio de 2016, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de habilitação do certame. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 1º de junho de 2016.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA

Presidente CPL

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 7/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 7/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Convoca Audiência Pública.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a 1ª Audiência Pública Municipal para discussão do Plano Diretor para Urbanização do Entorno do Lago em Concórdia, SC – PDULC (lago da Usina Hidrelétrica Itá), e instrumentos complementares.

Art. 2º A Audiência de que trata o art. 1º deste Edital será realizada



no dia 16 de junho de 2016, a partir das 19 horas, no Auditório do Centro de Eventos Concórdia, situado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, Concórdia, SC.

Art. 3º Cópia deste Edital, bem como quaisquer esclarecimentos, poderão ser obtidos junto à Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, situada na Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 574, Edifício Benjamin, salas 1 e 3, 1º andar, Centro, Concórdia, SC, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (49) 3442 2624.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

### **ERRATA 01 TERMO COLABORAÇÃO APAS- FMAS**

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2016 – FMAS

Objeto: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Básica, destinado a realização do serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência – outras deficiências.

ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 01 O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Osvaldo Valentin Zandavalli, 511, Centro, Concórdia, SC, TORNA PÚBLICO, a ocorrência de CORREÇÃO NA PUBLICAÇÃO do Extrato do Termo de Colaboração nº 01/2016 – FMAS, na seguinte conformidade:

Onde lê-se:

“ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS - APAS, inscrita no CNPJ sob nº 08.361.094/0001-36, representada pela sua Presidente, senhora IDAMARA ARTIFON MAGNANI”.

Leia-se:

“ESPÉCIE: Termo de Colaboração celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS - APAS, inscrita no CNPJ sob nº 08.361.094/0001-36, representada pela sua Presidente, senhora IDAMARA ARTIFON MAGNANI”.

Concórdia, 31 de maio de 2016.

NEUSA APARECIDA DAHMER

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

### **ERRATA 02 TERMO COLABORAÇÃO SCAF- FMAS**

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2016 – FMAS

Objeto: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Básica, destinado a realização do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos crianças e adolescentes de 5 a 17 anos.

ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 02 O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Osvaldo Valentin Zandavalli, 511, Centro, Concórdia, SC, TORNA PÚBLICO, a ocorrência de CORREÇÃO NA PUBLICAÇÃO do Extrato do Termo de Colaboração nº 02/2016 – FMAS, na seguinte conformidade:

Onde lê-se:

“ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a SOCIEDADE CONCORDIENSE DE AUXILIO FRATERNAL - SCAF, inscrita no CNPJ sob nº 83.575.167/0001-08, representada pelo seu Presidente, senhor GILMAR JOÃO DE BRITO”.

Leia-se:

“ESPÉCIE: Termo de Colaboração celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a SOCIEDADE CONCORDIENSE DE AUXILIO FRATERNAL - SCAF, inscrita no CNPJ sob nº 83.575.167/0001-08, representada pelo seu Presidente, senhor GILMAR JOÃO DE BRITO”.

Concórdia, 31 de maio de 2016.

NEUSA APARECIDA DAHMER

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

### **ERRATA 03 TERMO COLABORAÇÃO UMAMC- FMAS**

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2016 – FMAS

Objeto: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para ações de assessoramento e garantia de direitos.

ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 03 O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Osvaldo Valentin Zandavalli, 511, Centro, Concórdia, SC, TORNA PÚBLICO, a ocorrência de CORREÇÃO NA PUBLICAÇÃO do Extrato do Termo de Colaboração nº 03/2016 – FMAS, na seguinte conformidade:

Onde lê-se:

“ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a UNIÃO MUNICIPAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE CONCÓRDIA - UMAMC, inscrita no CNPJ sob nº 80.638.216/0001-16, representada pelo seu Presidente, senhor JANIO DE OLIVEIRA”.

Leia-se:

“ESPÉCIE: Termo de Colaboração celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a UNIÃO MUNICIPAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE CONCÓRDIA - UMAMC, inscrita no CNPJ sob nº 80.638.216/0001-16, representada pelo seu Presidente, senhor JANIO DE OLIVEIRA”.

Concórdia, 31 de maio de 2016.

NEUSA APARECIDA DAHMER

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

**ERRATA 04 TERMO COLABORAÇÃO APAE- FMAS**

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 04/2016 – FMAS

Objeto: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Básica, destinado a realização do serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência mental.

ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 04 O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Osvaldo Valentin Zandavalli, 511, Centro, Concórdia, SC, TORNA PÚBLICO, a ocorrência de CORREÇÃO NA PUBLICAÇÃO do Extrato do Termo de Colaboração nº 04/2016 – FMAS, na seguinte conformidade:

Onde lê-se:

“ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXPECIONAIS - APAE, inscrita no CNPJ sob nº 83.076.232/0001-50, representada pelo seu Presidente, senhor DARCI RODRIGUES DA SILVA”.

Leia-se:

“ESPÉCIE: Termo de Colaboração celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXPECIONAIS - APAE, inscrita no CNPJ sob nº 83.076.232/0001-50, representada pelo seu Presidente, senhor DARCI RODRIGUES DA SILVA”.

Concórdia, 31 de maio de 2016.

NEUSA APARECIDA DAHMER

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,  
Cidadania e Habitação

**ERRATA 05 TERMO COLABORAÇÃO VOLUNTÁRIOS DA SOLIDARIEDADE- FMAS**

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 05/2016 – FMAS

Objeto: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Básica, destinado ao Benefício Eventual de Vulnerabilidade Temporária.

ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 05 O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Osvaldo Valentin Zandavalli, 511, Centro, Concórdia, SC, TORNA PÚBLICO, a ocorrência de CORREÇÃO NA PUBLICAÇÃO do Extrato do Termo de Colaboração nº 05/2016 – FMAS, na seguinte conformidade:

Onde lê-se:

“ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a entidade VOLUNTÁRIOS DA SOLIDARIEDADE, inscrita no CNPJ sob nº 05.399.549/0001-14, representada pela sua Presidente, senhora LENIR TERESINHA KOBBS”.

Leia-se:

“ESPÉCIE: Termo de Colaboração celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a entidade VOLUNTÁRIOS DA SOLIDARIEDADE, inscrita no CNPJ sob nº 05.399.549/0001-14, representada pela sua Presidente, senhora LENIR TERESINHA

KOBBS”.

Concórdia, 31 de maio de 2016.

NEUSA APARECIDA DAHMER

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,  
Cidadania e Habitação

**ERRATA 06 TERMO COLABORAÇÃO MÃO SOLIDÁRIA- FMAS**

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 06/2016 – FMAS

Objeto: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, destinado a realização do serviço acolhimento institucional para adultos e famílias na modalidade de Casa de Passagem.

ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 06 O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Osvaldo Valentin Zandavalli, 511, Centro, Concórdia, SC, TORNA PÚBLICO, a ocorrência de CORREÇÃO NA PUBLICAÇÃO do Extrato do Termo de Colaboração nº 06/2016 – FMAS, na seguinte conformidade:

Onde lê-se:

“ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do termo de Colaboração a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a CASA DE APOIO MÃO SOLIDÁRIA, inscrita no CNPJ sob nº 12.505298/0001-70, representada pela sua Presidente, senhora LENIR TERESINHA KOBBS”.

Leia-se:

“ESPÉCIE: Termo de Colaboração celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, LAURI GARBOSSA e a CASA DE APOIO MÃO SOLIDÁRIA, inscrita no CNPJ sob nº 12.505298/0001-70, representada pela sua Presidente, senhora LENIR TERESINHA KOBBS”.

Concórdia, 31 de maio de 2016.

NEUSA APARECIDA DAHMER

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,  
Cidadania e Habitação

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2016

O Secretário Municipal De Urbanismo E Obras, do Município de Concórdia, torna público que ratificou o ato do Senhor ORÉLIO STORCHIO, Diretor de Urbanismo, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 30 de maio de 2016, para contratação de empresa para apresentação do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Financeira do Plano Municipal de abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário na etapa Municipal da Conferência das Cidades, a se realizar no mês de junho de 2016, em favor da empresa AMPLA ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA EPP, no valor total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal De Urbanismo E Obras



# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 338/2016

DECRETO Nº 338/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 05 (cinco) dias, de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. IVONEI BREANSINI, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 30 de Maio de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### DECRETO N. 339/2016

DECRETO Nº 339/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia, de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sra. KATIA ANA DI DOMENICO, ocupante do cargo de Diretor Geral de Ensino Infantil, 40 horas lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 30 de Maio de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 19/2016

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 19/2016  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA  
Tipo: menor preço por item.  
Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 14/06/2016  
Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 14/06/2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 31 de MAIO de 2016  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

### RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2016

Objeto: VENDA DE BENS IMÓVEIS  
RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2016

#### 1. DA RETIFICAÇÃO DO EDITAL

Onde -se Lê :

CONCORRÊNCIA, EDITAL N. 02/2016, do tipo Melhor lance ou Oferta , cujo objeto é a VENDA DE BENS IMÓVEIS, Conforme autoriza as leis nº 1849/2010, 1.550/2007, 1.552/2007, 1078/1999 e 1.042/1999.

Fica substituído passando a vigorar com a seguinte redação:

CONCORRÊNCIA, EDITAL N. 02/2016, do tipo Melhor lance ou Oferta , cujo objeto é a VENDA DE BENS IMÓVEIS, Conforme autoriza as leis nº 1749/2010, 1.550/2007, 1.552/2007, 1078/1999 e 1.042/1999. (NR)

Onde se lê:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS- SC

CONCORRÊNCIA Nº 02/2016

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

Fica substituído passando a vigorar com a seguinte redação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS- SC

CONCORRÊNCIA Nº 02/2016

ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL) (NR)

#### 2. DA EXCLUSÃO DE ITENS DO DITAL

Ficam excluídos os itens 01,02,03 e 06, do processo licitatório. Os demais permanecem sem alterações.

#### 3. DA NOVA DATA E HORÁRIO DE ABERTURA

Em consequência das alterações efetuadas, fica alterada a data para o recebimento das credenciais, propostas e documentação. A nova data de recebimento e, abertura dar-se-á até as 09h00min do dia 04 de JULHO de 2016, na SALA DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, sito à Avenida Santa Catarina, 1022 - Centro – Coronel Freitas - SC

#### 4 – DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO EDITAL

Permanecem em vigor e, sem alteração as demais cláusulas do Edital de CONCORRÊNCIA nº 02/2016.

Coronel Freitas-SC, 31 de MAIO de 2016  
Mauri J. Zucco  
Prefeito Municipal

# Corupá

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 030/2016 - ERRATA**

#### ERRATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/16  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/16

O Pregoeiro no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata referente ao Edital de Pregão Presencial nº 030/16, ficando assim determinado:

Licitante: DANNA COMERCIAL EIRELI – ME, durante a fase de lances do referido Pregão, foi equivocadamente digitado errado o valor do item 03 (LUVAS TÉRMICAS PARA COZINHA), sendo o correto no valor de R\$ 105,85 (Cento e Cinco Reais e Oitenta e Cinco Centavos), conforme Relatório de Disputa.

Corupá, 31 de Maio de 2016.  
JOSIMAR CALDEIRA  
Pregoeiro

### **SUSPENSÃO TOMADA DE PREÇO 006/2016**

#### AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/16  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 006/16

Este edital tem por objeto a Contratação de Empresa especializada em Obras e Serviços de Engenharia, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO AS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO, MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO, EXTENSÃO DE REDE, EVENTOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme memorial descritivo, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

O Presidente da Comissão de Licitação Sr. Josimar Caldeira, vem através da presente, comunicar a suspensão de recebimento e Abertura da Tomada de Preços 006/16, no que segue:

· APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES:

Dia 31/05/2016 às 09h00min (nove horas), com tolerância de 5 minutos.

· ABERTURA DA SESSÃO OFICIAL DO PREGÃO PRESENCIAL:

Dia 31/05/2016 às 09h30min (nove horas e trinta minutos).

Após esta comissão ter recebido pedido de impugnação de Edital, e, pelo motivo de não conseguirmos em tempo hábil analisar e julgar os referidos,

Comunicamos a todos que será marcada uma nova DATA para apresentação dos envelopes e credenciamento,

Comunicamos ainda que a decisão e a nova DATA serão publicados no endereço [www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br) link licitações e no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JOSIMAR CALDEIRA  
Presidente

### **TOMADA DE PREÇOS 007/2016**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
AVISO LICITAÇÃO  
Modalidade Tomada de Preço nº 007/16

OBJETO: Contratação de Empresa especializada em Obras e Serviços de Engenharia, para construção de 1 (uma) quadra de areia no bairro Bompland, (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), no Município de Corupá-SC, conforme memorial descritivo, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09h00min do dia 01/06/2016 às 09h00min do dia 16/06/2016.

INICIO DA SESSÃO: 09h30min do dia 16/06/2016.

TIPO: Menor Preço global.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Fica estipulada a data máxima do dia 14/06/2016 para que as empresas interessadas realizem a visita técnica e o Cadastramento Prévio junto a Prefeitura Municipal e retirem o Edital com todos os seus anexos. As empresas que já se encontram cadastradas devem atualizar o Certificado de Regularidade Cadastral também até a data já mencionada.

Corupá, 01 de Junho de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5563 2016 - ABRE CRÉDITO NO VALOR DE 470.670,00

DECRETO Nº. 5563/2016.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 470.670,00 (QUATROCENTOS E SETENTA MIL, SEISCENTOS E SETENTA REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Lei Municipal nº. 4492/2016, Lei Federal nº. 4.320/64 e a Norma Constitucional vigente,

DECRETA:  
TÍTULO I

#### CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.454, de 16 de dezembro de 2015 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 470.670,00 (quatrocentos e setenta mil, seiscientos e setenta reais), objetivando suprir dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro mais especificadamente com recursos oriundos do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR., para obras de pavimentação com pedras irregulares nas ruas do Bairro Peperiguaçu, Bairro 1º de Maio e Bairro São Silvestre neste Ente Federado, conforme plano de trabalho aprovado pelas partes ajustadas.

#### CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.455, de 16 de dezembro de 2015 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 470.670,00 (quatrocentos e setenta mil, seiscientos e setenta reais), com o intuito de suprir dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro mais especificadamente com recursos oriundos do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR, para obras de pavimentação com pedras irregulares nas ruas do Bairro Peperiguaçu, Bairro 1º de Maio e Bairro São Silvestre neste Ente Federado, conforme plano de trabalho aprovado pelas partes avençadas.

#### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.456, de 16 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 470.670,00 (quatrocentos e setenta mil, seiscientos e setenta reais), objetivando suprir dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro mais especificadamente com recursos oriundos do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR., para obras de pavimentação com pedras irregulares nas ruas

do Bairro Peperiguaçu, Bairro 1º de Maio e Bairro São Silvestre neste Ente Federado, conforme plano de trabalho aprovado pelas partes ajustadas.

#### CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 470.670,00 (quatrocentos e setenta mil, seiscientos e setenta reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

#### 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO URBANO

##### 02 – SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO

15.451.0537.1.076 – Implantação e recomposição de obras com pavimentação asfáltica e poliédrica, drenagem e sinalização.

4.4.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 70.670,00

4.4.90.00.00.00.0.0.0322 – Aplicações Diretas (exc. de arrec.) R\$ 400.000,00

Total R\$ 470.670,00

Art. 5º Para o atendimento parcial do crédito ora permitido neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução da dotação abaixo discriminada e constante da mesma matéria orçamentária em execução.

#### 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

##### 02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.365.0185.1.004 – Construção, ampliação e equipto., para Centros Municipais de Educação Infantil.

62 – 4.4.90.00.00.00.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 70.670,00

Art. 6º Para a cobertura complementar do crédito autorizado neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do excesso de arrecadação dos recursos provenientes do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR, na importância de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), em consonância com os prescritos na Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do - 1º e - 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 23 DE MAIO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

JAIR BARBOSA

Secretário Municipal

**DECRETO Nº 5564 2016 - ABRE CREDITO ORÇAMENTO SUPERAVIT BRASIL SEM MISÉRIA**

DECRETO Nº. 5564/2016.

ALTERA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 76.000,00 (SETENTA E SEIS MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Art. 12 da Lei Orçamentária nº. 4456/2015, Lei Federal nº. 4.320/64 e a Norma Constitucional vigente,

DECRETA:

TÍTULO I

## CAPÍTULO I

## DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.454, de 16 de dezembro de 2015 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 76.000,00 (Setenta e seis mil reais), objetivando a instrumentalizar dotação orçamentária suficiente no Orçamento em execução do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

## CAPÍTULO II

## DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.455, de 16 de dezembro de 2015 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 76.000,00 (Setenta e seis mil reais), objetivando a instrumentalizar dotação orçamentária suficiente no Orçamento em execução do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

## CAPÍTULO III

## DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.456, de 16 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 76.000,00 (Setenta e seis mil reais), objetivando a instrumentalizar dotação orçamentária suficiente no Orçamento em execução do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

## CAPÍTULO IV

## DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 76.000,00 (Setenta e seis mil reais), destinado a onerar a dotação orçamentária abaixo discriminada e constante do orçamento em execução, a saber:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – ADMINISTRAÇÃO

10.301.0428.2.062 – Admin. Geral dos Bens e Serv. de Assistência Médica e Sanitária

3.3.90.00.00.00.0.3.03254 – Aplicações Diretas R\$ 76.000,00

Art. 5º Para o atendimento do crédito aberto no artigo anterior deste ato fica utilizado o produto do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2015, em conformidade com o disposto no Artigo 43, - 1º, inciso I e - 2º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificado:

Nº. CONTA BANCO	BANCO	Nº DO RECURSO	NOME DO RECURSO	VALOR
108-0	CEF	3272	RECURSO BRASIL SEM MISERIA	76.000,00
TOTAL				76.000,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 23 DE MAIO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

JAIR BARBOSA

Secretário Municipal



**DECRETO Nº 5565 2016 - ABRE CRÉDITO NO VALOR DE 294.200,00**

DECRETO Nº. 5565/2016.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 294.200,00 (DUZENTOS E NOVENTA E QUATRO MIL E DUZENTOS REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Lei Municipal nº. 4491/2016, Lei Federal nº. 4.320/64 e a Norma Constitucional vigente,

DECRETA:  
TÍTULO I

**CAPÍTULO I  
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.454, de 16 de dezembro de 2015 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 294.200,00 (duzentos e noventa e quatro mil e duzentos reais), objetivando criar dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro mais especificadamente com recursos oriundos do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR, para obras de Implantação do Centro de Convivência dos idosos do Distrito de Idamar, conforme plano de trabalho aprovado pelas partes ajustadas.

**CAPÍTULO II  
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.455, de 16 de dezembro de 2015 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 294.200,00 (duzentos e noventa e quatro mil e duzentos reais), com o intuito de criar dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro mais especificadamente com recursos oriundos do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR, para obras de Implantação do Centro de Convivência dos idosos do Distrito de Idamar, conforme plano de trabalho aprovado pelas partes avençadas.

**CAPÍTULO III  
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.456, de 16 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 294.200,00 (duzentos e noventa e quatro mil e duzentos reais), objetivando criar dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro mais especificadamente com recursos oriundos do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR, para obras de Implantação do Centro de Convivência dos idosos do Distrito de Idamar, conforme plano de trabalho aprovado pelas partes ajustadas.

**CAPÍTULO IV  
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 294.200,00 (duzentos e noventa e quatro mil e duzentos reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
01 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
04.122.0021.1.087 – Implantação do Centro de Convivência dos idosos do Distrito de Idamar.  
4.4.90.00.00.00.0.0.0080 – Aplicações Diretas R\$ 44.200,00  
4.4.90.00.00.00.0.0.0322 – Aplicações Diretas (excesso de arrec) R\$ 250.000,00  
Total R\$ 294.200,00

Art. 5º Para o atendimento parcial do crédito ora permitido neste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução da dotação abaixo discriminada e constante da mesma matéria orçamentária em execução.

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO  
12.365.0185.1.004 – Construção e equipt., para Centros Municipais de Educação Infantil.  
62 – 4.4.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 44.200,00

Art. 6º Para a cobertura complementar do crédito autorizado neste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do excesso de arrecadação dos recursos provenientes do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR, na importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), em consonância com os prescritos na Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do - 1º e - 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 23 DE MAIO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

JAIR BARBOSA  
Secretário Municipal

**DECRETO Nº 5566 2016 - ABRE CRÉDITO NO VALOR DE 150.000,00**

DECRETO Nº. 5566/2016.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Lei Municipal nº. 4493/2016, Lei Federal nº. 4.320/64 e a Norma Constitucional vigente,

DECRETA:  
TÍTULO I

**CAPÍTULO I  
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.454, de 16 de dezembro de 2015 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente

quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), objetivando criar dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro mais especificadamente com recursos oriundos do FUNDO SOCIAL/GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR, para a ampliação e recuperação da sinalização do Aeroporto do Município, conforme plano de trabalho aprovado pelas partes ajustadas.

## CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.455, de 16 de dezembro de 2015 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com o intuito de criar dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro mais especificadamente com recursos oriundos do FUNDO SOCIAL/GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR, para a ampliação e recuperação da sinalização do Aeroporto do Município, conforme plano de trabalho aprovado pelas partes avençadas.

## CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.456, de 16 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), objetivando criar dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro mais especificadamente com recursos oriundos do FUNDO SOCIAL/GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR, para a ampliação e recuperação da sinalização do Aeroporto do Município, conforme plano de trabalho aprovado pelas partes ajustadas.

## CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS  
01 – ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS  
26.782.0021.1.091 – Ampliação e recuperação as Sinalização do Aeroporto Municipal.  
4.4.90.00.00.0.0.0089 – Aplicações Diretas (excesso de arrec) R\$ 150.000,00

Art. 5º Para a cobertura do crédito autorizado neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do excesso de arrecadação dos recursos provenientes do FUNDO SOCIAL/GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR, na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), em consonância com os prescritos na Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do - 1º e - 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 23 DE MAIO DE 2016.  
ALTAIR CARDOSO RITTES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA  
Secretário Municipal

## DECRETO Nº 5567 2016 - ABRE CRÉDITO NO VALOR DE 500.000,00

DECRETO Nº. 5567/2016.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Lei Municipal nº. 4494/2016, Lei Federal nº. 4.320/64 e a Norma Constitucional vigente,

DECRETA:  
TÍTULO I

## CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.454, de 16 de dezembro de 2015 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro mais especificadamente com recursos oriundos do FUNDO SOCIAL/GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR, para a aquisição de combustíveis, conforme plano de trabalho aprovado pelas partes ajustadas.

## CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.455, de 16 de dezembro de 2015 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), com o intuito de suprir dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro mais especificadamente com recursos oriundos do FUNDO SOCIAL/GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR, para a aquisição de combustíveis, conforme plano de trabalho aprovado pelas partes avençadas.

## CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.456, de 16 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro mais especificadamente com recursos oriundos do FUNDO SOCIAL/GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR, para a aquisição de combustíveis, conforme plano de trabalho aprovado pelas partes ajustadas.

## CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), em conformidade com o

disposto abaixo especificado:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

01 – ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS

26.782.0021.2.034 – Administração geral dos bens e serv. da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras – Rod.

3.3.90.00.00.00.0.0089 – Aplicações Diretas (excesso de arrec.) R\$ 500.000,00

Art. 5º Para a cobertura do crédito autorizado neste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do excesso de arrecadação dos recursos provenientes do FUNDO SOCIAL/GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SDR, na importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em consonância com os prescritos na Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do - 1º e - 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 23 DE MAIO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

JAIR BARBOSA

Secretário Municipal

## **DECRETO Nº 5568 2016 - LUTO OFICIAL PELO PASSAMENTO DO SR. NELSON COLETTI**

DECRETO Nº. 5568/2016.

DECRETA LUTO OFICIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA

Art. 1º Fica decretado em todo o Território Municipal de Dionísio Cerqueira, LUTO OFICIAL por 03 (três) dias, ante ao falecimento do Senhor Nelson Antonio Coletti, Munícipe Cerqueirense que trabalhou como servidor público, no Município de Dionísio Cerqueira Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 31 DE MAIO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

JAIR BARBOSA

Secretário Municipal

## **RESOLUÇÃO 04/2016**

RESOLUÇÃO Nº 004/2016

SÚMULA: Aprova o Demonstrativo Sintético de Execução Físico Financeiro de 2015 no SUAS/WEB.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Dionísio Cerqueira/SC, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei Municipal nº 2200/95 de 25 de novembro de 1995, alterada pela Lei 4.296/2013 de 02 de dezembro de 2013 que institui o Conselho Municipal.

Considerando reunião ordinária realizada na data de 19/05/2016,

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Demonstrativo Sintético de Execução Físico Financeiro do ano de 2015 no SUAS/WEB após avaliação sobre a execução dos recursos financeiros recebidos pelo município, estando adequados nos serviços, programas e projetos realizados, conforme ressalvas contidas no Demonstrativo impresso na Secretaria executiva dos Conselhos Municipais de Dionísio Cerqueira.

Art. 2 – Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira/SC, em 24 de maio de 2016.

Elsa de Paula dos Santos

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - DC

## **RESOLUÇÃO 05/2016 CMAS**

RESOLUÇÃO Nº 005/2016

SÚMULA: Aprova o Plano de Ação Municipal SUAS/WEB para o exercício de 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Dionísio Cerqueira/SC, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei Municipal nº 2200/95 de 25 de novembro de 1995 alterada pela Lei 4.296/2013 de 02 de dezembro de 2013,

Considerando reunião ordinária realizada na data de 19/05/2016,

Resolve:

Art. 1º - Aprovar em teor e forma o Plano de Ação para Co-financiamento do Governo Federal – Sistema Único de Assistência para o exercício de 2016, ao município de Dionísio Cerqueira.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Dionísio Cerqueira/SC, em 24 de maio de 2016.

Elsa De Paula Dos Santos

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - DC



# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO Nº. 676/2016

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 676/2016

Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preços Nº. 15/2016

As 09:00 horas do dia 25 de maio de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 115/2016, para realizar a abertura do envelope da proposta de preço e realizar a habilitação do proponente interessado em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DA MAQUINA TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D50. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório o seguinte interessado: MARAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME.

Iniciada a sessão com a presença do interessado, em seguida passou-se para a abertura e o julgamento da proposta apresentada pela proponente interessada. Após a análise e julgamento da proposta de preços do Processo Licitatório foi adjudicado a seguinte proponente:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	1,00	PÇ	BIELA DO MOTOR	420,00
2	6,00	PÇ	BUCHA DE BIELA	20,00
3	1,00	PÇ	BUCHA DO COMANDO	75,00
4	6,00	PÇ	CAMISA DO MOTOR 61094020	78,00
5	1,00	PÇ	ENGRENAGEM DO VIRABREQUIM 352.052.0003	315,00
6	12,00	PÇ	GUIA VÁLVULA	14,00
7	6,00	PÇ	VALVULA ESCAPE	23,00
8	1,00	PÇ	VIRABREQUIM COM GAXETA VB465G	3.590,00
9	1,00	PÇ	BOMBA MANUAL INJETORA	90,00
10	1,00	PÇ	REPARO DO COPO INJETORA	40,00
11	1,00	PÇ	PISTÃO DA BOMBA INJETORA	82,80
12	1,00	PÇ	VALVULA DE RETORNO DA BOMBA INJETORA	88,00
13	1,00	PÇ	KIT DE REPARO DA BOMBA INJETORA	270,00
14	6,00	PÇ	ELEMENTO DA BOMBA INJETORA	140,00
15	6,00	PÇ	VALVULA DA BOMBA INJETORA	100,00
16	4,00	UND	ADITIVO PARA RADIADOR ANTI-CORROSIVO EMBALAGEM DE 1 LITRO	43,11
17	1,00	PÇ	BOMBA DO OLEO DUPLA	2.800,00
18	1,00	PÇ	CORREIA DO ALTERNADOR DA BOMBA D' AGUA	43,00
19	1,00	PÇ	FILTRO DO OLEO LUBRIFICANTE	37,94
20	2,00	PÇ	FILTRO DE COMBUSTIVEL 1/2 LITRO	8,99
21	1,00	PÇ	INTERRUPTOR DA PRESSÃO DO OLEO 360.005.0260	49,00
22	1,00	PÇ	JOGO JUNTA DO MOTOR 48808ORSC	232,36
23	20,00	LIT	OLEO LUBRIFICANTE 15W40	14,44
24	1,00	PÇ	REPARO DA BOMBA DE AGUA	145,00
25	1,00	PÇ	FILTRO DE AR EXTERNO	80,00
26	1,00	PÇ	FILTRO DE AR INTERNO	40,00
27	1,00	PÇ	TURBINA DO MOTOR 409300-5031	1.528,00
28	6,00	KIT	KIT CAMISA PISTÃO ANEIS DO MOTOR	483,00
29	1,00	PÇ	BRONZINA BIELA STD	262,00
30	1,00	PÇ	BRONZINA MANCAL STD	468,00
31	1,00	PÇ	REGULADOR DO ALTERNADOR	95,00
32	1,00	PÇ	ROLAMENTO DO MACAL DIANTEIRO DO ALTERNADOR	45,00
33	1,00	PÇ	ROLAMENTO DO MANCAL TRASEIRO DO ALTERNADOR	170,00
34	2,00	UND	COLA FORMA JUNTAS AA 2 73g	82,11
35	2,00	PÇ	COLA TRAVA ROSCA 10g	31,71
36	5,00	PÇ	SAPATA DA ESTEIRA 460mm	198,00
37	20,00	PÇ	PARAFUSO DA ESTEIRA 1303211213	3,50
38	20,00	PÇ	PORCA DA ESTEIRA 5/8 0180301622	1,58
39	16,40	LIT	OLEO PARA ENBREAGEM SAE30	20,40
40	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA MANDRILHAR BUCHA COMANDO	190,00
41	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA MANDRILHAR MANCAIS BLOCO	260,00
42	3,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA ALINHAR BIELAS	30,00
43	2,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA RETIFICAR BUCHA, BIELA E REBAIXAR	90,00
44	5,00	SVÇ	SERVIÇO RETIFICAR BUCHAS DE BIELAS	40,00
45	12,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA MONTAR CABEÇOTE PARA VALVULAS	10,00

46	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA PLAINAR CABEÇOTE	196,00
47	12,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA RETIFICAR SEDES DE VALVULAS	15,00
48	6,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA RETIFICAR VALVULAS	15,00
49	12,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA TROCAR GUIAS VALVULAS	13,50
50	6,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA ENCAMISAR BLOCO	55,00
51	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA PLAINAR BLOCO	225,00
52	6,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA RETIFICAR CILINDRO	50,00
53	1,00	SVÇ	SERVIÇO PARA LIMPEZA PARCIAL DO MOTOR	110,00
54	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA RECUPERAR BLOCO NO SUPORTE DO MOTOR	220,00
55	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA POLIR EIXO COMANDO VALVULA	90,00
56	1,00	SVÇ	TESTE DE MAGNA	80,00
57	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA REGULAGEM DA BOMBA	200,00
58	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA CONSERTAR PAINEL	150,00
59	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA SANAR E COLOCAR MOTOR E EMBREAGEM NO EQUIPAMENTO	200,00
60	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA SUBSTITUIR PEÇAS, MONTAR E AJUSTAR MOTOR, EMBREAGEM E SISTEMAS RELACIONADOS	1.150,00
61	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA SERVIÇO TORNO USINAGEM PINO	30,00
62	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA AJUSTAR E TESTAR COMANDO DIREÇÃO E MOLA DA ALAVANCA DA DIREÇÃO	168,38
63	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA PARA REGULAR FREIOS, COMANDO E CINTA DE FREIO	247,50

Sendo um valor total de R\$ 23.500,00

Encerada a fase de julgamento da proposta o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto o envelope e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou a proponente.

Findos os trabalhos de classificação da proposta e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

ADRIANO PEREIRA		DIOGO DE BEM	MARIA LUCIA FREIBERGER
Membro da comissão		Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 676/2016 - MARAVIMAQUINAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório nº. 676/2016

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 15/2016

Validade da ata de R.P.: 30(trinta) dias contados a partir do dia 25/05/2016

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa MARAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.704.079/0001-02 estabelecida na ROD. BR 282, KM 606, bairro Industrial, na cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pelo Sr. ROMOLO RAFAEL POSSAMAI, inscrito no CPF/MF sob nº. 061.158.189-23 e Identidade nº. 4.869.887, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 676/2016 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 15/2016, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DA MAQUINA TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D50, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

#### Relação de Itens

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	1,00	PÇ	BIELA DO MOTOR	420,00
2	6,00	PÇ	BUCHA DE BIELA	20,00
3	1,00	PÇ	BUCHA DO COMANDO	75,00
4	6,00	PÇ	CAMISA DO MOTOR 61094020	78,00
5	1,00	PÇ	ENGRENAGEM DO VIRABREQUIM 352.052.0003	315,00

6	12,00	PÇ	GUIA VÁLVULA	14,00
7	6,00	PÇ	VALVULA ESCAPE	23,00
8	1,00	PÇ	VIRABREQUIM COM GAXETA VB465G	3.590,00
9	1,00	PÇ	BOMBA MANUAL INJETORA	90,00
10	1,00	PÇ	REPARO DO COPO INJETORA	40,00
11	1,00	PÇ	PISTÃO DA BOMBA INJETORA	82,80
12	1,00	PÇ	VALVULA DE RETORNO DA BOMBA INJETORA	88,00
13	1,00	PÇ	KIT DE REPARO DA BOMBA INJETORA	270,00
14	6,00	PÇ	ELEMENTO DA BOMBA INJETORA	140,00
15	6,00	PÇ	VALVULA DA BOMBA INJETORA	100,00
16	4,00	UND	ADITIVO PARA RADIADOR ANTI-CORROSIVO EMBALAGEM DE 1 LITRO	43,11
17	1,00	PÇ	BOMBA DO OLEO DUPLA	2.800,00
18	1,00	PÇ	CORREIA DO ALTERNADOR DA BOMBA D' AGUA	43,00
19	1,00	PÇ	FILTRO DO OLEO LUBRIFICANTE	37,94
20	2,00	PÇ	FILTRO DE COMBUSTIVEL 1/2 LITRO	8,99
21	1,00	PÇ	INTERRUPTOR DA PRESSÃO DO OLEO 360.005.0260	49,00
22	1,00	PÇ	JOGO JUNTA DO MOTOR 48808ORSC	232,36
23	20,00	LIT	OLEO LUBRIFICANTE 15W40	14,44
24	1,00	PÇ	REPARO DA BOMBA DE AGUA	145,00
25	1,00	PÇ	FILTRO DE AR EXTERNO	80,00
26	1,00	PÇ	FILTRO DE AR INTERNO	40,00
27	1,00	PÇ	TURBINA DO MOTOR 409300-5031	1.528,00
28	6,00	KIT	KIT CAMISA PISTÃO ANEIS DO MOTOR	483,00
29	1,00	PÇ	BRONZINA BIELA STD	262,00
30	1,00	PÇ	BRONZINA MANCAL STD	468,00
31	1,00	PÇ	REGULADOR DO ALTERNADOR	95,00
32	1,00	PÇ	ROLAMENTO DO MACAL DIANTEIRO DO ALTERNADOR	45,00
33	1,00	PÇ	ROLAMENTO DO MANCAL TRASEIRO DO ALTERNADOR	170,00
34	2,00	UND	COLA FORMA JUNTAS AA 2 73g	82,11
35	2,00	PÇ	COLA TRAVA ROSCA 10g	31,71
36	5,00	PÇ	SAPATA DA ESTEIRA 460mm	198,00
37	20,00	PÇ	PARAFUSO DA ESTEIRA 1303211213	3,50
38	20,00	PÇ	PORCA DA ESTEIRA 5/8 0180301622	1,58
39	16,40	LIT	ÓLEO PARA ENBREAGEM SAE30	20,40
40	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA MANDRILHAR BUCHA COMANDO	190,00
41	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA MANDRILHAR MANCAIS BLOCO	260,00
42	3,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA ALINHAR BIELAS	30,00
43	2,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA RETIFICAR BUCHA, BIELA E REBAIXAR.	90,00
44	5,00	SVÇ	SERVIÇO RETIFICAR BUCHAS DE BIELAS	40,00
45	12,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA MONTAR CABEÇOTE PARA VÁLVULAS	10,00
46	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA PLAINAR CABEÇOTE	196,00
47	12,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA RETIFICAR SEDES DE VÁLVULAS	15,00
48	6,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA RETIFICAR VÁLVULAS	15,00
49	12,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA TROCAR GUIAS VÁLVULAS	13,50
50	6,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA ENCAMISAR BLOCO	55,00
51	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA PLAINAR BLOCO	225,00
52	6,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA RETIFICAR CILINDRO	50,00
53	1,00	SVÇ	SERVIÇO PARA LIMPEZA PARCIAL DO MOTOR	110,00
54	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA RECUPERAR BLOCO NO SUPORTE DO MOTOR	220,00
55	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA POLIR EIXO COMANDO VÁLVULA	90,00
56	1,00	SVÇ	TESTE DE MAGNA	80,00
57	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA REGULAGEM DA BOMBA	200,00
58	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA CONSERTAR PAINEL	150,00
59	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA SANAR E COLOCAR MOTOR E EMBREAGEM NO EQUIPAMENTO	200,00
60	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA SUBSTITUIR PEÇAS, MONTAR E AJUSTAR MOTOR, EMBREAGEM E SISTEMAS RELACIONADOS	1.150,00
61	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA SERVIÇO TORNO USINAGEM PINO	30,00
62	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA AJUSTAR E TESTAR COMANDO DIREÇÃO E MOLA DA ALAVANCA DA DIREÇÃO	168,38
63	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA REGULAR FREIOS, COMANDO E CINTA DE FREIO	247,50

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - As peças a serem cotadas para o conserto da maquina deverá ser Originais da Fabricante da Maquina.

IV – As despesas para o Transporte da Maquina para realização dos serviços e devolução após a conclusão dos mesmos, será de responsabilidade da empresa vencedora.

V – Garantia mínima de 06 meses dos serviços e peças, sendo que o transporte da maquina dentro do prazo de garantia será por conta da empresa vencedora.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 676/2016.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Maximo para a realização dos serviços será de 15 dias contados após a emissão da autorização de compra e Serviço.

VII - As despesas para o Transporte da Maquina para realização dos serviços e devolução após a conclusão dos mesmos, será de responsabilidade da empresa vencedora.

VIII - Garantia mínima de 06 meses dos serviços e peças, sendo que o transporte da maquina dentro do prazo de garantia será por conta da empresa vencedora.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos produtos a serem entregues, o Secretário descrito abaixo:

Secretario de Infra – Estrutura e Transporte – Nadir Luiz Piaia

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos Serviços será efetuado com prazo Maximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

#### CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas oriundas deste Registro de Preços, correrão à conta da Classificação da Despesa:

Elementos de Despesa:

3.3.90.30.39.00.00 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS;

3.3.90.39.17.00.00 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS;

Projeto atividade:

267820025.2.033000 - MANUTENÇÃO ATIV. SECR. INFRA - ESTRUTURA E TRANSP.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 30 dias, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto lícitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, - 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 25 dias do mês de maio de 2016.

ROGERIO PERIN		ROMOLO RAFAEL POSSAMAI
CPF: 024.900.719-39		CPF: 061.158.189-23
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA



**DECRETO Nº. 040**

DECRETO nº. 40/2016

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 676/2016, e dá outras providências.

ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 115/2016, sobre o processo de licitação nº. 676/2016, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DA MAQUINA TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D50.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

MARAVIMÁQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME	R\$ 23.500,00
---	---------------

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 25 dias do mês de maio de 2016.

ROGERIO PERIN	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração

**LEI Nº 655/2016**

LEI Nº. 655/2016

ALTERA O GRUPO IV DO ANEXO II E O GRUPO IV DO ANEXO IV DA LEI Nº 635/2015 QUE DISPÕE sobre o Sistema de Carreira na Administração Municipal E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

ART. 1º - Acrescenta ao quadro do GRUPO IV - ATIVIDADE TECNICA SUPERIOR – ATS, com carga horária de 40 HORAS SEMANAIS do Anexo II da Lei nº. 635/2015, o seguinte cargo

**ANEXO II****GRUPO IV - ATIVIDADE TECNICA SUPERIOR – ATS 40 HORAS**

CARGO /CE	VCTO/BASE	VAGAS
Educador Físico para Academia	3.300,00	01
TOTAL DE VAGAS		01

**20 HORAS SEMANAIS**

CARGO /CE	VCTO/BASE	VAGAS
Educador Físico para Academia	1.650,00	01
TOTAL DE VAGAS		01

ART. 2º - Inclui o item 5.1.13 no Grupo IV – Atividade técnica Superior do Anexo IV da lei 635/2015 com a seguinte redação:

**5.1.13 EDUCADOR FISICO PARA ACADEMIA**

- 1 – Planejar e organizar atividades direcionadas para cada grupo participante da academia da Saúde;
- 2 – Realizar e avaliar tabelas sobre as medidas e avaliações dos alunos da academia, periodicamente;

- 3 - Organizar tabelas de treinos de prescrição ao exercício;
- 4 – Ofertar atividades de ginástica laboral nas secretarias do município;
- 5 – Organizar formas de controle das atividades desenvolvidas na academia, especialmente a digitação dos dados junto ao Ministério da Saúde;
- 6 – Auxiliar os alunos durante as atividades desenvolvidas na academia da saúde;
- 7 – Desenvolver ações em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde;
- 8 – Organizar palestras ou atividades de orientações junto aos grupos de prevenção organizados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 9 - Planejar e executar todas as atividades do Programa tais como: Ministrar aulas práticas, realizar caminhadas monitoradas, grupos de corrida, ginástica localizada, aeróbica, alongamentos, musculação, dança, entre outras atividades relacionadas;
- 10 - Cumprir o horário estabelecido pelo programa;
- 11 - Fazer a classificação dos resultados no cartão de aptidão para entrega ao avaliado;
- 12 - Estabelecer o controle para reavaliação quando necessário;
- 13 - Participar de capacitações de educação permanente;
- 14 - Registrar semanalmente as anotações individuais na ficha de acompanhamento diário;
- 15 - Realizar, agendar e monitorar as avaliações físicas;
- 16 - Zelar pelo material e equipamentos que está sob sua responsabilidade;
- 17 - Promover atividades de educação e saúde na área de segurança alimentar e nutricional;
- 18 - Realizar outras atividades de Promoção à saúde a serem definidas pela Secretaria Municipal de Saúde;

**1.4 – Carga Horária**

40 horas ou 20 horas semanais.

**1.6 - Habilitação**

Possuir Bacharelado em Educação Física e Registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF)

ART. 3º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do orçamento municipal Revogam-se as disposições em contrário.

ART. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão,  
aos 01 dia do mês de Junho de 2016.

ROGERIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário da Administração

**LEI Nº 656/2016**

LEI Nº. 656/2016

Autoriza o poder executivo a firmar Termo de Cessão de Uso com a Secretaria de Estado de Segurança Pública de SC, e dá outras providências.

ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o poder executivo autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso, conforme os termos do ANEXO ÚNICO, parte integrante desta Lei, com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, para utilização dos órgãos vinculados (PM, PC, CBM e IGP), do imóvel a seguir especificado:

“Uma área de terra situada na Linha Marmeleiro, Interior, município de Flor do Sertão, medindo 8x5 metros, totalizando uma área de 40 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados), do Lote Colonial Rural nº 338, da seção sargento, com área total de 4.000,00 m<sup>2</sup> (quatro mil metros quadrados), matriculado no cartório de registro de imóveis de Maravilha sob o número 17.263, em nome do Município de Flor do Sertão - SC.

Parágrafo Único – A cessão de uso da presente área de terra, destina-se a abrigar uma torre e um cubículo utilizados para comunicação dos órgãos da Secretaria de Segurança Pública de SC.

Art. 2º – A cessão de uso de que trata esta Lei será pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por tantos períodos quanto forem necessários para o atendimento do respectivo convênio e desde que haja interesse das partes.

Art. 3º – As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão, ao 01 dia do mês de Junho de 2016.

ROGERIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário da Administração

#### ANEXO ÚNICO

Termo de cessão de uso nº 01/2016

**TERMO ADMINISTRATIVO DE CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, CONFORME CLÁUSULAS ABAIXO:**

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, inscrito no CPNJ 01.566.621/0001-08, com sede administrativa localizada na Avenida Flor do Sertão, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Rogério Perin, portador do CPF 024.900.719-39, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, com sede na Rua Artista Bittencourt, nº 30, Centro – Florianópolis, inscrita no CNPJ nº 82.951.294/0001-00, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado pelo Senhor Secretário, César Augusto Grubba, portador do CPF nº 252.157.529-15, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E OBJETIVO

1.1 – DO OBJETO: Cessão de uso de uma área de terra situada na Linha Marmeleiro, Interior, município de Flor do Sertão, medindo 8x5 metros, totalizando uma área de 40 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados), do Lote Colonial Rural nº 338, da seção sargento, com área total de 4.000,00 m<sup>2</sup> (quatro mil metros quadrados), matriculado no cartório de registro de imóveis de Maravilha sob o número 17.263.

1.2 – DO OBJETIVO: a cessão de uso tem por finalidade viabilizar a cooperação para abrigar a sede destinada a instalação de um cubículo e ao funcionamento de uma antena de comunicação da Secretaria de Segurança Pública no município.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – DO CESSIONÁRIO: Obriga-se o cessionário:

I – a observar o disposto no presente instrumento;

II – a pagar todas as despesas com a execução desta cessão, inclusive impostos, taxas e contribuições de melhoria e outros encargos incidentes sobre o imóvel cedido, tais como água e esgoto, luz, telefone, internet e outras, se houver;

III – a não transferir a terceiros, sob qualquer forma, os direitos adquiridos com a presente cessão de uso, total ou parcialmente;

IV – a não oferecer o imóvel como garantia de dívida ou obrigação de qualquer natureza, incluídas as benfeitorias existentes;

V – a não desviar a finalidade desta cessão e observar as disposições contidas neste Termo de Cessão, sob pena de retomada imediata do imóvel, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, que caso ocorra não gerará ao cessionário o direito de retenção por benfeitorias eventualmente construídas;

VI – a devolver ao cedente o imóvel, nas condições previstas neste pacto, no caso de cessarem as atividades estabelecidas no objetivo ou ao término do prazo desta cessão de uso;

VII – a conservar, a zelar e a dar segurança ao imóvel cedido, sendo admitido o seguro contra riscos de qualquer natureza;

VIII – a averbar em nome do cedente, no Ofício de Registro de Imóveis competente, da Comarca de Maravilha, as benfeitorias edificadas no imóvel cedido;

IX – a recuperar os danos sofridos pelo imóvel, em qualquer caso, enquanto vige o presente termo de cessão, mesmo na hipótese de retomada antes de findo o prazo fixado;

X – a não utilizar e a impedir que o imóvel cedido seja usado para atividades estranhas aos objetivos da cessão ou contrários ao interesse público;

XI – a restituir o imóvel e suas benfeitorias ao cedente, ao término do prazo da cessão, ou antes, se ocorrer hipótese de desvio de finalidade ou inobservância de quaisquer dispositivos do Termo;

XII – a defender o imóvel cedido contra esbulhos, invasões e outros perigos potenciais ou iminentes e a mantê-lo incólume, enquanto durar a cessão, as suas próprias custas, sob pena de cabal indenização;

XIII – a responder civilmente, perante o cedente, por todo e qualquer dano ou prejuízo que o imóvel e suas benfeitorias vier a sofrer durante o prazo desta cessão de uso;

XIV – permitir que o município de Flor do Sertão instale link de transmissão de rádio comunicação na torre a ser implantada, objeto do presente termo.

#### 2.2 – DO CEDENTE: Obriga-se o cedente:

I – a entregar a posse do imóvel descrito ao cessionário, para que o mesmo dele possa usufruir, conforme o estabelecido neste Termo de Cessão;

II – a respeitar todas as condições pactuadas no presente Termo de Cessão.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O prazo da presente cessão de uso é de 20 (vinte) anos a contar da data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REVERSÃO

As partes têm entre si certo e ajustado que a reversão do imóvel ocorrerá por inadimplemento de quaisquer das condições pactuadas neste termo, sem que o cedente seja obrigado a realizar qualquer indenização ao cessionário.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO E DO FORO

6.1 – DA RESCISÃO: o presente termo poderá ser rescindido por motivo superveniente, considerando o interesse público devidamente justificado, mediante aviso antecipado de, no mínimo, 30 (trinta) dias, ao cessionário.

6.2 – DO FORO: fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado

de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente termo.

E por estarem justos e concordes assinam as partes, o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Flor do Sertão - SC, 01 dia do Mês de Junho 2016.

ROGERIO PERIN César Augusto Grubba

PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SC
--------------------	--

### PORTARIA Nº 135/2016

PORTARIA Nº 135/2016
CONVERTE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONVERTIDO em pecúnia relativo a 30 dias de licença prêmio a Servidora Municipal JANETE SCHWERTZ, ocupante do Cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, referente ao período aquisitivo 02/2007 a 02/2012, conforme lei nº 497/2011 art. 112 parágrafo 3º.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Junho de 2016.  
ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 136/2016

PORTARIA Nº 136/2016
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO adicional por tempo de serviço ao servidor municipal ANTENOR BIANCHET, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, relativo ao período aquisitivo 06/2012 a 06/2016, na ordem de 3% (três por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, CONFORME lei municipal 629/2014 em seu artigo 90.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Junho de 2016.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 137/2016

PORTARIA Nº 137/2016
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO adicional por tempo de serviço à servidora municipal CÉLIA MARKENDORF, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, relativo ao período aquisitivo 08/2007 a 06/2016, na ordem de 3% (três por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, CONFORME lei municipal 629/2014 em seu artigo 90.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Junho de 2016.  
ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 138/2016

PORTARIA Nº 138/2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Municipal PAULO SÉRGIO BORTOLINI, ocupante do cargo de Motorista, a partir da data de 01/06/2016 até a data do Laudo Pericial.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Junho de 2016.  
ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal



LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

## **TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 01/2016**

Termo de cessão de uso nº 01/2016

TERMO ADMINISTRATIVO DE CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, CONFORME CLÁUSULAS ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, inscrito no CPNJ 01.566.621/0001-08, com sede administrativa localizada na Avenida Flor do Sertão, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Rogério Perin, portador do CPF 024.900.719-39, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, com sede na Rua Artista Bittencourt, nº 30, Centro – Florianópolis, inscrita no CNPJ nº 82.951.294/0001-00, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado pelo Senhor Secretário, César Augusto Grubba, portador do CPF nº 252.157.529-15, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E OBJETIVO**

1.1 – DO OBJETO: Cessão de uso de uma área de terra situada na Linha Marmeleiro, Interior, município de Flor do Sertão, medindo 8x5 metros, totalizando uma área de 40 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados), do Lote Colonial Rural nº 338, da seção sargento, com área total de 4.000,00 m<sup>2</sup> (quatro mil metros quadrados), matriculado no cartório de registro de imóveis de Maravilha sob o número 17.263, conforme Lei Municipal nº 656/2016.

1.2 – DO OBJETIVO: a cessão de uso tem por finalidade viabilizar a cooperação para abrigar a sede destinada a instalação de um cubículo e ao funcionamento de uma antena de comunicação da Secretaria de Segurança Pública no município.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 – DO CESSIONÁRIO: Obriga-se o cessionário:

- I – a observar o disposto no presente instrumento;
- II – a pagar todas as despesas com a execução desta cessão, inclusive impostos, taxas e contribuições de melhoria e outros encargos incidentes sobre o imóvel cedido, tais como água e esgoto, luz, telefone, internet e outras, se houver;
- III – a não transferir a terceiros, sob qualquer forma, os direitos adquiridos com a presente cessão de uso, total ou parcialmente;
- IV – a não oferecer o imóvel como garantia de dívida ou obrigação de qualquer natureza, incluídas as benfeitorias existentes;
- V – a não desviar a finalidade desta cessão e observar as disposições contidas neste Termo de Cessão, sob pena de retomada imediata do imóvel, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, que caso ocorra não gerará ao cessionário o direito de retenção por benfeitorias eventualmente construídas;
- VI – a devolver ao cedente o imóvel, nas condições previstas neste pacto, no caso de cessarem as atividades estabelecidas no objetivo ou ao término do prazo desta cessão de uso;
- VII – a conservar, a zelar e a dar segurança ao imóvel cedido, sendo admitido o seguro contra riscos de qualquer natureza;
- VIII – a averbar em nome do cedente, no Ofício de Registro de Imóveis competente, da Comarca de Maravilha, as benfeitorias edificadas no imóvel cedido;
- IX – a recuperar os danos sofridos pelo imóvel, em qualquer caso, enquanto vige o presente termo de cessão, mesmo na hipótese de retomada antes de findo o prazo fixado;
- X – a não utilizar e a impedir que o imóvel cedido seja usado para

atividades estranhas aos objetivos da cessão ou contrários ao interesse público;

XI – a restituir o imóvel e suas benfeitorias ao cedente, ao término do prazo da cessão, ou antes, se ocorrer hipótese de desvio de finalidade ou inobservância de quaisquer dispositivos do Termo;

XII – a defender o imóvel cedido contra esbulhos, invasões e outros perigos potenciais ou iminentes e a mantê-lo incólume, enquanto durar a cessão, as suas próprias custas, sob pena de cabal indenização;

XIII – a responder civilmente, perante o cedente, por todo e qualquer dano ou prejuízo que o imóvel e suas benfeitorias vier a sofrer durante o prazo desta cessão de uso;

XIV – permitir que o município de Flor do Sertão instale link de transmissão de rádio comunicação na torre a ser implantada, objeto do presente termo.

### **2.2 – DO CEDENTE: Obriga-se o cedente:**

I – a entregar a posse do imóvel descrito ao cessionário, para que o mesmo dele possa usufruir, conforme o estabelecido neste Termo de Cessão;

II – a respeitar todas as condições pactuadas no presente Termo de Cessão.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO**

O prazo da presente cessão de uso é de 20 (vinte) anos a contar da data de sua assinatura.

### **CLÁUSULA QUARTA – DOS TERMOS ADITIVOS**

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA REVERSÃO**

As partes têm entre si certo e ajustado que a reversão do imóvel ocorrerá por inadimplemento de quaisquer das condições pactuadas neste termo, sem que o cedente seja obrigado a realizar qualquer indenização ao cessionário.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO E DO FORO**

6.1 – DA RESCISÃO: o presente termo poderá ser rescindido por motivo superveniente, considerando o interesse público devidamente justificado, mediante aviso antecipado de, no mínimo, 30 (trinta) dias, ao cessionário.

6.2 – DO FORO: fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente termo.

E por estarem justos e concordes assinam as partes, o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Flor do Sertão - SC, 01 dia do Mês de Junho 2016.

ROGERIO PERIN César Augusto Grubba

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA – SC

# Forquilha

## PREFEITURA

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/PMF/2016 -REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/PMF/2016** SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 19/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 09/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR](http://WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 26/02/2017  
2ª Publicação

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/PMF/2016 -REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/PMF/2016** SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 20/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 10/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), necessários para o atendimento aos colaboradores do Município de Forquilha/SC, por meio das diversas secretarias, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR](http://WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 29/02/2017  
2ª Publicação

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 93/ PMF/2016;** AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 93/PMF/2016;  
OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de brinquedos, para atender às necessidades da Secretaria de Ação Social do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.  
DATA DE ABERTURA: Dia 17 de junho de 2016 às 09:00 horas.  
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: [editais@forquilha.sc.gov.br](mailto:editais@forquilha.sc.gov.br) ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 31 de maio de 2016.  
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 92/PMF/2016**

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 92/PMF/2016  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS  
DA AGRICULTURA FAMILIAR

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, torna público, que estará procedendo ao chamamento para recebimento de propostas e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar no município de Forquilha/SC, conforme Lei 11.947/09 e Resolução FNDE nº. 38 de 16/07/2009.

Os interessados deverão encaminhar projeto de venda desses gêneros alimentícios para a Comissão de Licitação da Prefeitura de Forquilha sito a Avenida 25 de Julho, 3.400, Centro, Forquilha/SC, até o dia 15/06/2016 às 08:45 horas.

Editais completos com especificações e quantitativos dos itens e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: [editais@forquilha.sc.gov.br](mailto:editais@forquilha.sc.gov.br) ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha/SC, 31 de maio de 2016.  
VALDECIR TISCOSKI  
Presidente da Comissão de Licitação

### **EXTRATO DE CONTRATO PMF 69/2016**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 69/PMF/2016  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO – PAZETTO COM. DE VEÍCULOS E SERVIÇOS EIRELI ME

OBJETO – aquisição de um ônibus escolar, de fabricação nacional novo 4x2, 0-km ano/modelo 2016/2016, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 262.500,00 (duzentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA – 425 (quatrocentos e vinte e cinco) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia)

DOTAÇÃO - 0501.2015.4490 (89).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial Nº 78/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 18 de maio de 2016.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AT16PMF58

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16PMF58  
 Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
 Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
 Valor ..... : 29.995,80 (vinte e nove mil novecentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos).  
 Vigência ..... : Início: 24/05/2016 Término: 31/08/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 58/2016  
 Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS PARA DOAÇÃO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS PARA USO DE CRIANÇAS ABRIGADAS NAS CASAS LARES DESTA MUNICÍPIO.

Fraiburgo, 31 de Maio de 2016  
 IVO BIAZZOLO - Prefeito

### AT16PMF59

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16PMF59  
 Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
 Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – ME.  
 Valor ..... : 59.998,74 (cinquenta e nove mil novecentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos).  
 Vigência ..... : Início: 24/05/2016 Término: 31/08/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2016  
 Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME E FMS).

Fraiburgo, 31 de Maio de 2016  
 IVO BIAZZOLO - Prefeito

### CT16PMF71

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16PMF71  
 Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
 Contratada...: KAIZEN CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA  
 Valor ..... : 3.134,00 (três mil cento e trinta e quatro reais)  
 Vigência ..... : Início: 18/05/2016 Término: 18/07/2016  
 Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 34/2016  
 Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA MINISTRAR A PALESTRA "SEGURANÇA UMA ATITUDE DE AMOR" AO DIA NACIONAL DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO, QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 18/07/2016, NO CLUBE FLOR DA MAÇÃ.

Fraiburgo, 31 de Maio de 2016  
 IVO BIAZZOLO - Prefeito

### CT16PMF72

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16PMF72  
 Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
 Contratada...: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE.  
 Valor ..... : 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 18/05/2016 Término: 31/12/2016  
 Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 33/2016  
 Objeto ..... : INEXIGIBILIDADE PARA SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO DE XADREZ PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA A SER REALIZADO ENTRE OS MESES DE JUNHO DE 2016 A DEZEMBRO DE 2016 NA UNIARP. FRAIBURGO/SC.

Fraiburgo, 31 de Maio de 2016  
 IVO BIAZZOLO - Prefeito

### DECRETO Nº 144-2016

DECRETO Nº 144, DE 31 DE MAIO DE 2016.  
 DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	50.000,00
0.1.0300 (63)		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	100.000,00
0.1.0301 (64)		
14.00 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo		
14.01 – SANEFRAI		
17.512.0027.2.055 – Manutenção do Saneamento Básico		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	100.000,00
0.1.0900 (7)		
Total	R\$	250000

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41922990900 – Outras Restituições	R\$	50.000,00
41721350100 – Transf. Do Salário Educação	R\$	100.000,00
416002600 – Serviços de Fornecimento de Água	R\$	100.000,00
TOTAL	R\$	250.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 31 DE MAIO DE 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### DECRETO Nº 145-2016

DECRETO Nº 145, DE 31 DE MAIO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2016, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

13.00 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
13.01 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
27.812.0026.2.054 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0800 (3)	R\$	20.000,00
TOTAL	R\$	20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

13.00 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
13.01 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
27.812.0026.2.054 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0800 (1)	R\$	15.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0800 (4)	R\$	5.000,00
TOTAL	R\$	20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 31 DE MAIO DE 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 1054/2016

PORTARIA Nº 1054, DE 31 DE MAIO DE 2016.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº

0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JÉSSICA FERRAZ DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 087.664.179-61, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 1055/2016

PORTARIA Nº 1055, DE 31 DE MAIO DE 2016.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANDIRA APARECIDA MARQUES DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 560.017.119-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 1056/2016

PORTARIA Nº 1056, DE 31 DE MAIO DE 2016.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANILDES PIRES RIBEIRO, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 601.276.199-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1057/2016**

PORTARIA Nº 1057, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LENIR APARECIDA BLASIUS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.497.069-52, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1058/2016**

PORTARIA Nº 1058, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0024 de 08 de outubro de 2015; e Contrato Administrativo;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de KARINA APARECIDA VANZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 021.556.269-08, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1059/2016**

PORTARIA Nº 1059, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUZIANE DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.237.389-43, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1060/2016**

PORTARIA Nº 1060, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUANA PADILHA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.659.269-98, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1061/2016**

PORTARIA Nº 1061, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARINES ZONTA RAMALHO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 016.978.529-71, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1062/2016**

PORTARIA Nº 1062, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA HELENA DOS SANTOS, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 023.010.559-90, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1063/2016**

PORTARIA Nº 1063, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARCIA APARECIDA MOREIRA DE MELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 543.447.789-87, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1064/2016**

PORTARIA Nº 1064, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLENE DOMINGUES DA SILVA PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 866.020.399-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1065/2016**

PORTARIA Nº 1065, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLI APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 031.002.959-78, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1066/2016**

PORTARIA Nº 1066, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLI SCHÄBERLE BILIK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 732.780.419-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1067/2016**

PORTARIA Nº 1067, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SABRINA DO NASCIMENTO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 100.206.969-65, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1068/2016**

PORTARIA Nº 1068, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSEMILDA APARECIDA STANIASKI MACIEL DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 918.662.439-34, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1069/2016**

PORTARIA Nº 1069, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SILVIA APARECIDA MARQUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.537.759-77, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 29 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1070/2016**

PORTARIA Nº 1070, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIMONE RIBEIRO DE SOUZA VALDAMERI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 004.720.519-97, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1071/2016**

PORTARIA Nº 1071, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SOLANGE LAZZARETTI VACARIO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 006.965.359-39, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1072/2016**

PORTARIA Nº 1072, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014; e Contrato Administrativo;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LEONILDA ANTUNES PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 259.402.019-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1073/2016**

PORTARIA Nº 1073 DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0078/2016 da Secretaria de Ação Social;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NILSEIA RODRIGUES DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 051.606.919-52, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de junho de 2016 até 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1074/2016**

PORTARIA Nº 1074, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015; e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0998/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está por 20 horas semanais substituindo a professora LUCIMAR APARECIDA GAIO, que encontra-se em Auxílio-doença; e por 20 horas semanais substituindo a professora ROSANGELA LUCIANO que encontra-se em Auxílio-doença;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLI GONÇALVES DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 998.361.499-53, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de junho de 2016 até 14 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 1075/2016**

PORTARIA Nº 1075, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0024 de 08 de outubro de 2015; e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de VALKIRIA REGINA NEVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 968.765.490-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1076/2016**

PORTARIA Nº 1076, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015; e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de TACIANE MITTANCK FANTIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 057.194.229-60, contratada em caráter temporário na função de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1077/2016**

PORTARIA Nº 1077, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0034 de 01 de setembro de 2014; e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIMONE FERREIRA DA CRUZ RICHTER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 050.019.239-13, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1078/2016**

PORTARIA Nº 1078 DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0999/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que está substituindo por 15 horas semanais a professora JOSELITA LORENCINI, que encontra-se em Auxílio-doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário TAMARA BALTEZAN FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 000.663.630-63, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 15 horas semanais, no período de 01 de junho de 2016 até 30 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**TA16PMF59****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA16PMF59 - Contrato Nº: CT15PMF114  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA  
Vigência ..... : Início: 06/05/2016 Término: 07/07/2016  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
Nº.: 17/2015.

Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, - 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO CIVIL SR. FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAM O PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA (3.2) DO CONTRATO E ADITIVO PARA ATÉ A DATA DE

07.07.2016.

Fraiburgo, 31 de Maio de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA16PMF67****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA16PMF67 - Contrato Nº: CT14PMF108  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: A.R.G INDUSTRIAL LTDA  
Vigência ..... : Início: 18/05/2016 Término: 19/07/2016  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
Nº.: 9/2014.

Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, - 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA NOMEADO SR. ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JÚNIOR, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ A DATA 19 DE JULHO DE 2016.

Fraiburgo, 31 de Maio de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA16PMF68****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA16PMF68 - Contrato Nº: CT16PMF21  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA  
Vigência ..... : Início: 19/05/2016 Término: 28/05/2016  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
Nº.: 4/2016.

Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, - 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO CIVIL ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JÚNIOR, FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA DE 28.05.2016.

Fraiburgo, 31 de Maio de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA16PMF69****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA16PMF69 - Contrato Nº: CT16PMF01  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIA  
Valor ..... : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)  
Vigência ..... : Início: 19/05/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Nº.: 1/2016.

Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, ALÍNEA "B" E - 1º DA LEI 87.666/93 AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO PARA ACRÉSCIMO DE 25%, NO VALOR DE R\$ 2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS), CONFORME O VALOR NO CONTRATO SER

POR ESTIMATIVA.

Fraiburgo, 31 de Maio de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA16PMF71****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA16PMF71 - Contrato Nº: CT14PMF145  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME  
Vigência ..... : Início: 19/05/2016 Término: 21/07/2016  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
Nº.: 17/2014.

Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, - 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA NOMEADO, SR. ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JÚNIOR, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVOS, PARA ATÉ A DATA DE 21.07.2016.

Fraiburgo, 31 de Maio de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA16PMF72****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA16PMF72 - Contrato Nº: CT15PMF127  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP  
Valor ..... : 4.750,30 (quatro mil setecentos e cinquenta reais e trinta centavos).

Vigência ..... : Início: 19/05/2016 Término: 20/05/2016  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
Nº.: 21/2015.

Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, II, ALÍNEA "B" E - 1º DA LEI Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO PARA ACRÉSCIMO NO VALOR R\$ 4.750,30 (QUATRO MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS E TRINTA CENTAVOS) DETALHADAS NA PLANILHA DE ADITIVO CONTRATUAL AUTORIZADA E JUSTIFICATIVA DA ARQUITETA FISCAL DA OBRA, MICHELLE RIBEIRO.

Fraiburgo, 31 de Maio de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA16PMF73****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA16PMF73 - Contrato Nº: CT15PMF127  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP  
Valor ..... : 4.219,68 (quatro mil duzentos e dezenove reais e sessenta e oito centavos).

Vigência ..... : Início: 20/05/2016 Término: 20/05/2016  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
Nº.: 21/2015

Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, I, ALÍNEA "B" E - 1º DA LEI

Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO PARA DECRÉSCIMO NO VALOR R\$ 4.219,68 (QUATRO MIL DUZENTOS E DEZENOVE REAIS E SESENTA E OITO CENTAVOS) DETALHADAS NA PLANILHA DE ADITIVO CONTRATUAL AUTORIZADA E JUSTIFICATIVA DA ARQUITETA FISCAL DA OBRA, MICHELLE RIBEIRO.

Fraiburgo, 31 de Maio de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA16PMF76**  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA16PMF76 - Contrato Nº: CT14PMF179  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA  
Vigência ..... : Início: 25/05/2016 Término: 14/06/2016  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
Nº.: 20/2014  
Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, - 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ 14 DE JUNHO DE 2016.

Fraiburgo, 31 de Maio de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA16PMF77**  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA16PMF77 - Contrato Nº: CT16PMF21  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA  
Valor ..... : 260,41 (duzentos e sessenta reais e quarenta e um centavos).  
Vigência ..... : Início: 25/05/2016 Término: 28/05/2016  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
Nº.: 4/2016  
Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, ALÍNEA "B" E - 1º DA LEI Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO CONFORME JUSTIFICATIVA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA (ANEXO AO PROCESSO), SR. ADEMIR VICENTE DE SOUZA JUNIOR, RESULTANDO EM ACRÉSCIMO NO VALOR TOTAL DE R\$ 260,41 (DUZENTOS E SESENTA REAIS E QUARENTA E UM CENTAVO).

Fraiburgo, 31 de Maio de 2016  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

**PRESTAÇÃO DE CONTAS PMF 231.000,00 12-05****PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

**ANEXO TC 28****BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS**

UNIDADE CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
ORDENADOR DA DESPESA: NILCE PINZ				
ENTIDADE BENEFICIADA: ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA CNPJ: 17.757.127/0001-52				
ENDEREÇO: AV. JOÃO MARQUES VIEIRA , 975			CEP: 89.580-000	
RESPONSÁVEL: FLÁVIO JOSÉ MARTINS		CPF: 133.199.739-91		
Nota de Empenho:	131/963	Data: 20/01/2016 / 05/05/2016	Valor Total:	1.804.260,00
Ordem de pagamento:	1246/1247	Data: 11/05/2016	Valor:	231.000,00
Projeto Atividade:	2022			
Item/Fonte: 10.3.3.50.41.99.00.00.00				
Histórico da Finalidade: Transferência voluntária de recursos financeiros destinados a auxiliar no custeio de despesas de manutenção das atividades hospitalares, despesas operacionais dos serviços de saúde e atendimento hospitalar para toda a população fraiburguense no exercício de 2016, conforme TACV15PMF0007.				
Documento		HISTÓRICO	RECEBIMENTO	PAGAMENTO
NÚMERO	DATA			
		REPASSE DA PREFEITURA	231.000,00	
		RECURSOS PRÓPRIOS	13.533,47	
NF 000029	13/5/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		6.282,54
NF 000030	13/5/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		2.602,40
NF 000064	13/5/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		7.083,78
NF 000067	13/5/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		6.636,16
NF 000075	13/5/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		172,48
NF 000076	13/5/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		99,20
NF 000077	13/5/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		9.919,18
NF 000078	13/5/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		193,77
NF 000084	18/5/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		404,38
NF 000085	18/5/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		139,00
NF 000086	23/5/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		9.729,69
NF 000093	13/5/2016	Campos Serviços Médicos e Hospitalares Ltda		951,40
NF 000094	13/5/2016	Campos Serviços Médicos e Hospitalares Ltda		2.691,64
NF 000095	13/5/2016	Campos Serviços Médicos e Hospitalares Ltda		2.448,47
NF 000096	13/5/2016	Campos Serviços Médicos e Hospitalares Ltda		1.833,62
NF 000097	13/5/2016	Campos Serviços Médicos e Hospitalares Ltda		32.588,82
NF 000063	13/5/2016	Climeso - Clínica Médica de Saúde Ocup.S/S Ltda - ME		993,48
NF 000064	13/5/2016	Climeso - Clínica Médica de Saúde Ocup.S/S Ltda - ME		1.196,58
NF 000065	13/5/2016	Climeso - Clínica Médica de Saúde Ocup.S/S Ltda - ME		1.069,89
NF 000066	13/5/2016	Climeso - Clínica Médica de Saúde Ocup.S/S Ltda - ME		49,94
NF 000007	13/5/2016	Serviços Médicos Zuquello Ltda - EPP		103,72
NF 000008	13/5/2016	Serviços Médicos Zuquello Ltda - EPP		38,21
NF 000009	13/5/2016	Serviços Médicos Zuquello Ltda - EPP		1.339,73
NF 000010	13/5/2016	Serviços Médicos Zuquello Ltda - EPP		16,65
NF 000011	13/5/2016	Serviços Médicos Zuquello Ltda - EPP		1.069,89
NF 000405	13/5/2016	Clínica Médica Sant Ana SC Ltda		835,97
NF 000406	13/5/2016	Clínica Médica Sant Ana SC Ltda		30,57
NF 000407	13/5/2016	Clínica Médica Sant Ana SC Ltda		4.179,61
NF 000046	13/5/2016	Serviços Médicos Kurita Eireli - ME		4.941,33

NF 000047	13/5/2016	Serviços Médicos Kurita Eireli - ME	12.601,53
NF 000048	13/5/2016	Serviços Médicos Kurita Eireli - ME	160,18
NF 000045	13/5/2016	Pontes & Vidigal Serviços Médicos Ltda	6.004,92
NF 000046	13/5/2016	Pontes & Vidigal Serviços Médicos Ltda	1.018,25
NF 000037	13/5/2016	Nelzi Ferreira de Queiroz Junior	6.282,54
NF 000038	13/5/2016	Nelzi Ferreira de Queiroz Junior	825,83
NF 000039	13/5/2016	Nelzi Ferreira de Queiroz Junior	45,87
NF 000363	13/5/2016	Gaya - Ortopedia e Traumatologia Eireli - ME	6.182,36
NF 000364	13/5/2016	Gaya - Ortopedia e Traumatologia Eireli - ME	587,07
NF 000186	13/5/2016	Master Clinic Serviços Médicos S/S	616,01
NF 000187	13/5/2016	Master Clinic Serviços Médicos S/S	6.173,61
NF 000095	13/5/2016	Calixto Mainardes Serviços Médicos e Hospitalares Eireli - ME	294,81
NF 000096	13/5/2016	Calixto Mainardes Serviços Médicos e Hospitalares Eireli - ME	1.084,87
NF 000097	13/5/2016	Calixto Mainardes Serviços Médicos e Hospitalares Eireli - ME	9.993,28
NF 000036	13/5/2016	Thadani Serviços Médicos e Hospitalares Eireli	1.180,92
NF 000037	13/5/2016	Thadani Serviços Médicos e Hospitalares Eireli	8.221,01
NF 007266	13/5/2016	Flávio Leal Fernandes	5.344,34
NF 007267	13/5/2016	Flávio Leal Fernandes	673,66
NF 000044	13/5/2016	Aline Peluso Fezer - ME	699,41
NF 000045	13/5/2016	Aline Peluso Fezer - ME	38,33
NF 000049	13/5/2016	Fusatto & Xavier S/S	2.792,03
NF 000050	13/5/2016	Fusatto & Xavier S/S	57,61
NF 000024	13/5/2016	Clínica Médica Bordin Calegari Ltda - ME	1.069,89
NF 000025	13/5/2016	Clínica Médica Bordin Calegari Ltda - ME	65,88
NF 000006	13/5/2016	Clínica Médica Neves Eireli EPP	12.520,93
NF 000065	23/5/2016	Antônio Carlos Gonçalves - ME	4.000,00
NF 000181	13/5/2016	Diagmax Joaçaba Clínica Médica Ltda	23.503,45
NF 168/169/170	13/5/2016	Diagmax Joaçaba Clínica Médica Ltda	18.666,00
NF 012959	13/5/2016	Hospital Salvatoriano Divino Salvador	1.957,01
NF 000245	13/5/2016	AD - Análises Clínicas Ltda - ME	8.741,17
NF 000367	13/5/2016	J & F Análises Clínicas e Ambientais Ltda - ME	1.500,00
NF 000368	13/5/2016	J & F Análises Clínicas e Ambientais Ltda - ME	1.264,98
NF 105928	18/5/2016	Hospitália Cirúrgica Catarinense Ltda	361,81
NF 106878	18/5/2016	Hospitália Cirúrgica Catarinense Ltda	361,81
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>244.533,47</b>
			<b>244.533,47</b>

\_\_\_\_\_  
Cristiano Tessari - Responsável

\_\_\_\_\_  
Flávio José Martins - Presidente AFSC

Fraiburgo (SC), 25 de maio de 2016.



**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO EDITAL ACT Nº 0002\_2016 - CONTADOR**

EXTRATO EDITAL ACT Nº 0002/2016 - CONTADOR  
EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº 0002 DE 31 DE MAIO DE 2016.

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para a função pública de Contador. O preenchimento de vagas será para o período de 01/07/2016 a 30/09/2016, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 1º a 17 de junho de 2016, das 13h30min às 17h30min, em dia de expediente (excetuados sábado, domingo, feriados e pontos facultativos), na Secretaria da Câmara Municipal, localizada na Avenida Lebon Regis, SN, Bairro São José, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.camarafraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Câmara Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3246-2764.

Fraiburgo, 31 de maio de 2016.  
ORACIR FERREIRA DE DEUS  
Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSE DIAS  
Gestor Público Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS  
Gestor Público Legislativo

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001\_2016\_TERMOS DE HOMOLOGAÇÃO\_PAL Nº 003\_2016**

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATORIO 003/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2016  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, tendo em vista a realização do Processo Administrativo Licitatório 0003/2016 – Pregão Presencial nº 0001/2016, destinado à contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças de uso de aplicativos de gestão pública com acessos simultâneos de usuários, considerando os critérios legais e observados os preceitos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e legislação suplementar aplicável, resolve HOMOLOGAR o objeto da licitação à empresa BETHA SISTEMA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, na condição de vencedora do certame licitatório como primeira classificada, pelo valor global constante de sua proposta de preços de R\$ 46.014,13 (quarenta e seis mil, quatorze reais e treze centavos).

Fraiburgo (SC) 01 de junho de 2016.  
ORACIR FERREIRA DE DEUS  
Presidente da Câmara Municipal

**PORTARIA Nº 08/2016**

PORTARIA Nº 08/2016  
NOMEIA COMISSÃO DO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO.

ORACIR FERREIRA DE DEUS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 32, inciso II, da Lei Orgânica Municipal; artigo 34, incisos II, XI, XXV do Regimento Interno da Câmara Municipal c/c o artigo 31 e seguintes da Lei Complementar nº 121, de 06 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Poder Legislativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, nos termos dos artigos 31 e seguintes da Lei Complementar nº 121/2010, para integrarem a COMISSÃO DO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, a fim de cumprir as atribuições definidas nos diplomas legais supracitados:

- I – NELI DE SOUZA PINTO – Presidente
- II – CARMEN REGINA BOTH – Secretária
- III – ELISANDRA TIEPO – Relatora

Art. 2º Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos a serem realizados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de maio de 2016, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 07/2015.

Gabinete da Presidência, 03 de maio de 2016.  
ORACIR FERREIRA DE DEUS  
Presidente

# Galvão

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO FUNSAU 009/2016

#### EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório FUNSAU nº 009/2016, Edital de Pregão Presencial 009/2016, tipo menor preço por ITEM até às 09h:00min. do dia 15 de junho de 2016, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAIS PERMANENTE (INFORMATICA, HOSPITALAR, MÓVEIS E OUTROS), A SEREM ADQUIRIDOS ATRAVÉS DA PROPOSTA Nº 11224.030000/1140-02 FIRMADO ENTRE MINISTERIO DA SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALVÃO – AMPLIAÇÃO DE METAS, conforme especificações contidas nos anexos, que são partes integrantes deste ato convocatório. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br)

Galvão - SC, 01 de junho de 2016.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Vanderlei Bez Batti

Secretário Municipal de Saúde



# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE015/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 015/2016

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de peças de reposição para as máquinas e mini carregadeiras Bob Cat S130 e S175 utilizadas pela Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 16h00min do dia 13/06/2016. A sessão pública será realizada a partir das 16h10min do dia 13/06/2016, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 31 de maio de 2016.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 099/2016

DECRETO N.º 099, DE 31 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 150.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	150.000,00
12361281.014 - Construção, Ampliação e Ref. De Escolas Ensino Fundamental	150.000,00
4.4.90.0.3.15.000049 - Aplicações Diretas	150.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de maio de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 01/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 100/2016

DECRETO N.º 100, DE 31 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 400.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	400.000,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	400.000,00
3.3.90.0.1.24.001076 - Aplicações Diretas	400.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de maio de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 01/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

### EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 232/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 232/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ROSA MARIA FURTADO SCHEIDT

Objetivo: SERVENTE

Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais

Vigência: De 03/05/2016 até 01/08/2016, prorrogável conforme legislação vigente

### EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 233/2016

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 233/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIA TERESA BERTONCINI MENDES

Objetivo: ENFERMEIRO

Valor: R\$ 1.984,77 (um mil novecentos e oitenta e quatro reais com setenta e sete centavos) mensais

Vigência: De 03/05/2016 até 03/11/2016, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 234/2016**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 234/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: EDEMIR TORQUATO

Objetivo: SERVENTE

Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais

Vigência: De 13/05/2016 até 11/08/2016, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 235/2016**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 235/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: VANESSA MARCIA RAGIEVICZ TABACZINSKI

Objetivo: ENFERMEIRO

Valor: R\$ 1.984,77 (um mil novecentos e oitenta e quatro reais com setenta e sete centavos) mensais

Vigência: De 16/05/2016 até 16/11/2016, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 236/2016**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 236/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LUCIANO RAYMUNDO HUBER

Objetivo: MÉDICO ESF

Valor: R\$ 8.517,73 (oito mil quinhentos e dezesseite reais com setenta e três centavos) mensais

Vigência: De 16/05/2016 até 16/05/2017, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 237/2016**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 237/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ROZINEIA DOS SANTOS PIRES

Objetivo: AGENTE DE COMBATES AS ENDEMIAS

Valor: R\$ 1.125,23 (um mil cento e vinte e cinco reais com vinte e três centavos) mensais

Vigência: De 16/05/2016 até 16/05/2017, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 238/2016**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 238/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: SILVANA ROSA DE SOUZA

Objetivo: ATENDENTE DE CONSULTORIO DENTÁRIO

Valor: R\$ 891,99 (oitocentos e noventa e um reais com noventa e nove centavos) mensais

Vigência: De 17/05/2016 até 17/05/2017, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº. 239/2016**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 239/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ALEXANDRE FERREIRA CORREIA

Objetivo: MOTORISTA SOCORRISTA SAMU

Valor: R\$ 1.235,82 (um mil duzentos e trinta e cinco reais com oitenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 19/05/2016 até 19/05/2017, prorrogável conforme legislação vigente

**PORTARIA N.º 441/2016**

PORTARIA N.º 441, DE 30 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, MARIANA BURGOS LOBÃO BARROSO, CPF n.º 104.555.527-46, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SETOR DE APOIO, da Secretaria de Infraestrutura, a partir de 01 de junho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de maio de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 01/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL FUMREBOM Nº 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

Processo licitatório: FUNREBOM nº02/2016  
Modalidade: Pregão  
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de Preços para a aquisição de material médico hospitalar, para atendimento de ocorrências de urgência e emergência do Corpo de Bombeiros Militar de Garuva.

· No item 6.5.1 do edital, onde se lê:

“6.5.1 – Certidão e/ou Autorização de Funcionamento como empresa distribuidora de produtos farmacêuticos (Port. SVS/MS 802/98), para os itens correlatos e saneantes.”

Leia-se:

“6.5.1 – Certidão e/ou Autorização de Funcionamento como empresa distribuidora de produtos farmacêuticos (Port. SVS/MS 802/98) e/ou Certidão e/ou Autorização de Funcionamento para armazenar, distribuir e expedir produtos para saúde, para os itens correlatos e saneantes.”

Devido a esta alteração, o credenciamento, entrega e abertura dos Envelopes será dia 16/06/2016 as 08:30 horas. A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 31 de maio de 2016.  
Ivandro Sérgio Lopes  
Pregoeiro

### TERMO ADITIVO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO PMG Nº 022/2015

TERMO ADITIVO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO PMG Nº 022/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede nesta Cidade, na Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representada Prefeito Municipal, senhor José Chaves, brasileiro, casado, contador, portador do RG nº 595.643-9 – SSP/SC., inscrito no CPF sob nº 248.236.869-34, considerando as divulgações de urgência a serem efetuadas, resolvem aditar em 25% o valor do credenciamento supra citado, cujo objeto é Contratação, por meio de sistema de credenciamento, de empresas para prestação de serviços de divulgações institucionais da Prefeitura através de mídias radiofônicas, em emissoras de frequência modulada (FM), com cobertura e abrangência comprovada no município, visando a veiculação de campanhas de utilidade pública, bem como de eventos e atividades desenvolvidas pela Prefeitura de cunho institucional, mediante as cláusulas e condições abaixo:

#### CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 – Constitui objeto deste Instrumento, o aditamento de valor em R\$ 7.350,00 (sete mil trezentos e cinquenta reais) do credenciamento PMG nº 022/2015. Em consequência deste aditamento, o item 4.2 do Edital passa a vigor com a seguinte redação:

4.2 - O valor máximo para inserção de 30 segundo é de :

Item	Quantidade	Especificação dos serviços	Valor unitário R\$	Valor total R\$
02	1750 veiculação de 30 segundos	Veiculação de material para divulgação dos atos, programas, obras, serviços e campanhas educativas da administração Pública – Poder Executivo - em emissora de FM acima de 200 watts	21,00	36.750,00

Garuva, 30 de maio de 2016.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO 11/2016**

RESOLUÇÃO Nº 11/2016

Concede triênio ao servidor Jayson Edgar Correa.

Considerando requerimento apresentado pelo servidor;

Considerando a comprovação do direito adquirido;

Considerando o embasamento na LC 001/98 (Estatuto do Servidor Público), disposto no art 51 III, d, combinado com o artigo 63.

Considerando Art. 33 da LC 86/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial ao artigo 50 parágrafo 3º inciso II do Regimento Interno desta Casa legislativa, Resolve:

Art. 1º - Concede 01 (um) triênio ao servidor Jayson Edgar Correa, referente o periodo aquisitivo de 01/02/2013 a 31/03/2016, a partir da competência Junho/2016.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Presidente, em 30 de maio de 2016.

Reginaldo Mews Rosa
Presidente da Mesa

# Gaspar

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 6.995, DE 31 DE MAIO DE 2016**

DECRETO Nº 6.995, DE 31 DE MAIO DE 2016.  
EXONERA O SERVIDOR LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA**

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 01 de junho de 2016, o servidor LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI, inscrito no CPF sob o nº 551.343.359-15 e no RG sob o nº 1.034.110-2, do cargo em comissão de Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, ao qual foi nomeado pelo n. 6.796, de 05 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 31 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito de Gaspar

**DECRETO Nº 7.004, DE 31 DE MAIO DE 2016**

DECRETO Nº 7.004, DE 31 DE MAIO DE 2016.  
NOMEIA O SERVIDOR UILLIAM RAFAIN DE SOUZA PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO NO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA**

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 01 de junho de 2016, conforme a Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015, o servidor UILLIAM RAFAIN DE SOUZA, CPF nº 072.512.819.45, para o exercício de cargo em comissão de Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 31 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito de Gaspar

**DECRETO Nº 7.005, DE 31 DE MAIO DE 2016**

DECRETO Nº 7.005, DE 31 DE MAIO DE 2016.  
EXONERA O SERVIDOR LUIS ALVARO OTIQUIR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA**

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 01 de junho de 2016, o servidor LUIS ALVARO OTIQUIR, inscrito no CPF sob o nº 486.403.289-00, do cargo em comissão de Diretor de Serviços Urbanos, ao qual foi nomeado pelo Decreto nº 6.796 de 05 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 31 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 7.006, DE 31 DE MAIO DE 2016**

DECRETO Nº 7.006, DE 31 DE MAIO DE 2016.  
EXONERA O SERVIDOR AMAURI BORNHAUSEN.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA**

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 01 de junho de 2016, o servidor AMAURI BORNHAUSEN, inscrito no CPF sob o nº 633.023.069-20, do cargo em comissão de Coordenador de Obras, ao qual foi nomeado pelo Decreto nº 6.826 de 23 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 31 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

## SAMAE - GASPAR

**PORTARIA N. 61 DE 30 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA N. 61 DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR ALDO LUZ

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de Licença-Prêmio ao servidor

ALDO LUZ, ocupante do cargo efetivo de Operador de Bombas, referente ao período aquisitivo de 16/07/2010 a 15/05/2016, que será gozada a partir de 30/05/2016 a 27/08/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar (SC), 30 de maio de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO 23/2016

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO Nº 41/2016

REFERÊNCIA: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MESA DIGITAL, INTERATIVA E MULTISDISCIPLINAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE ACORDO COM A CONVENIÊNCIA E NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

RECORRENTE: 18 GIGAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI - ME

RECORRIDOS: PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

NELSON L. DE ALMEIDA LEITE JUNIOR ME

Nos termos do artigo 109, parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93 em concordância com a Lei n. 10.520/2002, ante os fundamentos da Pregoeira e sua Equipe, DECIDO:

Acolho integralmente os fundamentos e as conclusões expostas pela Pregoeira e sua Equipe, como razões de decidir, assim, CONHECER do recurso formulado pela Empresa 18 GIGAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI - ME, para, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO em todos os seus pedidos, mantendo incólume a decisão que desclassificou a empresa recorrente e CONHECER do contra recurso interposto pela Empresa NELSON L. DE ALMEIDA LEITE JUNIOR ME, para dar PROVIMENTO mantendo incólume a decisão que desclassificou a Empresa 18 GIGAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS - EIRELI - ME e mantendo a mesma como vencedora do certame.

PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA AOS INTERESSADOS, DIVULGUE-SE POR MEIO ELETRÔNICO.

Governador Celso Ramos, 30 de Maio de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

# Grão Pará

## PREFEITURA

**PR 21-2016 IMPLEMENTOS AGRIC.**

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 49/2016

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 21/2016-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA O APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ. Data e Horário de Abertura: 17/06/2016, às 14h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 27 de maio de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal



# Guaramirim

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2016 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Edital: Pregão Presencial nº 078/2016 – PMG.

Processo Licitatório: 078/2016 – PMG.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada em mão de obra de elétrica para serviços de manutenção corretiva e preventiva, bem como realização de instalações, e de empresa especializada em mão de obra de pintura em construção civil para os prédios dos órgãos públicos do município de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 16/06/2016 às 9h.

Abertura dos Envelopes: 16/06/2016 às 9h.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 31 de maio de 2016.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 80/2016 PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Edital: Tomada de Preços 80/2016 PMG

Processo Licitatório: 80/2016 PMG

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA FECHAMENTO COM CERCA E TELA DE ARAME FARPADO O QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Entrega dos Envelopes: 20/06/2016 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 20/06/2016 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 25 de maio de 2016.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO - PREF 44

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 44/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 22/2016 – TOMADA DE PREÇO Nº. 03/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: A.S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA EPP

OBJETO: Contratação de empresa para execução de ampliação de rede de distribuição elétrica na Linha Cembrani para posteriormente instalação de rede de distribuição de água e Rua Joao Panegaz, município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 16.700,00

( Linha Cembrani R\$ 7.800,00 e Rua João Panegaz R\$ 8.900,00 )

VIGENCIA DE EXECUÇÃO: 30 dias

VIGENCIA DO CONTRATO: 29/07/2016.

Guarujá do Sul, SC, 31 de maio de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.526/2016

DECRETO Nº 3.526/2016

HOMOLOGA RECLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO REGULAMENTADO PELO EDITAL Nº 002/2015/SMECE, DETERMINADO POR ORDEM JUDICIAL ATRAVÉS DO MANDADO DE SEGURANÇA 0300271-08.2016.8.24.0235.

NELSON GUINDANI, PREFEITO DE HERVAL D OESTE - SC, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CUMPRIMENTO À ORDEM JUDICIAL QUE DEFERIU LIMINAR EM FAVOR DA IMPETRANTE NOS AUTOS DO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0300271-08.2016.8.24.0235,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a reclassificação final do processo seletivo regulamentado pelo Edital nº 002/2015/SMECE, conforme relação constante do anexo único do presente Decreto, em cumprimento à ordem judicial que deferiu Liminar em favor da Impetrante nos autos do Mandado de Segurança nº 0300271-08.2016.8.24.0235.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o anexo que trata dos classificados para os cargos de "Professor de Educação Infantil - Habilitados com Graduação" do Decreto nº 3.519/2016.

Herval d' Oeste (SC), 30 de maio de 2016.

NELSON GUINDANI

PREFEITO HERVAL D OESTE - SC

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

#### 1. Habilitados com Graduação

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	NOTA TÍTULOS	PROVA ESCRITA	MÉDIA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
286958	LUANA LAIS FERRONATTO DE MORAES	088.089.149-17	10	8,34	9,004	1
281633	THAIANE CRISTINA BONATTO	050.786.909-56	10	6,838	8,1028	2
7683	RAFAELA DARTORA DOS SANTOS	042.008.419-32	9	7,34	8,004	3
175764	FABIANA PARIZOTTO	077.850.429-85	9	7,006	7,8036	4
22045	ADRIANA APARECIDA DOS REIS ALVES	060.944.469-76	9	6,838	7,7028	5
45000	CAMILA HOFFELDER	069.970.949-02	7,6	7,674	7,6444	6
281792	DANIELA PATRICIA APARECIDA ANTUNES	010.809.079-55	5,8	8,842	7,6252	7
21309	NEUSA DE FATIMA GERVASIO	021.139.719-92	9	6,672	7,6032	8
187090	ROSANGELA SCHUVAUZERSKI DE OLIVEIRA	026.025.139-97	9	6,672	7,6032	9
300297	ROSELEI BAUER MANN MEISTERLIN	035.831.529-80	9	6,672	7,6032	10
10908	MARIA HELENA DAHMER OLIVO	006.834.169-52	10	6,004	7,6024	11
115972	FABIOLA TEIXEIRA GOETZE	074.562.119-81	6,2	8,508	7,5848	12
287360	IZABEL CHIAMOLERA DE ALMEIDA	037.383.449-77	7,2	7,84	7,584	13
183917	TAMI RAFAELA PASCOTTO DAHMER	052.842.279-05	7,4	7,674	7,5644	14
26469	MICHELLI NOVELLO	743.325.469-20	8	7,006	7,4036	15
255005	NEUSA TEREZINHA FORTES	047.873.389-51	9	6,338	7,4028	16
287125	VANESSA PEREIRA DA COSTA	049.333.719-97	9	6,338	7,4028	17
41807	MARI SIRENE DE MATOS DA LUZ	933.023.209-49	10	5,67	7,402	18
9751	ROSANGELA APARECIDA GOULART RIBEIRO	651.844.329-49	9,2	6,172	7,3832	19
300150	MARISA GORETI ALBERTI LORENZETTI	022.824.749-70	8,2	6,838	7,3828	20
14715	JULIANA VALQUIRIA ROSA TAUGEM	041.698.349-92	10	5,338	7,2028	21
131381	TATIANE APARECIDA POLO	008.064.969-67	8,4	6,4	7,2	22
15701	IVONE RODRIGUES DE SOUZA KACZUR	981.896.389-04	8,2	6,338	7,0828	23
287082	RUTE CARDOSO DA ROCHA	069.765.589-00	7,4	6,84	7,064	24
287204	PAMELA RODRIGUES OLIVO	062.711.699-02	7	7,006	7,0036	25
15697	DENYSE CARLETI	017.896.639-89	9	5,672	7,0032	26
187989	ROSANGELA RIBEIRO BEHERNS PINTRO	525.517.769-53	9	5,672	7,0032	27
3043	EDIVANI BIZOGNIN	688.805.370-91	6,6	7,006	6,8436	28
22365	JULIANA APARECIDA THOMAZI SAMOURA	004.841.549-90	7	6,674	6,8044	29
8453	CLEONICE DE JESUS COELHO DE OLIVEIRA	031.205.279-04	9	5,17	6,702	30
281634	ARLETE GELATI	069.220.349-45	6,2	7,004	6,6824	31
281678	SANDRA MARIA BERTELLI	711.474.389-00	9,2	5,004	6,6824	32
115447	BRUNA MARIA BARANCELLI ALVES	010.035.240-52	8,2	5,67	6,682	33
7995	ANDRÉA RIEPE PIRES	004.867.249-13	7,6	6,006	6,6436	34
216436	JULIE SOARES ANTUNES	010.169.619-10	7	6,338	6,6028	35
44432	TAMARA CRISTINA CASTANHA DETOFENO	828.997.899-53	6,6	6,504	6,5424	36
300141	KARINA ALBERTI DA FONSECA	040.287.859-01	5,4	7,34	6,564	37
9580	MARISETE VINGLA DE MATOS SCHALY	081.456.029-63	7,4	6,004	6,5624	38

300233	VANESSA ALBERTI WILLMSEN	063.112.489-64	5,8	7,006	6,5236	39
199202	IDAIA NE ROVER DE NARDI	005.495.029-55	5	7,506	6,5036	40
286828	FERNANDA FACHIN VIEIRA	078.326.609-02	6	6,672	6,4032	41
309617	NOELI SALETE SCHEUERZARDO	518.306.559-49	7	6,004	6,4024	42
287058	ELISANGELA APARECIDA GUIMARÃES DE QUADROS MARTINAZZO	015.992.589-43	6,4	6,34	6,364	43
187465	EULÉZIA FÁTIMA VANZIN LISSA DAL PRÁ	625.030.579-34	8,4	5,004	6,3624	44
183925	JULIANA DRESCH GIUSTI	043.087.379-40	5,8	6,672	6,3232	45
268046	GIGLIOLA RAQUEL BIZINELA MENEGUINI	020.420.209-40	7	5,838	6,3028	46
43767	FRANCIÉLI CARABOLANTE PINTO	061.380.979-39	5,4	6,84	6,264	47
281757	GISÉLI BORSOI	073.767.779-11	6,4	6,004	6,1624	48
44463	MADELEINE MARIA LUVIZON	044.354.529-44	5,4	6,506	6,0636	49
18716	JUREMA CARICIMI	620.713.949-68	6,6	5,672	6,0432	50
170950	SIDIANE DA SILVA RAMOS	047.064.609-80	4,6	7,004	6,0424	51
23138	REGINA TEDESCO GEHM	564.033.489-49	6,6	5,67	6,042	52
312080	CICELE CRISTINA HARO GUEDES	006.367.579-00	3,8	7,506	6,0236	53
18051	MONALIZA APARECIDA SURDI	058.934.269-08	6,6	5,504	5,9424	54
12213	DANIELI FAVARO	007.785.909-09	6,6	5,504	5,9424	55
11177	EDIANE PAVIANI HOPPEN	029.867.629-05	6,8	5,338	5,9228	56
281766	KAREN ALINE DE FREITAS THOMAZ SAVARIS	043.316.559-62	6,6	5,338	5,8428	57
287367	MAYARA MACHADO	076.536.579-07	3,8	7,174	5,8244	58
242969	LUCIANE CUNHA	048.381.619-13	3,8	7,14	5,804	59
27009	LUCIANE DA CRUZ PIAIA	003.896.129-60	5	6,338	5,8028	60
227797	LUIZA PEREIRA DUARTE	071.114.299-82	4,6	6,506	5,7436	61
287079	PATRICIA BOTTEGA	076.474.569-70	5,6	5,672	5,6432	62
216740	MARCIA SALETE VACCARI ZORZI	579.946.259-91	6,2	5,17	5,582	63
18523	JULIANE APARECIDA CAMPAGNOLLO	051.093.129-40	2,8	7,34	5,524	64
45801	ANGELICA BIANCHETTI DA SILVA	054.277.839-46	5,8	5,338	5,5228	65
287371	NOELIZA FATIMA VANCIN MASSON	054.737.239-69	3	6,84	5,304	66
191771	CRISTIANE LIMA	005.448.049-37	3	6,838	5,3028	67
25448	FERNANDA APARECIDA CHINATO	009.940.589-00	3	6,838	5,3028	68
215648	LEILA TREVISOL	010.009.579-85	5	5,504	5,3024	69
18718	VILMA CAROLINA BROETO	063.431.999-00	3	6,34	5,004	70
281771	MAIRA GALDINO	060.037.009-71	3	6,338	5,0028	71
300326	ELIANE FATIMA DA SILVA	025.975.339-48	3	6,17	4,902	72
188118	PATRICIA CONCEIÇÃO MATANA	056.800.139-75	3,8	5,338	4,7228	73
242780	MAIELEN NELZI DA SILVA	088.887.299-25	1,8	6,172	4,4232	74
11775	KELI FRANCISCATTO DALLA LANA	028.309.479-67	1,8	5,84	4,224	75
170223	CARLA APARECIDA MELOTTI	077.934.939-31	1	5,67	3,802	76
249298	LUCIA CATARINA ALVES DE JESUS	613.254.149-72	1	5,17	3,502	77
242717	LUCIELE HENGERS	037.177.589-26	1	5,004	3,4024	78

**DECRETO Nº 3.527/2016**

DECRETO Nº 3527/2016

“NOMEIA A COMISSÃO PREPARATÓRIA PARA A 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES DO MUNICÍPIO DE HERVAL D’ OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d’ Oeste (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o Decreto Federal nº 5.790 de 25 de maio de 2006, e Resolução Normativa nº 19 de 25 de maio de 2015 do Conselho Nacional das Cidades e a Portaria nº 024 de 29 de outubro de 2015 da Secretaria de Estado do Planejamento,

DECRETA:

Art.1º-Fica nomeada a COMISSÃO PREPARATÓRIA PARA A 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES DO MUNICÍPIO DE HERVAL D’ OESTE (SC), representados pelos seguintes segmentos:

- Gestor administrativo;
- Movimentos populares;
- Trabalhadores, por suas entidades sindicais;
- Empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;
- Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais;
- ONGs com atuação na área do Desenvolvimento Urbano; e com a seguinte composição:

1- Representantes da Secretaria de Planejamento e Coordenação:

MARCIA JUSSARA STEFFANI ZAGONEL  
MELISSA DEMO  
VERANICE THEISEN

2- Representante da Secretaria de Administração e Finanças:  
RUBENS ANTONIO CORREIA

3- Representante da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Econômico:  
TOMAZ ALBERTO CONRADO

4- Representantes do Poder Legislativo:  
DAVI JOSÉ FROZZA

5- Representante da AMMOC:  
MICHEL ALBERTI

6- Representante da SIMAE:  
ANDRÉ LUIZ SAUER

7- Representante da União das Associações de Moradores:  
ADÃO CESAR DE OLIVEIRA

8- Representante das Associações de Moradores:  
RICARDO SCHEMES

9- Representante do Sindicato da Construção e do Mobiliário:  
PEDRO NOGUEIRA JUNIOR

10- Representante do Banco do Brasil:  
SAMUEL LEONARDO DAL PIZZOL DORINI

11- Representante da Caixa Econômica Federal:  
GIOVANI GUILHERME ROMAN ROSS

12- Representante da Câmara de Diretores Lojistas - CDL:  
IDAVIR JOSÉ MASCARELLO

13- Representante do CREA:  
DENIR NARCISO ZULIAN

14- Representante da UNIASSELVI – Ies Vale:  
ADIVAR ABEL TESSARI

15- Representante da UNINTER:  
ELISANDRA DA NUNZ

Art. 2º- A COMISSÃO PREPARATÓRIA será coordenada pela Secretária de Planejamento e Coordenação, Senhora MARCIA JUSSARA STEFFANI ZAGONEL e terá como competência:

I. Adotar o Regimento da 6ª. Conferência Nacional das Cidades, aprovado pela Resolução Normativa nº 19 de 18 de setembro de 2015, do Conselho das Cidades CONCIDADES, no que se refere ao âmbito Municipal, definindo data, local e pauta;

II. Elaborar o Regimento da 6ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Herval d' Oeste, respeitadas as diretrizes e as definições do Regimento Estadual;

III. Planejar a infra-estrutura para a realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Herval d' Oeste;

IV. Mobilizar a sociedade civil e o Poder Público, no âmbito de sua atuação no Município, para sensibilização e adesão à 6ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Herval d' Oeste;

V. Prever na programação da Conferência Municipal o tempo necessário para debater o temário, sem prejuízo do conteúdo;

VI. Elaborar o relatório final, de acordo com o modelo disponível no site da 6ª Conferência Nacional das Cidades, e enviar à Comissão Organizadora Estadual competente no prazo de 10 (dez) dias após a realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Herval d' Oeste;

VII. Preencher o formulário disponibilizado pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades por meio do sítio eletrônico disponibilizado pelo Ministério das Cidades, com as informações da 6ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Herval d' Oeste, até 15 (quinze) dias após a realização desta;

VIII. Encaminhar à Comissão Estadual Recursal e de Validação, os recursos impetrados contra atos da Comissão Preparatória Municipal ou quaisquer questionamentos referentes a atos ou omissões de agentes envolvidos na realização ou participação na referida conferência, no prazo regimental.

- 1º- A COMISSÃO PREPARATÓRIA deve enviar as informações referentes ao Regimento, nomeação da Comissão Preparatória e da Convocação da Conferência para o CONCIDADES/SC, no máximo, até 10 dias úteis após a convocação da referida Conferência, a fim de validá-la.

- 2º- O temário da Conferência Municipal deve contemplar o temário Estadual e Nacional.

Art.3º- A COMISSÃO PREPARATÓRIA poderá contar com colaboradores eventuais para auxiliar na operacionalização da 6ª Conferência Municipal das Cidades.

Parágrafo Único - Consideram-se colaboradores eventuais as instituições e organizações governamentais ou de sociedade civil, da Administração Pública ou de iniciativa privada, prestadoras de serviços, bem como consultores e convidados.

Art. 4º - A COMISSÃO PREPARATÓRIA terá prazo determinado até a realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Herval d' Oeste.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 31 de maio de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito

### **PORTARIA Nº 671/2016**

PORTARIA Nº 671/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 1272/2015, do Servidor AUJOR LUIZ RIGHI (Matr. 16), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Técnico em Tributação, Nível – 11, Referência "J", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de março de 2014 e 01 de março de 2015, para serem gozadas a partir de 30 de maio de 2016 a 13 de junho de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Maio de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 672/2016**

PORTARIA Nº 672/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 19 (dezenove) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 1168/2015, da Servidora KELLI CRISTINA WALDRIGUES MOHL (Matr. 2868), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível – 9, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de dezembro de 2013 e 16 de dezembro de 2014, para serem gozadas a partir de 30 de maio de 2016 a 17 de junho de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Maio de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 673/2016**

PORTARIA Nº 673/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio ao servidor IRINEU MASCARELLO (Matr. 167), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível – 8, Referência "J", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos dos artigos 87 a 92, da Lei Complementar Nº. 006/1994, referente ao período aquisitivo de 03 de janeiro de 1994 a 02 de janeiro de 1999, para serem gozadas a contar de 31 de maio de 2016 a 28 de agosto de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Maio de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal



# Ibiam

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 092/2016

PORTARIA Nº 092, DE 10 DE MAIO DE 2016

“DEMITE, A PEDIDO, A SRA. JANE MARIA ANDRETTA, DO CARGO DE PSICÓLOGA (CRAS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 1º, inciso III da Constituição Federal, mais o que consta no artigo 477, - 6º, “b”, da CLT,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica demitida, a pedido, do cargo de Psicóloga (Cras), a Sra. JANE MARIA ANDRETTA, cuja admissão deu-se através da Portaria nº 195, de 04 de setembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE MAIO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

### PORTARIA Nº 093/2016

PORTARIA Nº 093, DE 10 DE MAIO DE 2016

“EXONERA DO SERVIÇO PÚBLICO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando a concessão da aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS,

Com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. art. 97, da Lei Municipal nº 255 – Estatuto do Servidor Público do Município de Ibiam,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo público de Professor II – Nível 5 – Referência C, a servidora MARLY SALETE FRESCHI LUTHEMEIER, em decorrência de aposentadoria concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – Benefício nº 1688933970.

Art. 2º. Determinar a expedição dos demais atos administrativos, visando à vacância do cargo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE MAIO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

### PORTARIA Nº 094/2016

PORTARIA Nº 094, DE 10 DE MAIO DE 2016

“CONCEDE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos VII e IX, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com a alínea b, do inciso III, do Art. 100, da Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de Agosto de 2008, bem como certidão de óbito da Sra. Irene Cantelli Chiesa, RESOLVE:

Art. 1º. Em razão do falecimento da mãe da servidora efetiva CAR-MELITA CHIESA TRAGANCIN – Diretora do Departamento de Recursos Humanos – Nível 5 – Referência E, fica concedido afastamento temporário (luto) no período de 10 a 17 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE MAIO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

### PORTARIA Nº 095/2016

PORTARIA Nº 095, DE 11 DE MAIO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA DE AFASTAMENTO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando, requerimento do servidor protocolado em 03 de maio de 2016;

com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIX, da Lei Orgânica Municipal; bem como, o art. 96, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido ao servidor MARCOS ROBERTO BAZZEN, ocupante do cargo de Operador de Máquinas – Nível 4 – Referência B, Licença para Tratar de Interesses Particulares pelo prazo de 02 (dois) anos, a ser fruída de 11 de maio de 2016 a 10 de maio de 2018.

Art. 2º. O pedido de licença previsto no artigo 1º será sem vencimentos.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 11 DE MAIO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:



**PORTARIA Nº 096/2016**

PORTARIA Nº 096, DE 11 DE MAIO DE 2016

**"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; ; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a JUSTINA INES DALMOLIN servidora efetiva no cargo de Servente – Nível 1 – Referência E, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O primeiro afastamento em conformidade com o Atestado Médico do Dr. Leonardo de Mesquita Cruz – CRM/SC 9167, para o período de 03 a 18 de maio de 2016.

Art. 3º. O segundo afastamento será de conformidade com o encaminhamento do Dr. Leandro C. de Avellar – CRM 13765, para o período de três a quatro meses.

Parágrafo único. A partir do décimo sexto dia do afastamento das atividades, a servidora estará em auxílio doença (INSS).

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de maio de 2016.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 11 DE MAIO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

**PORTARIA Nº 097/2016**

PORTARIA Nº 097, DE 19 DE MAIO DE 2016

**RETIFICA PORTARIA DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX, do artigo 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e os requerimentos da servidora protocolados em 29 de janeiro de 2014 e 06 de junho de 2014;

Considerando que, houve equívocos no período aquisitivo da licença prêmio concedida ao servidor Ivair Ceron, uma vez que licença para tratamento de saúde retarda a concessão da referida licença na proporção de 1 (um) dia para cada dia de licença obtida;

Considerando que a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal declara que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial;

RESOLVE:

Art. 1º. Retificar o período aquisitivo da licença prêmio concedida através da Portaria nº 221, de 01 de outubro de 2014 a servidora KELLYN REGINA DE OLIVEIRA REINEHER, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Conceder a servidora KELLYN REGINA DE OLIVEIRA REINEHER, ocupante do cargo efetivo de Dentista – Nível 13 – Referência C, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.01.2009 a 12.02.2014, retardada em 22 dias, conforme determina os - 2º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 19 DE MAIO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

**PORTARIA Nº 098/2016**

PORTARIA Nº 098, DE 23 DE MAIO DE 2016

**"CONCEDE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos VII e IX, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com a alínea b, do inciso III, do Art. 100, da Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de Agosto de 2008, bem como certidão de óbito do Sr. Ari Tragancin, RESOLVE:

Art. 1º. Em razão do falecimento do pai da servidora efetiva MONICA TRAGANCIN HOLLEWEGGER – Orientadora Educacional – Nível 5 – Referência C, fica concedido afastamento temporário (luto) no período de 22 a 29 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de maio de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 23 DE MAIO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

**PORTARIA Nº 099/2016**

PORTARIA Nº 099, DE 23 DE MAIO DE 2016

**"CONCEDE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos VII e IX, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com a alínea b, do inciso III, do Art. 100, da Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de Agosto de 2008, bem como certidão de óbito do Sr. Ari Tragancin, RESOLVE:

Art. 1º. Em razão do falecimento do irmão da servidora efetiva IRES TERESINHA TRAGANSIN DE OLIVEIRA XAVIER – Auxiliar de Contabilidade – Nível 5 – Referência E, fica concedido afastamento temporário (luto) no período de 22 a 29 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos a partir de 22 de maio de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 23 DE MAIO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

### **PORTARIA Nº 100/2016**

PORTARIA Nº 100, DE 23 DE MAIO DE 2016

“CONCEDE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos VII e IX, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com a alínea b, do inciso III, do Art. 100, da Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de Agosto de 2008, bem como certidão de óbito do Sr. Ari Tragancin, RESOLVE:

Art. 1º. Em razão do falecimento do irmão da servidora efetiva WALDECIRA APARECIDA TRAGANCIN DE OLIVEIRA – professor II – Nível 5 – Referência C, fica concedido afastamento temporário (luto) no período de 22 a 29 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de maio de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 23 DE MAIO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

### **PREGÃO PRESENCIAL 021/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº021/2016

REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2016

A Prefeitura Municipal de Ibiã/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, para registrar preço visando futuras possíveis contratações, com pedidos parcelados de serviços profissionais comuns (Pedreiro, Pintor, Eletricista, Encanador), pelo período de doze meses. Entrega dos envelopes: até 14/06/2016, às 13h15min. Abertura dos envelopes: 14/06/2016 às 13:30min. Forma de Julgamento: Menor Preço Por Item. Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e C147/14. O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos: site [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br).

Ibiã, 31 de Maio de 2016.

Gilmar Fontana

Prefeito Municipal de Ibiã.

### **RESOLUÇÃO Nº 029/16 - CODEMI**

RESOLUÇÃO Nº029/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitaço “in loco” e análise dos documentos do dia 04 de Maio de 2016.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Ademar Lourensette constituído 40(quarenta) horas de Escavadeira Hidráulica, 03(três) horas de Motoniveladora, 150(cento e cinquenta) km de Caçamba e 05(cinco) horas de Rolo.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013 e nº 2707/2014.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiã, 18 de Maio de 2016.

Elcir Antonio Barth da Costa

Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 18/05/2016.

Gilmar Fontana

Prefeito Municipal

### **RESOLUÇÃO Nº 030/16 - CODEMI**

RESOLUÇÃO Nº030/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitaço “in loco” e análise dos documentos do dia 04 de Maio de 2016.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Gilmar Raizer da Costa constituído 15(quinze) horas de Escavadeira Hidráulica, 20(vinte) horas de Retroescavadeira, 100(cem) km de Caçamba e 05(cinco) horas de Rolo.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013 e nº 2707/2014.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiã, 18 de Maio de 2016.

Elcir Antonio Barth da Costa

Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 18/05/2016.

Gilmar Fontana

Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 031/16 - CODEMI**

RESOLUÇÃO Nº031/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação "in loco" e análise dos documentos do dia 04 de Maio de 2016.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Valdemir Raizer da Costa constituído 20(vinte) horas de Retroescavadeira, 10(dez) horas de Escavadeira Hidráulica, 100(cento) km de Caçamba, 05(cinco) horas de Rolo e 05(cinco) horas de Motoniveladora.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013 e nº 2707/2014.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiam, 18 de Maio de 2016.

Elcir Antonio Barth da Costa  
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 18/05/2016.

Gilmar Fontana  
Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 032/16 - CODEMI**

RESOLUÇÃO Nº032/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação "in loco" e análise dos documentos do dia 04 de Maio de 2016.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Luiz Slongo Netto constituído 10(dez) horas de Escavadeira Hidráulica, 10(dez) horas de Retroescavadeira, 150(cento e cinquenta) km de Caçamba e 20(vinte) horas de Trator de Esteira.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013 e nº 2707/2014.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiam, 18 de Maio de 2016.

Elcir Antonio Barth da Costa  
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 18/05/2016.

Gilmar Fontana  
Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 033/16 - CODEMI**

RESOLUÇÃO Nº033/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação "in loco" e análise dos documentos do dia 04 de Maio de 2016.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Mario Sergio Becker constituído 20(vinte) horas de Trator de Esteira, 20(vinte) horas de Retroescavadeira, 50(cinquenta) horas de Escavadeira Hidráulica e 20(vinte) km de Caçamba.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013 e nº 2707/2014.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiam, 18 de Maio de 2016.

Elcir Antonio Barth da Costa  
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 18/05/2016.

Gilmar Fontana  
Prefeito Municipal

**RELATÓRIO LRF - RGF 1º QUADRI 2016**

MUNICÍPIO DE IBIAM - SC - PODER EXECUTIVO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.693.236,24	0,00
Pessoal Ativo	5.532.349,22	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	14.297,02	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	146.590,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>5.693.236,24</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.698.418,57	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	5.693.236,24	53,22
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.777.146,03	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.488.288,73	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.199.431,43	48,60

FONTE:

MUNICÍPIO DE IBIAM - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>94.950,32</b>	<b>48.256,36</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	94.950,32	48.256,36	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>1.843.426,77</b>	<b>1.730.622,61</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.843.594,51	2.054.086,33	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	6.336,24	6.336,24	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	6.503,98	329.799,96	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-1.748.476,45</b>	<b>-1.682.366,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>10.570.638,66</b>	<b>10.698.418,57</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>0,90%</b>	<b>0,45%</b>		
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-16,54%</b>	<b>-15,73%</b>		<b>0,00%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>12.684.766,39</b>	<b>12.838.102,28</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>11.416.289,75</b>	<b>11.554.292,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	61.909,33	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	913.007,94	2.182.190,71	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IBIAM - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

**MUNICÍPIO DE IBIAM - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL DE 2016**

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>10.570.638,66</b>	<b>10.698.418,57</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>2.325.540,51</b>	<b>2.353.652,09</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>2.092.986,45</b>	<b>2.118.286,88</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:



MUNICÍPIO DE IBIAM - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>10.698.418,57</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>1.711.746,97</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>1.540.572,27</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>748.889,30</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Continua 1/2

**MUNICÍPIO DE IBIAM - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

Continuação 2/2

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")								R\$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	(b)			(c)			
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Alienações de Bens destinados a Outros Programas Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE Convênio de Trânsito - Civil Convênio de Trânsito - Militar Convênio de Trânsito - Prefeitura Fundo Especial do Petróleo e Transf.de Comp.Financeira p/ Expli Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Salário-Educação Superavit Conv. Trans. Prefeitura Superavit Conv. União Superavit Convênio Educação União Superavit Exercício Anterior - Recursos PNAE Superavit FEP Superavit Financeiro Recursos FNAS União Superavit Polícia Militar superavit recursos SUAS estado superavit salário educação Superavit. Conv. Pol. Civil Superavit CIDE Transferências de Convênios – União/Educação Transferências de Convênios – União/Outros Transferências de Convênios – União/Saúde Transferências de Convênios - Estado/Educação Transferências do Sistema Único de Assistência Social	68.187,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.187,78	0,00	0,00
	436,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	436,01	0,00	0,00
	6.955,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.955,68	132,73	0,00
	1.558,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.558,22	0,00	0,00
	1.705,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.705,70	0,00	0,00
	1.638,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.638,15	231,80	0,00
	8.127,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.127,32	636,75	0,00
	9.049,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.049,20	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	6.515,14	0,00	0,00	(6.515,14)	8.114,99	0,00
	10.834,44	0,00	0,00	11.911,83	0,00	0,00	(1.077,39)	0,00	0,00
	4.526,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.526,90	0,00	0,00
	13.089,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.089,15	0,00	0,00
	21.784,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.784,70	0,00	0,00
	1.371,33	0,00	0,00	781,74	0,00	0,00	589,59	56,00	0,00
	11.301,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.301,40	0,00	0,00
	23,41	0,00	0,00	2.950,80	0,00	0,00	(2.927,39)	1.837,94	0,00
	4.699,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.699,25	0,00	0,00
	26.204,08	0,00	0,00	113,10	0,00	0,00	26.090,98	0,00	0,00
	1.759,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.759,83	0,00	0,00
	1.931,48	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	1.881,48	150,00	0,00
6.736,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.736,40	0,00	0,00	
48.439,83	0,00	0,00	0,00	213.374,95	0,00	(164.935,12)	0,00	0,00	
349,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	349,15	0,00	0,00	
18.669,21	0,00	0,00	0,00	77.757,28	0,00	(59.088,07)	0,00	0,00	
5.375,77	0,00	0,00	4.380,60	0,00	0,00	995,17	0,00	0,00	
59.501,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.501,55	0,00	0,00	

Continua 1/3

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Indso III, alínea "a")

**MUNICÍPIO DE IBIAM - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

MUNICÍPIO DE IBIAM - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF - art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/3  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	(b)			(c)				(d)
	(a)		(b)		(c)		(d)		(e)	
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/E	577,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	577,93	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	204.006,11	0,00	0,00	4.360,00	0,00	0,00	0,00	199.646,11	23.171,50	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	79.065,12	0,00	0,00	0,00	87,00	0,00	0,00	78.978,12	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	617.905,10	0,00	0,00	31.063,21	291.219,23	0,00	0,00	295.622,66	34.331,71	0,00
Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	14.621,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.621,91	0,00	0,00
Recolhas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	49.959,78	0,00	0,00	112.952,56	0,00	10.702,69	73.695,47	(73.695,47)	45.334,79	0,00
Recolhas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	14.461,62	0,00	0,00	62.161,84	1.554,51	7.903,92	(57.158,65)	(57.158,65)	473.789,55	0,00
Recursos Ordinários	287.256,52	0,00	0,00	104.193,13	96.280,39	43.302,72	43.480,28	1.090.047,10	0,00	0,00
Recursos Ordinários Exec. Ant.	100.674,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	674,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Alienação de Bens destinados a Outros Programas	(49.029,33)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(49.029,33)	0,00	0,00	0,00
Superavit Recurso Ordinário	903.549,34	0,00	0,00	70,22	0,00	0,00	903.479,12	491,89	0,00	0,00
Superavit Transf. de Convênios- Estado/Educação	1.283,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.283,92	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	49.100,00	0,00	(49.100,00)	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEF/FUNDEF - outras despesas da Educação	106.708,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.708,51	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEF/FUNDEF - remuneração dos profissionais	6.694,96	0,00	0,00	19.359,00	0,00	0,00	(12.664,04)	0,00	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	0,00	0,00	0,00	41,54	0,00	0,00	(41,54)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.436.181,23	0,00	0,00	298.736,75	246.976,44	61.909,33	828.558,71	1.609.663,33	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.054.086,33	0,00	0,00	329.799,96	538.195,67	61.909,33	1.124.181,37	1.643.995,04	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE IBIAM - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 3/3  
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

**MUNICÍPIO DE IBIAM - SC - PODER EXECUTIVO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAM**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Até o 1º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida	10.698.418,57
<b>DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.693.236,24 53,22
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	5.777.146,03 54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	5.488.288,73 51,30
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Dívida Consolidada Líquida	-1.682.366,25 -15,73
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	12.838.102,28 120,00
<b>GARANTIA DE VALORES</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Total das Garantias Concedidas	0,00 0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.353.652,09 22,00
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00 0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00 0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.711.746,97 16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	748.889,30 7,00
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO</b>
	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>
Valor Total	1.262.408,56 1.086.041,72

FONTE:

## RELATÓRIO LRF - RREO 2º BIM 2016

Município de Ibiaram - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>						
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>11.955.000,00</b>	<b>11.955.000,00</b>	<b>1.777.222,15</b>	<b>14,87</b>	<b>3.703.270,38</b>	<b>30,98</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.914.984,00	11.914.984,00	1.654.862,85	13,89	3.580.911,08	30,05
IMPOSTOS	412.685,00	412.685,00	119.083,33	28,86	188.185,21	45,60
TAXAS	329.900,00	329.900,00	102.656,72	31,12	164.131,83	49,75
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	58.585,00	58.585,00	16.426,61	28,04	24.053,38	41,06
RECEITA PATRIMONIAL	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	85.662,00	85.662,00	32.114,08	37,49	59.416,42	69,36
RECEITA AGROPECUÁRIA	85.662,00	85.662,00	32.114,08	37,49	59.416,42	69,36
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	2.420,00	2.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.420,00	2.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	148.830,00	148.830,00	13.089,80	8,80	23.907,82	16,06
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.190.361,00	11.190.361,00	1.467.474,46	13,11	3.273.133,01	29,25
TRANSF. DE CONV.	11.088.161,00	11.088.161,00	1.464.165,55	13,20	3.250.558,54	29,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	102.200,00	102.200,00	3.308,91	3,24	22.574,47	22,09
MULTAS E JUROS DE MORA	75.026,00	75.026,00	23.101,18	30,79	36.268,62	48,34
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	18.271,00	18.271,00	3.862,48	21,14	8.385,70	45,90
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	24.200,00	24.200,00	4.684,52	19,36	6.182,23	25,55
RECEITAS DIVERSAS	16.940,00	16.940,00	3.554,18	20,98	9.259,69	54,66
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>15.615,00</b>	<b>15.615,00</b>	<b>11.000,00</b>	<b>70,45</b>	<b>12.441,00</b>	<b>79,67</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	40.016,00	40.016,00	122.359,30	305,78	122.359,30	305,78
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	16,00	16,00	122.359,30	764.745,63	122.359,30	764.745,63
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>11.955.000,00</b>	<b>11.955.000,00</b>	<b>1.777.222,15</b>	<b>14,87</b>	<b>3.703.270,38</b>	<b>30,98</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Ibiom - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>						
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>11.955.000,00</b>	<b>11.955.000,00</b>	<b>1.777.222,15</b>	<b>14,87</b>	<b>3.703.270,38</b>	<b>8.251.729,62</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	11.955.000,00	11.955.000,00	1.777.222,15	14,87	3.703.270,38	8.251.729,62
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro	—	366.721,66	—	—	151.749,13	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	366.721,66	—	—	151.749,13	—
	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>11.955.000,00</b>	<b>12.433.121,66</b>	<b>1.523.860,16</b>	<b>5.019.613,57</b>	<b>7.413.508,09</b>	<b>1.844.702,82</b>	<b>3.375.618,53</b>	<b>9.057.503,13</b>	<b>3.045.818,57</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>11.428.051,00</b>	<b>11.520.428,42</b>	<b>1.504.814,19</b>	<b>4.794.358,89</b>	<b>6.726.069,53</b>	<b>1.803.901,87</b>	<b>3.187.678,32</b>	<b>8.332.750,10</b>	<b>2.860.238,36</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.828.156,65	6.860.564,79	924.482,79	2.483.459,14	4.377.105,65	1.030.657,55	2.014.106,33	4.846.458,46	1.923.878,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	16.000,00	16.000,00	0,00	10.000,00	6.000,00	2.209,68	5.072,48	10.927,52	5.072,48
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.583.894,35	4.643.863,63	580.331,40	2.300.899,75	2.342.963,88	771.034,64	1.168.499,51	3.475.364,12	931.286,98
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>514.849,00</b>	<b>900.593,24</b>	<b>19.045,97</b>	<b>225.254,68</b>	<b>675.338,56</b>	<b>40.800,95</b>	<b>187.940,21</b>	<b>712.653,03</b>	<b>185.580,21</b>
INVESTIMENTOS	418.849,00	804.593,24	19.045,97	143.540,25	661.052,99	17.453,97	141.246,25	663.346,99	138.886,25
INVERSOES FINANCEIRAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	95.000,00	95.000,00	0,00	81.714,43	13.285,57	23.346,98	46.693,96	48.306,04	46.693,96
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>12.100,00</b>	<b>12.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.100,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de Ibiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>11.955.000,00</b>	<b>12.433.121,66</b>	<b>1.523.860,16</b>	<b>5.019.613,57</b>	<b>7.413.508,09</b>	<b>1.844.702,82</b>	<b>3.375.618,53</b>	<b>9.057.503,13</b>	<b>3.045.818,57</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>11.955.000,00</b>	<b>12.433.121,66</b>	<b>1.523.860,16</b>	<b>5.019.613,57</b>	<b>7.413.508,09</b>	<b>1.844.702,82</b>	<b>3.375.618,53</b>	<b>9.057.503,13</b>	<b>3.045.818,57</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>327.651,85</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>11.955.000,00</b>	<b>12.433.121,66</b>	<b>1.523.860,16</b>	<b>5.019.613,57</b>	<b>—</b>	<b>1.844.702,82</b>	<b>3.703.270,38</b>	<b>—</b>	<b>3.045.818,57</b>

FONTE:

Município de Ibiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00

**Município de Ibiam - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**2015 a 2089**

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

**Município de Ibiam - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2016/MÊS ABRIL**

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)					SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	40.000,00					0,00	40.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00					0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00					0,00	40.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>40.000,00</b>					<b>0,00</b>	<b>40.000,00</b>
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	40.363,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.363,00
Investimentos	40.363,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.363,00
<b>TOTAL</b>	<b>40.363,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40.363,00</b>
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)					SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00					0,00	0,00

FONTE:

Município de Itiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

**RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES  
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
<b>RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)</b>	338.491,00	338.491,00	166.944,86	49,32
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	60.500,00	60.500,00	2.115,26	3,50
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	36.300,00	36.300,00	17.160,00	47,27
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	100.000,00	100.000,00	49.993,33	49,99
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	133.100,00	133.100,00	94.863,24	71,27
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.936,00	1.936,00	618,63	31,95
Dívida Ativa dos Impostos	4.840,00	4.840,00	1.605,72	33,18
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.815,00	1.815,00	588,68	32,43
<b>RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)</b>	12.001.220,00	12.001.220,00	3.458.854,46	28,82
Cota-Parte FPM	7.260.000,00	7.260.000,00	2.043.168,44	28,14
Cota-Parte ITR	2.420,00	2.420,00	121,67	5,03
Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	57.964,77	28,98
Cota-Parte ICMS	4.100.000,00	4.100.000,00	1.332.497,42	32,50
Cota-Parte IPI-Exportação	60.500,00	60.500,00	19.781,76	32,70
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	378.300,00	378.300,00	5.320,40	1,41
Outras	20.000,00	20.000,00	5.320,40	26,60
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>12.339.711,00</b>	<b>12.339.711,00</b>	<b>3.625.799,32</b>	<b>29,38</b>

**RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
<b>TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS</b>	380.871,00	380.871,00	128.668,66	33,78
Provenientes da União	380.871,00	380.871,00	128.668,66	33,78
<b>TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS</b>	2,00	2,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	1.815,00	1.815,00	1.965,58	108,30
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>382.688,00</b>	<b>382.688,00</b>	<b>130.634,24</b>	<b>34,14</b>

**DESPESAS COM SAÚDE  
(Por Grupo de Natureza da Despesa)**

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	2.515.389,65	2.523.473,34	1.229.351,83	48,72	732.390,78	29,02
Pessoal e Encargos Sociais	1.572.296,65	1.572.296,65	571.481,06	36,35	473.351,06	30,11
Outras Despesas Correntes	943.093,00	951.176,69	657.870,77	69,16	259.039,72	27,23

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Itiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	86.822,00	86.822,00	1.229.351,83	48,72	732.390,78	29,02
Investimentos	86.822,00	86.822,00	1.180,00	1,36	1.180,00	1,36
	86.822,00	86.822,00	1.180,00	1,36	1.180,00	1,36
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>2.602.211,65</b>	<b>2.610.295,34</b>	<b>1.230.531,83</b>	<b>47,14</b>	<b>733.570,78</b>	<b>28,10</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/iv)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/ivg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	382.083,00	385.087,04	125.705,55	10,22	102.534,05	13,98
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	380.871,00	383.875,04	125.705,55	10,22	102.534,05	13,98
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.212,00	1.212,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>382.083,00</b>	<b>385.087,04</b>	<b>125.705,55</b>	<b>10,22</b>	<b>102.534,05</b>	<b>13,98</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	<b>2.220.128,65</b>	<b>2.225.208,30</b>	<b>1.104.826,28</b>	<b>89,78</b>	<b>631.036,73</b>	<b>86,02</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
<b>(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>			<b>17,40</b>			
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100] 6</b>			<b>87.166,83</b>			

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Itiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	0,00		0,00		0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	-	-			-

  

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.591.432,65	2.596.116,34	1.246.576,83	99,80	749.615,78	99,66
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.025,00	3.025,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	15.654,00	15.654,00	2.555,00	0,20	2.555,00	0,34
Vigilância Epidemiológica	15.100,00	15.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.625.211,65</b>	<b>2.629.895,34</b>	<b>1.249.131,83</b>	<b>100,00</b>	<b>752.170,78</b>	<b>100,00</b>

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".<sup>3</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$ 

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Ibiã - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL



Município de Ibiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Ibiam, 31/05/2016

Município de Ibiã - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	11.955.000,00	
Previsão Atualizada		—	11.955.000,00	
Receitas Realizadas		1.777.222,15	3.703.270,38	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	151.749,13	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	11.955.000,00	
Créditos Adicionais		—	478.121,66	
Dotação Atualizada		—	12.433.121,66	
Despesas Empenhadas		1.523.860,16	5.019.613,57	
Despesas Liquidadas		1.844.702,82	3.375.618,53	
Superavit Orçamentário		—	327.651,85	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		1.523.860,16	5.019.613,57	
Despesas Liquidadas		1.844.702,82	3.375.618,53	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			10.698.418,57	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		160.000,00	66.110,20	41,32
Resultado Primário		-14.662,00	320.001,87	-2.182,53
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	913.007,94	18.000,35	356.811,92	538.195,67
EXECUTIVO	913.007,94	18.000,35	356.811,92	538.195,67
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	6.503,98	0,00	6.503,98	0,00
EXECUTIVO	6.503,98	0,00	6.503,98	0,00
TOTAL:	919.511,92	18.000,35	363.315,90	538.195,67
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.160.420,58	25%	32,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		187.965,95	60%	69,53
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		187.940,21	712.653,03	

Continua 1/2

Município de Ibiam - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	40.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	40.363,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	631.036,73	15,00	17,40
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Ibiara - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		%	SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)			No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					(b/Total b)	(c) = (a-b)			(d/Total d)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)</b>	11.955.000,00	12.433.121,66	1.523.860,16	5.019.613,57	100,00	7.413.508,09	1.844.702,82	3.375.618,53	100,00
Legislativa	650.000,00	650.000,00	12.400,60	560.118,83	11,16	89.881,17	93.025,35	178.532,35	5,29
Ação Legislativa	650.000,00	650.000,00	12.400,60	560.118,83	11,16	89.881,17	93.025,35	178.532,35	5,29
Administração	1.965.619,60	2.132.619,60	194.757,47	803.894,26	16,02	1.328.725,34	272.493,81	525.632,06	15,57
Administração Geral	1.965.619,60	2.132.619,60	194.757,47	803.894,26	16,02	1.328.725,34	272.493,81	525.632,06	15,57
Segurança Pública	69.406,00	103.472,67	6.799,67	16.915,34	0,34	86.557,33	8.769,81	15.801,21	0,47
Policimento	69.406,00	103.472,67	6.799,67	16.915,34	0,34	86.557,33	8.769,81	15.801,21	0,47
Assistência Social	698.001,00	782.170,01	98.520,17	188.468,27	3,75	593.701,74	73.677,42	135.041,70	4,00
Assistência ao Idoso	25.000,00	25.000,00	2.341,90	6.721,90	0,13	18.278,10	3.400,90	3.400,90	0,10
Assistência à Criança e ao Adolescente	83.000,00	83.000,00	10.804,29	25.368,73	0,51	57.641,27	10.804,29	25.368,73	0,75
Assistência Comunitária	590.001,00	674.170,01	85.373,98	156.387,64	3,12	517.782,37	59.472,23	106.282,07	3,15
Previdência Social	575.000,00	575.000,00	73.614,80	139.994,93	2,79	435.005,07	73.614,80	139.994,93	4,15
Previdência Básica	575.000,00	575.000,00	73.614,80	139.994,93	2,79	435.005,07	73.614,80	139.994,93	4,15
Saúde	2.687.816,65	2.696.993,87	335.905,31	1.268.667,20	25,27	1.428.336,67	390.452,33	763.525,16	22,62
Atenção Básica	2.591.432,65	2.596.116,34	321.536,17	1.246.576,83	24,83	1.349.539,51	377.040,01	749.615,78	22,21
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.025,00	3.025,00	0,00	0,00	0,00	3.025,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	15.654,00	15.654,00	2.555,00	2.555,00	0,05	13.099,00	2.555,00	2.555,00	0,08
Vigilância Epidemiológica	15.100,00	15.100,00	0,00	0,00	0,00	15.100,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	62.605,00	67.098,53	11.814,14	19.525,37	0,39	47.573,16	10.857,32	11.354,38	0,34
Educação	2.383.786,75	2.486.563,53	480.742,05	910.300,28	18,13	1.526.263,25	540.689,47	849.530,90	25,17
E ensino Fundamental	1.884.475,75	1.937.252,53	372.189,41	744.385,14	14,83	1.192.867,39	445.542,76	702.569,65	20,81
E ensino Médio	66.510,00	66.510,00	8.147,76	9.117,17	0,18	57.392,83	7.320,54	7.320,54	0,22
E ensino Superior	48.000,00	48.000,00	20.601,10	20.601,10	0,41	27.398,90	6.963,14	6.963,14	0,21
Educação Infantil	384.801,00	384.801,00	79.803,78	136.196,87	2,71	248.604,13	80.863,03	132.677,57	3,93
Cultura	50.200,00	50.200,00	0,00	0,00	0,00	50.200,00	0,00	0,00	0,00
Diffusão Cultural	50.200,00	50.200,00	0,00	0,00	0,00	50.200,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	166.002,00	166.002,00	0,00	89.200,00	1,78	76.802,00	18.646,49	38.577,67	1,14
Infra-Estrutura Urbana	25.001,00	25.001,00	0,00	0,00	0,00	25.001,00	0,00	0,00	0,00

R\$ 1,00

SALDO

(e) = (a-d)

9.057.503,13

471.467,65

471.467,65

1.606.987,54

1.606.987,54

87.671,46

87.671,46

647.128,31

21.599,10

57.641,27

567.887,94

435.005,07

435.005,07

1.933.468,71

1.846.500,56

3.025,00

13.099,00

15.100,00

55.744,15

1.587.032,63

1.234.682,88

59.189,46

41.036,86

252.123,43

50.200,00

50.200,00

127.424,33

25.001,00

Continua 1/3

Município de Ibiara - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		% (d/Total d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)</b>	11.955.000,00	12.433.121,66	1.523.860,16	5.019.613,57	7.413.508,09	1.844.702,82	3.375.618,53	100,00
Urbanismo	166.002,00	166.002,00	0,00	89.200,00	76.802,00	18.646,49	38.577,67	1,14
Serviços Urbanos	141.001,00	141.001,00	0,00	89.200,00	51.801,00	18.646,49	38.577,67	1,14
Habituação	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Rural	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	205.002,00	205.002,00	0,00	147.094,20	57.907,80	24.515,70	49.031,50	1,45
Saneamento Básico Rural	50.001,00	50.001,00	0,00	0,00	50.001,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	155.001,00	155.001,00	0,00	147.094,20	7.906,80	24.515,70	49.031,50	1,45
Gestão Ambiental	3.300,00	3.300,00	0,00	1.000,00	2.300,00	25,00	75,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.300,00	3.300,00	0,00	1.000,00	2.300,00	25,00	75,00	0,00
Agricultura	702.002,00	749.197,58	76.588,09	162.465,34	586.732,24	79.308,71	131.750,77	3,90
Extensão Rural	647.000,00	647.000,00	76.588,09	162.465,34	484.534,66	79.308,71	131.750,77	3,90
Promoção da Produção Agropecuária	55.002,00	102.197,58	0,00	0,00	102.197,58	0,00	0,00	0,00
Indústria	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.414.762,00	1.498.498,40	235.170,10	524.193,01	974.305,39	220.097,11	444.706,97	13,17
Transporte Rodoviário	1.414.762,00	1.498.498,40	235.170,10	524.193,01	974.305,39	220.097,11	444.706,97	13,17
Desporto e Lazer	110.000,00	110.000,00	6.774,27	10.880,87	99.119,13	6.774,27	10.880,87	0,32
Desporto Comunitário	110.000,00	110.000,00	6.774,27	10.880,87	99.119,13	6.774,27	10.880,87	0,32
Encargos Especiais	256.000,00	256.000,00	2.587,63	196.431,04	59.568,96	42.612,55	92.537,44	2,74
Outros Encargos Especiais	256.000,00	256.000,00	2.587,63	196.431,04	59.568,96	42.612,55	92.537,44	2,74

Continuação 2/3

SALDO

(e) = (a-d)

9.057.503,13

127.424,33

102.423,33

2.001,00

2.001,00

155.970,50

50.001,00

105.969,50

3.225,00

3.225,00

617.446,81

515.249,23

102.197,58

2.001,00

2.001,00

2.000,00

2.000,00

1.053.791,43

1.053.791,43

99.119,13

99.119,13

163.462,56

163.462,56

Continua 2/3



Município de Ibiaram - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		% (d/Total d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.955.000,00 12.100,00	12.433.121,66 12.100,00	1.523.860,16 0,00	5.019.613,57 0,00	7.413.508,09 12.100,00	1.844.702,82 0,00	3.375.618,53 0,00	100,00 0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	11.955.000,00	12.433.121,66	1.523.860,16	5.019.613,57	7.413.508,09	1.844.702,82	3.375.618,53	100,00

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Continuação 3/3

---

SALDO

(e) = (a-d)

9.057.503,13

12.100,00

---

9.057.503,13

---

**Município de Itaim - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**MAIO/2015 A ABRIL/2016**

PREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	ESPECIFICAÇÃO														
	Mar/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)		
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>															
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.005.484,15	1.060.487,66	951.753,17	966.091,20	837.956,28	932.277,61	1.224.224,41	1.414.048,75	1.126.388,05	1.180.192,00	905.518,27	1.057.813,91	12.867.235,46	14.243.588,00	
IP-T.U.	19.497,95	65.970,90	26.174,42	75.694,30	32.328,75	0,00	16.132,46	140.105,51	36.144,42	32.957,46	38.117,43	80.855,90	710.285,51	412.933,00	
IR-RF	7.831,90	47.593,78	3.099,03	2.341,09	0,00	0,00	4.222,48	1.219,71	2.115,26	0,00	0,00	66.300,25	60.500,00	133.100,00	
I.S.S.	4.347,46	335,46	5.045,21	41.928,61	5.208,99	0,00	28.004,99	92.775,84	19.946,42	10.291,09	110,97	64.914,76	272.500,80	133.100,00	
I.T.B.I.	5.045,15	9.824,17	12.070,19	28.210,35	26.907,76	0,00	108.270,93	39.559,85	13.553,50	6.748,84	17.644,77	12.036,22	279.880,73	100.000,00	
Outras Receitas Tributárias	900,00	2.356,70	4.138,94	2.670,00	0,00	0,00	18.726,70	5.828,87	600,00	8.610,00	6.440,00	1.510,00	51.791,11	36.300,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.373,45	6.860,79	1.884,15	514,25	212,00	0,00	2.137,36	722,24	319,24	7.307,53	13.921,69	2.504,92	51.791,82	82.785,00	
RECEITA PATRIMONIAL	12.094,24	17.374,59	14.651,79	4.592,81	19.394,32	19.764,41	13.731,84	19.896,79	12.426,36	14.875,98	16.944,89	15.169,19	180.907,21	85.662,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	6.370,83	17.095,52	11.497,94	3.126,76	965,79	0,00	30.701,11	7.955,03	9.457,52	1.360,50	5.596,73	7.503,07	101.630,80	148.830,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	961.000,70	953.489,88	891.986,51	882.002,49	785.143,65	910.844,90	1.013.848,40	1.238.043,22	1.051.831,61	1.124.356,85	832.841,37	946.100,60	11.599.402,18	13.518.945,00	
Cota-Parte do F.P.M.	991.411,98	514.388,39	381.036,57	445.646,92	371.540,26	422.874,40	477.469,38	549.022,36	521.172,09	653.119,36	393.716,85	471.611,14	5.795.749,70	7.260.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	254.499,99	302.237,81	305.117,52	324.553,60	305.917,66	284.859,43	379.097,74	310.646,77	381.782,32	311.585,81	315.127,10	324.002,19	3.799.429,94	4.100.000,00	
Cota-Parte do IPV.A.	19.234,64	18.593,82	18.557,28	13.775,65	12.058,49	11.653,05	12.122,26	5.756,61	8.188,17	11.795,01	15.978,22	22.003,37	169.735,78	200.000,00	
Cota-Parte do ITR	0,00	59,68	15,47	0,00	1.077,43	1.495,47	63,24	18,33	0,00	39,27	39,78	42,62	2.852,29	2.420,00	
Outras Transferências Correntes	33.526,80	59.712,65	130.594,55	39.695,08	39.628,96	130.250,11	86.524,93	310.521,84	70.552,22	76.205,10	36.194,84	56.351,56	1.057.929,74	1.776.029,00	
Transferências de LC 61/1999	4.994,10	4.747,24	4.373,27	4.693,37	4.640,15	5.382,15	4.903,65	4.842,05	5.994,45	4.639,54	4.519,89	4.637,88	58.307,85	61.500,00	
Transferências de LC 87/1996	1.319,29	1.319,29	1.319,29	1.319,29	1.319,29	1.319,29	1.319,29	1.319,29	1.330,10	1.330,10	1.330,10	1.330,10	15.874,72	20.000,00	
Transferências do FUNDEB	56.023,90	53.230,90	50.994,56	52.396,37	49.981,41	53.010,00	52.359,91	53.913,86	72.263,26	65.651,66	62.594,59	65.921,74	700.000,00	700.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.520,42	5.566,77	7.440,51	2.694,84	133,77	1.666,30	4.590,60	10.038,20	6.528,14	6.641,21	15.027,85	8.075,15	74.915,76	75.026,00	
<b>DEDUÇÕES (II)</b>															
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	174.290,04	168.309,04	142.085,73	158.459,02	139.310,43	145.048,73	174.992,53	174.321,33	183.903,06	196.726,76	146.742,17	164.727,16	1.968.817,00	2.328.584,00	
Dedução Serviços de Preparac. da Terra em Prop. P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	0,00	-0,01	0,00	
Dedução Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,10	0,00	-0,10	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	831.194,11	882.188,62	809.667,44	806.632,18	698.645,85	787.228,88	1.049.231,88	1.239.727,42	942.584,99	983.465,24	751.776,21	893.086,75	10.898.418,57	11.974.584,00	
ENTE.															

FONTE:

Município de Ibiã - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
				Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES						
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
				Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Ibiara - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00

Continua 2/4

Município de Ibiara - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	2016		2015
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			Até o Bimestre/2016
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			Até o Bimestre/2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b> <b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 3/4

Município de Itiam - SC  
 Continuação 4/4  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Município de Ibiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Fev 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	94.950,32	71.603,34	48.256,36
DEDUÇÕES (II)	1.843.426,77	1.932.323,11	1.730.622,61
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.843.594,51	2.152.870,36	2.054.086,33
Demais Haveres Financeiros	6.336,24	6.336,24	6.336,24
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	6.503,98	226.883,49	329.799,96
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.748.476,45	-1.860.719,77	-1.682.366,25
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.748.476,45</b>	<b>-1.860.719,77</b>	<b>-1.682.366,25</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>178.353,52</b>	<b>66.110,20</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>160.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Fev 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:



Município de Ibiom - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	11.829.322,00	3.521.494,66	3.397.698,81
Receita Tributária	412.685,00	188.185,21	135.718,75
I.P.T.U.	60.500,00	2.115,26	282,84
I.S.S.	100.000,00	49.993,33	45.190,40
I.T.B.I.	36.300,00	17.160,00	19.500,06
I.R.R.F.	133.100,00	94.863,24	42.220,32
Outras Receitas Tributárias	82.785,00	24.053,38	28.525,13
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	85.662,00	59.416,42	55.431,95
(-) Aplicações Financeiras	85.662,00	59.416,42	55.431,95
Transferências Correntes	11.190.361,00	3.273.133,01	3.218.074,91
F.P.M.	5.808.000,00	1.634.534,88	1.710.146,99
I.P.V.A	160.000,00	46.144,86	47.025,89
I.C.M.S.	3.280.000,00	1.065.998,31	1.038.924,19
Convênios	102.200,00	22.574,47	10.318,22
Outras Transferências Correntes	1.840.161,00	503.880,49	411.659,62
Demais Receitas Correntes	226.276,00	60.176,44	43.905,15
Dívida Ativa	16.940,00	9.259,69	11.435,61
Diversas Receitas Correntes	209.336,00	50.916,75	32.469,54
RECEITAS DE CAPITAL (II)	40.016,00	122.359,30	250.000,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	40.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	16,00	122.359,30	250.000,00
Convênios	16,00	122.359,30	250.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	16,00	122.359,30	250.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	11.829.338,00	3.643.853,96	3.647.698,81

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	11.520.428,42	4.794.358,89	5.130.035,96	3.187.678,32	3.129.166,49
Pessoal e Encargos Sociais	6.860.564,79	2.483.459,14	2.395.573,01	2.014.106,33	1.927.053,93
Juros e Encargos da Dívida (IX)	16.000,00	10.000,00	50.000,00	5.072,48	23.090,47
Outras Despesas Correntes	4.643.863,63	2.300.899,75	2.684.462,95	1.168.499,51	1.179.022,09
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	11.504.428,42	4.784.358,89	5.080.035,96	3.182.605,84	3.106.076,02
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	900.593,24	225.254,68	1.030.663,05	187.940,21	462.869,50
Investimentos	804.593,24	143.540,25	890.581,25	141.246,25	416.175,54
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	95.000,00	81.714,43	140.081,80	46.693,96	46.693,96
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	805.593,24	143.540,25	890.581,25	141.246,25	416.175,54
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	12.100,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVII) = (X + XV + XVI + XVII)	12.322.121,66	4.927.899,14	5.970.617,21	3.323.852,09	3.522.251,56

Município de Ibiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-492.783,66</b>	<b>-1.284.045,18</b>	<b>-2.322.918,40</b>	<b>320.001,87</b>	<b>125.447,25</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	<b>151.749,13</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	151.749,13	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-14.662,00</b>

Município de Ibiara - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015							
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>									
EXECUTIVO									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA									
CHEFIA DO EXECUTIVO									
FUNDOS MUNICIPAIS									
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>									
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>6.503,98</b>		<b>0,00</b>	<b>6.503,98</b>	<b>356,811,92</b>	<b>356,811,92</b>	<b>18.000,35</b>	<b>538.195,67</b>

FONTE:

MUNICÍPIO DE IBIAM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	338.491,00	338.491,00	166.944,86	49,32
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	66.550,00	66.550,00	4.173,71	6,27
1.1.1- IPTU	60.500,00	60.500,00	2.115,26	3,50
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.210,00	1.210,00	569,88	47,10
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.630,00	3.630,00	1.093,74	30,13
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.210,00	1.210,00	394,83	32,63
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	36.300,00	36.300,00	17.160,00	47,27
1.2.1- ITBI	36.300,00	36.300,00	17.160,00	47,27
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	102.541,00	102.541,00	50.747,91	49,49
1.3.1- ISS	100.000,00	100.000,00	49.993,33	49,99
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	726,00	726,00	48,75	6,71
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.210,00	1.210,00	511,98	42,31
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	605,00	605,00	193,85	32,04
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	133.100,00	133.100,00	94.863,24	71,27
1.4.1- IRRF	133.100,00	133.100,00	94.863,24	71,27
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.642.920,00	11.642.920,00	3.458.854,46	29,71
2.1- Cota-Parte FPM	7.260.000,00	7.260.000,00	2.043.168,44	28,14
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.260.000,00	7.260.000,00	2.043.168,44	28,14
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.100.000,00	4.100.000,00	1.332.497,42	32,50
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	20.000,00	20.000,00	5.320,40	26,60
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	60.500,00	60.500,00	19.781,76	32,70
2.5- Cota-Parte ITR	2.420,00	2.420,00	121,67	5,03
2.6- Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	57.964,77	28,98
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.981.411,00	11.981.411,00	3.625.799,32	30,26
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	500,00	500,00	448,45	89,69
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	133.440,00	133.440,00	47.410,14	35,53
5.1- Transferências do Salário-Educação	77.440,00	77.440,00	30.723,42	39,67
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	22.000,00	22.000,00	7.950,00	36,14
5.4- Transferências Diretas - PNATE	34.000,00	34.000,00	8.736,72	25,70
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	100.003,00	100.003,00	141.624,86	141,62
6.1- Transferências de Convênios	100.003,00	100.003,00	141.624,86	141,62
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	280.720,00	280.720,00	5.046,30	1,80
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	514.663,00	514.663,00	194.529,75	37,80
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.328.584,00	2.328.584,00	691.997,42	29,72
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.452.000,00	1.452.000,00	408.633,56	28,14
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	820.000,00	820.000,00	266.499,11	32,50
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.000,00	4.000,00	1.064,08	26,60
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	12.100,00	12.100,00	3.966,44	32,70
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	484,00	484,00	24,32	5,02
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	40.000,00	40.000,00	11.819,91	29,55
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	707.260,00	707.260,00	270.353,72	38,23
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	700.000,00	700.000,00	266.771,25	38,11
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	7.260,00	7.260,00	3.582,47	49,35
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.628.584,00	-1.628.584,00	-425.226,17	26,11
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE IBIAM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	599.356,00	611.012,70	187.965,95	30,76	187.965,95	30,76
13.1- Com Educação Infantil	160.000,00	160.000,00	57.152,18	35,72	57.152,18	35,72
13.2- Com Ensino Fundamental	439.356,00	451.012,70	130.813,77	29,00	130.813,77	29,00
14- OUTRAS DESPESAS	107.904,00	107.904,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	107.904,00	107.904,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	707.260,00	718.916,70	187.965,95	26,15	187.965,95	26,15
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						187.965,95
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						69,53
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						30,47
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 <sup>2</sup>						0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	2.995.352,75	2.995.352,75	906.449,83	30,26		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	379.800,00	379.800,00	136.196,87	35,86	132.677,57	34,93
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.720.228,75	1.731.885,45	647.914,80	37,41	606.099,31	35,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	547.260,00	558.916,70	130.813,77	23,40	130.813,77	23,40
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.172.968,75	1.172.968,75	517.101,03	44,08	475.285,54	40,52
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.100.028,75	2.111.685,45	784.111,67	37,13	738.776,88	34,99
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-425.226,17
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						3.582,47
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-421.643,70
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						1.160.420,58
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						32,00
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	77.940,00	77.940,00	32.249,26	41,38	32.249,26	41,38
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	167.816,00	213.429,61	93.826,86	43,96	70.221,28	32,90
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	245.756,00	291.369,61	126.076,12	43,27	102.470,54	35,17
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.345.784,75	2.403.055,06	910.187,79	37,88	841.247,42	35,01

MUNICÍPIO DE IBIAM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		266.771,25	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.582,47	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		270.353,72	0,00

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Ibiam - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	900.593,24	225.254,68	187.940,21	0,00	675.338,03
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	900.593,24	225.254,68	187.940,21	0,00	675.338,03
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-900.593,24	-225.254,68	-	-	-675.338,03

FONTE:

—

—

00

—

56

00

00

56

—

56

—



# Imbituba

## PREFEITURA

### **DECRETO PMI Nº 112, DE 30 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO PMI Nº 112, DE 30 DE MAIO DE 2016.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto neste Decreto.

#### CAPÍTULO I

##### DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – saúde pública e medicina preventiva;
- II – atividades médicas e odontológicas;
- III – educação para a saúde;
- IV – administração ambulatorial;
- V – vigilância sanitária e epidemiológica;
- VI – gestão de programas e ações relativas à saúde da família;
- VII - assistência básica à saúde;
- VIII – controle, regulação, avaliação e auditoria; e
- IX – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

#### CAPÍTULO II

##### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

1. Gerência de Controle Administrativo
2. Gerência de Compras
3. Gerência de Logística de Suprimentos
- 3.1. Supervisão de Insumos e Suprimentos
4. Gerência do Fundo Municipal de Saúde
- a) Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria
1. Auditoria Técnica
- 1.1. Supervisão de Auditoria
- 1.2. Coordenadoria de Atenção Básica
- 1.3. Programa de Melhoria da Atenção Básica - PMAQ
- 1.4. Supervisão de Autorização de Internação Hospitalar
2. Gerência da Estratégia de Saúde da Família
- 2.1. Coordenadoria de Programas e Ações Estratégicas
3. Gerência da Estratégia de Saúde da Família
4. Departamento de Controle dos Centros de Referência de Saúde
5. Gerência de Apoio à Saúde da Família
- 5.1. Unidade Gestora do Programa Saúde na Escola
- 5.2. Unidade Gestora dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família-NASF
6. Departamento de Serviços de Referência em Saúde
- 6.1. Coordenação Executiva da Policlínica
- 6.1.1. Coordenadoria de Programas da Policlínica.
- 6.2. Coordenadoria do Laboratório de Análises Clínicas
- 6.3. Coordenadoria Técnica do Laboratório
- 6.4. Coordenadoria do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO
7. Departamento de Prevenção e Combate às Drogas
- b) Diretoria de Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica

1. Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica
  - 1.1. Supervisão do Programa de Combate ao Aedes Aegypti
2. Coordenação Executiva do Programa DST/AIDS/HIV

III – órgão colegiado:

- a) Conselho Municipal da Saúde.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

### CAPÍTULO III

#### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Saúde ficam atribuídos os(as) seguintes:

##### I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretor(a)	3	Remuneração	1.900,00
Gestor(a) Institucional	Gestor(a)	1	Remuneração	1.800,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação	2	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) II	Assessoria	1	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	7	Remuneração	900,00

##### II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Gestor(a) Institucional	Gratificação	1.000,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	855,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

##### III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	6	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	7	33% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	4	17% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	2	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 013, de 29 de janeiro de 2016, ressaltando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Junho de 2016.

Imbituba, 30 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

## **DECRETO PMI Nº 113, DE 30 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO PMI Nº 113, DE 30 DE MAIO DE 2016.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SETEC, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, conforme disposto neste Decreto.

### **CAPÍTULO I**

#### **DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de turismo, especialmente:

- a) adoção de medidas de promoção do desenvolvimento turístico sustentável e da atividade empresarial turística;
- b) promoção de medidas relativas ao desenvolvimento turístico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- c) estímulos à implantação de infraestrutura turística;
- d) incentivo e apoio às atividades socioeconômicas vinculadas ao turismo;
- e) realização de eventos de cunho turístico;
- f) autorização, mediante prévia oitiva do Conselho Municipal de Turismo, para a realização de eventos públicos ou privados de cunho turístico;
- g) divulgação das potencialidades turísticas do Município.

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de esporte e lazer, especialmente:

- a) estabelecer a política esportiva e de lazer municipal;
- b) efetuar o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes;
- c) promover as ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte;
- d) manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;
- e) elaborar o calendário de competições esportivas nas diversas modalidades, com integração dos bairros;
- f) constituir projeto específico para esportes náuticos e aquáticos;
- g) promover oportunidades esportivas para pessoas com deficiência;
- h) incentivar e conscientizar sobre a importância da prática de atividades físicas, em todas as faixas etárias;

III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de cultura, especialmente:

- a) assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
- b) universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
- c) contribuir para a construção da cidadania cultural;
- d) reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
- e) combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
- f) promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
- g) qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
- h) democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
- i) estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
- j) consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
- k) intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
- l) contribuir para a promoção da cultura da paz;
- m) preservação, proteção e promoção do patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

IV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

### **CAPÍTULO II**

#### **DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

- a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Diretoria de Desenvolvimento Turístico
  - 1. Departamento de Articulação e Ordenamento Turístico
- b) Diretoria de Infraestrutura Turística
- c) Superintendência de Esporte e Lazer- SESPORTE
  - 1. Departamento de Esportes
    - 1.1. Unidade Gestora de Projetos Sócioesportivos;
    - 1.2. Departamento de Infraestrutura Esportiva;
    - 1.3. Departamento de Lazer e Inclusão Social.
- d) Superintendência de Cultura - SECULT
  - 1. Departamento de Gestão Cultural
    - 1.1. Gerência de Fomento e Incentivo à Cultura
      - 1.1.1 Unidade Gestora do Arquivo Histórico
      - 1.1.2 Unidade Gestora do Patrimônio Cultural
  - 2. Departamento de Museus

### III – órgãos colegiados:

- a) Conselho Municipal de Turismo
- a) Conselho Municipal de Esporte
- b) Conselho Municipal de Política Cultural

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

### CAPÍTULO III

#### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art.5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura ficam atribuídos os(as) seguintes:

#### I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	2	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	2	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) I	Assessoria	3	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	6	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) II	Assessoria	5	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	4	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	6	Remuneração	900,00

#### II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.160,00
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

#### III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	1	50% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	3	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 028, de 29 de fevereiro de 2016, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Junho de 2016.

Imbituba, 30 de maio de 2016.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

## **DECRETO PMI Nº 114, DE 30 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO PMI Nº 114, DE 30 DE MAIO DE 2016.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação – SEDURB - e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

### **DECRETA:**

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, conforme disposto neste Decreto.

### **CAPÍTULO I DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de desenvolvimento urbano sustentável, especialmente:

- a) elaboração e coordenação da execução das políticas e dos planos de desenvolvimento sustentável do Município;
- b) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao desenvolvimento urbano sustentável;
- c) instituir projeto visando à adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população, eliminando os obstáculos existentes ao acesso;
- d) instituir programa de conscientização da comunidade sobre a acessibilidade;
- e) coordenação do planejamento físico-territorial do município;
- f) desenvolvimento de atividades relacionadas com estudos cartográficos e estatísticos;
- g) gestão, controle e fiscalização das atividades edilícias e de empreendimentos urbanísticos;
- h) zelar pela aplicação do plano diretor do município;
- i) estabelecer o sistema viário oficial do município e a adequação do sistema viário existente àquele.

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de saneamento, especialmente:

- a) coordenação da execução da política municipal de saneamento;
- b) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao saneamento;
- c) gestão dos serviços de saneamento: resíduos sólidos e líquidos, abastecimento d'água e drenagem urbana;
- d) zelar pela aplicação do plano municipal de saneamento.

III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de habitação, especialmente:

- a) traçar diretrizes, metas e planejamento dos projetos de obras e edificações referentes a programas habitacionais de interesse social;
- b) a fiscalização e acompanhamento do destino dos recursos adquiridos ao Fundo Municipal de Habitação de Imbituba;
- c) o acompanhamento da fiscalização da execução das obras habitacionais de interesse social;
- d) o desenvolvimento e a elaboração de projetos habitacionais de interesse social;
- e) o desenvolvimento de projetos habitacionais, a elaboração de projetos na busca de recursos junto aos órgãos, federal e estadual;
- f) o desenvolvimento de convênios com a finalidade de construção de moradias habitacionais de interesse social;
- g) a seleção de famílias a serem beneficiadas, atendendo a legislação de critérios dos programas habitacionais de interesse social a serem desenvolvidos.

IV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

### **CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

- a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Diretoria de Saneamento Ambiental;

- b) Coordenadoria de Fiscalização Edilícia e Urbanística;
- c) Unidade Gestora de Viabilidade Urbanística;
- d) Gerência de Águas e Esgoto;
- e) Gerência de Desenvolvimento Habitacional;
- 1. Unidade Gestora de Habitação de Interesse Social.
- f) Gerência de Fiscalização de Obras Públicas;
- g) Departamento de Monitoramento de Processos.

III – órgãos colegiados:

- a) Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba;
- b) Conselho Municipal de Saneamento; e
- c) Conselho Municipal de Habitação.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

### CAPÍTULO III

#### DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação ficam atribuídos os(as) seguintes:

##### I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	1	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) II	Assessoria	2	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00

##### II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00

##### III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerência	3	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	1	33% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	2	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 63, de 26 de abril de 2016, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de junho de 2016.

Imbituba, 30 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se  
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete



**DECRETO PMI Nº 115, DE 30 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO PMI Nº 115, DE 30 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA - SEAGP		
Apoio Administrativo da SEAGP		
04.122.0003-2.003		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0010)	Aplicações Diretas	10.000,00
Total		10.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA - SEAGP		
Apoio Administrativo da SEAGP		
04.122.0003-2.003		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0007)	Aplicações Diretas	10.000,00
Total		10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**EXTRATO DE ERRATA DE PREGÃO Nº 47/2016 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 68/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016

ERRATA

Onde se lê "licitação na modalidade de Pregão Presencial, com o sistema de registro de preços, do tipo menor preço por global", referente ao extrato de abertura do Pregão em epigrafe, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 30 de maio de 2016, ler-se-á "licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por global".

Imbituba, 01 de junho de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

**EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO 38/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

COMUNICADO PREGÃO 38/2016

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que torna sem efeito a publicação de Extrato de reabertura do Pregão Presencial de nº 38/2016, publicado no Diário Oficial dos municípios no dia 30 de maio de 2016, página 350.

Imbituba, 01 de junho de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

**LEI COMPLEMENTAR Nº 4.734, DE 31 DE MAIO DE 2016.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.734, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Altera dispositivo na Lei Complementar nº 3.594, de 10 de dezembro de 2009.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 13. da Lei Complementar nº 3.594, de 10 de dezembro de 2009, passa a ter a seguinte redação:

“Art.13. O CONDECON será composto:

I - do Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON;

II – de 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Secretaria da Fazenda;

III – de 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública;

IV – de 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;

V – de 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da comunidade, indicada pela Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, desta Cidade de Imbituba; e

VI – de 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente, indicada pela Associação Empresarial de Imbituba – ACIM.

- 1º O Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON é membro nato do CONDECON.

- 2º Todos os demais membros serão indicados pelos Órgãos e Entidades que representam, sendo investidos na função de Conselheiro mediante nomeação pelo Prefeito Municipal.

- 3º As indicações para nomeações ou substituições de Conselheiros serão feitas pelas entidades ou órgãos representados através de ofício dirigido ao Prefeito Municipal.

- 4º Cada Órgão e Entidade indicará além do representante Titular, 1 (um) Suplente, que substituirá, com direito a voto, o Titular nas ausências ou impedimento.

- 5º Perderá a condição de membro do CONDECON o Conselheiro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, no período de 1 (um) ano.

- 6º Os Órgãos e Entidades poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo ao disposto nos - - 2º e 3º deste artigo.

- 7º O exercício da função de membro do Conselho Municipal de

Defesa do Consumidor não será remunerada, sendo seu exercício considerado relevante serviço à promoção e preservação da ordem econômica local.

- 8º Os membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor e seus Suplentes terão mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução”.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### **LEI Nº 4.728, DE 31 DE MAIO DE 2016.**

LEI Nº 4.728, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo a conceder Auxílio Financeiro à Associação Coral de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação Coral de Imbituba, inscrita no CNPJ sob nº 00.431.133/0001-12, no valor de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), no exercício de 2016.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o caput observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### **LEI Nº 4.729, DE 31 DE MAIO DE 2016.**

LEI Nº 4.729, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros à Casa de Repouso Imaculada Conceição/Lanche da Amizade de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar repasses de recursos financeiros à Casa de Repouso Imaculada Conceição/Lanche da Amizade de Imbituba, inscrita no CNPJ sob o nº 78.624.947/0001-60, no valor total de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), no exercício de 2016.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o caput observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º Os recursos financeiros a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30(trinta) dias após do recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2016.

Imbituba, 31 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### **LEI Nº 4.730, DE 31 DE MAIO DE 2016.**

LEI Nº 4.730, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Altera dispositivo na Lei nº 3.736, de 05 de agosto de 2010, que dispõe sobre a criação do Endereço Social no Município de Imbituba, Santa Catarina.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera a redação do artigo 4º, da Lei nº 3.736, de 05 de agosto de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º A Denominação Social (D.S.) será efetuada por lei após prévia constatação do preenchimento das condições desta Lei, especialmente a pré-existência física da destinação do espaço ao trânsito e a caracterização como via, bem como comprovação da existência na Ortofotocarta Digital Municipal de 2014.

- 1º A Denominação Social (D.S.) da via será materializada em placas de formato e tamanho oficial onde constarão a inscrição “D.S”



seguida do tipo e nome de via, fazendo remissão expressa ao número desta Lei, de modo a permitir a localização e a caracterização da mesma como social.

- 2º D.S. Rua, para os fins desta Lei, são as vias locais destinadas à circulação:

- a) Com extensão máxima de 200,00m (duzentos metros) e que possibilite a interligação de duas ruas, com caixa mínima de 6,00m (seis metros) com passeio obrigatório em um dos lados com o mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros);
- b) Com extensão entre 200,00m (duzentos metros) e 600,00m (seiscentos metros), com caixa mínima de 8,00m (oito metros) com passeios mínimos de 1,20m (um metro e vinte centímetros) de largura em ambos os lados ou 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de largura em um dos lados;
- c) Com extensão superior a 600,00m (seiscentos metros), com caixa mínima de 10,00m (dez metros) com passeio mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

- 3º D.S. Vela, para os fins desta Lei, é a via com extensão inferior a 200,00m destinada à circulação predominante de pedestres com faixa de domínio inferior a 6,00 (seis) metros entre os alinhamentos.

- 4º Para a regularização da denominação social da via será indispensável o levantamento topográfico e o projeto geométrico do traçado, por parte do interessado, identificando as necessárias parcelas de alargamento, se houver, e a situação da propriedade ou posse das mesmas.

- 5º Nenhuma obra poderá ser realizada pelo município em vias a serem regularizadas, com largura inferior às dimensões mínimas acima previstas, sem o anterior alargamento.

- 6º O órgão municipal competente poderá se entender necessário, estabelecer um recuo obrigatório para as novas edificações nas vias existentes acrescidas da designação "D.S.", configurando um novo alinhamento predial, com a finalidade de uma adequação futura de projeto."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 31 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### **LEI Nº 4.731, DE 31 DE MAIO DE 2016.**

LEI Nº 4.731, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo a conceder Auxílio Financeiro à Associação Imbitubense de Artesanato - ASSIART e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação Imbitubense de Artesanato - ASSIART, inscrita no CNPJ sob nº 00.145.271/0001-35, no valor de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), no exercício de 2016.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência a aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### **LEI Nº 4.732, DE 31 DE MAIO DE 2016.**

LEI Nº 4.732, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Altera a redação do Artigo 3º da Lei Municipal nº 3.563, de 19 de outubro de 2009.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 3º, Lei nº 3.563, de 19 de outubro de 2009, passa a ter a seguinte redação:

"Art.3º O Conselho Municipal de Segurança Pública de Imbituba – COMUSEPI será constituído por 11 (onze) Conselheiros Titulares e respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, tendo sua composição indicada pelas seguintes entidades/segmentos:

I- Associação Empresarial de Imbituba (ACIM);

II- Câmara de Dirigentes Lojistas de Imbituba (CDL);

III - Conselho Comunitário de Segurança com sede em Imbituba (Conseg);

IV - Conselho Tutelar de Imbituba;

V - Corpo de Bombeiros de Imbituba;

VI - Defesa Civil Municipal;

VII - Órgão Municipal de Trânsito;

VIII - Polícia Civil de Imbituba;

IX - Polícia Militar de Imbituba;

X - Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Subseção de Imbituba;

XI - Unidade Prisional Avançada de Imbituba.

- 1º No caso de afastamento temporário ou definitivo de um dos conselheiros titulares, assumirá, com plenos direitos, o suplente indicado.

- 2º Cada membro conselheiro só poderá representar um segmento, não havendo, pois, a possibilidade de representação múltipla.

- 3º Os conselheiros das representações listadas nos incisos IV e XI serão definidos através de reunião específica entre os membros de cada setor a ser organizada por aclamação ou eleição direta,

escolherão um conselheiro titular e um suplente.

- 4º Os membros do Conselho Municipal de Segurança Pública de Imbituba após escolha de cada uma das representações, serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

- 5º O conselheiro candidato a qualquer cargo eletivo deverá afastar-se do exercício no Conselho pelo prazo de 3 (três) meses que antecedem o pleito eleitoral, devendo seu suplente ser conduzido à função de conselheiro durante o período.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

### **LEI Nº 4.733, DE 31 DE MAIO DE 2016.**

LEI Nº 4.733, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Indústria da Solidariedade – ISO.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Indústria da Solidariedade - ISO, inscrita no CNPJ sob o nº 03.383.527/0001-30, no valor de até R\$ 5.424,00 (cinco mil e quatrocentos e vinte e quatro reais), no exercício de 2016.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o caput observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O valor do repasse a que se refere o Artigo 1º, destina-se à cobertura de parte das despesas com a manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º A Associação beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30(trinta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

### **PORTARIA PMI/GGP Nº 301/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 301, de 31 de maio de 2016.

Dispõe sobre a alteração da Estrutura Regimental da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a Estrutura Regimental da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, com a inclusão do cargo em comissão de Assessora IV, ocupado pela Sra. Bybyanna Bilherva Campos Soares, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 076.821.259-69, nomeada através da PORTARIA PMI/GGP Nº 120, de 25 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de junho de 2016.

Imbituba, 31 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/GGP Nº 302/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 302, de 31 de maio de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Atendente de Consultório Odontológico - PSFB, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º Lei Complementar n.º 3.135, de 25 de julho de 2007, e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Público Edital - 01/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Helena Marques	Atendente de Consultório Odontológico - PSFB	087.437.289-52	03/06/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de maio de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

**PORTARIA PMI/GGP Nº 303/2016**

PORTARIA PMI/GGP Nº 303, de 31 de maio de 2016.

Dispõe sobre a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical dos servidores municipais de carreira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014, ainda, Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e Lei Complementar n.º 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

Considerando, que a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical, se dá através da apresentação através de protocolo, do diploma ou certificado devidamente registrado na respectiva Instituição de Ensino e reconhecido pelo Ministério de Educação;

**RESOLVE:**

Art. 1º Promover, os servidores municipais de carreira abaixo relacionados, através do instituto da Evolução Funcional mediante PROMOÇÃO VERTICAL, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Matr.	Nome	CPF	Cargo	Nível/ Subnível Anterior	Nível/ Subnível Anterior	Proc./Adm.
1722	Cristiano Abílio João	888.355.969-04	Assistente Adminis- trativa	6.1-J	6.2-J	25300/2015
5964	Edenisi Maria Francisco	034.089.669-82	Assistente Social	13.1-B	13.2-B	8288/2016
7507	Elisângela Marques	026.200.059-81	Professora	002-001	003-001	8038/2016
7489	Giane Silveira de Souza Coelho	764.569.869-15	Professora	002-001	003-001	8549/2016
7336	Glicélia Campos da Rocha Speck	027.496.929-70	Enfermeira	13.1-A	13.2-A	8570/2016
5043	Joana de Fátima Nascimento Diniz	049.360.559-21	Enfermeira	13.1-B	13.2-B	8487/2016
7498	Kellin Marques Silveira	054.343.859-77	Professora	002-001	003-001	9106/2016
334	Maria Goretti Fraga da Silva	781.476.979-53	Servente Merendeira	1.1-E	1.2-E	8860/2016
7497	Mônica Brasileira Soares	029.194.299-73	Professora	002-001	003-001	9383/2016
7493	Paulo Roberto Vieira	289.500.039-53	Professora	002-001	003-001	9256/2016
4936	Rosinete Delfino Laurindo	888.539.509-00	Assistente Social	13.1-B	13.2-B	7698/2016
1716	Susana Campos Souto	019.744.649-38	Assistente Adminis- trativa	6.1-D	6.2-D	8990/2016
549	Valdeci Salvador	417.601.669-87	Auxiliar de Serviços	1.1-F	1.2-F	8303/2016
8243	Valdirene Dias Gonçalves	888.453.119-53	Professora	002-001	003-001	9431/2016
5822	Vanessa Gomes Rafael	029.836.929-06	Enfermeira	13.1-B	13.2-B	8310/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/GGP N° 304/2016**

PORTARIA PMI/GGP N° 304, de 31 de maio de 2016.

Dispõe sobre a alteração do período de concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n° 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar, o período de concessão da licença-prêmio, editada através da Portaria DGP/SEAGP n° 078, de 17 de abril de 2009, da servidora, Sra. IVANI GARCIA ALVES, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 671.543.369-00, admitida em 20 de maio de 1992, contrato n° 193, de acordo com o expresso nos Autos do Processo AT n° 00636-2003-043-12-005, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
1992 a 1997 1997 a 2002	01.06.2016 a 27.11.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1972/16

. DECRETO Nº 1972/16

. De 30 de maio de 2016

Declara de Utilidade Pública para fins de Desapropriação Amigável e regularização de via pública.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação amigável e domínio municipal, a seguinte área:

□ Um terreno situado no perímetro rural, no bairro Warnow, Município de Indaial-SC com a área de 4.391,00m<sup>2</sup> (quatro mil trezentos e noventa e um metros quadrados), confrontando pela frente em 16,77m com a Rua Artur Zarling, pelos fundos em 13,72m com a Rua Artur Zarling, pelo lado direito em 195,47m com a Parcela 01 da retificação de área da Matrícula 7076 de propriedade de Geraldo Kuskowski e 169,56m com um Ribeirão e no lado esquerdo em 366,91m com a Parcela 02 da retificação de área da Matrícula 7076 de propriedade de Geraldo Kuskowski □

Art. 2º - A área de terras ora desapropriada com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a regularização e oficialização de parte de via pública, via esta já consolidada e denominada de Rua Artur Zarling, Bairro Warnow.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade do Município a escrituração da área ora desapropriada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 30 de maio de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PAULO ROBERTO LEDRA  
Secretário de Planejamento e Habitação

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1977/16

. DECRETO Nº 1977/16

. De 31 de maio de 2016

Homologa Resultado Final Processo Seletivo 001/2016/ABRIGO

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

#### DECRETA,

Art. 1º - Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo 001/2016/ABRIGO, para o cargo de Educador de Abrigo, conforme classificação final constantes do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 31 de maio de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

## ANEXO ÚNICO - DECRETO Nº 1977/16

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL – SC  
 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS  
 EDITAL Nº 001/2016/ABRIGO

## CLASSIFICAÇÃO FINAL MASCULINO

INSCRIÇÃO Nº	NOME	LINGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA	CONHECIMENTOS GERAIS E LEGISLAÇÃO	CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL	TÍTULOS	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
0125	RAFAEL SILVIO MAFRA	90	80	100		270,00	1
0147	JADIEL MARTINS	80	90	50		220,00	2
0032	DOUGLAS RAFAEL STUPP	80	60	70	1,5	211,50	3
0039	LEVI RODRIGO FEUSTEL	70	50	90		210,00	4
0047	CARLOS AFONSO HERMES	60	70	80	0	210,00	5
0135	PAULO RICARDO OLIVEIRA DE ANDRADE	70	70	70		210,00	6
0100	NATANAEL PEREIRA	80	60	70		210,00	7
0096	CLAUDINEI MACHADO	100	50	60		210,00	8
0129	DEVANIR SOARES DE MOURA	60	80	60	1,2	201,20	9
0077	JEANDRO GIELAND	80	60	60		200,00	10
0152	BRUNO VICENTE VOLTOLINI	60	60	70	0	190,00	11
0118	LAURI BENTO DE SOUZA	60	60	60		180,00	12

## CLASSIFICAÇÃO FINAL FEMININO

INSCRIÇÃO Nº	NOME	LINGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA	CONHECIMENTOS GERAIS E LEGISLAÇÃO	CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL	TÍTULOS	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
0059	CAMILA DA CUNHA	100	100	90		290,00	1
0017	ANGELA VANDERLINDE	80	90	90	3,00	263,00	2
0114	APARECIDA IZABEL DA SILVA	80	80	90	0,80	250,80	3
0097	ELISANGELA FERREIRA DOS SANTOS	80	80	80	1,90	241,90	4
0029	ALINE STRINGARI	90	80	70	1,10	241,10	5
0124	DAIANA ADRIANO	80	80	80		240,00	6
0127	JULIANA GONÇALVES KEHL GRZYBOVSKI	70	90	70	1,10	231,10	7
0006	MARA CRISTINA KOEPEL	70	80	80		230,00	8
0089	ALESSANDRA PETRI	90	60	80		230,00	9
0031	ANNELIESE WAGNER	100	60	70		230,00	10
0113	YASMIM ALANA DUVE	80	70	70		220,00	11
0051	SUELI MARIA MENDES	80	80	60		220,00	12
0162	PAMELA REGINA MARCELLINO	90	70	60		220,00	13
0144	ANDRESSA SUELEN GEISLER	70	70	70	7,40	217,40	14
0143	SHEILA REGINA ROSA	80	50	80		210,00	15
0009	JOSIANE APARECIDA DE SÉLES DA SILVA PEREIRA	70	70	70		210,00	16
0028	SIMONE PAIM DA SILVA PEREIRA	70	70	70		210,00	17
0141	RUBIA CARLA KISNER	80	60	70		210,00	18
0140	JOCELI LISBOA DE SOUZA	70	80	60		210,00	19
0082	CRISTIANE SCHMIDT	80	70	60		210,00	20
0049	HELANE MENDONÇA MORAIS	80	70	60		210,00	21
0073	PAULA FERNANDA RUDOLF	100	50	60		210,00	22
0076	SUZANA PAULA POFFO	70	60	60	15,60	205,60	23
0154	JANE DE OLIVEIRA	80	50	70	1,10	201,10	24
0015	KETRIN BETINA WILLRICH DOS SANTOS	70	50	80		200,00	25
0016	MORGANA VINTER	60	70	70		200,00	26
0078	ALEXANDRA VANESSA WINTER SCHROEDER	60	70	70		200,00	27
0166	CLEIA CESARINO	70	60	70		200,00	28
0010	SUSAN ALINE ADAM	70	70	60		200,00	29
0003	BRENNA ZAGUINI PEREIRA	80	60	60		200,00	30
0071	JOSIMARI GIOVANELLA	80	60	60		200,00	31
0155	BRUNA RAFAELLA ZIESE	80	60	60		200,00	32



0055	TATIANE PARIS MAFRA	50	60	80		190,00	33
0093	FABIANA DE JESUS GOMES CAMPITELLI	70	50	70		190,00	34
0088	JAMILSE DAIANE SIMÃO STEUCK	60	70	60		190,00	35
0136	KATIA CAREGNATTO	70	60	60		190,00	36
0064	REGINA APARECIDA ANACLETO	70	60	60		190,00	37
0112	PALOMA LUANA DUVE	70	60	60		190,00	38
0170	VIVIANE VASCO	80	50	60		190,00	39
0090	ROSELIA ALVES DE JESUS	50	60	60		170,00	40
0061	INAJARA MOTA DE LISBOA SANTOS	60	50	60		170,00	41
0074	MARCIA MIGLIOLI	50	50	60		160,00	42

Indaial, 31 de maio de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### **PORTARIA Nº 85/16**

. PORTARIA Nº 85/16

. De 31 de maio de 2016

Prorroga Alteração de Carga Horária da Servidora - Karoline Marcelli Hardt

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 105/10 (Estatuto) e demais dispositivos legais em vigor, e,

Considerando, ser a única servidora no cargo/função;

Considerando que não gera aumento de despesas com pessoal, em razão das Horas ☐ Extras que vinha realizando antes da alteração da carga horária;

Considerando não haver concurso válido para ingresso de novos servidores; e

Considerando a necessidade dos serviços prestados pela servidora em questão,

RESOLVE,

Prorrogar por mais 06 (seis) meses, a alteração da carga horária da servidora Karoline Marcelli Hardt, ocupante do cargo de Fisioterapeuta do quadro de pessoal da Secretaria de Saúde, passando para 40 h/s., a partir de 03 de maio de 2015.

Município de Indaial, em 31 de maio de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Cumpra-se.

ADRIANE MACHADO FERRARI

Secretária de Saúde

### **PORTARIA Nº 86/16**

. PORTARIA Nº 86/16

. De 31 de maio de 2016

Prorroga Alteração de Carga Horária da Servidora - Milena Mery da Silva

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 105/10 (Estatuto) e demais dispositivos legais em vigor, e,

Considerando, ser a única servidora no cargo/função;

Considerando que não gera aumento de despesas com pessoal, em razão das Horas - Extras que vinha realizando antes da alteração da carga horária;

Considerando não haver concurso válido para ingresso de novos servidores; e

Considerando a necessidade dos serviços prestados pela servidora em questão,

RESOLVE,

Prorrogar por mais 06 (seis) meses, a alteração da carga horária da servidora Milena Mery da Silva, ocupante do cargo de Terapeuta Ocupacional do quadro de pessoal da Secretaria de Saúde, passando para 40 h/s., a partir de 03 de maio de 2015.

Município de Indaial, em 31 de maio de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Cumpra-se.

ADRIANE MACHADO FERRARI

Secretária de Saúde

# Iomerê

## PREFEITURA

### CREENCIAMENTO 01/2016

Município de Iomerê  
Edital de Credenciamento 01/2016

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público o credenciamento de empresas emissoras de rádio de abrangência no Município de Iomerê para divulgação da XXXI Festa Julina de Iomerê. Cópia do Edital ou mais informações no site: [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 31 de maio de 2016.  
Luciano Paganini  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 2791/2016

PORTARIA Nº 2791 DE 31 DE MAIO DE 2016  
Exonera Secretário Municipal de Saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE

Art. 1º Exonerar a partir de 01 de junho de 2016 o sr. MILTO LUIZ BORGA, inscrito no CPF nº 347.515.059-04 do cargo comissionado de Secretário Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê, 31 de maio de 2016.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 2792/2016

PORTARIA Nº 2792 DE 31 DE MAIO DE 2016  
Exonera por aposentadoria a servidora  
Natalina Crestani.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE

Art. 1º Exonerar por aposentadoria, a partir de 01 de junho de 2016, a sra. NATALINA CRESTANI, inscrita no CPF nº 484.222.079-15 do cargo efetivo de faxineira.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê, 31 de maio de 2016.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 2793/2016

PORTARIA Nº 2793, DE 31 DE MAIO DE 2016.  
Nomeia FRANCISLAINE BARONCELLO para o cargo efetivo de Nutricionista.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei:

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear FRANCISLAINE BARONCELLO, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 4.182.992 e CPF nº 041.841.839-05, para o cargo efetivo de Nutricionista, lotado na Secretaria de Educação Cultura e Esportes, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iomere, 31 de maio de 2016.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

### TERMO DE POSSE 0069/2016

TERMO DE POSSE nº069

Nome: FRANCISLAINE BARONCELLO  
Cargo ou Função: Nutricionista  
Sec. De Educação Cultura e Esportes  
Está sob o Regime de Tempo Integral?() Sim (x) Não.  
Com dedicação Exclusiva? ( ) Sim (x) Não

Em 01 (um) de junho do ano de dois mil e dezesseis, nesta Secretaria, atendendo ao ato convocatório do Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini, e tendo em vista o que estabelece o edital de Concurso Público nº 01, de 29 de setembro de 2015, nomeia-se a servidora pública FRANCISLAINE BARONCELLO no cargo efetivo de Nutricionista nomeado(a) através da Portaria nº 2793 de 31 de maio de 2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios, e preenchendo as exigências para investidura no referido cargo. O (a) empossado (a), que comprova não se enquadrar nas proibições contidas nas Constituições Federal e Estadual e Leis Complementares, obedecendo a normas estatutárias, assumiu o compromisso solene de cumprir bem e fielmente os deveres e as atribuições que lhe são inerentes, em virtude da função pública que passará a exercer, e apresentou, com a Declaração de Bens que constituem o seu patrimônio e Declaração de Empregos, todos os demais documentos em lei exigidos. E, estando conforme, foi lavrado o presente Termo que vai assinado por quem de direito.

Iomerê, 01 de junho de 2016.

LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

FRANCISLAINE BARONCELLO  
Empossado(a)



# Ipumirim

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 194/2016 DE 30 DE MAIO DE 2016.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A GILSON BARBIERI, matrícula 1991-7, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 03/05/2015 a 02/05/2016 e gozo de 01/06/2016 a 30/06/2016.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/06/2016.

Ipumirim - SC, 30 de Maio de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo.

**PORTARIA Nº. 195/2016 DE 30 DE MAIO DE 2016.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ADELAR PEDRO SCHNEIDER, matrícula 1989-5, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2015 a 01/05/2016 e gozo de 01/06/2016 a 30/06/2016 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/06/2016.

Ipumirim - SC, 30 de Maio de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo.

**PORTARIA Nº. 196/2016 DE 30 DE MAIO DE 2016.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do

Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MARIO ROOS, matrícula 484-7, férias de 20 dias, relativas ao período aquisitivo de 27/01/2014 a 26/01/2015 e gozo de 01/06/2016 a 20/06/2016.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/06/2016.

Ipumirim - SC, 30 de Maio de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo

**PORTARIA Nº. 197/2016 DE 30 DE MAIO DE 2016.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A IARA DOS SANTOS WOLFF, matrícula 49-3, férias de 30 dias relativas ao período aquisitivo de 01/10/2013 a 30/10/2014 e gozo de 01/06/2016 a 30/06/2016.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/06/2016.

Ipumirim - SC, 30 de Maio de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo.

**PORTARIA Nº. 198/2016 DE 31 DE MAIO DE 2016.**

ALTERA CARGA HORÁRIA DA PORTARIA Nº 130/2016 QUE CONTRATA MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e na forma do inciso III do artigo 2º da Lei Complementar nº 004/2002, que Dispõe sobre a Contratação de Pessoal por Tempo Determinado para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público do Município de Ipumirim - SC.

A L T E R A

Fica Alterada a carga horária da portaria nº 130/2016 que contrata

membro do magistério público municipal SAMUEL JUNIOR COSTA, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº. 5.703.554, e no CPF sob o nº. 085.715.789-23, residente e domiciliado na Cidade de Ipumirim - SC, para o Cargo de PROFESSOR de Educação Física, na modalidade de Handebol – Categoria Não Titulado, com carga horária de 10 horas semanais, passando para 20 horas semanais na Comissão Municipal de Esportes - CME, para o período compreendido entre 15/03/2016 a 30/11/2016, auferindo os vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01/06/2016.

Ipumirim - SC, 31 de Maio de 2.016.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 199/2016 DE 31 DE MAIO DE 2016.**

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A JOSELAINE RITTA, matrícula 2164, férias de 30 dias relativas ao período aquisitivo de 21/05/2015 a 20/05/2016 e gozo de 31/05/2016 a 29/06/2016.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 31/05/2016.

Ipumirim - SC, 31 de Maio de 2016.

Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski  
Auxiliar Administrativo.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2016

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 14/06/2016, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 14/06/2016. Objeto da licitação: aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada destinado as atividades do programa de alimentação escolar da Creche Municipal Danilo João Cason, e Núcleos Educacionais, para o exercício de 2016, conforme anexos do Edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 31/05/2016

VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Irineópolis

## PREFEITURA

### ATA RP PROC 04/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 04/2016

PREGÃO PRESENCIAL 03/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 04/2016, Pregão Presencial nº 03/2016, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Cristiano Carvalho Pupo - representante da empresa G. Maiochi & Cia Ltda. As empresas a seguir encaminharam seus envelopes através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos: Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda: SEDEX DJ 70465707 4 BR; Julio Silvestri Filho ME: SEDEX SN 17359753 9 BR; Brastrak Industria, Comercio, Importação e Exportação Ltda EPP: SEDEX DJ 17922871 3 BR. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas G. Maiochi & Cia Ltda; Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda; Julio Silvestri Filho ME; Brastrak Industria, Comercio, Importação e Exportação Ltda EPP, seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 04/2016, Pregão Presencial nº 03/2016, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Cristiano Carvalho Pupo - representante da empresa G. Maiochi & Cia Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: G. Maiochi & Cia Ltda; Julio Silvestri Filho ME; e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. O envelope de Documentação da empresa Trator Peças Comércio de Peças para Trator Ltda permanece lacrado no presente processo. Com base no artigo 43 - 3º "é facultado a comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na proposta" da Lei nº 8666/93 abre-se o prazo de 03(três) dias para que a comissão possa apurar quanto a regularidade do item 07, subitem 7.2 alínea "e". Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Brastrak Industria, Comércio, Importação e Exportação Ltda EPP

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
11	40	Unidade	Lamina 13 furos motoniveladora CAT 120K	ITR	300,00	12.000,00
TOTAL R\$						12.000,00

#### G. Maiochi & Cia Ltda

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	250	Unidade	Unha do escarificador Caterpillar CAT 120K	RCP	11,45	2.862,50
03	400	Unidade	Porca para Lâmina CAT 120K	REX	0,59	236,00
05	04	Unidade	Lâmina bico de pato p/ carregadeira W20E	SOMASA	2.199,50	8.798,00
06	04	Unidade	Lamina bico de pato para New Holand	SOMASA	2.199,50	8.798,00
07	20	Unidade	Suporte do escarificador da Motoniveladora CAT 120K	RCP	85,50	1.710,00
08	20	Unidade	Dente para concha da retroescavadeira Randon RD 406	RCP	32,90	658,00
09	04	Unidade	Lamina para concha da retroescavadeira JCB 3C traçada	RCP	689,50	2.758,00
10	10	Unidade	Dentes para concha da lança retroescavadeira Randon RD 406	RCP	32,90	329,00
TOTAL						26.149,50

#### Julio Silvestri Filho ME

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
02	400	Unidade	Parafuso para lâminas CAT 120K	FEY	1,49	596,00
04	30	Unidade	Dente 5/8 da concha W18	COLINA	105,00	3.150,00
TOTAL R\$						3.746,00

Irineópolis, 31 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

**ATA RP PROC 08/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 08/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 08/2016, Pregão Presencial nº 06/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand; Sra. Marcia Maria Kerscher e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Willian Patrick Heinecke - representante da empresa Maxima Distribuidora Eireli; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa AP Oeste Diatribuidora e Comércio de Alimentos Ltda EPP; Sr. Eraldo Salvador - representante da empresa Blunac Distribuidora Eireli ME e Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Maxima Distribuidora Eireli; AP Oeste Diatribuidora e Comércio de Alimentos Ltda EPP; Blunac Distribuidora Eireli ME e Lech & Cia Ltda seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 08/2016, Pregão Presencial nº 06/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand; Sra. Marcia Maria Kerscher e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Willian Patrick Heinecke - representante da empresa Maxima Distribuidora Eireli; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa AP Oeste Diatribuidora e Comércio de Alimentos Ltda EPP; Sr. Eraldo Salvador - representante da empresa Blunac Distribuidora Eireli ME e Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Maxima Distribuidora Eireli; AP Oeste Diatribuidora e Comércio de Alimentos Ltda EPP; Blunac Distribuidora Eireli ME e Lech & Cia Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
01	900	Litro	Água sanitária, Hipoclorito de Sódio e água. Teor de cloro ativo: 2,0% A 2,5% P/P. Princípio ativo: Hipoclorito de sódio. Produto a base de cloro, frasco de 1 litro	FLEX	2,18	1.962,00
02	400	Litro	Álcool etílico hidratado 46,2% embalagem 1 litro	FLOP'S	3,93	1.572,00
06	300	Pacote	Copo descartável de plástico resistente para água, capacidade 200 ml - Pacote com 100 unidades	COPOSUL	3,59	1.077,00
08	1500	Frasco	Detergente líquido para louça Características técnicas: composto de tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água. Componente Ativo: linear Alquil benzeno sulfonato de sódio. Contém tensoativo biodegradável. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e painéis, aroma neutro. Embalagem: Deve estar acondicionado em embalagem plástica de 500ml.	BRILHA SUL	1,35	2.025,00
09	25	Unidade	Escova para vaso sanitário, cabo plástico e cerdas sintéticas, com suporte.	ARQPLAST	7,70	192,50
13	150	Unidade	Esponja de aço inox com 8 gramas	BRILHAINOX	2,03	304,50
21	30	Unidade	Pá de lixo plástica	POLICORDA	2,80	84,00
22	300	Unidade	Pano de prato em tecido branco, encorpado e absorvente, 100% algodão, tam. mínimo 70cmx 50cm	GABELLEI	3,75	1.125,00
23	150	Fardo	Papel higiênico - embalagem com 64 rolos de 60 metros	GUIPEL	42,00	6.300,00
28	80	Rolo	Plástico para alimentos de 7kg com 100 unidades	MEGAMIL	7,80	624,00
30	100	Unidade	Rodo de espuma 25 cm com fibra abrasiva cor verde cabo e estrutura do rodo em madeira, espuma de alta densidade grossa	DESAFIO	9,78	978,00
32	150	Pacote	Sabão em barra com glicerina neutro, aspecto físico sólido - pacote contendo 5 unidades de 200 gramas cada	ZAVASKI	6,18	927,00
34	78	Unidade	Sabonete glicerinado 40gr	SENSUS	1,39	108,42
35	40	Galão	Sabonete líquido, aspecto líquido físico, aroma erva-doce, acidez neutro-PH, aplicação toucador. Galão de 5 litros.	FLEX	13,99	559,60
38	70	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 50 liros/10kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 63 x 80 cm.	OESTE	20,90	1.463,00
40	300	Unidade	Saco - Pano de chão cru - medidas mínimas 55cmx80cm	GABELLEI	4,39	1.317,00
41	400	Frasco	Saponáceo líquido embalagem de 300g	PRATIK	2,60	1.040,00

43	50	Pacote	Touca descartável de TNT cor branca resistente com 2 elásticos pacote com 100 unidades	DESCAR-PACK	12,18	609,00
					TOTAL R\$	22.268,02

## Lech &amp; Cia Ltda

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
10	50	Unidade	Escova oval de mão plástica	CONDOR	2,70	135,00
15	40	Pacote	Fralda descartável tam G com no mínimo 39 unidades	ANJINHO	25,00	1.000,00
17	50	Pacote	Lenço umedecido infantil pct com 300 unidades	ANJINHO	12,51	625,50
18	40	Caixa	Luva de procedimento vinil, COM AMIDO DE MILHO, não estéril. Produto confeccionado a base de resina sintética de vinil, grau alimentício, descartável, ambidestras, hipoalergênicas. Isenta de soldas possibilita conforto, sensibilidade tátil e flexibilidade e permite proteção no contato com respingos de produtos químicos. Pulverizadas internamente com amido de milho. Caixa com 100 unidades	DESCAR-PACK	16,00	640,00
19	50	Pacote	Maço de fósforo com 10 unidades	PARANA	2,00	100,00
24	50	Rolo	Papel Lençol Branco – Rolo – 70 cm x 50 metros	ABRASPEL	15,00	750,00
26	20	Lata	Pasta cristal rosa embalagem com 500gr	CRISTAL	4,30	86,00
27	80	Rolo	Plástico para alimentos de 5kg com 100 unidades	CENTRAL	4,00	320,00
					TOTAL R\$	3.656,50

## Maxima Distribuidora Eireli

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
03	150	Frasco	Amaciante de roupa com 02 litros	VERDESAN	4,10	615,00
04	50	Unidade	Balde plástico reforçado, com alça de metal, capacidade 15 litros.	ARQSOCIL	7,65	382,50
05	20	Galão	Cera auto brilho incolor embalagem com 05 litros. Acabamento acrílico autobrilhante, composta por uma emulsão aquosa, branca leitosa, de baixa viscosidade, à base de polímeros acrílicos metalizados e cera de polietileno. A formula deverá conter: emulsão de copolímero acrílico metalizado, emulsão de cera de polietileno, glicóis etilênicos, ester fosfórico, emulsão de silicone, formoldeido, tensoativo fluorado, e outros aditivos. Rendimento mínimo 60 a 70 m² por litro nas 2 primeiras camadas e de 70 a 80m² por litro nas camadas seguintes.	BECKERT	116,89	2.337,80
07	700	Frasco	Desinfetante: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio, nonilfenol etoxilado, essência, corante e água. Componente Ativo: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio a 0.28%. Aroma lavanda, embalagem de 2 litros	VERDESAN	4,10	2.870,00
11	600	Unidade	Espanja dupla-face multi-uso Espanja dupla-face multi-uso, 100x71x20mm, bicolor: lado verde de fibra abrasiva para limpeza mais difícil e lado amarelo de esponja macia para limpeza mais delicada.	BETTANIN	0,85	510,00
12	160	Pacote	Espanja de lã de aço- pacotes com 8 unidades	INOVE	1,80	288,00
14	40	Pacote	Fralda descartável tam M com no mínimo 44 unidades	SEVEN	25,00	1.000,00
16	40	Pacote	Fralda descartável tam GG com no mínimo 32 unidades	SEVEN	24,50	980,00
20	500	Frasco	Multi Uso com 500 ml	DA ILHA	2,50	1.250,00
25	900	Pacote	Papel toalha bronze, interfolhas, 100% de fibras celulósicas, tamanho 20x21cm, 2 dobras, pacote com no mínimo 1.250 folhas	POLO	9,40	8.460,00
29	30	Unidade	Rodo duplo 40 cm, composição: pigmento e matéria sintética. Borracha EVA	CANADA	8,95	268,50
31	10	Unidade	Rodo de espuma com cabo	CANADA	8,90	89,00
33	400	Pacote	Sabão em pó: Composição: Tensoativo aniônico, Tamponantes Coadjuvante, Branqueador Óptico, corantes, Alvejante, fragrância. Contém Alquil benzeno sulfonatode sódio. embalagem de 1Kg	GIRANDO SOL	5,80	2.320,00
36	60	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 15 liros/3kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 39 x 58 cm.	IDEAL	7,55	453,00
37	60	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 30 liros/6kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 59 x 62 cm.	IDEAL	14,80	888,00
39	80	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 100 liros/2kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 75 x 105 cm.	IDEAL	38,50	3.080,00
42	60	Unidade	Toalha de rosto 100% algodão 48X70cm	LUFAMAR	5,90	354,00
44	70	Unidade	Vassoura com cerdas piaçava sintética plumada, cabo de madeira ou metal resistente	FLORIÇA	7,40	518,00
					TOTAL R\$	26.663,80

Irineópolis, 31 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal



**ATA RP PROC 08/2016 FMAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 61/2015  
PREGÃO PRESENCIAL 34/2015  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 08/2016, Pregão Presencial nº 06/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand; Sra. Marcia Maria Kerscher e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Willian Patrick Heinecke - representante da empresa Maxima Distribuidora Eireli; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa AP Oeste Diatribuidora e Comércio de Alimentos Ltda EPP; Sr. Eraldo Salvador - representante da empresa Blunac Distribuidora Eireli ME e Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Maxima Distribuidora Eireli; AP Oeste Diatribuidora e Comércio de Alimentos Ltda EPP; Blunac Distribuidora Eireli ME e Lech & Cia Ltda seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 08/2016, Pregão Presencial nº 06/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand; Sra. Marcia Maria Kerscher e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Willian Patrick Heinecke - representante da empresa Maxima Distribuidora Eireli; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa AP Oeste Diatribuidora e Comércio de Alimentos Ltda EPP; Sr. Eraldo Salvador - representante da empresa Blunac Distribuidora Eireli ME e Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Maxima Distribuidora Eireli; AP Oeste Diatribuidora e Comércio de Alimentos Ltda EPP; Blunac Distribuidora Eireli ME e Lech & Cia Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
01	20	Litro	Água sanitária, Hipoclorito de Sódio e água. Teor de cloro ativo: 2,0% A 2,5% P/P. Princípio ativo: Hipoclorito de sódio. Produto a base de cloro, frasco de 1 litro	FLEX	2,18	43,60
02	20	Litro	Álcool etílico hidratado 46,2% embalagem 1 litro	FLOP'S	3,93	78,60
08	30	Frasco	Detergente líquido para louça Características técnicas: composto de tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água. Componente Ativo: linear Alquil benzeno sulfonato de sódio. Contém tensoativo biodegradável. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e painéis, aroma neutro. Embalagem: Deve estar acondicionado em embalagem plástica de 500ml.	BRILHA SUL	1,35	40,50
23	20	Fardo	Papel higiênico - embalagem com 64 rolos de 60 metros	GUIPEL	42,00	840,00
32	15	Pacote	Sabão em barra com glicerina neutro, aspecto físico sólido - pacote contendo 5 unidades de 200 gramas cada	ZAVASKI	6,18	92,70
38	50	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 50 litros/10kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 63 x 80 cm.	OESTE	20,90	1.045,00
40	10	Unidade	Saco - Pano de chão cru - medidas mínimas 55cmx80cm	GABEL-LEI	4,39	43,90
					TOTAL R\$	2.184,30

Lech & Cia Ltda

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
19	02	Pacote	Maço de fósforo com 10 unidades	PARANA	2,00	4,00
27	10	Rolo	Plástico para alimentos de 5kg com 100 unidades	CENTRAL	4,00	40,00
66	50	Pct	Saco para lixo 150 litros	CENTRAL	4,20	210,00
					TOTAL R\$	254,00

## Maxima Distribuidora Eireli

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
04	03	Unidade	Balde plástico reforçado, com alça de metal, capacidade 15 litros.	ARQSOCIL	7,65	22,95
29	03	Unidade	Rodo duplo 40 cm, composição: pigmento e matéria sintética. Borracha EVA	CANADA	8,95	26,85
33	15	Pacote	Sabão em pó: Composição: Tensoativo aniônico, Tamponantes Coadjuvante, Branqueador Óptico, corantes, Alvejante, fragrância. Contém Alquil benzeno sulfonatode sódio. embalagem de 1Kg	GIRANDO SOL	5,80	87,00
37	50	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 30 liros/6kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 59 x 62 cm.	IDEAL	14,80	740,00
39	50	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 100 liros/2kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 75 x 105 cm.	IDEAL	38,50	1.925,00
64	05	un	Vassoura nylon com cabo e cerda média	FLORIÇA	7,48	37,40
65	30	Fr	Álcool gel	DA ILHA	4,00	120,00
					TOTAL R\$	2.959,20

Irineópolis, 31 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

**ATA RP PROC 08/2016 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO 08/2016

PREGÃO PRESENCIAL 06/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 08/2016, Pregão Presencial nº 06/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand; Sra. Marcia Maria Kerscher e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Willian Patrick Heinecke - representante da empresa Maxima Distribuidora Eireli; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa AP Oeste Diatribuidora e Comércio de Alimentos Ltda EPP; Sr. Eraldo Salvador - representante da empresa Blunac Distribuidora Eireli ME e Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Maxima Distribuidora Eireli; AP Oeste Diatribuidora e Comércio de Alimentos Ltda EPP; Blunac Distribuidora Eireli ME e Lech & Cia Ltda seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 08/2016, Pregão Presencial nº 06/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand; Sra. Marcia Maria Kerscher e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Willian Patrick Heinecke - representante da empresa Maxima Distribuidora Eireli; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa AP Oeste Diatribuidora e Comércio de Alimentos Ltda EPP; Sr. Eraldo Salvador - representante da empresa Blunac Distribuidora Eireli ME e Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Maxima Distribuidora Eireli; AP Oeste Diatribuidora e Comércio de Alimentos Ltda EPP; Blunac Distribuidora Eireli ME e Lech & Cia Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
01	140	Litro	Água sanitária, Hipoclorito de Sódio e água. Teor de cloro ativo: 2,0% A 2,5% P/P. Princípio ativo: Hipoclorito de sódio. Produto a base de cloro, frasco de 1 litro	FLEX	2,18	305,20
08	200	Frasco	Detergente líquido para louça Características técnicas: composto de tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água. Componente Ativo: linear Alquil benzeno sulfonato de sódio. Contém tensoativo biodegradável. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e painéis, aroma neutro. Embalagem: Deve estar acondicionado em embalagem plástica de 500ml.	BRILHA SUL	1,35	270,00
13	20	Unidade	Esponja de aço inox com 8 gramas	BRILHANOX	2,03	40,60

22	10	Unidade	Pano de prato em tecido branco, encorpado e absorvente, 100% algodão, tam. mínimo 70cmx 50cm	GABELLEI	3,75	37,50
32	20	Pacote	Sabão em barra com glicerina neutro, aspecto físico sólido - pacote contendo 5 unidades de 200 gramas cada	ZAVASKI	6,18	123,60
40	80	Unidade	Saco - Pano de chão cru – medidas mínimas 55cmx80cm	GABELLEI	4,39	351,20
41	40	Frasco	Saponáceo líquido embalagem de 300g	PRATIK	2,60	104,00
50	800	Pct	Copo plástico descartável transparente 180 ml c/100 um	COPOSUL	3,45	2.760,00
52	50	Pct	Copo plástico descartável transparente 50 ml c/100 um	COPOSUL	1,65	82,50
57	80	Par	Luva de borracha tamanho M	DANNY	3,78	302,40
58	30	Fr	Odorizador de ar 360 ml	CRIVIALLI	8,99	269,70
59	20	Un	Pano de limpeza multiuso 35X29 cm	GABELLEI	2,79	55,80
61	20	Pct	Papel toalha branco c/02 rolos com 60 toalhas 22X20 cm	SORELA	2,75	55,00
62	200	un	Pedra sanitária	SANY	1,18	236,00
63	200	RI	Saco plástico para alimentos 3kg 28X28cm c/100 um	MEGAMIL	3,85	770,00
					TOTAL R\$	5.763,50

## Lech &amp; Cia Ltda

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
19	20	Pacote	Maço de fósforo com 10 unidades	PARANA	2,00	40,00
45	20	Tubo	Adesivo instantâneo universal 3 gr	TRIBOND	2,89	57,80
46	80	Gl	Água mineral 20 litros	ACQUA 10	8,20	656,00
47	50	Gl	Água mineral 5 litros	ACQUA 10	4,36	218,00
48	400	Un	Aparelho de barbear 02 lâminas revestidas de cromo e platina com cabo deslizante	BIC	2,69	1.076,00
55	40	Un	Gás GLP recarga 13kg	LIQUIGÁS	72,45	2.898,00
60	120	Fd	Papel higiênico folha simples 100m com 12 un	MILLY	26,00	3.120,00
					TOTAL R\$	8.065,80

## Maxima Distribuidora Eireli

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
04	10	Unidade	Balde plástico reforçado, com alça de metal, capacidade 15 litros.	ARQSOCIL	7,65	76,50
07	80	Frasco	Desinfetante: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio, nonilfenol etoxilado, essência, corante e água. Componente Ativo: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio a 0.28%. Aroma lavanda, embalagem de 2 litros	VERDESAN	4,10	328,00
12	15	Pacote	Esponja de lã de aço- pacotes com 8 unidades	INOVE	1,80	27,00
29	20	Unidade	Rodo duplo 40 cm, composição: pigmento e matéria sintética. Borracha EVA	CANADA	8,95	179,00
31	50	Unidade	Rodo de espuma com cabo	CANADA	8,90	445,00
33	60	Pacote	Sabão em pó: Composição: Tensoativo aniônico, Tamponantes Coadjuvante, Branqueador Óptico, corantes, Alvejante, fragrância. Contém Alquil benzeno sulfonatode sód. embalagem de 1Kg	GIRANDO SOL	5,80	348,00
49	20	Um	Cera líquida incolor 750 ml	RUBI	4,90	98,00
51	200	Pct	Copo plástico descartável transparente 200 ml c/100 um	CRISTAL	3,88	776,00
53	80	Pct	Espuma de poliuretano com bactericida e fibra sintética com abrasivo 110mmX75mmX20mm c/03 um	BETTANIN	2,60	208,00
54	05	Un	Garrafa térmica 1 litro	INVICTA	25,00	125,00
56	20	Fr	Inseticida aerosol 300 ml	MATINSET	7,10	142,00
64	30	un	Vassoura nylon com cabo e cerda média	FLORIÇA	7,48	224,40
					TOTAL R\$	2.976,90

Irineópolis, 31 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal de Irineópolis



**ATA RP PROC 21/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 21/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 21/2016, Pregão Presencial nº 10/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Alexandre Vilmar Borini - representante da empresa Borini e Cia Ltda ME; Sr. Rogério José Fleith - representante da empresa RJ Fleith e Cia Ltda; Sr. Nestor Fabio Jose Czornei - representante da empresa Irineu Comercio de Tintas Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Borini e Cia Ltda ME; RJ Fleith e Cia Ltda; Irineu Comercio de Tintas Ltda seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 21/2016, Pregão Presencial nº 10/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Alexandre Vilmar Borini - representante da empresa Borini e Cia Ltda ME; Sr. Rogério José Fleith - representante da empresa RJ Fleith e Cia Ltda; Sr. Nestor Fabio Jose Czornei - representante da empresa Irineu Comercio de Tintas Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Borini e Cia Ltda ME; RJ Fleith e Cia Ltda; Irineu Comercio de Tintas Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Borini &amp; Cia Ltda ME

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO							
	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
	05	78	Pacote	Prego 17 x 27 - kg	TREFIX	5,60	436,80
	07	78	Pacote	Prego 20 x 42 - kg	TREFIX	5,70	444,60
	17	5100	Unidade	Telha francesa de barro comum	C. CANELINHA	0,94	4.794,00
	18	1275	Unidade	Goiva de barro de 1ª qualidade	C. CANELINHA	2,20	2.805,00
	19	19	Tubo	Cola branca 500g	AFIX	7,90	150,10
	20	510	Unidade	Ripa 1 x 2 de pinheiro	MADEIRA	3,50	1.785,00
	21	510	Unidade	Ripão 2 x 2 de pinheiro	MADEIRA	8,30	4.233,00
	22	255	Unidade	Ripão 1 x 2 de pinheiro	MADEIRA	3,40	867,00
	32	129	Unidade	Barra de ferro 5/16mm com 12 metros	BELGO MIN.	15,30	1.973,70
	33	129	Unidade	Barra de ferro 3/8mm com 12 metros	BELGO MIN.	22,90	2.954,10
	36	51	Quilo	Arame recozido nº 18	VILA	5,40	275,40

## MATERIAIS ELÉTRICOS

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
40	27	Unidade	Disjuntor monofásico 25A	SIBRATEC	6,70	180,90
41	27	Unidade	Disjuntor monofásico 30A	SOPRANO	6,90	186,30
42	27	Unidade	Disjuntor monofásico 40A	SIBRATEC	11,00	297,00
43	27	Unidade	Disjuntor trifásico 40A	SIBRATEC	37,00	999,00
44	27	Unidade	Disjuntor trifásico 50A	SIBRATEC	37,00	999,00
46	1275	Metro	Fio paralelo 1,5mm	PREMIUM	0,89	1.134,75
47	1275	Metro	Fio paralelo 2,5mm	PREMIUM	1,20	1.530,00
57	1275	Metro	Fio flexível 4,0mm – preto	PREMIUM	1,18	1.504,50
58	1275	Metro	Fio flexível 4,0mm – azul	PREMIUM	1,18	1.504,50
59	1275	Metro	Fio flexível 4,0mm – verde	PREMIUM	1,18	1.504,50
60	1275	Metro	Fio flexível 4,0mm – vermelho	PREMIUM	1,18	1.504,50
65	1275	Metro	Fio flexível 10,0mm – preto	CONDUCAP	2,89	3.684,75
66	1275	Metro	Fio flexível 10,0mm – azul	CONDUCAP	2,89	3.684,75
67	1275	Metro	Fio flexível 10,0mm – verde	CONDUCAP	2,89	3.684,75
68	1275	Metro	Fio flexível 10,0mm – vermelho	CONDUCAP	2,89	3.684,75
69	1275	Metro	Fio rígido 1,5mm – preto	CONDUCAP	0,53	675,75
70	1275	Metro	Fio rígido 1,5mm – azul	CONDUCAP	0,53	675,75
71	1275	Metro	Fio rígido 1,5mm – verde	CONDUCAP	0,53	675,75
72	1275	Metro	Fio rígido 1,5mm – vermelho	CONDUCAP	0,53	675,75
73	1275	Metro	Fio rígido 2,5mm – preto	CONDUCAP	0,74	943,50
74	1275	Metro	Fio rígido 2,5mm – azul	CONDUCAP	0,74	943,50
75	1275	Metro	Fio rígido 2,5mm – verde	CONDUCAP	0,74	943,50
76	1275	Metro	Fio rígido 2,5mm – vermelho	CONDUCAP	0,74	943,50
77	1275	Metro	Fio rígido 4,0mm – preto	CONDUCAP	1,24	1.581,00
78	1275	Metro	Fio rígido 4,0mm – azul	CONDUCAP	1,24	1.581,00
79	1275	Metro	Fio rígido 4,0mm – verde	CONDUCAP	1,24	1.581,00
80	1275	Metro	Fio rígido 4,0mm – vermelho	CONDUCAP	1,24	1.581,00
89	27	Rolo	Fita isolante 10 metros	SIBRATEC	2,40	64,80
90	44	Rolo	Fita isolante 20 metros	SIBRATEC	4,20	184,80
91	51	Unidade	Tomada + 1 chave embutir	POLLAR	6,90	351,90
92	51	Unidade	Tomada + 2 chaves embutir	POLLAR	9,90	504,90
93	51	Unidade	Tomada embutir 10A	POLLAR	4,90	249,90
95	51	Unidade	Tomada sistema x	RADIAL	5,70	290,70
96	51	Unidade	Tomada simples de embutir 20A	POLLAR	5,70	290,70
97	51	Unidade	Tomada sobrepor	RADIAL	4,50	229,50
98	51	Unidade	Interruptor sobrepor	RADIAL	4,00	204,00
99	51	Unidade	Interruptor 1 tecla	RADIAL	2,80	142,80
101	51	Unidade	Interruptor + tomada embutir	POLLAR	6,90	351,90
105	129	Unidade	Lâmpada econômica 100w espiral	ALUMBRA	64,00	8.256,00
106	129	Unidade	Lâmpada espiral 85w	ALUMBRA	52,00	6.708,00
107	225	Unidade	Lâmpada fluorescente 40w	STARTEC	5,00	1.125,00
109	1275	Metro	Cabo PP 4 x 4	CONDUCAP	6,60	8.415,00

## MATERIAIS HIDRÁULICOS

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
113	170	Metro	Tubo de PVC 40mm esgoto	TUBOVALE	1,80	306,00
114	170	Metro	Tubo de PVC 50mm esgoto	TUBOVALE	3,20	544,00
115	170	Metro	Tubo de PVC 100mm esgoto	TUBOVALE	4,80	816,00
117	129	Unidade	Luva 25mm	KRONA	0,35	45,15
118	78	Unidade	T 25mm	KRONA	0,50	39,00
120	51	Unidade	Joelho LR 25 x ¾	KRONA	1,25	63,75
121	51	Unidade	Joelho LR 25 x ½	KRONA	0,99	50,49
122	34	Unidade	Adaptador de flange 25mm	KRONA	4,50	153,00
124	34	Unidade	Adaptador de flange 50mm	KRONA	9,40	319,60
127	27	Unidade	Luva 50mm soldável	KRONA	1,90	51,30
128	27	Unidade	T 50mm soldável	KRONA	3,70	99,90
129	51	Unidade	Engate flexível longo para pia	DUTEX	4,30	219,30
130	51	Unidade	Torneira para jardim de plástico	DURIN	1,60	81,60
131	34	Unidade	Caixa de descarga com tubo	ALUMASSA	20,90	710,60
132	34	Unidade	Spud de borracha para WC	DUTEX	1,50	51,00
133	27	Unidade	Fita teflon (vedante /veda-rosca)	KRONA	2,50	67,50
134	27	Tubo	Cola para cano	KRONA	3,00	81,00
136	51	Unidade	Joelho 100mm esgoto	KRONA	2,70	137,70
137	51	Unidade	Luva 100mm esgoto	KRONA	2,70	137,70
138	51	Unidade	Joelho 50mm esgoto	KRONA	0,99	50,49
140	51	Unidade	Joelho 40mm esgoto	KRONA	0,80	40,80
141	66	Unidade	Luva 40mm esgoto	KRONA	0,50	33,00
144	34	Unidade	Joelho 45° x 40mm	KRONA	0,74	25,16
145	34	Unidade	T 100mm	KRONA	5,20	176,80
147	34	Unidade	T 40mm	KRONA	1,00	34,00
148	34	Unidade	Junção 100mm	KRONA	8,30	282,20
149	34	Unidade	Bucha redução 100 x 50mm	KRONA	2,89	98,26
150	51	Unidade	Válvula para pia	DUTEX	2,70	137,70
151	129	Unidade	Parafuso para fixação para WC	CISER	1,70	219,30
152	27	Unidade	Torneira de bóia para caixa d'água	CIPLA	5,00	135,00

## MATERIAIS DE PINTURA

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
153	39	Unidade	Rolo de lã 10cm com cabo	ROMA	4,90	191,10
154	39	Unidade	Rolo de lã 15cm com cabo	ROMA	5,90	230,10
155	39	Unidade	Rolo de lã 18cm com cabo	ROMA	7,75	302,25
157	39	Unidade	Rolo de espuma 10cm com cabo	ROMA	2,70	105,30
158	39	Unidade	Rolo de espuma 15cm com cabo	ROMA	5,40	210,60
160	39	Unidade	Rolo de espuma 23cm com cabo	ROMA	9,90	386,10
165	51	Unidade	Broxa para pintura grande 18 x 8	ROMA	4,70	239,70
168	51	Unidade	Broxa para pintura de meio-fio com cabo 12 x 6	ROMA	4,00	204,00

## FERRAGENS/FERRAMENTAS

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
180	27	Unidade	Cabo para enxada	MADEIRA	4,50	121,50
181	44	Unidade	Enxada com cabo	PANDOLFO	15,00	660,00
183	39	Unidade	Pá com cabo reforçado	PANDOLFO	14,00	546,00
184	2550	Metro quad.	Lona preta m²	RECICLA BR.	0,60	1.530,00
185	1275	Metro	Corda 12mm	RIOMAR	1,34	1.708,50

## MATERIAIS DE LIMPEZA

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
192	39	Par	Bota de borracha cano curto – vários tamanhos	ZUQUEBRAS	24,90	971,10
196	51	Unidade	Vassoura para grama com no mínimo 18 dentes e cabo de madeira	ROMA	9,50	484,50
TOTAL R\$						100.071,60

## Irineu Comércio de Tintas Ltda ME

MATERIAIS DE PINTURA							
	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
	156	39	Unidade	Rolo de lâ 23cm com cabo	TIGRE	11,00	429,00
	161	39	Unidade	Pincel nº 1"	TIGRE	1,50	58,50
	162	39	Unidade	Pincel nº 2"	TIGRE	3,00	117,00
	163	39	Unidade	Pincel nº 3"	TIGRE	5,30	206,70
	164	39	Unidade	Pincel nº 4"	TIGRE	6,50	253,50
	166	204	Saco	Cal pronto para pintura – saco com 08 kg	CERRO BRANCO	5,80	1.183,20
	169	425	Lata	Tinta acrílica semibrilho com 3,6L	CORIANTE	35,00	14.875,00
	170	425	Lata	Tinta acrílica semibrilho com 18L	CORIANTE	155,00	65.875,00
	171	425	Lata	Tinta esmalte sintético com 3,6L	CORIANTE	39,00	16.575,00
TOTAL R\$							99.572,90

## R J FLEITH &amp; CIA LTDA ME

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO							
	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
	01	510	Saco	Cimento 50kg	VOTORAN	26,80	13.668,00
	02	24	Tubo	Pigmento para cal – tubo 50ml	XADREZ	2,30	55,20
	03	119	Saco	Cal fino – 20kg	PAVIN	8,20	975,80
	04	384	Saco	Cal hidratado -20kg	PAVIN	6,80	2.611,20
	06	78	Pacote	Prego 18 x 36 - kg	TXT	7,70	600,60
	08	78	Pacote	Prego 22 x 42 - kg	TXT	7,70	600,60
	09	78	Pacote	Prego telheiro com 01kg – 18 x 30	TXT	9,40	733,20
	10	25500	Unidade	Tijolo 6 furos tamanho 9 x 14 x 24 – grande	FORTALEZA	0,49	12.495,00
	11	129	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 2,44 x 1,10 x 5mm	IMBRALIT	31,00	3.999,00
	12	129	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 2,44 x 1,10 x 6mm	IMBRALIT	42,90	5.534,10
	13	129	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 1,22 x 1,10 x 5mm	IMBRALIT	17,00	2.193,00
	14	129	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 1,22 x 1,10 x 6mm	IMBRALIT	23,50	3.031,50
	15	255	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 2,44 x 0,50 x 4mm	IMBRALIT	10,00	2.550,00
	16	51	Unidade	Chapa de compensado naval 10mm	PAVIN	45,00	2.295,00
	23	255	Unidade	Tabua 0,10 x 3,00m de pinheiro	KITEL	8,00	2.040,00
	24	129	Unidade	Tabua 0,15 x 3,00m de pinheiro	KITEL	13,00	1.677,00
	25	129	Unidade	Tabua 0,20 x 3,00m de pinheiro	KITEL	17,50	2.257,50
	26	129	Unidade	Tabua 0,30 x 3,00m de pinheiro	KITEL	26,00	3.354,00
	27	129	Unidade	Tabua 0,30 x 3,00m de pinus	KITEL	13,00	1.677,00
	28	129	Unidade	Tabua 0,25 x 3,00m de pinus	KITEL	11,00	1.419,00
	29	129	Unidade	Caibro 3 x 4 x 3m de pinheiro	KITEL	22,40	2.889,60
	30	129	Unidade	Caibro 2 x 4 x 4m de pinheiro	KITEL	19,50	2.215,50
	31	129	Unidade	Barra de ferro 4,2mm com 12 metros	HLS	5,00	645,00
	34	51	Quilo	Arame galvanizado nº 18	MACCAFERRI	7,00	357,00
	35	51	Quilo	Arame galvanizado nº 20	MACCAFERRI	9,50	484,50
	37	51	Quilo	Arame recozido nº 10	FRANZ	7,90	402,90
	38	44	Lata	Espuma expansiva 500ml	MUNDIAL	18,00	792,00
	39	07	Caixa	Massa para calafetar 350g	MUNDIAL	6,00	42,00

**MATERIAIS ELÉTRICOS**

	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
	45	27	Unidade	Disjuntor trifásico 60A	SOPRANO	40,00	1.080,00
	48	1275	Metro	Fio paralelo 4,0mm	RCM	2,50	3.187,50
	49	1275	Metro	Fio flexível 1,5mm – preto	RCM	0,50	637,50
	50	1275	Metro	Fio flexível 1,5mm – azul	RCM	0,50	637,50
	51	1275	Metro	Fio flexível 1,5mm – verde	RCM	0,50	637,50
	52	1275	Metro	Fio flexível 1,5mm – vermelho	RCM	0,50	637,50
	53	1275	Metro	Fio flexível 2,5mm – preto	RCM	0,75	956,25
	54	1275	Metro	Fio flexível 2,5mm – azul	RCM	0,75	956,25
	55	1275	Metro	Fio flexível 2,5mm – verde	RCM	0,75	956,25
	56	1275	Metro	Fio flexível 2,5mm – vermelho	RCM	0,75	956,25
	61	1275	Metro	Fio flexível 6,0mm – preto	RCM	1,73	2.205,75
	62	1275	Metro	Fio flexível 6,0mm – azul	RCM	1,73	2.205,75
	63	1275	Metro	Fio flexível 6,0mm – verde	RCM	1,73	2.205,75
	64	1275	Metro	Fio flexível 6,0mm – vermelho	RCM	1,73	2.205,75
	81	1275	Metro	Fio rígido 6,0mm – preto	RCM	1,85	2.358,75
	82	1275	Metro	Fio rígido 6,0mm – azul	RCM	1,85	2.358,75
	83	1275	Metro	Fio rígido 6,0mm – verde	RCM	1,85	2.358,75
	84	1275	Metro	Fio rígido 6,0mm – vermelho	RCM	1,85	2.358,75
	85	1275	Metro	Fio rígido 10,0mm – preto	RCM	3,10	3.952,50
	86	1275	Metro	Fio rígido 10,0mm – azul	RCM	3,10	3.952,50
	87	1275	Metro	Fio rígido 10,0mm – verde	RCM	3,10	3.952,50
	88	1275	Metro	Fio rígido 10,0mm – vermelho	RCM	3,10	3.952,50
	94	51	Unidade	Tomada para telefone	MECTRONIC	8,00	408,00
	100	51	Unidade	Interruptor 2 teclas	MECTRONIC	6,00	306,00
	102	129	Unidade	Lâmpada econômica 25w espiral	TASCHIBRA	12,50	1.612,50
	103	129	Unidade	Lâmpada econômica 40w espiral	TASCHIBRA	29,00	3.741,00
	104	129	Unidade	Lâmpada econômica 60w espiral	TASCHIBRA	47,00	6.063,00
	108	61	Unidade	Reator 2 x 40v	RCG	21,00	1.281,00
	110	1275	Metro	Cabo PP 3 x 2,5	RCM	2,50	3.187,50

**MATERIAIS HIDRÁULICOS**

	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
	111	306	Metro	Tubo de PVC 25mm	KRONA	1,55	474,30
	112	85	Metro	Tubo de PVC 50mm	KRONA	2,90	246,50
	116	129	Unidade	Joelho 25mm	KRONA	0,33	42,57
	119	51	Unidade	Joelho 45° x 25	KRONA	0,60	30,60
	123	34	Unidade	Adaptador de flange 40mm	KRONA	9,00	306,00
	125	27	Unidade	T redução 50 x 25	KRONA	3,30	89,10
	126	27	Unidade	Curva 50mm soldável	KRONA	5,10	137,70
	135	51	Unidade	Sifão para pia	CENSI	3,90	198,90
	139	51	Unidade	Luva 50mm esgoto	KRONA	1,00	51,00
	142	34	Unidade	Joelho 45° x 100mm	KRONA	3,20	108,80
	143	34	Unidade	Joelho 45° x 50mm	KRONA	1,60	54,40
	146	34	Unidade	T 50mm	KRONA	2,60	88,40

**MATERIAIS DE PINTURA**

	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
	159	39	Unidade	Rolo de espuma 18cm com cabo	ROMA	6,10	237,90
	167	129	Unidade	Fixador de cal	JUNTALIDER	0,85	109,65

**FERRAGENS/FERRAMENTAS**

	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
	172	07	Caixa	Parafuso para forro de PVC com 1000 unidades	ANCORA	31,00	217,00
	173	510	Unidade	Parafuso bitola 6mm com bucha	MISTER	0,20	102,00
	174	510	Unidade	Parafuso bitola 8mm com bucha	MISTER	0,25	127,50
	175	510	Unidade	Parafuso bitola 10mm com bucha	MISTER	0,30	153,00
	176	1275	Unidade	Parafuso telheiro	TXT	0,36	459,00
	177	07	Rolo	Fio de nylon 3mm, quadrado, rolo com 312 metros	VONDER	2,70	18,90
	178	44	Unidade	Pá quadrada com cabo	PANDOLFO	30,00	1.320,00
	179	27	Unidade	Cabo para pá	PANDOLFO	9,00	243,00
	182	27	Unidade	Enxada sem cabo	PANDOLFO	11,00	297,00

MATERIAIS DE LIMPEZA							
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$	
186	170	Par	Luva de raspa – curta – vários tamanhos	WORKER	11,50	1.955,00	
187	170	Par	Luva de raspa cano longo – vários tamanhos	WORKER	14,50	2.465,00	
188	170	Par	Luva de malha de nitril – vários tamanhos	WORKER	8,00	1.360,00	
189	170	Par	Luva de couro – vários tamanhos	WORKER	10,10	1.717,00	
190	170	Par	Luva de borracha – vários tamanhos	WORKER	8,50	1.445,00	
191	170	Par	Luva de látex para limpeza – vários tamanhos	WORKER	3,60	612,00	
193	78	Par	Bota de borracha cano longo – vários tamanhos	BRACOL	39,00	3.042,0	
194	78	Par	Botina bico de aço – vários tamanhos	IMBISEG	35,00	2.730,00	
195	102	Par	Botina de couro com solado reforçado – vários tamanhos	IMBISEG	43,00	4.386,00	
197	27	Unidade	Vassoura de palha com cabo de madeira	FAMASTIL	19,00	513,00	
198	51	Unidade	Vassoura de nylon com cabo de madeira	FAMASTIL	6,30	321,30	
TOTAL R\$						158.864,22	

Irineópolis, 31 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

### ATA RP PROC 21/2016 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 21/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 21/2016, Pregão Presencial nº 10/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Alexandre Vilmar Borini - representante da empresa Borini e Cia Ltda ME; Sr. Rogério José Fleith - representante da empresa RJ Fleith e Cia Ltda; Sr. Nestor Fabio Jose Czornei - representante da empresa Irineu Comercio de Tintas Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Borini e Cia Ltda ME; RJ Fleith e Cia Ltda; Irineu Comercio de Tintas Ltda seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 21/2016, Pregão Presencial nº 10/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Alexandre Vilmar Borini - representante da empresa Borini e Cia Ltda ME; Sr. Rogério José Fleith - representante da empresa RJ Fleith e Cia Ltda; Sr. Nestor Fabio Jose Czornei - representante da empresa Irineu Comercio de Tintas Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Borini e Cia Ltda ME; RJ Fleith e Cia Ltda; Irineu Comercio de Tintas Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Borini & Cia Ltda ME

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO							
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$	
05	04	Pacote	Prego 17 x 27 - kg	TREFIX	5,60	22,40	
07	04	Pacote	Prego 20 x 42 - kg	TREFIX	5,70	22,80	
17	300	Unidade	Telha francesa de barro comum	C. CANELINHA	0,94	282,00	
18	75	Unidade	Goiva de barro de 1ª qualidade	C. CANELINHA	2,20	165,00	
19	02	Tubo	Cola branca 500g	AFIX	7,90	15,80	
20	30	Unidade	Ripa 1 x 2 de pinheiro	MADEIRA	3,50	105,00	
21	30	Unidade	Ripão 2 x 2 de pinheiro	MADEIRA	8,30	249,00	
22	15	Unidade	Ripão 1 x 2 de pinheiro	MADEIRA	3,40	51,00	
32	07	Unidade	Barra de ferro 5/16mm com 12 metros	BELGO MIN.	15,30	107,10	
33	07	Unidade	Barra de ferro 3/8mm com 12 metros	BELGO MIN.	22,90	160,30	
36	03	Quilo	Arame recozido nº 18	VILA	5,40	16,20	



## MATERIAIS ELÉTRICOS

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
40	01	Unidade	Disjuntor monofásico 25A	SIBRATEC	6,70	6,70
41	01	Unidade	Disjuntor monofásico 30A	SOPRANO	6,90	6,90
42	01	Unidade	Disjuntor monofásico 40A	SIBRATEC	11,00	11,00
43	01	Unidade	Disjuntor trifásico 40A	SIBRATEC	37,00	37,00
44	01	Unidade	Disjuntor trifásico 50A	SIBRATEC	37,00	37,00
46	75	Metro	Fio paralelo 1,5mm	PREMIUM	0,89	66,75
47	75	Metro	Fio paralelo 2,5mm	PREMIUM	1,20	90,00
57	75	Metro	Fio flexível 4,0mm – preto	PREMIUM	1,18	88,50
58	75	Metro	Fio flexível 4,0mm – azul	PREMIUM	1,18	88,50
59	75	Metro	Fio flexível 4,0mm – verde	PREMIUM	1,18	88,50
60	75	Metro	Fio flexível 4,0mm – vermelho	PREMIUM	1,18	88,50
65	75	Metro	Fio flexível 10,0mm – preto	CONDUCAP	2,89	216,75
66	75	Metro	Fio flexível 10,0mm – azul	CONDUCAP	2,89	216,75
67	75	Metro	Fio flexível 10,0mm – verde	CONDUCAP	2,89	216,75
68	75	Metro	Fio flexível 10,0mm – vermelho	CONDUCAP	2,89	216,75
69	75	Metro	Fio rígido 1,5mm – preto	CONDUCAP	0,53	39,75
70	75	Metro	Fio rígido 1,5mm – azul	CONDUCAP	0,53	39,75
71	75	Metro	Fio rígido 1,5mm – verde	CONDUCAP	0,53	39,75
72	75	Metro	Fio rígido 1,5mm – vermelho	CONDUCAP	0,53	39,75
73	75	Metro	Fio rígido 2,5mm – preto	CONDUCAP	0,74	55,50
74	75	Metro	Fio rígido 2,5mm – azul	CONDUCAP	0,74	55,50
75	75	Metro	Fio rígido 2,5mm – verde	CONDUCAP	0,74	55,50
76	75	Metro	Fio rígido 2,5mm – vermelho	CONDUCAP	0,74	55,50
77	75	Metro	Fio rígido 4,0mm – preto	CONDUCAP	1,24	93,00
78	75	Metro	Fio rígido 4,0mm – azul	CONDUCAP	1,24	93,00
79	75	Metro	Fio rígido 4,0mm – verde	CONDUCAP	1,24	93,00
80	75	Metro	Fio rígido 4,0mm – vermelho	CONDUCAP	1,24	93,00
89	01	Rolo	Fita isolante 10 metros	SIBRATEC	2,40	2,40
90	02	Rolo	Fita isolante 20 metros	SIBRATEC	4,20	8,40
91	03	Unidade	Tomada + 1 chave embutir	POLLAR	6,90	20,70
92	03	Unidade	Tomada + 2 chaves embutir	POLLAR	9,90	29,70
93	03	Unidade	Tomada embutir 10A	POLLAR	4,90	14,70
95	03	Unidade	Tomada sistema x	RADIAL	5,70	17,10
96	03	Unidade	Tomada simples de embutir 20A	POLLAR	5,70	17,10
97	03	Unidade	Tomada sobrepor	RADIAL	4,50	13,50
98	03	Unidade	Interruptor sobrepor	RADIAL	4,00	12,00
99	03	Unidade	Interruptor 1 tecla	RADIAL	2,80	8,40
101	03	Unidade	Interruptor + tomada embutir	POLLAR	6,90	20,70
105	07	Unidade	Lâmpada econômica 100w espiral	ALUMBRA	64,00	448,00
106	07	Unidade	Lâmpada espiral 85w	ALUMBRA	52,00	364,00
107	25	Unidade	Lâmpada fluorescente 40w	STARTEC	5,00	125,00
109	75	Metro	Cabo PP 4 x 4	CONDUCAP	6,60	495,00

## MATERIAIS HIDRÁULICOS

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
113	10	Metro	Tubo de PVC 40mm esgoto	TUBOVALE	1,80	18,00
114	10	Metro	Tubo de PVC 50mm esgoto	TUBOVALE	3,20	32,00
115	10	Metro	Tubo de PVC 100mm esgoto	TUBOVALE	4,80	48,00
117	07	Unidade	Luva 25mm	KRONA	0,35	2,45
118	04	Unidade	T 25mm	KRONA	0,50	2,00
120	03	Unidade	Joelho LR 25 x ¾	KRONA	1,25	3,75
121	03	Unidade	Joelho LR 25 x ½	KRONA	0,99	2,97
122	02	Unidade	Adaptador de flange 25mm	KRONA	4,50	9,00
124	02	Unidade	Adaptador de flange 50mm	KRONA	9,40	18,80
127	01	Unidade	Luva 50mm soldável	KRONA	1,90	1,90
128	01	Unidade	T 50mm soldável	KRONA	3,70	3,70
129	03	Unidade	Engate flexível longo para pia	DUTEX	4,30	12,90
130	03	Unidade	Torneira para jardim de plástico	DURIN	1,60	4,80
131	02	Unidade	Caixa de descarga com tubo	ALUMASSA	20,90	41,80
132	02	Unidade	Spud de borracha para WC	DUTEX	1,50	3,00
133	01	Unidade	Fita teflon (vedante /veda-rosca)	KRONA	2,50	2,50
134	01	Tubo	Cola para cano	KRONA	3,00	3,00
136	03	Unidade	Joelho 100mm esgoto	KRONA	2,70	8,10
137	03	Unidade	Luva 100mm esgoto	KRONA	2,70	8,10
138	03	Unidade	Joelho 50mm esgoto	KRONA	0,99	2,97
140	03	Unidade	Joelho 40mm esgoto	KRONA	0,80	2,40
141	02	Unidade	Luva 40mm esgoto	KRONA	0,50	1,50
144	02	Unidade	Joelho 45° x 40mm	KRONA	0,74	1,48
145	02	Unidade	T 100mm	KRONA	5,20	10,40
147	02	Unidade	T 40mm	KRONA	1,00	2,00
148	02	Unidade	Junção 100mm	KRONA	8,30	16,60
149	02	Unidade	Bucha redução 100 x 50mm	KRONA	2,89	5,78
150	03	Unidade	Válvula para pia	DUTEX	2,70	8,10
151	07	Unidade	Parafuso para fixação para WC	CISER	1,70	11,90
152	01	Unidade	Torneira de bóia para caixa d'água	CIPLA	5,00	5,00

## MATERIAIS DE PINTURA

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
153	02	Unidade	Rolo de lã 10cm com cabo	ROMA	4,90	9,80
154	02	Unidade	Rolo de lã 15cm com cabo	ROMA	5,90	11,80
155	02	Unidade	Rolo de lã 18cm com cabo	ROMA	7,75	15,50
157	02	Unidade	Rolo de espuma 10cm com cabo	ROMA	2,70	5,40
158	02	Unidade	Rolo de espuma 15cm com cabo	ROMA	5,40	10,80
160	02	Unidade	Rolo de espuma 23cm com cabo	ROMA	9,90	19,80
165	03	Unidade	Broxa para pintura grande 18 x 8	ROMA	4,70	14,10
168	03	Unidade	Broxa para pintura de meio-fio com cabo 12 x 6	ROMA	4,00	12,00

## FERRAGENS/FERRAMENTAS

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
180	01	Unidade	Cabo para enxada	MADEIRA	4,50	4,50
181	02	Unidade	Enxada com cabo	PANDOLFO	15,00	30,00
183	02	Unidade	Pá com cabo reforçado	PANDOLFO	14,00	28,00
184	150	Metro quad.	Lona preta m²	RECICLA BR.	0,60	90,00
185	75	Metro	Corda 12mm	RIOMAR	1,34	100,50

## MATERIAIS DE LIMPEZA

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
192	02	Par	Bota de borracha cano curto – vários tamanhos	ZUQUEBRAS	24,90	49,80
196	03	Unidade	Vassoura para grama com no mínimo 18 dentes e cabo de madeira	ROMA	9,50	28,50
TOTAL R\$						5.748,05

Irineu Comércio de Tintas Ltda ME

## MATERIAIS DE PINTURA

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
156	02	Unidade	Rolo de lã 23cm com cabo	TIGRE	11,00	22,00
161	02	Unidade	Pincel nº 1"	TIGRE	1,50	3,00
162	02	Unidade	Pincel nº 2"	TIGRE	3,00	6,00



163	02	Unidade	Pincel nº 3"	TIGRE	5,30	10,60
164	02	Unidade	Pincel nº 4"	TIGRE	6,50	13,00
166	12	Saco	Cal pronto para pintura – saco com 08 kg	CERRO BRANCO	5,80	69,60
169	25	Lata	Tinta acrílica semibrilho com 3,6L	CORIANTE	35,00	875,00
170	25	Lata	Tinta acrílica semibrilho com 18L	CORIANTE	155,00	3.875,00
171	25	Lata	Tinta esmalte sintético com 3,6L	CORIANTE	39,00	975,000
TOTAL R\$						5.849,20

R J FLEITH &amp; CIA LTDA ME

## MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
	01	30	Saco	Cimento 50kg	VOTORAN	26,80	804,00
	02	02	Tubo	Pigmento para cal – tubo 50ml	XADREZ	2,30	4,60
	03	07	Saco	Cal fino – 20kg	PAVIN	8,20	57,40
	04	22	Saco	Cal hidratado -20kg	PAVIN	6,80	149,60
	06	04	Pacote	Prego 18 x 36 - kg	TXT	7,70	30,80
	08	04	Pacote	Prego 22 x 42 - kg	TXT	7,70	30,80
	09	04	Pacote	Prego telheiro com 01kg – 18 x 30	TXT	9,40	37,60
	10	1500	Unidade	Tijolo 6 furos tamanho 9 x 14 x 24 – grande	FORTALEZA	0,49	735,00
	11	07	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 2,44 x 1,10 x 5mm	IMBRALIT	31,00	217,00
	12	07	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 2,44 x 1,10 x 6mm	IMBRALIT	42,90	300,30
	13	07	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 1,22 x 1,10 x 5mm	IMBRALIT	17,00	119,00
	14	07	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 1,22 x 1,10 x 6mm	IMBRALIT	23,50	164,50
	15	15	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 2,44 x 0,50 x 4mm	IMBRALIT	10,00	150,00
	16	03	Unidade	Chapa de compensado naval 10mm	PAVIN	45,00	135,00
	23	15	Unidade	Tabua 0,10 x 3,00m de pinheiro	KITEL	8,00	120,00
	24	07	Unidade	Tabua 0,15 x 3,00m de pinheiro	KITEL	13,00	91,00
	25	07	Unidade	Tabua 0,20 x 3,00m de pinheiro	KITEL	17,50	122,50
	26	07	Unidade	Tabua 0,30 x 3,00m de pinheiro	KITEL	26,00	182,00
	27	07	Unidade	Tabua 0,30 x 3,00m de pinus	KITEL	13,00	91,00
	28	07	Unidade	Tabua 0,25 x 3,00m de pinus	KITEL	11,00	77,00
	29	07	Unidade	Caibro 3 x 4 x 3m de pinheiro	KITEL	22,40	156,80
	30	07	Unidade	Caibro 2 x 4 x 4m de pinheiro	KITEL	19,50	136,50
	31	07	Unidade	Barra de ferro 4,2mm com 12 metros	HLS	5,00	35,00
	34	03	Quilo	Arame galvanizado nº 18	MACCAFERRI	7,00	21,00
	35	03	Quilo	Arame galvanizado nº 20	MACCAFERRI	9,50	28,50
	37	03	Quilo	Arame recozido nº 10	FRANZ	7,90	23,70
	38	02	Lata	Espuma expansiva 500ml	MUNDIAL	18,00	36,00
	39	01	Caixa	Massa para calafetar 350g	MUNDIAL	6,00	6,00

**MATERIAIS ELÉTRICOS**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
45	01	Unidade	Disjuntor trifásico 60A	SOPRANO	40,00	40,00
48	75	Metro	Fio paralelo 4,0mm	RCM	2,50	187,50
49	75	Metro	Fio flexível 1,5mm – preto	RCM	0,50	37,50
50	75	Metro	Fio flexível 1,5mm – azul	RCM	0,50	37,50
51	75	Metro	Fio flexível 1,5mm – verde	RCM	0,50	37,50
52	75	Metro	Fio flexível 1,5mm – vermelho	RCM	0,50	37,50
53	75	Metro	Fio flexível 2,5mm – preto	RCM	0,75	56,25
54	75	Metro	Fio flexível 2,5mm – azul	RCM	0,75	56,25
55	75	Metro	Fio flexível 2,5mm – verde	RCM	0,75	56,25
56	75	Metro	Fio flexível 2,5mm – vermelho	RCM	0,75	56,25
61	75	Metro	Fio flexível 6,0mm – preto	RCM	1,73	129,75
62	75	Metro	Fio flexível 6,0mm – azul	RCM	1,73	129,75
63	75	Metro	Fio flexível 6,0mm – verde	RCM	1,73	129,75
64	75	Metro	Fio flexível 6,0mm – vermelho	RCM	1,73	129,75
81	75	Metro	Fio rígido 6,0mm – preto	RCM	1,85	138,75
82	75	Metro	Fio rígido 6,0mm – azul	RCM	1,85	138,75
83	75	Metro	Fio rígido 6,0mm – verde	RCM	1,85	138,75
84	75	Metro	Fio rígido 6,0mm – vermelho	RCM	1,85	138,75
85	75	Metro	Fio rígido 10,0mm – preto	RCM	3,10	232,50
86	75	Metro	Fio rígido 10,0mm – azul	RCM	3,10	232,50
87	75	Metro	Fio rígido 10,0mm – verde	RCM	3,10	232,50
88	75	Metro	Fio rígido 10,0mm – vermelho	RCM	3,10	232,50
94	03	Unidade	Tomada para telefone	MECTRONIC	8,00	24,00
100	03	Unidade	Interruptor 2 teclas	MECTRONIC	6,00	18,00
102	07	Unidade	Lâmpada econômica 25w espiral	TASCHIBRA	12,50	87,50
103	07	Unidade	Lâmpada econômica 40w espiral	TASCHIBRA	29,00	203,00
104	07	Unidade	Lâmpada econômica 60w espiral	TASCHIBRA	47,00	329,00
108	03	Unidade	Reator 2 x 40v	RCG	21,00	63,00
110	75	Metro	Cabo PP 3 x 2,5	RCM	2,50	187,50

**MATERIAIS HIDRÁULICOS**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
111	18	Metro	Tubo de PVC 25mm	KRONA	1,55	27,90
112	05	Metro	Tubo de PVC 50mm	KRONA	2,90	14,50
116	07	Unidade	Joelho 25mm	KRONA	0,33	2,31
119	03	Unidade	Joelho 45° x 25	KRONA	0,60	1,80
123	02	Unidade	Adaptador de flange 40mm	KRONA	9,00	18,00
125	01	Unidade	T redução 50 x 25	KRONA	3,30	3,30
126	01	Unidade	Curva 50mm soldável	KRONA	5,10	5,10
135	03	Unidade	Sifão para pia	CENSI	3,90	11,70
139	03	Unidade	Luva 50mm esgoto	KRONA	1,00	3,00
142	02	Unidade	Joelho 45° x 100mm	KRONA	3,20	6,40
143	02	Unidade	Joelho 45° x 50mm	KRONA	1,60	3,20
146	02	Unidade	T 50mm	KRONA	2,60	5,20

**MATERIAIS DE PINTURA**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
159	02	Unidade	Rolo de espuma 18cm com cabo	ROMA	6,10	12,20
167	07	Unidade	Fixador de cal	JUNTALIDER	0,85	5,95

**FERRAGENS/FERRAMENTAS**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
172	01	Caixa	Parafuso para forro de PVC com 1000 unidades	ANCORA	31,00	31,00
173	30	Unidade	Parafuso bitola 6mm com bucha	MISTER	0,20	6,00
174	30	Unidade	Parafuso bitola 8mm com bucha	MISTER	0,25	7,50
175	30	Unidade	Parafuso bitola 10mm com bucha	MISTER	0,30	9,00
176	75	Unidade	Parafuso telheiro	TXT	0,36	27,00
177	01	Rolo	Fio de nylon 3mm, quadrado, rolo com 312 metros	VONDER	2,70	2,70
178	02	Unidade	Pá quadrada com cabo	PANDOLFO	30,00	60,00
179	01	Unidade	Cabo para pá	PANDOLFO	9,00	9,00
182	01	Unidade	Enxada sem cabo	PANDOLFO	11,00	11,00

MATERIAIS DE LIMPEZA							
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$	
186	10	Par	Luva de raspa – curta – vários tamanhos	WORKER	11,50	115,00	
187	10	Par	Luva de raspa cano longo – vários tamanhos	WORKER	14,50	145,00	
188	10	Par	Luva de malha de nitril – vários tamanhos	WORKER	8,00	80,00	
189	10	Par	Luva de couro – vários tamanhos	WORKER	10,10	101,00	
190	10	Par	Luva de borracha – vários tamanhos	WORKER	8,50	85,00	
191	10	Par	Luva de látex para limpeza – vários tamanhos	WORKER	3,60	36,00	
193	04	Par	Bota de borracha cano longo – vários tamanhos	BRACOL	39,00	156,00	
194	04	Par	Botina bico de aço – vários tamanhos	IMBISEG	35,00	140,00	
195	06	Par	Botina de couro com solado reforçado – vários tamanhos	IMBISEG	43,00	258,00	
197	01	Unidade	Vassoura de palha com cabo de madeira	FAMASTIL	19,00	19,00	
198	03	Unidade	Vassoura de nylon com cabo de madeira	FAMASTIL	6,30	18,90	
TOTAL R\$						9.018,76	

Irineópolis, 31 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

### ATA RP PROC 21/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 21/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 21/2016, Pregão Presencial nº 10/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Alexandre Vilmar Borini - representante da empresa Borini e Cia Ltda ME; Sr. Rogério José Fleith - representante da empresa RJ Fleith e Cia Ltda; Sr. Nestor Fabio Jose Czornei - representante da empresa Irineu Comercio de Tintas Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Borini e Cia Ltda ME; RJ Fleith e Cia Ltda; Irineu Comercio de Tintas Ltda seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 21/2016, Pregão Presencial nº 10/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Alexandre Vilmar Borini - representante da empresa Borini e Cia Ltda ME; Sr. Rogério José Fleith - representante da empresa RJ Fleith e Cia Ltda; Sr. Nestor Fabio Jose Czornei - representante da empresa Irineu Comercio de Tintas Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Borini e Cia Ltda ME; RJ Fleith e Cia Ltda; Irineu Comercio de Tintas Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Borini & Cia Ltda ME

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO							
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$	
05	04	Pacote	Prego 17 x 27 - kg	TREFIX	5,60	22,40	
07	04	Pacote	Prego 20 x 42 - kg	TREFIX	5,70	22,80	
17	300	Unidade	Telha francesa de barro comum	C. CANELINHA	0,94	282,00	
18	75	Unidade	Goiva de barro de 1ª qualidade	C. CANELINHA	2,20	165,00	
19	02	Tubo	Cola branca 500g	AFIX	7,90	15,80	
20	30	Unidade	Ripa 1 x 2 de pinheiro	MADEIRA	3,50	105,00	
21	30	Unidade	Ripão 2 x 2 de pinheiro	MADEIRA	8,30	249,00	
22	15	Unidade	Ripão 1 x 2 de pinheiro	MADEIRA	3,40	51,00	
32	07	Unidade	Barra de ferro 5/16mm com 12 metros	BELGO MIN.	15,30	107,10	
33	07	Unidade	Barra de ferro 3/8mm com 12 metros	BELGO MIN.	22,90	160,30	
36	03	Quilo	Arame recozido nº 18	VILA	5,40	16,20	

## MATERIAIS ELÉTRICOS

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
40	01	Unidade	Disjuntor monofásico 25A	SIBRATEC	6,70	6,70
41	01	Unidade	Disjuntor monofásico 30A	SOPRANO	6,90	6,90
42	01	Unidade	Disjuntor monofásico 40A	SIBRATEC	11,00	11,00
43	01	Unidade	Disjuntor trifásico 40A	SIBRATEC	37,00	37,00
44	01	Unidade	Disjuntor trifásico 50A	SIBRATEC	37,00	37,00
46	75	Metro	Fio paralelo 1,5mm	PREMIUM	0,89	66,75
47	75	Metro	Fio paralelo 2,5mm	PREMIUM	1,20	90,00
57	75	Metro	Fio flexível 4,0mm – preto	PREMIUM	1,18	88,50
58	75	Metro	Fio flexível 4,0mm – azul	PREMIUM	1,18	88,50
59	75	Metro	Fio flexível 4,0mm – verde	PREMIUM	1,18	88,50
60	75	Metro	Fio flexível 4,0mm – vermelho	PREMIUM	1,18	88,50
65	75	Metro	Fio flexível 10,0mm – preto	CONDUCAP	2,89	216,75
66	75	Metro	Fio flexível 10,0mm – azul	CONDUCAP	2,89	216,75
67	75	Metro	Fio flexível 10,0mm – verde	CONDUCAP	2,89	216,75
68	75	Metro	Fio flexível 10,0mm – vermelho	CONDUCAP	2,89	216,75
69	75	Metro	Fio rígido 1,5mm – preto	CONDUCAP	0,53	39,75
70	75	Metro	Fio rígido 1,5mm – azul	CONDUCAP	0,53	39,75
71	75	Metro	Fio rígido 1,5mm – verde	CONDUCAP	0,53	39,75
72	75	Metro	Fio rígido 1,5mm – vermelho	CONDUCAP	0,53	39,75
73	75	Metro	Fio rígido 2,5mm – preto	CONDUCAP	0,74	55,50
74	75	Metro	Fio rígido 2,5mm – azul	CONDUCAP	0,74	55,50
75	75	Metro	Fio rígido 2,5mm – verde	CONDUCAP	0,74	55,50
76	75	Metro	Fio rígido 2,5mm – vermelho	CONDUCAP	0,74	55,50
77	75	Metro	Fio rígido 4,0mm – preto	CONDUCAP	1,24	93,00
78	75	Metro	Fio rígido 4,0mm – azul	CONDUCAP	1,24	93,00
79	75	Metro	Fio rígido 4,0mm – verde	CONDUCAP	1,24	93,00
80	75	Metro	Fio rígido 4,0mm – vermelho	CONDUCAP	1,24	93,00
89	01	Rolo	Fita isolante 10 metros	SIBRATEC	2,40	2,40
90	02	Rolo	Fita isolante 20 metros	SIBRATEC	4,20	8,40
91	03	Unidade	Tomada + 1 chave embutir	POLLAR	6,90	20,70
92	03	Unidade	Tomada + 2 chaves embutir	POLLAR	9,90	29,70
93	03	Unidade	Tomada embutir 10A	POLLAR	4,90	14,70
95	03	Unidade	Tomada sistema x	RADIAL	5,70	17,10
96	03	Unidade	Tomada simples de embutir 20A	POLLAR	5,70	17,10
97	03	Unidade	Tomada sobrepor	RADIAL	4,50	13,50
98	03	Unidade	Interruptor sobrepor	RADIAL	4,00	12,00
99	03	Unidade	Interruptor 1 tecla	RADIAL	2,80	8,40
101	03	Unidade	Interruptor + tomada embutir	POLLAR	6,90	20,70
105	07	Unidade	Lâmpada econômica 100w espiral	ALUMBRA	64,00	448,00
106	07	Unidade	Lâmpada espiral 85w	ALUMBRA	52,00	364,00
107	25	Unidade	Lâmpada fluorescente 40w	STARTEC	5,00	125,00
109	75	Metro	Cabo PP 4 x 4	CONDUCAP	6,60	495,00

**MATERIAIS HIDRÁULICOS**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
113	10	Metro	Tubo de PVC 40mm esgoto	TUBOVALE	1,80	18,00
114	10	Metro	Tubo de PVC 50mm esgoto	TUBOVALE	3,20	32,00
115	10	Metro	Tubo de PVC 100mm esgoto	TUBOVALE	4,80	48,00
117	07	Unidade	Luva 25mm	KRONA	0,35	2,45
118	04	Unidade	T 25mm	KRONA	0,50	2,00
120	03	Unidade	Joelho LR 25 x ¾	KRONA	1,25	3,75
121	03	Unidade	Joelho LR 25 x ½	KRONA	0,99	2,97
122	02	Unidade	Adaptador de flange 25mm	KRONA	4,50	9,00
124	02	Unidade	Adaptador de flange 50mm	KRONA	9,40	18,80
127	01	Unidade	Luva 50mm soldável	KRONA	1,90	1,90
128	01	Unidade	T 50mm soldável	KRONA	3,70	3,70
129	03	Unidade	Engate flexível longo para pia	DUTEX	4,30	12,90
130	03	Unidade	Torneira para jardim de plástico	DURIN	1,60	4,80
131	02	Unidade	Caixa de descarga com tubo	ALUMASSA	20,90	41,80
132	02	Unidade	Spud de borracha para WC	DUTEX	1,50	3,00
133	01	Unidade	Fita teflon (vedante /veda-roscas)	KRONA	2,50	2,50
134	01	Tubo	Cola para cano	KRONA	3,00	3,00
136	03	Unidade	Joelho 100mm esgoto	KRONA	2,70	8,10
137	03	Unidade	Luva 100mm esgoto	KRONA	2,70	8,10
138	03	Unidade	Joelho 50mm esgoto	KRONA	0,99	2,97
140	03	Unidade	Joelho 40mm esgoto	KRONA	0,80	2,40
141	02	Unidade	Luva 40mm esgoto	KRONA	0,50	1,50
144	02	Unidade	Joelho 45° x 40mm	KRONA	0,74	1,48
145	02	Unidade	T 100mm	KRONA	5,20	10,40
147	02	Unidade	T 40mm	KRONA	1,00	2,00
148	02	Unidade	Junção 100mm	KRONA	8,30	16,60
149	02	Unidade	Bucha redução 100 x 50mm	KRONA	2,89	5,78
150	03	Unidade	Válvula para pia	DUTEX	2,70	8,10
151	07	Unidade	Parafuso para fixação para WC	CISER	1,70	11,90
152	01	Unidade	Torneira de bóia para caixa d'água	CIPLA	5,00	5,00

**MATERIAIS DE PINTURA**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
153	02	Unidade	Rolo de lã 10cm com cabo	ROMA	4,90	9,80
154	02	Unidade	Rolo de lã 15cm com cabo	ROMA	5,90	11,80
155	02	Unidade	Rolo de lã 18cm com cabo	ROMA	7,75	15,50
157	02	Unidade	Rolo de espuma 10cm com cabo	ROMA	2,70	5,40
158	02	Unidade	Rolo de espuma 15cm com cabo	ROMA	5,40	10,80
160	02	Unidade	Rolo de espuma 23cm com cabo	ROMA	9,90	19,80
165	03	Unidade	Broxa para pintura grande 18 x 8	ROMA	4,70	14,10
168	03	Unidade	Broxa para pintura de meio-fio com cabo 12 x 6	ROMA	4,00	12,00

**FERRAGENS/FERRAMENTAS**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
180	01	Unidade	Cabo para enxada	MADEIRA	4,50	4,50
181	02	Unidade	Enxada com cabo	PANDOLFO	15,00	30,00
183	02	Unidade	Pá com cabo reforçado	PANDOLFO	14,00	28,00
184	150	Metro quad.	Lona preta m²	RECICLA BR.	0,60	90,00
185	75	Metro	Corda 12mm	RIOMAR	1,34	100,50

**MATERIAIS DE LIMPEZA**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
192	02	Par	Bota de borracha cano curto – vários tamanhos	ZUQUEBRAS	24,90	49,80
196	03	Unidade	Vassoura para grama com no mínimo 18 dentes e cabo de madeira	ROMA	9,50	28,50
TOTAL R\$						5.748,05

Irineu Comércio de Tintas Ltda ME

**MATERIAIS DE PINTURA**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
156	02	Unidade	Rolo de lã 23cm com cabo	TIGRE	11,00	22,00
161	02	Unidade	Pincel nº 1"	TIGRE	1,50	3,00
162	02	Unidade	Pincel nº 2"	TIGRE	3,00	6,00

163	02	Unidade	Pincel nº 3"	TIGRE	5,30	10,60
164	02	Unidade	Pincel nº 4"	TIGRE	6,50	13,00
166	12	Saco	Cal pronto para pintura – saco com 08 kg	CERRO BRANCO	5,80	69,60
169	25	Lata	Tinta acrílica semibrilho com 3,6L	CORIANTE	35,00	875,00
170	25	Lata	Tinta acrílica semibrilho com 18L	CORIANTE	155,00	3.875,00
171	25	Lata	Tinta esmalte sintético com 3,6L	CORIANTE	39,00	975,000
TOTAL R\$						5.849,20

R J FLEITH &amp; CIA LTDA ME

## MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
	01	30	Saco	Cimento 50kg	VOTORAN	26,80	804,00
	02	02	Tubo	Pigmento para cal – tubo 50ml	XADREZ	2,30	4,60
	03	07	Saco	Cal fino – 20kg	PAVIN	8,20	57,40
	04	22	Saco	Cal hidratado -20kg	PAVIN	6,80	149,60
	06	04	Pacote	Prego 18 x 36 - kg	TXT	7,70	30,80
	08	04	Pacote	Prego 22 x 42 - kg	TXT	7,70	30,80
	09	04	Pacote	Prego telheiro com 01kg – 18 x 30	TXT	9,40	37,60
	10	1500	Unidade	Tijolo 6 furos tamanho 9 x 14 x 24 – grande	FORTALEZA	0,49	735,00
	11	07	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 2,44 x 1,10 x 5mm	IMBRALIT	31,00	217,00
	12	07	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 2,44 x 1,10 x 6mm	IMBRALIT	42,90	300,30
	13	07	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 1,22 x 1,10 x 5mm	IMBRALIT	17,00	119,00
	14	07	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 1,22 x 1,10 x 6mm	IMBRALIT	23,50	164,50
	15	15	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 2,44 x 0,50 x 4mm	IMBRALIT	10,00	150,00
	16	03	Unidade	Chapa de compensado naval 10mm	PAVIN	45,00	135,00
	23	15	Unidade	Tabua 0,10 x 3,00m de pinheiro	KITEL	8,00	120,00
	24	07	Unidade	Tabua 0,15 x 3,00m de pinheiro	KITEL	13,00	91,00
	25	07	Unidade	Tabua 0,20 x 3,00m de pinheiro	KITEL	17,50	122,50
	26	07	Unidade	Tabua 0,30 x 3,00m de pinheiro	KITEL	26,00	182,00
	27	07	Unidade	Tabua 0,30 x 3,00m de pinus	KITEL	13,00	91,00
	28	07	Unidade	Tabua 0,25 x 3,00m de pinus	KITEL	11,00	77,00
	29	07	Unidade	Caibro 3 x 4 x 3m de pinheiro	KITEL	22,40	156,80
	30	07	Unidade	Caibro 2 x 4 x 4m de pinheiro	KITEL	19,50	136,50
	31	07	Unidade	Barra de ferro 4,2mm com 12 metros	HLS	5,00	35,00
	34	03	Quilo	Arame galvanizado nº 18	MACCAFERRI	7,00	21,00
	35	03	Quilo	Arame galvanizado nº 20	MACCAFERRI	9,50	28,50
	37	03	Quilo	Arame recozido nº 10	FRANZ	7,90	23,70
	38	02	Lata	Espuma expansiva 500ml	MUNDIAL	18,00	36,00
	39	01	Caixa	Massa para calafetar 350g	MUNDIAL	6,00	6,00



**MATERIAIS ELÉTRICOS**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
45	01	Unidade	Disjuntor trifásico 60A	SOPRANO	40,00	40,00
48	75	Metro	Fio paralelo 4,0mm	RCM	2,50	187,50
49	75	Metro	Fio flexível 1,5mm – preto	RCM	0,50	37,50
50	75	Metro	Fio flexível 1,5mm – azul	RCM	0,50	37,50
51	75	Metro	Fio flexível 1,5mm – verde	RCM	0,50	37,50
52	75	Metro	Fio flexível 1,5mm – vermelho	RCM	0,50	37,50
53	75	Metro	Fio flexível 2,5mm – preto	RCM	0,75	56,25
54	75	Metro	Fio flexível 2,5mm – azul	RCM	0,75	56,25
55	75	Metro	Fio flexível 2,5mm – verde	RCM	0,75	56,25
56	75	Metro	Fio flexível 2,5mm – vermelho	RCM	0,75	56,25
61	75	Metro	Fio flexível 6,0mm – preto	RCM	1,73	129,75
62	75	Metro	Fio flexível 6,0mm – azul	RCM	1,73	129,75
63	75	Metro	Fio flexível 6,0mm – verde	RCM	1,73	129,75
64	75	Metro	Fio flexível 6,0mm – vermelho	RCM	1,73	129,75
81	75	Metro	Fio rígido 6,0mm – preto	RCM	1,85	138,75
82	75	Metro	Fio rígido 6,0mm – azul	RCM	1,85	138,75
83	75	Metro	Fio rígido 6,0mm – verde	RCM	1,85	138,75
84	75	Metro	Fio rígido 6,0mm – vermelho	RCM	1,85	138,75
85	75	Metro	Fio rígido 10,0mm – preto	RCM	3,10	232,50
86	75	Metro	Fio rígido 10,0mm – azul	RCM	3,10	232,50
87	75	Metro	Fio rígido 10,0mm – verde	RCM	3,10	232,50
88	75	Metro	Fio rígido 10,0mm – vermelho	RCM	3,10	232,50
94	03	Unidade	Tomada para telefone	MECTRONIC	8,00	24,00
100	03	Unidade	Interruptor 2 teclas	MECTRONIC	6,00	18,00
102	07	Unidade	Lâmpada econômica 25w espiral	TASCHIBRA	12,50	87,50
103	07	Unidade	Lâmpada econômica 40w espiral	TASCHIBRA	29,00	203,00
104	07	Unidade	Lâmpada econômica 60w espiral	TASCHIBRA	47,00	329,00
108	03	Unidade	Reator 2 x 40v	RCG	21,00	63,00
110	75	Metro	Cabo PP 3 x 2,5	RCM	2,50	187,50

**MATERIAIS HIDRÁULICOS**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
111	18	Metro	Tubo de PVC 25mm	KRONA	1,55	27,90
112	05	Metro	Tubo de PVC 50mm	KRONA	2,90	14,50
116	07	Unidade	Joelho 25mm	KRONA	0,33	2,31
119	03	Unidade	Joelho 45° x 25	KRONA	0,60	1,80
123	02	Unidade	Adaptador de flange 40mm	KRONA	9,00	18,00
125	01	Unidade	T redução 50 x 25	KRONA	3,30	3,30
126	01	Unidade	Curva 50mm soldável	KRONA	5,10	5,10
135	03	Unidade	Sifão para pia	CENSI	3,90	11,70
139	03	Unidade	Luva 50mm esgoto	KRONA	1,00	3,00
142	02	Unidade	Joelho 45° x 100mm	KRONA	3,20	6,40
143	02	Unidade	Joelho 45° x 50mm	KRONA	1,60	3,20
146	02	Unidade	T 50mm	KRONA	2,60	5,20

**MATERIAIS DE PINTURA**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
159	02	Unidade	Rolo de espuma 18cm com cabo	ROMA	6,10	12,20
167	07	Unidade	Fixador de cal	JUNTALIDER	0,85	5,95

**FERRAGENS/FERRAMENTAS**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
172	01	Caixa	Parafuso para forro de PVC com 1000 unidades	ANCORA	31,00	31,00
173	30	Unidade	Parafuso bitola 6mm com bucha	MISTER	0,20	6,00
174	30	Unidade	Parafuso bitola 8mm com bucha	MISTER	0,25	7,50
175	30	Unidade	Parafuso bitola 10mm com bucha	MISTER	0,30	9,00
176	75	Unidade	Parafuso telheiro	TXT	0,36	27,00
177	01	Rolo	Fio de nylon 3mm, quadrado, rolo com 312 metros	VONDER	2,70	2,70
178	02	Unidade	Pá quadrada com cabo	PANDOLFO	30,00	60,00
179	01	Unidade	Cabo para pá	PANDOLFO	9,00	9,00
182	01	Unidade	Enxada sem cabo	PANDOLFO	11,00	11,00

MATERIAIS DE LIMPEZA							
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$	
186	10	Par	Luva de raspa – curta – vários tamanhos	WORKER	11,50	115,00	
187	10	Par	Luva de raspa cano longo – vários tamanhos	WORKER	14,50	145,00	
188	10	Par	Luva de malha de nitril – vários tamanhos	WORKER	8,00	80,00	
189	10	Par	Luva de couro – vários tamanhos	WORKER	10,10	101,00	
190	10	Par	Luva de borracha – vários tamanhos	WORKER	8,50	85,00	
191	10	Par	Luva de látex para limpeza – vários tamanhos	WORKER	3,60	36,00	
193	04	Par	Bota de borracha cano longo – vários tamanhos	BRACOL	39,00	156,00	
194	04	Par	Botina bico de aço – vários tamanhos	IMBISEG	35,00	140,00	
195	06	Par	Botina de couro com solado reforçado – vários tamanhos	IMBISEG	43,00	258,00	
197	01	Unidade	Vassoura de palha com cabo de madeira	FAMASTIL	19,00	19,00	
198	03	Unidade	Vassoura de nylon com cabo de madeira	FAMASTIL	6,30	18,90	
TOTAL R\$						9.018,76	

Irineópolis, 31 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

### ATA RP PROC 61/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 61/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 61/2015, Pregão Presencial nº 34/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papeleria São Bento Ltda ME; Sr. Odirlei Dozorski - representante da empresa Fenix Informática e Telefonia Ltda ME; Sr. Eraldo Salvador - representante da empresa Ricarl Distribuidora Eireli ME; Sr. Luis Kaminski - representante da empresa Luis Kaminski ME; Sr. Luiz Amarildo Mueller - representante da empresa Maxima Distribuidora Eireli; Sr. Abel Kaczoroski - representante da empresa Vinicius Roncaglio ME; Sr. Andre Luis Muller - representante da empresa I9 Soluções Tecnológicas Ltda ME; Sr. Jonas Valdir Zucco - representante da empresa Comercial Palmeiras Ltda EPP.A empresa Norte Industria Grafica Ltda encaminhou seus envelopes através do frete CIF.Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Papeleria São Bento Ltda ME; Fenix Informática e Telefonia Ltda ME; Ricarl Distribuidora Eireli ME; Luis Kaminski ME; Maxima Distribuidora Eireli; Vinicius Roncaglio ME; I9 Soluções Tecnológicas Ltda ME; Norte Industria Grafica Ltda; Comercial Palmeiras Ltda EPP seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas.O Sr. Eraldo Salvador representante da empresa Ricarl Distribuidora Eireli ME retirou-se da sessão, não participando da etapa de lances.A empresa Papeleria São Bento Ltda pediu desclassificação do item 156, por erro de digitação.A Sessão foi encerrada as 11:30h com retorno as 13:00h.Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 61/2015, Pregão Presencial nº 34/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papeleria São Bento Ltda ME; Sr. Odirlei Dozorski - representante da empresa Fenix Informática e Telefonia Ltda ME; Sr. Eraldo Salvador - representante da empresa Ricarl Distribuidora Eireli ME; Sr. Luis Kaminski - representante da empresa Luis Kaminski ME; Sr. Luiz Amarildo Mueller - representante da empresa Maxima Distribuidora Eireli; Sr. Abel Kaczoroski - representante da empresa Vinicius Roncaglio ME; Sr. Andre Luis Muller - representante da empresa I9 Soluções Tecnológicas Ltda ME; Sr. Jonas Valdir Zucco - representante da empresa Comercial Palmeiras Ltda EPP.A empresa Norte Industria Grafica Ltda encaminhou seus envelopes através do frete CIF.Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas Papeleria São Bento Ltda ME; Fenix Informática e Telefonia Ltda ME; Ricarl Distribuidora Eireli ME; Luis Kaminski ME; Maxima Distribuidora Eireli; Vinicius Roncaglio ME; I9 Soluções Tecnológicas Ltda ME; Norte Industria Grafica Ltda; e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. A empresa Comercial Palmeiras Ltda EPP apresentou a certidão negativa federal vencida, com base na Lei nº123/2006, Art 43 - 1o Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A comissão abre o prazo conforme lei nº 123/2006.Os envelopes das empresas: Norte Industria Grafica Ltda e Ricarl Distribuidora Eireli ME permanecem lacrados no presente processo.Os demais representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata. Comercial Palmeiras Ltda EPP



Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor total R\$
04	10	Caixa	Alfinete colorido, com cabeça, para mapas, com no mínimo 50 unidades	JOCAR	5,13	51,30
08	15	Pacote	Bloco auto adesivo p/recados 51X38mm c/04 blocos de 50 fls coloridos	INFORMS	2,85	42,75
12	10	unidade	Caderno espiral capa dura 48 folhas	JANDAIA	2,73	27,30
16	400	unidade	Caixa para arquivo morto	FRAMA	2,27	908,00
21	50	unidade	Caneta Preta ponta média	BIC	1,03	51,50
23	50	unidade	Caneta marca texto amarela	JOCAR	1,87	93,50
57	300	unidade	Envelope ofício timbrado 11,5x23 cm cor branca	SCRYT	0,63	189,00
58	300	unidade	Envelope timbrado 23x32 cm cor amarela ou branca menos na cor parda	SCRYT	0,97	291,00
59	500	unidade	Envelope timbrado 26x36 cm cor amarela ou branca menos na cor parda	SCRYT	0,97	485,00
60	40	unidade	Fita adesiva – grande – 18x50	DELFIX	1,94	77,60
68	30	caixa	Grampo trilho de metal com 50 unidades	JOCAR	12,00	360,00
80	10	rolos	Papel contact transparente com 25 metros- 450mm	INFORMS	59,37	593,70
84	20	unidade	Pasta arquivo em plástico transparente com canaleta	ACP	2,36	47,20
89	200	unidade	Pasta suspensa em papelão resistente para arquivo com grampo	FRAMA	2,23	446,00
92	50	caixa	Percevejo com 100 unidades	JOCAR	2,74	137,00
98	10	unidade	Pincel atômico verde	XX	2,79	27,90
127	300	Unidade	Fichas para controle de MFP	GB	2,13	639,00
128	600	Unidade	Fichas de coleta de leite	GB	1,14	684,00
TOTAL R\$						5.151,75

## Fenix Informática e Telefonia Ltda ME

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor total R\$
106	25	unidade	Toner original HP 2612 A	HP	363,70	9.092,50
108	60	unidade	Toner original HP 78A	HP	438,55	26.313,00
121	05	unidade	Pen drive 16 GB de memória	SANDISK	52,30	261,50
122	05	unidade	Cartão de memória 16Gb	SANDISK	31,00	155,00
TOTAL R\$						35.822,00

## Luis Kaminski – ME

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor total R\$
27	50	unidade	Cartucho original HP 122 color	HP	62,94	3.147,00
28	50	unidade	Cartucho original HP 122 preto	HP	56,54	2.827,00
29	20	unidade	Cartucho original HP 94 preto	HP	84,96	1.699,20
30	20	unidade	Cartucho original HP 95 color	HP	91,94	1.838,80
125	30	Unidade	Cartucho original HP 27 preto	HP	69,89	2.096,70
TOTAL R\$						11.608,70

## Maxima Distribuidora Eireli,

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor total R\$
01	25	Unidade	Agenda	PRATIKA	22,50	562,50
18	10	unidade	Calculadora eletrônica média a pilha (não de bolso) 08 dígitos	KENKO	17,68	176,80
19	400	unidade	Caneta Esferográfica 1.0mm trilux Azul – ponta média, ponteira metálica.	FABER	1,02	408,00
20	100	unidade	Caneta Esferográfica 0,7mm Azul - ponta fina, com ponteira metálica	COMPACTOR	1,45	145,00
31	60	unidade	Cartucho original HP 662 preto	HP	76,50	4.590,00
32	60	unidade	Cartucho original HP 662 color	HP	93,40	5.604,00
33	10	caixa	Clips nº 0 com 500gr	RG	8,60	86,00
34	10	caixa	Clips nº 1 com 500gr	RG	8,60	86,00
35	10	caixa	Clips nº 2 com 500gr	RG	8,60	86,00
36	10	caixa	Clips nº 3 com 500gr	RG	8,60	86,00
37	10	caixa	Clips nº 8 com 500gr	RG	8,60	86,00
43	10	unidade	EVA cor rosa claro	VMP	1,78	17,80
44	10	Unidade	EVA cor rosa escura	VMP	1,78	17,80
45	10	unidade	EVA verde escuro	VMP	1,78	17,80

46	10	unidade	EVA verde claro	VMP	1,78	17,80
47	10	unidade	EVA cor vermelho	VMP	1,78	17,80
48	10	unidade	EVA cor amarelo	VMP	1,78	17,80
49	10	unidade	EVA cor azul escuro	VMP	1,78	17,80
50	10	unidade	EVA cor azul claro	VMP	1,78	17,80
51	10	unidade	EVA cor preto	VMP	1,78	17,80
52	10	unidade	EVA cor marrom	VMP	1,78	17,80
53	10	unidade	EVA cor laranja	VMP	1,78	17,80
54	10	unidade	EVA cor lilás	VMP	1,78	17,80
55	10	unidade	EVA cor branca	VMP	1,78	17,80
63	05	unidade	Fita crepe adesiva 18mmx50m	SICAD	4,00	20,00
64	05	unidade	Fita crepe larga	SICAD	11,48	57,40
75	05	unidade	Livro ata com 100 paginas – numerado	SÃO DOMINGOS	12,90	64,50
79	1000	unidade	Papel A4 Branco - Resma com 500 folhas	CHAMEX	15,99	15.990,00
107	40	unidade	Toner original para impressora Brother TN 3392	BROTHER	528,00	21.120,00
109	40	unidade	Toner original HP 85A	HP	369,00	14.760,00
201	05	frasco	Tinta preta para carimbo automático 30 ml	RADEX	7,50	37,50
TOTAL R\$						64.197,10

## Papeleria São Bento Ltda – EPP

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor total R\$
02	05	Unidade	Agenda Telefonica em espiral	TILIBRA	21,69	108,45
03	15	Unidade	Apontador para lápis com reservatório	MAKE	1,79	26,85
05	10	unidade	Almofada para carimbo nº 03, sem cor	RADEX	5,89	58,90
06	06	unidade	Almofada para máquina de calcular modelo procalc LP 25	CARBRINK	10,97	65,82
07	50	unidade	Bastão de cola quente grossa	RENDICOLA	1,09	54,50
09	50	unidade	Bloco de anotações	S.DOMINGOS	4,76	238,00
10	01	caixa	Bobina para calculadora PDV 57 mm, caixa com 30 unidades	ALFORM	40,25	40,25
11	30	unidade	Borracha branca de látex 38x26x8mm	RED BOR	0,37	11,10
13	06	unidade	Caderno protocolo	S.DOMINGOS	7,62	45,72
14	50	unidade	CD regravável	ELGIN	2,79	139,50
15	01	unidade	Tubo de CD/R com 100 unidades	ELGIN	129,50	129,50
17	50	unidade	Caixa para arquivo morto em plástico	POLIBRAS	5,05	252,50
22	100	unidade	Caneta vermelha - ponta média	FABER CASTEL	1,05	105,00
24	10	unidade	Caneta marca texto verde	JOCAR	1,91	19,10
25	10	unidade	Caneta marcador permanente CD/DVD, 1.0mm, preta	MARIPEL	3,35	33,50
38	30	unidade	Cola em bastão, atóxica, com glicerina, 08 gr	RADEX	1,69	50,70
39	30	unidade	Cola branca liquida lavável, não tóxica 90 gr	PIRATININGA	1,54	46,20
40	30	unidade	Corretivo liquido a base de água	RADEX	1,36	40,80
41	05	caixa	Elástico nº 18, com no mínimo 200 unidades	RED BOR	4,29	21,45
42	100	unidade	Envelopes para CD	SERTIC	0,29	29,00
56	10	unidade	Extrator de grampo galvanizado tipo espátula	CARBRINK	1,58	15,80
61	30	unidade	Fita adesiva larga transparente	POLO	4,06	121,80
62	10	unidade	Fita corretiva de secagem rápida	BRW	7,51	75,10
65	20	unidade	Folha adesiva gomada	SICAD	14,25	285,00
66	50	caixa	Grampo para grampeador nº 26/6 caixa com 5.000 unidades – prata	BNEW	5,40	270,00
69	10	Unidade	Livro ponto com 50 paginas	S.DOMINGOS	11,32	113,20
70	40	minas	Grafite 2b. 0,5 mm preto	CIS	1,84	73,60
71	05	unidade	Lápis borracha	FABER CASTEL	1,86	9,30
72	50	unidade	Lápis preto, nº 2 com madeira de boa qualidade	MULTICOLOR	0,72	36,00
73	50	unidade	Lápis nº 2 sextavado	FABER	0,72	36,00
74	02	unidade	Lapiseira 0,5	CIS	5,49	10,98
76	05	unidade	Livro de registro de empregados com 50 paginas	S.DOMINGOS	14,07	70,35
77	06	caixa	Marcador de páginas transparente com adesivo flags c/ 100 folhas	3M	17,85	107,10
78	03	unidade	Organizador de escritório vertical cor cristal ou fumê	WALLEU	70,79	212,37
81	02	resma	Papel couchê colorido (azul claro/verde) resma	VMP	16,09	32,18
82	05	Caixa	Papel fotográfico A4 com 50 folhas	OFF PAPER	53,03	265,15
83	05	Resma	Papel cartão colorido com 100 folhas	VMP	20,05	100,25
85	60	unidade	Pasta arquivo em plástico transparente com elástico	POLIBRAS	2,16	129,60

86	900	unidade	Pasta arquivo colorida com grampo trilho (verde, vermelha, preta e amarela)	AMOART	1,42	1.278,00
87	40	unidade	Pasta arquivo em plástico transparente com grampo trilho	POLIBRAS	2,16	86,40
88	15	unidade	Pasta AZ	FRAMA	11,27	169,05
90	10	Unidade	Pen drive com 4gb	MULTILASER	34,38	343,80
91	10	unidade	Pen drive com 8gb	MULTILASER	36,95	369,50
93	06	pacote	Pilha AA – embalagem com 04 unidades	ELGIN	7,86	47,16
94	06	pacote	Pilha AAA - embalagem com 04 unidades	ELGIN	8,63	51,78
97	10	unidade	Pincel atômico azul	MAKE	2,79	27,90
99	10	unidade	Pincel atômico vermelho	MAKE	2,79	27,90
100	10	unidade	Pincel atômico preto	MAKE	2,78	27,80
101	2	rolo	Plástico para encapar pastas -cores diversas – rolo com 25M	DAC	48,49	96,98
102	10	unidade	Prancheta de madeira	SOUZA	4,19	41,90
103	20	unidade	Régua plástica transparente 30 cm	WALLEU	0,74	14,80
104	06	unidade	Régua 30 cm em alumínio	CIS	3,73	22,38
105	08	unidade	Tinta para carimbo	RADEX	4,15	33,20
110	01	rolo	TNT com 50 metros na cor branca	SUL BRASIL	87,50	87,50
111	01	rolo	TNT com 50 metros na cor rosa claro	SUL BRASIL	87,50	87,50
112	01	rolo	TNT com 50 metros na cor verde escuro	SUL BRASIL	87,50	87,50
113	01	rolo	TNT com 50 metros na cor vermelho	SUL BRASIL	87,50	87,50
114	01	rolo	TNT com 50 metros na cor amarelo	SUL BRASIL	87,50	87,50
115	01	rolo	TNT com 50 metros na cor azul claro	SUL BRASIL	87,50	87,50
116	01	rolo	TNT com 50 metros na cor preto	SUL BRASIL	87,50	87,50
117	01	rolo	TNT com 50 metros na cor laranja	SUL BRASIL	87,50	87,50
118	01	rolo	TNT com 50 metros na cor lilás	SUL BRASIL	87,50	87,50
123	02	unidade	Tubo de DVD/R com 50 unidades	ELGIN	199,94	399,88
124	30	unidade	Cartucho original HP 28 color	HP	123,89	3.716,70
126	04	Unidade	Fitas impressora Epson FX890	MAXPRINT	16,68	66,72
218	10	Unidade	Fita Dupla Face grande 30mx12mm	SICAD	3,64	36,40
TOTAL R\$						11.126,37

Vinicius Roncaglio ME

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor total R\$
119	4.000	unidade	Capa de bloco de produtor rural folha triplex 250 G/M² 1x1 cores tamanho 23x21 cm	VR PRINT	0,69	2.760,00
120	25.000	unidade	Nota fiscal de Produtor rural em 4 vias formulário contínuo carbonada	VR PRINT	0,27	6.750,00
TOTAL R\$						9.510,00

Irineópolis, 19 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

## ATA RP PROC 61/2015 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 61/2015  
PREGÃO PRESENCIAL 34/2015  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 61/2015, Pregão Presencial nº 34/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda ME; Sr. Odirlei Dozorski - representante da empresa Fenix Informática e Telefonia Ltda ME; Sr. Eraldo Salvador - representante da empresa Ricarl Distribuidora Eireli ME; Sr. Luis Kaminski - representante da empresa Luis Kaminski ME; Sr. Luiz Amarildo Mueller - representante da empresa Maxima Distribuidora Eireli; Sr. Abel Kaczoroski - representante da empresa Vinicius Roncaglio ME; Sr. Andre Luis Muller - representante da empresa I9 Soluções Tecnológicas Ltda ME; Sr. Jonas Valdir Zucco - representante da empresa Comercial Palmeiras Ltda EPP.A empresa Norte Industria Grafica Ltda encaminhou seus envelopes através do frete CIF.Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade

com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Papelaria São Bento Ltda ME; Fenix Informática e Telefonia Ltda ME; Ricarl Distribuidora Eireli ME; Luis Kaminski ME; Maxima Distribuidora Eireli; Vinicius Roncaglio ME; I9 Soluções Tecnológicas Ltda ME; Norte Industria Grafica Ltda; Comercial Palmeiras Ltda EPP seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. O Sr. Eraldo Salvador representante da empresa Ricarl Distribuidora Eireli ME retirou-se da sessão, não participando da etapa de lances. A empresa Papelaria São Bento Ltda pediu desclassificação do item 156, por erro de digitação. A Sessão foi encerrada às 11:30h com retorno às 13:00h. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 61/2015, Pregão Presencial nº 34/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda ME; Sr. Odilei Dozorski - representante da empresa Fenix Informática e Telefonia Ltda ME; Sr. Eraldo Salvador - representante da empresa Ricarl Distribuidora Eireli ME; Sr. Luis Kaminski - representante da empresa Luis Kaminski ME; Sr. Luiz Amarildo Mueller - representante da empresa Maxima Distribuidora Eireli; Sr. Abel Kaczoroski - representante da empresa Vinicius Roncaglio ME; Sr. Andre Luis Muller - representante da empresa I9 Soluções Tecnológicas Ltda ME; Sr. Jonas Valdir Zucco - representante da empresa Comercial Palmeiras Ltda EPP. A empresa Norte Industria Grafica Ltda encaminhou seus envelopes através do frete CIF. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas Papelaria São Bento Ltda ME; Fenix Informática e Telefonia Ltda ME; Ricarl Distribuidora Eireli ME; Luis Kaminski ME; Maxima Distribuidora Eireli; Vinicius Roncaglio ME; I9 Soluções Tecnológicas Ltda ME; Norte Industria Grafica Ltda; e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. A empresa Comercial Palmeiras Ltda EPP apresentou a certidão negativa federal vencida, com base na Lei nº 123/2006, Art 43 - 1º. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A comissão abre o prazo conforme lei nº 123/2006. Os envelopes das empresas: Norte Industria Grafica Ltda e Ricarl Distribuidora Eireli ME permanecem lacrados no presente processo. Os demais representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata Comercial Palmeiras Ltda EPP

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor total R\$
08	15	Pacote	Bloco auto adesivo p/recados 51X38mm c/04 blocos de 50 fls coloridos	INFORMS	2,85	42,75
12	10	unidade	Caderno espiral capa dura 48 folhas	JANDAIA	2,73	27,30
21	100	unidade	Caneta Preta ponta média	BIC	1,03	103,00
23	20	unidade	Caneta marca texto amarela	JOCAR	1,87	37,40
80	02	rolos	Papel contact transparente com 25 metros- 450mm	INFORMS	59,37	118,74
89	200	unidade	Pasta suspensa em papelão resistente para arquivo com grampo	FRAMA	2,23	446,00
130	50	Pacote	Balão colorido pacote com 50 unidades	PIC PIC	6,47	323,50
152	70	Caixa	Giz de cera com 12 unidades	APLICOR	2,85	199,50
155	70	Caixa	Lápis de cor com 12 unidades grande	LABRA	8,66	606,20
165	10	Unidade	Pasta catálogo com 50 envelopes	ACP	17,41	174,10
172	05	Unidade	Pistola de cola quente grande	CIS	27,52	137,60
211	75	Unidade	E.V.A Aveludado	EVEART	5,08	381,00
212	75	Unidade	E.V.A com Gliter	BRW	4,99	374,25
244	05	Pote	Glitter em pó – embalagem com no mínimo 200g	APLICOR	27,95	139,75
TOTAL R\$						3.111,09

#### Maxima Distribuidora Eireli

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor total R\$
01	05	Unidade	Agenda	PRATIKA	22,50	112,50
18	02	unidade	Calculadora eletrônica média a pilha (não de bolso) 08 dígitos	KENKO	17,68	35,36
19	200	unidade	Caneta Esferográfica 1.0mm trilux Azul – ponta média, ponteira metálica.	FABER	1,02	204,00
35	50	caixa	Clips nº 2 com 500gr	RG	8,60	430,00
36	50	caixa	Clips nº 3 com 500gr	RG	8,60	430,00
37	50	caixa	Clips nº 8 com 500gr	RG	8,60	430,00
63	30	unidade	Fita crepe adesiva 18mmx50m	SICAD	4,00	120,00
79	200	unidade	Papel A4 Branco - Resma com 500 folhas	CHAMEX	15,99	3.198,00
TOTAL R\$						4.959,86

#### Papelaria São Bento Ltda – EPP

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor total R\$
05	03	unidade	Almofada para carimbo nº 03, sem cor	RADEX	5,89	17,67
07	100	unidade	Bastão de cola quente grossa	RENDICOLA	1,09	109,00
11	100	unidade	Borracha branca de látex 38x26x8mm	RED BOR	0,37	37,00
22	50	unidade	Caneta vermelha - ponta média	FABER CASTEL	1,05	52,50
38	50	unidade	Cola em bastão, atóxica, com glicerina, 08 gr	RADEX	1,69	84,50

40	10	unidade	Corretivo liquido a base de água	RADEX	1,36	13,60
41	05	caixa	Elástico nº 18, com no mínimo 200 unidades	RED BOR	4,29	21,45
56	10	unidade	Extrator de grampo galvanizado tipo espátula	CARBRINK	1,58	15,80
61	50	unidade	Fita adesiva larga transparente	POLO	4,06	203,00
66	20	caixa	Grampo para grampeador nº 26/6 caixa com 5.000 unidades – prata	BNEW	5,40	108,00
72	100	unidade	Lápis preto, nº 2 com madeira de boa qualidade	MULTICOLOR	0,72	72,00
85	20	unidade	Pasta arquivo em plástico transparente com elástico	POLIBRAS	2,16	43,20
88	20	unidade	Pasta AZ	FRAMA	11,27	225,40
103	30	unidade	Régua plástica transparente 30 cm	WALLEU	0,74	22,20
105	06	unidade	Tinta para carimbo	RADEX	4,15	24,90
135	15	Pacote	Bloco auto adesivo p/recados 76X76mm c/04 blocos de 100 fls coloridos	BRW	3,73	55,95
139	10	Unidade	Caderno espiral grande capa dura 96 fls	PANAMERICANA	5,15	51,50
153	08	Unidade	Grampeador médio em material resistente para grampo 26/6	JOCAR	18,15	145,20
166	20	Unidade	Pasta com elástico em papelão	AMOART	1,64	32,80
168	05	Unidade	Pasta sanfonada A4 plástica com 12 divisórias	DAC	20,90	104,50
170	05	Unidade	Perfurador médio em material resistente com capacidade para 50 folhas	JOCAR	67,19	335,95
198	08	Unidade	Tesoura grande em aço inox resistente	JOCAR	9,99	79,92
200	30	caixa	Tinta guache com 06 potes	PIRATININGA	3,79	113,70
210	15	Tubo	Cola para Madeira	PIRATININGA	3,79	56,85
213	150	Unidade	E.V.A diversas cores – tamanho mínimo 45x60cm	VMP	1,51	226,50
214	50	Unidade	E.V.A Estampado	VMP	5,49	274,50
215	70	Unidade	Caderno 60 folhas – simples	PANAMERICANA	0,81	56,70
216	20	Unidade	Caderno grande 48 folhas	PANAMERICANA	3,72	74,40
217	50	Unidade	Fita adesiva transparente – pequena	POLO	0,54	27,00
218	20	Unidade	Fita Dupla Face grande 30mx12mm	SICAD	3,64	72,80
219	100	Metros	Papel de presente em metro	S.DOMINGOS	1,03	103,00
220	25	Unidade	Cola Universal	TEK BOND	7,38	184,50
221	60	unidade	Bola de Isopor 70 mm	PLACTERM	0,55	33,00
222	60	Unidade	Bola de Isopor 125 mm	PLACTERM	3,29	197,40
223	60	Unidade	Bola de Isopor 100 mm	PLACTERM	1,56	93,60
224	100	Rolo	Papel Crepon – diversas cores	VMP	0,73	73,00
225	100	Folhas	Papel seda - varias cores a escolher	VMP	0,14	14,00
226	100	Folhas	Papel Camurça 40x60 cm – varias cores a escolher	VMP	0,68	68,00
228	200	Metros	Fitas variadas – diversas cores	REGINA	0,16	32,00
229	25	Tubo	Cola para E.V.A 25Gr	RADEX	2,42	60,50
230	200	Metros	T.N.T diversas cores – metro	SULBRASIL	1,14	228,00
231	30	Unidade	Cola Branca liquida lavável, não toxica 1000grs	PIRATININGA	9,55	286,50
232	10	Unidade	Termolina Leitosa	ACRILEX	3,79	37,90
233	05	Unidade	Pistola Cola Quente Pequena	MAKE	10,79	53,95
234	50	Unidade	Tinta Primer p/ metais 100 ml	ACRILEX	8,18	409,00
235	08	Unidade	Tesoura inox tamanho médio	JOCAR	2,89	23,12
236	30	Unidade	Tesoura pequena escolar, em aço inox, sem ponta, resistente	JOCAR	2,18	65,40
237	100	Unidade	Bastão para cola quente fino	RENDICOLA	0,64	64,00
238	200	Unidade	Cartolina branca 65x50cm	ALFORM	0,44	88,00
239	200	Unidade	Cartolina colorida 65x50cm	ALFORM	0,51	102,00
240	100	Folhas	Papel cartoplex – cores variadas	VMP	0,77	77,00
241	200	Unidade	Envelope pequeno amarelo ou branco – não pode ser pardo	FORONI	0,07	14,00
242	200	Unidade	Envelope médio 18x25cm (amarelo ou branco, menos na cor parda)	FORONI	0,21	42,00
243	200	Unidade	Envelope grande 22x32cm (amarelo ou branco, menos na cor parda)	FORONI	0,34	68,00
245	05	Unidade	Caneta para pintar e marcar tecidos	ACRILEX	4,29	21,45
246	05	Unidade	Caneta para E.V.A	MARIPEL	3,89	19,45
247	50	Unidade	Tinta para tecido com no mínimo 37ml – cores variadas	ACRILEX	2,18	109,00
248	25	Folha	Imã – folha	XX	2,48	62,00
249	10	Unidade	Régua plástica – 15 cm	WALLEU	0,49	4,90
250	50	Unidade	Apontador para lápis sem reservatório	MAKE	0,69	34,50
251	05	Unidade	Caneta para retroprojektor	MARIPEL	3,79	18,95
252	10	Unidade	Placa de isopor grande	ISOPACK	7,95	79,50
253	10	Unidade	Placa de isopor média	ISOPACK	5,29	52,90
254	10	Unidade	Placa de isopor pequena	ISOPACK	4,34	43,40



255	50	Unidade	Cartela de adesivos variados	STIKERS	1,15	57,50
257	05	Unidade	Calculadora eletrônica – com 08 dígitos – pequena	KENKO	5,99	29,95
TOTAL R\$						5.709,86

Irineópolis, 19 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

### ATA RP PROC 61/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO 61/2015

PREGÃO PRESENCIAL 34/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 61/2015, Pregão Presencial nº 34/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papeleria São Bento Ltda ME; Sr. Odirlei Dozorski - representante da empresa Fenix Informática e Telefonia Ltda ME; Sr. Eraldo Salvador - representante da empresa Ricarl Distribuidora Eireli ME; Sr. Luis Kaminski - representante da empresa Luis Kaminski ME; Sr. Luiz Amarildo Mueller - representante da empresa Maxima Distribuidora Eireli; Sr. Abel Kaczoroski - representante da empresa Vinicius Roncaglio ME; Sr. Andre Luis Muller - representante da empresa I9 Soluções Tecnológicas Ltda ME; Sr. Jonas Valdir Zucco - representante da empresa Comercial Palmeiras Ltda EPP. A empresa Norte Industria Grafica Ltda encaminhou seus envelopes através do frete CIF. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Papeleria São Bento Ltda ME; Fenix Informática e Telefonia Ltda ME; Ricarl Distribuidora Eireli ME; Luis Kaminski ME; Maxima Distribuidora Eireli; Vinicius Roncaglio ME; I9 Soluções Tecnológicas Ltda ME; Norte Industria Grafica Ltda; Comercial Palmeiras Ltda EPP seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. O Sr. Eraldo Salvador representante da empresa Ricarl Distribuidora Eireli ME retirou-se da sessão, não participando da etapa de lances. A empresa Papeleria São Bento Ltda pediu desclassificação do item 156, por erro de digitação. A Sessão foi encerrada às 11:30h com retorno às 13:00h. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 61/2015, Pregão Presencial nº 34/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papeleria São Bento Ltda ME; Sr. Odirlei Dozorski - representante da empresa Fenix Informática e Telefonia Ltda ME; Sr. Eraldo Salvador - representante da empresa Ricarl Distribuidora Eireli ME; Sr. Luis Kaminski - representante da empresa Luis Kaminski ME; Sr. Luiz Amarildo Mueller - representante da empresa Maxima Distribuidora Eireli; Sr. Abel Kaczoroski - representante da empresa Vinicius Roncaglio ME; Sr. Andre Luis Muller - representante da empresa I9 Soluções Tecnológicas Ltda ME; Sr. Jonas Valdir Zucco - representante da empresa Comercial Palmeiras Ltda EPP. A empresa Norte Industria Grafica Ltda encaminhou seus envelopes através do frete CIF. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas Papeleria São Bento Ltda ME; Fenix Informática e Telefonia Ltda ME; Ricarl Distribuidora Eireli ME; Luis Kaminski ME; Maxima Distribuidora Eireli; Vinicius Roncaglio ME; I9 Soluções Tecnológicas Ltda ME; Norte Industria Grafica Ltda; e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. A empresa Comercial Palmeiras Ltda EPP apresentou a certidão negativa federal vencida, com base na Lei nº 123/2006, Art 43 - 1º. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A comissão abre o prazo conforme lei nº 123/2006. Os envelopes das empresas: Norte Industria Grafica Ltda e Ricarl Distribuidora Eireli ME permanecem lacrados no presente processo. Os demais representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata Comercial Palmeiras Ltda EPP

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor total R\$
04	10	Caixa	Alfinete colorido, com cabeça, para mapas, com no mínimo 50 unidades	JOCAR	5,13	51,30
08	10	Pacote	Bloco auto adesivo p/recados 51X38mm c/04 blocos de 50 fls coloridos	INFORMS	2,85	28,50
12	10	unidade	Caderno espiral capa dura 48 folhas	JANDAIA	2,73	27,30
16	50	unidade	Caixa para arquivo morto	FRAMA	2,27	113,50
21	100	unidade	Caneta Preta ponta média	BIC	1,03	103,00
23	50	unidade	Caneta marca texto amarela	JOCAR	1,87	93,50
60	30	unidade	Fita adesiva – grande – 18x50	DELFIX	1,94	58,20
68	20	caixa	Grampo trilho de metal com 50 unidades	JOCAR	12,00	240,00

80	02	rolos	Papel contact transparente com 25 metros- 450mm	INFORMS	59,37	118,74
98	03	unidade	Pincel atômico verde	XX	2,79	8,37
130	60	Pacote	Balão colorido pacote com 50 unidades	PIC PIC	6,47	388,20
137	04	unidade	Bobina térmica para fax	MAXPRINT	7,69	30,76
152	05	Caixa	Giz de cera com 12 unidades	APLICOR	2,85	14,25
155	05	Caixa	Lápis de cor com 12 unidades grande	LABRA	8,66	43,30
164	20	Unidade	Pasta catálogo com 100 envelopes	ACP	21,97	439,40
165	20	Unidade	Pasta catálogo com 50 envelopes	ACP	17,41	348,20
172	10	Unidade	Pistola de cola quente grande	CIS	27,52	275,20
TOTAL R\$						2.381,72

## I9 Soluções Tecnológicas Ltda – ME

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor total R\$
182	10	Unidade	Recarga de toner color impressora laser HP CE 310A	SORTEX	81,99	819,90
183	10	Unidade	Recarga de toner color impressora laser HP CE 311A	SORTEX	81,99	819,90
184	10	Unidade	Recarga de toner color impressora laser HP CE 312A	SORTEX	81,99	819,90
185	10	Unidade	Recarga de toner color impressora laser HP CE 313A	SORTEX	81,99	819,90
186	10	Unidade	Recarga de toner color impressora laser HP CE 350A	SORTEX	86,99	869,90
187	10	Unidade	Recarga de toner color impressora laser HP CE 351A	SORTEX	86,99	869,90
188	10	Unidade	Recarga de toner color impressora laser HP CE 352A	SORTEX	86,99	869,90
189	10	Unidade	Recarga de toner color impressora laser HP CE 353A	SORTEX	86,99	869,90
190	30	Unidade	Recarga de toner impressora laser HP CB 435A	SORTEX	48,49	1.454,70
191	30	Unidade	Recarga de toner impressora laser HP CB 436A	SORTEX	48,49	1.454,70
192	30	Unidade	Recarga de toner impressora laser HP CE 278A	SORTEX	48,49	1.454,70
193	30	Unidade	Recarga de toner impressora laser HP CE 285A	SORTEX	48,49	1.454,70
194	30	Unidade	Recarga de toner impressora laser Samsung D101S	SORTEX	91,99	2.759,70
195	20	Unidade	Recarga de toner impressora laser Samsung D105S/D105L	SORTEX	91,99	1.839,80
196	05	Unidade	Recarga toner impressora laser Samsung SCX-D5530B	SORTEX	94,59	472,95
TOTAL R\$						17.650,45

## Luis Kaminski – ME

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor total R\$
27	20	unidade	Cartucho original HP 122 color	HP	62,94	1.258,80
28	20	unidade	Cartucho original HP 122 preto	HP	56,54	1.130,80
143	20	Unidade	Cartucho de tinta colorida HP 22 original 6 ml	HP	90,48	1.809,60
144	10	Unidade	Cartucho de tinta colorida HP 57 original 18 ml	HP	141,85	1.418,80
145	10	Unidade	Cartucho de tinta colorida HP 60 original 6,5 ml	HP	92,49	924,90
146	20	Unidade	Cartucho de tinta preta HP 21 original 7 ml	HP	64,89	1.297,80
158	10	Unidade	Marcador permanente para cd com 02 pontas cores diversas	GOLER	3,70	37,00
TOTAL R\$						7.877,40

## Maxima Distribuidora Eireli

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor total R\$
01	50	Unidade	Agenda	PRATIKA	22,50	1.125,00
18	10	unidade	Calculadora eletrônica média a pilha (não de bolso) 08 dígitos	KENKO	17,68	176,80
19	500	unidade	Caneta Esferográfica 1.0mm trilux Azul – ponta média, ponteira metálica.	FABER	1,02	510,00
31	30	unidade	Cartucho original HP 662 preto	HP	76,50	2.295,00
32	30	unidade	Cartucho original HP 662 color	HP	93,40	2.802,00
34	03	caixa	Clips nº 1 com 500gr	RG	8,60	25,80
35	03	caixa	Clips nº 2 com 500gr	RG	8,60	25,80
36	03	caixa	Clips nº 3 com 500gr	RG	8,60	25,80
37	03	caixa	Clips nº 8 com 500gr	RG	8,60	25,80
63	80	unidade	Fita crepe adesiva 18mmx50m	SICAD	4,00	320,00
75	10	unidade	Livro ata com 100 paginas – numerado	S.DOMINGOS	12,90	129,00
79	600	unidade	Papel A4 Branco - Resma com 500 folhas	CHAMEX	15,99	9.594,00
147	10	Unidade	Cartucho de tinta preta HP 56 original 19 ml	HP	109,80	1.098,00
156	05	Unidade	Livro ata numerado com 200 folhas	S.DOMINGOS	21,00	105,00
201	03	frasco	Tinta preta para carimbo automático 30 ml	RADEX	7,50	22,50
TOTAL R\$						18.280,50



## Papeleria São Bento Ltda – EPP

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário Total R\$	Valor total R\$
02	10	Unidade	Agenda Telefonica em espiral	TILIBRA	21,69	216,90
03	50	Unidade	Apontador para lápis com reservatório	MAKE	1,79	89,50
05	02	unidade	Almofada para carimbo nº 03, sem cor	RADEX	5,89	11,78
07	50	unidade	Bastão de cola quente grossa	RENDICOLA	1,09	54,50
11	30	unidade	Borracha branca de látex 38x26x8mm	RED BOR	0,37	11,10
17	50	unidade	Caixa para arquivo morto em plástico	POLIBRAS	5,05	252,50
22	100	unidade	Caneta vermelha - ponta média	FABER CASTEL	1,05	105,00
38	20	unidade	Cola em bastão, atóxica, com glicerina, 08 gr	RADEX	1,69	33,80
39	20	unidade	Cola branca liquida lavável, não tóxica 90 gr	PIRATININGA	1,54	30,80
40	20	unidade	Corretivo liquido a base de água	RADEX	1,36	27,20
41	05	caixa	Elástico nº 18, com no mínimo 200 unidades	RED BOR	4,29	21,45
56	10	unidade	Extrator de grampo galvanizado tipo espátula	CARBRINK	1,58	15,80
61	50	unidade	Fita adesiva larga transparente	POLO	4,06	203,00
66	20	caixa	Grampo para grampeador nº 26/6 caixa com 5.000 unidades – prata	BNEW	5,40	108,00
72	100	unidade	Lápis preto, nº 2 com madeira de boa qualidade	MULTICOLOR	0,72	72,00
82	05	Caixa	Papel fotográfico A4 com 50 folhas	OFF PAPER	53,03	265,15
85	100	unidade	Pasta arquivo em plástico transparente com elástico	POLIBRAS	2,16	216,00
86	300	unidade	Pasta arquivo colorida com grampo trilho (verde, vermelha, preta e amarela)	AMOART	1,42	426,00
88	100	unidade	Pasta AZ	FRAMA	11,27	1.127,00
90	20	Unidade	Pen drive com 4gb	MULTILASER	34,38	687,60
93	13	pacote	Pilha AA – embalagem com 04 unidades	ELGIN	7,86	102,18
94	13	pacote	Pilha AAA - embalagem com 04 unidades	ELGIN	8,63	112,19
97	03	unidade	Pincel atômico azul	MAKE	2,79	8,37
99	03	unidade	Pincel atômico vermelho	MAKE	2,79	8,37
100	03	unidade	Pincel atômico preto	MAKE	2,78	8,34
104	20	unidade	Régua 30 cm em alumínio	CIS	3,73	74,60
105	02	unidade	Tinta para carimbo	RADEX	4,15	8,30
129	05	Unidade	Apagador para quadro branco	LIKE	6,49	32,45
131	50	Unidade	Bateria 3V CR 2032	ELGIN	5,97	298,50
132	20	Unidade	Bateria alcalina 9V	ELGIN	9,96	199,20
133	20	Unidade	Bateria botão FX-LR41 1.5V	ELGIN	2,99	59,80
134	10	Pacote	Bloco auto adesivo p/recados 51X38mm c/04 blocos de 100 fls coloridos	BRW	3,78	37,80
135	10	Pacote	Bloco auto adesivo p/recados 76X76mm c/04 blocos de 100 fls coloridos	BRW	3,73	37,30
136	02	Caixa	Bobina térmica 57X30 com 30 unidades	MAXPRINT	88,30	176,60
138	20	Unidade	Borracha de vinil com capa protetora, atóxica, dimensões 56X33X11mm	JOCAR	1,63	32,60
139	10	Unidade	Caderno espiral grande capa dura 96 fls	PANAMERICANA	5,15	51,50
140	05	Unidade	Caixa de correspondência tripla acrílica	WALLEU	54,71	273,55
141	05	Unidade	Canetinha com 12 unidades	CIS	8,63	43,15
142	30	Unidade	Cartolina colorida tamanho mínimo 65X50cm	ALFORM	0,54	16,20
148	10	Unidade	Cartucho de tinta preta HP 60 4 ml	HP	68,39	686,90
149	100	Unidade	E.V.A. diversas cores tamanho mínimo 45X60 cm	VMP	1,84	184,00
150	10	Unidade	Estilete 9mm com refil	JOCAR	1,69	16,90
151	05	Unidade	Fichário em acrílico para fichas padronizadas 6X9	ACRIMET	80,05	400,25
153	20	Unidade	Grampeador médio em material resistente para grampo 26/6	JOCAR	18,15	363,00
154	10	Unidade	Índice A/Z marmorizado para fichário 6X9	ACRIMET	17,39	173,90
157	10	Unidade	Livro ata numerado com 50 folhas	S.DOMINGOS	9,09	90,90
159	10	Unidade	Marcador permanente para cd cores diversas	MARIPEL	3,29	32,90
160	05	Caixa	Massa de modelar com 12 cores	JOCAR	4,19	20,95
161	05	Unidade	Molha dedos 12 g	RADEX	4,02	20,10
162	01	Caixa	Papel carbono com 100 unidades	HARDCOPY	42,89	42,89
163	20	Pacote	Papel vergê cores variadas com 50 folhas	FILIPAPER	14,86	297,20
166	200	Unidade	Pasta com elástico em papelão	AMOART	1,64	328,00
167	200	Unidade	Pasta plástica 40mm cores variadas	POLIBRAS	4,04	808,00
168	20	Unidade	Pasta sanfonada A4 plástica com 12 divisórias	DAC	20,90	418,00
169	100	Unidade	Pasta suspensa em papelão resistente, para arquivo, com grampo	DELLO	2,24	224,00
170	10	Unidade	Perfurador médio em material resistente com capacidade para 50 folhas	JOCAR	67,19	671,90

171	10	Unidade	Pincel para quadro branco	JOCAR	3,54	35,40
173	100	Unidade	Plástico transparente reforçado para pastas de arquivo	DAC	0,29	29,00
174	05	Unidade	Porta canetas e clips em plástico resistente	WALLEU	17,85	89,25
175	02	Unidade	Protocolo de correspondências 100 folhas	S.DOMINGOS	11,49	22,98
197	05	Unidade	Suporte para fita adesiva grande	WALLEU	17,99	89,95
198	20	Unidade	Tesoura grande em aço inox resistente	JOCAR	9,99	199,80
199	10	Unidade	Tesoura pequena em aço resistente	JOCAR	2,68	26,80
200	05	caixa	Tinta guache com 06 potes	PIRATININGA	3,79	18,95
202	10	Unidade	Toner compatível impressora laser HP 310A	ECOLOGIC	85,99	859,90
203	10	Unidade	Toner compatível impressora laser HP 311A	ECOLOGIC	85,99	859,90
204	10	Unidade	Toner compatível impressora laser HP 312A	ECOLOGIC	85,99	859,90
205	10	Unidade	Toner compatível impressora laser HP 313A	ECOLOGIC	85,99	859,90
206	10	Unidade	Toner compatível impressora laser HP 350A	ECOLOGIC	85,99	859,90
207	10	Unidade	Toner compatível impressora laser HP 351A	ECOLOGIC	85,99	859,90
208	10	Unidade	Toner compatível impressora laser HP 352A	ECOLOGIC	85,99	859,90
209	10	Unidade	Toner compatível impressora laser HP 353A	ECOLOGIC	85,99	859,90
TOTAL R\$						17.724,20

Irineópolis, 19 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal de Irineópolis

### DECRETO Nº 3009/2016

DECRETO Nº 3.009/2016, DE 30 DE MAIO DE 2016.

NOMEIA OS MEMBROS INTEGRANTES DA COMISSÃO DO FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 65, VII, da Lei Orgânica Municipal, considerando o disposto no artigo 206, inciso VI da Constituição Federal, no artigo 14, inciso II da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e nas disposições do Plano Municipal da Educação, aprovado pela Lei nº 1.743/2015,

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros para compor a Comissão do FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO do Município de Irineópolis – SC, com a seguinte constituição:

Representantes da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação:

Lillian Eliane Batschauer Ferreira;

Ana Paula Martins Reichardt;

Tatiana Andreia Rucinski.

Representante da Educação Infantil:

Dircélia Aparecida Senff Nicoluzzi.

Representantes do Ensino Fundamental I e II:

Roseli de Fátima Fragoso;

Jocelane Marciniak Bobrovicz; e

Joel Irineu Ruckl.

Representante do Conselho de Alimentação Escolar:

Francieli Maria Knoll.

Representante da Escola Especial Amor Perfeito – APAE:

Cristiana Lech.

Representante do FUNDEB:

Juliana Nogara do Carmo.

Representante do Conselho Municipal de Educação:

Sezinanda Aparecida dos Santos.

Representante da Câmara de Vereadores:

José Sebastião Cocharski.

Representante da Escola de Educação Básica Horácio Nunes:

Edilson Prust.

Representante dos Diretores da Rede Pública Municipal:

Valci Ilda Knoll Rosinski.

Art. 2º Esta Comissão tem a função de coordenar as Conferências Municipais de Educação bem como efetuar o acompanhamento da execução do Plano Municipal de Educação do município de Irineópolis, SC.

Art. 3º O mandato dos membros desta Comissão é de 2 (dois) anos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis (SC), 30 de Maio de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA N º 123/2016**

PORTARIA N º 123/2016.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO TESTE SELETIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - EDITAL Nº 001/2016/SMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 I e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - HOMOLOGAR o resultado do Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Saúde - Edital nº 001/2016/SMS, com sua respectiva classificação final, conforme anexo único, parte integrante deste ato.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 31 de Maio de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

Anexo único à Portaria nº 123/2016.

Teste Seletivo Para Contratação Temporária

Comissão do Teste Seletivo

Edital Nº 001/2016 SMS.

O Município de Irineópolis, através do Excelentíssimo Prefeito Municipal Senhor JULIANO POZZI PEREIRA, juntamente com a Comissão Coordenadora do Teste Seletivo, nomeada pela portaria nº 094/2016 de 15/04/2016, tornar público a classificação final do teste seletivo 001/2016:

Cargo: Motorista

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	DATA NASC.
1º	Luciano Soares Euzébio	7,0	07/07/1978
2º	Danilo Ricardo Melechenko	6,5	09/12/1983
3º	Oswaldo Kochan	6,0	15/09/1967
5º	Gerson Ferreira Meneguel	6,0	20/11/1972
4º	Oscar Beta	6,0	28/09/1978
6º	Daniel Preisler	6,0	17/07/1990
7º	Nilton Ricardo Donda	5,5	19/10/1983
8º	Donisete Vieira	5,5	29/12/1984
9º	José Netto	5,0	23/09/1966
10º	Írineu Bueno Ferreira	5,0	29/07/1980

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	DATA NASC.
1º	Jean Carlo Duda	7,0	27/08/1980
2º	Solange de Fátima Rutchenski	5,5	25/05/1981

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	DATA NASC.
1º	Claudio Perdun	13	23/01/1983
2º	Cleverson Artner	13	23/07/1989
3º	Márcia Terezinha Preto	11	10/03/1982

Irineópolis (SC), 30 de maio de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

# Itá

## PREFEITURA

### **AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2016, TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2016

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Tomada de Preços, no dia 17 de junho de 2016, visando a contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para reforma e ampliação do Centro Comunitário da Linha Rio Engano, Itá - SC. As propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 17 de junho de 2016 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC, 31 de maio de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 16/2016

Processo Licitatório nº 24/2016 - Pregão Presencial nº 16/2016 – Objeto: aquisição de materiais para drenagem pluvial em diversas ruas do Bairro Nova Brasília. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 14 de junho de 2016, até as 08h50min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 14 de junho de 2016, as 09:00 horas. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaioplis.sc.gov.br](http://www.itaioplis.sc.gov.br). Itaiópolis, 30 de maio de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 17/2016

Processo Licitatório nº 25/2016 - Pregão Presencial nº 17/2016 – Objeto: aquisição de materiais para drenagem pluvial e pavimentação com lajotas na Rua Wiegando Weinert. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 14 de junho de 2016, até as 09h40min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 14 de junho de 2016, as 09h45min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaioplis.sc.gov.br](http://www.itaioplis.sc.gov.br). Itaiópolis, 30 de maio de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 18/2016

Processo Licitatório nº 26/2016 - Pregão Presencial nº 18/2016 – Objeto: aquisição de materiais para drenagem pluvial e pavimentação com lajotas, nas Ruas Francisco Daudt Loures e Costa Carvalho. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no

Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 14 de junho de 2016, até as 10h20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 14 de junho de 2016, as 10h30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaioplis.sc.gov.br](http://www.itaioplis.sc.gov.br). Itaiópolis, 31 de maio de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 19/2016

Processo Licitatório nº 27/2016 - Pregão Presencial nº 19/2016 – Objeto: aquisição de materiais para pavimentação com lajotas, na Rua Henrique Koenig, Bairro Bom Jesus. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 14 de junho de 2016, até as 10h50min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 14 de junho de 2016, as 11:00 horas. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaioplis.sc.gov.br](http://www.itaioplis.sc.gov.br). Itaiópolis, 31 de maio de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

### TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 95/2015

2º TERMO ADITIVO

Nº CONTRATO: 95/2015

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

CONTRATADA: Mauricio Ely Puttkammer ME

OBJETO: construção da Unidade Escolar Infantil no Bairro Vila Nova. Fica aditado o valor de R\$ 13.644,67. Itaiópolis, 30/05/2016 José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### EXTRATO DE CONTRATOS

Extrato do contrato Nº 04/2016. Objeto: Prestação de Serviços de Vigilância Eletrônica, pelo Contratado, nas dependências da Unidade Básica de Saúde no Bairro Lucena, localizada na Rua Pedro Ivo Campos, nº 63, no município de Itaiópolis – Estado de Santa Catarina. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: Central Vigilância e Seg. Patrimonial. Valor mensal: R\$ 180,00. Vigência: 20 de abril de 2017. Itaiópolis, 31/05/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

Extrato do contrato Nº 05/2016. Objeto: Prestação de Serviços de Vigilância Eletrônica, pelo Contratado, nas dependências da Unidade Básica de Saúde no Bairro Vila Nova, localizada na Rua Antônio Daudt Loures, S/N no município de Itaiópolis – Estado de Santa Catarina. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: Central Vigilância e Seg. Patrimonial. Valor mensal: R\$ 180,00. Vigência: 20 de abril de 2017. Itaiópolis, 31/05/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

# Itapema

## PREFEITURA

**PROCESSO Nº 88 / 2016 – TOMADA DE PREÇOS 02.006.2016. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE PROJETO DE MOLHES NO RIO BELA CRUZ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS DO EDITAL.**

Estado de Santa Catarina  
Município de Itapema  
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 88 / 2016 – Tomada de Preços 02.006.2016.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de elaboração de licenciamento de projeto de molhes no Rio Bela Cruz, conforme especificações constantes nos Anexos do edital.

Abertura dos Envelopes: 15(quinze) de junho de 2016 às 14:00(quatorze) horas.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00(quatorze) horas do dia 15(quinze) de junho de 2016.

Endereço para retirada do edital: O Edital e seus anexos poderão ser baixados pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), ícone "serviços – fornecedores – modalidades – editais – Tomada de Preços - 02.006.2016" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC. Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8000.

Itapema, 30 de maio de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Compras, Contratos e Licitações



# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 70, DE 27 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 70, DE 27 DE MAIO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na seguinte dotação orçamentária:

92.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 - Manutenção das Atividades da Secretária Municipal da Saúde

33.90.00.00.00.00.00.0607 - Aplicações diretas R\$ 2.832,47

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, anulação parcial da seguinte dotação:

92.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 - Manutenção das Atividades da Secretária Municipal da Saúde

33.90.00.00.00.00.00.0171 - Aplicações diretas R\$ 2.832,47

Art. 3º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 27 de maio de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 71, DE 27 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 71, DE 27 DE MAIO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, na seguinte dotação orçamentária:

06.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Manut. e Desenvolvimento das Ativ. da Educação Ensino Fundamental

33.90.00.00.00.00.00.0611 - Aplicações diretas R\$ 30.982,28

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo

1º, anulação parcial da seguinte dotação:

06.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Construção, Reforma e Ampliação de Escolas Municipais

33.90.00.00.00.00.00.0170 - Aplicações diretas R\$ 30.982,28

Art. 3º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 27 de maio de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 73, DE 31 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 73, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Excesso de Arrecadação", e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.035, de 31 de maio de 2016;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Excesso de Arrecadação, na seguinte dotação orçamentária: 117 - Outras Transf. de Capital da União, no valor de R\$ 5.025.760,51; 118 - Outras Transf. de Capital do Estado, no valor de R\$ 472.752,80;

03.03 - Secretaria Mun. Adm. Obras, Serv. Urb. - Urbanismo

15.451.0076.1006 - Construção, Manutenção de Asfalto, Calçamento, Passeios Públicos

44.90.00.00.00.00.00.0117 - Aplicações Diretas ..... R\$ 243.750,00

44.90.00.00.00.00.00.0118 - Aplicações Diretas ..... R\$ 393.876,40

15.452.0076.1024 - Construção de Praças, Parques e Banheiros Públicos

44.90.00.00.00.00.00.0118 - Aplicações Diretas ..... R\$ 78.876,40

06.01 - Secretaria Municipal da Educação, Cult. e Desp. - Ensino Fundamental

12.361.0066.1029 - Construção, reforma e Ampliação de Escolas Municipais

44.90.00.00.00.00.00.0117 - Aplicações Diretas .... R\$ 3.534.000,00

06.02 - Secretaria Municipal da Educação, Cult. e Desp. - Educação Infantil

12.365.0070.1021 - Construção e Manutenção de Escolas de Educação Infantil

44.90.00.00.00.00.00.0117 - Aplicações Diretas ... R\$ 1.248.010,51



Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário

Itapiranga – SC., 31 de maio de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

### **DECRETO Nº 72, DE 31 DE MAIO DE 2016**

DECRETO Nº 72, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.034, de 31 de maio de 2016;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior, na seguinte fonte de recurso: 151 – Rec. Tes. Exerc. Anterior – Transf. Capital da União, no valor de R\$ 92.936,00;

03.03 – Secretaria Mun. Adm. Obras, Serv. Urb. - Urbanismo  
15.451.0076.1006 – Construção, Manutenção de Asfalto, Calçamento, Passeios Públicos  
44.90.00.00.00.00.00.0151 – Aplicações Diretas ..... R\$ 82.320,00

15.452.0076.1024 - Construção de Praças, Parques e Banheiros Públicos  
44.90.00.00.00.00.00.0151 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.616,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 31 de maio de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

### **EXTRATO DO DISTRATO Nº 108/2016/RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DO DISTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO Nº 108/2016/RH

PARTES: Município de Itapiranga e AUREA KAUFMANN WERLANG.  
OBJETO: Distrato do Contrato Temporário nº 58/2016/RH de 16/02/2016, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil em 20 horas semanais.

Itapiranga – SC. 01 de junho de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

### **LEI MUNICIPAL Nº 3.034, DE 31 DE MAIO DE 2016**

LEI MUNICIPAL Nº 3.034, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir até o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior, na seguinte fonte de recurso: 151 – Rec. Tes. Exerc. Anterior – Transf. Capital da União, no valor de R\$ 92.936,00;

03.03 – Secretaria Mun. Adm. Obras, Serv. Urb. - Urbanismo  
15.451.0076.1006 – Construção, Manutenção de Asfalto, Calçamento, Passeios Públicos  
44.90.00.00.00.00.00.0151 – Aplicações Diretas ..... R\$ 82.320,00

15.452.0076.1024 - Construção de Praças, Parques e Banheiros Públicos  
44.90.00.00.00.00.00.0151 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.616,00

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 31 de maio de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

### **LEI MUNICIPAL Nº 3.035, DE 31 DE MAIO DE 2016**

LEI MUNICIPAL Nº 3.035, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Excesso de Arrecadação", e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir até o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Excesso de Arrecadação, na seguinte dotação orçamentária: 117 - Outras Transf. de Capital da União, no valor de R\$ 5.025.760,51; 118 - Outras Transf. de Capital do Estado, no valor de R\$ 472.752,80;

03.03 – Secretaria Mun. Adm. Obras, Serv. Urb. - Urbanismo  
15.451.0076.1006 – Construção, Manutenção de Asfalto, Calçamento, Passeios Públicos  
44.90.00.00.00.00.00.0117 – Aplicações Diretas ..... R\$ 243.750,00  
44.90.00.00.00.00.00.0118 – Aplicações Diretas ..... R\$ 393.876,40

15.452.0076.1024 - Construção de Praças, Parques e Banheiros Públicos  
44.90.00.00.00.00.00.0118 – Aplicações Diretas ..... R\$ 78.876,40

06.01 – Secretaria Municipal da Educação, Cult. e Desp. – Ensino Fundamental

12.361.0066.1029 – Construção, reforma e Ampliação de Escolas Municipais

44.90.00.00.00.00.0117 – Aplicações Diretas ... R\$ 3.534.000,00

06.02 – Secretaria Municipal da Educação, Cult. e Desp. – Educação Infantil

12.365.0070.1021 – Construção e Manutenção de Escolas de Educação Infantil

44.90.00.00.00.00.0117 – Aplicações Diretas .... R\$ 1.248.010,51

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário

Itapiranga – SC., 31 de maio de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

### **LEI MUNICIPAL Nº 3.036, DE 31 DE MAIO DE 2016**

LEI MUNICIPAL Nº 3.036, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Denomina de CENTRO ESPORTIVO JOSÉ SOETHE o Ginásio de Esportes do Bairro Jardim Bela Vista, cidade de Itapiranga SC.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica denominado CENTRO ESPORTIVO JOSÉ SOETHE o Ginásio de Esportes, localizado do Bairro Jardim Belo Vista, cidade e município de Itapiranga SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga – SC., 31 de maio de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

# Itapoá

## PREFEITURA

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 2770/2016 – DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2770/2016

Data: 19 de maio de 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso III da Lei Municipal nº 635/2015 – LOA 2016, e considerando C.I./DO nº 51/2016, de 18 de maio de 2016,

#### DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, perfazendo o montante de R\$ 142.118,00 (cento e quarenta e dois mil cento e dezoito reais), conforme segue:

#### Suplementação

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.01 Departamento de Obras

00154510009.2161 Horas Máquinas

33390 Aplicações Diretas (489) FR 30026 ..... R\$ 142.118,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 19 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 2771/2016 – DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2771/2016

Data: 24 de maio de 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso III da Lei Municipal nº 635/2015 – LOA 2016, e LM 656/2016, de 24 de maio de 2016,

#### DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional especial por excesso de arrecadação, perfazendo o montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme segue:

#### Crédito Adicional Especial

16.00 IPESI - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOC SERV PÚBLICOS DO MUN. DE ITAPOÁ

16.01 IPESI

00902720014.2194 Outras Despesas Previdenciárias

33390 Aplicações Diretas (486) FR 10300 ..... R\$ 150.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 24 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 2774/2016 – NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2774/2016

Data: 25 de maio de 2016

NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando CI nº 076/2016 da Secretaria Municipal de Educação, de 20 de maio de 2016,

#### DECRETA

Art.1º Fica nomeada a comissão coordenadora de monitoramento e avaliação do plano Municipal de Educação de Itapoá, com a seguinte

composição:

I. Representante do Poder Executivo:

Sandra Regina Fernandes da Silva - Titular

Valci Terezinha de Souza – Suplente

II. Representante do Conselho Municipal de Educação:

Aparecida Grandini José – Titular

Elaine Cristina Alves – Suplente

III. Representante do Conselho Municipal de Acompanhamento do FUNDEB:

Marcelo Schatzmann – Titular

Lucy Helena Wielewicki – Suplente

IV. Representante dos Colegiados Escolares:

Roseli Tureck

Eliane Rozi Theurer

V. Representante do Fórum Municipal de Educação:

André Geraldo Brauer

Sandra Maria Dani Benck

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 25 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 2775/2016 – DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2775/2016

Data: 25 de maio de 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo sexto, inciso quinto da Lei Municipal nº 635/2015 – LOA 2016, de 23 de dezembro de 2015, e considerando CI/DO/53/2016, de 25 de maio de 2016,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação da DR 10.800 – COSIP, perfazendo o montante de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), conforme segue:

Suplementação

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.02 Departamento de Serviços Públicos

00154520009.2081 Rede Pública de Iluminação

33390 Aplicações Diretas (338) FR 10800 ..... R\$ 235.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 25 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

### **SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº06/2016 DO EDITAL Nº 045/2015**

TERMO DE CONVOCAÇÃO 006/2016 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 045/2015

Alessandra Silveira Oliveira, no uso de suas atribuições legais CONVOCA as candidatas Cilene Rosilene Bezerra e Mariléia Mianes para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Cédula de Identidade (RG);
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto ¾ recente;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo;
10. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
11. Certidão de Nascimento dos Filhos;

12. Certidão de Regularização do CPF (internet);
13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
14. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece);
15. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
16. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
17. Tipagem sanguínea;
18. Laudo médico;
19. Nº Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá.

Itapoá, 31 de Maio de 2016  
 Alessandra Silveira Oliveira  
 Secretária da Assistência Social Itapoá

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 109/2016 DO EDITAL Nº 46/2015

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 109/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo a candidata convocada a comparecer na Secretária de Educação no dia 02/06/2016, às 8h, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
07	30	Ciências	Jéssica Holz	08/06/2016	17/12/2016

Itapoá, 31 de maio de 2016.  
 Ana Claudia de Oliveira Jacinto  
 Secretária de Educação

## TERMO ADITIVO Nº 17/2016

TERMO ADITIVO Nº 17/2016 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2014. (6º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, ato representado pela Secretária de Educação, a Sra. ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO, portadora do CNPF/MF nº: 104.750.538-00 e do CI.RG. nº 6.555.545 SSP/PR e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 873994 SSP/PR e do CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e de outro lado a Empresa SOLO ENGENHARIA LTDA, com sede á Rua Francisco Pauli, nº 451, Sala 04, Bairro: Oxford na cidade de São Bento do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.743.714/0001-00 e Inscrição Estadual nº 255.378.181, representada neste ato por sócio, o Sr. TIAGO LUY, portador do CNPF/MF nº 045.957.139-75 e do CI.RG nº 4.358.866 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo que visa aditar a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de Cobertura em estrutura metálica galvanizada, com 772,40m², na quadra poliesportiva da Escola Municipal Euclides Emídio da Silva, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 14/2014 – PROCESSO Nº 141/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo visa a supressão de itens não executados do Contrato Administrativo nº 118/2014 e conceder o reequilíbrio econômico-financeiro em itens a executar conforme justificativa apresentada pela Secretaria de Educação.

### CLÁUSULA SEGUNDA: DA SUPRESSÃO

O presente termo suprime do objeto da licitação os seguintes itens:

1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.3	BARRACAO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA COM BANHEIRO, COBERTURA EM FIBROCI- MENTO 4 MM, INCLUSO INSTALACOES HIDRO-SANITARIAS E ELETRICAS	m²	R\$ 3.623,21
1.6	HIDROMETRO 5,00M3/H, D=3/4" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	un	R\$ 177,41
TOTAL SUPRESSÃO			R\$ 3.800,63

### CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

Altera cláusula quinta "Do Preço", acrescentando o valor de R\$ 8.679,28 (oito mil seiscentos e setenta e nove reais e vinte e oito centavos), visando o reequilíbrio econômico financeiro com fulcro no Art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, reajustando os valores dos itens remanescentes de acordo com o Índice Nacional de Custos da Construção Civil conforme planilha orçamentária anexa aos autos.

### CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 118/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no

presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 118/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Itapoá/SC, 30 de maio de 2016.

CONTRATANTE SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	CONTRATADA SOLO ENGENHARIA LTDA TIAGO LUY
ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
Testemunhas:  Nome: CPF/MF:	Nome: CPF/MF:

---

### CÂMARA MUNICIPAL

---

#### DECRETO 128/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 128/2016

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DO PREFEITO RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2014.

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Prefeito Municipal de Itapoá, relativas ao exercício de 2014.

Art. 2º Integra este Decreto Legislativo o Parecer do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, com a aprovação das contas do Prefeito Municipal referente ao ano de 2014.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 24 de maio de 2016.

DANIEL SILVANO WEBER

Presidente



# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 10.880/2016

D E C R E T O Nº 10.880/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, Oficial Administrativo, matrícula 1972; e ANTONIO CARLOS DA LUZ, Assessor de Relações Governamentais, matrícula 9115, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura Municipal, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 047/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização da Rua 858 - Amandus Rengel, no bairro Rio Cerro I, com extensão de 1.702,76m (hum mil, setecentos e dois vírgula setenta e seis metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

### DECRETO Nº 10.881/2016

D E C R E T O Nº 10.881/2016

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 047/2016, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização da Rua 858 - Amandus Rengel, no bairro Rio Cerro I, com extensão de 1.702,76m (hum mil, setecentos e dois vírgula setenta e seis metros), com fornecimento de materiais e mão de obra;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal UWE ROBERTO BUHR, Engenheiro, matrícula 9466, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 047/2016 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

- 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

- 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

- 3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

- 1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

- 2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

- 3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;



d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao Controlador-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

## **DECRETO Nº 10.882/2016**

D E C R E T O Nº 10.882/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, Oficial Administrativo, matrícula 1972; e ANTONIO CARLOS DA LUZ, Assessor de Relações Governamentais, matrícula 9115, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura Municipal, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 048/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização da Rua 633 - Irineu Franzner, no bairro Tifa Martins, com extensão de 1.100,00m (hum mil e cem metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

## **DECRETO Nº 10.883/2016**

D E C R E T O Nº 10.883/2016

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 048/2016, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização da Rua 633 - Irineu Franzner, no bairro Tifa Martins, com extensão de 1.100,00m (hum mil e cem metros), com fornecimento de materiais e mão de obra;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal UWE ROBERTO BUHR, Engenheiro, matrícula 9466, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 048/2016 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

- 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

- 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

- 3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

- 1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

- 2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

- 3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao Controlador-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

## **DECRETO Nº 10.884/2016**

D E C R E T O Nº 10.884/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, Oficial Administrativo, matrícula 1972; e ANTONIO CARLOS DA LUZ, Assessor de Relações Governamentais, matrícula 9115, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura Municipal, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 049/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL,

para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 1020 - Dorval Marcatto, no bairro Chico de Paulo, com extensão de 738,07m (setecentos e trinta e oito vírgula zero sete metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

## **DECRETO Nº 10.885/2016**

D E C R E T O Nº 10.885/2016

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 049/2016, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 1020 - Dorval Marcatto, no bairro Chico de Paulo, com extensão de 738,07m (setecentos e trinta e oito vírgula zero sete metros), com fornecimento de materiais e mão de obra;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal FELIPE EMMENDORFER SCHEUER, Engenheiro, matrícula 10967, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 049/2016 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

- 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

- 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

- 3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

- 1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

- 2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

- 3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria-Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao Controlador-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

## **DECRETO Nº 10.886/2016**

D E C R E T O Nº 10.886/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, Oficial Administrativo, matrícula 1972; e ANTONIO CARLOS DA LUZ, Assessor de Relações Governamentais, matrícula 9115, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura Municipal, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 050/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização das Ruas 905 - Augusto Schwarz, no bairro Amizade; e 897 - Helmuth Manske, no bairro Três Rios do Norte, com extensão total de 2.684,37m (dois mil, seiscentos e oitenta e quatro vírgula trinta e sete metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

## **DECRETO Nº 10.887/2016**

D E C R E T O Nº 10.887/2016

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 050/2016, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização das Ruas 905 - Augusto Schwarz, no bairro Amizade; e 897 - Helmuth Manske, no bairro Três Rios do Norte, com extensão total de 2.684,37m (dois mil, seiscentos e oitenta e quatro vírgula trinta e sete metros), com fornecimento de materiais e mão de obra;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal UWE ROBERTO BUHR, Engenheiro, matrícula 9466, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 050/2016 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

- 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

- 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

- 3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

- 1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.



- 2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

- 3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93,

desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao Controlador-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

## **DECRETO Nº 10.888/2016**

D E C R E T O Nº 10.888/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, Oficial Administrativo, matrícula 1972; e ANTONIO CARLOS DA LUZ, Assessor de Relações Governamentais, matrícula 9115, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura Municipal, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 051/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 1053 - Arduíno Perine, no bairro Jaraguá 99, com extensão de 695,61m (seiscentos e noventa e cinco vírgula sessenta e um metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

## **DECRETO Nº 10.889/2016**

D E C R E T O Nº 10.889/2016

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de

Preços Nº 051/2016, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 1053 - Arduíno Perine, no bairro Jaraguá 99, com extensão de 695,61m (seiscentos e noventa e cinco vírgula sessenta e um metros), com fornecimento de materiais e mão de obra;

**DECRETA :**

Art.1º Fica designado o servidor público municipal FELIPE EMMENDÖRFER SCHEUER, Engenheiro, matrícula 10967, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 051/2016 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

- 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

- 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

- 3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

- 1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

- 2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

- 3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom

andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria-Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao Controlador-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito

**DECRETO Nº 10.890/2016**

D E C R E T O Nº 10.890/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, Oficial Administrativo, matrícula 1972; e ANTONIO CARLOS DA LUZ, Assessor de Relações Governamentais, matrícula 9115, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura Municipal, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 052/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização da Rua 636 - Cecília Planinscheck Marquardt, no bairro Rau, com extensão de 347,24m (trezentos e quarenta e sete vírgula vinte e quatro metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito

**DECRETO Nº 10.891/2016**

D E C R E T O Nº 10.891/2016

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 052/2016, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização da Rua 636 - Cecília Planinscheck Marquardt, no bairro Rau, com extensão de 347,24m (trezentos e quarenta e sete vírgula vinte e quatro metros), com fornecimento de materiais e mão de obra;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal UWE ROBERTO BUHR, Engenheiro, matrícula 9466, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 052/2016 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

- 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

- 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

- 3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envia-los esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

- 1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

- 2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

- 3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de



que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao Controlador-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

## DECRETO Nº 10.892/2016

D E C R E T O Nº 10.892/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, Oficial Administrativo, matrícula 1972; e ANTONIO CARLOS DA LUZ, Assessor de Relações Governamentais, matrícula 9115, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura Municipal, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 053/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 287 - Adão Noroschny, no bairro Vila Lenzi, com extensão total de 90,00m (noventa metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

## DECRETO Nº 10.893/2016

D E C R E T O Nº 10.893/2016

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 053/2016, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 287 - Adão Noroschny, no bairro Vila Lenzi, com extensão total de 90,00m (noventa metros), com fornecimento de materiais e mão de obra;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal FELIPE EMMEN-DÖRFER SCHEUER, Engenheiro, matrícula 10967, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 053/2016 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

- 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

- 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

- 3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

- 1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

- 2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

- 3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria-Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou

fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao Controlador-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

## DECRETO Nº 10.894/2016

D E C R E T O Nº 10.894/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, Oficial Administrativo, matrícula 1972; e ANTONIO CARLOS DA LUZ, Assessor de Relações Governamentais, matrícula 9115, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura Municipal, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 054/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para recapeamento asfáltico, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 209 - Francisco Hruschka, no bairro São Luís,

com extensão total de 520,00m (quinhentos e vinte metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

## **DECRETO Nº 10.895/2016**

D E C R E T O Nº 10.895/2016

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de

Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 054/2016, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para recapeamento asfáltico, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 209 - Francisco Hruschka, no bairro São Luís, com extensão total de 520,00m (quinhentos e vinte metros), com fornecimento de materiais e mão de obra;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal UWE ROBERTO BUHR, Engenheiro, matrícula 9466, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 054/2016 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

- 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

- 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

- 3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

- 1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

- 2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

- 3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao Controlador-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

### **DECRETO Nº 10.896/2016**

D E C R E T O Nº 10.896/2016

Determina Horário de Funcionamento e de Atendimento ao Público no Procon Municipal.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 71, inciso XII, da Lei Orgânica do Município, e pelo artigo 12, da Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15/10/2013; e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal Nº 10.860/2016, de 09/05/2016;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 131/2016/Procon, de 11/05/2016, da Procuradoria-Geral do Município;

DECRETA :

Art.1º A partir de 1º de junho de 2016 o horário de expediente interno (jornada de trabalho dos servidores) do Procon de Jaraguá do Sul será das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, sendo o de expediente externo (atendimento ao público) das 07h30min às 11h e das 13h às 16h30min.

Art.2º O caput, do artigo 2º, do Decreto Municipal Nº 10.073/2014, de 22/08/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º Serão disponibilizados 40 (quarenta) horários diariamente, distribuídos durante todo o expediente externo do Procon (das 07h30min às 11h e das 13h às 16h30min), discriminando cada horário e o número do guichê em que o consumidor será atendido. ..."

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de junho de 2016, revogado o caput, do artigo 2º, do Decreto Municipal Nº 10.073/2014, de 22/08/2014.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

EDUARDO MARQUARDT  
Procurador-Geral do Município

### **DECRETO Nº 10.897/2016**

D E C R E T O Nº 10.897/2016

Dispõe sobre o Horário Especial de Atendimento da Vigilância Sanitária, da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições, e com fundamento no artigo 71, XII, da Lei Orgânica do Município, e no artigo 12, da Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15 de outubro de 2013; e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal Nº 10.860/2016, de 09/05/2016;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 0577/2016/Semsa, de 24/05/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

DECRETA :

Art.1º Fica DETERMINADO, a partir de 1º/06/2016, horário especial de atendimento (pessoal ou por telefone) aos contribuintes, contadores, técnicos, consultores e demais representantes de pessoas físicas ou jurídicas, na Vigilância Sanitária, da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município:

I - pelos FISCAIS, ENGENHEIROS e demais TÉCNICOS que integram a Vigilância Sanitária, no período das 13h às 14h, de segundas-feiras às sextas-feiras;

II - os agendamentos poderão ser realizados em outro horário enviando e-mail para: [visa@jaraguadosul.sc.gov.br](mailto:visa@jaraguadosul.sc.gov.br) ou diretamente ao e-mail informado pelos servidores. Nos demais horários os fiscais, engenheiros e demais técnicos realizarão atividades de fiscalização externa, elaboração de autos de intimação, autos de infração, análise de projetos e relatórios.

Art.2º Fica DETERMINADO horário de atendimento externo nos setores de RECEPÇÃO e ADMINISTRATIVO da Vigilância Sanitária, das 7h30min às 11h e das 13h às 16h30min, de segundas-feiras às sextas-feiras.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016, revogado o Decreto Municipal Nº 10.596/2015, de 23/10/2015.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

DALTON FERNANDO FISCHER  
Secretário Municipal da Saúde

### **ISSEM - PORTARIA Nº 277/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 277/2016 – ISSEM

De 23.05.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. KELLY ANDRESA KRUGER FREDDI, lotada na Secretaria



Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 14.05.2016 a 12.07.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14.05.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de maio de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

### **ISSEM - PORTARIA Nº 278/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 278/2016 – ISSEM

De 23.05.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. NELSON DIRCEU ROPELATO, lotado nos Encargos Gerais do Município da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 19.05.2016 a 02.06.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19.05.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de maio de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

### **ISSEM - PORTARIA Nº 280/2016-ISSEM**

PORTARIA Nº 280/2016-ISSEM

De 24.05.2016

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 723/2015,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a Sra. MARIA MARITZA KLOSOWSKI, inscrita no CPF sob nº 248.374.669-15, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, matriculada sob o nº 7003-3, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 06, Letra "H", triênios equivalentes a 42% (quarenta e dois por cento) e carga horária de 40 horas semanais/200 horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei

Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01.06.2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de maio de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora-Presidente do Issem  
Portaria nº 701/2014

### **ISSEM - PORTARIA Nº 281/2016-ISSEM**

PORTARIA Nº 281/2016-ISSEM

De 24.05.2016

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c Art. 40, - 5º da Constituição Federal/88 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 716/2015,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – REGRA ESPECÍFICA DE MAGISTÉRIO a Sra. IDA RACHEL HILLBRECHT DA SILVA, inscrita no CPF sob nº 828.122.419-34, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil – Ensino Superior, matriculado sob o nº 1909-7, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 07, Letra "K", triênios equivalentes a 60% (sessenta por cento) e carga horária de 100 (cem) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 09.06.2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de maio de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora-Presidente do Issem  
Portaria nº 701/2014

### **ISSEM - PORTARIA Nº 282/2016-ISSEM**

PORTARIA Nº 282/2016-ISSEM

De 24.05.2016.

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos do PAD 001/2016

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem) de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23/12/2003, e suas alterações; e considerando o memorando nº 342/2016/Issem-CPAD;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a partir de 31/05/2016, por mais 90 (noventa) dias o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo

Administrativo Disciplinar, designada pela portaria nº 088/2016-Issem, de 26/02/2016, publicada no DOM nº 1945, 03/03/2016, referente ao processo nº 001/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/05/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de maio de 2016.  
Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora-Presidente do Issem  
Portaria nº 701/2014

### **ISSEM - PORTARIA Nº 283/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 283/2016 – ISSEM

De 24.05.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. GILBERTO DA SILVA, lotado na Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 20.05.2016 a 04.06.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20.05.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de maio de 2016.  
Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

### **ISSEM - PORTARIA Nº 284/2016 – ISSEM**

PORTARIA Nº 284/2016 – ISSEM

De 24.05.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARINALVA APARECIDA DE OLIVEIRA ARENT, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 24.05.2016 a 03.06.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24.05.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de maio de 2016.  
Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora Presidente do ISSEM  
Portaria nº 701/2014

### **ISSEM -INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2016 DE 30.05.2016**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2016 DE 30.05.2016

Disciplina e estabelece normas para a aquisição de materiais e contratação de serviços realizados por dispensa de licitação, no âmbito do ISSEM.

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 12, inciso IX da Lei Complementar nº 033/2003, que dispõe sobre o Sistema de Seguridade dos Servidores Municipais do Município de Jaraguá do Sul, considerando a necessidade de instituir normas e procedimentos administrativos relativos a aquisição de materiais e contratação de serviços destinados à manutenção das atividades deste Instituto;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

Das Disposições Iniciais

Art. 1º Cumpre a presente normativa, dentre outras finalidades, disciplinar sobre o processo de aquisição de materiais e contratação de serviços por dispensa de licitação, observando o artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

- 1º As normas aqui disciplinadas aplicam-se somente às aquisições de materiais e contratações de serviços que não ultrapassem o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

- 2º A contratação direta, abrangida por esta Instrução Normativa, restringe-se aos serviços não contínuos, ou, se contínuos, somente no caso do valor total não ultrapassar o limite previsto no parágrafo anterior, considerando o prazo inicial e final, inclusive as possíveis prorrogações.

CAPÍTULO II

Das Normas para Solicitação de Compras e Serviços

Art. 2º A solicitação de compras ou serviços deverá ser efetuada por meio de formulário específico, devidamente preenchido, disposto no Anexo I do presente documento.

Art. 3º O formulário específico de compras deverá ser preenchido contendo as seguintes informações:

I – qual o fundo do ISSEM que se destina o material ou serviço;

II – a natureza da aquisição: material ou serviço;

III – a descrição detalhada do material ou serviço solicitado;

IV – a qual setor se destina a compra ou serviço;

V – a quantidade;

VII – a data da solicitação;e

VII – assinatura do solicitante, do responsável pelo setor e da superintendência do fundo.

Art. 4º Somente serão processadas as solicitações previamente autorizadas pelo responsável do setor e pela respectiva superintendência. Na ausência desta, a autorização é de incumbência do Diretor-Presidente do Instituto.

Art. 5º Fica estabelecido o prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação no Setor de Compras, para que seja efetuada a aquisição dos materiais ou contratação dos serviços requisitados.

Art. 6º Diante de casos excepcionais, havendo a necessidade de aquisição de material ou contratação serviço em prazo menor que o estabelecido no artigo anterior, deverá ocorrer prévia análise, autorização e despacho na solicitação com determinação do prazo menor a ser fixado pela Diretoria do ISSEM.

Art. 7º As alterações das normas contidas nesta Instrução

Normativa serão proferidas pelo Diretor-Presidente do ISSEM.

Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora-Presidente  
Issem

ANEXO I  
FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS  
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2016 DE 30.05.2016

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – FMPS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE – FMASA

Natureza da aquisição: Material Serviço

Descrição detalhada:

Destinação:

ITENS SOLICITADOS			
Item	Qtde	Especificação	Preço Estimado
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			

Data da solicitação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Data do recebimento no Setor de Compras: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do solicitante  
Setor

Nome do responsável pelo setor Setor	Nome do superintendente Superintendência
---	---

### ISSEM -PORTARIA Nº 285/2016-ISSEM

PORTARIA Nº 285/2016-ISSEM

De 30.05.2016

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c Art. 40, - 5º da Constituição Federal/88 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 389/2012,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – REGRA ESPECÍFICA DE MAGISTÉRIO a Sra. VERGÍNIA INÊS MEIER, inscrita no CPF sob nº 466.711.709-59, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental – Licenciatura Plena, matriculada sob o nº 3297-2, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 07, Letra "I", triênios equivalentes a 48% (quarenta e oito por cento) e carga horária de 200

(duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01.06.2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2016.  
Rosana Maria de Souza Rosa  
Diretora-Presidente do Issem  
Portaria nº 701/2014

### PORTARIA Nº 409/2016

PORTARIANº 409/2016

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obra Pública.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR o servidor público municipal FELIPE EMMEN-DÖRFER SCHEUER, Engenheiro, matrícula 10967, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução da obra de "Pavimentação Asfáltica da Rua 561 - Alwin Meier", bairro Jaraguá 99, pertinente ao Convênio SICONV Nº 825348/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria Nº 298/2016, de 26/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de maio de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito

### SEMA - PORTARIA Nº 047/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIANº 047/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013; e

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº154/2014, Seção II, artigo 125, paragrafo único, de 03/11/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER LICENÇA, por motivo de doença em pessoa da família, ao servidor público municipal SERGIO LUIZ PACHECO, matrícula 4063-1, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 16/05/2016 a 03/06/2016, com direito a 100% dos seus vencimentos.



Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/05/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de maio de 2016.

ADEMAR POSSAMAI

Secretário da Administração

### **SEMASCRI - PORTARIA Nº 013//2016**

PORTARIANº 013//2016/Semascri

JEAN CARLO LEUTPRECHT, Secretário Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO o teor do Decreto Municipal Nº 8.539/2012, disciplinando os trabalhos das Comissões Permanentes de Sindicância Administrativa e nomeando servidores para comporem Comissões criadas com a incumbência de apurar fatos tipificados pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelos servidores Sérgio Antônio de Tofel, matrícula 8448-4; Sônia Maria Roweder, matrícula 9057; e Cleonis Rosalia Tomazelli, matrícula 80161-5; Portaria inicial Nº 009/2016/Semascri, datada de 25 de abril de 2016, Sindicância Administrativa Nº 007/2016, em desfavor do servidor Jose Pascoalino Ropelato;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 051/2016 o qual informa que o servidor Jose Pascoalino Ropelato se encontra afastado em virtude de ter realizado procedimento cirúrgico;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 051/2016, datado de 24 de maio de 2016, e subscrito pelo Presidente da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando suspensão dos trabalhos, tendo em vista o afastamento do servidor por motivo de saúde;

#### **RESOLVE:**

Art.1º SUSPENDER, A partir de 24/05/2016, os trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa concernente a Sindicância Administrativa Nº 007/2016, instaurado pela Portaria Nº 009/2016/Semascri, de 25 de abril de 2016, em desfavor do servidor público municipal Jose Pascoalino Ropelato, até seu retorno ao trabalho.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/05/2016.

Jaraguá do Sul, 31 de maio de 2016.

JEAN CARLO LEUTPRECHT

Secretário Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente

### **SEMUR - PORTARIA Nº 005/2016/**

PORTARIANº 005/2016/Semur

RONIS ROBERTO BOSSE, Secretário Municipal do Urbanismo, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO o teor do Decreto Municipal Nº 8.539/2012, disciplinando os trabalhos das Comissões Permanentes de Sindicância Administrativa e nomeando servidores para comporem as duas Comissões criadas com a incumbência de apurar fatos tipificados pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelos servidores Sérgio Antônio de Tofel, matrícula 8448-4; Sônia Maria Roweder, matrícula 9057; e Cleonis Rosalia Tomazelli, matrícula 80161-5; Portaria inicial Nº 004/2016/Semur, datada de 25 de abril de 2016, Sindicância Administrativa Nº 005/2016, em desfavor do servidor Kilver Ariel Lopes de Amorim;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 050/2016, datado de 24 de maio de 2016, e subscrito pelo Presidente da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 30 (trinta) dias;

#### **RESOLVE:**

Art.1º Fica prorrogado, a partir de 24/05/2016, por mais 30 (trinta) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos afetos à Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria Nº 004/2016/Semur, de 25 de abril de 2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/05/2016.

Jaraguá do Sul, 31 de maio de 2016.

RONIS ROBERTO BOSSE

Secretário Municipal do Urbanismo

# Joaçaba

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 048/2016

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 048/2016

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME

BENEFICIÁRIO: EDUARDA DA SILVA

MODALIDADE: VOLEIBOL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 990,00 A SER LIBERADO EM 7 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 31 de maio de 2016

ANDERSON ANDRES

Diretor do FME

EDUARDA DA SILVA

Atleta de Voleibol

### 246/2015 PMJ TA01

CONTRATO Nº 246/2015/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pela Secretária MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT, e a empresa TRANSGRAEF TRANSPORTES LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.280.535/0001-14, estabelecida na LINHA FERREIRINHA, S/NR, Bairro INTERIOR, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. RAFAEL HENRIQUE DE SOUZA portador da Carteira de Identidade nº 4.152.663 e inscrito no CPF sob o nº 057.382.509-23, residente e domiciliado na LINHA FERREIRINHA, S/NR, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 246/2015/PMJ, firmado em 26/05/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 52/2015/PMJ, instaurado através do Edital PP nº 36/2015/PMJ, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte escolar em linhas do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR e a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR

O valor por quilometro fica reajustado em 9,8307%, correspondentes à variação do INPC/IBGE no período de maio de 2015 a abril de 2016, passando para R\$ 4,17 (quatro reais e dezessete centavos), a contar de 01 de junho de 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de 01 de junho de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 30 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CONTRATANTE

MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT - Secretária

TRANSGRAEF TRANSPORTES LTDA – ME

RAFAEL HENRIQUE DE SOUZA

Testemunhas:

1ª \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

### 247/2015 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 247/2015/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pela Secretária, MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT, e a empresa D. OLIVO TRANSPORTES - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.160.585/0001-56, estabelecida na RUA ONDINA SGANZERLA, 114 – SL 01, Bairro VILA REMOR, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. DOMINGOS OLIVO, portador da Carteira de Identidade nº 1.692.995 e inscrito no CPF sob o nº 593.559.809-49, residente e domiciliado na RUA ONDINA SGANZERLA, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 247/2015/PMJ, firmado em 26/05/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 52/2015/PMJ, instaurado através do Edital PP nº 36/2015/PMJ, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte escolar em linhas do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR e a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR

O valor por quilometro fica reajustado em 9,8307%, correspondentes à variação do INPC/IBGE no período de maio de 2015 a abril de 2016, passando para R\$ 2,84 (dois reais e oitenta e quatro centavos), a contar de 01 de junho de 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de 01 de junho de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 30 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CONTRATANTE  
MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT - Secretária

D. OLIVO TRANSPORTES - ME  
DOMINGOS OLIVO

Testemunhas:

1ª \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

#### 248/2015 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 248/2015/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato pela Secretária, MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT, e a empresa OLITUR TRANSPORTES RODOVIARIOS DE PASSAGEIROS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 85.137.750/0001-62, estabelecida na RUA DR. ANTONIO NUNES VARELA, 808, Bairro VILA PEDRINI, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. JOSE OLIVO NETO, portador da Carteira de Identidade nº 1.077.975 e inscrito no CPF sob o nº 454.081.229-72, residente e domiciliado na ANTONIO NUNES VARELA, 805, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 248/2015/PMJ, firmado em 26/05/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 52/2015/PMJ, instaurado através do Edital PP nº 36/2015/PMJ, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte escolar em linhas do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR e a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR

O valor por quilometro fica reajustado em 9,8307%, correspondentes à variação do INPC/IBGE no período de maio de 2015 a abril de 2016, passando para R\$ 5,11 (cinco reais e onze centavos), a contar de 01 de junho de 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a

contar de 01 de junho de 2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 30 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CONTRATANTE  
MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT - Secretária

OLITUR TRANSPORTES RODOVIARIOS DE PASSAGEIROS LTDA  
JOSE OLIVO NETO

Testemunhas:

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_

#### AVISO PL 24/2016/PMJ - TP 5/2016/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2016/PMJ  
TOMADA DE PREÇO Nº 05/2016/PMJ

Informamos a todos os interessados que, referente ao processo licitatório nº 24/2016/PMJ – tomada de preço nº 5/2016/PMJ, cujo objeto é "Contratação de empresa para elaboração de estudo socioambiental com vistas à realização do Diagnóstico Socioambiental na área urbana (perímetro urbano e Distritos de Nova Petrópolis e Santa Helena) do Município de Joaçaba.", a ata da sessão, realizada hoje, de julgamento das propostas, está disponível no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)), contando-se o prazo para apresentação dos possíveis recursos nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br). Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)).

Joaçaba, 31 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
Comissão de Licitação

#### AVISO PL 35/2016/PMJ - TP 8/2016/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016/PMJ  
TOMADA DE PREÇO Nº 08/2016/PMJ

Informamos a todos os interessados que, referente ao processo licitatório nº 35/2016/PMJ – tomada de preço nº 8/2016/PMJ, cujo objeto é "contratação de empresa para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de capela mortuária em alvenaria, junto à Estrada Municipal do Distrito de Nova Petrópolis, neste Município.", a ata

da sessão, realizada hoje, de julgamento da habilitação está disponível no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)), contando-se o prazo para apresentação dos possíveis recursos nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br). Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)).

Joaçaba, 31 de maio de 2016.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
Comissão de Licitação

## **RECISAO 914/2012 PMJ**

### **TERMO DE RESCISÃO**

CONTRATO Nº 914/2012/PMJ

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO, relativo ao CONTRATO Nº 914/2012/PMJ, firmado com a empresa EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.178.641/0001-80, estabelecida na Rua Orlando Willi Lotermann, 390, Bairro Bela Vista, no Município de Joaçaba, SC, doravante denominada CONTRATADA, conforme cláusulas a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Pelo presente fica RESCINDIDO, com fundamento no art. 77 da Lei 8.666/93, o CONTRATO Nº 914/2012/PMJ, celebrado com a CONTRATADA na data de 22 de março de 2012, proveniente do Processo de Licitação nº 34/2012/PMJ – Dispensa nº 4/2012/PMJ, cujo objeto era a execução e acompanhamento, com mão-de-obra especializada, pela CONTRATADA, de 74 unidades habitacionais, medindo 37,20 m2 cada, conforme especificações dos projetos de engenharia.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir da data de publicação do extrato do presente instrumento.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA**

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

JOAÇABA (SC), 31 de maio de 2016.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE - Prefeito

#### **TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

# José Boiteux

## PREFEITURA

### **PROCESSO LICITATÓRIO 26/2016 PLANCHAS E TÁBUAS**

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 26/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 13/06/2016, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº655 junto ao Portal do Município, REFERENTE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS COMPRAS DE PLANCHAS E TABUAS DE EUCALIPTO PARA MANUTENÇÃO DAS PONTES DO MUNICÍPIO DE JOSE BOITEUX MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 31 de Maio de 2016.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 319/2013 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 319/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.501-900.

CONTRATADA: INTELLIBR SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.982.125/0001-76, estabelecida à Rua Jerônimo Coelho n.º 170, sala 1202, Florianópolis/SC – CEP: 88.010-030 - fone: 48-32067280.

Termo Aditivo ao Contrato, decorrente do Processo de Licitação n.º 124/2013, modalidade Tomada de Preços nº 07/2013, aberta em 11/06/2013 e homologada em 30/09/2013

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Locação e Manutenção de Software de Gestão Educacional para uso na Secretaria de Educação de Lages, SC, compreendendo adesão, implantação, conversão da base de dados, suporte, treinamento e manutenção mensal, em consonância com o escopo de trabalho no Termo de Referência do Edital Correlato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado por mais 12 (doze), meses, podendo ser prorrogada, nos termos dispostos no art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 16 de maio de 2016.

Elizeu Mattos – Prefeito de Lages

### RERRATIFICAÇÃO TP 09-2016 PML

ASSUNTO: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2016-PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA NO BAIRRO POPULAR.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que se fizeram necessárias algumas alterações no edital e na planilha orçamentária do processo licitatório em comento.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 16:00 horas do dia 06/06/2016, para às 16:30 do dia 21/06/2016.

Em razão das alterações, às Empresas que já retiraram o Edital, está-se encaminhando cópia da planilha e do edital, devidamente corrigidos, copiados em CD-ROM, em substituição ao retirado anteriormente, sem qualquer ônus.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 31 de maio de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração



PREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ULT. 12 MESES)		PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
		Ma/2015	Jun/2015	Jul/2015	Agô/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016				
RECEITAS CORRENTES (I)																	
RECEITA TRIBUTÁRIA																	
LIPI.U.		328.823.64	324.266.06	346.020.66	273.200.08	232.583.31	103.700.76	52.244.13	1.621.363.23	18.046.67	1.086.791.51	6.586.235.65	10.000.000.00	10.000.000.00	10.000.000.00	10.000.000.00	10.000.000.00
IRPJ.F		891.661.07	860.663.70	823.732.41	823.662.46	827.465.64	801.146.53	741.290.00	1.061.363.23	1.078.429.41	1.078.429.41	1.078.429.41	1.078.429.41	1.078.429.41	1.078.429.41	1.078.429.41	1.078.429.41
I.S.S.		3.066.416.59	2.988.787.11	2.146.229.34	2.163.711.56	2.246.656.92	2.246.656.92	2.246.656.92	2.246.656.92	2.246.656.92	2.246.656.92	2.246.656.92	2.246.656.92	2.246.656.92	2.246.656.92	2.246.656.92	2.246.656.92
LIPI.U.		494.921.23	393.375.59	296.843.21	420.944.91	471.623.69	612.366.36	298.240.61	431.315.18	281.485.20	342.980.38	2.473.828.84	4.600.000.00	4.600.000.00	4.600.000.00	4.600.000.00	4.600.000.00
OUTRAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS		135.335.28	140.301.26	116.233.58	116.233.58	116.233.58	116.233.58	116.233.58	116.233.58	116.233.58	116.233.58	116.233.58	116.233.58	116.233.58	116.233.58	116.233.58	116.233.58
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES																	
RECEITA PATRIMONIAL		1.836.649.96	1.836.649.96	1.836.649.96	1.836.649.96	1.836.649.96	1.836.649.96	1.836.649.96	1.836.649.96	1.836.649.96	1.836.649.96	1.836.649.96	1.836.649.96	1.836.649.96	1.836.649.96	1.836.649.96	1.836.649.96
RECEITA AGROPECUÁRIA		757.605.29	494.530.48	522.702.91	380.877.99	477.941.41	656.123.59	542.051.99	541.732.11	541.732.11	541.732.11	541.732.11	541.732.11	541.732.11	541.732.11	541.732.11	541.732.11
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		3.432.399.76	3.196.533.40	3.315.352.33	3.262.441.47	3.268.871.16	3.262.036.76	3.413.942.66	3.832.665.52	3.863.604.52	3.864.164.75	5.202.407.23	3.937.138.89	43.628.757.05	60.694.680.00	60.694.680.00	60.694.680.00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		24.744.542.82	24.500.941.84	23.906.471.16	23.060.240.35	23.303.336.54	23.707.291.75	24.194.726.95	27.872.437.13	24.696.763.21	25.823.766.35	22.465.124.07	24.024.276.10	262.047.937.97	314.142.745.00	314.142.745.00	314.142.745.00
Conta-Parte do FPM.		5.160.692.91	4.460.325.81	3.324.945.50	3.688.737.01	3.242.080.26	4.196.327.48	3.680.020.64	4.700.769.50	5.696.726.93	5.696.726.93	4.112.823.93	50.572.025.37	50.572.025.37	50.572.025.37	50.572.025.37	50.572.025.37
Conta-Parte do I.C.M.S.		6.446.366.59	6.177.689.21	6.247.596.10	5.689.337.04	6.234.300.93	6.451.882.67	6.451.882.67	6.451.882.67	6.451.882.67	6.451.882.67	6.451.882.67	6.451.882.67	6.451.882.67	6.451.882.67	6.451.882.67	6.451.882.67
Conta-Parte do IPVA.		1.388.373.30	1.505.937.87	1.695.193.34	1.454.790.14	1.492.786.76	1.456.277.93	1.230.590.08	854.521.64	769.926.77	1.054.471.92	1.363.451.17	1.380.711.77	15.626.963.69	16.195.000.00	16.195.000.00	16.195.000.00
Conta-Parte do ITR.		7.979.11	23.246.86	10.263.50	4.201.67	112.653.30	670.540.17	124.738.72	83.609.25	66.638.34	1.186.53	4.314.44	1.221.938.80	18.301.100.63	18.301.100.63	18.301.100.63	18.301.100.63
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		6.671.724.40	7.455.939.87	8.017.558.87	6.943.192.97	7.397.312.31	6.958.732.25	7.397.312.31	10.842.312.31	10.842.312.31	10.842.312.31	10.842.312.31	10.842.312.31	10.842.312.31	10.842.312.31	10.842.312.31	10.842.312.31
Transferências da LC 61/1999		18.983.79	97.034.91	88.398.79	95.070.96	94.561.49	108.723.18	100.229.69	98.970.69	123.797.06	96.608.36	93.344.42	96.779.22	1.195.392.86	1.247.800.00	1.247.800.00	1.247.800.00
Transferências da LC 87/1996		20.697.381	20.966.07	20.966.07	20.966.07	20.966.07	20.966.07	20.966.07	20.966.07	20.966.07	20.966.07	20.966.07	20.966.07	20.966.07	20.966.07	20.966.07	20.966.07
Transferências do FUNDEB		4.970.546.83	4.722.745.06	4.521.679.96	4.647.821.29	4.432.672.42	4.703.144.84	4.645.380.17	4.783.356.85	5.303.892.27	4.822.762.82	4.609.933.46	4.833.004.03	55.996.770.00	62.200.000.00	62.200.000.00	62.200.000.00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.647.045.52	1.644.109.43	2.555.856.86	2.018.894.02	2.825.395.66	2.463.617.58	2.172.736.18	2.267.536.64	1.590.201.74	1.765.989.86	1.922.674.22	1.927.103.20	25.439.470.32	26.755.640.00	26.755.640.00	26.755.640.00
DEDUÇÕES (II)																	
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários		142.177.96	163.749.51	163.749.51	163.749.51	163.749.51	163.749.51	163.749.51	163.749.51	163.749.51	163.749.51	163.749.51	163.749.51	163.749.51	163.749.51	163.749.51	163.749.51
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor		792.197.96	820.631.93	808.972.67	805.913.51	801.814.63	802.176.94	802.176.94	1.607.325.42	1.054.002.08	1.263.381.56	801.778.20	769.255.02	2.006.038.79	3.570.000.00	3.570.000.00	3.570.000.00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		2.026.451.06	2.464.239.69	2.274.946.21	2.291.827.16	2.240.570.12	2.461.102.65	2.493.007.94	2.440.694.26	2.664.161.65	2.869.026.56	2.462.470.51	2.350.001.43	26.350.001.43	32.162.000.00	32.162.000.00	32.162.000.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		33.263.599.60	32.465.047.96	32.749.909.95	31.843.963.35	32.105.869.00	32.444.226.03	32.067.334.64	37.474.27.26	32.305.815.54	34.096.577.65	40.140.760.58	40.140.760.58	408.912.294.25	443.383.000.00	443.383.000.00	443.383.000.00
FONTE:																	
ANEXO 1 - 31/05/2016																	

LAGES, 31/05/2016

MATEUS LUNARDI	LUNARA NETO SOUZA
Secretário de Fazenda	Contadora CRC/SC - 02.99.009/O-3

**MATEUS LUNARDI**  
Secretário da Fazenda



# Laguna

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.646/16

DECRETO Nº 4.646 DE 24 DE MAIO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Fundação Lagunense de Cultura, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura  
Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura  
Projeto/Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura  
Elemento de Despesa - 11 - 3.3.90.39.00.00.00.00.01 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica .....  
..... R\$ 28.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados em igual valor, recursos da seguinte dotação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura  
Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura  
Projeto/Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura  
Elemento de Despesa - 4 - 3.1.90.16.00.00.00.00.01 – Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil .....  
..... R\$ 28.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.647/16

DECRETO Nº 4.647 DE 24 DE MAIO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 e transpostos os valores de dotação orçamentária entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2016 no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Proj/ Atividade: 2.212 – Gestão SUAS  
Elemento da Despesa: 31 - 3.1.90.11.00.00.00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil .....  
..... R\$ 35.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor, da seguinte dotação:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Proj/ Atividade: 2.212 – Gestão SUAS  
Elemento da Despesa: 45 - 3.3.90.39.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica .....  
..... R\$ 35.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.648/16

DECRETO Nº 4.648 DE 30 DE MAIO DE 2016.

"DELEGA COMPETÊNCIA"

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, na forma do disposto na Lei Orgânica do Município e,

Considerando a conveniência na delegação de poderes e ou de competência a seus auxiliares;

Considerando que a competência é o ato complexo de atribuições e acuidades que a Lei outorga aos agentes ou órgãos da Pessoa Jurídica de Direito Público para a prática de determinados atos da administração; e

Considerando a alteração da Presidência da Fundação Lagunense do Meio Ambiente - FLAMA e, a Portaria nº 621/16,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada ao Presidente Interino da Fundação Lagunense do Meio Ambiente - FLAMA, Sr. Norton de Araújo Mattos, CPF 074.575.099-09, a competência para assinar juntamente com o Contador, Sr. Fabrício Ferreira do Rego Leito, todos os cheques e empenhos destinados à referida Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 4.649/16**

DECRETO Nº 4.649 DE 30 DE MAIO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 6º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Município de Laguna, readequando a dotação orçamentária, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esportes

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 184 - Educação Básica

Fonte de Recursos: 1.0006 - Contribuição Salário Educação (36)

Proj/Atividade: 2.039 - Manutenção e Melhoria do Ensino Fundamental - Salário Educação

Elementos da Despesa:

89 - 3.3.90.30.00.00.00.00.01.0006 - Material de Consumo ..... R\$ 300.000,00

90 - 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0006 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$ 300.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado em igual valor (R\$ 600.000,00) recursos decorrentes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos 1.0006 - Contribuição do Salário Educação - 36, na conta bancária 672.004-6 - Salário Educação, da Agência da Caixa Econômica Federal 0421.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 4.650/16**

DECRETO Nº 4.650 DE 31 DE MAIO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município e, no art. 3º da Lei nº 1.157/2006, alterada pela Lei nº 1.634/13 e,

Considerando os termos do Ofício COMJUV nº 011/16, de 24.05.2016, subscrito pelo Presidente do Conselho Municipal da Juventude,

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal da Juventude de Laguna de que dispõe a Lei 1.157/2006, passa a ser assim constituído:

I – Representantes do Poder Executivo Municipal:

a) Titular: Guilherme Medeiros Martins

b) Suplente: Laís Coelho dos Santos

II – Representantes do poder Legislativo Municipal:

a) Titular: Peterson Crippa da Silva

b) Suplente: Andrey Pestana de Farias

III – Representantes da Polícia Militar, ou da Guarda Civil ou Guarda Municipal:

a) Titular: Rogério Piovesano Bartolamei

b) Suplente: Cristiano Cesaro e Oliveira

IV – Representantes do Poder Judiciário:

a) Titular: Não indicado

b) Suplente: Não indicado

V – Representantes da 19ª Agência de Desenvolvimento Regional:

a) Titular: Simoni Barbosa de Andrade

b) Suplente: Karmensita Alameida da Rocha Cardoso

VI – Representantes da Associação Lagunense dos Estudantes Universitários:

a) Titular: Não indicado

b) Suplente: Não indicado

VII – Representantes dos Estudantes Universitários, matriculados em Instituições de Ensino com sede no Município de Laguna:

a) Titular: Eduardo de Jesus Paulino

b) Suplente: Luíza Nunes Kaiser

VIII – Representantes de Associações ou Organizações ligados a defesa e cidadania dos jovens:

a) Titular: Marlon Barbosa Camilo

b) Suplente: Thiago Sebastião Laurindo

c) Titular: Não indicado

d) Suplente: Não indicado

IX – Representantes do segmento jovem ligado à Indústria, Comércio, Micro e Pequena Empresa:

a) Titular: Thiago Nedeff Mendes

b) Suplente: Rômulo Camilo

X – Representante do Movimento Religioso organizado do Município:

a) Titular: Marcelo Magalhães Santana

b) Suplente: Não indicado

XI – Representante dos Movimentos Culturais do Município:

a) Titular: Vinícius Lauffer dos Santos

b) Suplente: Bruno Mendes Espíndola

XII – Representante dos Grêmios Estudantis do Município:

a) Titular: Amanda Costa Mota

b) Suplente: Thalyni de Souza Silveira

XIII – Representante do segmento Esportivo do Município:

a) Titular: Luiz Everton Rodrigues Fernandes

b) Suplente: Alexandre da Silva Silveira

XIV – Representante do Movimento Organizado com trabalho voltado à defesa e conservação do Meio Ambiente:

a) Titular: Manoel O. Remor

b) Suplente: Leandro Miró Nobre

XV – Representante de Associação ou Organização ligada ao segmento da Pesca:

a) Titular: Gabrielle Duarte Martins

b) Suplente: Marcus dos Santos Andrade

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

# Lajeado Grande

## PREFEITURA

### **PORTARIA N. 124/2016 DE 31/05/2016 "CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PATRICIA BRIZZI FACCI ATAIDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

PORTARIA n. 124/2016

De 31/05/2016

CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PATRICIA BRIZZI FACCI ATAIDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 73 da Lei complementar n. 15/2001 de 26/11/2001, e, CONSIDERANDO o pedido do servidora, que justifica a necessidade da mesma de acompanhar mãe em tratamento de saúde.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença sem remuneração para tratar de Assuntos de Interesse Particular a Servidora Pública Municipal PATRICIA BRIZZI FACCI ATAIDE pelo período de 02 anos, a partir de 01 de junho de 2016.

Art. 2º - A licença poderá ser suspensão no interesse da Administração Municipal.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 31 de maio de 2016.

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

### **PORTARIA N. 125/2016 DE 31/05/2016 "DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCIA DE SOUZA NUNES RAMPAZZO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE COORDENADOR DE SETOR – FC-10 JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

PORTARIA n. 125/2016

de 31/05/2016

"DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCIA DE SOUZA NUNES RAMPAZZO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE COORDENADOR DE SETOR – FC-10 JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o

Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 26 da Lei Complementar n. 20/2010 de 10/06/2010.

CONSIDERANDO que as funções de confiança serão exercidas, exclusivamente, por servidores de provimento efetivo, de livre escolha e nomeação do Chefe do Poder Executivo Municipal.

#### DECIDE:

Art. 1º - Designar MARCIA DE SOUZA NUNES RAMPAZZO, para exercer o Função de Confiança de Coordenador de Setor – FC-10 junto a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Parágrafo único - Em virtude do exercício da função de confiança de que trata o "caput" deste artigo, fica atribuído a FG - Função Gratificada no percentual de 25% (vinte e cinco) sobre o vencimento base do respectivo servidor, nos termos do parágrafo primeiro do art. 26º da Lei Municipal Complementar n. 20/2010 de 10/06/2010 e suas alterações.

Art. 2º - Permanecem inalterados os Direitos Adquiridos do Cargo de Provimento Efetivo.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Lajeado Grande, em 31 de maio de 2016.

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

### **PORTARIA N. 126/2016 DE 01/06/2016 "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE LIDIANE SPADOTTO GALVÃO PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

PORTARIA n. 126/2016

DE 01/06/2016

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE LIDIANE SPADOTTO GALVÃO PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com o artigo 2º, Inciso V da Lei Complementar n. 0018/2007, de 22 de agosto de 2007 e suas alterações, especialmente Lei Complementar n. 030/2014 de 04/04/2014, bem como na observância da classificação de que trata o edital de teste seletivo n. 0001/2016 e

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para preenchimento de vagas, para substituição de servidores até a realização de concurso público, decorrentes de exoneração, aposentadoria e afastamento para tratamento de saúde,

de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

DECIDE:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário, LIDIANE SPADOTTO GALVÃO, para o função de excepcional interesse público de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO ACT, nível 17, com carga horária de 40 horas semanais, nos termos previstos em lei, com duração de 01 de junho de 2016 a 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º - O prazo de contratação, havendo necessidade e/ou interesse público, poderá ser alterado.

Art.3º - As despesas referentes a aplicação desta portaria, correrão a conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 01 de junho de 2016.

Valmir Locatelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.  
Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada

**PORTARIA N. 127/2016 DE 01/06/2016 "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ADEMAR ALMEIDA CARDOSO PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE MOTORISTA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"**

PORTARIA n. 127/2016  
DE 01/06/2016

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ADEMAR ALMEIDA CARDOSO PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE MOTORISTA JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com o artigo 2º, Inciso V da Lei Complementar n. 0018/2007, de 22 de agosto de 2007 e suas alterações, especialmente Lei Complementar n. 030/2014 de 04/04/2014, bem como na observância da classificação de que trata o edital de teste seletivo n. 0001/2016 e

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para preenchimento de vagas, para substituição de servidores até a realização de concurso público, decorrentes de exoneração, aposentadoria e afastamento para tratamento de saúde, de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

DECIDE:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário, ADEMAR ALMEIDA CARDOSO, para o função de excepcional interesse público de MOTORISTA ACT, nível 26, com carga horária de 40 horas semanais, nos termos previstos em lei, com duração de 01 de junho de 2016 a 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º - O prazo de contratação, havendo necessidade e/ou interesse público, poderá ser alterado.

Art.3º - As despesas referentes a aplicação desta portaria, correrão

a conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 01 de junho de 2016.

Valmir Locatelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.  
Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada

**PORTARIA N. 128/2016 DE 01/06/2016 "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE DAIANE GRACIOLA PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE PSICOLOGO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"**

PORTARIA n. 128/2016  
DE 01/06/2016

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE DAIANE GRACIOLA PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE PSICOLOGO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com o artigo 2º, Inciso V da Lei Complementar n. 0018/2007, de 22 de agosto de 2007 e suas alterações, especialmente Lei Complementar n. 030/2014 de 04/04/2014, bem como na observância da classificação de que trata o edital de teste seletivo n. 0001/2016 e

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para preenchimento de vagas, para substituição de servidores até a realização de concurso público, decorrentes de exoneração, aposentadoria e afastamento para tratamento de saúde, de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

DECIDE:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário, DAIANE GRACIOLA, para o função de excepcional interesse público de PSICOLOGO, nível 90, com carga horária de 20 horas semanais, nos termos previstos em lei, com duração de 01 de junho de 2016 a 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º - O prazo de contratação, havendo necessidade e/ou interesse público, poderá ser alterado.

Art.3º - As despesas referentes a aplicação desta portaria, correrão a conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 01 de junho de 2016.  
Valmir Locatelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.  
Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada



**PORTARIA Nº. 119/2016 DE 25/05/2016  
"HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO  
MUNICIPAL ALCIDES DOS SANTOS RELATIVO AO  
PERÍODO DE 11/11/2015 A 10/05/2016 E DA  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

PORTARIA nº. 119/2016  
DE 25/05/2016

"HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALCIDES DOS SANTOS RELATIVO AO PERÍODO DE 11/11/2015 A 10/05/2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Artigo 19 § 3º da Lei Municipal Complementar nº. 15/2001 de 26/11/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;  
E CONSIDERANDO o boletim de avaliação do estágio probatório

**RESOLVE:**

Art. 1º -Homologar a avaliação do Servidor Público Municipal ALCIDES DOS SANTOS, relativo ao período 11/11/2015 A 10/05/2016 considerado APROVADO no segundo semestre do estágio probatório.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 25 de maio de 2016.

Valmir Locatelli  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.  
Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada

**PORTARIA Nº. 120/2016 DE 25/05/2016  
"HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO  
MUNICIPAL ODAIR SANTIN RELATIVO AO PERÍODO  
DE 08/11/2015 A 07/05/2016 E DA OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS".**

PORTARIA nº. 120/2016  
DE 25/05/2016

"HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ODAIR SANTIN RELATIVO AO PERÍODO DE 08/11/2015 A 07/05/2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Artigo 19 § 3º da Lei Municipal Complementar nº. 15/2001 de 26/11/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;  
E CONSIDERANDO o boletim de avaliação do estágio probatório

**RESOLVE:**

Art. 1º -Homologar a avaliação do Servidor Público Municipal ODAIR SANTIN, relativo ao período 08/11/2015 A 07/05/2016 considerado APROVADO no segundo semestre do estágio probatório.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 25 de maio de 2016.

Valmir Locatelli  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.  
Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada

**PORTARIA Nº. 121/2016 DE 25/05/2016  
"HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO  
MUNICIPAL EZEQUIEL ANTONIO DE OLIVEIRA  
RELATIVO AO PERÍODO DE 11/05/2015 A  
04/08/2015 E 20/02/2016 A 10/05/2016 E DA  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

PORTARIA nº. 121/2016  
DE 25/05/2016

"HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EZEQUIEL ANTONIO DE OLIVEIRA RELATIVO AO PERÍODO DE 11/05/2015 A 04/08/2015 E 20/02/2016 A 10/05/2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Artigo 19 § 3º da Lei Municipal Complementar nº. 15/2001 de 26/11/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;  
E CONSIDERANDO o boletim de avaliação do estágio probatório

**RESOLVE:**

Art. 1º -Homologar a avaliação do Servidor Público Municipal EZEQUIEL ANTONIO DE OLIVEIRA, relativo ao período 11/05/2015 A 04/08/2015 E 20/02/2016 A 10/05/2016 considerado APROVADO no primeiro semestre do estágio probatório.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 25 de maio de 2016.

Valmir Locatelli  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.  
Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada

**PORTARIA Nº. 123/2016 DE 31/05/2016  
"HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO  
MUNICIPAL JAQUELINE FORTES MARTINS RELATIVO  
AO PERÍODO DE 11/05/2015 A 03/08/2015 E  
02/02/2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

PORTARIA nº. 123/2016  
DE 31/05/2016

"HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JAQUELINE FORTES MARTINS RELATIVO AO PERÍODO DE 11/05/2015 A 03/08/2015 E 02/02/2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Artigo 19 § 3º da Lei Municipal Complementar nº. 15/2001 de 26/11/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;  
E CONSIDERANDO o boletim de avaliação do estágio probatório

**RESOLVE:**

Art. 1º -Homologar a avaliação do Servidor Público Municipal JAQUELINE FORTES MARTINS, relativo ao período 03/08/2015 A 02/02/2016, APROVADO no segundo semestre do estágio

probatório.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 31 de maio de 2016.

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 145/2016

PORTARIA Nº 145/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, HELEN CRISTINA MACHADO BURATTE, para a função de Professor II – Ensino Fundamental I Matemática, em Caráter Temporário, pelo período de 08 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para desempenhar suas funções na Escola Municipal Emília Mamede Soares, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 08/03/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### PORTARIA Nº 146/2016

PORTARIA Nº 146 /2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, CARINE NESI BURATE, para a função de Auxiliar de Administração Escolar, em Caráter Temporário, pelo período de 08 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções laborais na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 08/03/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### PORTARIA Nº 147/2016

PORTARIA Nº 147/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

#### RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública JANAINA VIEIRA, Professora II – Educação Infantil, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Criança Feliz.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### PORTARIA Nº 148/2016

PORTARIA Nº 148/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, FARLEY EDUARDA ALVES DA SILVA DE JESUS, para a função de Professor I - Artes, em Caráter Temporário, pelo período de 10 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Criança Feliz com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10/03/2016.



Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 149/2016**

PORTARIA Nº 149/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, SIBELE QUERINO NASARO, para a função de Professor II – Educação Física, em Caráter Temporário, pelo período de 10 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola de Educação Infantil Tia Marli com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga substituição ao funcionário Henrique Teixeira Machado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10/03/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 150/2016**

PORTARIA Nº 150/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARIA AUXILIADORA FERRO SILVA CARMINATTI, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 10 de Março de 2016 a 30 de Novembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10/03/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 151/2016**

PORTARIA Nº 151/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JAQUELINE DA SILVA NEZZI, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 10 de Março de 2016 a 30 de Novembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10/03/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 152/2016**

PORTARIA Nº 152/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, SABRINA SILVA DA ROSA CANDIDO, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 10 de Março de 2016 a 30 de Novembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10/03/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 153/2016**  
PORTARIA Nº 153/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, ROSANI DUARTE, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 10 de Março de 2016 a 30 de Novembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10/03/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 154/2016**  
PORTARIA Nº 154/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, IVONETE DA SILVA CUSTÓDIO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DASI 4

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/03/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 155/2016**  
PORTARIA Nº 155/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 256/2014, de 01 de Abril de 2014, que alterou a carga horária e concedeu gratificação à servidora pública, CLEMAR PACHECO para que exercesse a função de Secretária Escolar.

Parágrafo único – A funcionária citada acima passará a exercer o cargo de Professora com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 156/2016**  
PORTARIA Nº 156/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da professora CLEMAR PACHECO, para que a mesma exerça a função de Diretora Escolar na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 40% (quarenta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 38 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/03/2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 157/2016**  
PORTARIA Nº 157/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.126/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 413/2015, de 01 de Dezembro de 2015, que concedeu licença sem vencimentos à funcionária FRANCISMARA DA ROSA, ocupante do cargo de Enfermeira junto ao Hospital Municipal Henrique Lage.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/04/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 158/2016**  
PORTARIA Nº 158/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, LASTENA HENRIQUE RIBEIRO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DASI 4

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 159/2016**  
PORTARIA Nº 159/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, BEATRIZ CUSTÓDIO PIZONI, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 10 de Março de 2016 a 30 de Novembro de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10/03/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 160/2016**  
PORTARIA Nº 160/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, KELEN TANISE PIUCO ANTUNES, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 10 de Março de 2016 a 30 de Novembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10/03/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e

Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 161/2016**

PORTARIA Nº 161/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, GISELE FERNANDES MADEIRA, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 15 de Março de 2016 a 30 de Novembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15/03/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 162/2016**

PORTARIA Nº 162/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, PALOMA BENEDET, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 15 de Março de 2016 a 30 de Novembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15/03/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 163/2016**

PORTARIA Nº 163/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JOSIANE PACHECO, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 15 de Março de 2016 a 30 de Novembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15/03/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 164/2016**

PORTARIA Nº 164/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ROBERTA CAMPOS DOS SANTOS PAGANI, para a função de Professor II – Matemática, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Abril de 2016 a 24 de Setembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária efetiva Vanessa Mariot Pedro .

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/04/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 165/2016**

PORTARIA Nº 165/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, JUCIMARA FELISBINO, para a função de Professor I, em Caráter Temporário, pelo período de 15 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15/03/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 166/2016**

PORTARIA Nº 166/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, ISABEL APARECIDA DA SILVA FONTANELLA, para a função de AUXILIAR DE CLASSE, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Abril de 2016 a 30 de Novembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/04/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 167/2016**

PORTARIA Nº 167/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 062/2013, de 04 de Fevereiro de 2013, que nomeou como Diretora Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, NILZETE MARIA SCHLICKMANN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/04/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 168/2016**

PORTARIA Nº 168/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, LUDMAR FLORIANO, para a função de Professor I, em Caráter Temporário, pelo período de 04 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação infantil Criança Feliz junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/03/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.



**PORTARIA Nº 169/2016**

PORTARIA Nº 169/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, EDNA CARBONI, para a função de AUXILIAR DE CLASSE, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Abril de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/04/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 170/2016**

PORTARIA Nº 170/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, WALDEMAR UGERO LUCIANO, para a função de Professor I, em Caráter Temporário, pelo período de 16 de Março de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Julio Serafim Gonçalves junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 16/03/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 171/2016**

PORTARIA Nº 171/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.562/2009, de 09/04/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, CAMILA RUZZA GEREMIAS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor(a) de Departamento junto ao Hospital Municipal Henrique Lage, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. Planej.

**PORTARIA Nº 172/2016**

PORTARIA Nº 172/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, ALAN JUNG CROCETTA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor junto ao Gabinete do Prefeito, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 21 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 173/2016**

PORTARIA Nº 173/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, a Professora CARMOZELIA DE AGUIAR, para que a mesma exerça a função de Diretora Escolar no Centro de Educação Infantil Criança Feliz.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 40% (quarenta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 38 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE Março DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### **PORTARIA Nº 174/2016**

PORTARIA Nº 174/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, SCHIRLEI SCHIMITZ DE OLIVEIRA, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar no Centro de Educação Infantil Criança Feliz.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, incidente sobre o vencimento correspondente a 40 (quarenta) horas, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### **PORTARIA Nº 175/2016**

PORTARIA Nº 175/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO DE LAURO MÜLLER, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos incisos VI e VIII do artigo 63, alínea "c" do inciso II do artigo 89 e inciso II do artigo 205, todos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar DILSON TARTARI FELISBINO, supervisor do

Departamento de Recursos Humanos, Matrícula nº 110, JOSIANI GIRARDI, auxiliar administrativo, Matrícula nº 1436 e RICARDO FONTANELLA, Supervisor do Departamento de Fiscalização e Tributação, Matrícula nº 1273, para, sob a presidência do primeiro, constituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, com vistas a dar continuidade, no prazo de 60 dias, aos trabalhos de apuração dos fatos de que trata o Processo nº 003/PAD/2015, iniciados pela Comissão designada pela Portaria nº 404/2015, bem assim os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LAURO MÜLLER, 29 DE MARÇO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE  
Em 29 de março de 2016.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### **PORTARIA Nº 176/2016**

PORTARIA Nº 176/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, NELSON GODINHO, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal junto à Secretaria Municipal de Obras, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### **PORTARIA Nº 177/2016**

PORTARIA Nº 177/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, ELIANDRO BETT GIONGO, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal junto à Secretaria Municipal de Agricultura, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 178/2016**

PORTARIA Nº 178/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, JANICE DEL PRATO, Professora, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, tendo em vista a concessão pela Previdência Social de Aposentadoria por tempo de contribuição a partir de 01/04/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 179/2016**

PORTARIA Nº 179/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da professora ROSINETE APARECIDA BAGIO FERNANDES, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar na Escola Municipal Júlio Serafim Gonçalves.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 38 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/04/2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 180/2016**

PORTARIA Nº 180/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - DEMITIR A PEDIDO, HELLEN ALVES ESPINDOLA BELTRAME, Auxiliar de Classe, contratada em caráter temporário, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016

TIPO: Menor Preço por Lote. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para retífica da parte inferior do motor com troca de kits (camisa, pistão e anéis), do microônibus Marcopolo/Volare, placa MEU 2062, diesel, ano 2004, de acordo com as especificações do Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 010/2016. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 14 de junho de 2016. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site [www.leobertoleal.sc.gov.br](http://www.leobertoleal.sc.gov.br). Informações fone: (48) 3268 1212. Em 31/05/2016. IRENE MARIA DA CUNHA OTTO – Secretária Municipal da Saúde.

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2016 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 036/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2016

TIPO: Menor Preço por Lote. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de um motor completo para o veículo FORD TRANSIT, placa MLX 0515, ano 2013, e um motor completo para o veículo FORD TRANSIT, placa MLX 0495, ano 2013, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, de acordo com as especificações no Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 024/2016. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 16:00 (dezesseis horas), do dia 14 de junho de 2016. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 31/05/2016. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

### LEI Nº 1.223/2016

LEI Nº 1.223, DE 31 DE MAIO DE 2016

#### “ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, até o valor de R\$ 15.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	15.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	15.000,00
Função	15	Urbanismo	15.000,00
Sub-função	452	Serviços Urbanos	15.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	15.000,00
Atividade	2.029	Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas	15.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	15.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	15.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			15.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	15.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	15.000,00

Função	13	Cultura	15.000,00
Sub-função	392	Difusão Cultural	15.000,00
Programa	0005	Cultura, Esporte e Turismo	15.000,00
Atividade	2.041	Promoções e Eventos	15.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	15.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	15.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			15.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 31 de maio de 2016.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

# Lontras

## PREFEITURA

**EDITAL N° 054/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 054/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de segurança em eventos organizados pelo município. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas do dia 13/06/2016; Abertura dos Envelopes: 08 horas e 30 minutos do dia 13/06/2016. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br)– Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 31 de maio de 2016. MARTINA ZUCATELLI. Prefeita.

**EDITAL N° 055/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 055/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada para organização e decoração do baile de escolha da Rainha e Princesas da 46ª Festa do Colono. Entrega dos Envelopes: até às 11 horas do dia 13/06/2016; Abertura dos Envelopes: 11 horas e 15 minutos do dia 13/06/2016. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br)– Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 31 de maio de 2016. MARTINA ZUCATELLI. Prefeita.

# Luzerna

## PREFEITURA

### DECRETO 2221

DECRETO Nº 2221 de 25 de maio de 2016.

"FIXA MULTA POR INFRAÇÃO À LEI Nº 078 DE 21 DE NOVEMBRO DE 1997 QUE "DISPÕE SOBRE NORMAS DE SAÚDE EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA, ESTABELECE PENALIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 38 da Lei nº 78 de 21 de novembro de 1997,

#### DECRETA:

Art.1º- Fica fixada, nos termos do art. 38, pena de multa, conforme a gravidade da infração, prevista no art. 32 da Lei nº 078 de 21 de novembro de 1997:

- I. Infrações leves - 01 (uma) UFRM;
- II. Infrações graves - 03 (três) ufrms;
- III. Infrações gravíssimas - 05 (cinco) UFRMs.

Art.2º- Toda arrecadação proveniente das multas pecuniárias, reverterá ao Fundo Municipal de Saúde e diretamente ao financiamento das ações de prevenção, educação, fiscalização e manutenção do setor de Vigilância Sanitária.

Art. 3º- Esse Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 25 de maio de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### EXTRATO DO CONVÊNIO 0062016

EXTRATO DE CONVÊNIO

PML 2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 006/2016

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADO : ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE NÓBREGA

VALOR: R\$ 11.000,00 (onze mil reais)

OBJETO: O MUNICÍPIO DE LUZERNA repassará a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE NÓBREGA, a importância de até R\$ 11.000,00 (onze mil reais), a ser aplicada na realização do Festival de Bandas e Fanfarras e na manutenção da FANFARRA.

DOTAÇÃO: Fundo Municipal de Cultura - 19.001.13.392.0027.2089 - Administração e Execução do Fundo da Cultura - 3.3.50 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (custeio) - 4.4.50 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (capital).

VIGÊNCIA: Até 30/11/2016.

Luzerna(SC), 30 de maio de 2016.

MOISES DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna  
CONVENIENTE

GLECIR APARECIDA TORRI  
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE NÓBREGA  
CONVENIADA

# Macieira

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO \_ TOMADA DE PREÇOS N° 0003/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório n° 0033/2016

Tomada de Preço n° 0003/2016

Objeto: Contratação de empresa para de ampliação da Escola Pequenos Brilhantes, com execução de obra de construção de uma sala de aula, com 36,80 m², a ser adquirida através de recursos do Convênio n° 2016TR000908, por meio da ADR (Agência de Desenvolvimento Regional) de Caçador, conforme Projeto, Planilha orçamentária e Memorial Descritivo, com fornecimento de material e mão-de-obra.

Abertura das Propostas: às 09h00min horas do dia 15/06/2016.

Informações: Maiores Informações, poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira, SC, das 07:30 às 12:00, e das 13:30 às 17:00 horas, ou pelo telefone (049) 3574-2000, ramal 2017.

Macieira - SC, 31 de maio de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente de Comissão

### **PUBLICAÇÃO RESUMIDA \_ TERMO ADITIVO N° 08/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório n° 0001/2016

Pregão Presencial n° 0001/2016

1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 0010/2016

ADITIVO N° 08/2016

ADITIVO DE ACRESCIMO.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a confecção de placas de identificação de localidade e placas de inauguração de obras, de acordo com as especificações e quantitativos do Anexo I deste Edital.

Contratada: EVALDO MARTIN SCHULZE E CIA LTDA .

Valor Acrescido: Fica acrescido o valor de 1.075,00 (um mil setenta e cinco reais), referente a aproximadamente 7% do valor global do contrato.

Vigência: De acordo com o Contrato Administrativo n° 0001/2016.

Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo n° 0001/2016.

Macieira, 30 de maio de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

### **PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO N° 07/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório n° 0002/2013

Pregão Presencial n° 0001/2013

8º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 0008/2013

ADITIVO N° 07/2016

ADITIVO DE ACRESCIMO.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.

Contratada: INOVA TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME.

Valor: Considerando a alteração de trajeto o presente contrato passa do valor de R\$ 339,48 (trezentos e trinta e nove reais com quarenta e oito centavos) para o valor de R\$ 429,76 (quatrocentos e vinte nove reais com setenta e seis centavos) diários.

Vigência: De acordo com o Contrato Administrativo n° 0008/2013

Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo n° 0008/2013.

Macieira, 30 de maio de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

# Mafra

## PREFEITURA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 75.809.186/0001-23

TRANSPORTE COLETIVO NOSSA SENHORA DA PIEDADE LTDA.

Nota Fiscal nº. 820 R\$ 5.537,66

Nota Fiscal nº. 821 R\$ 51.910,77

Nota Fiscal nº. 822 R\$ 28.378,08

VALOR TOTAL: R\$ 85.826,51

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo serviço de transporte escolar, dos alunos da rede municipal de ensino do Município de Mafra/SC, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 01 de junho de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 10.173.601/0001-50

P & P COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA

Nota Fiscal nº. 2.544 R\$ 30.280,00

VALOR TOTAL: R\$ 30.280,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de madeiras destinadas as pontes do Município, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 01 de junho de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

DÉBORA KAHLOW SCHOSSIG

Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 11.258.607/0001-92

Nota Fiscal nº. 082 R\$ 3.895,00

Nota Fiscal nº. 124 R\$ 3.895,00

VALOR TOTAL: R\$ 7.790,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelos softwares gerenciais da Secretaria Municipal da Educação, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 01 de junho de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação

### DECRETO Nº. 3938

DECRETO Nº. 3938

DE 25 DE MAIO DE 2016

DEFINE O PERCENTUAL REFERENTE À VARIAÇÃO DO ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR - INPC DO MÊS DE MARÇO DE 2016, A SER INCORPORADO AOS ÍNDICES DE REVISÃO GERAL ANUAL SOBRE OS VALORES DOS VENCIMENTOS E SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS E AGENTES POLÍTICOS, EXCETO VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso XVII do art. 68 da Lei Orgânica do Município de Mafra, e

Considerando a necessidade de regulamentação referente ao



parágrafo único do art. 1º da Lei Municipal nº. 4.186, de 31 de março de 2016;

Considerando o ofício nº. 168/SMFP/2016, de 18 de maio de 2016 da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento;

#### DECRETA

Art. 1º Fica definido o percentual de 0,44% (zero vírgula quarenta e quatro por cento) correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do mês de março de 2016, a ser incorporado aos índices de revisão geral anual concedidos pela Lei Municipal nº. 4.186, de 31 de março de 2016, que concede revisão geral anual aos servidores públicos municipais do executivo da administração direta e indireta, ativos, inativos, pensionistas e aos agentes políticos municipais, exceto vereadores.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 25 de maio de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

#### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Empresa Registrada: MÁXIMA PAPELARIA LTDA

CNPJ Nº: 85.260.164/0001-00

Valor Registrado: R\$ 25.030,50 (vinte e cinco mil e trinta reais e cinquenta centavos).

Objeto: aquisição de materiais de Higiene e Limpeza destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social e seus serviço, através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos  
Origem: Processo nº 027/2016, Pregão Presencial - RP nº 012/2016  
Data de Assinatura: 22/02/2016

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 22 de fevereiro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

#### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Empresa Registrada: PAPELARIA COPIATIC LTDA - ME

CNPJ Nº: 01.795.373/0001-69

Valor Registrado: R\$ 17.474,00 (desceste mil quatrocentos e setenta e quatro reais).

Objeto: aquisição de materiais de Higiene e Limpeza destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social e seus serviço, através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos  
Origem: Processo nº 027/2016, Pregão Presencial - RP nº 012/2016  
Data de Assinatura: 22/02/2016

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 22 de fevereiro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

#### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Empresa Registrada: SULBOX COMERCIAL LTDA-ME

CNPJ Nº: 07.051.750/0001-31

Valor Registrado: R\$ 32.333,40 (trinta e dois mil e trezentos e trinta e três reais e quarenta centavos).

Objeto: aquisição de materiais de Higiene e Limpeza destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social e seus serviço, através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos  
Origem: Processo nº 027/2016, Pregão Presencial - RP nº 012/2016  
Data de Assinatura: 22/02/2016

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 22 de fevereiro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

#### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Empresa Registrada: KLEBER DE MOURA DALABONA & CIA LTDA ME

CNPJ Nº: 09.245.708/0001-87

Valor Registrado: R\$ 21.964,00 (vinte e um mil novecentos e sessenta e quatro reais).

Objeto: aquisição de materiais de Higiene e Limpeza destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social e seus serviço, através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos  
Origem: Processo nº 027/2016, Pregão Presencial - RP nº 012/2016  
Data de Assinatura: 22/02/2016

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 22 de fevereiro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

#### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Empresa Registrada: DANNA COMERCIAL EIRELI-ME

CNPJ Nº: 13.550.358/0001-30

Valor Registrado: R\$ 5.879,40 (cinco mil oitocentos e setenta e nove reais e quarenta centavos).

Objeto: aquisição de materiais de Higiene e Limpeza destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social e seus serviço, através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos  
Origem: Processo nº 027/2016, Pregão Presencial - RP nº 012/2016  
Data de Assinatura: 22/02/2016

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 22 de fevereiro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

#### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Empresa Registrada: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI-ME

CNPJ Nº: 14.534.916/0001-36

Valor Registrado: R\$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais).

Objeto: aquisição de materiais de Higiene e Limpeza destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social e seus serviço, através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme quantidades e

especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos  
Origem: Processo nº 027/2016, Pregão Presencial - RP nº 012/2016  
Data de Assinatura: 22/02/2016  
Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 22 de fevereiro de 2017.  
Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2016  
Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Empresa Registrada: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI-ME  
CNPJ Nº: 14.534.916/0001-36  
Valor Registrado: R\$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais).  
Objeto: aquisição de materiais de Higiene e Limpeza destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social e seus serviço, através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos  
Origem: Processo nº 027/2016, Pregão Presencial - RP nº 012/2016  
Data de Assinatura: 22/02/2016  
Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 22 de fevereiro de 2017.  
Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2016  
Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Empresa Registrada: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA  
CNPJ Nº: 07.634.816/0001-16  
Valor Registrado: R\$ 35.999,40 (trinta e cinco mil novecentos e noventa e nove reais).  
Objeto: aquisição de materiais de Higiene e Limpeza destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social e seus serviço, através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos  
Origem: Processo nº 027/2016, Pregão Presencial - RP nº 012/2016  
Data de Assinatura: 22/02/2016  
Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 22 de fevereiro de 2017.  
Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2016  
Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA  
Empresa Registrada: MODELO PNEU LTDA  
CNPJ Nº: 94.510.682/0001-26  
Valor Registrado: R\$ 17.320,00 (dezessete mil trezentos e vinte reais).  
Objeto: aquisição de pneus, destinados aos veículos de uso da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Agricultura e Interior, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos  
Origem: Processo nº 006/2016, Pregão Presencial - RP nº 003/2016  
Data de Assinatura: 29/02/2016  
Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 29 de fevereiro de 2017.  
Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2016  
Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA  
Empresa Registrada: R.K KASCZUK E CIA LTDA - ME  
CNPJ Nº: 22.196.632/0001-05  
Valor Registrado: R\$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais).  
Objeto: aquisição de pneus, destinados aos veículos de uso da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Agricultura e Interior, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos  
Origem: Processo nº 006/2016, Pregão Presencial - RP nº 003/2016  
Data de Assinatura: 29/02/2016  
Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 29 de fevereiro de 2017.  
Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2016  
Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA  
Empresa Registrada: RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA  
CNPJ Nº: 06.889.977/0001-98  
Valor Registrado: R\$ 230.830,00 (duzentos e trinta mil oitocentos e trinta reais).  
Objeto: aquisição de pneus, destinados aos veículos de uso da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Agricultura e Interior, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos  
Origem: Processo nº 006/2016, Pregão Presencial - RP nº 003/2016  
Data de Assinatura: 29/02/2016  
Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 29 de fevereiro de 2017.  
Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2016  
Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA  
Empresa Registrada: COPAL COM. DE PNEUS E ACES. LTDA  
CNPJ Nº: 88.197.330/0001-60  
Valor Registrado: R\$ 47.800,00 (quarenta e sete mil e oitocentos reais).  
Objeto: aquisição de pneus, destinados aos veículos de uso da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Agricultura e Interior, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos  
Origem: Processo nº 006/2016, Pregão Presencial - RP nº 003/2016  
Data de Assinatura: 29/02/2016  
Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 29 de fevereiro de 2017.  
Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2016  
Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA  
Empresa Registrada: TEELL - TÉCNICA E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LEITE LTDA  
CNPJ Nº: 79.849.865/0001-87  
Valor Registrado: R\$ 22.788,00 (vinte e dois mil setecentos e oitenta e oito reais).  
Objeto: aquisição de material de expediente e escritório destinados ao Corpo de Bombeiros Militar de Mafra, com recursos do

FUNREBOM, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos  
Origem: Processo nº 015/2016, Pregão Presencial - RP nº 007/2016  
Data de Assinatura: 26/02/2016  
Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de fevereiro de 2017.  
Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI-ME

CNPJ Nº: 21.304.312/0001-69

Valor Registrado: R\$ 1.106,80 (um mil cento e seis reais e oitenta centavos).

Objeto: aquisição de material de expediente e escritório destinados ao Corpo de Bombeiros Militar de Mafra, com recursos do FUNRE-BOM, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos

Origem: Processo nº 015/2016, Pregão Presencial - RP nº 007/2016

Data de Assinatura: 26/02/2016

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de fevereiro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME

CNPJ Nº: 17.430.560/0001-89

Valor Registrado: R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais).

Objeto: aquisição de material de expediente e escritório destinados ao Corpo de Bombeiros Militar de Mafra, com recursos do FUNRE-BOM, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos

Origem: Processo nº 015/2016, Pregão Presencial - RP nº 007/2016

Data de Assinatura: 26/02/2016

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de fevereiro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: MÁXIMA PAPELARIA LTDA

CNPJ Nº: 85.260.164/0001-00

Valor Registrado: R\$ 7.476,20 (sete mil quatrocentos e setenta e seis reais e vinte centavos).

Objeto: aquisição de material de expediente e escritório destinados ao Corpo de Bombeiros Militar de Mafra, com recursos do FUNRE-BOM, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos

Origem: Processo nº 015/2016, Pregão Presencial - RP nº 007/2016

Data de Assinatura: 26/02/2016

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de fevereiro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA-EPP

CNPJ Nº: 07.634.816/0001-16

Valor Registrado: R\$ 2.657,00 (dois mil seiscentos e cinquenta e sete reais).

Objeto: aquisição de material de expediente e escritório destinados ao Corpo de Bombeiros Militar de Mafra, com recursos do FUNRE-BOM, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos

Origem: Processo nº 015/2016, Pregão Presencial - RP nº 007/2016

Data de Assinatura: 26/02/2016

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de fevereiro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME

CNPJ Nº: 17.430.560/0001-89

Valor Registrado: R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais).

Objeto: aquisição de material de expediente e escritório destinados ao Corpo de Bombeiros Militar de Mafra, com recursos do FUNRE-BOM, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos

Origem: Processo nº 015/2016, Pregão Presencial - RP nº 007/2016

Data de Assinatura: 26/02/2016

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de fevereiro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: KLEBER DE MOURA DALABONA & CIA LTDA ME

CNPJ Nº: 09.245.708/0001-87

Valor Registrado: R\$ 315,00 (trezentos e quinze reais).

Objeto: aquisição de material de expediente e escritório destinados ao Corpo de Bombeiros Militar de Mafra, com recursos do FUNRE-BOM, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos

Origem: Processo nº 015/2016, Pregão Presencial - RP nº 007/2016

Data de Assinatura: 26/02/2016

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de fevereiro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

# Maracajá

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 40/2016 - TP

Prefeitura Municipal de Maracajá

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 40/2016 – Tomada de Preços

Objeto: Contratação de empresa para execução das obras de pavimentação com lajotas de concreto, drenagem pluvial, calçadas e sinalização da Rua Arcendino Farias, Bairro Vila Paraná no município de Maracajá – SC (Trecho 01), tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro anexo e de acordo o Contrato de Repasse nº 819833/2015/Ministério das Cidades/Caixa.

Data da entrega dos envelopes: até as 08:45 horas do dia 16/06/2016. Abertura da Sessão: a partir das 09:00 horas do dia 16/06/2016.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital no site [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br) e/ou Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08:30 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas, em dias úteis. Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail [licitacao@maracaja.sc.gov.br](mailto:licitacao@maracaja.sc.gov.br).

Wagner da Rosa – Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 41/2016 - TP

Prefeitura Municipal de Maracajá

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 41/2016 – Tomada de Preços

Objeto: Contratação de empresa para execução das obras de pavimentação com lajotas de concreto, drenagem pluvial, calçadas e sinalização da Rua Arcendino Farias, Bairro Vila Paraná no município de Maracajá – SC (Trecho 02), tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro anexo e de acordo o Contrato de Repasse nº 818994/2015/Ministério das Cidades/Caixa.

Data da entrega dos envelopes: até as 13:45 horas do dia 16/06/2016. Abertura da Sessão: a partir das 14:00 horas do dia 16/06/2016.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital no site [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br) e/ou Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08:30 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas, em dias úteis. Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail [licitacao@maracaja.sc.gov.br](mailto:licitacao@maracaja.sc.gov.br).

Wagner da Rosa – Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONVÊNIO 003/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

CONVÊNIO Nº. 03/2016

Partes: Município de Maracajá/SC e a Associação Irmã Carmem (Casa Lar) de Araranguá/SC.

Objeto: O presente convênio tem por objeto: a cooperação financeira para o auxílio de custeio das seguintes despesas da entidade: material de expediente, materiais de limpeza, gêneros alimentícios, combustíveis, energia elétrica, gás de cozinha, telefone, medicamentos, despesa com pessoal compreendendo: salários e adicionais, FGTS, contribuições previdenciárias, seguros e demais encargos, materiais para pequenos reparos e manutenção de equipamentos, aluguéis da entidade, prestação de serviços a entidade, cursos de formação, manutenção de veículos em nome da entidade, e seguros de bens da entidade.

Base Legal: As partes declaram expressamente sujeitas às normas legais e regulamentares, tendo como base a Lei nº. 1054 de 06 de Abril de 2016.

Vigência: 10.05.2016 à 31.12.2016.

Valor Total: O valor total do presente convênio referente a cooperação financeira é de R\$ 36.396,00 (trinta e seis mil, trezentos e noventa e seis reais) a ser repassada em 08 (oito) parcelas, fixas e mensais, conforme cronograma de desembolso que integra o Plano de Aplicação.

Assinam: Wagner da Rosa – Prefeito Municipal.

João Izé Rosa – Presidente.

Assinam também as seguintes Testemunhas: Diomar de Souza Machado Júnior - Agente Administrativo

Renan Machado Fregúlia - Técnico Administrativo



# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 520/2016

DECRETO Nº 520, DE 30 DE MAIO DE 2016

Fixa o horário de funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto fixado o horário de funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS do Município de Maravilha, sendo de segunda a sexta-feira, das 7h às 13h.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica ao regime de escala, realizado nos turnos das 7h às 11h e da 13h às 17h, já previamente definido.

§ 2º O regime de escalas não dá direito ao recebimento por parte do servidor de horas extras.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha – SC, 30 de maio de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 521/2016

DECRETO Nº 521, DE 31 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 269/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade;

A licença para tratamento de saúde da servidora Cineide Muller,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 25 de maio a 31 de julho de 2016, LENIR CLAIR NEUMANN, brasileira, inscrita no CPF sob nº 829.052.749-72, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de maio de 2016.

Maravilha – SC, 31 de maio de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 523/2016

DECRETO Nº 523, DE 31 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Habitação do Município de Maravilha - SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o artigo 5º da Lei Municipal nº 3.432, de 22 de outubro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Habitação denominados a seguir:

I - Representantes Governamentais, do Poder Executivo:

a) Assistente Social

-Titular: Flávia Roberta Figueiredo

-Suplente: Julia Reckers

b) Engenheiro Civil

-Titular: Lucas Mazzucco

-Suplente: Jorge Luiz Dummer

c) Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo

-Titular: Airton Gonçalves

-Suplente: Neivo Sartori

d) Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Fazenda

-Titular: Camila Begrow

-Suplente: Cinara Geremia

II - Representantes não-governamentais:

a) Associação de Moradores

-Titular: Ederson Wagner

-Suplente: Fernando Sehnen

b) Representante da Associação de Engenheiros

-Titular: Rudimar Begow

-Suplente: Juarez Batistello

c) Representante da Associação Empresarial

-Titular: Geovani Folle

-Suplente: Jonas Dall Agnol  
d) Representante dos Grupos de Idosos  
-Titular: Eneci Gruber  
-Suplente: Ivandir Pedroso

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Habitação será de 2 (dois) anos, permitida igual recondução.

Art. 3º Os membros do Conselho Municipal de Habitação exercerão seus mandatos de forma gratuita, ficando vedada a concessão de qualquer remuneração.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os Decretos nº 041, de 09 de abril de 2012 e nº 83, de 15 de julho de 2014.

Maravilha – SC, 31 de maio de 2016.

ROSIMAR MALDANER  
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

# Marema

## PREFEITURA

**CONTRATO FMS N. 018-2016**

MINUTA

Contrato n. FMS 018-2016

Contratante: Município de Marema/FMS-Fundo Municipal de Saúde

Contratado: CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA

Objeto: Aquisição de Material Médico e Medicamento para atendimento na Unidade de Saúde do Município

Vinculação: Processo Licitatório/FMS nº. 10/2016 Pregão Presencial FMS nº. 07/2016

Valor Total: R\$14.228,35 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 13 de Maio de 2016.

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

**CONTRATO FMS N. 019-2016**

MINUTA

Contrato n. FMS 019-2016

Contratante: Município de Marema/FMS-Fundo Municipal de Saúde

Contratado: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP

Objeto: Aquisição de Material Médico e Medicamento para atendimento na Unidade de Saúde do Município

Vinculação: Processo Licitatório/FMS nº. 10/2016 Pregão Presencial FMS nº. 07/2016

Valor Total: R\$ 20.988,50 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 13 de Maio de 2016.

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

**CONTRATO FMS Nº 017/2016**

MINUTA

Contrato nº: FMS/017/2016

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: CLINICA MEDICA EMILIANO LTDA-ME

Objeto: Prestação de serviços médicos, no atendimento médico clínico ambulatorial, para atendimento clínico a população do Município de Marema, carga horária é de 12 (doze) horas semanais

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 012/2016 – Dispensa de Licitação/FMS n. 004/2016.

Valor Total: R\$ 16.000,00 (reais)

Prazo: 10 de julho de 2016

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 10 de maio de 2016

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

**CONTRATO FMS Nº 020/2016**

MINUTA

Contrato nº: 020/2016

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Multiclínica Regional Ltda ME

Objeto: Prestação de serviços médicos, no atendimento médico clínico ambulatorial, para atendimento clínico a população do Município de Marema, carga horária é de 40 (quarenta) horas semanais

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 011/2016 – Pregão Presencial/FMS n. 008/2016.

Valor Total: R\$ 133.000,00 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 20 de maio de 2016.

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

**CONTRATO N. 040/2016**

MINUTA

Contrato n. 040/2016

Contratante: Município de Marema

Contratado: GIGA ELETRO INSTALADORA LTDA

Objeto: MÃO DE OBRA E MATERIAL APLICADO NA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICO DO MUNICÍPIO.

Vinculação: Processo Licitatório nº. 13/2016, Pregão Presencial Compras e Serviços nº. 10/2016.

Valor Total: R\$ 3.950,50 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim

Marema/ SC, 18 de abril de 2016

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

**CONTRATO N. 044/2016**

MINUTA

Contrato Administrativo n. 044/2016

Expropriante: Município de Marema

Expropriado: Antonio Cristofoli e Mariazinha de Fatima Hennerich Cristofoli

OBJETO: Desapropriação - Matrícula n. 2.342- Fls 1 – Livro 2 - CRI de Xaxim

VALOR: R\$ 70.000,00 (reais)

Foro: Município de Xaxim

Data: 19/04/2016.

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal



**CONTRATO N. 048/2016**

MINUTA

Contrato n. 048/2016

Contratante: Município de Marema

Contratado: RENATO ZANELLA - ME

Objeto: Aquisição de implemento agrícolas consistindo em uma plantadeira adubadeira

Vinculação: Processo Licitatório nº. 17/2016, Pregão Presencial

Compras e Serviços nº. 12/2016

Valor Total: R\$ 49.780,00 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 20 de maio de 2016

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

nº. 010/2016

Valor Total: R\$ 6.000,00 (reais).

Prazo: 31 de dezembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim

Marema/ SC, 18 de abril de 2016

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito em Municipal

**CONTRATO Nº: 047/2016**

MINUTA

Contrato nº: 047/2016

Contratante: Município de Marema

Contratado: MITRA DIOCESANA DE CHAPECO-PARÓQUIA SÃO LUIZ GONZAGA

Objeto: LOCAÇÃO DO ESPAÇO PARA EVENTOS

Valor Total: R\$ 3.200,00 com luz e água incluso.

Prazo: 20 de Junho de 2016

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 17 de maio de 2016

CONTRATANTE

Marcos Pedro Batistel

**CONTRATO Nº 043/2016**

MINUTA

Contrato nº 043/2016

Contratante: Município de Marema – SC.

Contratado: KALIANDRA BRUM DA SILVA DE OLIVEIRA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO ARI CORREIA E GRUPO ALMA DA QUERÊNCIA.

Vinculação: Processo Licitatório n. 015/2016, Inexigibilidade de Licitação n. 002/2016

Valor Total: R\$ 9.000,00 (reais)

Prazo: 11 de junho de 2016

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 19 de abril de 2016.

CONTRATANTE

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº: 042/2016**

MINUTA

Contrato nº: 042/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Marema

Contratado: BENINI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPOTES LTDA ME

Finalidade: Construção de cabeceira de ponte basálticas argamassada.

Valor Total: R\$ 13.590,00 (reais)

Prazo: 18 de julho de 2016

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 18 de abril de 2016

CONTRATANTE

Pref. Mun. de Marema

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº 045/2016**

MINUTA

Contrato nº 045/2016

Contratante: Município de Marema – SC.

Contratado: ODAIR LUIZ MAROCCO 54125995915

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW CULTURAL

Valor total: R\$ 1.500,00 (reais)

Prazo: dia 19 de junho de 2016, com início às 14h00min às 18h00min.

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 05 de Maio de 2016.

CONTRATANTE

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº: 046/2016**

MINUTA

Contrato nº: 046/2016

Contratante: Município de Marema

Contratada: EXCLUSIVA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA ME

Finalidade: SEGURANÇA INTERNA E EXTERNA DOS EVENTOS QUE SERÃO REALIZADOS NAS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE MAREMA SC

Valor Total: R\$ 3.335,00 (três mil trezentos e cinco reais).

Prazo: 19 de junho 2016

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema - SC, 16 de maio de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº: 041/2016**

MINUTA

Contrato nº: 041/2016

Contratante: Município de Marema

Contratada: EDER MARTINS DA SILVA ME

Finalidade: Mão de Obra aplicado no conserto e manutenção preventiva de postes de luz da rede de Iluminação Pública do Município, consistindo em troca de lâmpadas, reatores, braço de luz, fiação e conserto da parte elétrica.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 013/2016 - Pregão Presencial

**PORTARIA Nº048/2016**

Portaria nº048/2016

De 05/05/2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LAURO CREMONESE POZZATTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado médico do Dr. JACSON L FURLANETTO CRM/SC 13.711 dando conta na necessidade do afastamento do referido servidor.

**D E C I D E**

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde por um período de 15 dias ao Servidor Público Municipal LAURO CREMONESE POZZATTI, a contar a partir de 05 de maio de 2016 a 19 de maio de 2016..

Parágrafo Único – O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de maio de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº049/2016**

Portaria nº049/2016

De 09/05/2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LEONIR BISON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado médico do Dr. OZI DA COSTA CRM/SC 7912 dando conta na necessidade do afastamento do referido servidor.

**D E C I D E**

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde por um período de 05 dias ao Servidor Público Municipal LEONIR BISON, a contar a partir de 09 de maio de 2016 a 13 de maio de 2016..

Parágrafo Único – O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de maio de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº050/2016**

Portaria nº050/2016

De 13/05/2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIDIANE REGINATTO CAREGNATTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado médico do Dr. VITO DE MELLO NETTO CREMESC 12788 dando conta na necessidade do afastamento da referida servidora.

**D E C I D E**

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde por um período de 15 dias a Servidora Pública Municipal SIDIANE REGINATTO CAREGNATTO, a contar a partir de 13 de maio de 2016 a 27 de maio de 2016..

Parágrafo Único – O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 13 de maio de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº051/2016**

Portaria nº051/2016

De 16/05/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANY FRANCINY SCHMITT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ANY FRANCINY SCHMITT, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 15 dias a contar de 30/05/2016 a 13/06/2016.

- Gozo de férias por um período de 15 dias para uma data futura a ser marcada em consenso com o departamento de Recursos Humanos.

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos. Considerando o interesse e bem do serviço público, mediante requerimento da servidora.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 25/03/2015 a 24/03/2016.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 16 de maio de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

### **PORTARIA Nº052/2016**

Portaria nº052/2016

De 16/05/2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL CARMEM PERCIO DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal, Art. 126 do Estatuto dos Servidores Municipais. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora.

#### **D E C I D E**

Art. 1º - Conceder licença Prêmio a Servidora Pública Municipal CARMEM PERCIO, por um período de 30 (trinta) dias a contar a partir de 01 junho de 2016 a 30 de junho de 2016.

Parágrafo Único: O período de aquisição da licença prêmio é de 04/02/2007 a 04/02/2014. (considerando 732 dias de afastamento por motivo de saúde da referida servidora)

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 16 de maio de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Setor Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº053/2016**

Portaria nº053/2016

De 23/05/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOVANDRA APARECIDA DAL BELLO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal JOVANDRA APARECIDA DAL BELLO por um período de 30 dias a contar a partir de 01/08/2016 A 30/08/2016.

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende 01/01/2015 A 31/12/2015.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 23 de maio de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

### **PORTARIA Nº054/2016**

Portaria nº054/2016

De 23/05/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GENI DE LOURDES NADAL CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal GENI DE LOURDES NADAL CERATTO por um período de 30 dias a contar a partir de 04/07/2016 A 03/08/2016.

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende 05/07/2015 A 04/07/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 23 de maio de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

### **PORTARIA Nº055/2016**

Portaria nº055/2016

De 23/05/2016

ALTERA PRAZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL IDIANE BETTU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado medico do Dr. ALEX MAGADIEL KLAUS CRM/SC 11945 dando conta na necessidade do afastamento da referida servidora. CONSIDERANDO decisão do INSS conforme benefício 6142939560.

#### **D E C I D E**

Art. 1º - Altera prazo para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal IDIANE BETTU, a contar a partir de 03 de maio de 2016 a 04 de julho de 2016.

Parágrafo Único – O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua

publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário. Em especial Portaria 047/2016 de 02 de maio de 2016.

Gabinete do Prefeito em 23 de maio de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 31 de maio de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Setor Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº056/2016**

Portaria nº056/2016

De 30/05/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL BEATRIZ BETTU NOSSAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora. CONSIDERANDO requerimento efetuado pela direção da unidade.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal BEATRIZ BETTU NOSSAL por um período de 30 dias a contar a partir de 08/06/2016 a 07/07/2016.

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende 08/04/2015 A 07/04/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 30 de maio de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

### **PORTARIA Nº057/2016**

Portaria nº057/2016

De 31/05/2016

HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR ADILSON PERUZZO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NO SEMESTRE RELATIVO AO PERÍODO 14/10/2015 A 14/04/2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c art. 6 da Lei Municipal n. 036/2014 de 19 de fevereiro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º - Homologar a avaliação funcional do Servidor Público Municipal ADILSON PERUZZO com carga horária de 40 horas semanais, na função de VIGIA em função da pontuação recebida, considerando APROVADO no semestre relativo ao período de 14/10/2015 A 14/04/2016.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

# Massaranduba

## PREFEITURA

### ATA Nº 26.2016 (PMM) - MACADAME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2016

Processo Licitatório Nº 61/2016

Pregão Presencial Nº 33/2016

VALIDADE: 30 DE MAIO DE 2016 A 30 DE MAIO DE 2017

Ao trigésimo dia do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016 - REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, resolve registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE MACADAME PARA ATENDER OS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do edital do processo licitatório acima citado, tendo sido os referidos valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes as licitantes e seus representantes:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
AMINERIO TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES EIRELI, NESTE ATO REPRESENTADO POR ALEXANDRO OLIVEIRA SOARES	18.794.828/0001-24

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MACADAME PARA ATENDER OS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura da presente ata, através do sistema de registro de preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Anexo II do edital que a este deu origem.

ITEM	LICITANTE	PRODUTO	UNID.	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	AMINERIO TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES EIRELI	MACADAME/SAIBRO DE BOA QUALIDADE EXTRAÍDO E CARREGADO, COM A SAIBREIRA SITUADA EM UM RAIO DE ATÉ 20(VINTE) QUILOMETROS DO PAÇO MUNICIPAL	M³	AMINÉRIO	2.000	R\$ 19,50	R\$ 39.000,00

1.2. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 39.000,00 (TRINTA E NOVE MIL REAIS).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, NÃO podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta, o município não será obrigado a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às licitantes detentoras, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantindo à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços será utilizada pela Secretaria de Agricultura, que será o órgão gerenciador da mesma.

3.2. O valor ofertado pelas licitantes signatárias desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016.

3.3. Em cada fornecimento de serviços decorrente desta, serão observadas as cláusulas e condições constantes no edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016 e seus respectivos anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. A Prefeitura de Massaranduba (SC) se compromete a efetuar o pagamento no prazo de 10 (dez) dias após emissão do relatório de carregamento e nota fiscal, devidamente aprovado pela fiscalização da Secretaria de Agricultura, sendo que:

a) Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.



4.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.3. Os recursos orçamentários destinados ao objeto desta licitação provirão das seguintes dotações orçamentárias:

09.000 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
09.001 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA  
2078 – ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL  
33903299 – OUTROS MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA  
10000 – Recursos Ordinários

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. O início dos serviços será autorizado pela Secretaria de Agricultura, mediante a emissão de ordem de compra ou nota de empenho fornecida pela mesma.

5.2. Disponibilizar o macadame/saibro pronto para retirar, de forma parcelada, conforme necessidade da Prefeitura de Massaranduba (SC), rigorosamente dentro do prazo de no máximo 02 (dois) dias consecutivos após solicitação através da ordem de compra, devendo ser expedida a nota fiscal sempre que houver a compra do macadame.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da licitante em realizar os serviços classificados no certame e indicados para o registro dos respectivos preços ensejará na aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

6.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro nesta ata, se concluída a fase licitatória.

6.2.2. Cancelamento do registro nesta ata.

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores da Administração Pública.

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência.

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do serviço, em caso de recusa da 1ª (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia do serviços incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado à licitante o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata, podendo, entretanto, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos serviços oriundos desta ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante desta ata. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Esta ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata.

8.1.1.2. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

8.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa da ata decorrente do registro de preços.

8.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de recusa total ou parcial dos serviços decorrente deste registro de preços.

8.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.1.1.7. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.1.2. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

8.1.2.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

#### CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto desta ata de registro de preços será autorizado pela Secretaria de Agricultura, que é o órgão gerenciador.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao órgão gerenciador:

10.1.1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.1.2. Notificar à detentora relativamente qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços.

10.1.3. O município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução da presente ata, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à detentora.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

11.1. A licitante vencedora obriga-se a:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

11.1.2. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura de Massaranduba (SC) e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.3. Disponibilizar o macadame/saibro pronto para retirada, de forma parcelada, conforme necessidade da Prefeitura de Massaranduba (SC), rigorosamente dentro do prazo de no máximo 02 (dois) dias consecutivos após solicitação através da ordem de compra, devendo ser expedida a nota fiscal sempre que houver a execução do serviço/compra do macadame.

11.1.4. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação sem a autorização expressa pela Administração Municipal.



11.1.5. Manter durante a execução da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações, todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas nesta licitação.

11.1.6. Sujeitar-se a mais ampla fiscalização por parte da Prefeitura de Massaranduba (SC), prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram.

11.1.7. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados, observando as leis trabalhistas e previdenciárias aplicáveis ao caso e demais exigências legais, ficando a Prefeitura de Massaranduba (SC) isenta de qualquer vínculo empregatício.

11.1.8. Responsabilizar-se por todas as despesas, tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, taxas, fretes e quaisquer outros que forem devidos.

11.1.9. Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento da obrigação. A Prefeitura de Massaranduba (SC) ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta ata o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016, e as propostas das licitantes classificadas no certame supracitado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis. Massaranduba (SC), 30 de maio de 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

AMINÉRIO TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES  
EIRELI  
ALEXANDRO OLIVEIRA SOARES  
CONTRATADA

#### CRC 2016 - FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

Razão Social:	FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA		
CNPJ:	03.453.030/0001.41		
Cód. Fornecedor:	20071.9		
Endereço:	RUA LUIZ MASKE, 378		
Município/Estado:	BLUMENAU/SC	CEP:	89066-650
Fone: (47) 3338-0360			
Responsável: Luciano Thiesen			

#### RAMO:

RAMO DE ATIVIDADE	
RAMO	SUB-RAMO
SERVICO	PAVIMENTACAO
MATERIAL E SERVICOS	PAVIMENTAÇÃO

#### DOCUMENTOS:

CERTIDÃO	Nº DOCUMENTO	DATA EXPEDIÇÃO	DATA VALIDADE
CERTIDAO NEGATIVA FEDERAL	4652.C807.B3C0.FBE4	30/05/2016	26/11/2016
CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL	1601400242745280	24/05/2016	23/07/2016
CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL	35592602160	17/02/2016	15/08/2016
CERTIDAO NEGATIVA FGTS	2016021904565920807617	19/05/2016	17/06/2016

FALENCIA E CONCORDATA	3346615	24/05/2016	24/07/2016
CERTIDAO NEGATIVA DE AÇÕES TRABALHISTAS	51730197/2016	31/05/2016	26/11/2016

CERTIFICAMOS que a empresa acima está inscrita no cadastro de fornecedores da PREFEITURA DE MASSARANDUBA, em consequência, habilitada a participar de licitações, nos termos das Leis Nº 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/02, ressalvada outras exigências complementares no respectivo Edital.

DATA DE EMISSAO: 31/05/2016

VALIDADE ATÉ: 31/12/2016

Juliana Poletto da Silva Kreutzfeld
Responsável Cadastros

## LEI Nº1753/2016

LEI Nº1753/2016

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio, através do Fundo Municipal de Saúde, com Municípios do Estado de Santa Catarina e dá outras providências

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, Gestor Municipal do Sistema Único de Saúde – SUS, autorizado a firmar, através do Fundo Municipal de Saúde, convênio com os municípios do Estado de Santa Catarina, objetivando a realização de cirurgias eletivas de baixa e média complexidade, oferecidas no Hospital Municipal João Schreiber.

Art. 2º Os recursos municipais para pagamento dos valores previstos no Convênio advirão do orçamento geral do município na dotação, elemento e fonte próprios do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 31 de maio de 2016

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

# Meleiro

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 246/2016

PORTARIA n.º 246/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 79, inciso VII seguintes da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

#### CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal ENEDIR MIZEGESKI CARVALHO, ocupante do cargo de motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 29 de Janeiro de 2010 a 27 de Janeiro de 2015, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Maio de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### PORTARIA Nº 247-2016

PORTARIA nº 247/2016

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

#### CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal ALMIR PEDRO PEREIRA— matrícula 157 ocupante do cargo de Agente administrativo, referente ao período aquisitivo de 01/02/2015 a 31/01/2016.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Maio de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### PORTARIA Nº 248/2016

PORTARIA n.º 248/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

#### CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora SANTINA NICOLAU DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Maio de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### PORTARIA Nº 249-2016

PORTARIA n.º 249/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM—E.S.F.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

#### EXONERAR

Art. 1.º A Senhora NILCIANE ARIGONI CÔRNEO, do cargo de Auxiliar de Enfermagem - E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada à Secretaria de Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Maio de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº 250/2016**

PORTARIA n.º 250/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM-E.S.F.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

#### **EXONERAR**

Art. 1.º A Senhora IVONETE MOREIRA, do cargo de Auxiliar de Enfermagem - E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada à Secretaria de Saúde, em virtude de aposentadoria.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Maio de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº 251/2016**

PORTARIA n.º 251/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

#### **EXONERAÇÃO**

Art. 1.º A Senhora DIANA MENEGON MEZARI, do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em virtude do retorno da servidora ROSANE BRISTOT PIAZZA, da Licença Prêmio.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Maio de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº 252/2016**

PORTARIA n.º 252/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 79, inciso VII seguintes da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

#### **CONCEDER**

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal VANDERLEI DOS SANTOS AMERICO, ocupante do cargo de motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 29 de Janeiro de 2010 a 27 de Janeiro de 2015, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Maio de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº 253/2016**

PORTARIA nº 253/2016

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

#### **CONCEDER**

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias a servidora pública municipal ERLEIARUTE CORRENTE PETERLE- matrícula 494 ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, referente ao período aquisitivo de 02/09/2014 a 01/09/2015.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Maio de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **PUBLICAÇÃO HORA PROVA - PROCESSO SELETIVO 001-2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016

### **PUBLICAÇÃO DOS HORÁRIOS DE FECHAMENTO DE PORTÕES E INÍCIO E DURAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS DO PROCESSO SELETIVO 001/2016**

Os portões do prédio onde será realizada a prova escrita serão fechados, impreterivelmente, às 09h00min. O candidato que chegar após o horário estabelecido, terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

A prova escrita será iniciada até as 09h:30min e terá duração máxima de 01 hora e 30 minutos

Não será admitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões do prédio, e/ou que não estiver munido do Documento Original com Foto.

O candidato apenas estará segurado da realização da prova mediante a apresentação do comprovante de validação de inscrição em caso de não constatação de seu nome nas listas de distribuição de locais de prova fixados na entrada do prédio onde serão realizadas as provas.

Para mais informações, consultar o ÍTEM 6 e ANEXO I do edital 001/2016 publicado no endereço [www.processosseletivos.com.br/meleiro](http://www.processosseletivos.com.br/meleiro) no dia 06/05/2016 e respectivas ERRATAS.

MELEIRO/SC, em 31 de MAIO de 2016.

ANA DA COSTA OSTETTO

Secretária Municipal de Saúde

Fica homologada a publicação dos horários de prova escrita do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal em Exercício

### **TERMO DE HABILITAÇÃO TP Nº 011-2016**

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

TERMO DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO TP nº. 011/2016

O Prefeito Municipal o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores e conforme

parecer técnico emitido pelo setor de engenharia do município anexo ao processo habilita as seguintes empresas na Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 011/2016:

Processo nº. 011/2016

Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia.

Empresas Habilitadas: CAMILO & GHISE LTDA, CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP, CONSTRUTORA PAIS E FILHOS LTDA EPP, ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA E MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP.

Sendo que a nova data de Abertura dos envelopes propostas de preço fica marcada para o dia 03 de junho de 2016 as 08:30 horas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Meleiro/SC, 30 de maio de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

# Mondaí

## PREFEITURA

### **ERRATA 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 048/2015**

ERRATA 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A.

OBJETO: prorrogação do mesmo até o dia 23 de abril de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II.

ORIGEM: Convite 006/2015.

ONDE SE LÊ: VALOR: R\$ 7.656,48 (Sete mil seiscentos e cinquenta e seis reais e quarenta e oito centavos); LEIA-SE: VALOR: R\$ 2.363,38 (Dois mil trezentos e sessenta e três reais e trinta e oito centavos) .

Mondaí – SC, 31 de maio de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

### **EXTRATO CANCELAMENTO PARCIAL ATA REG PREÇOS 13/16**

EXTRATO CANCELAMENTO PARCIAL ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2016

O Município de Mondaí, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público o cancelamento, a partir do dia 01 de junho de 2016, do registro do Fornecedor ADILSON DOS SANTOS – MEI, vencedor dos itens 01 a 09 da Ata de Registro de Preços nº 013/2016, a pedido do fornecedor, em conformidade com o Art. 21 do Decreto Federal nº 7892/2013.

Mondaí SC, 31 de maio de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal.

### **EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 006/2016**

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: CAIBI EMPREENDIMENTOS LTDA.

OBJETO: prorrogação do Contrato nº 006/2016 até o dia 30 de dezembro de 2016, conforme solicitação e justificativa.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 17/2015.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 30 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 31 de maio de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO PRESENCIAL 01/2016 FMAS - PARECER DA COMISSÃO JULGADORA -

AVISO DE DESERTA - ATA PREGÃO PRESENCIAL 1/2016 – FMAS – PARECER DA COMISSÃO TÉCNICA

Prefeitura de Navegantes – Estado de Santa Catarina

AS PREGOEIRA E A EQUIPE DE APOIO REUNIRAM-SE NO LOCAL E HORÁRIO PREVIAMENTE AGENDADOS, COM INTUITO DE PROCESSAR E JULGAR AS PROPOSTAS INERENTES AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2016 REGISTRO DE PREÇO, VISANDO AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERERECÍVEIS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO MUNICIPAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. CONTUDO NÃO COMPARECEU NENHUM INTERESSADO, DECLARANDO-SE A PRESENTE SESSÃO DESERTA. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR DECLARA-SE A SESSÃO ENCERRADA DETERMINANDO-SE A REPUBLICAÇÃO DO PRESENTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 14/2016 FMS --- REPUBLICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SETOR COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016 FMS --- REPUBLICADO ---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS (AUTOMÓVEIS MODELO HATCH 0KM 1.0 4P), PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, AOS AGENTES COMUNITÁRIOS EM COMBATE A DENGUE E AO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF), ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 13/06/2016 até às 13h50. Abertura envelopes: 13/06/2016 às 14h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 01 de junho de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 48/2016 PMN --- RETIFICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SETOR COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2016 PMN --- RETIFICADO ---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE ROUPAS DE CAMA E BANHO (TOALHAS, LENÇÓIS, FRONHAS, TRAVESSEIROS, EDREDONS E MANTAS) DEVIDAMENTE PERSONALIZADAS PARA AS CRECHES E UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 13 de junho de 2016 até às 08h50. Abertura envelopes: 13 de junho de 2016 às 09h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 01 de junho de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito.

### PORTARIA 004/2016 - RESULTADO FINAL DA SELEÇÃO DE PROJETOS DO EDITAL VILMA MAFRA DE APOIO À CULTURA 2016

Portaria 004/2016

Publica o resultado final da seleção de projetos do Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura 2016.

A Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura,

RESOLVE:

Art. 1º - Publicar o resultado final dos projetos aprovados no processo de seleção do Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura 2016 do Fundo Municipal de Cultura, após a fase de recursos. Abaixo segue a lista de projetos aprovados:

	Protocolo	Projeto	Proponente	Área
Cotas de R\$ 18.000,00				
1º	009/2016	4º Musicando na Escola	Elson Maykow Toledo dos Santos	Música
2º	022/2016	Conversas do Imaginário Popular	Vilma Marli Rebello Mafra	Humanidades
3º	007/2016	A Arte da Cerâmica 2	Rafael Nunes de Oliveira	Artes Visuais
4º	034/2016	Homenagem ao Pescador	Ricardo Batista dos Santos	Artes Visuais
5º	001/2016	Reparos	Caroline Westerkamp Costa	Audiovisual
6º	023/2016	Companhia de dança Atitude	Tiago da Silva Marques Pereira	Artes Cênicas
7º	029/2016	II Festival de Terno de Reis Estrela Guia	Tarcísio Weise	Patrimônio
8º	017/2016	Raízes do Mar	Angelis Moreira de Macedo Romão	Artes Visuais



9º	018/2016	Orquestra de Câmara – Continuação	José Carlos Pereira Júnior	Música
10º	027/2016	Memória Navegante	Angela Luciane Peyerl	Humanidades
Cota de R\$ 26.000,00 – Salão de Artes Visuais de Navegantes				
	030/2016	Salão de Artes Visuais de Navegantes	Fundação Cultural de Navegantes	Artes Visuais
Cota de R\$ 81.631,05 – Projetos da Fundação Cultural de Navegantes				
	031/2016	4º Festival Literário de Navegantes	Fundação Cultural de Navegantes	Humanidades
	032/2016	Inventário do Patrimônio Imaterial de Navegantes	Fundação Cultural de Navegantes	Patrimônio
	033/2016	Mostra de Teatro de Rua de Navegantes	Fundação Cultural de Navegantes	Artes Cênicas

Art. 2º - Os contemplados deverão comparecer à sede da Fundação Cultural de Navegantes, em no máximo 15 dias após a divulgação do resultado final no Diário Oficial dos Municípios, para entrega dos documentos e assinatura do contrato, conforme item 5.1 do Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.

REGINA CÉLIA CORREIA  
SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES

### **PORTARIA 1448/2016 CONCEDE LICENÇA ASSUNTOS PARTICULARES**

PORTARIA N º 1448 DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares ao servidor EDELTRAUD ROEVER, Monitora de Educação Infantil, no período de 01/06/2016 a 01/06/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 01/06/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 1449/2016 RETIFICA PORTARIA 1427/2016**

PORTARIA N º 1449 DE 30 DE MAIO DE 2016 retifica portaria 1427 de 20 de maio de 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER JOSÉ JAMIR LAURENTINO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Vigia , posicionando para a referência "B" "G".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2012/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 1450/2016 PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**

PORTARIA N º 1450 DE 30 DE MAIO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ADEMAR LUIZ PROVESI no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Motorista, posicionando para a referência "M".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01/06/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 1451/2016 EXONERA SERVIDOR ACT**

PORTARIA 1451 DE 30 DE MAIO DE 2016

EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR por término de contrato o servidor PAULO DOS SANTOS MACIEL, no cargo de leiturista – ACT DAE a partir de 13/06/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 13/06/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 1452/2016 PROGRESSÃO FUNCIONAL  
TEMPO DE SERVIÇO**

PORTARIA N º 1452 DE 30 DE MAIO DE 2016

**DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

**RESOLVE:**

I PROMOVER CARLINDA ZIMMERMANN DE SIQUEIRA no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência 02 B.

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 1442,1443,1444,1445,1446,1447/2016 CONCEDE LICENÇA PREMIO**

PORTARIA N º 1442 DE 30 DE MAIO DE 2016

**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

**RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) ALEXSANDRA FERREIRA DO VALLE, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 06/06/2016 a 03/09/2016, referente ao período aquisitivo entre 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de junho de 2016 a 03 de setembro de 2016. Fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1443 DE 30 DE MAIO DE 2016

**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

**RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) DALVA SAGAS MEDEIROS, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de SUPERVISORA ESCOLAR, para usufruir de 30 (trinta) dias restantes, pelo período de 06/06/2016 a 05/07/2016, referente ao período aquisitivo entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de junho de 2016 a 05 de julho de 2016. Fazendo gozo de 30 (trinta) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1444 DE 30 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) SILVANETE BEZERRA DE OLIVEIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 06/06/2016 a 03/09/2016, referente ao período aquisitivo entre 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de junho de 2016 a 03 de setembro de 2016. Fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1445 DE 30 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) VERA LUCIA PEREIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 06/06/2016 a 03/09/2016, referente ao período aquisitivo entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de junho de 2016 a 03 de setembro de 2016. Fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1446 DE 30 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) VILMA BERNARDES DE SOUZA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA, para usufruir de 30 (trinta) dias restantes, pelo período de 06/06/2016 a 05/07/2016, referente ao período aquisitivo entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de junho de 2016 a 05 de julho de 2016. Fazendo gozo de 30 (trinta) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1447 DE 30 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) CARLOS ALBERTO OTOBONNI, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MOTORISTA, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 09/06/2016 a 06/09/2016, referente ao período aquisitivo entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de junho de 2016 a 06 de setembro de 2016. Fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **PORTARIAS 1453,1454,1456,1457,1458,1459,1460,1461,1462,1463,1464 CONCEDE LICENÇA TRATAMENTO SAÚDE**

PORTARIA N º 1453 DE 30 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Joice Largura de Oliveira, ocupante do cargo de Professora 116004 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 07/04/2016 a 20/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1454 DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor Rafael Valmir da Costa, ocupante do cargo de Aux. Fiscal de Tributos 347301 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 07/04/2016 a 20/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1456 DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Maria Benta Emilio, ocupante do cargo de Professora 351503 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 10/03/2016 a 03/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1457 DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor Nilton de Freitas, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais 329102 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 04/12/2015 a 17/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1458 DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Joanine Plucenio Araujo, ocupante do cargo de Recepcionista Efetiva 63317101 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 08/04/2016 a 27/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1459 DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Joanine Plucenio Araujo, ocupante do cargo de Recepcionista Efetiva 63317101 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 04/05/2016 a 05/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1460 DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Joanine Plucenio Araujo, ocupante do cargo de Recepcionista Efetiva 63317101 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 16/05/2016 a 18/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO



Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1461 DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor Luiz Fernando Valsani, ocupante do cargo de Professor Efetivo 1684303 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 28/04/2016 a 28/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1462 DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Juliana Reis Favaro Albano, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais 6333601 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 29/03/2016 a 13/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1463 DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Egina Ribas de Lima Dionizio, ocupante do cargo de Monitora de Educação Infantil 63266801 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 27/11/2016 a 06/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data. Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1464 DE 30 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Sandra Regina dos Santos, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais 401603 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 12/03/2016 a 12/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data. Navegantes, 30 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## CÂMARA MUNICIPAL

### LICITAÇÃO Nº 03-2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03-2016 - CONTRATO Nº 07-2016

CONTRATO Nº 007/2016  
Processo Administrativo nº 03/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE EMPREGADOS PARA TRABALHAR NA RECEPÇÃO, DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS.

A CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público, sediada na Rua Ezequiel Antero Rocha N. 315, Centro, Navegantes-SC, CEP 88.370-410, inscrita no CNPJ N. 83.551.531/0001-08, neste ato representada por seu Presidente Alício Jacob Ricobom Filho, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade N. 2.294.800 SSP/SC e do CPF N. 683.382.449-53, residente e domiciliado em Navegantes-SC, infra-assinado, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa GT LIMP SERVIÇO E PRODUTOS DE LIMPEZA. ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Luiz Tadeu Gandolfi, nº 208, Galpão, Jardim Eldorado, Cep. 88.133-568, cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o número 16.920.937/0001-15, neste ato representada pelo Sr. Gabriel Norberto Fontanella Redante, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 5.001.401 e do CPF nº 064.728.769-24, residente e domiciliado na Rua Luiz Tadeu Gandolfi, nº 208, Galpão, Jardim Eldorado, Cep. 88.133-568, cidade de Palhoça-SC, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no edital de Pregão nº 03/2016, pelos termos da proposta da Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Contrato tem por objetivo a

contratação de empresa especializada na prestação de serviço de recepção, no qual consiste no fornecimento de empregados para trabalhar na recepção, devidamente uniformizados de segunda a sexta.

Parágrafo Único – Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital de Pregão n.º 03/2016, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – Dá-se como valor ao objeto ora contratado a importância de R\$ 57.312,48 (cinquenta e sete mil trezentos e doze reais e quarenta e oito centavos) para o período de doze meses, sendo o valor mensal de R\$ 4.776,04 (quatro mil setecentos e setenta e seis reais e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REVISÃO DOS VALORES DO CONTRATO

Os preços deste contrato serão reajustados anualmente, na data de seu aniversário pela variação do IPCA do IBGE.

CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

1. Condições de pagamento: Os pagamentos serão efetuados a cada 30 dias, com a emissão do relatório de prestação de serviços assinada pelos fiscais designados pela Câmara de Vereadores de Navegantes e do representante da Contratada e da nota fiscal.

2. No caso de descumprimento das especificações dispostas neste processo ou quaisquer pendências contratuais e fiscais, o pagamento será suspenso até que a licitante vencedora apresente os equipamentos de acordo com o Edital e anexos. A Contratante

isenta-se do pagamento de correção monetária nos casos em que a licitante vencedora não cumprir as especificações do Edital e anexos.

3. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento adiantado.

4. Se a Contratante não efetuar o pagamento no prazo previsto, e tendo a Contratada, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 117 da Constituição Estadual.

5. A Contratada deverá apresentar todos os meses, junto à nota fiscal, os seguintes comprovantes de recolhimento atualizados:

a) Guia de Recolhimento do FGTS do funcionário (GFIP);

b) Guia de Retenção (GPS);

c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Relatório mensal de distribuição de materiais e equipamentos, com os respectivos comprovantes de recebimento devidamente carimbados e assinados pelo responsável da empresa;

f) Cópia do Certificado de Ponto dos funcionários, devidamente carimbado e assinado pelo responsável da empresa.

**CLÁUSULA QUINTA** - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta de recursos orçamentários previstos no Exercício de 2016, dotação:

Para Contratação de Recepcionista.

01.01-Orgão

2.001-Projeto Atividade

2.Cod. reduzido

3.3.90.00.00.00.00-Elemento Despesa

3.3.90.39.79.00.00.00-Serviços de Apoio administrativo, Técnico e Operacional

**CLÁUSULA SEXTA** - A CONTRATADA é responsável, obrigando-se nos seguintes termos:

6.1 Colocar a serviço apenas pessoal qualificado e treinado, que deverão se apresentar asseados, uniformizados e portando crachá/credencial de identificação contendo nome, foto, razão social e telefone da empresa.

6.2 Manter junto a seu escritório, plantão, apto a resolver quaisquer problemas que possam surgir durante a realização dos trabalhos.

6.3 Substituir imediatamente, qualquer empregado, que se mostre inconveniente, ou que se apresente ao trabalho sem uniforme, desasnado, embriagado ou sob efeito de drogas.

6.4 Fornecer treinamento básico a seus empregados.

6.5 Instruir seu(S) empregado(s), quanto à importância dos serviços para a cidade, e o quanto é importante ser cortês e prestativo com a população;

6.6 Segurar seus empregados contra riscos de acidentes no trabalho.

6.7 Fornecer todos os equipamentos de proteção individual (EPI's) para seu(s) funcionário(s).

6.8 Responder por todas as despesas referentes às obrigações trabalhistas, previdenciárias, físicas, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, saúde, transporte, uniformes ou outros benefícios de qualquer natureza decorrentes da relação de emprego ou de trabalho, do pessoal que for designado para a execução dos serviços contratados;

6.9 Providenciar a reposição do funcionário alocado para o serviço, em caráter imediato, em eventual ausência, mesmo por greve da categoria;

6.10 As empresas participantes deverão apresentar além da proposta global, planilha de composição de custos;

6.11 A Contratada deverá apresentar no ato do pagamento, os comprovantes de recolhimento e/ou pagamento do faturamento da folha de pagamento do funcionário e/ou contrato temporário.

6.12 Responder, civil e penalmente, por todos e quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus profissionais ou prepostos às dependências, instalações e equipamentos da contratante e de terceiros, a título de culpa ou dolo devidamente comprovados, providenciando a correspondente indenização;

6.13 Não transferir, em todo ou em parte, a prestação dos serviços objeto desta contratação;

6.14 Efetuar em dia o pagamento de seus funcionários, independentemente do dia do pagamento realizado pela Contratante;

6.15 Permitir o remanejamento do local de trabalho da escala proposta, podendo ser alterada de acordo com as necessidades da Contratante.

6.16 Fornecer nota fiscal dos serviços prestados.

A CONTRATANTE é responsável, obrigando-se nos seguintes termos:

6.17 Efetuar o pagamento a cada 30 dias, com a emissão do relatório de prestação de serviços assinada pelos fiscais designados pela Câmara de Vereadores e do representante da Contratada e da nota fiscal.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - A Câmara de Vereadores de Navegantes ficará isenta de responsabilidade acerca de quaisquer ocorrências que porventura surjam durante a vigência dos serviços prestados, ficando sob a responsabilidade da Contratada fornecer, caso necessário, a seus funcionários todos os equipamentos necessários para prestação dos serviços.

**CLÁUSULA OITAVA** - O contrato terá vigência até o dia 31/12/2016, permitindo-se a prorrogação nos termos inciso II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA NONA** - A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços mencionados na Cláusula Primeira, segundo as normas técnicas adequadas, fornecendo os equipamentos, mão-de-obra e demais elementos necessários a sua perfeita execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Os serviços contratados serão acompanhados e fiscalizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa à discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pela CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação dos serviços ou suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

- b) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços, nos limites previstos na Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93. A falta do cumprimento das obrigações patronais por parte da Contratada sujeitará à rescisão sumária do contrato.

Pela inexecução total ou parcial do contrato, serão aplicadas ao contratado sanções administrativas, conforme previsto nos incisos I ao IV do art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, descritos a seguir:

I – Advertência;

II – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do fornecimento de acordo com o edital e/ou multa de 1% (um por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao produto não fornecido;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - As partes elegem o foro da Comarca de Navegantes, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Navegantes, 31 de maio de 2016

ALICIO JACOB RICOBOM FILHO  
CONTRATANTE

GT LIMP SERV. E PROD. DE LIMP. ME  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:  
JOÃO PAULO GRACIA PIRES VANILDO TELLES

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

### PORTARIA N º 067 DE 01 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA N º 067 DE 01 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40 §1º, III, “b” da CFRB/1988, com redação da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade a servidora VERA LUCIA DOS SANTOS NUNES, portadora da cédula de identidade nº 1.406.263 SESP/SC, inscrita no CPF sob o nº 850.187.599-68, e PIS/PASEP nº 1319585672-6 efetiva no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na ASG EFETIVO APOIO, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo nº 2016.02.03321P, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação,

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 01 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Jan Ullrich  
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 01 DE JUNHO DE 2016.  
Jan Ullrich  
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV



# Nova Trento

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 158/2016 - CONVOCA SERVIDOR APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

DECRETO nº 158/2016

convoca OS aprovadoS no PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 01 de junho de 2016 a 03 de junho de 2016, munidos da documentação abaixo relacionada:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Cópia da Carteira de Identidade;

III – Cópia do CPF;

IV – Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V – Comprovante de 06 (seis) meses de Experiência na função, se for o caso;

VI – Cópia do Título Eleitoral;

VII – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VIII – Inscrição no PIS/PASEP;

IX – Cópia da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

X – Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

XI – Cópia do Comprovante de Residência;

XII – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

XIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral;

XIV - Comprovante do Serviço Militar, se for o caso;

XV - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XVI – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso;

XVII – Declaração de Bens; Declaração de Penalidades Disciplinar e Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

XVIII - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 30 de maio de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

ADÉRICO EDÍLIO DALRI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

(Decreto nº 158/2016)

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Nome completo
1ª	Elaine Aparecida de Souza

### DECRETO Nº 159/2016

DECRETO Nº 159, DE 01 DE JUNHO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara vacância do cargo público da servidora MARIA GORETTI DEMONTI DE SOUZA, a partir de 01/06/2016, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 à servidora MARIA GORETTI DEMONTI DE SOUZA, detentora da matrícula funcional nº 69, inscrita no CPF nº 481.556.679-87 e no PASEP nº 1010821984-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 2.548,39 (dois mil quinhentos e quarenta e oito reais e trinta e nove centavos), que será pago mensalmente pelo IPREVENT.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 63, V, da Lei Municipal nº 1.207/1992 - Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Nova Trento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de junho de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 419/2016 "A"

PORTARIA Nº 419/ 2016 "A"

Exonera Servidor

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 59, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal JULIANA SOARES DA SILVA, matrícula nº 6661, ocupante do cargo de Professor Sem Habilitação (Professor Auxiliar), Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais (Ensino Fundamental – Anos Finais) na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, a partir do dia 06 de maio de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de maio de 2016.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 436/2016**

PORTARIA Nº 436/ 2016

Exonera Servidor

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207/92, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal INDIAMARA DA LUZ, matrícula nº 6760, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi – Centro, Município de Nova Trento, a partir do dia 30 de maio de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 30 de maio de 2016.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **RESOLUÇÃO Nº 01/2016**

Resolução 01/2016.

“Dispõe sobre APROVAÇÃO DO DEMONSTRATIVO SINTÉTICO ANUAL DE EXECUÇÃO Físico Financeira do SUAS/2015 e o PLANO DE AÇÃO 2016 e da outras providências”.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de dar cumprimento ao disposto no art 2º, inciso I, IV, V, VII e XIV da Lei Municipal nº 1445/95, de 13/12/1995, que cria o CMAS,

Resolve:

Art 1º- Aprovar em reunião Extraordinária do Conselho Municipal realizada em 30/05/2016, as 08h:30min na sala de reuniões do CRAS de Nova Trento, por unanimidade dos Conselheiros aprovar a Execução dos Recursos Financeiros do Demonstrativo Físico Financeiro do SUAS 2015, juntamente com o Plano de Ação do Demonstrativo 2016.

I- Recursos aplicados Proteção Social Básica

II- Recursos Aplicados Proteção Social Especial

III- Recursos Aplicados IGD/PBF

IV- Recursos Aplicados IGD/SUAS

V- Plano de Ação do Demonstrativo 2016. (Governo Federal).

Art 2º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento 31 de Maio de 2016.

Luís Antônio de Souza  
Presidente do CMAS.

### **RESOLUÇÃO Nº 02/2016**

RESOLUÇÃO N. 02, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Define os parâmetros para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e orienta sobre o processo de acompanhamento e fiscalização às entidades inscritas.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 30/05/2016, no uso de suas atribuições legais, tendo por base a Lei N. 8.742/93 - Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS - alterada pela Lei N. 12.435/2011 e a Lei do CMAS N. 1.445 de 13/12/1995.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer os parâmetros para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, orienta o processo de acompanhamento às entidades inscritas e estabelece a instância recursal de seus atos.

#### **CAPITULO I DA INSCRIÇÃO**

Art. 2º As entidades ou organizações de Assistência Social podem ser isolada ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos das normas vigentes.

II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.

III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.

Art. 3º As entidades ou organizações de Assistência Social no ato da inscrição demonstrarão:

I - ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída.

II - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

III - elaborar plano de ação anual contendo:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviços, programas, projetos, e benefícios socioassistenciais, informando respectivamente:

e.1) público alvo;



e.2). capacidade de atendimento;  
d.3) recursos financeiros a serem utilizados;  
d.4) recursos humanos envolvidos;  
d.5) Abrangência territorial;  
d.6) Demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentará, incentivará e qualificará a participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do seu plano: elaboração, execução, monitoramento e avaliação;

IV - ter expresso em seu relatório de atividades:

a) finalidades estatutárias;  
b) objetivos;  
c) origem dos recursos;  
d) infraestrutura;  
e) identificação de cada serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais executado, informando respectivamente:

e.1) público alvo;  
e.2) capacidade de atendimento;  
e.3) recurso financeiro utilizado;  
e.4) recursos humanos envolvidos;  
e.5) abrangência territorial;  
e.6) demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentou, incentivou e qualificou a participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas de execução de suas atividades, monitoramento e avaliação.

§ 1º Para fins de inscrição é vedada ao CMAS a análise das Demonstrações Contábeis.

§ 2º Para fins de inscrição é vedada a exigência de alteração estatutária das entidades ou organizações de Assistência Social.

Art. 4º Compete ao Conselho de Assistência Social a fiscalização das entidades ou organizações de Assistência Social.

§1º Entende-se por fiscalização aquela aplicada às entidades ou organizações de Assistência Social e ao conjunto das ofertas dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos no CMAS de Nova Trento.

§ 2º Se a entidade ou organização de Assistência Social que atua no atendimento e/ou assessoramento e/ou defesa e garantia de direitos, e que não ofertar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no município de sua sede, a inscrição da entidade ou organização deverá ser feita no Conselho de Assistência Social do município onde desenvolva o maior número de atividades.

§ 3º A entidade ou organização de Assistência Social que atua no atendimento e ou assessoramento e ou defesa e garantia de direitos, deve inscrever suas ofertas de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em todos os municípios onde realiza sua ação.

§ 4º Aplica-se o disposto no § 1º, aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos neste conselho.

Art. 5º A inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no CMAS é a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social.

Parágrafo Único. A oferta de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos deverão estar em conformidade com as normativas nacionais.

Art. 6º Os critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos

e benefícios socioassistenciais são, cumulativamente:

I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;  
II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;  
III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;  
IV - garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 7º Em caso de interrupção ou encerramento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais a entidade ou organização de Assistência Social deverá comunicar ao CMAS, apresentando a motivação, as alternativas e as perspectivas para atendimento do usuário, bem como o prazo para a retomada dos serviços.

§ 1º O prazo de interrupção dos serviços, não poderá ultrapassar seis meses sob pena de cancelamento da inscrição da entidade ou organização de Assistência Social e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, observado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 2º Cabe ao CMAS acompanhar, discutir e encaminhar as alternativas para a retomada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais interrompidos ou encerrados.

Art. 8º As entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar os seguintes documentos para obtenção da inscrição:

I - requerimento, conforme anexo I;  
II - cópia do estatuto social (atos constitutivos) registrado em cartório;  
III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;  
IV - plano de ação;  
V - cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

Art. 9º As entidades ou organizações de Assistência Social que atuam em mais de um Município deverão inscrever os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social, apresentando os seguintes documentos:

I - requerimento, conforme o modelo anexo II;  
II - plano de ação;  
III - comprovante de inscrição no Conselho de sua sede ou onde desenvolva o maior número de atividades, nos termos do §1º e §2º do art. 5º e do art. 6º desta Resolução.

Art. 10. As entidades ou organizações sem fins lucrativos que não tenham atuação preponderante na área da Assistência Social, mas que também atuam nessa área deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, além de demonstrar que cumprem os critérios do art. 5º e do art. 6º desta Resolução, mediante apresentação de:

I - requerimento, na forma do modelo anexo III;  
II - cópia do Estatuto Social (atos constitutivos) registrado em cartório;  
III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;  
IV - plano de ação.

Art. 11. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - receber e analisar a documentação respectiva aos pedidos de inscrição, que se constituem nas seguintes etapas:  
a) requerimento da inscrição;  
b) análise documental;  
c) visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;

- d) elaboração do parecer da Comissão;
- e) pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;
- f) publicação da decisão plenária;
- g) emissão do comprovante;
- h) notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício;
- i) envio de documentação ao órgão gestor para inserção dos dados no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS, conforme art. 19, inciso XI da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

II - no caso de indeferimento do requerimento de inscrição, a entidade ou organização de Assistência Social deverá ser comunicada oficialmente, contendo todas as devidas justificativas de indeferimento.

III- a execução do previsto neste artigo obedecerá à ordem cronológica do requerimento de inscrição.

## CAPITULO II

### DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO AS ENTIDADES INSCRITAS

Art. 12. O CMAS deverá planejar o acompanhamento e a fiscalização das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos, com os respectivos critérios.

Parágrafo único. O planejamento a que se refere o caput, bem como o processo de inscrição deve ser publicizado por meio de resolução do Conselho de Assistência Social.

Art. 13. As entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril, ao Conselho de Assistência Social:

I- plano de ação do corrente ano;

II- relatório de atividades do ano anterior que evidencie o cumprimento do Plano de ação, destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados, nos termos do inciso III do artigo 3º.

Art. 14. O Conselho de Assistência Social deverá promover, pelo menos, uma audiência pública anual com as entidades ou organizações de Assistência Social inscritas, bem como as que ofertam serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais com o objetivo de efetivar a apresentação destas à comunidade, permitindo a troca de experiências e ressaltando a atuação na rede socioassistencial e o fortalecimento do SUAS.

Art. 15. A inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais é por prazo indeterminado.

§ 1º A inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§2º O cancelamento da inscrição pode ser realizado a pedido da própria entidade, bem como por constatação de irregularidade.

§3º Em caso de cancelamento o CMAS deve buscar soluções alternativas em conjunto com o órgão gestor da política de assistência social de forma a não prejudicar os usuários dos serviços, que deverão ter seus direitos resguardados.

§4º Nos casos de cancelamento por constatação de irregularidade, o CMAS deverá garantir o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§5º As irregularidades suspeitas ou constatadas, tanto por meio de denúncias como outras formas, deverão ser notificadas à entidade, para que esta proceda à sua defesa.

§6º Para evitar descontinuidade dos serviços e consequentes prejuízos aos usuários, o CMAS irá avaliar a possibilidade de elaboração de um plano de providências em conjunto com a entidade para a regularização das pendências constatadas, utilizando o cancelamento como última instância.

§7º Caso seja necessário o cancelamento da inscrição, o CMAS deverá elaborar parecer técnico e submeter à análise e deliberação do assunto em reunião plenária.

§8º Em caso de cancelamento da inscrição, o CMAS deverá encaminhar, no prazo de cinco dias úteis, cópia do ato cancelatório ao órgão gestor, para providências cabíveis junto ao Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - CNEAS a que se refere à alínea "i", do inciso I, do art. 11 desta Resolução e demais providências.

§9 Da decisão que indeferir ou cancelar a inscrição a entidade poderá recorrer, num prazo de até 30 dias a contar da data do recebimento da notificação de indeferimento, junto ao Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS.

§10 As entidades ou organizações de Assistência Social inscritas deverão comunicar o encerramento de suas atividades, serviços, programa, projetos e benefícios socioassistenciais CMAS, no prazo de 30 dias.

Art. 16. O CMAS deverá padronizar e utilizar, única e exclusivamente, o termo INSCRIÇÃO para os fins desta resolução.

Parágrafo único. O CMAS fornecerá Comprovante de Inscrição conforme anexos IV e V.

Art. 17. O CMAS deverá estabelecer numeração única e sequencial para a emissão da inscrição, independentemente da mudança do ano.

## CAPITULO III

### DO REORDENAMENTO DAS ENTIDADES INSCRITAS

Art. 18. As entidades ou organizações de Assistência Social inscritas anteriormente à publicação desta Resolução deverão proceder ao reordenamento do conjunto de suas ofertas, se necessário for, de acordo com as normativas nacionais nos prazos definidos nestas.

Art. 19. As entidades inscritas até essa data ficam convocadas a participar do processo de inscrição, que objetiva o reordenamento da rede socioassistencial, seguindo as diretrizes desta resolução e o cronograma:

Ação	Prazo
Reunião com as entidades sobre o processo de inscrição	15/06/2016
Entrega da documentação conforme previsto no Art. 8º, 9º e 10 desta resolução.	08/06 até 06/07
Análise documental pela comissão de inscrição	11/07 até 08/08
Visita técnica - se quando necessária para subsidiar a análise do processo	
Elaboração do parecer da Comissão	11/07 até 08/08
Pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária do CMAS;	
Publicação da decisão plenária no Diário Oficial do Município	Após reunião de aprovação dos pareceres do SMAS.
Emissão do comprovante se for deferido o processo	
Notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício	

Envio de documentação ao órgão gestor para inserção dos dados no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS, conforme art. 19, inciso XI da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Art. 20. Revogam-se demais disposições em contrário.

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Luís Antônio de Souza.

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

#### ANEXO I

##### Requerimento de Inscrição

Senhor (a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Trento, a entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer sua inscrição neste Conselho.

#### A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário \_\_\_\_\_

Data de inscrição no CNPJ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_

UF \_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Tel. \_\_\_\_\_ FAX \_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_

Atividade Principal \_\_\_\_\_

Inscrição:

CONSEA \_\_\_\_\_

CMDCA \_\_\_\_\_

CONSELHO DO IDOSO \_\_\_\_\_

Outros (especificar) \_\_\_\_\_

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos).

Relação de todos os estabelecimentos da entidade (CNPJ e endereço completo)

#### B - Dados do Representante Legal:

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_

Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Tel. \_\_\_\_\_ Celular \_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_ Data

nasc. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Escolaridade \_\_\_\_\_

Período do Mandato: \_\_\_\_\_

#### C - Informações adicionais:

Termos em que pede deferimento.

Local \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da entidade

ANEXO II

Requerimento de Inscrição

Senhor (a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Trento a entidade abaixo qualificada, com atuação também neste município, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descritos, nesse Conselho.

#### A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário \_\_\_\_\_

Data de inscrição no CNPJ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_

Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Tel. \_\_\_\_\_

FAX \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

A entidade está inscrita no Conselho Municipal de \_\_\_\_\_, sob o número \_\_\_\_\_, desde \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos).

#### B - Dados do Representante Legal:

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_

Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Tel. \_\_\_\_\_ Celular \_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_ Data

nasc. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Escolaridade \_\_\_\_\_

Período do Mandato: \_\_\_\_\_

#### C - Informações adicionais

Termos em que pede deferimento.

Local \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da entidade

## ANEXO III

## Requerimento de Inscrição

Senhor (a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Trento a entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descritos, nesse Conselho.

## A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário \_\_\_\_\_

Data de inscrição no CNPJ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_

Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Tel. \_\_\_\_\_ FAX \_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_

Atividade Principal \_\_\_\_\_

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos).

## B - Dados do Representante Legal:

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_

Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_ Celular \_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

Data nasc. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Escolaridade \_\_\_\_\_

Período do Mandato: \_\_\_\_\_

## C - Informações adicionais

Termos em que, pede deferimento.

Local \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da entidade

## ANEXO IV

## COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

A entidade \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_,

com sede em \_\_\_\_\_, é inscrita nes-

te Conselho, sob número \_\_\_\_\_, desde \_\_\_\_/

\_\_\_\_/\_\_\_\_.

A entidade executa(rá) o(s) seguinte(s) serviço(s)/programa(s)/projeto(s)/benefício(s) socioassistenciais (listar todos, constando

os endereços respectivos caso a entidade os desenvolva em mais de uma unidade/estabelecimento no mesmo município):

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Local \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do(a) Presidente do Conselho

## ANEXO V

## COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DE SERVIÇO, PROGRAMA, PROJETO E BENEFÍCIO SOCIOASSISTENCIAL

INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

( ) Serviços

( ) Programas

( ) Projetos

( ) Benefícios socioassistenciais

O(s) seguinte(s) serviço(s) socioassistencial (is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

O(s) seguinte(s) programa(s) socioassistencial (is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

O(s) seguinte(s) projeto(s) socioassistencial (is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

O(s) seguinte(s) benefício(s) socioassistencial (is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no mesmo município.

Estes são/serão executados pela entidade \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ município \_\_\_\_\_ e encontra-se em acordo com as normativas vigentes, dentre elas, a Resolução CNAS nº 14/2014.

A presente inscrição tem validade por tempo indeterminado.

Local \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Presidente do CMAS de Nova Trento.

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2016**

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2016

Origem: Processo Licitatório Nº 051/2016 - Pregão Presencial Nº 040/2016. Homologação: 20/05/2016. Permitente: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Permissionária: ANGELA PATRÍCIA MONTEIRO, pessoa física, brasileira, RG nº 2672389, inscrita no CPF nº 767.365.129-72, estabelecida na Rua Madre Paulina, Bairro Vígolo, nº 1139, cidade de Nova Trento. Objeto do Termo de Permissão de Uso: Permissão de Uso de Bem Público, relativo ao imóvel localizado na Praça Del Comune (Quiosque Ponto do Táxi), destinado à exploração de bomboniere, com venda de souvenir. Remuneração: R\$ 300,00 (Trezentos reais). Vigência: Prazo indeterminado, podendo ser revogado a qualquer tempo, havendo interesse do Permitente.

Nova Trento, 23 de maio de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

# Otacílio Costa

## PREFEITURA

### **PREGÃO 009/2016 SAÚDE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL PREGÃO Nº 009/2016

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando aquisição de uniformes para o SAMU. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 13/06/2016 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site [www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br](http://www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br). Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 31/05/2016

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal



# Ouro Verde

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 0028/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0028/2016

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Fisioterapia, carga horária de 20 (vinte) horas semanais. Conforme Edital. Entrega dos Envelopes: Até as 11h30min do dia 14 de junho de 2016. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 11h35min do dia 14 de junho de 2016. Obtenção do Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de Licitações situado na Rua João Maria Conrado, nº. 425, Centro, na cidade de Ouro Verde – SC, fone (49) 3447-0007 ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br). Ouro Verde (SC), 01 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig. Prefeita Municipal

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 0029/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 0029/2016

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de forma parcelada de Materiais Hospitalar e Permanente para a Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde /SC. Entrega dos Envelopes: Até as 08h30min dia 15 de junho de 2016. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 08h35min dia 15 de junho de 2016. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. Da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 01 de março de 2016. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 0030/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 0030/2016

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Registro de Preços para aquisição futura e de forma parcelada de materiais odontológicos para manutenção das atividades junto à secretaria de Saúde do Município de Ouro Verde – SC, com as especificações constantes no Edital e anexos. Entrega dos Envelopes: Até as 08h30min dia 16 de junho de 2016. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 08h35min dia 16 de junho de 2016. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. Da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro

nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 01 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.

### DECRETO Nº2774

DECRETO N.º 2774/2016

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a pedido, a servidora pública municipal Sra. Juliana Aparecida Rosalen, ocupante do cargo Efetivo de Agente de Copa e Limpeza.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 12 de maio de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

### DECRETO Nº2775

DECRETO N.º 2775/2016

“DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ouro Verde.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo em todas as Repartições Públicas do Município de Ouro Verde, no dia 27 de maio de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogado as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 23 de maio de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

**ERRATA 0027/2016 PR****ERRATA**

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO  
N. 0027/2016

Comunicamos a quem interessar que o MUNICÍPIO DE OURO VERDE, Estado de Santa Catarina, abriu Licitação Pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 1518/2006, e subsidiariamente a Lei Federal n. 8666/93, de 21 de junho de 1993, na modalidade Pregão Presencial Objeto: Registro de Preços para aquisição de uma lousa digital, trinta tablets e kit de ciências e biologia do Município de Ouro Verde/SC, com as especificações constantes no Edital e anexos. Altera a descrição do Anexo I do lote I. Entrega dos Env. Onde se lê Até as 11h00min dia 03 de junho de 2016. Passa a ser Até as 09h00min dia 14 de junho de 2016. Cred. sessão de lances e Hab. Onde se lê Às 11h05min dia 03 de junho de 2016. Passa a ser Às 09h05min dia 14 de junho de 2016. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. Da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 31 de maio de 2016. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.

**PORTARIA Nº069**

PORTARIA N.º 069/2016

“NOMEIA MEMBROS DE COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE:**

1 – Nomear Membros de Comissão de Avaliação de Bens Públicos, com a finalidade de Alienação de Bens Inservíveis, conforme segue:

- Osmar Faccio – Agente de Controle Interno;
- José Antonio Guedes – Mecânico;
- Alex Tadeu de Oliveira – Dirigente.
- Artur José Bioto – Mecânico;
- Moacir Mottim – Fiscal de Tributos, Obras e Postura.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 09 de maio de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº070**

PORTARIA N.º 070/2016

“NOMEIA PRESIDENTE, VICE - PRESIDENTE E SECRETÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURO VERDE”.

Rosane Minetto Selig, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

1- Nomear Presidente, Vice-Presidente e Secretária do Conselho Municipal de Educação, conforme especifica:

a) Presidente

Neusa Fátima Tacca Barretta (Representante do Poder Executivo Municipal);

b) Vice- presidente

Vilson Bassotti (Representante do Ensino Especial);

c) Secretária

Clari Maria Weber Faccio (Representante dos Professores da Rede Municipal).

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde, 16 de Maio de 2016.

Rosane Minetto Selig  
Prefeita Municipal

A presente Portaria foi registrada e publicada em data supra.

Pedro Luiz Rebeschini  
Secretário de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº071**

PORTARIA N.º 071/2016

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei complementar 022/05.

**RESOLVE:**

1 – Conceder licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, a Servidora Pública Municipal Sra. ALEXSANDRA OLIVIA FERNEDA DE SIQUEIRA, por período de 30 (trinta) dias, conforme atestados Médico, a partir de 10 de maio de 2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 17 de maio de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº072**

PORTARIA N.º 072/2016

“DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar N.º 022/2005.

**RESOLVE:**

1 – Declarar Estável no Serviço Público Municipal a Servidora Pública Municipal Sra. Cleusa Mendes, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, períodos aquisitivos de 18 de fevereiro de 2010 a 01 de janeiro de 2013 e de 04 de abril de 2016 a 21 de



maio de 2016, em Conformidade com o Artigo 23 da Lei Complementar n.º 022/2005.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 23 de maio de 2016.  
ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

#### **PORTARIA Nº073**

PORTARIA N.º 073/2016

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Ismael Antonio Cavaleiro da Silva, lotado junto a Secretária Municipal de Agricultura, correspondente ao período aquisitivo de 01/03/2015 a 29/02/2016, que serão gozadas no período de 01/06/2016 a 30/06/2016, retornado aos seus trabalhos no dia 01/07/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 24 de maio de 2016.  
ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

#### **PORTARIA Nº074**

PORTARIA N.º 074/2016

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Moacir Mottin, lotado junto a Secretária Municipal de Administração e Gestão, correspondente ao período aquisitivo de 31/03/2012 a 07/10/2013, que serão gozadas no período de 01/06/2016 a 30/06/2016, retornado aos seus trabalhos no dia 01/07/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 24 de maio de 2016.  
ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

#### **PORTARIA Nº075**

PORTARIA N.º 075/2016

“Constitui Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal da Cidade e dá outras providências”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita de Ouro Verde - Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, considerando o Decreto Federal nº 5.790 de 25 de maio de 2006, a Portaria nº 24 de 29 de outubro de 2015, da Secretaria de Estado do Planejamento, nos termos da Resolução Normativa nº 19 de 18 de setembro de 2015, do Ministério das Cidades, em consonância com o Decreto Municipal nº 2777 de 30 de Maio de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão Preparatória para Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Estadual das Cidades, nos termos do art. 21 do Regimento Interno da 6ª Conferência Estadual das Cidades, para realização das atribuições do exposto no art. 26 do supra Regimento.

Art. 2º A Comissão Preparatória Municipal será composta por representantes dos diversos segmentos da sociedade civil e Poder Público Municipal, como segue:

I - gestores, administradores públicos e legislativos - 42,3%

Nome: Cassiê Fontana Santos

Nome: Pedro Luiz Rebeschini

Nome: Moacir Mottin

Nome: Vilson Miguel Biotto

Nome:II – movimentos populares, 26,7%

Nome: Ivonete Lazarotto Selig (Clube de Mães Pinheiro Marcado)

Nome: Generosa Osnósia de Oliveira (Clube de Mães Ouro Verde)

III – trabalhadores, por suas entidades sindicais 9,9%

Nome: Roseli Terezinha Bernardi (sindicato)

IV – empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano 9,9%

Nome: Amélio Remor Junior (Comércio)

V – entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais, 7%

Nome: Camila Correa (Epagri)

VI – ONG's com atuação na área do Desenvolvimento Urbano 4,2%

Nome: Judite Frosi Macari

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 30 de maio de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº076**

PORTARIA N.º 076/2016

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde,  
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. Volmir Faccio, lotado junto a Secretária Municipal de Agricultura, correspondente ao período aquisitivo de 01/06/2015 a 31/05/2016, que serão gozadas no período de 01/06/2016 a 30/06/2016, retornado aos seus trabalhos no dia 01/07/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 31 de maio de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

**PORTARIA Nº077**

PORTARIA N.º 077/2016

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal Sra. SALETE CARMEM BASSO RAMOS, por período de 90 (Noventa) dias, conforme atestados Médico, a partir de 25 de maio de 2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 31 de maio de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

# Paial

## PREFEITURA

### 027-2016 FMS ÁGIL DISTRIBUIDORA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretário de Saúde o senhor LUIS CARLOS CAPELESSO, inscrita no CPF/MF sob nº 059.098.789-56, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 006/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ 20.590.555./0001-48, representada neste ato pelo Sr. ADRIANO RIBEIRO LAZZARI, portador do CPF nº. 072.018.949-78, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
2	3.000,00	Compr	Amiodarona 100 mg	Libbs	0,564	1.692,00
5	15,00	Fr	Atropina colírio 1%, frasco com 5ml.	Allergan	8,04	120,60
10	1.000,00	Compr	Celecoxibe 200mg	Teuto	1,43	1.430,00
13	2.000,00	Compr	CINARIZINA 75 mg	Brainfarma	0,16	320,00
14	1.200,00	Compr	Dabigatrana, etexilato 110 mg.	Boehringer	3,70	4.440,00
21	3.000,00	Compr	Extrato seco de Passiflora Incarnata 182,93 mg.	Hertz	0,83	2.490,00
25	800,00	Compr	LEVOTIROXINA 112MCG	Merck	0,25	200,00
28	1.000,00	UN	Nicotina goma 4mg	Johnson otc	1,85	1.850,00
37	1.800,00	Compr	Brometo de Glicopirrônio 50 mcg.	Novartis	5,31	9.558,00
38	3.000,00	Compr	teofilina 200mg	Abbott	0,658	1.974,00
45	30,00	Fr	Travaprost 0,04mg/ml. Sol. Oftálmica, frasco 5 ml.	Novartis	186,00	5.580,00
TO-TAL						29.654,60

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 006/2016 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 30 de maio de 2016.

ADRIANO RIBEIRO LAZZARI

Representante legal

DETENTOR DA ATA

LUIS CARLOS CAPELESSO

Gestora Municipal

ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Camila Fátima de Oliveira  
CPF: 081.928.569-25Antonio Soster  
CPF: 486.301.449-04

Visto: \_\_\_\_\_

Assessor Jurídico: \_\_\_\_\_

**028/2016 FMS CENTERMEDI**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretário de Saúde o senhor LUIS CARLOS CAPELESSO, inscrita no CPF/MF sob nº 059.098.789-56, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 006/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ 03.652.030/0001-70, representada neste ato pelo Sr. EDIVAR SZYMANSK, portador do CPF nº. 670.481.290-34, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

## Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
7	50,00	Amp	Amiodarona 50mg/ml injetável	HIPOLABOR	1,68	84,00
12	2.000,00	Compr	cinarizina 25 mg	BRAINFARMA	0,10	200,00
22	50,00	Amp	Fenitoina Sódica 50mg/ml Sol. Injetável.	CRISTALIA	1,68	84,00
30	100,00	Cart	NORETISTRTONA 0,35 mg C/ 35 COMP.	BIOLAB	7,50	750,00
44	15.000,00	Compr	sertralina 50 mg	ZYDUS	0,179	2.685,00
TOTAL						3.803,00

## Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

## Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 006/2016 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 30 de maio de 2016.

EDIVAR SZYMANSK

Representante legal  
DETENTOR DA ATA

LUIS CARLOS CAPELESSO  
Gestora Municipal  
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Camila Fátima de Oliveira CPF: 081.928.569-25	Antonio Soster CPF: 486.301.449-04
--	---------------------------------------

Visto: \_\_\_\_\_  
Assessor Jurídico: \_\_\_\_\_

## 029/2016 FMS CIRURGICA JAW

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretário de Saúde o senhor LUIS CARLOS CAPELESSO, inscrita no CPF/MF sob nº 059.098.789-56, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 006/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ 79.250.676/0001-93, representada neste ato pelo Sr. ARION PEIXOTO GERSHENSON, portador do CPF nº. 151.644.970-34, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
3	1.500,00	Compr	Apixabana 5 mg.	Eliquis	3,331	4.996,50
35	800,00	Compr	Selegilina 5mg	Niar	1,455	1.164,00
TOTAL						6.160,50

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 006/2016 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 30 de maio de 2016.

ARION PEIXOTO GERSHENSON

Representante legal

DETENTOR DA ATA

LUIS CARLOS CAPELESSO

Gestora Municipal

ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Camila Fátima de Oliveira CPF: 081.928.569-25	Antonio Soster CPF: 486.301.449-04
--	---------------------------------------

Visto: \_\_\_\_\_

Assessor Jurídico: \_\_\_\_\_

### 030/2016 FMS DIMEVA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretário de Saúde o senhor LUIS CARLOS CAPELESSO, inscrita no CPF/MF sob nº 059.098.789-56, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 006/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ 76.386.283/0001-13, representada neste ato pelo Sr. MAURICIO MACIAG, portador do CPF nº. 039.087.819-73, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
15	15,00	Fr	Dextrama 70 1 mg+hipromelose 3 mg+glicerol 2mg. Sol. oftálmica. Frascos de 15 ml.	NOVARTIS	16,90	253,50
23	50,00	Fr	Formoterol, fumarato associado a budesonida 12 mcg + 400 mcg/dose capsulas po inalante refil com 60 cápsulas	BIOSINTETICA	75,00	3.750,00
41	800,00	Compr	Valsartana+hidroclorotiazida+anlodipino 160+12,5+10mg	NOVARTIS	4,60	3.680,00
43	2.000,00	Compr	Valsartana 160 mg.	EMS	0,40	800,00
TOTAL						8.483,50

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 006/2016 e a proposta da Detentora da Ata.



3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 30 de maio de 2016.

MAURICIO MACIAG  
Representante legal  
DETENTOR DA ATA

LUIS CARLOS CAPELESSO  
Gestora Municipal  
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Camila Fátima de Oliveira CPF: 081.928.569-25	Antonio Soster CPF: 486.301.449-04
--	---------------------------------------

Visto: \_\_\_\_\_  
Assessor Jurídico: \_\_\_\_\_

### 031/2016 FMS LICIMED

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretário de Saúde o senhor LUIS CARLOS CAPELESSO, inscrita no CPF/MF sob nº 059.098.789-56, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 006/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ 04.071.245/0001-60, representada neste ato pelo Sra. NICOLLE SILVEIRA VICARI, portadora do CPF nº. 009.346.750-82, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
24	3.000,00	SACH	GLICOSAMINA +CONDROITINA,EM SAIS SULFATOS 1,5MG+1,2 G SACHE 4,13g	Zodiac	2,62	7.860,00
53	1.080,00	Compr	Acetato de Ciproterona 50mg.	Blisfarma	3,05	3.294,00
TOTAL						11.154,00

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro



- 3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 006/2016 e a proposta da Detentora da Ata.
- 3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 30 de maio de 2016.

NICOLLE SILVEIRA VICARI  
Representante legal  
DETENTORA DA ATA

LUIS CARLOS CAPELESSO  
Gestora Municipal  
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Camila Fátima de Oliveira CPF: 081.928.569-25	Antonio Soster CPF: 486.301.449-04
--	---------------------------------------

Visto: \_\_\_\_\_  
Assessor Jurídico: \_\_\_\_\_

**032/2016 FMS LITORAL MED**  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretário de Saúde o senhor LUIS CARLOS CAPELESSO, inscrita no CPF/MF sob nº 059.098.789-56, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 006/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI-ME, inscrita no CNPJ 18.941.818/0001-74, representada neste ato pelo Sr. JACQUES BRIÃO MOREIRA, portador do CPF nº. 004.287.970-16, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
49	5.000,00	UN	Fralda descartavel Geriatricas Tam M	DESCARPACK	0,95	4.750,00
51	5.000,00	UN	Fralda descartável geriátrica tamanho GG.	DESCARPACK	0,99	4.950,00
TOTAL						9.700,00

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

- 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.
- 2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

## Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

- 3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 006/2016 e a proposta da Detentora da Ata.
- 3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 30 de maio de 2016.

JACQUES BRIÃO MOREIRA  
Representante legal  
DETENTOR DA ATA

LUIS CARLOS CAPELESSO  
Gestora Municipal  
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Camila Fátima de Oliveira CPF: 081.928.569-25	Antonio Soster CPF: 486.301.449-04
--	---------------------------------------

Visto: \_\_\_\_\_  
Assessor Jurídico: \_\_\_\_\_

**033/2016 FMS MAURO MARCIANO**  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretário de Saúde o senhor LUIS CARLOS CAPELESSO, inscrita no CPF/MF sob nº 059.098.789-56, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 006/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ 94.894.169/0001-86, representada neste ato pelo Sr. MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS, portador do CPF nº. 374.624.900-72, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

## Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
20	4.000,00	Compr	DOMPERIDONA 10MG	RANBAXY	0,079	316,00
32	3.000,00	Compr	prednisona 5mg	PRATI	0,09	270,00
33	2.000,00	Compr	prednisona 20 mg	PRATI	0,15	300,00
TOTAL						886,00

## Cláusula Segunda – Da validade da Ata

- 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.
- 2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 006/2016 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 30 de maio de 2016.

MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS

Representante legal

DETENTOR DA ATA

LUIS CARLOS CAPELESSO

Gestora Municipal

ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Camila Fátima de Oliveira CPF: 081.928.569-25	Antonio Soster CPF: 486.301.449-04
--	---------------------------------------

Visto: \_\_\_\_\_

Assessor Jurídico: \_\_\_\_\_

### 034/2016 FMS S&R DISTRIBUIDORA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretário de Saúde o senhor LUIS CARLOS CAPELESSO, inscrita no CPF/MF sob nº 059.098.789-56, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 006/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa S&R DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ 04.889.315/0001-92, representada neste ato pelo Sr. SÉRGIO JACIR PORTELA, portador do CPF nº. 182.633.649-49, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	50,00	Amp	ADRENALINA INJETAVEL 01 MG/ML.	HIPOLABOR	3,14	157,00
9	3.000,00	Compr	BROMOPRIDA 10 MG	BRAINFARMA	0,138	414,00
11	420,00	Compr	CICLOPRIMOGINA	BAYER	0,40	168,00
18	50,00	Fr	DICLOFENACO SODICO COLIRIO 1MG/ML FRASCO DE 5 ML	ALLERGAN	12,00	600,00
19	500,00	Compr	doxiciclina 100 mg	PHARLAB	0,156	78,00
34	2.000,00	Compr	Lansoprasol 30 mg.	PRATI	0,497	994,00
36	50,00	LATA	Suplemento em pó. Hipercalórico. Sem sabor, lata de 350g,	DANONE	51,75	2.587,50
40	50,00	Fr	Tobramicina 0,3% sol. oftálmica frasco de 5ml	BRAINFARMA	3,40	170,00
54	1.620,00	Compr	ESPIRONOLACTONA 100MG	ASPEN	0,26	421,20

55	1.080,00	Compr	ESTRADIOL	BIOLAB	0,706	762,48
TOTAL						6.352,18

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 006/2016 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 30 de maio de 2016.

SÉRGIO JACIR PORTELA  
Representante legal  
DETENTOR DA ATA

LUIS CARLOS CAPELESSO  
Gestora Municipal  
ORGÃO GERENCIADOR  
Testemunhas:

Camila Fátima de Oliveira  
CPF: 081.928.569-25

Antonio Soster  
CPF: 486.301.449-04

Visto: \_\_\_\_\_  
Assessor Jurídico: \_\_\_\_\_

**035/2016 FMS VENEZA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretário de Saúde o senhor LUIS CARLOS CAPELESSO, inscrita no CPF/MF sob nº 059.098.789-56, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 006/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa VENEZA-DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ 13.229.567/0001-86, representada neste ato pelo Sr. IVONEI CESAR BALBINOT, portador do CPF nº. 026.136.680-75, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
50	7.000,00	UN	Fralda descartavel Geriatricas Tam G	ENEZA	1,02	7.140,00
TOTAL						7.140,00

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 006/2016 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 30 de maio de 2016.

IVONEI CESAR BALBINOT  
Representante legal  
DETENTOR DA ATA

LUIS CARLOS CAPELESSO  
Gestora Municipal  
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Camila Fátima de Oliveira CPF: 081.928.569-25	Antonio Soster CPF: 486.301.449-04
--	---------------------------------------

Visto: \_\_\_\_\_

Assessor Jurídico: \_\_\_\_\_

**036/2016 FMS ETC PRÓTESE DENTÁRIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretário de Saúde o senhor LUIS CARLOS CAPELESSO, inscrita no CPF/MF sob nº 059.098.789-56, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007 das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 008/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa ETC LABORATÓRIO DE PROTESE DENTÁRIA LTDA, inscrita no CNPJ 17.650.831/0001-01, representada neste ato pelo Sr. TIAGO ANTONIO CESCO, portador do CPF nº. 040.633.439-01, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES**

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível contratação dos serviços abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	50,00	SER	Serviço de confecção de prótese dentária parcial removível. Estrutura metálica fundida em cromo-cobalto, acrilizada em acrílico termo-polimerizável com dentes com as seguintes características: dupla prensagem (corpo e esmalte), com resistência mecânica alta, química alta e abrasão alta. Ausência total de bolhas ou porosidades. Fluorescência natural. Certificação ISSO. Inclui serviços clínicos: consulta para moldagem inicial de planejamento (se necessário), moldagem para confecção de modelo de trabalho, consulta para retirada da mordida em cera e escolha da cor, confecção do modelo de trabalho, consulta para prova da armação metálica e se necessário nova prova de mordida, consulta para prova dos dentes com os dentes em cera, consulta de entrega da prótese e ajustes, nova consulta para ajustes após a entrega, se necessário fazer mais consultas de ajustes até que se adapte bem a mucosa do paciente e a sua mordida.	ETC	651,0742	32.553,71
2	200,00	SER	Serviço de confecção de prótese dentária total acrílica. Confeccionada em acrílico termo-polimerizável com dentes com as seguintes características: dupla prensagem (corpo e esmalte), com resistência mecânica alta, química alta e abrasão alta. Ausência total de bolhas ou porosidades. Fluorescência natural. Certificação ISSO. Inclui serviços clínicos: consulta para moldagem inicial, confecção de modelo em gesso para confecção de moldeira individualizada, consulta para moldagem de trabalho com vedamento periférico das moldeiras individualizadas utilizando matérias que tenham qualidade para este fim, consulta para tomada das medidas a juste de mordida e escolha da cor, consulta para prova com os dentes e ajustes de medidas de dimensão vertical e estética das arcadas e consulta de entrega da prótese e ajustes se necessário fazer mais consultas de ajustes até que se adapte bem a mucosa do paciente e a sua mordida.	ETC	565,1551	113.031,02
3	20,00	SER	Serviço de conserto de prótese dentária.	ETC	171,8377	3.436,75
4	50,00	SER	Serviço de reembasamento	ETC	219,5704	10.978,52
Total						160.000,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 008/2016 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 31 de maio de 2016.

TIAGO ANTONIO CESCO  
Representante legal  
DETENTORA DA ATA

LUIS CARLOS CAPELESSO  
Secretário Municipal de Saúde  
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Camila Fátima de Oliveira  
CPF: 081.928.569-25

Antonio Soster  
CPF: 486.301.449-04

Visto: \_\_\_\_\_

Assessor Jurídico: \_\_\_\_\_

## EXTRATOS CONTRATUAIS FMS MÊS 05/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 10/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL

Contratada.: MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA

Valor ..... : 3.680,00 (três mil seiscientos e oitenta reais)

Vigência ..... : Início: 31/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2016

Objeto ..... : Aquisição de Equipamentos e utensílios para a manutenção das atividades do setor de fisioterapia, do FMS.

Paial, 31 de Maio de 2016

Aditivo Nº ..... : 2ªTA ao 12/2015 - Contrato Nº: 12/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL

Contratada.: LEANDRO PAGLIARI - ME

Valor ..... : 2.207,90 (dois mil duzentos e sete reais e noventa centavos)

Vigência ..... : Início: 31/05/2016 Término: 01/07/2016

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.043.4.4.90.00.00.00.00 (16) Saldo: 45.369,55

Objeto ..... : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de infraestrutura para instalação de academia ao ar livre coberta no lote urbano n.º 6, quadra n.º 13, na Avenida Julio Bender, centro de Paial/SC, conforme projeto básico

Paial, 31 de Maio de 2016

Contrato Nº.: 07/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL

Contratada.: SPERANDIO MOTORS COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Valor ..... : 102.000,00 (cento e dois mil reais)

Vigência ..... : Início: 23/05/2016 Término: 21/08/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.043.4.4.90.00.00.00.00 (16), 1.023.4.4.90.00.00.00.00 (30)

Objeto ..... : Aquisição de Veículos novos destinado para o Fundo Municipal de Saúde de Paial/SC.

Paial, 31 de Maio de 2016

Contrato Nº.: 08/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL

Contratada.: NETSOFT INSTALAÇÃO DE SOFTWARE LTDA

Valor ..... : 6.986,00 (seis mil novecentos e oitenta e seis reais)

Vigência ..... : Início: 24/05/2016 Término: 31/12/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 279.793,62

Objeto ..... : O presente contrato tem por objetivo a prestação de Serviços e Assistência Técnica em Informática como análise e conferência das informações geradas pelos profissionais da equipe de saúde, fechamento da produção dos sistemas da saúde a seguir relacionados:

Paial, 31 de Maio de 2016



Contrato Nº.: 09/2016  
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL  
 Contratada...: VANUSA DIAS EIRELI EPP  
 Valor ..... : 481,91 (quatrocentos e oitenta e um reais e noventa e um centavos)  
 Vigência ..... : Início: 31/05/2016 Término: 31/12/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2016  
 Objeto ..... : Aquisição de Equipamentos e utensílios para a manutenção das atividades do setor de fisioterapia, do FMS.

Paial, 31 de Maio de 2016

Contrato Nº.: 11/2016  
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL  
 Contratada...: SANTA LUCIA PROD. PARA SAÚDE EIRELLI  
 Valor ..... : 7.550,00 (sete mil quinhentos e cinquenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 31/05/2016 Término: 31/12/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2016  
 Objeto ..... : Aquisição de Equipamentos e utensílios para a manutenção das atividades do setor de fisioterapia, do FMS.

Paial, 31 de Maio de 2016

## EXTRATOS CONTRATUAIS MÊS 05/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 31/2016  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
 Contratada...: JULIANO RODRIGUES FERREIRA - ME  
 Valor ..... : 19.000,00 (dezenove mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 04/05/2016 Término: 31/10/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2016  
 Recursos ..... : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (66) Saldo: 156.015,51  
 Objeto ..... : Contratação de serviços e fornecimento de peças para a recuperação do equipamento Trator New Holland TL 85.

Paial, 31 de Maio de 2016

Contrato Nº.: 32/2016  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
 Contratada...: MONARCAS PRODUÇÕES E REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS LTD  
 Valor ..... : 27.000,00 (vinte e sete mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 05/05/2016 Término: 30/07/2016  
 Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2016  
 Recursos ..... : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (7) Saldo: 40.000,00  
 Objeto ..... : Contratação de show para o dia 03 de julho - comemoração das festividades da emancipação político administrativa do município de Paial.

Paial, 31 de Maio de 2016

Contrato Nº.: 33/2016  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
 Contratada...: G4 Produções Musicais Ltda EPP  
 Valor ..... : 10.000,00 (dez mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 09/05/2016 Término: 30/07/2016  
 Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2016  
 Recursos ..... : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (7) Saldo: 40.000,00  
 Objeto ..... : Contratação de show para o dia 01 de julho - comemoração das festividades da emancipação político administrativa do município de Paial.

Paial, 31 de Maio de 2016

Contrato Nº.: 34/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
Contratada.: ASSESSORIA E TRANSPORTES ND LTDA - ME  
Valor ..... : 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 12/05/2016 Término: 31/12/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2016  
Objeto ..... : Contratação de empresa para prestação de serviço de assessoria técnico-pedagógica para formação continuada dos profissionais de educação da rede municipal de ensino, conforme especificado no Anexo "E" - Termo de Referência deste edital.

Paial, 31 de Maio de 2016

Contrato Nº.: 35/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
Contratada.: LG COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA  
Valor ..... : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)  
Vigência ..... : Início: 12/05/2016 Término: 30/09/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (66) Saldo: 148.050,29  
Objeto ..... : Contratação de serviços e fornecimento de peças para a recuperação do equipamento Trator Valtra BL 88.

Paial, 31 de Maio de 2016

Aditivo Nº ..... : 7ªTA ao 47/2014 - Contrato Nº: 47/2014  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
Contratada.: CONXAP CONSTRUTORA LTDA - EPP  
Vigência ..... : Início: 16/05/2016 Término: 17/06/2016  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2014  
Objeto ..... : A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de construção de quadra escolar poliesportiva coberta com vestiários conforme Projeto Básico

Paial, 31 de Maio de 2016

Contrato Nº.: 36/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
Contratada.: NEON VIGILANCIA ELETRONICA ME LTDA  
Valor ..... : 2.610,00 (dois mil seiscentos e dez reais)  
Vigência ..... : Início: 17/05/2016 Término: 30/07/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (7) Saldo: 40.000,00  
Objeto ..... : O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de vigilância/segurança no dia 03 (três) de julho de 2016, com 18 (dezoito) agentes no Centro de Promoção de Cultura e Eventos Claudino José Lippert, durante as festividades de aniversário do município.

Paial, 31 de Maio de 2016

Contrato Nº.: 37/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
Contratada.: PAVIMAQUINAS COM. PECAS E SERVICOS LTDA  
Valor ..... : 63.000,00 (sessenta e três mil reais)  
Vigência ..... : Início: 20/05/2016 Término: 30/09/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (86) Saldo: 281.646,08  
Objeto ..... : Contratação de serviços e fornecimento de peças para a recuperação do equipamento Carregadeira Komatsu WA 180-1B.

Paial, 31 de Maio de 2016

Contrato Nº.: 38/2016  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
Contratada.: IOPLAN INSTITUTO OESTE DE PLANEJAMENTO & CONSULTOR  
Valor ..... : 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 24/05/2016 Término: 30/06/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00 (19) Saldo: 315.469,63  
Objeto ..... : O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços de recuperação e retificação de valores do INSS (SEFIP) (do período 03/2011 a 02/2016), abaixo discriminadas:

Paial, 31 de Maio de 2016

# Palhoça

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 1147/2016.**

PORTARIA Nº. 1147/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CASSIO PEREIRA DE SOUZA RIBEIRO, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Passa Vinte da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 07/03/2016 a 07/03/2017.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1119/2016.**

PORTARIA Nº. 1119/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARIA DO CARMO DOS SANTOS MELO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Tricô e Crochê, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1145/2016.**

PORTARIA Nº. 1145/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR LUANA TEREZINHA FARIAS, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 26/03/2016, face ao termino da LG.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**DECRETO Nº 2.012, DE 19 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº 2.012, DE 19 DE MAIO DE 2016.

COMISSÃO. Fica instituída a Comissão Permanente de Baixa de Bens.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições e de acordo com o art. 10 da Lei Municipal nº 4.358, de 29 de fevereiro de 2016, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica instituída a Comissão Permanente de Baixa de Bens, composta dos seguintes membros:

I – Carlos Felipe Dall Oliva de Souza, representante da Secretaria de Serviços Públicos – SESP;

II – Maria Gorete Machado, representante da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados;

III – Winicius Martins Scharf, representante da Secretaria de Maricultura, Agricultura e Pesca;

IV – Jorge Luiz Bruchado, representante da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados;

V – Lucas Pereira Carvalho, representante da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados.

Parágrafo Único. Fica designado como Presidente da Comissão o membro previsto no inciso I deste artigo.

Art. 2º A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para realizar a execução dos trabalhos, devendo providenciar análise, classificação, valoração de bens e emissão de relatório conclusivo, além de apresentar os documentos relacionados no art. 11 da Lei Municipal nº 4.358, de 29 de fevereiro de 2016, após o recebimento da notificação para realizar os trabalhos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 19 de maio de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 2.015, DE 30 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº 2.015, DE 30 DE MAIO DE 2016.

PRÊMIOS DO IPTU. Altera o Anexo I Decreto nº 1.742, de 21 de novembro de 2014, que regulamenta a distribuição gratuita de prêmios e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições e o disposto na Lei nº 2.229, de 14 de dezembro de 2005, resolve

DECRETAR:

Art. 1º O inciso IX do Anexo I do Decreto nº 1.742, de 21 de novembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO I

REGULAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS, MEDIANTE SORTEIO, INSTITUÍDA PELA LEI Nº 2.229, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2005.

(...)

#### **IX – DO PRAZO PARA RECLAMAÇÃO E RETIRADA DO PRÊMIO**

O prazo para reclamação e retirada dos prêmios sorteados é de 60 (sessenta) dias contados a partir do primeiro dia útil após a data do sorteio. Os prêmios serão entregues às pessoas em cujos nomes os imóveis estejam cadastrados na Prefeitura. O contribuinte contemplado deverá reclamar o prêmio junto à Secretaria de Receita, munido do respectivo carnê de IPTU quitado, Carteira de Identidade e CPF, a partir do primeiro dia útil após o sorteio. No caso da reclamação ser efetuada por meio de representante legal, além dos documentos supra mencionados, deverá apresentar documento que o habilite para a retirada do prêmio. Os prêmios não reclamados no prazo fixado neste Regulamento serão novamente sorteados, em data a ser fixada por decreto, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, depois de expirado o prazo para sua retirada, observadas as mesmas regras adotadas no sorteio anterior. Após o novo sorteio e não sendo localizados os contemplados, os prêmios não reclamados no prazo de 60 (sessenta dias) serão automaticamente reincorporados ao patrimônio municipal.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Palhoça, 30 de maio de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº. 1101/2016.**

PORTARIA Nº. 1101/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MAURICIO LUIS NASCIMENTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Projeto Patinação, no (a) Projeto Esporte e Cultura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

### **PORTARIA Nº. 1102/2016.**

PORTARIA Nº. 1102/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR UBIRATAN MARQUES BRANQUINHO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 003/SME/2015, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Projeto Patinação, no (a) Projeto Esporte e Cultura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1103/2016.**

PORTARIA Nº. 1103/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 86, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Sheila Iolanda Coelho Mauricio	30	40	19/02/2016 a 21/12/2016

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1104/2016.**

PORTARIA Nº. 1104/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 1451 de 05 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ANDREIA DE BRITO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 04/01/2015 a 31/03/2016, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1105/2016.**

PORTARIA Nº. 1105/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO IZETE TERESINHA PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2015 e Convênio 43/2013, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 22/02/2016 a 31/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1106/2016.**

PORTARIA Nº. 1106/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROSANGELA XAVIER DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2015 e Convênio 43/2013, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 18/02/2016 a 31/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1107/2016.**

PORTARIA Nº. 1107/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SCHIRLEY SUZAN RAULINO CORDEIRO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2015 e Convênio 43/2013, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 18/02/2016 a 31/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1108/2016.**

PORTARIA Nº. 1108/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALESSANDRA VIEIRA RODRIGUES DE ALMEIDA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/SME/2015 e Convênio 43/2013, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 18/02/2016 a 31/12/2016.



Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1109/2016.**

PORTARIA Nº. 1109/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2016.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE
401232-1	Annelise Camilo Miranda	R\$ 200,00
402138-3	Karini Regina Homem	R\$ 400,00
800973-1	Mabel Fatima Adriano	R\$ 1000,00

**ANEXO II**

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
200483-4	Anderson Giovanni de Paulo Melo	R\$ 200,00	R\$ 500,00
500470-1	Claudio Manoel dos Santos	R\$ 600,00	R\$ 800,00
801479-5	Solange Coelho da Silva	R\$ 300,00	R\$ 800,00

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1110/2016.**

PORTARIA Nº. 1110/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ROSA ARCELINA DA SILVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Crochê, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 22/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração



SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1111/2016.**

PORTARIA Nº. 1111/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARIA DE LOURDES LAURINDO ALVES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Corte e Costura, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1112/2016.**

PORTARIA Nº. 1112/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR NEUZA JOÃO FELISBERTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tecido, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1113/2016.**

PORTARIA Nº. 1113/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR LEONIA PFLEGER HOFFMANN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Tricô, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1114/2016.**

PORTARIA Nº. 1114/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANA PAULA GODOI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tecido, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

**PORTARIA Nº. 1115/2016.**

PORTARIA Nº. 1115/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARIA APARECIDA ESPINDULA JUTTEL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Madeira e EVA, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1116/2016.**

PORTARIA Nº. 1116/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARIA APARECIDA DA COSTA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de

2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Patchclagem, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1117/2016.**

PORTARIA Nº. 1117/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

CONTRATAR MARIA NELZA ALVES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Bordado a mão, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 1118/2016.**

PORTARIA Nº. 1118/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

CONTRATAR VERA LÚCIA COELHO RAMOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Crochê, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1120/2016.**

PORTARIA Nº. 1120/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR VERONICA SILVEIRA NAU, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Corte e Costura, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1121/2016.**

PORTARIA Nº. 1121/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANA BEATRIZ DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Porcelana Fria, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1122/2016.**

PORTARIA Nº. 1122/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARIA RAQUEL PEREIRA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tecido, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1123/2016.**

PORTARIA Nº. 1123/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR CLEIA MARIA MELO DE QUADROS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tecido, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1124/2016.**

PORTARIA Nº. 1124/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR FRANCIELA BRUCHADO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Madeira, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1125/2016.**

PORTARIA Nº. 1125/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ROSINETE ROSA CANDIDO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Corte e Costura, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1126/2016.**

PORTARIA Nº. 1126/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ELOISA ELENA DOS PASSOS GALDINO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Artes Aplicadas, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1127/2016.**

PORTARIA Nº. 1127/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR RENATA DELOSA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tecido, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1128/2016.**

PORTARIA Nº. 1128/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARIA HELENA MARCELINO ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Biscuit, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1129/2016.**

PORTARIA Nº. 1129/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR SILVANIA DE SOUZA E SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Bordado a mão, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1130/2016.**

PORTARIA Nº. 1130/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR JANETE WEBER SEBASTIÃO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tela, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1131/2016.**

PORTARIA Nº. 1131/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR LUCIANA DE BRITO DE ARAUJO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Crochê, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1132/2016.**

PORTARIA Nº. 1132/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARLY MAURA FRANCISCO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em tela, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1133/2016.**

PORTARIA Nº. 1133/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ALCILENE VIEIRA AREAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Bordado a Máquina, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/03/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1134/2016.**

PORTARIA Nº. 1134/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR IZABEL CRISTINA COELHO DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Artes Aplicadas, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1135/2016.**

PORTARIA Nº. 1135/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR LUCINEIA CARDOSO VEBER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Bordado a mão, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1136/2016.**

PORTARIA Nº. 1136/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR LUCIA DOMINGOS GOULART, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Corte e Costura, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1137/2016.**

PORTARIA Nº. 1137/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR CRISTIANE PEIXER MELO SCHEIDT, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 008/SME/2015, no cargo de Professor Artesão, disciplina Artes Aplicadas, no (a) Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1138/2016.**

PORTARIA Nº. 1138/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para DOLORES MULBERSTEDT, titular do cargo de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de fevereiro de 2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1139/2016.**

PORTARIA Nº. 1139/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO EDIANE PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/SME/2015, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/03/2016 a 18/05/2016, face ao impedimento da titular Ildegardt Bock da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1140/2016.**

PORTARIA Nº. 1140/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALINE DUARTE, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/SME/2015, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta)

horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/03/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1141/2016.**

PORTARIA Nº. 1141/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CARMELITA RODRIGUES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/SME/2015, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/03/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1142/2016.**

PORTARIA Nº. 1142/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PATRICIA DE CASSIA DA CRUZ COSTA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/SME/2015, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Reinaldo Weingartner, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/03/2016 a 18/04/2016, face ao impedimento da titular Elizabete Rodrigues Madalena, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1143/2016.**

PORTARIA Nº. 1143/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, BIANCA MEDEIROS, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/03/2016, face ao termino da LG.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1144/2016.**

PORTARIA Nº. 1144/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DAYANNE NARA WEINGARTNER, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 20/03/2016, face ao termino da LG.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1146/2016.**

PORTARIA Nº. 1146/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JENIFER BONEZI, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Madri da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/02/2016 a 15/02/2017.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1148/2016.**

PORTARIA Nº. 1148/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO BIANCA DE MARCO BRAGLIA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 07/03/2016 a 07/03/2017.

Palhoça, SC, em 02 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1149/2016.**

PORTARIA Nº. 1149/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARVIN DURANTE

BRUNET, de acordo com a Lei nº. 073, de 17 de agosto de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 120 (cento e vinte) horas/mensais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/03/2016 a 05/03/2017.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1150/2016.**

PORTARIA Nº. 1150/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DEBORA REGINA SCHRAMM NASPOLINI, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Odontólogo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2016 a 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1151/2016.**

PORTARIA Nº. 1151/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CAMILA BELTRAME BAGIO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1152/2016.**  
PORTARIA Nº. 1152/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:  
EXONERAR A PEDIDO JESSICA GUERRILHA SUENSON, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/03/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1153/2016.**  
PORTARIA Nº. 1153/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO KAMYLA CRISTINA CAMPOS DA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 07/03/2016 a 07/03/2017.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1154/2016.**  
PORTARIA Nº. 1154/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:  
EXONERAR A PEDIDO CLEUDENI MORAIS DOS SANTOS, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/03/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1155/2016.**  
PORTARIA Nº. 1155/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO THIAGO DA ROSA GENE-ROSO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 009/2015, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 23/02/2016 a 23/02/2017.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1156/2016.**  
PORTARIA Nº. 1156/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:  
PRORROGAR a Portaria 3543 de 24 de outubro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora RAQUEL FERREIRA JOSE, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo

período de 04/11/2015 a 31/03/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1157/2016.**

PORTARIA Nº. 1157/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ELEONORA WIESE ZACCHI, de acordo com a Lei nº. 073, de 17 de agosto de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 120 (cento e vinte) horas/mensais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2016 a 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1158/2016.**

PORTARIA Nº. 1158/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DANDARA LORUAMA DA SILVA FERNANDES, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do São Sebastião da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2016 a 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1159/2016.**

PORTARIA Nº. 1159/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DANIELLY ANDREIA WURZLER, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 24/02/2016 a 24/02/2017.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1160/2016.**

PORTARIA Nº. 1160/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NICOLE CORREA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2016 a 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1161/2016.**

PORTARIA Nº. 1161/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GABRIELA WENDER-VALD KOERICH, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 25/02/2016 a 25/02/2017.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1162/2016.**

PORTARIA Nº. 1162/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO TEREZINHA MARIA DA ROSA RODRIGUES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 25/02/2016 a 25/02/2017.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1163/2016.**

PORTARIA Nº. 1163/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JACKSON FILIPE DE ABREU, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2016 a 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1164/2016.**

PORTARIA Nº. 1164/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CLEUDENI MORAIS DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2016, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1164/2016.**

PORTARIA Nº. 1164/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CLEUDENI MORAIS DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2016, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1165/2016.**

PORTARIA Nº. 1165/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JESSICA GUERRILHA SUESON, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 07/03/2017.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1166/2016.**

PORTARIA Nº. 1166/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 1466 de 05 de março de 2015, que Prorrogou a Admissão da servidora RAQUEL NUNES CORDEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 20/02/2015 a 31/03/2016, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1167/2016.**

PORTARIA Nº. 1167/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2519 de 14 de julho de 2014, que Contratou por Tempo Determinado o servidor SEBASTIAN GABRIEL PERAZOLO PERA, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/08/2015 a 31/03/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1168/2016.**

PORTARIA Nº. 1168/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MUNIQUE LAYLANE ARAÚJO JORGE, de acordo com a Lei nº. 073, de 17 de agosto de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 120 (cento e vinte) horas/mensais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 07/03/2016 a 07/03/2017.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 1169/2016.**

PORTARIA Nº. 1169/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROSANGELA TEREZINHA HORSTMANN ALVES, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 1170/2016.**

PORTARIA Nº. 1170/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RICARDO ANTONIO

CANELO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 017/2015, para ocupar o cargo de Vigia, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/03/2016 a 05/03/2017.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**TOMADA DE PREÇOS 067/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº067/2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº067/2016, no dia 22 de Junho de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O objeto da presente licitação consiste na contratação de empresa para Execução de serviços de Revitalização de Área Pública localizada na Avenida Rio Grande – bairro Rio Grande neste município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 31 de Maio de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 01/2015**

CARTA DE CONVOCAÇÃO E POSSE

CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC, através do seu Presidente OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica e pelo Regimento Interno desta Casa,

Considerando a homologação do resultado do concurso de nº 01/2015 para provimento de vagas do quadro de pessoal dessa Casa, de acordo com a legislação pertinente e as normas previstas no Edital e Anexos, CONVOCA o Candidato JEAN PIERRE PATZAFF, para nomeação do cargo efetivo de ANALISTA LEGISLATIVO – ESPECIALIDADE INFORMÁTICA, observando as seguintes condições:

I – DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO INTERESSE DA VAGA:

O Candidato convocado deverá comparecer até o dia 10 de junho de 2016, das 13h às 19h, na sede da Câmara Municipal de Palhoça/SC, situada na Rua Joci José Martins, nº 101, Pagani, para entrega

dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Certidão de Nascimento ou Casamento;
- c) Título Eleitoral e comprovante de estar em dia com as obrigações eleitorais;
- d) Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- e) Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração, de próprio punho, de que não é inscrito;
- f) Atestado Médico de sanidade física e mental necessária ao desempenho das funções inerentes ao cargo. O exame médico será realizado por médico indicado pela Câmara Municipal de Palhoça/SC, que poderá se julgar necessário, solicitar ao candidato exames complementares para verificar se o candidato está apto para o exercício do cargo;
- g) Diploma ou Certificado de Escolaridade, conforme exigência do cargo, devidamente registrado no órgão competente;
- h) Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação da acumulação de cargos, conforme dispõe o artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais. Ressalta-se que, se o candidato for ocupante de cargo público inacumulável, deverá apresentar

o comprovante do pedido de exoneração desse cargo no ato da posse.

i) Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio.

j) 2 fotos 3x4, recentes.

Não serão aceitos protocolos ou cópias não autenticados dos documentos relacionados no item anterior.

O Candidato que se apresentar no dia designado, com toda a documentação solicitada tomará posse, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme artigo 29 da Lei Complementar Municipal nº 96/2010, e iniciará suas atividades na sede da Câmara Municipal de Palhoça/SC.

Palhoça/SC, 31 de maio de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

# Palmitos

## PREFEITURA

### DECRETO 047/2016

DECRETO Nº 047/2016. De 19 de maio de 2016.	APROVA O LOTEAMENTO SOLAR SIMON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito Municipal de Palmitos, no uso das atribuições legais conferidas pelos incisos VI e XXII do art. 60 da Lei Orgânica do Município, pela Lei Complementar nº 044/2012, de 13 de junho de 2012:
--	--

#### DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aprovado o LOTEAMENTO SOLAR SIMON, de propriedade de Júlio César Simon, brasileiro, casado, síndico, portador do RG nº 12/C - 2.039.197 - SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 590.046.909-30, residente e domiciliado na Rua Padre Manuel da Nóbrega, nº 91, nesta cidade e Comarca de Palmitos - SC., em Parte Maior dos Lotes Urbanos nºs. (273 e 274), desta cidade de Palmitos, com as áreas respectivas de (2.570,00m²) e de (2.871,32m²) perfazendo a área total e ser loteada de 5.441,32m² (Cinco mil, quatrocentos e quarenta e um virgula trinta e dois metros quadrados), sem benfeitorias, situado neste Primeiro Distrito do Município e Comarca de Palmitos, SC, de conformidade com a área e confrontações constantes na Matrícula nº 7.093, do Cartório de Registro de Imóveis do Município e Comarca de Palmitos – SC.

Art. 2º A área total a ser loteada é de 5.441,32m² (Cinco mil, quatrocentos e quarenta e um virgula trinta e dois metros quadrados) e está composta por 01 (uma) quadra e 10 (dez) lotes, com 4.711,28 m² (quatro mil, setecentos e onze virgula vinte oito metros quadrados) como área de lotes; 730,04m² (setecentos e trinta virgula quatro metros quadrados) como área de via de circulação; o Lote nº (5) da Quadra nº (1) com área de 338,74 m² (trezentos e trinta e oito virgula setenta e quatro metros quadrados), destinado à composição de área verde, a qual não poderá ser alienado ou edificado; e, o Lote nº(4) da Quadra nº (1) com área de 949,28 m² (novecentos e quarenta e nove virgula vinte e oito metros quadrados) destinado à composição de Área de Preservação Permanente(APP), o qual não poderá ser alienado ou edificado.

Art. 3º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a receber em doação a área total de 1.068,78m² (um mil e sessenta e oito virgula setenta e oito metros quadrados), da qual serão destinados 730,04m² (setecentos e trinta virgula quatro metros quadrados) como área de via de circulação e o Lote nº (5) da Quadra nº (1) com área de 338,74 m² (trezentos e trinta e oito virgula setenta e quatro metros quadrados) para área verde.

DECRETO Nº 047/2016.  
De 19 de maio de 2016.

Art. 4º Fica caucionado em favor do Município o Lote no (7) da Quadra nº (1) com área de 385,31m²(trezentos e oitenta e cinco virgula trinta e um metros quadrados) pelo prazo de 01(um) ano a contar da data do presente Decreto.

§ 1º A caução de que trata o presente artigo tem como objetivo

garantir a execução de infraestrutura na área do loteamento, compreendendo: abertura de via de circulação e colocação de marcos de alinhamentos e nivelamentos; instalação de rede de distribuição de água potável; canalização de água pluvial; construção de bocas de lobo; instalação de rede de energia elétrica e iluminação pública; e pavimentação com pedras irregulares e/ou asfalto, da via de circulação constantes do loteamento, e demais exigências contidas no Termo de Compromisso firmado pelo proprietário do LOTEAMENTO SOLAR SIMON.

§ 2º Verificada a execução e conclusão da infraestrutura mencionada no parágrafo anterior, cessará a caução de que se refere o caput do presente artigo, mediante ato expedido pelo Município.

Art. 5º Deverão, obrigatoriamente, constar averbação nas matrículas de cada um dos Lotes criados que os mesmos se destinam exclusivamente para edificações residenciais unifamiliares (uma por Lote), conforme limitação prevista no inciso IV, do Art. 13-A, da Lei Municipal nº 3.606/2012.

Art. 6º O proprietário do presente loteamento apresentou a Licença Ambiental Prévia nº 319/2015, a Licença Ambiental de Instalação nº 320/2015 e deverá providenciar, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da publicação deste Decreto, a Licença Ambiental de Operação de acordo com o disposto na Resolução CONSEMA nº 03/08 e Instrução Normativa nº 03 da Fundação do Meio Ambiente – FATMA.

Art. 7º A numeração de quadra e lotes, bem como suas medidas e confrontações, medidas e confrontações da área verde e da área de preservação permanente são as constantes do Memorial Descritivo e Mapas do loteamento anexos, que passam a fazer parte do presente Decreto.

Parágrafo único. Os projetos de rede de distribuição de água, de drenagem pluvial e de rede de energia elétrica anexos também passam a fazer parte do presente Decreto.

Art. 8º O Memorial Descritivo, Mapas e o presente Decreto serão arquivados no Cartório de Registro de Imóveis do Município e Comarca de Palmitos – SC, para todos os efeitos legais.

Art. 9º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

DECRETO Nº 047/2016.  
De 19 de maio de 2016.

Prefeitura Municipal de Palmitos/SC, em 19 de maio de 2016.  
NORBERTO PAULO GONZATTI  
Prefeito de Palmitos

João Batista Triches  
OAB/SC 16.202  
Assessor Jurídico do Município Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

# Papanduva

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2016. Objeto: Aquisição de uma Câmara para Conservação de Imunobiológicos e Termolábeis para o uso na sala de vacina do ESF São Cristóvão. Tipo: Menor Preço Unitário e Presencial. Entrega dos envelopes: Até as 13:45 hs do dia 14 de junho de 2016; Início da Sessão Pública: Às 14:00hs do dia 14 de junho de 2016. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 31 de maio de 2016

Marli dos Santos da Cunha Ramos

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

### EXTRATO DO EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 02/2016 EXTRATO DO EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 02/2016

DARIO SCHICOVSKI, Prefeito Municipal de Papanduva, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e nos termos do Artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal TORNA PÚBLICO que estarão abertas as inscrições para o TESTE SELETIVO sob o Regime Estatutário, destinado ao provimento de cargos e a formação de cadastro de reserva para vagas que venham a surgir em cargos de nível superior, médio e fundamental do Quadro de Vagas do Município de Papanduva, com a execução técnico-administrativa da empresa PREMIER CONCURSOS LTDA, e de acordo com as seguintes disposições deste Edital.

Os cargos e valores das taxas de inscrição, estão especificados abaixo:

Cargos de Nível Superior: Psicólogo/Psicopedagogo, Professor de Artes, Professor de Educação Física (Programas e Convênios) e Professor de Inglês. - Valor da Inscrição R\$ 50,00 (cinquenta reais);

Cargos de Nível Médio ou Técnico: Técnico em Enfermagem - Valor da Inscrição R\$ 30,00 (trinta reais);

Cargos de Nível Fundamental ou Alfabetizado: Agente de Combate a Endemias e Agente Comunitário de Saúde (Microareas nº 27 e nº 34) - Valor da Inscrição R\$ 20,00 (vinte reais);

Inscrições de: 31/05/2016 a 09/06/2016.

Data prevista para PROVA OBJETIVA: 19/06/2016

Inscrições e informações através dos sites: [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e [www.premierconcursos.com.br](http://www.premierconcursos.com.br).

Este Edital, em sua versão integral será publicado nos sites: [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e [www.premierconcursos.com.br](http://www.premierconcursos.com.br) para que todos os interessados tomem conhecimento.

Papanduva/SC, 31 de Maio de 2016.

Dario Schicovski

Prefeito do Município de Papanduva

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 025/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 025/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E A EMPRESA PREMIER CONCURSOS LTDA

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Sr. Dario Schicovski e de outro lado a empresa PREMIER CONCURSOS LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob Nº 02.729.944/0001-20, com sede NA Avenida Mauá, 2011/806 – Porto Alegre/RS, neste ato representada pelo Sr. Cassiano Melchior Stefanello, residente e domiciliado em Porto Alegre/RS, inscrito no CPF sob Nº 742.663.730-15, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 025/2016, para constar a seguinte alteração:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 025/2016, datado de 07 de abril de 2016, referente ao processo licitatório na modalidade de Pregão nº 022/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato 025/2016 objeto do Processo Licitatório na modalidade Pregão nº 022/2016; Considerando o princípio da Economicidade; Considerando a necessidade da continuidade e conclusão dos serviços contratados, adita-se este contrato que passa a vigorar até a data de 31 de julho de 2016, ou a ou a entrega final dos serviços contratados, o que ocorrer primeiro.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso § 1º da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULA CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 30 de maio de 2016

Dario Schicovski

PELA CONTRATANTE

Cassiano Melchior Stefanello

PELA CONTRATADA

Testemunhas :

Ricardo Zenfe

Matricula: 2675

Marcio Wisniewski

Matricula: 50

De Acordo:

Visto e aprovado pela Procuradoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira

Procurador Jurídico

OAB/SC 14035B

# Paraíso

## PREFEITURA

**EXT CT. 09/2016FMS**

MUNICÍPIO DE PARAISO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE CONTRATO PÚBLICO 09/2016FMS

DO OBJETO: FORNECIMENTO DE 20 ASSINATURAS MENSAIS PARA ATENDER OS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, BEM COMO A IMPORTÂNCIA DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ATUALIZAÇÃO, EM CARACTER INFORMATIVO, ORIENTATIVO E SOCIAL, no município de Paraíso/SC.

DO VALOR TOTAL: R\$ 2.560,00 (Dois mil, quinhentos e sessenta reais)

A CONTRATANTE: Fundo Municipal de Paraíso.

DO CONTRATADO: EDITORA JORNALISTICA CATARINENSE LTDA - EPP .

DA VIGENCIA: O prazo de vigência será da data de sua assinatura até 31/12/2016.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 02 de Maio de 2016.

ELIZETE ROGIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

# Passos Maia

## PREFEITURA

### ATA N. 0028/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0028/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0041/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0025/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: LM INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços para aquisição de madeira de pinus e pinheiro dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n. 0025/2016, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante.

Valor: O valor do presente Contrato é de R\$ 44.800,00 (quarenta e quatro mil e oitocentos reais).

Vigência: – O presente contrato vigera até a data de 12 (doze) meses.

Passos Maia, SC, 18 de maio de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

### DECRETO 436/2016

DECRETO Nº 436, de 16 de maio de 2016.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “III” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 762, de 01 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 122.494,81 (vinte e vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos), os quais serão destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

04.01	Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano		
Funcional	Proj./ativ.	Descrição	
15.451.1501	1.010	Pavimentação de Ruas e Passeios	
Modalidade	Fonte	Dotação	
4.4.90.00.00	03.0102	Superávit Recursos Ordinários	11.075,78
4.4.90.00.00	03.0134	Transferências de Convênios União – Superávit	111.419,03
TOTAL		122.494,81	

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros da fonte de recursos – 03.0102 – Superávit Recursos Ordinários e 03.0134 – Transferências de Convênios União – Superávit Financeiro.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 16 de maio de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego

Responsável pela publicação dos atos oficiais.



**TERMO ADITIVO N. 0001/2016 AO CONTRATO N. 0042/2016**

TERMO ADITIVO 0001/2016 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0042/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0024/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n. 0016/2016

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade registrada sob o n. 1.510.345, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, à empresa PAVIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 85.199.578/0001-71, com sede na Avenida Leopoldo Sander, n. 400-E, Bairro Eldorado, Cidade e Comarca de Chapecó - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Carlos Alberto Silva, inscrito no CPF sob o n. 031.314.779-54, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, de comum acordo resolvem celebrar o Presente Termo Aditivo, o que se fazem nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no artigo 58, inciso I, c/c art. 65, "b", §1º da Lei n. 8.666/93 e no Contrato Administrativo n. 0042/2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO OBJETO**

Considerando o expediente encaminhado pela empresa Contratada, através do qual noticia a necessidade de ser alterado os serviços a serem prestados, mormente no que diz respeito a supressão e inclusão de itens da planilha constante do Anexo I do Edital Licitatório;

Considerando, ainda, que o responsável pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano se posicionou favoravelmente a solicitação apresentada, afirmando que o deferimento do referido requerimento é essencial para o pleno reparo do equipamento.

Desse modo, estando devidamente demonstrado a necessidade de realiza-se a alteração dos itens a serem substituídos, objetivando o completo reparo da máquina "Retroescavadeira Case 580-M", fica alterado o Anexo I do Edital Licitatório n. 0024/2016, o qual passará a vigorar conforme com as supressões e respectivas inclusões de itens, nos termos postulados pela Contratada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL**

Considerando a alteração dos serviços a serem prestados pela Contratada, a cláusula terceira, do Contrato Administrativo n. 0042/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Pelos serviços objetos deste contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a quantia total de R\$ 14.842,88 (quatorze mil, oitocentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

**CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

**CLÁUSULA QUINTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro de Comarca de Passos Maia – Estado de Santa Catarina, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste termo aditivo.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Passos Maia - SC, 11 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA  
IVANDRE BOCALON  
CONTRATANTE

PAVIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.  
CARLOS ALBERTO SILVA  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

EDSON SALVADEGO  
CPF n. 067.004.859-32

KARINA AP. MARINI RIBEIRO  
CPF n. 008.042.129-61



# Paulo Lopes

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 187/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 187/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, Zenita Feliciano da Silva Silveira, brasileira, portadora do CPF nº 040.811.989-69, matrícula nº 11144, ocupante do Cargo de Secretária Municipal de Saúde, nomeada pela Portaria nº 259/2015, conforme requerimento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 30 de maio de 2016.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 188/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 188/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Clarissa Campos da Silva Bernardo, brasileira, portadora do CPF nº 005.554.569-60, matrícula nº 1023 ocupante do Cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 17/06/2016, conforme benefício nº 6145408522.

Município de Paulo Lopes – SC, em 31 de Maio de 2016.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº. 03/2016**

PORTARIA Nº. 03/16

TOBIAS MANOEL RAUPP, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE**

Autorizar a servidora comissionada, JANAINA PEREIRA MARTINS, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, entrar em gozo de férias, de 01 de Junho de 2016 a 30 de junho de 2016.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 01 de junho de 2016.

Tobias Manoel Raupp

Presidente

Publicada a presente Portaria em 01 de junho de 2016.

# Penha

## PREFEITURA

**197**

PORTARIA Nº 197/2016

O Prefeito Municipal de Penha e.e., no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

**RESOLVE:**

Art. 1º - PRORROGAR: por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a Conclusão do Processo, instaurado pela Portaria nº 151/2016 (concessão de Alvará de Licença e Funcionamento para contribuinte Luana Maria de Araújo), composta pelos servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**

Penha 25 de maio de 2016.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

**198**

PORTARIA Nº 198/2016

O Prefeito Municipal de Penha e.e., no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

**RESOLVE:**

Art. 1º - PRORROGAR: por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a Conclusão do Processo, instaurado pela Portaria nº 152/2016 (concessão de Alvará de Licença e Funcionamento para contribuinte Flávia Regina Pinto), composta pelos servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**

Penha 25 de maio de 2016.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

**199**

PORTARIA Nº 199/2016

O Prefeito Municipal de Penha e.e., no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

**RESOLVE:**

Art. 1º - PRORROGAR: por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a Conclusão do Processo, instaurado pela Portaria nº 153/2016 (extravio de documentos ocorridos no Departamento de Licitação e Contratos), composta pelos servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**

Penha 25 de maio de 2016.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

**1º TERMO ADITIVO Nº 60/2016- PMP**

1º Termo aditivo nº 60/2016- PMP

Ao Contrato nº 34/2016- PMP

Licitação: Processo Licitatório nº. 07/2016 - PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 05/2016 -PMP

Objeto: AQUISIÇÃO DE CARGAS DE BARRO PARA SER UTILIZADA NO TERRENO ONDE SERÁ CONSTRUÍDO UM CAMPO DE FUTEBOL NO BAIRRO DO GRAVATÁ NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento do 1º Termo Aditivo nº 60/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 34/2016-PMP a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa ETER TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, Bairro Armação, CEP: 88385-000, Rua João Carlos Alves, nº 355, Telefone: (47) – 3345-9009, inscrita no CNPJ sob o nº 05.572.543/0001-05, neste ato representada pelo Sr. Renato Cesário Pereira Junior, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O valor prevista na clausula segunda do contrato administrativo 34/2016-PMP, fica realizado o aditivo de acréscimo, perfazendo um percentual de 25% (vinte e cinco por cento), no valor de R\$:7.000,00 (sete mil reais), conforme parecer da procuradoria

jurídica.

## CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 10 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
Unidade: 10.02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO  
Funcional: 12.361.0009– Ensino Fundamental  
Projeto/Atividade: 2.027 – Funcionamento e manutenção do Salário Educação.  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0617– Aplicações Diretas  
Código reduzido: 000088– Código Reduzido'

## CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de Maio de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

## 2652

DECRETO Nº2652/2016  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Evandro Eredes dos Navegantes, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei 2795, de 18 de dezembro de 2015.

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Penha, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), conforme inciso III, art.11 da Lei Municipal nº 2795 de 18 de dezembro de 2015, para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 12 – Secretaria de Serviços Urbanos  
Unidade Orçamentária: 02 – DepartamentoOperacional  
Funcional: 15.451.0307  
Projeto:1.012 – Pavimentação de Vias  
Fonte de Recursos: 083 – Operações de Crédito Internas  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 00.00 (124) -Aplicações diretas

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, art. 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 31 de maio de 2016.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

Daniele Schweger de Souza Lunge  
Secretária da Administração

## 2653

DECRETO Nº2653/2016  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Evandro Eredes dos Navegantes, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei 2795, de 18 de dezembro de 2015.

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Penha, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), conforme inciso I, art.11 e art.15 da Lei Municipal nº 2795 de 18 de dezembro de 2015, para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 12 – Secretaria de Serviços Urbanos  
Unidade Orçamentária: 03 – DepartamentoOperacional  
Funcional: 15.451.0013  
Atividade:2.040 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional  
Fonte de Recursos: 0630 – Transferências de Convênio –Outros  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 00.00 (169) -Aplicações diretas

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, art. 43, parágrafo 1º, inciso II, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes de excesso de arrecadação, apuradas até a presente data.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 31 de maio de 2016.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

Daniele Schweger de Souza Lunge  
Secretária da Administração

## 3º TERMO ADITIVO Nº 59/2016- PMP

3º Termo aditivo nº 59/2016-PMP  
Ao Contrato nº 102/2013-PMP

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a disponibilização do sistema FLY TRANSPARÊNCIA, na modalidade Software como Serviço, por meio de conexão via internet, a seguir denominado simplesmente de APLICATIVO, de propriedade da CONTRATADA.

O MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, inscrição Estadual Isenta, com sede na cidade de Penha/SC, Avenida Nereu Ramos, nº 190, endereço eletrônico compras@penha.sc.gov.br, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal, S.r. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, com sede à Rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo

Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., Advogado, portador da cédula de identidade profissional nº 24.757OAB/SC e inscrito no CPF sob nº. 004.770.259-19, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Segunda do contrato administrativo nº102/2013-PMP, fica prorrogado pelo período de doze meses, com validade até o dia 30.05.2017.

#### CLAUSULA SEGUNDA

A quantidade estimada na clausula terceira do contrato administrativo nº102/2013-PMP é de R\$ 6.762,22 (seis mil, setecentos e sessenta e dois reais e vinte e dois centavos) mensais, e com valor anual de R\$: 81.146,64 (oitenta e um mil, cento e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), corrigido conforme índice do IGP-M.

#### CLAUSULA TERCEIRA

Órgão: 05 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
Unidade: 05.01 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
Funcional: 04.122.0004 – Administração Geral  
Projeto/Atividade: 2.007 Funcionamento e Manutenção do Departamento Administrativo.  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas  
Código Reduzido:000019

#### CLAUSULA QUARTA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

#### CLÁUSULA QUINTA – FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 30 de maio de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITO

BETHA SISTEMAS LTDA  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2016- PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2016-PMP  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 12/2016-PMP  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016 – PMP

Aos 31 (tinta e um) dias, do mês de Maio de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 16/2016 - PMP, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:

ETER TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, no Bairro: Centro, na Rua João Carlos Alves, 355, CEP: 88385-000, Telefone: (47) – 3345-9009, Banco Caixa Econômica Federal 104, Agência nº 1792 Operação 003, Conta Corrente nº 1772-2, inscrita sobre o CNPJ 05.572.543/0001-05.

#### 1 - DO OBJETO

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 16/2016 - PMP, a que corresponde

este pacto, assim especificados:

		Elemento de Despesas:			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT. UNITÁRIO	PREVISÃO DE CUSTO	
				GLOBAL	
1. 01	CAMINHÃO BASCULANTE A PARTIR DO ANO 1990, COM CAÇAMBA DE 12 M <sup>3</sup> , COM FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL, MOTORISTA E TRANSPORTE, LIVRE DE MANUTENÇÃO	HORAS	2.000	58,85	117.700,00
	TOTAL			R\$	117.700,00

1.1 Valor estimado em R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais)

1.2 - Esta locação deverá fornecer o caminhão basculante, bem como operador, óleo diesel, transporte, sendo livre de manutenção para a Prefeitura.

1.2- A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município.

## 2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 -Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 16/2016 - PMP.

## 3 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1 – A prestação de serviços objeto do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pela Secretaria de Serviços Urbanos, após contato através de telefone, e-mail ou fax.

## 4 - DO PRAZO

4.1– Os serviços ora contratados terão início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações da Secretaria de Serviços Urbanos, até sua totalidade no valor licitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.

4.2 – Os quantitativos dos serviços são estimativos com base na análise da Secretaria de Serviços Urbanos, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

4.3 - Os serviços deverão ser entregues na Secretaria de Serviços Urbanos com validade igual ou superior a 12 meses.

4.4– Os produtos adquiridos do presente deverão ser entregues e fornecidos pela empresa vencedora da licitação, mediante previa autorização do orçamento pela Secretaria de Serviços Urbanos.

## 5 - DO VALOR

5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente.

5.2 - O preço retro referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

## 6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida a aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 16/2016 - PMP.

6.1.1 - E recaiando o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.

6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.

6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos,



definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.

6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

## 7 – RESPONSABILIDADES

7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, consequentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos serviços fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da prestação de serviços, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos serviços, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

7.7 - É imprescindível que o proponente contratado disponibilize todos os serviços, e efetue a entrega dos serviços solicitados no prazo estipulado, sendo de inteira responsabilidade do proponente a qualidade dos produtos apresentados, a manipulação dos produtos que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

## 8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade dos serviços entregues;
- b) efetuar o pagamento dos serviços, na época de sua exigibilidade.

## 9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Providenciar, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;

9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos serviços entregues observar-se-á o seguinte:

9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.4 - A licitante deverá prestar os serviços com um prazo de no mínimo 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do produto pelo Órgão e/ou Departamento responsável pela solicitação do objeto desta ata.

9.5 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.

9.6 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os objetos entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou serviços impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

9.7 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados ou fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.

9.8- Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:

9.8.1 - Os serviços entregues serão fiscalizados pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos serviços, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega dos serviços solicitados, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.

9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.

9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.



9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações da prestação dos serviços exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

9.8.9 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços com ótimo padrão de qualidade, devendo efetuar as entregas dos produtos em embalagens próprias, conforme as normas instituídas pelos órgãos de inspeção e as constantes neste Edital.

## 10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

## 11 – PENALIDADES

11.1 - A não entrega dos serviços no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.

11.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer os serviços ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.

11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação à ela imposta no presente ajuste.

11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos sub itens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

## 12 – RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

## 13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

## 14 – TOLERÂNCIA

14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

## 15 - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário de Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITO

DANIELE S. DE S. LUNGE  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

EMPRESAS E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS:  
ETER TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA  
05.572.543/0001-05

TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

**CC01/2016 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2016 - PMP

Objeto: – Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, drenagem pluvial e sinalização da Rua Margarida Vieira, Bairro Praia de Armação, Penha/SC, em estrita observância aos memoriais, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos em anexo.

Recebimento dos Envelopes até: 01/07/2016 às 10:00horas.

Abertura do Processo: 01/07/2016 às 10:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno Santos– Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 30 de Maio de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES – Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº 67/2016-FMS**

CONTRATO ADM. DE EMPRESA PARA SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE ALTA COMPLEXIDADE PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC DE ACORDO COM A TABELA CIS/AMFRI.

CONTRATO Nº 67/2016-FMS

CREDENCIAMENTO Nº 01/2016-FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 17/2016-FMS

“Que entre si celebram o Município de Penha, Estado de Santa Catarina e a Empresa MEDICAL CENTER IMAGE RADIOLOGIA LTDA ME.”.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo para fornecimento de medicamento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa MEDICAL CENTER IMAGE RADIOLOGIA LTDA ME, com sede na cidade de Itajaí/SC., Rua: Samuel Heusi, nº 178, Bairro: Centro, CEP: 88301-320, Telefone: (47) – 3390-4700, inscrita no CNPJ sob o nº 18.514.920/0001-93. neste ato representado pelo S.r. Carlos Eduardo Damian, CPF: 005.364.029-22, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº. 17/2016 -FMS, modalidade Credenciamento nº. 01/2016 -FMS, que tem por objeto a realização de EXAMES LABORATORIAIS DE ALTA COMPLEXIDADE PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC DE ACORDO COM A TABELA CIS/AMFRI.

Programa de Trabalho / Atividade				Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT. UNITÁRIO	PREVISÃO DE CUSTO	
				GLOBAL	
4	DENSIOMETRIA OSSEA	UN	100	R\$ 55,10	R\$: 5.510,00
14	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL	UN	50	R\$ 134,76	R\$: 6.738,00
15	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBAR	UN	50	R\$ 149,10	R\$: 7.455,00
16	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA TORÁCICA	UN	50	R\$ 134,76	R\$: 6.738,00
17	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE	UN	30	R\$ 134,75	R\$: 4.042,50
18	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULAÇÕES	UN	20	R\$ 134,75	R\$: 2.695,00
19	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRÂNIO	UN	50	R\$ 145,44	R\$: 7.272,00
20	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX	UN	40	R\$ 184,63	R\$: 7.385,20

21	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDÔMEN TOTAL	UN	50	R\$ 186,63	R\$: 9.331,50
22	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE Pelve/BACIA	UN	30	R\$ 186,63	R\$: 5.598,90
32	PAAF MAMAS	UN	50	R\$ 125,30	R\$: 6.265,00
33	PAAF TIREÓIDE	UN	50	R\$ 125,30	R\$: 6.265,00
34	CORE BIOPSIA MAMA	UM	50	R\$ 228,82	R\$:11.441,00
Total				R\$ 86.737,10	

**CLAUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente contrato é firmado através do Edital de Credenciamento nº 01/2016 – FMS, sendo regido pelo Art. 61 da Lei 8.666/93. O presente contrato poderá ser objeto de aditamento, mediante instrumento específico, que importe em alteração de qualquer condição contratual, desde que sejam assinados por representantes legais das partes, observando os limites e as formalidades legais.

**CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO**

Pelo objeto constante da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 86.737,10 (oitenta e seis mil, setecentos e trinta e sete reais e dez centavos), a ser pago no Banco do Brasil, Agência: nº 0305-0, Conta Corrente: nº 74776-9 em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura com as respectivas Autorizações de Fornecimento (AF), devidamente certificada pela referida Secretaria.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de nota fiscal e relação dos pacientes atendidos e procedimentos realizados devidamente assinados pelo responsável da Secretaria Municipal de Saúde.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – em caso de atraso na entrega da relação dos pacientes atendidos por parte da (o) credenciada (o), ficará o pagamento da fatura correspondente, retardado proporcionalmente;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, for paralisada a prestação de serviço, o período remanescente não gerará obrigação de pagamento.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Pelos pagamentos devidos em razão da execução do serviço, responderão os recursos repassados pelo Fundo Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA QUARTA – REAJUSTES**

Os preços serão fixos e poderão ser reajustáveis conforme o previsto na legislação vigente e lei 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA**

O objeto licitado deverá ser fornecido de acordo com a solicitação da Secretaria de Saúde até sua totalidade ou parcialmente em até 12 meses, na sede da referida Secretaria.

**Parágrafo Único:** Os quantitativos de objetos são estimativos com base na análise histórica de consumo desta Secretaria e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

**CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA****DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO REGENTE****CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA obriga-se a:

- Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.
- Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula 2, desde que confirmado o recebimento do objeto licitado de acordo com as especificações do Edital.
- Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado.
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- Verificada a não-conformidade da mercadoria, do serviço, ou de algum dos produtos, o contratado deverá promover as correções

necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

g) Executar o fornecimento nas condições e nos prazos constantes até sua totalidade.

h) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

i) Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

j) Prestar os serviços objetos deste Edital após a emissão da Autorização de Fornecedor devidamente assinada pelo responsável e de acordo com as quantidades solicitadas pela Secretaria de Saúde.

k) A Contratada obrigará-se a fornecer aos pacientes (respeitada as demandas e agendamentos existentes), profissionais de saúde da Rede Municipal de Saúde e demais interessados, os recursos necessários aos seus atendimentos, dentro de suas possibilidades técnicas.

l) Responsabilizar-se pela boa manutenção dos equipamentos que compõem o serviço;

m) A contratada realizará o atendimento de acordo com o agendamento e convocação dos pacientes feitos pela Contratante, não assumindo a responsabilidade da falta de atendimento pelo não comparecimento do paciente e/ou preparo inadequado do mesmo para a realização de exames.

n) A Contratada deverá disponibilizar médicos especializados para a emissão de laudos de exames, bem como no final da execução do contrato emitir relatório com cópia dos mesmos a serem entregues na Secretaria Municipal de Saúde.

o) A Contratada ficará responsável pela manutenção dos seus equipamentos, bem como pela realização dos serviços previstos no contrato segundo prioridade e necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, respeitada a agenda a ser encaminhada por meio de endereço eletrônico em até 4 dias antes da realização dos serviços;

p) A contratada deverá ser passível de auditoria pela Secretaria Municipal de Saúde, das condições técnicas em que os serviços serão realizados;

q) Fica a contratada obrigada a fornecer à Secretaria Municipal de Saúde, relatório estatístico detalhado de 30 (trinta) em 30 (trinta) dias após o início da execução dos serviços, bem como relatório geral em até 30 (trinta) dias da finalização da execução, contendo a relação dos nomes dos pacientes e procedimentos executados;

r) Para atender ao direito de todo cidadão deverá a Contratada, em se tratando de exames, fornecer os resultados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, devendo entregá-los na Secretaria de Saúde.

s) A Contratada responsabilizar-se-á, dentro de suas dependências por cobrança indevida, feita a paciente ou a seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do objeto deste contrato;

t) Sem prejuízo do acompanhamento, fiscalização e normatização suplementar, exercidos pelo Contratado sobre a execução do objeto deste contrato, a contratada reconhece, nos termos da legislação vigente, a prerrogativa de controle e auditoria dos órgãos gestores do SUS, ficando certo que as alterações decorrentes de tais competências normativas serão objeto de termo aditivo específico, ou de notificação dirigida à Contratada;

#### A CONTRATADA AINDA SE OBRIGA A:

a) Manter atualizados os prontuários médicos e o arquivo médico, quando necessários, pelo prazo de 5 (cinco) anos, ressalvados outros prazos previstos em lei;

b) Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem pacientes para fins de experimentação;

c) Atender aos pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços;

d) Justificar aos pacientes ou aos seus representantes, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste contrato, desde que solicitadas pelo paciente, devendo referida informação constar do relatório estatísticos;

e) Esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

f) Respeitar a decisão do paciente, ao consentir ou recusar a prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

g) Garantir confidencialidade de dados e informações sobre pacientes;

h) Notificar o CONTRATADO de eventual alteração de seus atos constitutivos ou de sua diretoria, enviando-lhe, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de registro da alteração, cópia autenticada dos respectivos documentos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A contratada não poderá fazer uso, em material de divulgação de seus serviços ou dos outros meios de correlatos, da imagem e do nome do contratado público, sem que haja prévia e expressa autorização para tal fim. Sendo que o não cumprimento desta cláusula implicará em RESCISÃO imediata do CONTRATO, sem que seja necessário observar os prazos de vigência.

i) O credenciado não poderá cobrar do Município de Penha qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados;

j) Caso o credenciado não disponha de laboratório em sua estrutura própria para realização de exames laboratoriais, poderá subcontratar partes dos serviços relativos tão somente aos laboratórios para fazê-lo.

k) Permitir o acesso dos supervisores e auditores da coordenação de controle e avaliação da Secretaria Municipal de Saúde para supervisionar e acompanhar a execução da prestação dos serviços especializados do contrato.

#### CLAUSULA OITAVA - – RESPONSÁVEL PELO CONTRATO

a) Será responsável pela conferência a Secretaria de Saúde ou servidores por estes legalmente autorizados, que deverão atestar a prestação de serviços, para viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretária de Fazenda, para as providências de pagamento.

#### CLÁUSULA NONA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, no que couber:

a) alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;

b) superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;

c) interrupção da execução do contrato ou diminuir o ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;

d) aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;

e) impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e

f) omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- d) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos e/ou encargos legais após a assinatura do presente instrumento desde que, haja comprovada repercussão nos preços ora contratados para mais ou para menos, conforme o caso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESSARCIMENTO

A PREFEITURA deverá ressarcir a CONTRATADA, em caso de alteração ou extinção do contrato, desde que:

- a) a alteração unilateral por parte da PREFEITURA provoque aumento dos encargos da CONTRATADA, para que se mantenha o equilíbrio financeiro inicial;

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir o não fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado na entrega do objeto;
- e) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- f) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- h) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- k) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- l) Razões de interesse do serviço público;
- m) A supressão, por parte da PREFEITURA, das especificações acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de objetos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; e
- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 31 de Maio de 2016.

PREFEITO CONTRATADA

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES MEDICAL CENTER IMAGE RADIOLOGIA LTDA ME



TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_  
NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

### **ERRATA DE EDITAL 02 PP17/2016 - PMP**

ERRATA DE EDITAL 02

REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016 - PMP  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2016 - PMP

REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO/AMPLIAÇÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

ONDE SE LÊ:

4.0.3.3 - Lote 13- Conjuntos de iluminação com potência de 150W; 14 –Conjuntos de iluminação com potência de 250W; 15– Conjuntos de iluminação com potência de 400W; 16 - Conjuntos de iluminação especial duplo peixe (250/400W); 17 – Conjuntos de iluminação especial simples (400W)

• Atestado (s) de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado (s) no CREA e acompanhado (s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA, que a Empresa comprove a execução dos seguintes.

b) Execução de iluminação pública com fornecimento de material com quantidade mínima de 150 luminárias.

c) Atestado de utilização de software de segurança para preenchimento de APR (Análise Preliminar de Risco) e DDS ((Diálogo Diário de Segurança)

LEIA-SE:

4.0.3.3 - Lote 13- Conjuntos de iluminação com potência de 150W; 14 –Conjuntos de iluminação com potência de 250W; 15– Conjuntos de iluminação com potência de 400W; 16 - Conjuntos de iluminação especial duplo peixe (250/400W); 17 – Conjuntos de iluminação especial simples (400W)

• Atestado (s) de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado (s) no CREA e acompanhado (s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA, que a Empresa comprove a execução dos seguintes.

b) Execução de iluminação pública com fornecimento de material com quantidade mínima de 150 luminárias.

MOTIVO: Exclui-se a letra c do item 5.1.4.3, atestado de software de segurança para preenchimento de APR (Análise Preliminar de Risco) e DDS (Diálogo Diário de Segurança). Considerando que a alteração, inquestionavelmente, não afeta a formulação das propostas, ficam mantidas as datas e termos originais constantes.

Penha, 31 de maio de 2016.

Daniele S. de S. Lunge  
Secretária de Administração

### **TP06/2016 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

TOMADA DE PREÇO Nº 06/2016 - PMP

Objeto: – Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, drenagem pluvial e sinalização da Rua Espírito Santo, bairro Centro, Penha/SC, em estrita observância aos memoriais, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos em anexo. Recebimento dos Envelopes até: 16/06/2016 às 10:00horas.

Abertura do Processo: 16/06/2016 às 10:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno Santos– Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 30 de Maio de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES – Prefeito Municipal

# Peritiba

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO 14/2016 – TOMADA DE PREÇO 01/2016 - FMS**

MUNICIPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO DE LICITAÇÃO 14/2016 – TP 01/2016 - FMS

O Município de Peritiba por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666/93, cujo objeto consiste na contratação de empresas para execução de instalações elétrica, telefônica, lógica e de persianas na Unidade Sanitária Gilberto Luiz Dallegrave, e para reforma da praça da Unidade com área de intervenção de 722,65 m², construído junto a R. Sem. Nereu Ramos esquina com R. Frei Bonifácio - Centro - Peritiba – SC.

Data da Entrega dos envelopes e abertura: até as 08h45min do dia 17 de Junho 2016. O edital na integra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br/> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Dep. de Licitações do Município, F (49) 3453-1122, e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

ELIANI MORTARI

Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar Social



# Petrolândia

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 15 2016 - MOTOR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 16/2016 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016, tendo por objetivo a AQUISIÇÃO DE UM MOTOR USADO ORIGINAL, REVISADO E MONTADO, PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO SPRINTER PLACA MGY-2499, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 13/06/2016, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 01 de junho de 2016. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 189/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 189/2016.

Termo de Contrato, REFERENTE A CONFECÇÃO DE AVENTAIS PARA UNIDADE DE SAÚDE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa VL DA CRUZ COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA, autorizado através do Processo nº 144/2016, Dispensa de Licitação nº. 0087/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: VL DA CRUZ COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA

CNPJ 02.339.917/0001-40

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 702

PINHEIRO PRETO -SC

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A CONFECÇÃO DE AVENTAIS PARA UNIDADE DE SAÚDE, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão ..... : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj/Atividade...: MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EM SAÚDE SANITÁRIA

Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida

sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 24 de Maio de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO

CONTRATADA  
VL DA CRUZ COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA

#### TESTEMUNHAS:

1) .....	2) .....
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

#### CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 190/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 190/2016.

Termo de Contrato, REFERENTE A RECARGA DE EXTINTORES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa TRIANGULO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME, autorizado através do Processo nº 145/2016, Dispensa de Licitação nº. 0088/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: TRIANGULO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME  
CNPJ: 85.250.116/0001-31  
Endereço: Rua Bulcão Viana, 992, Bairro Floresta  
VIDEIRA -SC

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A RECARGA DE EXTINTORES, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o serviço no valor de R\$ 1.735,00 (um mil setecentos e trinta e cinco reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão ..... : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Proj/Atividade...: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 25 de Maio de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO

CONTRATADA  
TRIANGULO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA – ME

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....  
Nome: ..... Nome: .....  
CPF: ..... CPF: .....

#### CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 191/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
N.º: 191/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 005/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: JUCIMARA ZITTERELL SIMIONATO  
CPF n. 020.157.349-02  
Endereço: Linha São Paulinho, nº S/N  
TANGARA - SC

#### PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZÉBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado JUCIMARA ZITTERELL SIMIONATO, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 115 de 22 de junho de 2004 e pelo edital nº 005/2015.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de Profissional de Apoio I - Área II, ano letivo de 2016, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 005/2015 e Lei Complementar Municipal nº 115 de 22 de junho de 2004, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 766,64 (setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTP's na forma legal, sendo que a carga horária é de 20 horas semanais.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. O contrato vigorará da data de 23 de maio de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

Auxiliar e cooperar com professor regente, atendimento especial às crianças com maior dificuldade, limpeza corporal da criança conforme a necessidade, colaborar na organização do ambiente escolar, atendimento na hora da alimentação, participar de reuniões quando houver ajuste de horários e outros encontros que envolvam a escola, ser pontual com o horário estabelecido.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

##### 4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 – Rescisão contratual.

##### 4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério do Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 – Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 – Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. – Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 23 de maio de 2016.

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 25 de maio de 2016.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
JUCIMARA ZITTERELL SIMIONATO

#### TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

#### DECRETO Nº 4.405, DE 23 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 4.405, DE 23 DE MAIO DE 2016.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO MUNICIPAL DE ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na no art. 13 da Lei Municipal nº 1.454, de 26 de novembro de 2010, e

CONSIDERANDO a necessidade de elaboração, discussão, formulação e deliberação do plano decenal dos direitos humanos da criança e do adolescente no âmbito do Município de Pinheiro Preto,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica composta A COMISSÃO MUNICIPAL DE ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pelos seguintes membros:

- 1) Titular – Elaine Timm Duarte, Assistente Social.
- 2) Titular – Jurcelei Bertha, Assistente Social – CRAS.
- 3) Titular – Ana Paula Demori Carletto, Conselheira Tutelar.
- 4) Titular – Rosana Dos Santos, Professora.
- 5) Titular – Adineia Ferreira de Oliveira, Coordenadora de Serviços Sociais.
- 6) Titular – Tania Zanella, Psicóloga.
- 7) Titular – Barbara Ventrin Zucco, Auxiliar Administrativo.

Art. 2º As funções exercidas pelos membros desta comissão são consideradas atividades de relevante interesse social, sem direito a qualquer contrapartida.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 23 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 001/2016, CONVOCA, obedecida a ordem final de classificação, a candidata aprovada, abaixo relacionada:

IDENTIFICAÇÃO (nº do RG )	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime celetista)
------------------------------	-------------------	-----------------------------



4.928.917	Juliana Aparecida Azevedo Marcondes	Servente
-----------	--	----------

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

- formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
  - formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
  - formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
  - formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
  - Carteira de Identidade;
  - Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
  - Certificado de Reservista;
  - Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
  - Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
  - CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
  - Carteira nacional do S.U.S.;
  - Certidão de Casamento;
  - Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
  - Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
  - Carteira de Trabalho (CTPS);
  - Comprovante de conta corrente bancária;
  - comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
  - 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;
  - Documentos exigidos para cargos específicos:
- Comprovante expedida pelo conselho profissional, comprovando a inscrição e a regularidade do registro para os cargos exigidos.

A entrega da Documentação dar-se a no Setor de Recursos Humanos, sito na Av.Arthur Costa e Silva ,111, Município de Pinheiro Preto –SC, no horário das 07:30 hs as 11:30hs e das 13:30hs as 17:30hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 30 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA Nº 308, DE 25 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº 308, DE 25 DE maio DE 2016.  
HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA Fabiane Bogoni Tragancin APTA PARA exercer o emprego público de técnica em enfermagem - psf, concurso público 002/2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Laudo Médico,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Homologar o exame médico Admissional, e declarar apta para o trabalho a candidata Fabiane Bogoni Tragancin, para o emprego público de técnica em enfermagem - psf.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 25 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 231, DE 13 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA Nº 231, DE 13 DE MAIO DE 2016  
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 034/2016, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, bem como parecer da Assessoria Jurídica,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Homologa a licitação nº 034/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado à empresa MECÂNICA ATLAS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 86.547.601/0001-34 – conserto/revisão caminhão tanque, pelo preço global de R\$ 10.820,00 (dez mil oitocentos e vinte reais);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 13 DE MAIO DE 2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 305, DE 19 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA Nº 305, DE 19 DE MAIO DE 2016  
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 038/2016, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, bem como parecer da Assessoria Jurídica,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Homologa a licitação nº 038/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado à RODRIGO ZANELLA, inscrita no CPF sob n.º 018.202.689-26 no seguinte item:

Item I: Contratação de serviços técnicos profissionais na área de pedreiro, pelo preço mensal de R\$ 1.184,00 (um mil cento e oitenta e quatro reais);

Item II: Contratação de serviços técnicos profissionais na área de conserto de calçamento: não houve interessados.

Art. 2º: Determina a abertura de novo processo licitatório para concerto de calçamento.

Art. 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 19 DE MAIO DE 2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 306, DE 19 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA Nº 306, DE 19 DE MAIO DE 2016

APROVA PROJETO BÁSICO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA RUA “J” DO BAIRRO TRANQUILLO BENJAMIN GUZZI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica aprovado o projeto básico de Pavimentação com pedras irregulares na Rua "J" do Bairro Tranquilo Benjamin Guzzi, na forma dos seguintes anexos:

I – ANEXO I: Projeto Planta de Localização – Prancha 01;

II – ANEXO II: Projeto Altimétrico Geral – Prancha 02;

III – ANEXO III: Projeto Implantação Geral, Estaqueamento e Perfil Longitudinal – Prancha 03;

IV – ANEXO IV: Projeto Drenagem Geral – Prancha 04;

V – ANEXO V: Planilha Orçamentária;

VI – ANEXO VI: Memorial Descritivo da Pavimentação, Hidrológico, de Cálculo de Dimensionamento do Pavimento e Rede Pluvial.

Art. 2º Determinar à comissão de licitação o lançamento do edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 19 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 309, DE 25 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº 309, DE 25 DE maio DE 2016.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR DEJAIR RODRIGUES.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER ao servidor DEJAIR RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de operário braçal, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 02/05/2015 a 01/05/2016, cujo gozo dar-se-á no período de 30 de maio de 2016 a 28 de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de maio de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 25 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 310, DE 25 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº 310, DE 25 DE maio DE 2016.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA MARILENA SALETE PIRAN.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora MARILENA SALETE PIRAN, ocupante do cargo efetivo de Técnica em enfermagem, 15 (quinze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 01/03/2015 a 29/02/2016, cujo gozo dar-se-á no período de 30 de maio de 2016 a 13 de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeitos a partir de 30 de maio de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 25 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 311, DE 25 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº 311, DE 25 DE maio DE 2016.

NOMEIA JUCIMARA ZITTERELL SIMIONATO PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFISSIONAL de apoio I- ÁREA II.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 005/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JUCIMARA ZITTERELL SIMIONATO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 020.157.349-02, para exercer a função em caráter temporário de PROFISSIONAL de apoio i - ÁREA II, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir de 23 de maio de 2016 e término ao final do ano letivo de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de maio de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 25 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 236 DE 16 DE MAIO DE 2016**

PORTARIA Nº. 236 DE 16 DE MAIO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR ADILSON ZUCCO, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor ADILSON ZUCCO, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, nível TSO-04 Referencia "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Educação e Cultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº. 237 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 237 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA ILSE NEIS DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE SERVENTE.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora ILSE NEIS DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE, nível SEG-01 Referencia "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Educação e Cultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "D", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 238 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 238 DE 16 MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR JOAREZ PICCININ, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor JOAREZ PICCININ, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, nível TSO-04 Referencia "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Educação e Cultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "C", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 239 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 239 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR EUCLESIO JOSÉ PELICOLI, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro

de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor EUCLESIO JOSÉ PELICOLI, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, nível TSO-04 Referencia "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Educação e Cultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "D", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 240 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 240 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA MARIONICE FRITZEN, OCUPANTE DO CARGO DE SERVENTE.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora MARIONICE FRITZEN, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE, nível SEG-01 Referencia "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Educação e Cultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "C", do mesmo nível. Com

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 241 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 241 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA NADIA ZORTEA IURKEVICZ, OCUPANTE DO CARGO DE SERVENTE.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora NADIA ZORTEA IURKEVICZ, ocupante do cargo

efetivo de SERVENTE, nível SEG-01 Referencia "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Educação e Cultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "D", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 12 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 242 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 242 DE 16 DE MAIO DE 2016.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA NEILY CARMINATTI GOTTSELIG, OCUPANTE DO CARGO DE SERVENTE.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora NEILY CARMINATTI GOTTSELIG, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE, nível SEG-01 Referencia "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Educação e Cultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "D", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 243 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 243 DE 16 DE MAIO DE 2016.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA NEUZA MARIA LUPATO BONADIMAN, OCUPANTE DO CARGO DE SERVENTE.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora NEUZA MARIA LUPATO BONADIMAN, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE, nível SEG-01 Referencia "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Educação e Cultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando

para referencia "D", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 244 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 244 DE 16 DE MAIO DE 2016.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR AMILTON CIVIDINI, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor AMILTON CIVIDINI, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR, nível TSO-03 Referencia "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "D", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal 16 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 245 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 245 DE 16 DE MAIO DE 2016.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR AUGUSTINHO CARLOS LOAT, OCUPANTE DO CARGO DE VIGIA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor AUGUSTINHO CARLOS LOAT, ocupante do cargo efetivo de VIGIA, nível SEG-03 Referencia "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "D", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 246 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 246 DE 16 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR DARCI DA SILVA AZEVEDO, OCUPANTE DO CARGO DE CORTADOR DE PEDRAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor DARCI DA SILVA AZEVEDO, ocupante do cargo efetivo de CORTADOR DE PEDRAS, nível UNI-01 Referência "D", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "E", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 247 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 247 DE 16 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR DEJAIR RODRIGUES, OCUPANTE DO CARGO DE OPERARIO BRAÇAL.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor DEJAIR RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de OPERARIO BRAÇAL, nível SEG-02 Referência "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 248 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 248 DE 16 DE ABRIL DE 2016.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR GUIOMAR JARDIN FERNANDES, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE MARTELETE.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor GUIOMAR JARDIN FERNANDES, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MARTELETE, nível UNI-04 Referência "D", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "E", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 249 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 249 DE 16 DE MAIO DE 2016.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR IZIDORO IRI RUBINI, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor IZIDORO IRI RUBINI, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, nível TSO-04 Referência "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "D", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 250 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 250 DE 16 DE MAIO DE 2016..

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR JOSÉ ALDAIR DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto,

Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor JOSÉ ALDAIR DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, nível TSO-06 Referência "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 251 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 251 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR MANOEL TENÓRIO DA SILVA FILHO, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE BRITAGEM.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor MANOEL TENÓRIO DA SILVA FILHO, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE BRITAGEM, nível UNI-03 Referência "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "D", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 252 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 252 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR OSNILDO ANGELO NEIS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor OSNILDO ANGELO NEIS, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, nível TSO-04 Referência "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "D", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 253 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 253 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR PAULO EURICO LOAT, OCUPANTE DO CARGO DE VIGIA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor PAULO EURICO LOAT, ocupante do cargo efetivo de VIGIA, nível SEG-03 Referência "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "D", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 265 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 265 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR HELIO BROCARDO, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor HELIO BROCARDO, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, nível TSO-04 Referência "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Agricultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "D",



do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 266 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 266 DE 16 DE MAIO DE 2016.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR CELSO ANTONIO BURYK, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor CELSO ANTONIO BURYK, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, nível TSO-04 Referencia "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "C", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 267 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 267 DE 16 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR DERLI PIEREZAN, OCUPANTE DO CARGO DE ODONTÓLOGO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor DERLI PIEREZAN, ocupante do cargo efetivo de ODONTÓLOGO, nível ANS-05 Referencia "C", carga horária de 10 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "D", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2014.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 268 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 268 DE 16 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR JACINTO FRIEBEL, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor JACINTO FRIEBEL, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, nível TSO-04 Referencia "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Saúde e Bem estar Social, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "D", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de abril de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 269 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 269 DE 16 DE MAIO DE 2016.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDORA ELAINE TIMM DUARTE, OCUPANTE DO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora ELAINE TIMM DUARTE, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, nível ANS-01 Referencia "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "C", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 270 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº 270 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA JANETE DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho , a servidora JANETE DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo TÉCNICO EM ENFERMAGEM, nível ATM-05 Referencia "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "C", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 271 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 271 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA MADALENA APARECIDA DE BRITO, OCUPANTE DO CARGO DE OPERARIA BRAÇAL.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho , a servidora MADALENA APARECIDA DE BRITO, ocupante do cargo efetivo OPERARIA BRAÇAL, nível SEG-02 Referencia "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "D", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 272 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 272 DE 16 DE MAIO DE 2016..

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA MARIA DE LOURDES RICHETTI PIEREZAN, OCUPANTE DO CARGO DE ODONTOLOGO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto,

Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho , a servidora MARIA DE LOURDES RICHETTI PIEREZAN, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGA, nível ANS-05 Referencia "C", carga horária de 10 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "D", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 012 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 273 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 273 DE 16 DE MAIO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA SCHELEY RAAP DO NASCIMENTO, OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho , a servidora SCHELEY RAAP DO NASCIMENTO , ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, nível ANS-04 Referencia "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "C", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 274 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 274 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA SONIA TEREZINHA ZAGO MENONCIN, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora SONIA TEREZINHA ZAGO MENONCIN, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA, nível ATM-03 Referencia "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "D", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 275 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 275 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR SERGIO BURYK, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor SERGIO BURYK, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA Referencia "b", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "c", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 276 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 276 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA ROSANA MISTURINI BOGONI, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora ROSANA MISTURINI BOGONI, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referencia "C", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo

em vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação em anexo, passando para Referência "D".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
Euzébio Calisto Vieceli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 277 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 277 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR ADEMIR VARELA, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE MOTONIVELADORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor ADEMIR VARELA, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MOTONIVELADORA, nível TSO-06 Referencia "D", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referencia "E", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 278 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 278 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA VERONICE FRITZEN, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER a servidora VERONICE FRITZEN, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, referencia "D", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação em anexo, passando para Referência "E".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação



com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
Euzébio Calisto Vieira  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 279 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 279 DE 16 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA IVANIA BEAL BRESSAN, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

**RESOLVE:**

Art 1º - CONCEDER a servidora IVANIA BEAL BRESSAN, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "D", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação em anexo, passando para Referência "E".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
Euzébio Calisto Vieira  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 280 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 280 DE 16 DE MAIO DE 2016.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA LEONICE ANA CANTU PELLICOLI, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora LEONICE ANA CANTU PELLICOLI, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "C", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação em anexo, passando para Referência "D".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 18 de maio de 2016.  
Euzébio Calisto Vieira  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 281 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 281 DE 16 DE MAIO DE 2016.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA BERNARDETE PASETO FARINA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora BERNARDETE PASETO FARINA, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "D", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação em anexo, passando para Referência "E".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
Euzébio Calisto Vieira  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 282 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 282 DE 16 DE MAIO DE 2016.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA SOLANGE APARECIDA BATISTA MANICA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora SOLANGE APARECIDA BATISTA MANICA, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "D", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação em anexo, passando para Referência "E".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
Euzébio Calisto Vieira  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 283 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 283 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA ROSANA DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora ROSANA DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, referência "C", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação em anexo, passando para Referência "D".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

Euzébio Calisto Vieceli

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 284 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 284 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA ROSANIA INES ROSSATTO ZAGO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora ROSANIA INES ROSSATTO ZAGO, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "D", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação em anexo, passando para Referência "E".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

Euzébio Calisto Vieceli

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 285 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 285 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA MARTA GOTSELIG VOLPATO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista

o disposto nos arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora MARTA GOTSELIG VOLPATO, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "H", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação em anexo, passando para Referência "I".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

Euzébio Calisto Vieceli

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 286 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 286 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA JUSSARA FATIMA. TREVISOL EINSWEILER, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora JUSSARA FATIMA TREVISOL EINSWEILER, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "D", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação em anexo, passando para Referência "E".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

Euzébio Calisto Vieceli

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 287 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 287 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA ROSANGELA LIDVINA GALLAS, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora ROSANGELA LIDVINA GALLAS, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "D", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação em anexo, passando para Referência "E".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

Euzébio Calisto Vieira

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 288 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 288 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA IVONETE CERON PICCOLI, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora IVONETE CERON PICCOLI, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "D", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação em anexo, passando para Referência "E".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016

Euzébio Calisto Vieira

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 289 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 289 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA BEATRIZ APARECIDA CHERUBINI, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora BEATRIZ APARECIDA CHERUBINI, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "B", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento,

tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação em anexo, passando para Referência "C".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

Euzébio Calisto Vieira

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 290 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 290 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA VERA LUCI DE OLIVEIRA ZANELLA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora VERA LUCI DE OLIVEIRA ZANELLA, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "D", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação em anexo, passando para Referência "E".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

Euzébio Calisto Vieira

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 291 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 291 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA MARI ANGELA VOIDALESKI, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora MARI ANGELA VOIDALESKI, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "A", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação em anexo, passando para Referência "B".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
Euzébio Calisto Vieira  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 292 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 292 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA LUCIANA MENEGOLA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora LUCIANA MENEGOLA, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "A", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação em anexo, passando para Referência "B".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
Euzébio Calisto Vieira  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 293 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 293 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO AO SERVIDOR EVANDRO RABUSKE, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor EVANDRO RABUSKE, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "A", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotado na Secretaria da Educação e Cultura, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação em anexo, passando para Referência "B".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
Euzébio Calisto Vieira  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 294 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 294 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA ROSELI BALDISSERA MAZUTTI, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora ROSELI BALDISSERA MAZUTTI, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "G", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação em anexo, passando para Referência "H".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
Euzébio Calisto Vieira  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 295 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 295 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO AO SERVIDOR MAURO NEI OSMARIM, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor MAURO NEI OSMARIM, ocupante do cargo efetivo de Professor com Licenciatura Plena, Referência "B", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotado na Secretaria da Educação e Cultura, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação em anexo, passando para Referência "C".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
Euzébio Calisto Vieira  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº. 296 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 296 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA MARINEZ BEAL PARTYKA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei Complementar nº 118, de 29 de março de 2005, e de acordo com o disposto no Decreto nº 2.541, de 22 de junho de 2005,

**RESOLVE:**

Art 1º CONCEDER a servidora MARINEZ BEAL PARTYKA, ocupante do cargo efetivo de Professor com Especialização, Referência "D", carga horária de 20 horas semanais, quadro do Magistério, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, Progressão Funcional horizontal por Desempenho e Cursos de aperfeiçoamento, tendo em vista parecer final da comissão de avaliação que a considerou apta à progressão, na forma do comprovante de avaliação e termo final de avaliação em anexo, passando para Referência "E".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

Euzébio Calisto Viecelel  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 297 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 297 DE 16 DE MAIO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR GILMAR LINCK DUARTE, OCUPANTE DO CARGO DE MÉDICO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor GILMAR LINCK DUARTE, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO, nível ANS-06 Referência "B", carga horária de 10 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2014.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 254 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 254 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR PEDRO DIAS DAS NEVES, OCUPANTE DO CARGO DE

OPERADOR DE MOTONIVELADORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor PEDRO DIAS DAS NEVES, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MOTONIVELADORA, nível TSO-06 Referência "D", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "E", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 255 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 255 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR VALDIR BACH, OCUPANTE DO CARGO DE OPERÁRIO BRACAL.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor VALDIR BACH, ocupante do cargo efetivo de OPERÁRIO BRACAL, nível SEG-02 Referência "D", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "E", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de março de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 256 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 256 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR CLAUDIR ZANELLA, OCUPANTE DO CARGO DE TESOUREIRO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro

de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor CLAUDIR ZANELLA, ocupante do cargo efetivo de Tesoureiro, nível ATM-08 Referência "D", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Administração, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "E", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 257 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 257 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR ERIO PARTYKA, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICO EM CADASTRO E TRIBUTAÇÃO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor ERIO PARTYKA, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM CADASTRO E TRIBUTAÇÃO, nível ATM-09 Referência "D", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Administração, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "E", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 258 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 258 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A O SERVIDOR HADRIEL DALMOLIN, OCUPANTE DO CARGO DE FISCAL DE RENDAS, TRIBUTOS E OBRAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor HADRIEL DALMOLIN, ocupante do cargo

efetivo de FISCAL DE RENDAS, TRIBUTOS E OBRAS, nível ATM-06 Referência "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Administração, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível. c

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 259 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 259 DE 16 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA IVONETE CRISTINA SCHMIT CORDEIRO, OCUPANTE DO CARGO DE SERVENTE

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora. IVONETE CRISTINA SCHMIT CORDEIRO, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE nível SEG-01 Referência "B", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Administração, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "C", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 260 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 260 DE 16 DE MAIO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA MARIA HELENA MATTANA MARIANI, OCUPANTE DO CARGO DE ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora MARIA HELENA MATTANA MARIANI, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO, nível ATM-07 Referência "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Administração, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação



e do Termo final de Avaliação, passando para referência "D", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 261 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 261 DE 16 DE MAIO DE 2016.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR NILSON ZANELLA, OCUPANTE DO CARGO DE TESOUREIRO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor NILSON ZANELLA, ocupante do cargo efetivo de TESOUREIRO, nível ATM-08 Referência "D", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Administração, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "E", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 262 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 262 DE 16 DE MAIO DE 2016.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA SANDRA REGINA PARAVISI BRESSAN, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora SANDRA REGINA PARAVISI BRESSAN, ocupante do cargo efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, nível ATM-07 Referência "D", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Administração, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "E", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 263 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 263 DE 16 DE MAIO DE 2016  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR ALDIR RECH, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor ALDIR RECH, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, nível ATM-07 Referência "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Agricultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "D", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 264 DE 16 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA Nº. 264 DE 16 DE MAIO DE 2016.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR GILMAR PIOVESAN, OCUPANTE DO CARGO DE MÉDICO VETERINÁRIO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor GILMAR PIOVESAN, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO VETERINÁRIO, nível ANS-03 Referência "C", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Agricultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "D", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 16 de maio de 2016.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 03/2016 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AV. ARTHUR COSTA E SILVA FONE 49 3562 1556

Email: besocial@pinheiropreto.sc.gov.br

**RESOLUÇÃO Nº 03/2016**

Disciplina a Aprovação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira dos Sistema Único de Assistência Social – O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Pinheiro Preto, através de seu presidente, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 758/96 de março de 1996 e Decreto Executivo Municipal Nº 4264 de 18 de agosto de 2015. Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social, visa deliberar, fiscalizar e regulamentar as ações sociais desenvolvidas na área de Assistência Social no Município de Pinheiro Preto – SC,

**RESOLVE**

Art. 1º. Aprovar o Demonstrativo Serviços/Programas do Governo Federal; Demonstrativo da Gestão SUAS; Demonstrativo para Co-Financiamento do Governo Federal – SUAS Ano 2015 .

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto – SC, 25 de maio de 2016

Mauro Osmarin

Presidente do CMAS

**TERMO ADITIVO 024/2016**

TERMO ADITIVO 024/2016

**CONTRATO ADITADO N.º 18/2016**

Termo aditivo ao Contrato de " PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL" celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa JR SERVIÇOS DE BORRACHARIA LTDA, autorizado através do Processo n. 01/2016, Licitação nº 001/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, regime de execução integral, fornecimento parcelado, preço unitário.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: JR SERVIÇOS DE BORRACHARIA LTDA

CNPJ-MF n.º. 11.623.987/0001-17

Endereço: Rua Acesso Guilherme Mattana, s/nº Centro, Pinheiro Preto.

Representada por: JAIR RIBEIRO

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO**

Prestação de serviços de lavagem de veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO**

2.1 Fica aditado o item 08 do contrato 18/2016 a seguir:

ITENS	QTDAD	ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
08	20	Lavação completa interna e externa para camionete leve, carroceria aberta (saveiro, S10).	R\$ 40,00	R\$ 800,00

**CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS**

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 18/2016 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

3.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º), bem como o item 16.10 do edital convocatório da licitação e cláusula VII, item 7.1, do contrato ora aditado.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 16 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
JR SERVIÇOS DE BORRACHARIA LTDA

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

# Pomerode

## PREFEITURA

### 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2015 PRORROGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2015  
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 002 / 2015.

Pregão Presencial n.º 002 / 2015.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Contratado: ÁGUA DOCE LTDA - ME.

Objeto: LOCAÇÃO DE PISCINA COM AQUECIMENTO TÉRMICO, TRATAMENTO DE ÁGUA, ESCADAS DE ACESSO PARA A PRÁTICA DE HIDROGINÁSTICA PELOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE ATENDIDOS PELOS PROGRAMAS SOCIAIS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Prorrogação – 12 meses – Prazo final – 14/04/2017.

Valor inicialmente contratado permanece inalterado.

Valor mensal: R\$900,00 (novecentos reais).

Valor total contratado – 12 meses: R\$10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

Justificativa: Prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses por tratar-se de serviços executados de forma contínua, em conformidade com o disposto no artigo 57, II da Lei n.º 8.666/93 e a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 001/2015, permanecendo inalterados os valores inicialmente contratados.

Pomerode / SC, 01 de Abril de 2016.

LORAINÉ SILVEIRA AURÉLIO

Secretária de Desenvolvimento Social e Habitação

### DECRETO Nº 3.089, DE 30 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 3.089, DE 30 DE MAIO DE 2016

ALTERA DECRETO Nº 2.838 DE 1º DE ABRIL DE 2014 QUE INSTITUI A COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS – PNAFM.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, alínea "a" da lei orgânica do Município, considerando a exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para a existência de uma unidade Executora Municipal para gerir o Programa.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado o art. 2º do Decreto nº 2.838, de 1º de Abril de 2014, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º A Comissão a que alude o art. 1º deste Decreto terá a seguinte composição:

FRED DUERK WACHHOLZ - Coordenador

DAVID HERZOG - Sub-Coordenador Administrativo e Financeiro

CLAUS GRUETZMACHER - Sub-Coordenador Técnico

MARIANA BLANK STORTZ - Assessor Administrativo e Financeiro

JAIME EDUARDO JENSEN - Assessor Técnico

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 30 de Maio de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3.090 DE 31 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 3.090 DE 31 DE MAIO DE 2016

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso II, Alínea "m" da Lei Orgânica do Município de Pomerode, conjuntamente com o Presidente do Conselho do Meio Ambiente e da Cidade de Pomerode, SALVADOR RAMIRO NAVIDAD.

DECRETAM:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 3056, de 17 de fevereiro de 2016, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Fica convocada a Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades, a ser realizada na data de 04 de julho de 2016, sob a coordenação do Secretário de Planejamento e Meio Ambiente, às 8:00 hr, no Auditório da Câmara Municipal de Vereadores, sito à Avenida 21 de Janeiro, nº 1777, Centro, Pomerode/SC.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos à 17 de fevereiro de 2016.

Município de Pomerode, 31 de Maio de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

Salvador Ramiro Navidad

Presidente do CONCIDADE

### PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 035 / 2016 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO N.º 001 / 2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 005 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 035 / 2016

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO N.º 001 / 2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 005 / 2016

OBJETO: CHAMADA PÚBLICA para aquisição direta de gêneros

alimentícios para o Programa de Alimentação Escolar, através da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, de forma a complementar a merenda nas escolas e creches da rede municipal de ensino, conforme disposições constantes no edital de credenciamento e seus anexos.

INSCRIÇÕES: Pelo período de 02/06/2016 a 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: (47) 3387-7229 ou e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Edital na íntegra e demais esclarecimentos disponíveis no Setor de Licitações, no Portal do Cidadão do Município de Pomerode ou pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode / SC, 31 de Maio de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

# Porto Belo

## PREFEITURA

### **PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 018/2016 PMPB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 018/2016 PMPB

Tipo de licitação: Menor valor global;

Objeto: Aquisição de recompositor de pista usinado a quente para atender as necessidades do Município de Porto Belo, pelo período de 12 meses, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 10/06/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 10/06/2016, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 30 de maio de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal



# Porto União

## PREFEITURA

### CONVÊNIO Nº 002/2016

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

HOSPITAL DE CARIDADE SÃO BRAZ DE PORTO UNIÃO

### CONVÊNIO Nº 002/2016

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União, Estado de Santa Catarina e o Hospital de Caridade São Braz de Porto União – SC, com a finalidade de repassar recursos financeiros para auxiliar no pagamento dos Serviços Médicos Especializados de Sobreaviso.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Porto União, com sede na cidade de Porto União, Rua Padre Anchieta, 126, Centro, com registro no CNPJ sob o n.º 83.102.541/0001-58, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ANIZIO DE SOUZA, brasileiro, residente e domiciliado em Porto União – SC, na Rua Expedicionário Edmundo Arrabar, nº 2.548, portador do RG nº 325.323 – SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONVENIENTE, e de outro lado, o Hospital de Caridade São Braz, entidade Privada Filantrópica, sob forma da Lei, com registro no CNPJ nº 65.604.395/0001-94, com Estatuto arquivado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. MARIANO BORDON SOSA, paraguaio, residente e domiciliado em Porto União – SC, portador do RG nº 13004-4/SPMAF/SR/PR e CPF nº 692.522.979-87, doravante denominado CONVENIADO, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.394, de 25 de maio de 2016, respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto

O presente Convênio tem como objeto o auxílio financeiro para a prestação de serviços hospitalares de Urgência e Emergência em caráter de sobreaviso, nas especialidades médicas de pediatria, obstetrícia, clínica médica, cirurgia geral, ortopedia e anestesia, dentre outras, mediante contraprestação pecuniária pelo Conveniente.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Do Valor Mensal

O Conveniente pagará mensalmente ao Conveniado a importância de até R\$ 54.500,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos reais) para atendimento, observação e procedimentos clínicos de urgência e emergência, para a realização de consultas médicas e prestação de serviços ambulatoriais em urgência e emergência, com recursos da seguinte Dotação Orçamentária:

ORGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0213 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2106 – Média e Alta Complexidade Saúde		
MODALIDADE	3350 – 103 – Transferências a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	182	436.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		436.000,00

Parágrafo único. A entidade conveniada fica proibida de aplicar os recursos objeto deste convênio em outras despesas ordinárias, sendo exclusivos para o pagamento dos honorários médicos de sobreaviso das especialidades de pediatria, obstetrícia, clínica médica, cirurgia geral, ortopedia e anestesia, dentre outras.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do valor e Liberação dos Recursos

O CONCEDENTE repassará recursos financeiros no valor total de até R\$ 54.500,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos reais) por mês, em conta bancária de instituição financeira oficial do Município, em nome do Hospital de Caridade São Braz de Porto União – SC.

#### CLÁUSULA QUARTA – Da execução dos serviços

Os serviços ora conveniados referidos na Cláusula Primeira serão executados pelo Conveniado com sede à Rua Frei Rogério, 579, em Porto União – SC, com Alvará de Funcionamento expedido pelo órgão competente e sob a responsabilidade do Diretor Clínico.

#### CLÁUSULA QUINTA – Da assistência ambulatorial

I- a assistência ambulatorial compreende os procedimentos de média, baixa e alta complexidade, conforme a situação fática do Conveniado;  
II- as partes estabelecerão normas para definir o fluxo de atendimento, sua comprovação, a realização de exames subsequentes, o local de revisão das contas ambulatoriais e outros procedimentos necessários ao ágil relacionamento com o Conveniado e a satisfação do usuário.

#### CLÁUSULA SEXTA – Das obrigações do conveniado

Os serviços serão prestados por profissionais do estabelecimento Conveniado, sendo que eventuais alterações de especialidades não acarretará a majoração de custo.

§ 1º Para os efeitos deste Convênio consideram-se profissionais do Estabelecimento Conveniado aqueles integrantes do Corpo Clínico, conforme Regimento Interno da Entidade.

§ 2º O profissional que faz parte do Corpo Clínico do Hospital não poderá recusar-se a atender pacientes encaminhados pelo Sistema Municipal de Saúde, Bombeiros, SAMU e pacientes em situação de urgência ou emergência.

§ 3º O Conveniado se compromete ainda a:

- I- não utilizar e nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- II- atender aos pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- III- afixar aviso, em local visível, de sua condição de entidade integrante deste Convênio;
- IV- esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos, quando solicitado pelo mesmo;
- V- respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviço de saúde, este devendo fazê-lo expressamente (por escrito), salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
- VI- garantir o sigilo dos dados e informações dos pacientes;
- VII- possuir o serviço de Controle de Infecção Hospitalar em funcionamento;
- VIII- possuir Comissão de Ética Médica;
- IX- manter em local visível ao usuário, bem como, encaminhar mensalmente lista de plantão médico de sobreaviso à Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Dos compromissos do Conveniente

- I- providenciar a publicação do extrato deste Convênio no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina – DOM/SC, ou do Estado;
- II- pagar os serviços executados, nos termos da Cláusula Nona.

#### CLÁUSULA OITAVA – Dos critérios de reajuste

Os preços ora estipulados não sofrerão reajuste.

#### CLÁUSULA NONA – Da prestação de contas e das condições de pagamento

A prestação de Contas e as condições de pagamento serão feitas conforme o exposto abaixo:

- I- o conveniado apresentará mensalmente ao Conveniente, até o 30º (trigésimo) dia útil do mês de referência à prestação dos serviços, os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados a pacientes, bem como o empenho e pagamento dos honorários médicos de sobreaviso de todas as especialidades;
- II- o pagamento deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;
- III- as contas hospitalares rejeitadas pelo Conveniente serão devolvidas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas ao Conveniado para as correções cabíveis, que deverão ocorrer também no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a devolução;
- IV- ocorrendo erro ou falha nas contas por culpa do Conveniente, este garantirá ao Conveniado, o pagamento no prazo avençado neste Convênio, pelo valor do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Da denúncia

Constituem motivos para denúncia do presente Convênio pelo Conveniente o não cumprimento de qualquer de suas Cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na Lei de Licitações e Contratos (8.666/93).

Parágrafo único. Em caso de denúncia de qualquer das partes neste Convênio, e caso a interrupção dos serviços possam causar prejuízo à população, em comum acordo entre o Conveniente e Conveniado, observar-se-á o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão, mediante notificação expressa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o MUNICÍPIO e a ENTIDADE CONVENIADA, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa oficial do Município, pelo MUNICÍPIO, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da legislação aplicável à execução do convênio

A legislação aplicável à execução deste Convênio é composta pelas Leis Federais nºs 8.666/93 e 8.080/90 e Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da vigência e da prorrogação

O período de vigência do Convênio será de 8 (oito) meses, contados da data de 1º de maio de 2016, não podendo ser prorrogado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Do foro

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Porto União (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Convênio que não puderem ser resolvidas pelas partes e seus órgãos competentes.

E, por estarem justos e conveniados, de pleno acordo com as Cláusulas e condições ora fixadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Porto União (SC), 25 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARIANO BORDON SOSA  
Presidente do Hospital de  
Caridade São Braz

Testemunhas:

1.Nome: Darci Ferreira da Costa Filho  
CPF nº 353.408.789-53

2.Nome: Sofia Sydol  
CPF nº 339.610.349-15

### **EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 028/2016 - EDUCAÇÃO**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 028/2016 - EDUCAÇÃO

Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 029/2015 – EDUCAÇÃO.

Partes: Município de Porto União e Rocha e Machado Empreendimentos Ltda - EPP.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se por 30 (trinta) dias o aludido contrato superior a contar de 14/05/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 13 de maio de 2016.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 078/2016**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 078/2016 - PREFEITURA

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 113/2015

Partes: Município de Porto União e Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL**

Adita-se o valor de R\$ 351.069,60 (trezentos e cinquenta e um mil sessenta e nove reais e sessenta centavos) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 13 de maio de 2016.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 087/2016**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 087/2016 - PREFEITURA

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 088/2015

Partes: Município de Porto União e Tadeu Gonçalves Ribeiro.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA**

Prorroga-se o aludido contrato superior até dia 20 de dezembro de 2016, a contar de 21/05/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 20 de maio de 2016.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 023/2016****JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório nº 089/2016

Dispensa de Licitação n.º 023/2016

Caracterização da Situação: o Município necessita locar o imóvel sito a Rua Prudente de Moraes, nº 340, centro em Porto União, matrícula do Registro de Imóveis sob nº 1822, o qual será destinado para manutenção do projeto Valorização dos Artistas Plásticos Locais, para a exposição permanente do Acervo "Cidade Arteira" pertencente ao patrimônio público municipal, bem como de exposições itinerantes. O espaço também será utilizado como ponto de recepção turística, com distribuição de materiais de divulgação e ainda como guarda de objetos pertencentes ao coral Bento Mossurunga.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a locação de imóvel sito a Rua Prudente de Moraes, nº 340, centro em Porto União, matrícula do Registro de Imóveis sob nº 1822.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre o imóvel acima descrito, uma vez que as atividades acima citadas já se realizam no referido imóvel. Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais, até 31 de dezembro de 2016.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo de Porto União  
Unidade 0214 – Fundação Municipal de Cultura  
Atividade 2112 – manutenção Fundação de Cultura  
Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas  
Cód. 195

Complemento 33903615 – Locação de Imóveis.

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 31 de maio de 2016.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 861/2016

**LEI Nº 4.394/2016**

LEI Nº 4.394, de 25 de maio de 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio de Cooperação Financeira para a Prestação de Serviços Médicos Especializados de Sobreaviso, com o Hospital de Caridade São Braz de Porto União – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio de Cooperação Financeira para a Prestação de Serviços Médicos de Sobreaviso pelos médicos que fazem parte do corpo clínico do Hospital de Caridade São Braz, nas especialidades de pediatria, obstetrícia, clínica médica, cirurgia geral, ortopedia e anestesia, dentre outras.

Art. 2º O valor a ser repassado mensalmente pelo Município será de até R\$ 54.500,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos reais) para atendimento, observação e procedimentos clínicos de urgência e emergência.

Art. 3º A escala dos médicos poderá ser feita de comum acordo entre o corpo clínico, ressalvado ao Município e aos usuários a disponibilização mensal escala de sobreaviso.

Art. 4º Os serviços de sobreaviso deverão ser prestados 24 (vinte e quatro) horas por dia, conforme escala, independente de finais de semana e feriados, sendo assegurado à disponibilidade mínima de um médico generalista para atendimento de urgência e emergência.

Art. 5º As despesas correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

ORGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0213 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2106 – Média e Alta Complexidade Saúde		
MODALIDADE	3350 – 103 – Transferências a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	182	436.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		436.000,00

Art. 6º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial nas seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
-------------	---------------------------------------	--	--

UNIDADE	0213 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2106 – Média e Alta Complexidade Saúde		
MODALIDADE	3390 – 103 – Aplicações Diretas	183	436.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		436.000,00

Art. 7º O período de vigência do Convênio será de 08 (oito) meses, com efeitos contados de 1º de maio de 2016.

Art. 8º O hospital conveniado encaminhará mensalmente a relação dos pacientes atendidos, incluindo os procedimentos e a assinatura dos responsáveis.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 25 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 015/2016**

PORTARIA Nº 015, de 30 de maio de 2016.

Nomeia Comissão de Inquérito Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra “f” da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Disciplinar, determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e constituir a respectiva Comissão Disciplinar, encarregada de apurar possíveis responsabilidades do Servidor Público Municipal ALFREDO DE BAIRROS, ocasionada por acidente envolvendo o veículo Fiat Uno, Placas MCJ 0814, de propriedade do Município.

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, mandar cientificar/citar, desde logo, o Servidor ALFREDO DE BAIRROS, para que acompanhe todos os atos do presente processo, bem como para que, se assim desejar, constitua advogado para acompanhá-lo durante o mesmo.

Art. 3º Designar, como membros da Comissão, nos termos do Artigo 246 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994:

- I- Rodrigo Bonin Leão – Presidente;
- II- Tatiane Thonia da Luz – Secretária;
- III- Ivan Francisco Andrukiu – Membro;
- IV- Luiz Antonio de Oliveira;
- V- Alfonso Vezaro.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 30 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### 6º ADITIVO BBE TURISMO

TERMO ADITIVO Nº 06

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 158/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO E A EMPRESA BBE TURISMO LTDA ME.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Pouso Redondo, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.681/0001-26, neste ato representada por seu Prefeito Sra. Nair Goulart e de outro lado a empresa BBE TURISMO LTDA ME inscrita no CNPJ sob o nº. 75.286.377/0001-58, representada pela Sr. Luiz C. Estevão, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 158/2013, para fazer constar as seguintes alterações:

#### Cláusula Primeira- DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 06 (Seis) meses, com término em 31/12/2016.

Cláusula Segunda – Fica alterado o limite de quilometragem dia, de acordo com que segue:

#### Lote 5

Item	Unid.	Qtd/ mês	Detalhamento das Rotas
01	Km/a	4466	Centro, Pombinhas, Serra Vencida, Paleta, Trutas, Serra da Santa, Alto Pombinhas, Centro. (203 km dia), lotação mínima do veículo 40lugares.
TOTAL DO LOTE			4466 KM X R\$ 4,66 (Valor máximo por km) = R\$20.811,56

#### Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação:

2.014.3390.00 - 131 - 2016 - Manutenção do Transporte Escolar - Terceirizados 2.014.3390.00 - 191 - 2016 - Manutenção do Transporte Escolar - Terceirizados

#### Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Pouso Redondo, 24 de maio de 2016.

NAIR GOULART LUIZ C. ESTEVÃO  
MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO  
CONTRATANTE

BBE TURISMO LTDA ME.  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:  
CPF nº

Nome:  
CPF nº



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 12/05/2016

Aos doze dias do mês de maio de 2016, na Sala de Reuniões da Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sede provisória da Comissão Processante, designada pelo Decreto nº 4922, de 30 de setembro de 2015, publicada em 30 de setembro de 2015, se fizeram presentes os membros da COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: I – Membro do Cadastro Multifinalitário da Secretaria Municipal da Fazenda: Patricia Soares; II – Membro do Controle Interno do Município: Ronaldo da Rocha; III – Membro do Departamento de Arrecadação da Secretaria Municipal da Fazenda: Jonny Schmidt; IV – Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação: Ana Paula Nunes; V – Fiscal Tributário da Secretaria Municipal da Fazenda: José Luiz do Nascimento. Aberta a audiência, a Secretária fez a leitura da ata da Reunião anterior, a qual foi aprovada em unanimidade pelos membros. O Presidente solicitou a consignação em ata, de que os Membros Jaison e Luiz, não apresentaram processos para julgamento nesta Reunião. Em ato contínuo, os Relatores iniciaram a leitura dos Processos de Isenção, apresentando seus votos e, para os quais, os demais membros deveriam analisar e votar. Assim, os demais membros acompanharam o voto do Relator, tanto para os Processos DEFERIDOS, quanto para os Processos INDEFERIDOS, vejamos:

Nº DO PROCESSO	BENEFICIADO	PROCURADOR	RELATOR	VOTO
3029/2016	ANTONIA MARLEI DA SILVA	-	Ana Paula Nunes	DEFERIDO
2834/2016	EDITE FORMENTO	-	Ana Paula Nunes	DEFERIDO
2935/2016	TEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS	-	Ana Paula Nunes	INDEFERIDO
6972/2016	NERI FIGUEIREDO DOS SANTOS	-	Ana Paula Nunes	DEFERIDO
3113/2016	REJANE DA ROSA MACHADO	-	Ana Paula Nunes	DEFERIDO
2566/2016	ANA MARIA RAULINO DOS SANTOS	-	Ana Paula Nunes	INDEFERIDO
6963/2016	NAIR MOREIRA	-	Ana Paula Nunes	DEFERIDO
2150/2016	DORVALINA ANTONIA DE SOUZA	-	Ana Paula Nunes	INDEFERIDO
2839/2016	MARLENE TUBIAS	-	Ana Paula Nunes	DEFERIDO
4822/2016	VANESIA DA SILVA	-	Ana Paula Nunes	DEFERIDO
7064/2016	TEREZINHA DA SILVA CUSTODIO	-	Ana Paula Nunes	DEFERIDO
1908/2016	NADIR FIGUEIREDO	-	Ana Paula Nunes	DEFERIDO
2610/2016	SULAMITA CIMARDI	-	Ana Paula Nunes	INDEFERIDO
3208/2016	IVO BECKER	-	Ana Paula Nunes	DEFERIDO
2835/2016	TEREZINHA DE JESUS VARELA	-	Ana Paula Nunes	DEFERIDO
2827/2016	LINO STAPPAZZOLI	-	Ana Paula Nunes	DEFERIDO
300/2016	JOAO COELHO DE OLIVEIRA	-	Ronaldo da Rocha	INDEFERIDO
1563/2016	EVANILDA MARIA SCHLEMPER CUNHA	-	Ronaldo da Rocha	INDEFERIDO
1093/2016	OLINDA SCHWAMBACH CUNHA	-	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
394/2016	BLANDINA FACHINI	-	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
1568/2016	IVONE ATANASIO DOS SANTOS	-	Ronaldo da Rocha	INDEFERIDO
2559/2016	ROBERTO FREDERICO CAYE	-	Ronaldo da Rocha	INDEFERIDO
933/2016	ZELI DOMINCA DE SOUZA	-	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
457/2016	LUIZ SALLA NETO	-	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
2855/2016	INGRID LAGUNA	-	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
1083/2016	VALMIR LUIZ DELAGIUSTINA	-	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
1409/2016	JOSE ALCIDES FERMINO	-	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
358/2016	ORLANDINA LIMAS	-	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
419/2016	FRANCISCO ESSER	-	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
459/2016	OLGA DELLAGIUSTINA	-	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
1721/2016	FRANCISCO MOMM	-	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
2278/2016	MARIA SALES ESPINDOLA	-	Jonny Schmidt	DEFERIDO
2939/2016	FABIO JACOBMOSSI MACIEL	-	Jonny Schmidt	DEFERIDO
2152/2016	VALMOR PEDRO DA SILVA	-	Jonny Schmidt	DEFERIDO
2502/2016	ELI TERESINHA SOEIRA DEMARCH	-	Jonny Schmidt	DEFERIDO
243/2016	MARIO LUIZ CRUZ	-	Jonny Schmidt	DEFERIDO
241/2016	PAULO DEPINE	-	Jonny Schmidt	DEFERIDO
335/2016	JOAO ZEFERINO	-	Jonny Schmidt	DEFERIDO
1366/2016	ODILIA NARDELLI	-	Jonny Schmidt	DEFERIDO
247/2016	SUELI MARIA ANTUNES	-	Jonny Schmidt	DEFERIDO
2590/2016	ALBERTINA GONÇALVES	-	Jonny Schmidt	INDEFERIDO
2763/2016	ROSALIA HOFFMANN	-	Jonny Schmidt	INDEFERIDO

2431/2016	ROSEMARI VINCK BUZZ	-	Jonny Schmidt	DEFERIDO
4427/2016	BERTOLDO BENJAMIN	-	Jonny Schmidt	DEFERIDO
2130/2016	DARCI VOLTOLINI	-	Jonny Schmidt	DEFERIDO

Findo a leitura dos Processos, o Presidente solicitou que a Secretária providencie a Notificação dos Processos Indeferidos. Na sequência, houve a entrega de novos Processos de Isenção, por parte dos Relatores, à Secretária, restando ao Presidente agendar uma Reunião para Julgamento desses novos Processos, ficando a mesma, marcada para o dia 02 de junho de 2016, às 9h, na Sala da Procuradoria Municipal. Os Processos entregues nesta data foram:

Nº DO PROCESSO	BENEFICIADO	RELATOR
2701/2016	PAULO AMAURY DE SOUZA	JONNY SCHMIDT
7054/2016-	HANELOURA HOLDORF	JONNY SCHMIDT
2193/2016	ILSA JURASZEK	JONNY SCHMIDT
6931/2016	NAIR MARCILIO	JONNY SCHMIDT
527/2016	BELMIRO JOAO DA CRUZ	JONNY SCHMIDT
1144/2016	AUGUSTINHO BERNARDINO DE ANDRADE	JONNY SCHMIDT
1146/2016	SILVANA APARECIDA ANDRADE	JONNY SCHMIDT
1475/2016	SILDA BRANGER SILVEIRA	JONNY SCHMIDT
813/2016	SIDONIA BECKER MARZZANI	JONNY SCHMIDT
256/2016	DENISE APARECIDA RAMOS	JONNY SCHMIDT
1249/2016	JULITA HENKEL	JONNY SCHMIDT
249/2016	ADEMAR HILBERT	JONNY SCHMIDT
936/2016	ANA SERAFIM	JONNY SCHMIDT
1870/2016	CORNELIO GALDINO PEDROSO	JONNY SCHMIDT
1433/2016	JOSE SILVINO BAUER	JONNY SCHMIDT
353/2016	VALDIR PURIM	JONNY SCHMIDT
600/2016	ANITA SANTIAGO DAMASIO	JONNY SCHMIDT
2520/2016	ANTONIO PEDROSO	JONNY SCHMIDT
2021/2016	ARLINDO LEMKE	JONNY SCHMIDT
2945/2016	ALDO BITTENCOURT	JONNY SCHMIDT
1299/2016	ANILTON BRAND	JONNY SCHMIDT
1289/2016	MARCELO ALVES GOUVEIA	JONNY SCHMIDT
543/2016	ARY DOS SANTOS	JONNY SCHMIDT
3119/2016	DOBRANDINA MALKOWSKI	JONNY SCHMIDT
2271/2016	IRENE LANA GORGES	JONNY SCHMIDT
344/2016	MARIA LUCIA FAUSTO	RONALDO DA ROCHA
1727/2016	JOSE JURACY KNOPF	RONALDO DA ROCHA
954/2016	BONIFACIO ROPELATO	RONALDO DA ROCHA
454/2016	IRENE CORREA	RONALDO DA ROCHA
995/2016	CECILIA BIANCATO BASILIO	RONALDO DA ROCHA
920/2016	BERTOLINO GUILHERME WEISS	RONALDO DA ROCHA
1381/2016	RONALD STREY	RONALDO DA ROCHA
545/2016	MARCOS ROBERTO CORREIA	RONALDO DA ROCHA
6941/2016	ALMIRA LIMAS	RONALDO DA ROCHA
441/2016	INES PALHANO DE OLIVEIRA	RONALDO DA ROCHA
6975/2016	ANA MARIA BREHMER	RONALDO DA ROCHA
1161/2016	PEDRO BERNARDINO SERAPHIM	RONALDO DA ROCHA
2374/2016	MARILI DE OLIVEIRA	RONALDO DA ROCHA
2121/2016	HILDA LIPPMANN	RONALDO DA ROCHA
532/2016	RENALDO LAMEGO	RONALDO DA ROCHA
985/2016	ERASMO EVERALDO NIESS MULLER	RONALDO DA ROCHA
2363/2016	EMILIANO JOAO FELISBINO	RONALDO DA ROCHA
2547/2016	VALBURGA BEKHAUSER MARTINS	RONALDO DA ROCHA
2317/2016	MARIA LUCIA DE OLIVEIRA	RONALDO DA ROCHA
2348/2016	CARMEN DE SOUZA LIMA	RONALDO DA ROCHA
416/2016	ROSANGELA MARIA WALCANAIA	RONALDO DA ROCHA
3102/2016	ROSELI APARECIDA BUENO	ANA PAULA NUNES
2365/2016	MARLENE MORAES	ANA PAULA NUNES
7121/2016	VANIA DE FATIMA CARDOZO	ANA PAULA NUNES
7014/2016	OLGA APARECIDA FLORIANO	ANA PAULA NUNES
7102/2016	ROSELI BECKER	ANA PAULA NUNES
2719/2016	SIMONE BUTTNER	ANA PAULA NUNES
3115/2016	MARIA LUCIA PADILHA	ANA PAULA NUNES
2983/2016	MARIJANE BALDA SSAR	ANA PAULA NUNES

4293/2016	IVONETE ROZA	ANA PAULA NUNES
7066/2016	TEREZINHA VANDERLINDE	ANA PAULA NUNES
2702/2016	CLARA MARIA C. LUDVECH	ANA PAULA NUNES
2845/2016	JANIRIA JACQUES	ANA PAULA NUNES
2639/2016	ADERLE ALVES DE OLIVEIRA	ANA PAULA NUNES
3061/2016	IDALINA BATISTI	ANA PAULA NUNES

Após a entrega dos Protocolos à Secretária, o Presidente, na qualidade de RELATOR, solicitou juntada em ata, de um documento elaborado pelo próprio, em data de 13 de maio de 2016, o qual solicita o cancelamento da guia de pagamento do IPTU 2016, emitida ao contribuinte JOSE HENRIQUE KUHNEN, acerca do processo de isenção de número 2450/2016, qual seja: "Informa-se que o Contribuinte, após ter recebido o Ofício de indeferimento, datado de 15 de março de 2016, o qual indeferiu o pedido de isenção, procurou a Secretaria da Fazenda, e solicitou uma nova vistoria, posto que as informações coletadas no local em data anterior, não condiziam com a realidade. Dessa forma, o Relator do processo realizou nova vistoria, e verificou que realmente não existe no local atividade comercial sendo desenvolvida. Assim sendo, como este interregno foi emitida guia complementar para o Contribuinte, para pagamento do IPTU, Requer-se o cancelamento do Documento de Arrecadação Municipal que efetuou o complemento.". Ainda, o Membro Jonny, apresentou para discussão da Comissão, o Protocolo Municipal de número 157279/2016, no qual é requerente o Sr. Rogério Coelho, processo este, oriundo da Secretaria da Agricultura, para o Departamento de Arrecadação. Na continuidade, expôs para a Comissão o parecer da Secretaria da Agricultura, senão vejamos: "04/03/2016: A parte da frente e nos fundos do terreno está com mata nativa. A propriedade tem alguns animais como galinhas poedeiras e cabritos para corte. Há uma pequena plantação com aipim e milho.". Após analisar o parecer exarado pela Secretaria da Agricultura e os documentos apresentados em processo (+nota de produtor rural), a Comissão foi unânime no seguinte parecer: Os documentos apresentados são insuficientes para análise e concessão do pleito (Isenção de imóvel urbano com características rurais). Deve-se solicitar levantamento planialtimétrico a fins de descrição da topografia, área de preservação permanente e/ou não edificante, bem como, certidão do INSS que ateste ou não o recolhimento ou recebimento do benefício, referente a pessoa do Requerente e sua esposa, caso esteja casado ou em união estável. Por conseguinte, o Presidente retornará o Processo ao Departamento de Arrecadação, para que os membros Jonny e Luiz, elaborem parecer e Ofício resposta ao requerente, conforme decisão da Comissão. Encerrada a sessão.

Ronaldo da Rocha  
Presidente da Comissão

Patricia Soares    José Luiz do Nascimento    Ana Paula Nunes    Jonny Schmidt

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 048/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 048/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2016

INTERESSADO: SECRETARIAS MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA, SAÚDE E EDUCAÇÃO.

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezesseis (2016), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, e a empresa Daten Tecnologia Ltda., inscrita com o CNPJ sob o nº 04.602.789/0001-01, com sede a Rodovia Ilhéus Uruçuca, km 3,5, s/nº, Galpão Distrito Industrial, Ilhéus, Estado da Bahia, CEP 45.658-335, por seu representante legal, Sr José Pacheco de Oliveira Júnior, portador do RG nº 1.745.693-27, SSP/BA, inscrita no CPF sob o nº 240.115.505-82, acordam proceder, nos termos do edital de Pregão Presencial nº 024/2016, em epígrafe, ao Registro de Preços para compra de equipamentos de informática, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 352519 - DATEN TECNOLOGIA LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	Notebook: Memória 8GB, Tela LED 15.6, 3 portas USB, Processador X64 com 2 Núcleos, HD 500 GB, Windows 10 PRO 64-BIT, Wireless, Ethernet 100/1000 e Mouse. Especificações seguem conforme Termo de Referência, anexo ao Edital de Licitação.	U	DATEN	8	R\$4.900,00	R\$39.200,00
Total do Fornecedor:						R\$39.200,00
Total Geral dos Itens:						R\$39.200,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

DATEN TECNOLOGIA LTDA  
Procurador

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 048/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 049/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2016

INTERESSADO: SECRETARIAS MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA, SAÚDE E EDUCAÇÃO.

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezesseis (2016), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, e a empresa Provill Informática Ltda., inscrita com o CNPJ sob o nº 74.011.974/0001-07, com sede a Rua João Pessoa, 924, Santo Antônio, Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP 89.218-200, por seu representante legal, Sr. Tarcísio Antonello, portador do RG nº 966.856, SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 298.452.039-49, acordam proceder, nos termos do edital de Pregão Presencial nº 024/2016, em epígrafe, ao Registro de Preços para compra de equipamentos de informática, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 31588131 - PROVILL INFORMATICA LTDA ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Microcomputador - Desktop: Memória de 8GB, Processador 4 núcleos, HD 500GB, Unidade de DVD-RW, Monitor LCD/LED 20 polegadas, Windows 10 PRO 64-BIT, Ethernet 100/1000, Wireless, Mouse, Teclado e 4 portas USB. Especificações seguem conforme Termo de Referência, anexado ao Edital de Licitação.	U	DELL	144	R\$4.875,00	R\$702.000,00
Total do Fornecedor:						R\$702.000,00
Total Geral dos Itens:						R\$702.000,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

PROVILLE INFORMÁTICA LTDA  
Procurador

**DECRETO Nº 5286, DE 06 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº 5286, de 06 de maio de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016 FMS, DE 07.04.2016".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Pregão Presencial nº 06/2016 de 07.04.16 FMS, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- ESPOMAK COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP;

- M SCHMITT COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
06 de maio de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE  
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 5286/2016

Pregão Presencial nº 06/2016, de 07.04.16 FMS

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE RELOGIOS PONTOS PARA REGISTRO DE PONTO DOS SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Participantes:

- ESPOMAK COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP;
- M. SCHITT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA;
- VELTI TECNOLOGIA EM SISTEMAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- ESPOMAK COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP;
- M SCHMITT COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA.

#### **DECRETO Nº 5304, DE 20 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº 5304, de 20 de maio de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2016, DE 10.05.2016".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Pregão Presencial nº 041/2016 de 10.05.2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
20 de maio de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 5304/2016  
Pregão Presencial nº 041/2016 de 10.05.2016

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE VACINAS ANTI INFLUENZA TRIVALENTE, COMPREENDENDO A APLICAÇÃO E ARMAZENAMENTO, PARA OS FUNCIONÁRIOS DA MUNICIPALIDADE.

Participante:

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI



**DECRETO Nº 5310, DE 25 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº 5310, de 25 de maio de 2016.

"CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE AO Sr. HAROLDO SWAROWSKI".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o dispositivo no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015; no art. 4º da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015; artigo 19 do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea "a" do artigo 40 da Constituição Federal.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria por idade ao Sr. Haroldo Swarowski, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 349.295-8 e CPF nº 094.939.309-63, domiciliado e residente na Rua Gustavo Hasse, 1268, Bairro Bela Aliança, em Rio do Sul – SC, no cargo de Motorista de caminhão, nível E-1, com proventos integrais, sem paridade, a partir de 01 de Junho de 2016.

Art. 2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no com o dispositivo no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015; no art. 4º da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015; artigo 19 do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea "a" do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 3º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

25 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretaria Municipal de Administração

**DECRETO Nº 5311, DE 25 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº 5311, de 25 de maio de 2016.

"CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. CELESTINA LAURETE".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria por tempo de contribuição – especial de magistério a Celestina Laurete, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 2.074.255-0, CPF nº 638.779.539-72, domiciliada e residente na Rua Expedicionário Aleandro Stedille, s/nº, Bairro Itoupava, em Rio do Sul – SC, no cargo de Professor, nível 3, classe D, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de junho de 2016.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 3º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º

do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

25 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretaria Municipal de Administração

**DECRETO Nº 5312, DE 25 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº 5312, de 25 de maio de 2016.

"CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. ELENISE MARIA BEBER CASATTI".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria por tempo de contribuição – especial de magistério a Elenise Maria Beber Casatti, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1.678.377, CPF nº 551.029.999-15, domiciliada e residente na Rua Santo Finardi, 05, Cond. Jaimir Casatti, Bairro Barra do Trombudo, no cargo de Professor, nível 3, classe E, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de junho de 2016.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 3º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

25 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretaria Municipal de Administração

**DECRETO Nº 5313, DE 25 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº 5313, de 25 de maio de 2016.

"CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SR. OLEGÁRIO DAROLT".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19



e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e artigo 6º inciso I a IV da Emenda Constitucional nº 41/2003.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria voluntária por tempo de contribuição ao servidor público Sr. Olegario Darolt, brasileiro, casado, Cédula de Identidade nº 526.858 e CPF nº 419.349.469-15, domiciliado e residente na Rua Justina de Barba Ledra, 435, bairro Santana, em Rio do Sul/SC, no cargo de Operador de Equipamentos, nível E, classe 1 com proventos integrais com paridade a partir de 01 de Junho de 2016.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 3º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119, de 21/03/2002 e artigo 6º inciso I a IV da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

25 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretaria Municipal de Administração

### DECRETO Nº 5314, DE 25 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 5314, de 25 de maio de 2016.

“CONCEDE APOSENTADORIA AO Sr. LUIZ DIAZIR ROSA”.

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria voluntária por tempo de contribuição ao servidor público Luiz Diazir Rosa, brasileiro, casado, Cédula de Identidade nº 801.503-1 e CPF nº 310.353.539-20, domiciliado e residente na Estrada das Madeiras, s/n, Bairro Barragem, Rio do Sul/SC, no cargo de Operador de Equipamentos, nível E-1 com proventos integrais, com paridade a partir de 01 de junho de 2016.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 3º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

25 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretaria Municipal de Administração

### DECRETO Nº 5315, DE 25 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 5315, de 25 de maio de 2016.

“CONCEDE APOSENTADORIA AO Sr. OSVALDO DE MATTOS”.

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria voluntária por tempo de contribuição ao servidor público Sr. Osvaldo de Mattos, brasileiro, casado, Cédula de Identidade nº 625.507-8 e CPF nº 311.737.649-68, domiciliado e residente na Rua Patrício Noveletto, 121, bairro Barra do Trombudo, Rio do Sul/SC, no cargo de Operador de Equipamentos, nível E-1 com proventos integrais, com paridade a partir de 01 de junho de 2016.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 3º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119, de 21/03/2002 e artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

25 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretaria Municipal de Administração

### DECRETO Nº 5316, DE 25 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 5316, de 25 de maio de 2016.

“CONCEDE APOSENTADORIA AO SR. WALDEMAR PAULO DOS SANTOS”.

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria voluntária por tempo de contribuição ao servidor público Waldemar Paulo dos Santos, brasileiro, solteiro, Cédula de Identidade nº 1.221.250-4 e CPF nº 547.899.589-49, domiciliado e residente na Rua Chapecó, 70, bairro Boa Vista, Rio do Sul/SC, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível A-1 com proventos integrais, com paridade a partir de 01 de junho de 2016.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 3º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
25 de maio de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretaria Municipal de Administração

### **DECRETO Nº 5317, DE 25 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº 5317, de 25 de maio de 2016.

"CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. ERONDINA MARCHI".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 6º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria por tempo de contribuição - especial de magistério a Erondina Marchi, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1.891.728, CPF nº 575.998.409-82, domiciliada e residente na Rua Eugênio Marchi, 32, Bairro Santa Rita, em Rio do Sul/SC, no cargo de Professor, nível 3, classe D, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de junho de 2016.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 3º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119, de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
25 de maio de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretaria Municipal de Administração

### **DECRETO Nº 5319, DE 25 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº 5319, de 25 de maio de 2016.

"CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE A Sra. IRONI BICHOFF".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o dispositivo no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015; no art. 4º da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015; artigo 19 do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea "a" do artigo 40 da Constituição Federal.

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria por idade a Sra. Ironi Bichoff, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade nº 1006336596 – SSP/RS, e CPF nº 306.876.160-34, domiciliada e residente na Rua Humaitá, 76, Bairro Boa Vista, em Rio do Sul – SC, no cargo de Técnico de Enfermagem, nível F-1, com proventos integrais, sem paridade, a partir de 01 de Junho de 2016.

Art. 2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no com o dispositivo no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015; no art. 4º da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015; artigo 19 do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea "a" do artigo 40 da Constituição Federal

Art. 3º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
25 de maio de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretaria Municipal de Administração

### **DECRETO Nº 5320, DE 30 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº 5320, de 30 de maio de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 043/2016".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 5042, de 01 de dezembro de 2015, o resultado da Carta Convite nº 043/2016, de 13 de maio de 2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- CERVALE SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
30 de maio de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

JEAN DOUGLAS SENEM  
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos.  
ANEXO AO DECRETO Nº 5320/2016

Carta Convite nº 043/2016 de 13.05.2016.

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e material para manutenção, instalação de iluminação públicas em diversos logradouros do município de Rio do Sul, com fornecimento de serviços e materiais.

Empresas Convidadas:

- MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA;  
- CERVALE SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA;  
- NEMA ELETROTÉCNICA LTDA;  
- SEMATEL SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço global a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- CERVALE SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA.

### **DECRETO Nº 5321, DE 30 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº 5321, de 30 de maio de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2016".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01.12.15 o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 036/2016, de 03 de maio de 2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitantes-:

- PANIFICADORA COELHO NETO LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
30 de maio de 2016.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 5321/2016

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 036/2016, de 03.05.16.

Objeto da Licitação: Registro de preços para eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios para compor os coffes breaks durante as capacitações de funcionários da Prefeitura. Divisão de recursos humanos. Secretaria Municipal de Administração.

Participante:

- PANIFICADORA COELHO NETO LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- PANIFICADORA COELHO NETO LTDA.

**DECRETO Nº 5322, DE 31 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº 5322, de 31 de maio de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/15.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 659.180,40 (seiscentos e cinquenta e nove mil, cento e oitenta reais e quarenta centavos), por conta da tendência de excesso de arrecadação referente ao Programa de Aceleração do Crescimento, PAC 2, através da Caixa Econômica Federal, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul.

:

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
1.120	Pac 2 – Segunda Fase		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01830000	Operações de Crédito	R\$	659.180,40
	TOTAL	R\$	659.180,40

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

31 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**EDINEIA ROHLING NEUMANN - 7º TERMO ADITIVO**

**7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 240/2015, firmado em 13/02/2015, com término previsto para 09/05/2016.**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDINEIA ROHLING NEUMANN, portador(a) do CPF nº 048.941.309-98, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 240/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 240/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/05/2016 e encerrando-se em 22/05/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/05/2016.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	EDINEIA ROHLING NEUMANN Contratado(a)
Testemunhas:	
Nome: CPF:	Nome: CPF:

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 046/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 046/2016

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução de pavimentação de ligação intermunicipal Presidente Getúlio/Rio do Sul trecho Rio do Sul, com fornecimento de materiais e serviços, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 08:00 horas do dia 30 de junho de 2016, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 08:00 horas do dia 30 de junho de 2016, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 30 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

NICANOR GABRIEL ALEGRI

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

## **EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/16**

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/16.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Cater Alexandre Neckel	xxx.517.029-xx	154100
Edu Ferreira Reis	xxx.664.529-xx	157843
Elisabete Souza Branco	xxx.709.589-xx	157689
Lucil Nutrimentos Agroveterinários Ltda	xx.632.514/0001-xx	156342
Taylana de Borba	xxx.054.759-xx	152765

Rio do Sul, 31 de Maio de 2016

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

JAMES OCÁCIO PRUST

Secretário Municipal da Fazenda

## **Portaria n.º 0643/2016**

PORTARIA Nº 0643/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, nos termos do Protocolo nº 159278/2016, Complementação dos Proventos e Aposentadoria, ao(a) servidor(a) HONORATO GALKOWKI, o qual aposentou-se pelo Regime Geral de Previdência - INSS, desligando-se desta municipalidade em 02/04/2016, de acordo com o Art. 1º da Lei Complementar n.º 081 de 30/04/2002.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir da data do seu desligamento.

Rio do Sul, 30 de maio de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JOT

## **PORTARIA Nº 0644/RH**

PORTARIA N. 0644/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, para a partir de 01/06/2016, a servidora MARGARETE FRANZ, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor (40h), para atuar como Diretora de Unidade Educacional de "Médio Porte" da Rede Pública Municipal – Centro Educacional Roberto Machado. E



pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 45% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de maio de 2016.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Csvf

### **PORTARIA Nº 0645/RH**

PORTARIA N. 0645/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar, para a partir de 01/06/2016, a servidora GREICE APARECIDA DA CONCEIÇÃO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor (40h), para atuar como Diretora de Unidade Educacional de "Grande Porte" da Rede Pública Municipal – Centro Educacional Ricardo Marchi. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 60% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de maio de 2016.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Csvf

### **PORTARIA Nº 0646/RH**

PORTARIA Nº. 0646/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/06/2016, o servidor NATANAEL ANDERSON DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, nível "E", lotado no Gabinete do Prefeito - Departamento da Defesa Civil, em conformidade com o pedido do Gabinete do Prefeito, devido a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e do Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de maio de 2016.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Csvf

### **PORTARIA Nº 0647/RH**

PORTARIA N. 0647/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar, para a partir de 01/06/2016, a servidora LUCIANE CAVILHA MENDES, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor (40h), para atuar como Diretora de Unidade Educacional de "Médio Porte" da Rede Pública Municipal – Centro de Educação Infantil Ilse



Soldatelli. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 45% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

## **RESUMO DO CONTRATO 043/2016**

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 043/2016

Tomada de Preços nº 014/2016

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Apoio Serviços de Manutenção Ltda - ME

Objeto: execução de 34 (trinta e quatro) abrigos de passageiros em diversos locais de Rio do Sul, Lote 01

Valor: R\$ 196.878,50 (cento e noventa e seis mil e oitocentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: até 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 18 de abril de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

## **TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - DANUBIA KASSALLA TOMASONI GIACOMOZZI ROCHA**

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) DANUBIA KASSALLA TOMASONI GIACOMOZZI ROCHA, nomeado (a) pela Portaria n. 0546/RH, de 11/05/2016, publicada no DOM na data de 13/05/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 01/06/2016.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 25 de maio de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

## **TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - LUCIANA MARA BARBOSA**

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) LUCIANA MARA BARBOSA, nomeado (a) pela Portaria n. 0414/RH, de 11/04/2016, publicada no DOM na data de 02/05/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor – Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do

cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 06/06/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 25 de maio de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

### **TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - CAMILA BORBA**

#### **TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) CAMILA BORBA, nomeado (a) pela Portaria n. 0534/RH, de 11/05/2016, publicada no DOM na data de 13/05/2016, para exercer o cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Nível F, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 07/06/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 31 de maio de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

### **TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - LUCIANA BACKES**

#### **TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) LUCIANA BACKES, nomeado (a) pela Portaria n. 0389/RH, de 05/04/2016, publicada no DOM na data de 12/04/2016, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, Nível A, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 01/06/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 25 de maio de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

### **TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - LUCIO BRANGER**

#### **TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) LUCIO BRANGER, nomeado (a) pela Portaria n. 0548/RH, de 11/05/2016, publicada no DOM na data

de 13/05/2016, para exercer o cargo efetivo de Agente Administrativo, Nível E, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 01/06/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 25 de maio de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

---

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

---

### 1º EDITAL DE ALTERAÇÃO

#### 1º EDITAL DE ALTERAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, torna público que está retificando o Edital da Licitação denominada PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016, cujo objeto é o Registro de Preços para "Aquisição de equipamentos e mobiliário em geral para Unidade de Pronto Atendimento (UPA) atendida pela Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul", pelo período de 12 (doze) meses; que será realizado no dia 03/06/2016 às 08:30 min a realizar-se na sede da Prefeitura Municipal de Rio do Sul – SC sito a Praça 25 de Julho, nº1, em conformidade com a Lei Federal 8666/93, 10.520/02, com os Decreto Municipal nº 237/06; altera os seguintes itens, como segue:

#### I. ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES:

Onde lê:

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30 horas do dia 06/06/2016.

Leia – se:

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 08:30 horas do dia 06/06/2016.

#### II. ALTERAÇÃO DESCRITIVO ITEM 105

Onde lê:

Rx de alta frequência: com painel de controle do operador com membrana, display de cristal líquido com backlight e mensagens de status do equipamento e indicações de kv, ma, mas e tempo (seg.); software para controle e armazenamento de valores de kv, ma, postos de trabalho e quantidade de exposição; programa anatômico com teclas de seleção de campo, contraste e densidade para exposímetro automática (opcional) e parametros radiográficos; ajuste de mas de 1400 mas em 24 passos: de 25 a 120kv em passos de 1kv; ajuste de ma de 50 e 100 ma em foco fino e 200, 300 e 500 ma em foco grosso com mudança automática de foco; indicação luminosa e sonoro de raios-x; gerador: potência de 50kw (500ma/100kv ou 300ma/120kv); alta frequência em 20khz com técnica de pwm, para controle dinâmico de tensão; circuito eletrônico de compensação automático de rede; circuito eletrônico de proteção de falha de filamento, falha de ânodo, excesso de técnica, falha de bucky. Falha de rede, falha de comunicação, falha de chaveamento e proteção térmica mesa de exames radiológico: tampo flutuante, 100% rádio transparente em material de baixa absorção; deslocamento do bucky em toda extensão da base de mesa, sistema de bucky com grande oscilante; bucky com grade difusora razão 150 linhas; bandeja em aço inoxidável decen-tralizante para chassi de 13x18 até 35x43cm; trilhos em aço inoxidável para acoplamento de faixas compressoras: freios magnéticos para os movimentos longitudinal e transversal; freios magnéticos para movimento de rotação da cúpula do tubo de raios-x; estativa porta tubo (acoplada à mesa); estativa por tubo acoplada à mesa; angulação do tubo raios-x, para projeção oblíquas bem como, para radiografias no bucky vertical; braço porta tubo resistente; freis eletromagnéticos de todos os movimentos; unidade selada: emissor de raios-x com cúpula de projeção isolada e refrigerada a óleo tratado à vácuo; tubo de raios-x de anodo giratório de tungstênio de 90mm de diâmetro, 3.200rpm para tensão de 125kv; dois focos de 1,0 e 2,0mm com potência nominal de operação de 20kw foco fino e 40kw e foco grosso; capacidade térmica total do anodo de 150.000hu, conforme norma iec 601-13 e normal iec 526; diafragma para expansão e contração do óleo em ampla faixa de temperatura; filtragem inerente 2mm de alumínio. Colimador luminoso. Colimador luminoso, com proteção para até 150kv; rotação de 360 graus; lâmpada halógena de 50w; sistema de trilhos para instalação de cone radiológico; indicação luminosa de orientação do feixe de raios; time eletrônico para desligamento automático da lâmpada. Angulador (goniômetro): goniômetro indicador de ângulos de exposição com iluminação; chave de acionamento dos freios eletromagnéticos, sistema de integração elétrica. Cabos de alta tensão: par de

cabos flexíveis medindo 6m. Com isolamento para 150kv; proteção com blindagem em malha de cobre; terminais de alta tensão tipo federal standard. Mural bucky: mural bucky, contrabalançado com porta chassi de amplo deslocamento vertical fixado por meio de freios; potter bucky embutido com bandeja porta chassi em aço inox para filmes de 13x18cm até 35x43cm em ambos os lados; grade antidifusora, oscilante com razão 150 linhas.

Leia – se:

Aparelho de Raios – X - Digital, fixo com estativa de chão ou tipo pêndulo, com um detector digital de imagens Tipo DR – Radiografia Direta. Comando Gerador de no mínimo 630mA; Regulagem de Tensão mínima de 40 kV a 125 kV; Tempo mínimo de exposição regulável 0,04 a 3,0 segundos; Indicação digital de no mínimo kV e mAs; Coluna de porta tubo de chão ou pendular; Cúpula com tubo de raios – x de anodo giratório; Gerador micro processado; Alimentação do filamento do tubo em alta frequência; colimador luminoso com timer; o equipamento deve possuir dois estágios, ou seja um para preparo e outro para emissão dos raios-x. Deve possuir circuitos de segurança para sobrecarga no tubo; falha de filamento no tubo; rotação do anodo no tubo; proteção térmica selada. Deve possuir mesa radio transparente com rodízios e travas ou mesa fixa com tampo flutuante. O tampo deve ser construído em material não transparente, sem reentrâncias para evitar acúmulo de sujeira e facilitar a limpeza e descontaminação. A capacidade de carga deve ser de, no mínimo 150kg. Detector Digital de Raios – X do tipo DR, utilizando tecnologia CCD ou Flat Panel com cintilador tipo CSI- iodeto de cério para redução de doses de Raios – X com transmissão de imagem instantânea sem a necessidade de escaneamento ou revelação de cassete. Área de detecção, no mínimo 35 x 40cm. A imagem gerada no detector deve ser transmitida através de cabo de rede (ethernet RJ45), USB ou Wireless. A imagem deve ser gerada e transmitida em, no máximo 10 segundos e formato da imagem tipo DICOM. Deve acompanhar estação de trabalho para captura da imagem gerada pelo digitalizador e visualização da imagem. Deve acompanhar Microcomputador com capacidade e desempenho compatível com a necessidade do sistema. Deve possuir sistema operacional Windows com licença de uso. Deve possuir monitor LCD de alta resolução, de no mínimo 19 polegadas e resolução de, no mínimo 1280 x 1024 pixels. Estação de Diagnóstico com possibilidade de visualização das imagens, edição e realização de laudo. Software para visualização e edição das imagens geradas compatível com formato DICOM e possibilidade de conversão para formato JPEG. Software com possibilidade de instalação em várias estações de trabalho. O Software de visualização e edição deve possibilitar aumentar, reduzir e rotacionar a imagem e deve possuir ferramentas de inserção de textos e anotações geométricas. O microcomputador deve ter desempenho compatível com a necessidade do sistema. Deve possuir sistema operacional Windows com licença de uso. Deve possuir monitor em LCD de alta resolução, no mínimo 19 polegadas e resolução de no mínimo 1280 x 1024 pixels. Possibilidade de armazenamento das imagens geradas e transmissão. Deve possibilitar integração com sistema RIS ou HIS ou PACs. Gerador de RX e Detector de RX tipo DR devem possuir Registro na ANVISA. Acessórios Obrigatórios: Estabilizador compatível com o equipamento; Todos os acessórios e materiais necessários para a instalação e plena operacionalização do equipamento e do sistema na estação de trabalho, estação de diagnóstico, assim como tecnologia que possibilite uso na Telemedicina. Alimentação: 220V/60Hz Incluso Equipamentos de Proteção: AVENTAL PLUMBICO: equivalência em chumbo de 0,25mm, acabamento em nylon impermeável ou emborrachado, dimensões 100 x 60cm. Largura: 600 mm Comprimento: 1000 mm Peso bruto máximo: 2.15kg Peso líquido máximo: 2.00kg PROTETOR DE TIREÓIDE em nylon emborrachado, acabamento em deblum. Possuir fecho em velcro ajustável. Proteção interna com borracha plumbífera flexível e equivalência de 0,50 mm PB. OCULOS PLUMBICO: armação de silicone lentes de vidro plumbífero com equivalência de 0,75mm de chumbo. Haste retrátil para permitir o ajuste do comprimento ao rosto do usuário com ou sem elástico. Acompanhar estojo de proteção e pano para limpeza. PAR DE LUVAS ESCUDO confeccionada em borracha plumbífera flexível com equivalência em chumbo de 0,50mm, acabamento em nylon lavável. SUPORTE PARA O AVENTAL DE CHUMBO – em estrutura em tubo de aço inox polido, 4 Rodízios giratórios de Ø 50mm sendo dois com travas, ponteiros plásticos de acabamento. Altura 1.700 x 600 x 700 mm. REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE/ ANVISA. MANUAL DE OPERAÇÃO EM PORTUGUES DIGITALEMPRESSO. ASSISTÊNCIA TÉCNICA DEVERÁ SER PRESTADA NO PRAZO MÁXIMO DE 72 HORAS APÓS A SOLICITAÇÃO. APARELHO COM DEFEITO DE FÁBRICA DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO POR OUTRO, NO MESMO MATERIAL E ESPECIFICAÇÕES, NUM PRAZO MÁXIMO DE DEZ DIAS. CAPACITAÇÃO TÉCNICA GRATUITA PARA OS TÉCNICOS OPERADORES NA UPA COM O APARELHO INSTALADO E TESTADO. FRETE, INSTALAÇÃO E IMPOTOS INCLUSOS GARANTIA MINIMA DE 24 MESES.

### III. ALTERAÇÃO DESCRITIVO ITEM 89

Onde – lê

AUTOClave PARA ESTERELIZAÇÃO: secagem de materiais de superfície, espessura, termossensíveis e líquidos. Funcionamento: elétrico ou vapor de rede, utiliza vapor saturado sob pressão como agente esterilizante, e alto-vácuo para remoção de ar e secagem. Ciclo totalmente automático com interrupção no final do processo. Permite programar todo o processo de esterilização, como tempo de pré-vácuo, secagem, temperatura e tempo de esterilização. Indicação: adequado para uso em hospitais, indústrias farmacêuticas, químicas, alimentícias, laboratórios e outros. Construção: porta: o equipamento pode ser fornecido com uma ou duas portas (tipo barreira). Sistema de fechamento, através de volante central e braços concêntricos com vedação através de perfil de silicone resistente a alta temperatura.; chapeamento: pintura epóxi na cor branca ou inox escovado; sistema hidráulico: tubulação em cobre e conexões em latão; filtros em bronze, elemento filtrante em aço inoxidável; bomba de vácuo tipo anel líquido, dimensionada a capacidade do equipamento; bomba d'água tipo centrífuga, utilizada para aumento de pressão na rede, auxiliando o bombeamento d'água para o gerador de vapor; válvulas solenóides normalmente fechada com acionamento elétrico, corpo em latão forjado com vedação tipo diafragma ou pistão de teflon; sistema de Purga através de purgador termostático e válvula solenóide normalmente fechada, controlada pelo microprocessador; painel de comando: painel frontal confeccionado em policarbonato com teclas de comando e instruções de uso, display em LCD (cristal líquido), manômetro, manôvacuômetro e chave liga/desliga; segurança: válvula de segurança para alívio da pressão excessiva. Pressostato de segurança para desligamento automático do aparelho em caso de pressão excessiva; trava de segurança na (s) porta (s), para impedir a abertura quando estiver com pressão acima do nível de segurança. Sensor de porta (s), para impedir o início da esterilização com a porta aberta. Controle de nível d'água, para evitar a queima das resistências caso haja falta d'água; fusíveis de proteção elétrica em caso de sobrecarga na rede elétrica; controle e processos: ciclo operacional totalmente automático e interrupção no final do processo. Dispõe de um controlador que realiza qualquer configuração desejada, permite alterar todo o processo de esterilização, como tempo de pré-vácuo, secagem, temperatura e tempo de esterilização, também permite a visualização de um ponto de temperatura e tempo de esterilização em ordem regressiva. Gera número de lote automaticamente e possui saída de impressora.



Leia – se

Autoclave, hospitalar, horizontal, de barreira operacional, separando área não estéril de uma área limpa, com comando microprocessado, com remoção de ar por bomba de vácuo duplo estágio, com gerador elétrico de vapor incorporado. Equipamento esterilizador horizontal para esterilização por vapor saturado a alta temperatura sob pressão com 100% de umidade relativa. Para esterilização de artigos odontológico hospitalares, porosos, líquidos, instrumentais termo resistentes empacotados ou não. Com capacidade mínima da câmara interna de 134 litros. Com as características mínimas: CÂMARA: Construída com dupla câmara; Câmara interna em aço inoxidável AISI 316L ou qualidade superior, de pelo menos 6mm; Câmara externa em aço inoxidável AISI 316L ou qualidade superior; Isolamento térmico em fibra mineral ou lã de rocha e revestimento externo em toda a sua extensão em aço inoxidável; Superfície da câmara interna com polimento padrão sanitário; Câmara interna com uma entrada independente com uma polegada de diâmetro que permita alojamento de sensores de qualificação. Capacidade nominal da câmara: mínima 134L Dimensões internas (AxLxP): 41x41x80 cm Dimensões externas aprox. (AxLxP): 170x95x130 cm Todas as tubulações e conexões do equipamento em aço inoxidável AISI 316 ou qualidade superior. PORTA(S): O equipamento deverá possuir porta dupla, tipo guilhotina, com abertura e fechamento automático por elevação vertical, através de sistema pneumático, dotada de sistema de segurança antiesmagamento mecânico e eletrônico. Deve possuir sistema mecânico que garanta em caso de falhas do sistema eletrônico a impossibilidade de abertura da porta quando ainda exista pressão positiva dentro da câmara interna. A porta deverá ser confeccionada nas paredes externas em aço inoxidável AISI 304, ou qualidade superior, paredes internas em aço inoxidável AISI 316L ou qualidade superior. O sistema de vedação da porta deverá ser realizado através de guarnição de silicone pressurizada por ar comprimido. ACESSÓRIOS: 02 (dois) racks para acomodação de carga dentro da câmara de esterilização, construídos em aço inoxidável AISI 316 ou qualidade superior com acabamento sanitário; 03 (tres) carros para transporte do rack, construídos em aço inoxidável AISI 304 ou qualidade superior, com puxador de movimentação protegido do calor, quatro rodízios, sendo dois com freios. Cestos amarrados em aço inoxidável em AISI 316 em quantidade necessária que permita realização de dois carregamentos completos de acordo com a capacidade de carga do equipamento. DEMAIS ACESSÓRIOS: Fornecimento de todos os cabos, conectores, acessórios indispensáveis ao funcionamento do equipamento considerando a sua funcionalidade. SISTEMA PURIFICADOR DE ÁGUA: Por osmose reversa com características mínimas a apresentar: Produção compatível com o consumo da autoclave; Reservatório com sistema de controle de nível; Pré- filtro para sedimentos; Filtro de carvão ativado; Pós-filtro; Membrana de osmose reversa; Sistema automático de funcionamento; Sistema automático de proteção contra falta de água. IMPRESSORA: Acoplada a relatório de impressão que conste valores de: Tempo de operação; Ciclos; Fases de ciclos; Temperaturas; Pressões; Data e hora do ciclo; Falhas no processo; Interrupção do ciclo. SISTEMA DE GERAÇÃO DE VAPOR: Gerador de vapor elétrico, montado dentro do gabinete da autoclave, construída em aço inoxidável ou superior. Deverá ser provida de proteção elétrica através de disjuntores diferenciais residuais DR. Abastecimento de água automático através de bomba centrífuga. Resistências elétricas blindadas em aço inoxidável 316L ou superior. Equipado com manômetro e válvula de segurança em aço inoxidável ajustada e lacrada com alavanca e com acionamento por gatilho. A produção do vapor deve ser compatível com o volume da câmara e deverá ser capaz de realizar o aquecimento do equipamento em no máximo 30 minutos, partindo da temperatura ambiente até a temperatura própria para esterilização. O gerador de vapor deve ficar dentro do gabinete da autoclave com posicionamento que permita fácil intervenção de manutenção principalmente nas resistências elétricas e válvulas de segurança. Deverá ter dispositivo de segurança para as resistências elétricas, através de termostato ou outro dispositivo que atue em caso de sobreaquecimento VÁLVULAS DE COMANDO: Confeccionadas em aço inoxidável AISI 316L ou qualidade superior. Deverão ser independentes e de acionamento pneumático tipo pistão. COMANDO: Comando automático, microprocessado, com programação flexível composto de: Unidade de controle microprocessada; Sistema de controle de pressão da câmara externa por transdutor de pressão; Sistema de controle de pressão/vácuo na câmara interna por transdutor de pressão, em aço inoxidável AISI 316L com compensação eletrônica de temperatura; Sistema de controle eletrônico de temperatura na câmara interna, através de sensor por tecnologia de termorresistência tipo Platina, PT100 classe A. O sistema de indicação de temperatura da câmara interna deverá ser digital com indicação de temperatura em graus celsius. O comando deverá ser acionado por display com tela touch screen, do tipo colorida, para visualização dos parâmetros do ciclo a ser efetuado, da programação dos parâmetros do ciclo a ser processado e da operação em processo. O comando deve permitir as operações: Possibilidade de senha individual para o operador; Escolha do ciclo de trabalho para esterilização de líquidos, instrumentais, borracha, tecido, vidrarias, containers, teste de hermeticidade entre outros, além de permitir o ajuste da temperatura de trabalho com faixa mínima de abrangência variando de 105°C à 134°C e do tempo de esterilização. Programação mínima dos parâmetros do ciclo de esterilização : tempo de esterilização; temperatura de esterilização; tempo de secagem; pressão da câmara e número de pulsos; dispositivo para disparar o ciclo. O comando deverá ter pelo menos as seguintes indicações luminosas e sonoras: Indicação luminosa de equipamento em operação; Indicação luminosa e sonora de fim de ciclo; Indicação luminosa e sonora de falha de sistema. TIPOS DE CICLO: Ciclos de esterilização para uso geral, recomendados, especialmente para materiais têxteis e outros materiais de pontos críticos de penetração a vapor. Deve possuir no mínimo 06 ciclos abertos e 09 ciclos programados nas temperaturas solicitadas. de 105°C a 134°C. Ciclos Pré Programados: Ciclo para verificação da hermeticidade do sistema; Programa de ciclo para Prions; Programa de ciclo para Bowie Dick; Programa de ciclo para Ciclo Flash. Ciclo de Trabalho: Programa de ciclo para Têxteis; Programa de ciclo para instrumental; Programa de ciclo para vidraria; Programa de ciclo para líquidos; Programa de ciclo para Borrachas O CICLO DISPONIBILIZADO EM MEMÓRIA DEVERÁ POSSUIR AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS: 1º pulso de vácuo; 1º entrada de vapor; 2º pulso de vácuo; 2º entrada de vapor; 3º pulso de vácuo; Esterilização: entrada de vapor para esterilização; descarga rápida para secagem; Secagem; Aeração com ar estéril; Final do Ciclo. SISTEMA DE VÁCUO: Bomba de vácuo de duplo estágio, com selo de anel líquido (água), montado dentro do gabinete da autoclave. Capacidade para atingir no mínimo 55mmHg de pressão de vácuo, com temperatura de água a 25°C. SISTEMA DE SEGURANÇA: Válvulas de segurança em aço inoxidável ajustadas e lacradas, com alavanca e com acionamento por gatilho, para as câmaras de esterilização e gerador de vapor. O COMANDO DA AUTOCLAVE DEVERÁ PROPORCIONAR AS SEGUINTE CONDIÇÕES MÍNIMAS DE SEGURANÇA: Não haverá partida do ciclo ou entrada de vapor na câmara interna caso a porta não esteja totalmente fechada; Impossibilidade de abertura da porta após o início do ciclo; Impossibilidade de abertura da porta quando a câmara interna estiver pressurizada; A fase de esterilização iniciará automaticamente somente quando as câmaras externa e interna estiverem com os valores programados de pressão e com a temperatura da câmara interna conforme definida para o processo; Indicação na tela touch screen de falha, registro impresso da mesma e alarme luminoso e sonoro de pane no processo de esterilização para alertar o operador; O equipamento deverá possuir dispositivo(botão) de emergência para bloqueio de todas as funções. CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS: Tensão de alimentação de acordo com a unidade contemplada; Frequência de alimentação: 60Hz. O EQUIPAMENTO DEVE SER PROJETADO E CONSTRUÍDO DE ACORDO COM AS NORMAS A SEGUIR: NBR 11816 Esterilização Esterilizadores a vapor com vácuo para produtos de saúde; NR 13 Caldeiras e Vaso de Pressão; Certificação ASME para este tipo de equipamento; NBR ISO 17665-1 - Esterilização de produtos para saúde Vapor. Parte 1: Requisitos para o desenvolvimento, validação e controle de rotina nos processos de esterilização de produtos para saúde. Além das normas aqui descritas, o produto deve obedecer a qualquer legislação que seja inerente ao mesmo e relacionadas ao equipamento.

**GARANTIA:**Garantia de 24 (vinte e quatro) meses para o equipamento como um todo e garantia da câmara de esterilização mínima de 07 (sete) anos, a partir da instalação; Registro Anvisa; Manual de Operação do equipamento em Português (Brasil). **EMBALAGEM:** Primária acondicionada individualmente de acordo com as normas de embalagem que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização; a embalagem primária deve conter informações de identificação e características do produto, tais como: nome do fabricante, lote e data de fabricação do produto; a embalagem secundária deve ser conforme a praxe do fabricante, de forma a garantir a integridade do produto durante o armazenamento até o momento do uso. Embalagens primária e secundária rotuladas conforme a RDC 185/01/ANVISA.

#### IV – ALTERAÇÃO DESCRITIVO ITEM 51

Onde – lê

Computador de Mesa Placa Mãe: Soquete LGA 1150, chipset H97.Processador: Mínimo de 3.00 GHz com arquitetura 64 bits e pelo menos 4 núcleos físicos de processamento. Armazenamento: HD SATA com no mínimo 500 GB.Memória RAM: Mínimo de 4 GB e expansível até pelo menos 16 GB. Arquitetura DDR3 SDRAM 1600 MHZ NON-ECC, Unbuffered, dois canais. Conectividade: 8 portas USB (4 painel traseiro, preta, conectores internos para mais 4 portas). Com leitor e gravador de DVD/CD Acessórios: Devera acompanhar monitor LED com no mínimo 18,5 polegadas, teclado, mouse e estabilizador. Sistema Operacional: Windows 10 Pro

Leia – se:

Processador: Mínimo de 3.00 GHz com arquitetura 64 bits e pelo menos 4 núcleos físicos de processamento. Armazenamento: HD SATA com no mínimo 500 GB. Memória RAM: Mínimo de 4 GB e expansível até pelo menos 16 GB. Arquitetura DDR3 SDRAM 1600 MHZ NON-ECC, Unbuffered, dois canais. Conectividade: 8 portas USB (4 no painel traseiro, preta, conectores internos para mais 4 portas). Com leitor e gravador de DVD/CD. Acessórios: Devera acompanhar monitor LED com no mínimo 18,5 polegadas, teclado, mouse e estabilizador. Sistema Operacional: Windows 10 Pro

As demais condições do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016 ficam inalteradas.

Rio do Sul, 01 de junho de 2016

RODRIGO DUARTE

Secretário Municipal de Saúde



# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 2.761, DE 20 DE ABRIL DE 2016. REGULAMENTA O ARTIGO 3º, XXI, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 225, DE 02 DE JANEIRO DE 2013 NA FORMA COMO DISCIPLINA A RESOLUÇÃO Nº 560, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015 DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, EM CONFORMIDADE COM O QUE**  
DECRETO Nº 2.761, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

REGULAMENTA O ARTIGO 3º, XXI, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 225, DE 02 DE JANEIRO DE 2013 NA FORMA COMO DISCIPLINA A RESOLUÇÃO Nº 560, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015 DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, EM CONFORMIDADE COM O QUE DISCIPLINA A LEI NACIONAL Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997, QUE INSTITUIU O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB, E CONFORME o DECRETO Nº 4.711, DE 29 DE MAIO DE 2003, QUE DISPÕE SOBRE A COORDENAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO – SNT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município promulgada em 04 de abril de 1990; c/c a Lei Complementar Municipal nº 225, de 02 de janeiro de 2013 na forma como disciplina a Resolução nº 560, de 15 de outubro de 2015 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em conformidade com o que disciplina a Lei Nacional nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito – SNT;

### DECRETA:

Considerando o disposto no § 2º do artigo 24 do CTB, que condiciona o exercício das competências dos órgãos municipais à integração ao SNT, combinado com o artigo 333 do CTB e seus parágrafos, que atribui competência ao CONTRAN para estabelecer exigências para aquela integração, acompanhada pelo respectivo Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN;

Considerando a necessidade de manutenção e atualização do cadastro nacional dos integrantes do SNT, seu controle e acesso ao sistema de comunicação e informação para as operações de notificação de autuação e de aplicação de penalidade ao Registro Nacional de Infrações de Trânsito - RENAINF, assim como de arrecadação financeira de multas e respectivas contribuições ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito

Art.1º. Fica regulamentado o artigo 3º, XXI, Lei Complementar Municipal nº 225, de 02 de janeiro de 2013, a fim de que, entre as competências de planejamento e implantação de medidas para reorientação de tráfego, sentido de vias, redução de circulação de veículos, em conjunto com os demais órgãos de trânsito, fica a mesma incumbida de:

- I - engenharia de tráfego;
- II - fiscalização e operação de trânsito;
- III - educação de trânsito;
- IV - coleta, controle e análise estatística de trânsito, e,
- V - Junta Administrativa de Recurso de Infração - JARI

Art.2º. As despesas deste Decreto correrão por conta das dotações

consignadas no orçamento em vigor.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, convalidados todos os atos até então praticados.

Município de Rio dos Cedros, 20 de Abril de 2016.  
FERNANDO TOMASELLI  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar,  
aos 20 de Abril de 2016.  
MARGARET SILVIA GREITER  
Diretora de Gabinete

**DECRETO Nº 2.762, DE 20 DE ABRIL DE 2016. APROVA O REGIMENTO INTERNO DAS JUNTAS ADMINISTRATIVAS DE RECURSOS DE INFRAÇÕES- JARI.**

DECRETO Nº 2.762, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Aprova o Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações- JARI.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município promulgada em 04 de abril de 1990; c/c a Lei Complementar Municipal nº 225, de 02 de janeiro de 2013 na forma como disciplina a Lei Nacional nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;

### DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações-JARI, integrante do presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 20 de Abril de 2016.  
FERNANDO TOMASELLI  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar,  
aos 20 de Abril de 2016.  
MARGARET SILVIA GREITER  
Diretora de Gabinete

Regimento Interno da Junta Administrativa de Recursos de Infrações

CAPÍTULO I  
Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Junta Administrativa de Recursos de Infrações- JARI, funcionará junto à Secretaria Municipal de Planejamento e

Infraestrutura, cabendo-lhe julgar recursos das penalidades impostas por inobservância de preceitos do Código de Trânsito Brasileiro-CTB, e demais normas legais atinentes ao trânsito.

## CAPÍTULO II

### Das Competências e Atribuições

Art. 2º Compete à JARI:

- I - analisar e julgar os recursos interpostos pelos infratores;
- II - solicitar à Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura, quando necessário, informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise mais completa da situação recorrida;
- III - encaminhar à Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura, informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.

## CAPÍTULO III

### Da Composição da JARI

Art. 3º A JARI será composta por três membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

- I – 1 (um) representante do órgão que impôs a penalidade;
- II – 1 (um) representante indicado pela entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito.
- III - 1 (um) representante com conhecimento na área de trânsito com no mínimo nível médio;

§1º A nomeação dos três titulares e dos respectivos suplentes será efetivada pelo Prefeito do através de Decreto;

§2º O mandato dos membros da JARI terá duração de dois anos, permitida recondução.

Art. 4º A JARI deverá informar ao Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN) a sua composição e encaminhará o seu regimento interno, observada as Resoluções n.º 147/2003 e nº 175/2005, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno da JARI.

Art. 5º Ocorrendo fato gerador de incompatibilidade ou impedimento, à Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura adotará providências cabíveis para tornar sem efeito ou cessar a designação de membros (e suplentes) da JARI, garantindo o direito de defesa dos atingidos pelo ato.

Art. 6º Não poderão fazer parte da JARI:

- I - os condenados criminalmente por sentença transitada em julgado;
- II - membros e assessores do CETTRAN;
- III - pessoas cujos serviços, atividades ou funções profissionais estejam relacionadas com Auto Escolas e Despachantes;
- IV - agentes de autoridade de trânsito, enquanto no exercício dessa atividade;
- V - pessoas que tenham tido suspenso seu direito de dirigir ou a cassação de documento de habilitação, previstos no CTB;
- VI - a própria autoridade de trânsito municipal.

## CAPÍTULO IV

### Das atribuições dos membros da JARI

Art. 7º São atribuições ao presidente da JARI :

- I - convocar, presidir, suspender e encerrar reuniões;
- II - solicitar às autoridades competentes a remessa de documentos e informações sempre que necessário aos exames e deliberação da JARI;
- III - convocar os suplentes para eventuais substituições dos titulares;
- IV - resolver questões de ordem, apurar votos e consignar, por escrito, no processo, o resultado do julgamento;

V - comunicar à autoridade de trânsito os julgamentos proferidos nos recursos;

VI - assinar atas de reuniões;

VII - fazer constar nas atas a justificativa das ausências às reuniões.

Art. 8º São atribuições aos membros:

I - comparecer às sessões de julgamento e às reuniões convocadas pelo Presidente da JARI ou, quando for o caso, pelo responsável pela Coordenação da JARI;

II - justificar as eventuais ausências;

III - relatar, por escrito, matéria que lhe for distribuída, fundamentando o voto;

IV - discutir a matéria apresentada pelos demais relatores, justificando o voto quando for vencido;

V - solicitar à presidência a convocação de reuniões extraordinárias da JARI para apreciação de assunto relevante, bem como apresentar sugestões objetivando a boa ordem dos julgamentos e o correto procedimento dos recursos;

VI - comunicar ao Presidente da JARI, com antecedência mínima de 15 dias, o início de suas férias ou ausência prolongada, a fim de possibilitar a convocação de seu suplente, sem prejuízo do normal funcionamento da JARI;

VII - solicitar informações ou diligências sobre matéria pendente de julgamento, quando for o caso.

## CAPÍTULO V

### Das Reuniões

Art. 9º As reuniões das JARI serão realizadas no mínimo uma vez por mês, para apreciação da pauta a ser discutida.

Art. 10. As deliberações serão tomadas com a presença dos três membros da JARI, cabendo a cada um, um único voto.

Parágrafo único. Mesmo sem número para deliberação será registrada a presença dos que comparecerem.

Art. 11. Os resultados do julgamento dos recursos serão obtidos por maioria dos votos.

Art. 12. As reuniões obedecerão à seguinte ordem:

I - abertura ;

II - leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

III - apreciação dos recursos preparados;

IV - apresentação de sugestões ou proposições sobre assuntos relacionados com a JARI;

V - encerramento.

Art. 13. Os recursos apresentados a JARI deverão ser distribuídos equitativamente aos seus três membros, para análise e elaboração de relatório.

Art. 14. Os recursos serão julgados em ordem cronológica de ingresso na JARI.

Art. 15. Não será admitida a sustentação oral do recurso do julgamento.

## CAPÍTULO VI

### Do Suporte Administrativo

Art. 16. A JARI disporá de um Secretário a quem cabe especialmente:

I - secretariar as reuniões da JARI;

II - preparar os processos, para distribuição aos membros relatores, pelo Presidente;

III - manter atualizado o arquivo, inclusive as decisões, para coerência dos julgamentos, estatísticas e relatórios;

IV - lavrar as atas das reuniões e subscrever os atos e termos do processo;  
V - requisitar e controlar o material permanente e de consumo da JARI providenciando, de forma devida, o que for necessário;  
VI - verificar o ordenamento dos processos com os documentos oferecidos pelas partes ou aqueles requisitados pela JARI, numerando e rubricando as folhas incorporadas ao mesmo;  
VII - prestar os demais serviços de apoio administrativo aos membros da JARI.

## CAPÍTULO VII

### Dos Recursos

Art. 17. O recurso será interposto perante a autoridade recorrida.

Art. 18. O recurso não terá efeito suspensivo, salvo nos casos previstos no parágrafo 3º do art. 285 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 19. A cada penalidade caberá, isoladamente, um recurso cuja petição deverá conter:

- I - qualificação do recorrente, endereço completo e, quando possível o telefone;
- II - dados referentes à penalidade, constantes da notificação ou documento fornecido pela Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura;
- III - características do veículo, extraídas do Certificado Registro e Licenciamento do Veículo-CRVL ou Auto de Infração de Trânsito-AIT, se este entregue no ato da sua lavradura ou remetido pela repartição ao infrator;
- IV - exposição dos fatos e fundamentos do pedido;
- V - documentos que comprovem o alegado ou que possam esclarecer o julgamento do recurso.

Art. 20. A apresentação do recurso dar-se-á junto ao órgão que aplicou a penalidade.

§1º Para os recursos encaminhados por via postal serão observadas as mesmas formalidades previstas acima.

§2º A remessa pelo Correio, mediante porte simples, não assegurará ao interessado qualquer direito de conhecimento do recurso.

Art. 21. O Órgão que receber o recurso deverá:

- I - examinar se os documentos mencionados na petição estão efetivamente juntados, certificando nos casos contrários;
- II - verificar se o destinatário da petição é a autoridade recorrida;
- III - observar se a petição se refere a uma única penalidade;
- IV - fornecer ao interessado, protocolo de apresentação do recurso, exceto no caso de remessa postal ou telegráfica, cujo comprovante será o carimbo de repartição do Correio;
- V - autuar o recurso e encaminhá-lo a JARI, que deverá julgá-lo em até trinta dias.

Art.22. Das decisões da JARI caberá recurso para ao Conselho Estadual de Trânsito-CETTRAN, no prazo de trinta dias contados da publicação ou da notificação da decisão.

## CAPÍTULO VIII

### Das Disposições Finais

Art. 23. A Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura deverá dar à JARI todas as informações necessárias ao julgamento dos recursos, permitindo aos seus membros, se for o caso, consultar registros e arquivos relacionados com o se objeto.

Art. 24. A qualquer tempo, de ofício ou por representação de interessado, a Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura examinará o funcionamento da JARI e se o órgão está observando a legislação de trânsito vigente, bem como as obrigações deste Regimento.

Art. 25. A função de membro da JARI é considerada de relevante valor para Administração Pública e não será remunerada.

Art. 26. O depósito prévio das multas obedecerá a normas fixadas pela Fazenda Pública, ficando assegurada a sua pronta devolução no caso de provimento do recurso, de preferência mediante crédito em conta bancária indicada pelo recorrente.

Art. 27. A JARI terá apoio administrativo e financeiro junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura.

Art. 28. A JARI seguirá, quanto ao julgamento das autuações e penalidades, o disposto na Seção II, do Capítulo XVIII, do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 29. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura

Município de Rio dos Cedros, 20 de Abril de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 2.763, DE 20 DE ABRIL DE 2016.**

### **NOMEIA MEMBROS TITULARES E SUPLENTES PARA COMPOR A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES- JARI.**

DECRETO Nº 2.763, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia Membros Titulares e Suplentes para compor a Junta Administrativa de Recursos de Infrações- JARI.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município promulgada em 04 de abril de 1990; c/c a Lei Complementar Municipal nº 225, de 02 de janeiro de 2013 na forma como disciplina a Lei Nacional nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB e de acordo com o Decreto Municipal nº 2.762, de 20 de Abril de 2016;

### DECRETA:

Art.1º - Ficam NOMEADOS para integrar a Junta Administrativa de Recursos de Infrações- JARI do Município de Rio dos Cedros:

I – Representante do órgão que impôs a penalidade.

Titular: Fabio Henrique Beckert

Suplente: Lidia Mara Floriani

II – Representante indicado pela entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito.

Titular: Gean Carlo Bagattoli

Suplente: Mauri Campestrini Junior

III - Representante com conhecimento na área de trânsito com no mínimo nível médio.

Titular: Osnildo dos Santos

Suplente: Paula Wackernagel

Parágrafo único - A Presidência será exercida pelo Sr. Fabio Henrique Beckert sendo a Junta Administrativa de Recursos de Infrações- JARI do Município de Rio dos Cedros Secretariada pelo Sr. Osnildo dos Santos.

Art.2º - O mandato dos membros será de dois anos, contados da data da publicação do presente Decreto, permitida a recondução.

Art.3º - A função de membro da Junta Administrativa de Recursos de Infrações- JARI do Município de Rio dos Cedros é considerada de valor para Administração Pública e não será remunerada.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, convalidados todos os atos até então praticados.

Município de Rio dos Cedros, 20 de Abril de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar,  
aos 20 de Abril de 2016.

MARGARET SILVIA GREITER

Diretora de Gabinete

**DECRETO Nº 2.764, DE 20 DE ABRIL DE 2016.  
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS NO IMÓVEL  
URBANO DE PROPRIEDADE DE VITOR AGOSTINI E  
MARLENE AGOSTINI, SITUADO DO LADO PAR DA  
RUA JOÃO BERTI, NESTA CIDADE.**

DECRETO Nº 2.764, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS NO IMÓVEL URBANO DE  
PROPRIEDADE DE VITOR AGOSTINI e MARLENE AGOSTINI, SITU-  
ADO DO LADO PAR DA RUA JOÃO BERTI, NESTA CIDADE.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso V, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 233/1980, respeitada a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979:

DECRETA;

Art.1º. Fica aprovado o desmembramento de áreas no imóvel urbano de propriedade de VITOR AGOSTINI, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no CPF sob nº 031.430.159-34, portador da cédula de identidade nº 135.413, expedida pela SSP/SC, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à vigência da Lei nº 6.515/77, com MARLENE AGOSTINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 765.052.789-15, portadora da cédula de identidade nº 1.720.732, expedida pela SSP/SC, situado do lado par da rua João Berti, esquina formada com o lado par da rua Acre, nesta cidade, tendo como área total alienável 6.818,90m² (seis mil, oitocentos e dezoito metros e noventa decímetros quadrados) e 8.331,22m² (oito mil, trezentos e trinta e um metros e vinte e dois decímetros quadrados), conforme planta e documentos apresentados pelo proprietário acompanhado do requerimento protocolado sob nº 214 de 17 de fevereiro de 2016.

Art.2º. O desmembramento aprovado por este Decreto, provem de imóvel registrado junto ao Iº Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob matrícula nº 25.791, livro 2, e esta assim constituído;

§1º. 6.818,90m² (seis mil, oitocentos e dezoito metros e noventa decímetros quadrados) de área alienável, esta assim constituída:

ÁREA (01) – Área total de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) assim caracterizada:

Contendo a área de 450,00m², situado no lado par da Rua Acre, esquina formada com o lado par da Rua João Berti, município de

Rio Dos Cedros/SC, inicia-se a descrição deste imóvel no ponto PP, localizado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente em linha curva com o ângulo central de 89º15'47" em 9,35 metros confrontando com o lado par da Rua Acre até o ponto P1 de coordenadas E: 671.330,630 e N: 7.042.236,896 e deste segue em linha reta confrontando com o lado par da Rua Acre em 9,13 metros até o ponto P2 de coordenadas E: 671.334,857 e N: 7.042.228,800; deste segue pelo lado esquerdo em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90º00'00" em 30,00 metros confrontando com a área nº 02 até o ponto P3 de coordenadas E: 671.361,451 e N: 7.042.242,686; deste segue pelos fundos em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90º00'00" confrontando com a Área Remanescente em 15,44 metros até o ponto P4 de coordenadas E: 671.354,304 e N: 7.042.256,374; deste segue pelo lado direito em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 89º15'39" confrontando com o lado par da Rua João Berti em 24,00 metros até o ponto PP de coordenadas E: 671.333,168 e N: 7.042.244,990, com o início da descrição perfazendo um perímetro de 87,92 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564273

Inscrição Imobiliária: 01.06.001.0077

ÁREA (02) – Área total de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) assim caracterizada:

Contendo a área de 450,00m², situado no lado par da Rua Acre, distando pelo lado direito do imóvel 15,05 metros da esquina formada com o lado par da Rua João Berti, município de Rio Dos Cedros/SC, inicia-se a descrição deste imóvel no ponto PP, localizado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente em linha reta confrontando com o lado par da Rua Acre em 15,00 metros até o ponto P1 de coordenadas E: 671.341,800 e N: 7.042.215,504; deste segue pelo lado esquerdo em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90º00'00" confrontando com a área nº 03 em 30,00 metros até o ponto P2 de coordenadas E: 671.368,394 e N: 7.042.229,389; deste segue pelos fundos em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90º00'00" confrontando com a Área Remanescente em 15,00 metros até o ponto P3 de coordenadas E: 671.361,451 e N: 7.042.242,686; deste segue pelo lado direito em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90º00'00" confrontando com a área nº 01 em 30,00 metros até o ponto PP de coordenadas E: 671.334,857 e N: 7.042.228,800, deste segue defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90º00'00" com o início da descrição perfazendo um perímetro de 90,00 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564281

Inscrição Imobiliária: 01.06.001.0078

ÁREA (03) – Área total de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) assim caracterizada:

Contendo a área de 450,00m², situado no lado par da Rua Acre, distando pelo lado direito do imóvel 30,05 metros da esquina formada com o lado par da Rua João Berti, município de Rio Dos Cedros/SC, inicia-se a descrição deste imóvel no ponto PP, localizado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente em linha reta confrontando com o lado par da Rua Acre em 15,00 metros até o ponto P1 de coordenadas E: 671.348,742 e N: 7.042.202,208; deste segue pelo lado esquerdo em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90º00'00" confrontando com a área nº 04 em 30,00 metros até o ponto P2 de coordenadas E: 671.375,336 e N: 7.042.216,093; deste segue pelos fundos em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90º00'00" confrontando com a Área Remanescente em 15,00 metros até o ponto P3 de coordenadas E: 671.368,394 e N: 7.042.229,389; deste segue pelo lado direito em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90º00'00" confrontando com a área nº 02 em 30,00 metros até o ponto PP de coordenadas E: 671.341,800 e N: 7.042.215,504, deste segue defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90º00'00" com o início da descrição perfazendo um perímetro de 90,00 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564290



Inscrição Imobiliária: 01.06.001.0079

ÁREA (04) – Área total de 450,00m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) assim caracterizada:

Contendo a área de 450,00m<sup>2</sup>, situado no lado par da Rua Acre, distando pelo lado direito do imóvel 45,05 metros da esquina formada com o lado par da Rua João Berti, município de Rio Dos Cedros/SC, inicia-se a descrição deste imóvel no ponto PP, localizado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente em linha reta confrontando com o lado par da Rua Acre em 15,00 metros até o ponto P1 de coordenadas E: 671.355,684 e N: 7.042.188,911; deste segue pelo lado esquerdo em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°00'00" confrontando com a área nº 05 em 30,00 metros até o ponto P2 de coordenadas E: 671.382,278 e N: 7.042.202,797; deste segue pelos fundos em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°00'00" confrontando com a Área Remanescente em 15,00 metros até o ponto P3 de coordenadas E: 671.375,336 e N: 7.042.216,093; deste segue pelo lado direito em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°00'00" confrontando com a área nº 03 em 30,00 metros até o ponto PP de coordenadas E: 671.348,742 e N: 7.042.202,208, deste segue defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°00'00" com o início da descrição perfazendo um perímetro de 90,00 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564303

Inscrição Imobiliária: 01.06.001.0080

ÁREA (05) – Área total de 450,00m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) assim caracterizada:

Contendo a área de 450,00m<sup>2</sup>, situado no lado par da Rua Acre, distando pelo lado direito do imóvel 60,05 metros da esquina formada com o lado par da Rua João Berti, município de Rio Dos Cedros/SC, inicia-se a descrição deste imóvel no ponto PP, localizado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente em linha reta confrontando com o lado par da Rua Acre em 15,00 metros até o ponto P1 de coordenadas E: 671.362,627 e N: 7.042.175,615; deste segue pelo lado esquerdo em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°00'00" confrontando com a área nº 06 em 30,00 metros até o ponto P2 de coordenadas E: 671.389,221 e N: 7.042.189,500; deste segue pelos fundos em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°00'00" confrontando com a Área Remanescente em 15,00 metros até o ponto P3 de coordenadas E: 671.382,278 e N: 7.042.202,797; deste segue pelo lado direito em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°00'00" confrontando com a área nº 04 em 30,00 metros até o ponto PP de coordenadas E: 671.355,684 e N: 7.042.188,911, deste segue defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°00'00" com o início da descrição perfazendo um perímetro de 90,00 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564311

Inscrição Imobiliária: 01.06.001.0081

ÁREA (06) – Área total de 450,00m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) assim caracterizada:

Contendo a área de 450,00m<sup>2</sup>, situado no lado par da Rua Acre, distando pelo lado direito do imóvel 75,05 metros da esquina formada com o lado par da Rua João Berti, município de Rio Dos Cedros/SC, inicia-se a descrição deste imóvel no ponto PP, localizado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente em linha reta confrontando com o lado par da Rua Acre em 15,00 metros até o ponto P1 de coordenadas E: 671.369,569 e N: 7.042.162,319; deste segue pelo lado esquerdo em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°00'00" confrontando com a área nº 07 em 30,00 metros até o ponto P2 de coordenadas E: 671.396,163 e N: 7.042.176,204; deste segue pelos fundos em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°00'00" confrontando com a Área Remanescente em 15,00 metros até o ponto P3 de coordenadas E: 671.389,221 e N: 7.042.189,500; deste segue pelo lado direito em linha reta defletindo a esquerda com

o ângulo interno de 90°00'00" confrontando com a área nº 05 em 30,00 metros até o ponto PP de coordenadas E: 671.362,627 e N: 7.042.175,615, deste segue defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°00'00" com o início da descrição perfazendo um perímetro de 90,00 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564320

Inscrição Imobiliária: 01.06.001.0082

ÁREA (07) – Área total de 450,00m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) assim caracterizada:

Contendo a área de 450,00m<sup>2</sup>, situado no lado par da Rua Acre, distando pelo lado direito do imóvel 90,05 metros da esquina formada com o lado par da Rua João Berti, município de Rio Dos Cedros/SC, inicia-se a descrição deste imóvel no ponto PP, localizado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente em linha reta confrontando com o lado par da Rua Acre em 15,00 metros até o ponto P1 de coordenadas E: 671.376,511 e N: 7.042.149,022; deste segue pelo lado esquerdo em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°00'00" confrontando com a área nº 08 em 30,00 metros até o ponto P2 de coordenadas E: 671.403,105 e N: 7.042.162,908; deste segue pelos fundos em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°00'00" confrontando com a Área Remanescente em 15,00 metros até o ponto P3 de coordenadas E: 671.396,163 e N: 7.042.176,204; deste segue pelo lado direito em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°00'00" confrontando com a área nº 06 em 30,00 metros até o ponto PP de coordenadas E: 671.369,569 e N: 7.042.162,319, deste segue defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°00'00" com o início da descrição perfazendo um perímetro de 90,00 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564338

Inscrição Imobiliária: 01.06.001.0083

ÁREA (08) – Área total de 450,00m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) assim caracterizada:

Contendo a área de 450,00m<sup>2</sup>, situado no lado par da Rua Acre, distando pelo lado direito do imóvel 105,05 metros da esquina formada com o lado par da Rua João Berti, município de Rio Dos Cedros/SC, inicia-se a descrição deste imóvel no ponto PP, localizado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente em linha reta confrontando com o lado par da Rua Acre em 15,00 metros até o ponto P1 de coordenadas E: 671.383,454 e N: 7.042.135,726; deste segue pelo lado esquerdo em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°00'00" confrontando com a área nº 09 em 30,00 metros até o ponto P2 de coordenadas E: 671.410,048 e N: 7.042.149,612; deste segue pelos fundos em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°00'00" confrontando com a Área Remanescente em 15,00 metros até o ponto P3 de coordenadas E: 671.403,105 e N: 7.042.162,908; deste segue pelo lado direito em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°00'00" confrontando com a área nº 07 em 30,00 metros até o ponto PP de coordenadas E: 671.376,511 e N: 7.042.149,022, deste segue defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°00'00" com o início da descrição perfazendo um perímetro de 90,00 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564346

Inscrição Imobiliária: 01.06.001.0084

ÁREA (09) – Área total de 541,59m<sup>2</sup> (quinhentos e quarenta e um metros e cinquenta e nove décimos quadrados) assim caracterizada:

Contendo a área de 541,59m<sup>2</sup>, situado no lado par da Rua Acre, distando pelo lado direito do imóvel 120,05 metros da esquina formada com o lado par da Rua João Berti, município de Rio Dos Cedros/SC, inicia-se a descrição deste imóvel no ponto PP, localizado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente em linha reta confrontando com o lado par da Rua Acre em 18,00 metros até o ponto P1 de coordenadas E: 671.391,787 e N: 7.042.119,767; deste segue pelo lado esquerdo em linha reta

defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°11'10" com a distância total de 30,00 metros, sendo em 26,76 metros confrontando com a área nº 10 e em 3,24 metros confrontando com a área nº 11 até o ponto P2 de coordenadas E: 671.418,426 e N: 7.042.133,566; deste segue pelos fundos em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 89°48'50" confrontando com a Área Remanescente em 18,10 metros até o ponto P3 de coordenadas E: 671.410,048 e N: 7.042.149,612; deste segue pelo lado direito em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°00'00" confrontando com a área nº 08 em 30,00 metros até o ponto PP de coordenadas E: 671.383,454 e N: 7.042.135,726, deste segue defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°00'00" com o início da descrição perfazendo um perímetro de 96,10 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564354

Inscrição Imobiliária: 01.06.001.0085

ÁREA (10) – Área total de 788,37m<sup>2</sup> (setecentos e oitenta e oito metros e trinta e sete decímetros quadrados) assim caracterizada: Contendo a área de 788,37m<sup>2</sup>, situado no lado par da Rua Acre, distando pelo lado direito do imóvel 138,05 metros da esquina formada com o lado par da Rua João Berti, município de Rio Dos Cedros/SC, inicia-se a descrição deste imóvel no ponto PP, localizado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente em linha reta confrontando com o lado par da Rua Acre em 23,77 metros até o ponto P1 de coordenadas E: 671.402,786 e N: 7.042.098,701, deste segue em linha curva com o ângulo central de 89°26'09" em 9,20 metros confrontando com o lado par da Rua Acre até o ponto P2 de coordenadas E: 671.411,429 e N: 7.042.096,438; deste segue pelo lado esquerdo em linha reta em 20,10 metros confrontando com o lado par da Rua Acre até o ponto P3 de coordenadas E: 671.429,337 e N: 7.042.105,565; deste segue pelos fundos em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 89°31'55" confrontando com a área nº 11 em 29,88 metros até o ponto P4 de coordenadas E: 671.415,551 e N: 7.042.132,077; deste segue pelo lado direito em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°05'24" confrontando com a área nº 09 em 26,76 metros até o ponto PP de coordenadas E: 671.391,787 e N: 7.042.119,767, deste segue defletindo a esquerda com o ângulo interno de 89°48'50" com o início da descrição perfazendo um perímetro de 109,71 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564362

Inscrição Imobiliária: 01.06.001.0086

ÁREA (11) – Área total de 538,94m<sup>2</sup> (quinhentos e trinta e oito metros e noventa e quatro decímetros quadrados) assim caracterizada:

Contendo a área de 538,94m<sup>2</sup>, situado no lado par da Rua Acre, distando pelo lado direito do imóvel 187,86 metros da esquina formada com o lado par da Rua João Berti, município de Rio Dos Cedros/SC, inicia-se a descrição deste imóvel no ponto PP, localizado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente em linha reta confrontando com o lado par da Rua Acre em 18,00 metros até o ponto P1 de coordenadas E: 671.445,375 e N: 7.042.113,739; deste segue pelo lado esquerdo em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 89°31'59" confrontando com a área nº 12 em 30,00 metros até o ponto P2 de coordenadas E: 671.431,534 e N: 7.042.140,356; deste segue pelos fundos em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°05'20" confrontando com a distância total de 18,00 metros, sendo em 14,76 metros confrontando com a Área Remanescente e em 3,24 metros confrontando com a área 09 até o ponto P3 de coordenadas E: 671.415,551 e N: 7.042.132,077; deste segue pelo lado direito em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 89°54'36" confrontando com a área nº 10 em 29,88 metros até o ponto PP de coordenadas E: 671.429,337 e N: 7.042.105,565, deste segue defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°28'05" com o início da descrição perfazendo um perímetro de 95,88 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564370

Inscrição Imobiliária: 01.06.001.0087

ÁREA (12) – Área total de 450,00m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) assim caracterizada:

Contendo a área de 450,00m<sup>2</sup>, situado no lado par da Rua Acre, distando pelo lado direito do imóvel 205,86 metros da esquina formada com o lado par da Rua João Berti, município de Rio Dos Cedros/SC, inicia-se a descrição deste imóvel no ponto PP, localizado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente em linha reta confrontando com o lado par da Rua Acre em 15,00 metros até o ponto P1 de coordenadas E: 671.458,739 e N: 7.042.120,550; deste segue pelo lado esquerdo em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 89°31'59" confrontando com a área nº13 em 30,00 metros até o ponto P2 de coordenadas E: 671.444,899 e N: 7.042.147,168; deste segue pelos fundos em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°28'01" em 15,00 metros confrontando com a Área Remanescente até o ponto P3 de coordenadas E: 671.431,534 e N: 7.042.140,356; deste segue pelo lado direito em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 89°31'59" confrontando com a área nº 11 em 30,00 metros até o ponto PP de coordenadas E: 671.445,375 e N: 7.042.113,739, deste segue defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°28'01" com o início da descrição perfazendo um perímetro de 90,00 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564389

Inscrição Imobiliária: 01.06.001.0088

ÁREA (13) – Área total de 450,00m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) assim caracterizada:

Contendo a área de 450,00m<sup>2</sup>, situado no lado par da Rua Acre, distando pelo lado direito do imóvel 220,86 metros da esquina formada com o lado par da Rua João Berti, município de Rio Dos Cedros/SC, inicia-se a descrição deste imóvel no ponto PP, localizado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente em linha reta confrontando com o lado par da Rua Acre em 15,00 metros até o ponto P1 de coordenadas E: 671.472,103 e N: 7.042.127,361; deste segue pelo lado esquerdo em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 89°31'59" confrontando com a área nº14 em 30,00 metros até o ponto P2 de coordenadas E: 671.458,263 e N: 7.042.153,979; deste segue pelos fundos em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°28'01" em 15,00 metros confrontando com a Área Remanescente até o ponto P3 de coordenadas E: 671.444,899 e N: 7.042.147,168; deste segue pelo lado direito em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 89°31'59" confrontando com a área nº 12 em 30,00 metros até o ponto PP de coordenadas E: 671.458,739 e N: 7.042.120,550, deste segue defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°28'01" com o início da descrição perfazendo um perímetro de 90,00 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564397

Inscrição Imobiliária: 01.06.001.0089

ÁREA (14) – Área total de 450,00m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) assim caracterizada:

Contendo a área de 450,00m<sup>2</sup>, situado no lado par da Rua Acre, distando pelo lado direito do imóvel 235,86 metros da esquina formada com o lado par da Rua João Berti, município de Rio Dos Cedros/SC, inicia-se a descrição deste imóvel no ponto PP, localizado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente em linha reta confrontando com o lado par da Rua Acre em 15,00 metros até o ponto P1 de coordenadas E: 671.485,468 e N: 7.042.134,172; deste segue pelo lado esquerdo em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 89°31'47" confrontando com o imóvel matriculado sob nº 7.282, Lv. 2 de propriedade de Valmor da Silva em 30,00 metros até o ponto P2 de coordenadas E: 671.471,627 e N: 7.042.160,790; deste segue pelos fundos em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°28'01" em 15,00 metros confrontando com a Área Remanescente até o ponto P3 de coordenadas E: 671.458,263 e N: 7.042.153,979;



deste segue pelo lado direito em linha reta defletindo a esquerda com o ângulo interno de 89°31'59" confrontando com a área nº 13 em 30,00 metros até o ponto PP de coordenadas E: 671.472,103 e N: 7.042.127,361, deste segue defletindo a esquerda com o ângulo interno de 90°28'01" com o início da descrição perfazendo um perímetro de 90,00 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564400

Inscrição Imobiliária: 01.06.001.0090

§2º. 8.331,22m² (oito mil, trezentos e trinta e um metros e vinte e dois decímetros quadrados) de área remanescente, esta assim constituída:

Contendo a área de 8.331,22m², situado no lado par da Rua João Berti, distando pelo lado esquerdo do imóvel 29,92 metros da esquina formada com o lado par da Rua Acre, município de Rio Dos Cedros/SC, inicia-se a descrição deste imóvel no ponto PP, localizado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel, segue pela frente em linha reta, em 60,00 metros confrontando com o lado par da Rua João Berti até o ponto P1 de coordenadas E: 671.407,131 e N: 7.042.284,828; deste segue pelo lado direito em linha reta defletindo a direita com o ângulo interno de 89°10'08" em 139,80 metros confrontando com o imóvel matriculado sob nº 7.282, Lv. 2 de propriedade de Valmor da Silva até o ponto P2 de coordenadas E: 671.471,627 e N: 7.042.160,790; deste segue pelos fundos em duas linhas retas, a primeira defletindo a direita com o ângulo interno de 89°31'59" com a distância total de 45,00 metros, sendo que confronta com a área nº 14 em 15,00 metros, com a área nº 13 em 15,00 metros e com a área nº 12 em 15,00 metros até o ponto P3 de coordenadas E: 671.431,534 e N: 7.042.140,356 e a segunda defletindo a esquerda com o ângulo interno de 180°22'41" confrontando com a área nº 11 em 14,76 metros até o ponto P4 de coordenadas E: 671.418,426 e N: 7.042.133,566; deste segue pelo lado esquerdo em linha reta defletindo a direita com o ângulo interno de 90°11'10" com a distância total de 138,54 metros, sendo que confronta com a área nº 09 em 18,10 metros, com a área nº 08 em 15,00 metros, com a área nº 07 em 15,00 metros, com a área nº 06 em 15,00 metros, com a área nº 05 em 15,00 metros, com a área nº 04 em 15,00 metros, com a área nº 03 em 15,00 metros, com a área nº 02 em 15,00 metros e com a área nº 01 em 15,44 metros até o ponto PP de coordenadas E: 671.354,304 e N: 7.042.256,374, deste segue defletindo a direita com o ângulo interno de 90°44'21" com o início da descrição perfazendo um perímetro de 398,10 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº59285

Inscrição Imobiliária: 01.06.001.0071

Art.3º. Apesar da aprovação do desmembramento feito por este Decreto, o requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 269, de 26 de agosto de 2015 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Art.4º. VITOR AGOSTINI e MARLENE AGOSTINI, bem como seus sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal, estadual e municipal pertinentes, mais precisamente às Leis n.ºs 12.651, de 25 de maio de 2012 - Código Florestal, 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano, Lei Estadual Catarinense 6063/82.

Art.5º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº2.755, de 06 de abril de 2016.

Rio dos Cedros, 20 de Abril de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 20 de Abril de 2016.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

**DECRETO Nº 2.765, DE 20 DE ABRIL DE 2016.  
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS NO IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE ADELOR PACHER, SITUADO DO LADO ÍMPAR DA RODOVIA MUNICIPAL RCD-110, NESTA CIDADE.**

DECRETO Nº 2.765, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS NO IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE ADELOR PACHER, SITUADO DO LADO ÍMPAR DA RODOVIA MUNICIPAL RCD-110, NESTA CIDADE.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso V, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 233/1980, respeitada a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979:

DECRETA;

Art.1º. Fica aprovado o desmembramento de áreas no imóvel urbano de propriedade de ADELOR PACHER, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 1.774.901-8, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob nº530.045.749-34, situado do lado ímpar da Rodovia Municipal RCD -110, distando pelo lado direito do imóvel (ponto OPP), 526,00m do lado ímpar da Rua Duque de Caxias, município de Rio dos Cedros, desta Comarca, tendo como área total alienável 2.541,76m² (dois mil quinhentos e quarenta e um metro e setenta e seis decímetros quadrados) e 9.230,09m² (nove mil duzentos e trinta metros e nove decímetros quadrados) de área remanescente, conforme planta e documentos apresentados pelo proprietário acompanhado do requerimento SEPLAN nº630, de 20 de novembro de 2014.

Art.2º. O desmembramento aprovado por este Decreto, provem de imóvel registrado junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob matrícula nº 23.564, livro 2, e esta assim constituído;

§1º. 2.541,76m² (dois mil quinhentos e quarenta e um metro e setenta e seis decímetros quadrados) de área a desmembrar, assim constituída:

Terreno urbano, com área de 2.541,76m² edificado com uma casa, situado no lado ímpar da Rodovia Municipal RCD 110, distando, pelo lado direito da área a desmembrar, ponto 1, em 526,00m do lado ímpar da Rua Duque de Caxias, município de Rio dos Cedros. O imóvel inicia-se no ponto 1 pela frente-leste em linha reta de 35,00m com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD 110; pelos fundos-oeste em linha reta de 33,20m com a área remanescente do proprietário; pelo lado direito-sul em 74,50m com terras de Galdino Antonio Agostini – Transcrição 4.440, fls. 222, livro 3-B; pelo lado esquerdo-norte em 79,30m confrontando com a área remanescente do proprietário, fechando num perímetro de 223,00m.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº3720.6

§ 2º. A área remanescente, objeto do presente Decreto, passa a contar com a área de 9.230,09m² (nove mil duzentos e trinta metros e nove decímetros quadrados), assim constituída:

Terreno urbano, com área de 9.230,09m² (nove mil duzentos e trinta metros e nove decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rodovia Municipal RCD 110, distando, pelo lado direito da área a desmembrar, ponto 1, em 561,00m do lado ímpar da Rua Duque de Caxias, município de Rio dos Cedros. O imóvel inicia-se no ponto 1 fazendo frente-leste em linha reta de 79,30m com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD 110; pelo lado direito-sul em linha reta de 141,00m confrontando com terras de Galdino Antonio Agostini – Transcrição 4.440, fls. 222, livro 3-B depois segue à esquerda em linha reta de 33,20m confrontando com a área a desmembrar do proprietário e deste segue à direita, em linha reta de 79,30m com

a área a desmembrar do proprietário; pelo lado esquerdo-norte em linha reta de 272,00m com terras de Juvencio Giovanella (espólio), ocupadas por Nelson Giovanella – Transcrição 2.753, fls. 210, livro 3-A. O perímetro é de 604,80m.  
CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº1980.1

Art.3º. Apesar da aprovação do desmembramento feito por este Decreto, o requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 233/80 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Art.4º. ADELOR PACHER, bem como seus sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal, estadual e municipal pertinentes, mais precisamente às Leis n.ºs 12.651, de 25 de maio de 2012 - Código Florestal, 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano, Lei Estadual Catarinense 6063/82.

Art.5º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2.695, de 23 de fevereiro de 2015.

Rio dos Cedros, 20 de Abril de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 20 de Abril de 2016.

MARGARET SILVIA GREITER

Diretora de Gabinete

**DECRETO Nº 2.766, DE 20 DE ABRIL DE 2016. APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS NO IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE ARI JOÃO LÉSCOVITZ E OLGA PAULINA CAMPESTRINI LÉSCOVITZ, SITUADO DO LADO PAR DA RUA DOM PEDRO II, NESTA CIDADE.**

DECRETO Nº 2.766, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS NO IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE ARI JOÃO LÉSCOVITZ e OLGA PAULINA CAMPESTRINI LÉSCOVITZ, SITUADO DO LADO PAR DA RUA DOM PEDRO II, NESTA CIDADE.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso V, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 233/1980, respeitada a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979:

DECRETA;

Art.1º. Fica aprovado o desmembramento de áreas no imóvel urbano de propriedade de ARI JOÃO LÉSCOVITZ, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no CPF sob nº 081.972.379-72, portador da cédula de identidade nº 223.233-2, expedida pela SSP/SC, casado pelo regime da comunhão universal de bens, na vigência da Lei nº6.515/77, com OLGA PAULINA CAMPESTRINI LÉSCOVITZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 902.682.969-87, portadora da cédula de identidade nº 1.119.024-8, expedida pela SSP/SC, situado do lado par da Rua Dom Pedro II, esquina formada com o lado ímpar da rua Ângelo Purin, nesta cidade, tendo como área total alienável 5.984,00m<sup>2</sup> (cinco mil, novecentos e oitenta e quatro metros quadrados) e 4.883,62m<sup>2</sup> (quatro mil, oitocentos e oitenta e três metros e sessenta e dois decímetros quadrados) de área remanescente, conforme planta e documentos apresentados pelo proprietário acompanhado do requerimento protocolado sob nº 538 de 29 de Março de 2016.

Art.2º. O desmembramento aprovado por este Decreto, provem de imóvel registrado junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob matrícula nº 25.705, livro 2, e esta assim constituído;

§1º. 5.984,00m<sup>2</sup> (cinco mil, novecentos e oitenta e quatro metros quadrados) de área alienável, esta assim constituída:

ÁREA (01) – Área total de 1.491,53m<sup>2</sup> (um mil, quatrocentos e noventa e um metros e cinquenta e três decímetros quadrados) assim caracterizada:

Terreno urbano, com uma área total de 1.491,53m<sup>2</sup> (um mil, quatrocentos e noventa e um metros e cinquenta e três decímetros quadrados), situado no lado ímpar da rua Ângelo Purin, distante pelo lado direito do imóvel 113,12m da esquina formada com o lado par da rua Dom Pedro II. Iniciando no ponto PP, situado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente em 34,80m com o lado ímpar da rua Ângelo Purin até o ponto 01; deste segue pelo lado esquerdo defletindo à esquerda com ângulo interno de 101°39'29" em 44,59m com o Lote 02 até o ponto 02; deste segue pelos fundos defletindo à esquerda com ângulo interno de 77°54'27" em 33,77m com terras de Waldemar Hwizdaleck, Matrícula 11.962, L-2 até o ponto 03; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com ângulo interno de 103°27'20" em 44,56m com a Área Remanescente até o ponto de partida PP, deste defletindo à esquerda com ângulo interno de 76°58'44" com o início desta descrição. Perfazendo o perímetro em 157,72m.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº 56456.7

Inscrição Imobiliária: 01.04.001.1655

ÁREA (02) – Área total de 1.483,60m<sup>2</sup> (um mil, quatrocentos e oitenta e três metros e sessenta decímetros quadrados) assim caracterizada:

Terreno urbano, com uma área total de 1.483,60m<sup>2</sup> (um mil, quatrocentos e oitenta e três metros e sessenta decímetros quadrados), situado no lado ímpar da rua Ângelo Purin, distante pelo lado direito do imóvel 147,92m da esquina formada com o lado par da rua Dom Pedro II. Iniciando no ponto PP, situado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente em 34,30m com o lado ímpar da rua Ângelo Purin até o ponto 01; deste segue pelo lado esquerdo defletindo à esquerda com ângulo interno de 100°35'11" em 44,68m com o Lote 03 até o ponto 02; deste segue pelos fundos defletindo à esquerda com ângulo interno de 78°58'45" em 33,50m com terras de Waldemar Hwizdaleck, Matrícula 11.962, L-2 até o ponto 03; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com ângulo interno de 102°05'33" em 44,59m com o Lote 01 até o ponto de partida PP, deste defletindo à esquerda com ângulo interno de 78°20'31" com o início desta descrição. Perfazendo o perímetro em 157,07m.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº 4273.0

Inscrição Imobiliária: 01.04.001.1315

ÁREA (03) – Área total de 1.496,73m<sup>2</sup> (um mil, quatrocentos e noventa e seis metros e setenta e três decímetros quadrados) assim caracterizada:

Terreno urbano, com uma área total de 1.496,73m<sup>2</sup> (um mil, quatrocentos e noventa e seis metros e setenta e três decímetros quadrados), situado no lado ímpar da rua Ângelo Purin, distante pelo lado direito do imóvel 182,22m da esquina formada com o lado par da rua Dom Pedro II. Iniciando no ponto PP, situado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente em 34,40m com o lado ímpar da rua Ângelo Purin até o ponto 01; deste segue pelo lado esquerdo defletindo à esquerda com ângulo interno de 99°31'10" em 44,80m com o Lote 04 até o ponto 02; deste segue pelos fundos defletindo à esquerda com ângulo interno de 80°02'46" em 33,60m com terras de Waldemar Hwizdaleck, Matrícula 11.962, L-2 até o ponto 03; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com ângulo interno de 101°01'15" em

44,68m com o Lote 02 até o ponto de partida PP, deste defletindo à esquerda com ângulo interno de 79°24'49" com o início desta descrição. Perfazendo o perímetro em 157,48m.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº 4283.8  
Inscrição Imobiliária: 01.04.001.1331

ÁREA (04) – Área total de 1.512,14m<sup>2</sup> (um mil, quinhentos e doze metros e quatorze décimos quadrados) assim caracterizada: Terreno urbano, com uma área total de 1.512,14m<sup>2</sup> (um mil, quinhentos e doze metros e quatorze décimos quadrados), situado no lado ímpar da rua Ângelo Purin, distante pelo lado direito do imóvel 216,62m da esquina formada com o lado par da rua Dom Pedro II. Iniciando no ponto PP, situado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente em 34,10m com o lado ímpar da rua Ângelo Purin até o ponto 01; deste segue pelo lado esquerdo defletindo à esquerda com ângulo interno de 99°35'18" em 45,07m com a área remanescente de Alfonso Klug, Transcrição 6.121, fls. 154, L-3-C do Arquivo até o ponto 02; deste segue pelos fundos defletindo à esquerda com ângulo interno de 79°58'37" em 34,20m com terras de Waldemar Hwizdaleck, Matrícula 11.962, L-2 até o ponto 03; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com ângulo interno de 99°57'14" em 44,80m com Lote 03 até o ponto de partida PP, deste defletindo à esquerda com ângulo interno de 80°28'50" com o início desta descrição. Perfazendo o perímetro em 158,17m.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº 4322.2  
Inscrição Imobiliária: 01.04.001.1375

§2º. 4.883,62m<sup>2</sup> (quatro mil, oitocentos e oitenta e três metros e sessenta e dois décimos quadrados) de área remanescente, esta assim constituída:

Terreno urbano, com uma área total de 4.883,62m<sup>2</sup> (quatro mil, oitocentos e oitenta e três metros e sessenta e dois décimos quadrados), situado no lado par da rua Dom Pedro II, esquina formada com o lado ímpar da rua Ângelo Purin. Iniciando no ponto PP, situado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel, segue pela frente em 36,06m com o lado par da rua Dom Pedro II até o ponto 01; deste segue pelo lado direito defletindo à direita com ângulo interno de 101°26'32" em 114,93m sendo: em 33,00m com terras de Tercilio Marchetti S/A, Indústria e Comércio, Matrícula 825, L-2, em 15,00m com terras de Terezinha Kulpa, Matrícula 9.491, L-2, em 15,00m com terras de Reni Leopoldo Taminini, Matrícula 9.417, L-2, em 44,70m com a área remanescente de Waldemar Hwizdaleck, Matrícula 9.278, L-2, e em 7,23m com terras de Waldemar Hwizdaleck, Matrícula 11.962, L-2 até o ponto 02; deste segue pelos fundos defletindo à direita com ângulo interno de 76°32'40" em 44,56m com o Lote 01 até o ponto 03; deste segue pelo lado esquerdo defletindo à direita com ângulo interno de 103°01'16" em 105,84m com o lado ímpar da rua Ângelo Purin até o ponto 04; deste segue defletindo à direita na curva de transição, com ângulo central de 101°00'28" em 10,58m com o lado ímpar da rua Ângelo Purin até o ponto de partida PP, com o início desta descrição. Perfazendo o perímetro em 311,97m.

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº 5584.0  
Inscrição Imobiliária: 01.21.001.0060

Art.3º. Apesar da aprovação do desmembramento feito por este Decreto, o requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 269, de 26 de agosto de 2015 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Art.4º. ARI JOÃO LÉSCOVITZ e OLGA PAULINA CAMPESTRINI LÉSCOVITZ, bem como seus sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal, estadual e municipal pertinentes, mais precisamente às Leis n.ºs 12.651, de 25 de maio de 2012 - Código Florestal, 6766/79

- Parcelamento do Solo Urbano, Lei Estadual Catarinense 6063/82. Art.5º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 20 de Abril de 2016.  
FERNANDO TOMASELLI  
Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 20 de Abril de 2016.  
MARGARET SILVIA GREITER  
Diretora de Gabinete

**DECRETO Nº 2.767, DE 13 DE MAIO DE 2016. APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS NO IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE LEONIDO AGOSTINI E DIRCE MARIA AGOSTINI, SITUADO DO LADO PAR AVENIDA EXPEDICIONÁRIO ANSELMO LEITEMPERGHER, NESTA CIDADE.**

DECRETO Nº 2.767, DE 13 DE MAIO DE 2016.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS NO IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE LEONIDO AGOSTINI e DIRCE MARIA AGOSTINI, SITUADO DO LADO PAR AVENIDA EXPEDICIONÁRIO ANSELMO LEITEMPERGHER, NESTA CIDADE.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso V, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 233/1980, respeitada a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979:

DECRETA;

Art.1º. Fica aprovado o desmembramento de áreas no imóvel urbano de propriedade de LEONIDO AGOSTINI, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no CPF sob nº 081.908.449-20, portador da cédula de identidade nº 157.837-5, expedida pela SSP/SC, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à vigência da Lei nº6.515/77, com DIRCE MARIA AGOSTINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 657.276.499-00, portadora da cédula de identidade nº 2.052.932, expedida pela SSP/PR, situado do lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher – RCD 080, distando pelo lado esquerdo (ponto PP) em 880,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-433, na localidade de São José, nesta cidade, tendo como área total alienável 26.100,08m<sup>2</sup> (vinte e seis mil e cem metros e oito décimos quadrados) e 7.845,13 m<sup>2</sup> (Sete mil oitocentos e quarenta e cinco metros quadrados e treze décimos quadrados) de área remanescente, conforme planta e documentos apresentados pelo proprietário acompanhado do requerimento protocolado sob nº 485 de 21 de Março de 2016.

Art.2º. O desmembramento aprovado por este Decreto, provem de imóvel registrado junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob matrícula nº 26.057, livro 2, e esta assim constituído;

§1º. 26.100,08m<sup>2</sup> (vinte e seis mil e cem metros e oito décimos quadrados) de área alienável, esta assim constituída:

ÁREA (01) – Área total de 5.165,04 m<sup>2</sup> (Cinco mil cento e sessenta e cinco metros quadrados e quatro décimos quadrados) assim caracterizada:

Área com 5.165,04 m<sup>2</sup> (Cinco mil cento e sessenta e cinco metros quadrados e quatro décimos quadrados), sem benfeitorias, zona urbana, localizado no lado par da Avenida Expedicionário Anselmo



Leitempergher, distando pelo lado esquerdo (ponto PP), 880,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-433, na localidade de São José, município de Rio dos Cedros/SC, com a seguinte descrição perimetral e DATUM de origem SIRGAS2000;

Iniciando esta descrição partindo do ponto PP com coordenadas UTM E:671067.7021 e N:7044991.6361 (situado na intersecção da frente com o lado esquerdo do imóvel – ponto de referência) e seguindo aos fundos, em linha reta de 240,000 metros com azimute de 355°17'56", até o ponto P1 com coordenadas UTM E:671048.0327 e N:7045230.8177, confrontando com terras de OSVALDO ANTONIO VALANDRO e MARLI MARIA VALANDRO (Mat. 24.361, Lv. 2 – 1º Of. de R. I. da Comarca de Timbó/SC), sendo esta o Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 28,458 metros e com azimute de 232°55'06", até o ponto P2 com coordenadas UTM E:671025.4052 e N:7045213.5686, confrontando com a margem direita do Rio dos Cedros, sendo esta os Fundos; deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 228,924 metros e com azimute de 174°17'18", até o ponto P3 com coordenadas UTM E:671048.1879 e N:7044985.7810, confrontando com o Lote 2, sendo esta o Lado Direito; deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 20,374 metros e com azimute de 73°17'56", até o ponto PP, confrontando com o lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher, sendo esta a Frente; fechando assim o perímetro do lote 1, perfazendo o perímetro em 517,756 metros.

Dita área é gravada com uma faixa de APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE de 50,00 metros de largura, ao longo da margem direita do Rio dos Cedros, com área de 1.392,42 m<sup>2</sup> (Um mil, trezentos e noventa e dois metros quadrados e quarenta e dois decímetros quadrados); (Conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, art. 4, I b).

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564419

Inscrição Imobiliária: 01.05.001.2019

ÁREA (02) – Área total de 4.817,49 m<sup>2</sup> (Quatro mil oitocentos e dezessete metros quadrados e quarenta e nove decímetros quadrados) assim caracterizada:

Área com 4.817,49 m<sup>2</sup> (Quatro mil oitocentos e dezessete metros quadrados e quarenta e nove decímetros quadrados), sem benfeitorias, zona urbana, localizado no lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher, distando pelo lado esquerdo (ponto PP), 900,374 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-433, na localidade de São José, município de Rio dos Cedros/SC, com a seguinte descrição perimetral e DATUM de origem SIRGAS2000;

Iniciando esta descrição partindo do ponto PP com coordenadas UTM E: 671048.1879 e N:7044985.7810 (situado na intersecção da frente com o lado esquerdo do imóvel – ponto de referência) e seguindo aos fundos, em linha reta de 228,924 metros com azimute de 354°17'18", até o ponto P1 com coordenadas UTM E:671025.4052 e N:7045213.5686, confrontando com o Lote 1, sendo esta o Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 26,993 metros e com azimute de 232°55'06", até o ponto P2 com coordenadas UTM E:671003.9436 e N:7045197.1972, confrontando com a margem direita do Rio dos Cedros, sendo esta os Fundos; deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 218,666 metros e com azimute de 173°29'34", até o ponto P3 com coordenadas UTM E:671028.7245 e N:7044979.9396, confrontando com o Lote 3, sendo esta o Lado Direito; deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 20,321 metros e com azimute de 73°17'56", até o ponto PP, confrontando com o lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher, sendo esta a Frente; fechando assim o perímetro do Lote 2, perfazendo o perímetro em 494,904 metros.

Dita área é gravada com uma faixa de APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE de 50,00 metros de largura, ao longo da

margem direita do Rio dos Cedros, com área de 1.510,96 m<sup>2</sup> (Um mil quinhentos e dez metros quadrados e noventa e seis decímetros quadrados); (Conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, art. 4, I b).

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564427

Inscrição Imobiliária: 01.05.001.2020

ÁREA (03) – Área total de 4.558,35 m<sup>2</sup> (Quatro mil quinhentos e cinquenta e oito metros quadrados e trinta e cinco decímetros quadrados) assim caracterizada:

Área com 4.558,35 m<sup>2</sup> (Quatro mil quinhentos e cinquenta e oito metros quadrados e trinta e cinco decímetros quadrados), sem benfeitorias, zona urbana, localizado no lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher, distando pelo lado esquerdo (ponto PP), 920,695 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-433, na localidade de São José, município de Rio dos Cedros/SC, com a seguinte descrição perimetral e DATUM de origem SIRGAS2000;

Iniciando esta descrição partindo do ponto PP com coordenadas UTM E:671028.7245 e N:7044979.9396 (situado na intersecção da frente com o lado esquerdo do imóvel – ponto de referência) e seguindo aos fundos, em linha reta de 218,666 metros com azimute de 353°29'34", até o ponto P1 com coordenadas UTM E: 671003.9436 e N: 7045197.1972, confrontando com o Lote 2, sendo esta o Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 12,128 metros e com azimute de 232°55'06", até o ponto P2 com coordenadas UTM E: 670994.3009 e N:7045189.8419, deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 20,421 metros e com azimute de 211°31'02", até o ponto P3 com coordenadas UTM E: 670983.6256 e N: 7045172.4326, confrontando com a margem direita do Rio dos Cedros, sendo esta os Fundos; deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 199,973 metros e com azimute de 172°37'12", até o ponto P4 com coordenadas UTM E: 671009.3116 e N:7044974.1164, confrontando com o Lote 4, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 20,267 metros e com azimute de 73°17'56", até o ponto PP, confrontando com o lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher, sendo esta a Frente; fechando assim o perímetro do Lote 3, perfazendo o perímetro em 471,455 metros.

Dita área é gravada com uma faixa de APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE de 50,00 metros de largura, ao longo da margem direita do Rio dos Cedros, com área de 2.006,89 m<sup>2</sup> (Dois mil e seis metros quadrados e oitenta e nove decímetros quadrados); (Conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, art. 4, I b).

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564435

Inscrição Imobiliária: 01.05.001.2021

ÁREA (04) – Área total de 5.134,28 m<sup>2</sup> (Cinco mil cento e trinta e quatro metros quadrados e vinte e oito decímetros quadrados) assim caracterizada:

Área com 5.134,28 m<sup>2</sup> (Cinco mil cento e trinta e quatro metros quadrados e vinte e oito decímetros quadrados), sem benfeitorias, zona urbana, localizado no lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher, distando pelo lado esquerdo (ponto PP), 940,962 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-433, na localidade de São José, município de Rio dos Cedros/SC, com a seguinte descrição perimetral e DATUM de origem SIRGAS2000;

Iniciando esta descrição partindo do ponto PP com coordenadas UTM E: 671009.3116 e N: 7044974.1164 (situado na intersecção da frente com o lado esquerdo do imóvel – ponto de referência) e seguindo aos fundos, em linha reta de 199,973 metros com azimute de 352°37'12", até o ponto P1 com coordenadas UTM E:670983.6256 e N:7045172.4326, confrontando com o Lote 3, sendo esta o Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta

de 31,698 metros e com azimute de 211°31'02", até o ponto P2 com coordenadas UTM E:670967.0554e N:7045145.4110, deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 26,330 metros e com azimute de 195°07'53", até o ponto P3 com coordenadas UTM E:670960.4231 e N:7045119.9298, deste ponto segue defletindo à direita em linha reta de 9,268 metros e com azimute de 211°36'18", até o ponto P4 com coordenadas UTM E:670955.4786 e N: 7045112.0901, confrontando com a margem direita do Rio dos Cedros, sendo esta os Fundos; deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 147,853 metros e com azimute de 166°29'04", até o ponto P5 com coordenadas UTM E:670990.0331 e N:7044968.3321, confrontando com o Lote 5, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 20,128 metros e com azimute de 73°17'56", até o ponto PP, confrontando com o lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher, sendo esta a Frente; fechando assim o perímetro do Lote 4, perfazendo o perímetro em 435,25 metros.

Dita área é gravada com uma faixa de APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE de 50,00 metros de largura, ao longo da margem direita do Rio dos Cedros, com área de 2.769,47 m<sup>2</sup> (Dois mil e setecentos e sessenta e nove metros quadrados e quarenta e sete décimos quadrados); (Conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, art. 4, I b).

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564443

Inscrição Imobiliária: 01.05.001.2022

ÁREA (05) – Área total de 3.594,21 m<sup>2</sup> (Três mil quinhentos e noventa e quatro metros quadrados e vinte e um décimos quadrados) assim caracterizada:

Área com 3.594,21 m<sup>2</sup> (Três mil quinhentos e noventa e quatro metros quadrados e vinte e um décimos quadrados), sem benfeitorias, zona urbana, localizado no lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher, distando pelo lado esquerdo (ponto PP), 961,09 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-433, na localidade de São José, município de Rio dos Cedros/SC, com a seguinte descrição perimetral e DATUM de origem SIRGAS2000;

Iniciando esta descrição partindo do ponto PP com coordenadas UTM E: 670990.0331 e N: 7044968.3321 (situado na intersecção da frente com o lado esquerdo do imóvel – ponto de referência) e seguindo aos fundos, em linha reta de 147,853 metros com azimute de 346°29'04", até o ponto P1 com coordenadas UTM E:670955.4786 e N:7045112.0901, confrontando com o Lote 4, sendo esta o Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 12,178 metros e com azimute de 211°36'18", até o ponto P2 com coordenadas UTM E:670948.9819 e N:7045101.7902, deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 29,995 metros e com azimute de 217°46'48", até o ponto P3 com coordenadas UTM E:670930.6062 e N:7045078.0828, confrontando com a margem direita do Rio dos Cedros, sendo esta os Fundos; deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 122,307 metros e com azimute de 160°53'20", até o ponto P4 com coordenadas UTM E:670970.6497 e N: 7044962.5162, confrontando com o Lote 6, sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 20,237 metros e com azimute de 73°17'56", até o ponto PP, confrontando com o lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher, sendo esta a Frente; fechando assim o perímetro do Lote 5, perfazendo o perímetro em 332,57 metros.

Dita área é gravada com uma faixa de APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE de 50,00 metros de largura, ao longo da margem direita do Rio dos Cedros, com área de 1.878,82 m<sup>2</sup> (Um mil oitocentos e setenta e oito metros quadrados e oitenta e dois décimos quadrados); (Conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, art. 4, I b).

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564451

Inscrição Imobiliária: 01.05.001.2023

ÁREA (06) – Área total de 2.830,71 m<sup>2</sup> (Dois mil oitocentos e trinta metros quadrados e setenta e um décimos quadrados) assim caracterizada:

Área com 2.830,71 m<sup>2</sup> (Dois mil oitocentos e trinta metros quadrados e setenta e um décimos quadrados), sem benfeitorias, zona urbana, localizado no lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher, distando pelo lado esquerdo (ponto PP), 981,327 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-433, na localidade de São José, município de Rio dos Cedros/SC, com a seguinte descrição perimetral e DATUM de origem SIRGAS2000;

Iniciando esta descrição partindo do ponto PP com coordenadas UTM E:670970.6497 e N:7044962.5162 (situado na intersecção da frente com o lado esquerdo do imóvel – ponto de referência) e seguindo aos fundos, em linha reta de 122,307 metros com azimute de 340°53'20", até o ponto P1 com coordenadas UTM E: 670930.6062 e N: 7045078.0828, confrontando com o Lote 5, sendo esta o Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 34,949 metros e com azimute de 217°46'48", até o ponto P2 com coordenadas UTM E: 670909.1992 e N: 7045050.4522, confrontando com a margem direita do Rio dos Cedros, sendo esta os Fundos; deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 102,742 metros e com azimute de 155°56'11", até o ponto P3 com coordenadas UTM E: 670951.0886 e N: 7044956.6470, confrontando com a Área Remanescente, sendo esta o Lado Direito; deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 20,423 metros e com azimute de 73°17'56", até o ponto PP, confrontando com o lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher, sendo esta a Frente; fechando assim o perímetro do Lote 6, perfazendo o perímetro em 280,421 metros.

Dita área é gravada com uma faixa de APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE de 50,00 metros de largura, ao longo da margem direita do Rio dos Cedros, com área de 1.601,32 m<sup>2</sup> (Um mil seiscentos e um metros quadrados e trinta e dois décimos quadrados); (Conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, art. 4, I b).

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564460

Inscrição Imobiliária: 01.05.001.2024

§2º. 7.845,13 m<sup>2</sup> (Sete mil oitocentos e quarenta e cinco metros quadrados e treze décimos quadrados) de área remanescente, esta assim constituída:

Área remanescente com 7.845,13 m<sup>2</sup> (Sete mil oitocentos e quarenta e cinco metros quadrados e treze décimos quadrados), sem benfeitorias, zona urbana, localizado no lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher, distando pelo lado esquerdo (ponto PP), 1.001,75 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-433, na localidade de São José, município de Rio dos Cedros/SC, com a seguinte descrição perimetral e DATUM de origem SIRGAS2000;

Iniciando esta descrição partindo do ponto PP com coordenadas UTM E: 670951.0886 e N: 7044956.6470 (situado na intersecção da frente com o lado esquerdo do imóvel – ponto de referência) e seguindo aos fundos, em linha reta de 102,742 metros com azimute de 335°56'11", até o ponto P1 com coordenadas UTM E: 670909.1992 e N: 7045050.4522, confrontando com o Lote 6, sendo esta o Lado Esquerdo; deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 26,281 metros e com azimute de 217°46'48", até o ponto P2 com coordenadas UTM E:670893.0947 e N:7045029.6885, deste ponto segue defletindo à direita em linha reta de 61,103 metros e com azimute de 217°01'52", até o ponto P3 com coordenadas UTM E:670856.2952 e N:7044980.9098, deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 25,707 metros e com azimute de 179°35'15", até o ponto P4 com coordenadas UTM E:670856.4803 e N:7044955.2031, deste ponto segue defletindo à direita em linha reta de 25,400 metros e com azimute de 206°44'00", até o ponto P5 com coordenadas UTM E:670845.0544 e N:7044932.5189, deste ponto segue defletindo à direita em linha

reta de 44,524 metros e com azimute de 214°43'21", até o ponto P6 com coordenadas UTM E:670819.6937 e N:7044895.9233, deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 30,850 metros e com azimute de 209°47'45", até o ponto P7 com coordenadas UTM E:670804.3636 e N:7044869.1508, confrontando com a margem direita do Rio dos Cedros, sendo estas os Fundos; deste ponto segue defletindo à esquerda em linha reta de 28,596 metros e com azimute de 47°40'33", até o ponto P8 com coordenadas UTM E:670825.5055 e N:7044888.4059, deste ponto segue defletindo à direita em linha reta de 37,544 metros e com azimute de 50°50'25", até o ponto P9 com coordenadas UTM E:670854.6166 e N:7044912.1142, deste ponto segue defletindo à direita em linha reta de 25,135 metros e com azimute de 55°54'20", até o ponto P10 com coordenadas UTM E:670875.4314 e N:7044926.2028, deste ponto segue defletindo à direita em linha reta de 30,518 metros e com azimute de 62°52'00", até o ponto P11 com coordenadas UTM E:670902.5909 e N:7044940.1200, deste ponto segue defletindo à direita em linha reta de 51,236 metros e com azimute de 71°10'55", até o ponto PP, confrontando com o lado par da Avenida Expedicionário Anselmo Leitempergher, sendo estas a Frente; fechando assim o perímetro da área remanescente, perfazendo o perímetro em 489,636 metros.

Dita área é gravada com uma faixa de APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE de 50,00 metros de largura, ao longo da margem direita do Rio dos Cedros, com área de 6.467,71 m<sup>2</sup> (Seis mil quatrocentos e sessenta e sete metros quadrados e setenta e um decímetros quadrados); (Conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, art. 4, I b).

CADASTRO IMOBILIÁRIO Nº564478

Inscrição Imobiliária: 01.05.001.2025

Art.3º. Apesar da aprovação do desmembramento feito por este Decreto, o requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 269, de 26 de agosto de 2015 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Art.4º. LEONIDO AGOSTINI e DIRCE MARIA AGOSTINI, bem como seus sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal, estadual e municipal pertinentes, mais precisamente às Leis n.ºs 12.651, de 25 de maio de 2012 - Código Florestal, 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano, Lei Estadual Catarinense 6063/82.

Art.5º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 2.756, de 06 de abril de 2016.

Rio dos Cedros, 13 de Maio de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 13 de Maio de 2016.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

**DECRETO Nº 2.768, DE 13 DE MAIO DE 2016. APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS NO IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE IVAM CARLOS DALLABRIDA, SITUADO DO LADO ÍMPAR DA RUA RIBEIRÃO DO OURO, NESTA CIDADE.**

DECRETO Nº 2.768, DE 13 DE MAIO DE 2016.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS NO IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE IVAM CARLOS DALLABRIDA, SITUADO DO LADO ÍMPAR DA RUA RIBEIRÃO DO OURO, NESTA CIDADE.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso V, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 233/1980, respeitada a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979:

DECRETA;

Art.1º. Fica aprovado o desmembramento de áreas no imóvel urbano de propriedade de IVAM CARLOS DALLABRIDA, brasileiro, divorciado, autônomo, portador da cédula de identidade nº 2.617.739, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob nº907.706.929-15, situado do lado ímpar da Rua Ribeirão do Ouro, distando do ponto P3 em 560,70metros através do lado ímpar da Rua Ribeirão do Ouro, até a esquina formada com a Rua Sete de Setembro, município de Rio dos Cedros, desta Comarca, tendo como área total alienável 1.507,12m<sup>2</sup> (mil, quinhentos e sete metros e doze decímetros quadrados) e 4.098,63m<sup>2</sup> ( quatro mil e noventa e oito metros e sessenta e três decímetros quadrados) de área remanescente, conforme planta e documentos apresentados pelo proprietário acompanhado do requerimento nº 114, de 29 de janeiro de 2016.

Art.2º. O desmembramento aprovado por este Decreto, provem de imóvel registrado junto ao Iº Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob matrícula nº 25.722, livro 2, e esta assim constituído;

§1º. 1.507,12m<sup>2</sup> (mil, quinhentos e sete metros e doze decímetros quadrados) de área a desmembrar, assim constituída:

ÁREA 1 - com a área de 954,80m<sup>2</sup> (novecentos e cinquenta e quatro metros e oitenta decímetros quadrados), assim constituída:

Localizada no lugar denominado Ribeirão do Ouro, distando do ponto P1 em 582,45 metros através do lado ímpar da Rua Ribeirão do Ouro, até a esquina formada com o lado par da Rua Sete de Setembro, Rio dos Cedros – SC. Sem benfeitorias.

Inicia-se a descrição da poligonal no ponto P1, este segue pela frente, à Leste, em linha reta de 4,70 metros com o lado ímpar da Rua Ribeirão do Ouro, até o ponto P2 de coordenadas E:670335.406/N:7041269.265; pelo lado esquerdo, ao Norte, em quatro segmentos de linha reta, segue à esquerda, com ângulo interno de 90°36'44", em 20,11 metros até o ponto P3 de coordenadas E:670317.458/N:7041260.197, segue à direita, com ângulo interno de 273°37'14", em 25,23 metros com terras de Paulina Campestrini – Matrícula nº 16.642 – L2 até o ponto P4 de coordenadas E:670307.526/N:7041283.387, segue à esquerda, com ângulo interno de 97°19'18", em 21,08 metros até o ponto P5 de coordenadas E:670287.250/N:7041277.625, segue à esquerda, com ângulo interno de 179°34'06", em 8,43 metros com o lado ímpar da Rua Ribeirão do Ouro, até o ponto P6 de coordenadas E:670279.157/N:7041275.259; pelos fundos, à Oeste, em dois segmentos de linha reta, segue à esquerda, com ângulo interno de 83°38'26", em 25,63 metros com terras da Área 2 a desmembrar da presente matrícula até o ponto P7 de coordenadas E:670288.901/N:7041251.555, segue à direita, com ângulo interno de 180°06'36", em 4,69 metros com terras da Área remanescente da presente matrícula até o ponto P8 de coordenadas E:670290.677/N:7041247.209; pelo lado direito, ao Sul, em três segmentos de linha reta, segue à esquerda, com ângulo interno de 86°47'02", em 18,49 metros até o ponto P9 de coordenadas E:670307.370/N:7041255.154, segue à direita, com ângulo interno de 240°31'02", em 4,65 metros até o ponto P10 de coordenadas E:670311.175/N:7041252.484, segue à esquerda, com ângulo interno de 119°24'07", em 29,25 metros com terras da Área remanescente da presente matrícula, até o ponto P1 de coordenadas E:670337.571/N:7041265.092, segue à esquerda, com ângulo interno de 88°06'55", sendo o início da descrição com o perímetro de 162,26 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO nº 4342.7

Inscrição Imobiliária nº 01.04.001.1407



ÁREA 2 - com a área de 552,32m<sup>2</sup> (quinhentos e cinquenta e dois metros e trinta e dois decímetros quadrados), assim constituída:

Localizada no lugar denominado Ribeirão do Ouro, distando do ponto P1 em 665,34 metros através do lado ímpar da Rua Ribeirão do Ouro, até a esquina formada com o lado par da Rua Sete de Setembro, Rio dos Cedros - SC. Sem benfeitorias.

Inicia-se a descrição da poligonal no ponto P1, este segue pela frente, ao Norte, em linha reta de 15,10 metros com o lado ímpar da Rua Ribeirão do Ouro, até o ponto P2 de coordenadas E:670264.660/N:7041271.022; pelo lado esquerdo, à Oeste, em linha reta, segue à esquerda, com ângulo interno de 114°29'23", em 21,05 metros com terras de Ivam Carlos Dallabrida – Matrícula nº 25.720 – L2, até o ponto P3 de coordenadas E:670261.660/N:7041250.188; pelos fundos, ao Sul, em dois segmentos de linha reta, segue à esquerda, com ângulo interno de 107°59'58", em 11,79 metros até o ponto P4 de coordenadas E:670272.241/N:7041244.983, segue à esquerda, com ângulo interno de 132°16'38", em 17,91 metros com terras da Área remanescente da presente matrícula até o ponto P5 de coordenadas E:670288.901/N:7041251.555; pelo lado direito, à Leste, em linha reta, segue à esquerda, com ângulo interno de 89°10'58", em 25,63 metros até o ponto P1 de coordenadas E:670279.157/N:7041275.259, segue à esquerda, com ângulo interno de 96°03'04", sendo o início da descrição com o perímetro de 91,48 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO nº 6008.9

Inscrição Imobiliária nº 01.04.001.1652

§ 2º. A área remanescente, objeto do presente Decreto, passa a contar com a área de 4.098,63m<sup>2</sup> (quatro mil, noventa e oito metros e sessenta e três decímetros quadrados), assim constituída:

Localizada no lugar denominado Ribeirão do Ouro, distando do ponto P3 em 560,70 metros através do lado ímpar da Rua Ribeirão do Ouro, até a esquina formada com o lado par da Rua Sete de Setembro, Rio dos Cedros - SC. Sem benfeitorias.

Inicia-se a descrição da poligonal no ponto P1, este segue pela frente, à Leste, em 3 segmentos de linha reta, sendo 32,33 metros, onde 15,34 metros com terras de Carlos Ademar Floriani – Matrícula nº 16.641 – L2 e 16,99 metros com terras de Patrícia Cristofolini – Matrícula nº 6.028 – L2, até o ponto P2 de coordenadas E:670324.204/N:7041234.824, segue à direita, com ângulo interno de 271°59'57", em 25,82 metros com terras de Patrícia Cristofolini – Matrícula nº 6.028 – L2, até o ponto P3 de coordenadas E:670347.584/N:7041245.790, segue à esquerda, com ângulo interno de 87°42'38", em 21,75 metros com o lado ímpar da Rua Ribeirão do Ouro, até o ponto P4 de coordenadas E:670337.571/N:7041265.092; pelo lado esquerdo, ao Norte, em 6 segmentos de linha reta, segue à esquerda, com ângulo interno de 91°47'44", em 29,25 metros até o ponto P5 de coordenadas E:670311.175/ N:7041252.484, segue à direita, com ângulo interno de 240°35'53", em 4,65 metros até o ponto P6 de coordenadas E:670307.370/N:7041255.154, segue à esquerda, com ângulo interno de 119°28'58", em 18,49 metros até o ponto P7 de coordenadas E:670290.677/N:7041247.209, segue à direita, com ângulo interno de 273°12'58", em 4,69 metros com terras da Área 1 à desmembrar da presente matrícula até o ponto P8 de coordenadas E:670288.901/N:7041251.555, segue à esquerda, com ângulo interno de 90°42'27", em 17,91 metros até o ponto P9 de coordenadas E:670272.241/N:7041244.983, segue à direita, com ângulo interno de 227°43'22", em 11,79 metros com terras da Área remanescente da presente matrícula até o ponto P10 de coordenadas E:670261.660/N:7041250.188; pelos fundos, à Oeste, em dois segmentos de linha reta, segue à esquerda, com ângulo interno de 72°00'03", em 17,86 metros, até o ponto P11 de coordenadas E:670259.114/N:7041232.509, segue à esquerda, com ângulo interno de 142°04'29", em 57,36 metros com terras de Ivam Carlos Dallabrida – Matrícula nº 25.720 – L2, até o ponto P12

de coordenadas E:670287.559/N:7041182.699; pelo lado direito, ao Sul, segue à esquerda, com ângulo interno de 95°18'05", em 56,44 metros, sendo: em 47,86m com a área desmembrada, constante da matrícula nº 8.276 livro 2 de propriedade de Oliva Jansen, Antonio Onadir Jansen, Alcir José Jansen, Sidnei Jansen e Samuel João Jansen, e em 8,58m com a área remanescente, constante da matrícula nº 8.276 livro 2, de propriedade de Oliva Jansen, Antônio Onadir Jansen, Alcir José Jansen, Sidnei Jansen e Samuel João Jansen – Matrícula nº 8.276 – L2, até o ponto P1 de coordenadas E:670338.950/N:7041206.042, segue à esquerda, com ângulo interno de 87°18'06", sendo o início da descrição com o perímetro de 298,34 metros.

CADASTRO IMOBILIÁRIO nº 3987.0

Inscrição Imobiliária nº 01.04.001.0149

Art.3º. Apesar da aprovação do desmembramento feito por este Decreto, o requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 233/80 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Art.4º. IVAM CARLOS DALLABRIDA, bem como seus sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal, estadual e municipal pertinentes, mais precisamente às Leis n.ºs 12.651, de 25 de maio de 2012 - Código Florestal, 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano, Lei Estadual Catarinense 6063/82.

Art.5º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 2.744, de 08 de fevereiro de 2016 e o Decreto nº 2.754, de 06 de abril de 2016.

Rio dos Cedros, 13 de Maio de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 13 de Maio de 2016.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

**DECRETO Nº 2.769, DE 19 DE MAIO DE 2016. ALTERA O DECRETO Nº 2.649, DE 07 DE ABRIL DE 2014, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, PARTE DE IMÓVEL URBANO NA FORMA COMO MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 2.769, DE 19 DE MAIO DE 2016.

ALTERA O DECRETO Nº 2.649, DE 07 DE ABRIL DE 2014, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, PARTE DE IMÓVEL URBANO NA FORMA COMO MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com fundamento no inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "g", do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações posteriores; e

Considerando a necessidade de construção das cabeceiras da Ponte sobre o rio dos Cedros;

Considerando, a necessidade de desapropriação dos terrenos onde serão realizadas as obras (trecho entre a ponte e a Avenida Tiradentes, neste município) visando a abertura de logradouro público municipal;

Considerando, a necessidade de comprovação de propriedade para

fins de instruir o Projeto Municipal de Terraplanagem e Obra de Contenção, Proposta Transferência nº6707, no âmbito do FUNDAM - Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, do Governo do Estado de Santa Catarina;

Considerando diferenças apuradas pela Secretaria de Planejamento e Infraestrutura na área a ser desapropriada;

DECRETA:

Art.1º. Fica retificado o Decreto nº 2.649, de 07 de abril de 2014, passando o art. 1º a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º. Fica declarado de UTILIDADE PÚBLICA, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1941, e alterações posteriores:

I – Parte de um terreno urbano, matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob nº18.456, de propriedade do Sr. ARTIBANO ZANELLA, brasileiro, inscrito no CPF sob nº657.276.659-49, portador da cédula de identidade nº2.025.351, expedida pela SSP/SC, e Sra. ADRIANE CLÁUDIA BERTOLDI ZANELLA, brasileira, inscrita no CPF sob nº907.712.579-53, portadora da cédula de identidade nº3.301.120-6, ambos casados entre si, residentes e domiciliados na Avenida Tiradentes, nº1.575, Centro, em Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, com as seguintes descrições e metragens:

ÁREA DESAPROPIADA: Um terreno urbano, situado no lado par da Avenida Tiradentes, Centro, nesta cidade e Comarca de Timbó, contendo a área de 3.419,61 m² (três mil quatrocentos e dezenove metros quadrados e sessenta e um decímetros quadrados), sem benfeitorias, distando pelo lado direito do imóvel 141,61 metros da Rua Pernambuco, pelo lado par; inicia-se a descrição do imóvel no ponto P04 situado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel, fazendo frente em 57,76 metros, confrontando com o lado par da Avenida Tiradentes, com o azimuth de 43º25'59" até o ponto P12, deste ponto deflete a direita pelo lado direito em 246,12 metros, composto por 06 (seis) linhas, a primeira linha em curva com desenvolvimento de 25,46 metros, com raio de 20,00 metros, até o ponto P13, deste ponto deflete a esquerda com a segunda linha em 141,02 metros, com o azimuth de 332º11'04" até o ponto P14, deste ponto deflete a esquerda com a terceira linha em 1,95 metros, com o azimuth de 241º06'17" até o ponto P15, deste ponto deflete a direita com a quarta linha em 32,15 metros, com o azimuth de 331º06'17" até o ponto P16, deste ponto deflete a direita com a quinta linha em 5,96 metros, com o azimuth de 358º53'0" até o ponto P17, deste ponto deflete a esquerda com a sexta linha em 39,58 metros, com o azimuth de 332º37'56" até o ponto P18, todas as linhas com a Parcela 01 do imóvel supracitado, deste ponto deflete a direita pelos fundos em 12,27 metros, em linha em sinuosa, confrontando com a margem direita do Rio dos Cedros, até o ponto P11, deste ponto deflete a direita pelo lado esquerdo em 235,42 metros, composto por 06 (seis) linhas, a primeira linha em 35,22 metros, com o azimuth de 331º34'32" até o ponto P10, deste ponto deflete a esquerda com a segunda linha em 4,95 metros, com o azimuth de 302º16'32" até o ponto P09, deste ponto deflete a direita com a terceira linha em 33,10 metros, com o azimuth de 330º55'23" até o ponto P08, deste ponto deflete a direita com a quarta linha em 1,60 metros, com o azimuth de 61º48'31" até o ponto P07, deste ponto deflete a esquerda com a quinta linha em 122,40 metros, com o azimuth de 332º01'23" até o ponto P05, deste ponto deflete a esquerda com a sexta linha em curva com desenvolvimento de 38,15 metros, com raio de 20,00 metros, até o ponto P04, todas as linhas com a Área Remanescente do imóvel supracitado, totalizando um perímetro de 551,57 metros.

II – Considerando que a área total do imóvel objeto da presente desapropriação era de 20.800,00m² (vinte mil e oitocentos metros quadrados), em razão da desapropriação ora efetivada, o mesmo passa a contar com a área de 17.380,39m² (dezessete mil,

trezentos e oitenta metros e trinta e nove decímetros quadrados).

Art.2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias consignadas no orçamento em vigor.

Art.3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 19 de Maio de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 19 de Maio de 2016.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

**DECRETO Nº 2.770, DE 24 DE MAIO DE 2016.**  
**RATIFICA O DECRETO MUNICIPAL Nº483, DE 19 DE JULHO DE 1985, QUE APROVOU O PLANO DE LOTEAMENTO E ARRUAMENTO NO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE MADEIRAS LINDNER LTDA, SITUADO NO LUGAR DENOMINADO BARRAGEM PINHAL, DISTRITO DE CEDRO ALTO,**  
DECRETO Nº 2.770, DE 24 DE MAIO DE 2016.

RATIFICA O DECRETO MUNICIPAL Nº483, DE 19 DE JULHO DE 1985, QUE APROVOU O PLANO DE LOTEAMENTO E ARRUAMENTO NO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE MADEIRAS LINDNER LTDA, SITUADO NO LUGAR DENOMINADO BARRAGEM PINHAL, DISTRITO DE CEDRO ALTO, NESTE MUNICÍPIO.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso V, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 233/1980, respeitada a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979:

DECRETA;

Art.1º. Fica ratificado o Decreto Municipal nº483, de 19 de julho de 1985, que aprovou o Plano de Loteamento e Arruamento no imóvel de propriedade de Madeiras Lindner Ltda, situado no lugar denominado BARRAGEM PINHAL, Distrito de Cedro Alto, neste município.

Art.2º. Em razão da ratificação ora efetuada e, considerando que desde a aprovação do mencionado Plano de Loteamento e Arruamento pelo Decreto Municipal nº483, de 19 de julho de 1985 não houve a abertura de matrículas, determina-se sejam adotadas todas as medidas administrativas necessárias a regularização e transferência para o nome do Município de Rio dos Cedros, das áreas que lhe couberam por força do mencionado Loteamento, notadamente àquelas mencionadas no artigo 7º do Decreto Municipal nº483, de 19 de julho de 1985.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 24 de Maio de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 24 de Maio de 2016.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

**EXTRATO CT Nº. 073/2016 DATA: 20/04/2016**  
**CONTRATO: WEIKAN TECNOLOGIA LTDA OBJETO**  
**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE**  
**EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**

CT nº. 073/2016 DATA: 20/04/2016

CONTRATO: WEIKAN TECNOLOGIA LTDA

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

INÍCIO: 20/04/2016 TÉRMINO: 19/04/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº40/2016

**EXTRATO CT Nº. 074/2016 DATA: 20/04/2016**  
**CONTRATO: REI DOS REIS COMERCIO ATACADISTA**  
**DE INFORMATICA LTDA OBJETO REGISTRO DE**  
**PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE**  
**INFORMÁTICA**

CT nº. 074/2016 DATA: 20/04/2016

CONTRATO: REI DOS REIS COMERCIO ATACADISTA DE INFORMATICA LTDA

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

INÍCIO: 20/04/2016 TÉRMINO: 19/04/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº40/2016

**EXTRATO CT Nº. 075/2016 DATA: 20/04/2016**  
**CONTRATO: NUVEMPRIME INFORMATICA LTDA**  
**OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE**  
**EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**

CT nº. 075/2016 DATA: 20/04/2016

CONTRATO: NUVEMPRIME INFORMATICA LTDA

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

INÍCIO: 20/04/2016 TÉRMINO: 19/04/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº40/2016

**EXTRATO CT Nº. 076/2016 DATA: 20/04/2016**  
**CONTRATO: NANO EMPREENDIMENTOS LTDA**  
**OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE**  
**EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**

CT nº. 076/2016 DATA: 20/04/2016

CONTRATO: NANO EMPREENDIMENTOS LTDA

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

INÍCIO: 20/04/2016 TÉRMINO: 19/04/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº40/2016

**EXTRATO CT Nº. 077/2016 DATA: 20/04/2016**  
**CONTRATO: MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS**  
**LTDA ME OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA**  
**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**

CT nº. 077/2016 DATA: 20/04/2016

CONTRATO: MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

INÍCIO: 20/04/2016 TÉRMINO: 19/04/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº40/2016

**EXTRATO CT Nº. 078/2016 DATA: 20/04/2016**  
**CONTRATO: IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE**  
**PAPEIS LTDA ME OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA**  
**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**

CT nº. 078/2016 DATA: 20/04/2016

CONTRATO: IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME  
OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

INÍCIO: 20/04/2016 TÉRMINO: 19/04/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº40/2016

**EXTRATO CT Nº. 079/2016 DATA: 20/04/2016**  
**CONTRATO: CEK INFORMATICA LTDA ME, OBJETO**  
**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE**  
**EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**

CT nº. 079/2016 DATA: 20/04/2016

CONTRATO: CEK INFORMATICA LTDA ME,

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

INÍCIO: 20/04/2016 TÉRMINO: 19/04/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº40/2016

**EXTRATO CT Nº. 080/2016 DATA: 20/04/2016**  
**CONTRATO: ONLINE HOJE INFORMATICA LTDA ME**  
**OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE**  
**EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**

CT nº. 080/2016 DATA: 20/04/2016

CONTRATO: ONLINE HOJE INFORMATICA LTDA ME

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

INÍCIO: 20/04/2016 TÉRMINO: 19/04/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº40/2016

**EXTRATO CT Nº. 081/2016 DATA: 27/04/2016**  
**CONTRATO: SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE**  
**LUBRIFICANTES LTDA OBJETO REGISTRO DE**  
**PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E**  
**PROTETORES**

CT nº. 081/2016 DATA: 27/04/2016

CONTRATO: SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES INÍCIO: 27/04/2016 TÉRMINO: 26/04/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº41/2016

**EXTRATO CT Nº. 082/2016 DATA: 27/04/2016**  
**CONTRATO: PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA**  
**OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE**  
**PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES**

CT nº. 082/2016 DATA: 27/04/2016

CONTRATO: PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES INÍCIO: 27/04/2016 TÉRMINO: 26/04/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº41/2016



**EXTRATO CT Nº. 083/2016 DATA: 27/04/2016**  
**CONTRATO: JOAÇABA PNEUS LTDA OBJETO**  
**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS,**  
**CÂMARAS E PROTETORES**

CT nº. 083/2016 DATA: 27/04/2016  
CONTRATO: JOAÇABA PNEUS LTDA  
OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂ-  
MARAS E PROTETORES INÍCIO: 27/04/2016 TÉRMINO: 26/04/2017  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº41/2016

**EXTRATO CT Nº. 084/2016 DATA: 27/04/2016**  
**CONTRATO: CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS**  
**LTDA OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA**  
**AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES**

CT nº. 084/2016 DATA: 27/04/2016  
CONTRATO: CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA  
OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂ-  
MARAS E PROTETORES  
INÍCIO: 27/04/2016 TÉRMINO: 26/04/2017  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº41/2016

**EXTRATO CT Nº. 085/2016 DATA: 27/04/2016**  
**CONTRATO: BELLENZIER PNEUS LTDA OBJETO**  
**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS,**  
**CÂMARAS E PROTETORES**

CT nº. 085/2016 DATA: 27/04/2016  
CONTRATO: BELLENZIER PNEUS LTDA  
OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂ-  
MARAS E PROTETORES  
INÍCIO: 27/04/2016 TÉRMINO: 26/04/2017  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº41/2016

**EXTRATO CT Nº. 086/2016 DATA: 27/04/2016**  
**CONTRATO: , COMERCIAL AUTOMOTIVA SA OBJETO**  
**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS,**  
**CÂMARAS E PROTETORES**

CT nº. 086/2016 DATA: 27/04/2016  
CONTRATO: , COMERCIAL AUTOMOTIVA SA  
OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂ-  
MARAS E PROTETORES INÍCIO: 27/04/2016 TÉRMINO: 26/04/2017  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº41/2016

**EXTRATO CT Nº. 087/2016 DATA: 27/04/2016**  
**CONTRATO: , CARLITO JOEL CAMPREGHER ME**  
**OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE**  
**PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES**

CT nº. 087/2016 DATA: 27/04/2016  
CONTRATO: , CARLITO JOEL CAMPREGHER ME  
OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂ-  
MARAS E PROTETORES INÍCIO: 27/04/2016 TÉRMINO: 26/04/2017  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº41/2016

**EXTRATO CT Nº. 088/2016 DATA: 27/04/2016**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE**  
**LICITAÇÃO Nº49/2016 CONTRATAÇÃO DIRETA**  
**JUSTIFICATIVA FUNDAMENTO: ART.24, IV, LEI**  
**8.666/93 CONTRATO: , VALDEMAR GONÇALVES DA**  
**LUZ ME (RV TRANSPORTES) OBJETO AQUISIÇÃO DE**  
**TRANSPORTE ESCOLAR**

CT nº. 088/2016 DATA: 27/04/2016  
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº49/2016  
CONTRATAÇÃO DIRETA JUSTIFICATIVA Fundamento: art.24, IV,  
Lei 8.666/93  
CONTRATO: , VALDEMAR GONÇALVES DA LUZ ME (RV TRANSPOR-  
TES)  
OBJETO AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR  
INÍCIO: 27/04/2016 TÉRMINO: 24/10/2016  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº49/2016

**EXTRATO CT Nº. 089/2016 DATA: 27/04/2016**  
**CONTRATO: , IGTEC SOLUÇÕES LTDA ME OBJETO**  
**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA**  
**EM LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO,**  
**TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO PARA SISTEMA**  
**INFORMATIZADO DE GESTÃO PÚBLICA**

CT nº. 089/2016 DATA: 27/04/2016  
CONTRATO: , IGTEC SOLUÇÕES LTDA ME  
OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCA-  
ÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE  
TÉCNICO PARA SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO PÚBLICA  
INÍCIO: 27/04/2016 TÉRMINO: 26/04/2017  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 2/2016

**EXTRATO CT Nº. 090/2016 DATA: 28/04/2016**  
**CONTRATO: CARLITO JOEL CAMPREGHER ME**  
**OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS**  
**DE RECAPAGEM DE PNEUS LINHA TRATOR/**  
**TERRAPLANAGEM E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE**  
**BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA**

CT nº. 090/2016  
DATA: 28/04/2016  
CONTRATO: CARLITO JOEL CAMPREGHER ME  
OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE RECAPAGEM  
DE PNEUS LINHA TRATOR/TERRAPLANAGEM E PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA  
INÍCIO: 28/04/2016 TÉRMINO: 27/04/2017  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº42/2016

**EXTRATO CT Nº. 091/2016 DATA: 28/04/2016**  
**CONTRATO: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI**  
**LTDA EPP OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA**  
**SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS LINHA**  
**TRATOR/TERRAPLANAGEM E PRESTAÇÃO DE**  
**SERVIÇOS DE BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E**  
**GEOMETRIA**

CT nº. 091/2016  
DATA: 28/04/2016  
CONTRATO: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP  
OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE RECAPAGEM  
DE PNEUS LINHA TRATOR/TERRAPLANAGEM E PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA  
INÍCIO: 28/04/2016 TÉRMINO: 27/04/2017  
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº42/2016

**EXTRATO CT Nº. 092/2016 DATA: 28/04/2016**  
**CONTRATO: RIABILITARE CLINICA DE FISIOTERAPIA**  
**LTDA OBJETO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA**  
**PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA**  
**MUNICIPAL DE SAÚDE**

CT nº. 092/2016

DATA: 28/04/2016

CONTRATO: RIABILITARE CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA  
OBJETO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO  
DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA PARA ATENDER ÀS DEMANDAS  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

INÍCIO: 27/04/2016 TÉRMINO: 26/04/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº1/2016

**EXTRATO CT Nº. 093/2016 DATA: 28/04/2016**  
**CONTRATO: OBJETO CONTRATO DE**  
**CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**DE JARDINAGEM E MANUTENÇÃO DE PAISAGISMO**

CT nº. 093/2016

DATA: 28/04/2016

CONTRATO:

OBJETO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE JARDINAGEM E MANUTENÇÃO DE PAISAGISMO

INÍCIO: 27/04/2016 TÉRMINO: 26/04/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº43/2016

**EXTRATO CT Nº. 094/2016 DATA: 03/05/2016**  
**CONTRATO: ALDORI CESAR BITTENCOURT ME (AUTO**  
**MECÂNICA BITTENCOURT), OBJETO AQUISIÇÃO**  
**DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E**  
**FORNECIMENTO DE PEÇAS E OUTROS BENS PARA**  
**CONCERTO DO ÔNIBUS DA MUNICIPALIDADE**  
**VW/15.190 EOD E. HD ORE DE PLACAS MKC5685**

CT nº. 094/2016

DATA: 03/05/2016

CONTRATO: ALDORI CESAR BITTENCOURT ME (AUTO MECÂNICA  
BITTENCOURT),

OBJETO AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA  
E FORNECIMENTO DE PEÇAS E OUTROS BENS PARA CONCERTO  
DO ÔNIBUS DA MUNICIPALIDADE VW/15.190 EOD E. HD ORE DE  
PLACAS MKC5685

INÍCIO: 03/05/2016 TÉRMINO: 03/07/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº54/2016

**EXTRATO CT Nº. 095/2016 DATA: 06/05/2016**  
**CONTRATO: SUPER IDEAL COMERCIO VAREJISTA**  
**SUPERMERCADISTA LTDA ME OBJETO: REGISTRO DE**  
**PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PERECÍVEIS**  
**E NÃO PERECÍVEIS PARA COPA/COZINHA.**

CT nº. 095/2016

DATA: 06/05/2016

CONTRATO: SUPER IDEAL COMERCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA  
LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS  
PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA COPA/COZINHA.

INÍCIO: 06/05/2016

TÉRMINO: 05/05/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº44/2016

**EXTRATO CT Nº. 096/2016 DATA: 06/05/2016**  
**CONTRATO: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME**  
**OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE**  
**PRODUTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA**  
**COPA/COZINHA.**

CT nº. 096/2016

DATA: 06/05/2016

CONTRATO: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS  
PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA COPA/COZINHA.

INÍCIO: 06/05/2016

TÉRMINO: 05/05/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº44/2016

**EXTRATO CT Nº. 097/2016 DATA: 16/05/2016**  
**CONTRATO: 3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI**  
**EPP OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL BRITADO**  
**PARA RUAS DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**

CT nº. 097/2016

DATA: 16/05/2016

CONTRATO: 3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL BRITADO PARA RUAS DO MU-  
NICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

INÍCIO: 16/05/2016

TÉRMINO: 30/11/2016

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº46/2016

**EXTRATO CT Nº. 098/2016 DATA: 17/05/2016**  
**CONTRATO: EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA OBJETO:**  
**REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE**  
**EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE**  
**PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, COM**  
**FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA**

CT nº. 098/2016

DATA: 17/05/2016

CONTRATO: EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRE-  
SA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONA-  
ÇÃO DE ROCHAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE  
OBRA

INÍCIO: 17/05/2016

TÉRMINO: 16/05/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº48/2016

# Romelândia

## PREFEITURA

### CONTRATO 66

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1098/2016

EDITAL de Tomada de Preços 08/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2016

O Município de Romelândia/SC comunica a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, SINALIZAÇÃO, MEIO FIO E CALÇAMENTO EM PEDRAS DE BASALTO IRREGULAR ASSENTADAS EM CAMADA DE ARGILA, NA RUA PRINCESA ISABEL- LINHA SÃO JORGE, COM AREA TOTAL DE (881,00) M², NO MUNICIPIO DE ROMELANDIA-SC CONFORME - ART DE OBRA E SERVIÇO- 5747234-1

Contratada: CAIBI EMPREENDIMENTOS LTDA.

Prazo: 120 DIAS

Valor R\$: 54.835,42(cinquenta e quatro mil oitocentos e trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos) Assinaturas:

Pelo Município Valdoci Saul, Prefeito de Romelândia e pela Contratada: Fabio Luiz Silveira

Romelândia/SC, 25/05/16



# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### RESUMO RESCISÃO DE CONTRATO 074/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

RESCISÃO CONTRATUAL

Contrato: Nº 074/2016

Contratado: LUANA DOS SANTOS DA SILVA

DATA DE ASSINATURA: 04/04/2016

Objeto: Ministras aulas com oficina de pintura objetivando incentivar os alunos a abordarem o desenho como instrumento para o desenvolvimento da percepção visual e debates ligados à arte contemporânea, voltada ao desenvolvimento físico e mental dos alunos do Serviço de Convivência de Vínculos para Crianças e Adolescentes.

RESCISÃO: a partir do dia 31/05/2016.

Santa Rosa do Sul, 31 de Maio de 2016.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL 38/2016 - RETIFICADO

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 47/2016.
Edital: PREGÃO Nº. 38/2016.
Objeto: Aquisição de retroescavadeira nova para utilização no serviços da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 09 de junho de 2016.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 09 de junho de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 25 de maio de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 117/2016

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2016

MENOR PREÇO POR LOTE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 13 de junho de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MONTAGEM, BALANCEAMENTO, CONSERTO, CAMBAGEM, ALINHAMENTO DE PNEUS E RODAS, BEM COMO CONSERTO DE RODAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DA FROTA DO 23º BPM E SECRETARIA DE AGRICULTURA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.

Os interessados poderão retirar o Edital completo, no site da Prefeitura: [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao), obter maiores informações na Secretaria de Administração – Departamento de Compras, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 13 de maio de 2016.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Secretário de Administração – Autoridade Competente

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 43/2016 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 14 de junho de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHO DE FIBROGASTROSCÓPIO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 2016 TR 000478 POR MEIO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MAFRA - SC E A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL - SC, ATRAVÉS DO PROCESSO Nº SSP ER25200152 SDR25 00004380/2015, CONFORME ANEXO. Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47)36316163 ou retirar o Edital completo através do site [www.saoentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saoentodosul.sc.gov.br/licitacao).

São Bento do Sul, 24 de maio de 2016.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DEBORAH CINTIA DE QUADROS

Pregoeira

### CONCURSO PÚBLICO Nº 007/2016

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS  
EDITAL Nº 007-A/2016 - PROSSEGUIMENTO DO CONCURSO PÚBLICO

REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

FERNANDO TURECK, Prefeito Municipal de São Bento do Sul, por meio da Secretaria Municipal de Administração e do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o PROSSEGUIMENTO do Concurso Público - Edital nº 007/2016, com aproveitamento das inscrições já realizadas.

O prosseguimento do Concurso Público contará com a execução técnico-administrativa da empresa OBJETIVA CONCURSOS LTDA., reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital, pelo Decreto nº 1811 de 12 de maio de 2006 e pelas demais disposições legais vigentes.

A divulgação oficial do inteiro teor deste Edital dar-se-á com a afiação no Pannel de Publicação da Prefeitura Municipal, bem como, na internet, pelos sites [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br) e [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), sendo seu extrato veiculado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Os demais editais relativos às etapas do Concurso Público serão publicados no Pannel de Publicação da Prefeitura Municipal, bem como, em caráter meramente informativo na internet, nos sites acima mencionados, podendo ainda, a critério da Administração, ser publicados nos meios de comunicação existentes no Município ou ainda em jornal de circulação regional, sob a forma de extrato. É de inteira responsabilidade do candidato, seguir estritamente as instruções contidas neste Edital, bem como acompanhar todos os atos, editais e comunicados oficiais referentes ao andamento deste Concurso Público divulgados integralmente nos meios acima mencionados.

O candidato poderá, em caso de qualquer dúvida, entrar em contato com a OBJETIVA CONCURSOS LTDA pelo site [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br) ou pelo fone (51) 3335-3370.

### CAPÍTULO I - DAS INSCRIÇÕES

1.1. Os candidatos devidamente inscritos e com inscrições efetivamente pagas/isentadas, na forma prevista no Edital de Concurso Público nº 007/2016, tem garantido seu direito de prosseguimento no presente certame, assim como os candidatos que solicitaram Atendimento Especial para realização da Prova Objetiva e aqueles que se inscreveram como portadores de necessidades especiais, desde que atendidas as condições estabelecidas no Edital de Concurso Público nº 007/2016.

1.2. O prosseguimento do candidato neste certame implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das novas condições do Concurso público nº 007/2016 estabelecidas neste Edital.

### 1.3. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

1.4. Até 03/06/2016 será divulgado Edital de Homologação das Inscrições, com a relação definitiva de candidatos homologados após os recursos interpostos nos dias 19 e 20/05/2016, bem como com o local e o horário da Prova Objetiva, diretamente no Pannel de Publicação da Prefeitura Municipal, também na internet, pelos sites [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br) e [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br).

### CAPÍTULO II - DA PROVA OBJETIVA

2.1. A PROVA OBJETIVA, para todos os Cargos, será aplicada no dia 12/06/2016 (domingo), no Município de São Bento do Sul, em local e horário a serem divulgados até 03/06/2016.

2.2.. Durante o período de recursos de Gabarito Preliminar, o inteiro teor das provas será divulgado no endereço eletrônico [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br), para fins de vista da Prova Padrão. Após o período definido, as provas serão retiradas do site, não assistindo direito à vista de prova em outro momento.

### CAPÍTULO III - DOS RECURSOS

3.1. É assegurada aos candidatos a interposição de recursos conforme Novo Cronograma de Eventos.

3.2. Todos os recursos deverão ser preenchidos/digitados EXCLUSIVAMENTE via internet, no site [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br), na página referente ao Concurso Público, respeitados os prazos constantes do Novo Cronograma de Eventos.

3.3. As demais orientações referentes aos recursos seguem, no que couber, as disposições do Edital de Concurso Público nº 007/2016.

### · CAPÍTULO IV - NOVO CRONOGRAMA DE EVENTOS

4.1. O Concurso Público seguirá as datas e prazos estipulados de acordo com o Novo Cronograma de Eventos a seguir:

DATA	EVENTOS
31/05/16	Publicação do Edital de Prosseguimento
Até 03/06/16	Homologação das Inscrições, Local e Horário da Prova Objetiva
12/06/16	Aplicação da Prova Objetiva
13/06/16	Divulgação do Gabarito Preliminar (padrão 14h)
15/06/16	Notas da prova Objetiva
16, 17 e 20/06/16	Período para interposição de recursos do Gabarito Preliminar e da Prova Objetiva e vista de prova padrão
30/06/16	Homologação Final

### · CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

5.2. As demais disposições do Edital de Concurso Público nº 007/2016, inclusive quanto ao conteúdo das provas, permanecem inalteradas.

5.3. Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Bento do Sul/SC, 31 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1356/2016

DECRETO Nº 1356, DE 31 DE MAIO DE 2016

Estabelece Valor da UFM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º A Unidade Fiscal Municipal - UFM fica estabelecida com o valor equivalente a R\$ 3,8395 a partir de 01 de junho de 2016, nos termos da Lei nº 1.486, art.1º, parágrafo único, inciso II, de 23 de dezembro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 31 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### ERRATA AO EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 015/2016 FMD

ERRATA AO EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 015/2016 FMD

No Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC nº 1980, de 20 de abril de 2016, página 593, na publicação do Extrato de Termo Aditivo nº 015/2016 FMD, onde se lê: "Considerando a continuidade e a essencialidade dos serviços e o término da vigência do Contrato nº 017/2014 no dia 01 de abril de 2016", leia-se: "Considerando a continuidade e a essencialidade dos serviços e o término da vigência do Contrato nº 017/2014 e do Termo Aditivo nº 012/2015 no dia 01 de abril de 2016".

### LEI Nº 3673/2016

LEI Nº 3673, DE 30 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 13.316,53 (treze mil, trezentos e dezesseis reais e cinquenta e três centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social  
Atividade: 6.041 – Gestão do FMAS – Port. Deficiência  
3.3.90.30.00.00.00.00.0324– Material de Consumo R\$ 700,00  
3.3.90.39.00.00.00.00.0324– Outros Serv. Terc. PJ R\$ 8.766,53  
4.4.90.52.00.00.00.00.0324– Equip. Material Permanente R\$ 3.850,00

Art. 2º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 962.527,94 (novecentos e sessenta e dois mil, quinhentos e vinte e sete reais e noventa e quatro centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO  
Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano  
Projeto: 1.040 – Infraestrutura em vias públicas – Operação Tapete Preto  
(240) 4.4.90.51.00.00.00.00.0024 – Obras e Instalações R\$ 737.550,00  
(241) 4.4.90.51.00.00.00.00.0025 – Obras e Instalações R\$

224.977,94

Art. 3º Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos 0024 - Transferências de Convênios – Outros, no valor de R\$ 13.316,53, pelo ingresso do Convênio com o Estado de Santa Catarina, conforme Proposta de Transferência nº 17011 – Programa de Transferência Nº 2016005462, na fonte de recursos 0025 - Transferências de Convênios - Estado/Outros, valor de 224.977,94, e a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 23 – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto  
Unidade: 03 – Sistema de Esgoto Sanitário

Projeto: 1.003 – Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratamento de Esgoto

(48) 4.4.90.51.00.00.00.0234 – Obras e Instalações R\$ 737.550,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 3674/2016**

LEI Nº 3674, DE 30 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA O FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA A REPASSAR RECURSOS AO SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo para a Infância e Adolescência - FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), em parcela única, conforme Resolução 05/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, para o São Bento Handebol Clube, CNPJ nº 00.676.599/0001-88, referente ao Projeto "Handebol: o futuro em suas mãos".

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 56075-8, Agência 0674-2, do Banco do Brasil S/A e será aplicada na aquisição de bolas, coletes e pagamento de despesas bancárias, conforme projeto aprovado pelo CMDCA constante do Processo nº 3111/2016.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 - que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul e o Decreto nº 0098/2013 - que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 3675/2016**

LEI Nº 3675, DE 30 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA O FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA A REPASSAR RECURSOS AO SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE  
O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo para a Infância e Adolescência - FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), em parcela única, conforme Resolução 05/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, para o São Bento Handebol Clube, CNPJ nº 00.676.599/0001-88, referente ao projeto "Handebol: um arremesso para o futuro".

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 56074-X, Agência 0674-2, do Banco do Brasil S/A e será aplicada na aquisição de bermudas, moletons e pagamento de despesas bancárias, conforme projeto aprovado pelo CMDCA constante do Processo nº 3112/2016.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 - que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul e o Decreto nº 0098/2013 - que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 3676/2016**

LEI Nº 3676, DE 30 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA O FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA A REPASSAR RECURSOS AO SÃO BENTO CLUBE DE NATACÃO  
O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo para a Infância e Adolescência - FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), em parcela única, conforme Resolução nº 05/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, para o São Bento Clube de Natacão, CNPJ nº 04.946.594/0001-89, conforme Projeto "Natacão de Base".

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 51705, Agência 112, Banco 085 – SCRCRED e será aplicada no pagamento de taxas de inscrição, transporte e hospedagem de atletas da equipe Mirim Petiz, conforme projeto aprovado pelo CMDCA constante do Processo nº 3113/2016.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 - que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul e o Decreto nº 0098/2013 - que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento, sob pena de ressarcimento ao município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.



Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 3677/2016

LEI Nº 3677, DE 30 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA O FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA A REPASSAR RECURSOS AO SÃO BENTO CLUBE DE NATACÃO O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo para a Infância e Adolescência - FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), em parcela única, conforme Resolução nº 05/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, para o São Bento Clube de Natação, CNPJ nº 04.946.594/0001-89, conforme Projeto "Desenvolvendo cidadãos através da prática da natação".

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 51713, Agência 112, Banco 085 – SCRCRED e será aplicada no pagamento de taxas de inscrição, transporte e hospedagem de atletas da equipe infante juvenil, conforme projeto aprovado pelo CMDCA constante do Processo nº 3114/2016.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 - que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul e o Decreto nº 0098/2013 - que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento, sob pena de ressarcimento ao município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 3678/2016

LEI Nº 3678, DE 30 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA O FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE FUTEBOL O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo para a Infância e Adolescência - FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), em parcela única, conforme Resolução nº 05/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, para Associação São Bento de Futebol, CNPJ nº 13.685.788/0001-69, referente ao projeto "A influência do futebol para uma melhor formação social da criança".

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 131755-5, Agência 0370-0, do Banco Bradesco S/A e será aplicada na aquisição de bolas, coletes, meias, calções e camisas, conforme projeto aprovado pelo CMDCA constante do Processo nº 3110/2016.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 - que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição

e formar convênio com o Município de São Bento do Sul e o Decreto nº 0098/2013 - que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 001/2016 - FMD

PORTARIA Nº 001, DE 31 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PARA OS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

PAULO ROBERTO SCHEIDE, PRESIDENTE INTERINO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 228/2001 e o disposto no Decreto nº 1354/2016,

RESOLVE:

Art. 1º. O auxílio alimentação será concedido mensalmente aos servidores lotados na Fundação Municipal de Desportos.

Art. 2º. O valor do auxílio alimentação, a partir de 01 de maio de 2016, será de R\$ 274,50 (duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos), respeitada a proporcionalidade prevista no art. 67A, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 31 de maio de 2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Presidente Interino

### PORTARIA Nº 11894/2016

PORTARIA Nº 11894, DE 25 DE MAIO DE 2016

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 001/2016,

-- --

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, LEOSIR FERREIRA DE SOUZA, para atuar no Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado para Autismo, na função de Professor Anos Finais – Educação Física, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 12 de maio de 2016-até-12 de novembro de 2016-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 25 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:



**PORTARIA Nº 11895/2016**

PORTARIA Nº 11895, DE 25 DE MAIO DE 2016

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 001/2016, -e considerando que- ROSANE ZEIMANN encontra-se na função de coordenadora pedagógica no CEIM Neide de Fátima Lobermeyer,

-- --

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, JOSIANE PEREIRA GULIK, para atuar no CEIM Algodão Doce, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 12 de maio de 2016-até-12 de novembro de 2016-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 25 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 11896/2016**

PORTARIA Nº 11896, DE 25 DE MAIO DE 2016

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 001/2016, -e considerando que- ELIZABETH GREIN WELTER LUC-CA encontra-se em licença tratamento de saúde,

-- --

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, LUANA PEDROCHESKI, para atuar no CEIM Nosso Mundo, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 12 de maio de 2016-até-12 de novembro de 2016-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 25 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 11897/2016**

PORTARIA Nº 11897, DE 25 DE MAIO DE 2016

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda

nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 001/2016, -e considerando que- MARINEIDE BORDIM encontra-se em licença tratamento de saúde,

-- --

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, ELISANDRA DE SOUZA, para atuar no CEIM Pingo de Gente, na função de Auxiliar de Serviços, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 16 de maio de 2016-até-16 de novembro de 2016-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 25 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 11898/2016**

PORTARIA Nº 11898, DE 25 DE MAIO DE 2016

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 008/2014, -e considerando que- ADALGISA APARECIDA WIESTE DOS SANTOS encontra-se em licença tratamento de saúde,

-- --

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, NARDEN HABIB, para atuar no CEIM Nosso Mundo, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 17 de maio de 2016-até-17 de novembro de 2016-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 25 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 11899/2016**

PORTARIA Nº 11899, DE 25 DE MAIO DE 2016

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 001/2016,

-- --

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, SIMONE DOS SANTOS NOGIKOVSKI, para atuar na EBM Lucia Tschoeke, na função de Professor Anos Finais – Intérprete de Libras, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir

de 17 de maio de 2016-até-17 de novembro de 2016-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 25 de maio de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 11900/2016**

PORTARIA Nº 11900, DE 25 DE MAIO DE 2016  
Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 001/2016, -e considerando que- MARIA ELAIR CARDOSO encontra-se em licença tratamento de saúde,

---  
RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, MANUELLA MALCHERTH, para atuar na PEM Abelhinha Feliz, na função de Auxiliar de Serviços, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 23 de maio de 2016-até-23 de novembro de 2016-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 25 de maio de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 11901/2016**

PORTARIA Nº 11901, DE 25 DE MAIO DE 2016  
Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 001/2016, -e considerando que- MARISE KRAMER DAMAS encontra-se em licença tratamento de saúde,

---  
RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, JERUSA ELIANAY WEDEKIND, para atuar na EBM Dalmir Pedro Cubas, na função de Professor Anos Iniciais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 30 de maio de 2016-até-30 de novembro de 2016-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 25 de maio de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 11903/2016**

PORTARIA Nº 11903, DE 25 DE MAIO DE 2016  
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal CORNELIA PFEIFER MENENGOLA, ocupante do cargo de Secretária de Escola, na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00079/15-2, de 11 anos, 11 meses e 10 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 3981, de 19 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de maio de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 11904/2016**

PORTARIA Nº 11904, DE 25 DE MAIO DE 2016

Prorroga Licença de Parte da Jornada de Trabalho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2585/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora CASSIA DE MORAES NEVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, na Secretaria Municipal de Saúde, prorrogação de licença de parte da jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á pelo prazo de um ano, a contar de 04 de maio de 2016, consoante Processo nº 3787/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de maio de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 11905/2016**

PORTARIA Nº 11905, DE 30 DE MAIO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 4460/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 4460, de 05 de março de 2014, que concedeu aposentadoria a NILTON GOMES DE ABREU, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa

Catarina - TCE/SC, nº APE 14/00265336, através da Decisão GAC/CFF-323/2016, de 05 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****AVISO REPUBLICAÇÃO EDITAL - PR EL 28-2016**

Republicação Pregão Eletrônico nº 28/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 28/2016  
MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que foi retificado o Processo Licitatório 28/2016, e o envio das propostas foi alterado para até as 09:30hrs do dia 13/06/2016 pelo site <http://bllcompras.org.br/>. Início da sessão pública virtual será às 13:00hrs do dia 13/06/2016 (Horário de Brasília).

DO OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais de estoque para ligações, manutenção e consertos do Setor de Abastecimento de Água para constituição de estoque (reserva técnica), cuja especificação e quantitativo encontram-se descritos no Termo de Referência (ANEXO I) do edital, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital retificado Completo no site <http://bllcompras.org.br/> e também no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, na Rua Marechal Floriano, nº 214, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 31 de maio de 2016.

OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente**EXTRATO DE CONTRATO Nº 55/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 21/2015

Contrato Nº: 55/2016

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: HOEFT &amp; HOEFT CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA

Vigência: Início: 25/05/2016 - Término: 25/11/2016

Recursos: Dotação:

(22) – 4.4.90.51.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água - EXERCÍCIO VIGENTE

Objeto: SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE BASE DE CONCRETO ARMADO PARA RESERVATÓRIO DE ÁGUA.

Valores: R\$ 22.478,71 (Vinte e Dois Mil, Quatrocentos e Setenta e Oito Reais e Setenta e Um Centavos) valor total.

São Bento do Sul, 31 de maio de 2016.

OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente**EXTRATO DE CONTRATO Nº56/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 27/2015

Contrato Nº: 56/2016

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: SANDRINI &amp; BOTEGA LTDA

Vigência: Início: 25/05/2016 - Término: 25/11/2016

Recursos: Dotação:

(36) – 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água - EXERCÍCIO VIGENTE

Objeto: SERVIÇO DE TROCA DE HIDRÔMETROS.

Valores: R\$ 23,10 (Vinte e Três Reais e Dez Centavos) por unidade trocada.

São Bento do Sul, 31 de maio de 2016.

OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 099 DE 28 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 099 de 28 de abril de 2016.

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e

Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, o servidor DIEGO RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, Grupo Ocupacional 02, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe "B".

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 100, DE 31 DE MAIO DE 2016.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 100, de 31 de maio de 2016.

"CONCEDE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PARA OS SERVIDORES"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º O auxílio alimentação será concedido mensalmente aos servidores públicos lotados no SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

Art. 2º O valor do auxílio alimentação, a partir de 01 de maio de 2016, será de R\$ 411,86 (quatrocentos e onze reais e oitenta e seis centavos), respeitada a proporcionalidade prevista no art. 67A, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 31 de maio de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PROCESSO Nº 07/2016

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO Nº 07/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e JV- ITECH Informática Tecnologia e Impressão- LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial 05/2016

OBJETO: "Aquisição de cadeiras e poltronas para estruturação da sede da Câmara Municipal de Vereadores do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 3.839,00

VIGÊNCIA: 31.05.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 31 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO Nº 07/2016

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO Nº 07/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Bavaresco & CIA LTDA-EPP

ORIGEM: Pregão Presencial 05/2016

OBJETO: "Aquisição de cadeiras e poltronas para estruturação da Câmara Municipal de Vereadores do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 167.464,00

VIGÊNCIA: 31.05.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 31 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO Nº 07/2016

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO Nº 07/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Tiago Kronbauer Fritzen- EPP

ORIGEM: Pregão Presencial 05/2016

OBJETO: "Aquisição de cadeiras e poltronas para estruturação da sede da Câmara Municipal de Vereadores do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 8.816,00

VIGÊNCIA: 31.05.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 31 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO Nº 76/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO Nº 76/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Aéro Salto Fotos Aéreas

ORIGEM: Dispensa nº 17/2016

OBJETO: "Aquisição de fotos aéreas da cidade de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 2.890,00

VIGÊNCIA: 30.05.2016 até 10.06.2016

São João do Oeste – 30 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

### LEILÃO 01/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO 74/2016

EDITAL DE VENDA POR LEILÃO Nº 001/2016

OBJETO: O Município de São João do Oeste – (SC), torna público que estará realizando venda na modalidade de LEILÃO, para maior lance oferecido para o dia 05 de Julho de 2016, às 14:00 horas, junto a Secretaria de transporte e obras da Prefeitura Municipal de São João do Oeste, de um automóvel VW/Gol CLI, placas LXS 5144; um automóvel VW/ Gol Highway, placas MFK 0470; um automóvel Fiat Palio EX, placas MAN 4534. Maiores informações e cópia do Edital poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal, sito à Rua Encantado, 66, CEP 89897-000, de São João do Oeste (SC), pelo fone (49) 3636-1122 ou pelo e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br), de segunda a sexta feira no horário comercial. São João do Oeste, SC, 30 de maio de 2016.

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

### TP 06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 06/2016

OBJETO: O Município de São João do Oeste, torna público para o conhecimento dos interessados, que está aberta a licitação na modalidade de Tomada de Preços: para contratação em regime de empreitada global, de pavilhão para exposição de animais na Expo São João, São João do Oeste, com recursos do Município de São João do Oeste.

Tipo de Licitação: Menor Preço Global.

Regendo-se os procedimentos licitatórios pelo que dispõe a lei nº 8.666/93 consolidada. Recebimento dos envelopes da documentação e da proposta até as 10:00 horas do dia 17 de junho de 2016, e abertura e julgamento no dia 17 de junho de 2016 as 10:00 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São João do Oeste. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 30 de maio de 2016. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.



# São João do Sul

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 071 DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº 071 DE 01 DE ABRIL DE 2016.  
"EXONERAR SERVIDOR"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Exonerar a servidora CLAUDIA CILENE EMERIM, ocupante do cargo em comissão de Gerente Administrativo de Saúde, contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de abril de 2016.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 072 DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº 072 DE 01 DE ABRIL DE 2016.  
"CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 211, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Cessar os efeitos da Portaria nº 211, de 02 de dezembro de 2013, que concede Gratificação a servidora MARIZA PEREIRA FRAGA, para exercer Responsabilidade Técnica de Enfermagem, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de abril de 2016.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 074 DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº 074 DE 01 DE ABRIL DE 2016.  
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 7º, §6º da Lei Complementar 06/2012, Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Públicos Municipais de São João do Sul;

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional por Tempo de Serviço, para o servidor HERCULANO CALVETE ESTRELA, ocupante do cargo efetivo de Médico Ginecologista, Nível-4, Amplitude de Referência Dd, para Amplitude de Referência De.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de abril de 2016.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 075 DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº 075 DE 01 DE ABRIL DE 2016.  
"PROMOVE SERVIDOR POR NOVA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal, em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c do Município c/c § 5º do artigo 7º da Lei Complementar nº 006 de 06 de janeiro de 2012 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional por Nova Habilitação Profissional, conclusão do curso de Pós-Graduação, para a Servidora JEANE AZEVEDO CHAVES, ocupante do cargo efetivo de Telefonista, Nível-3, Amplitude de Referência Bd, para o Nível-5, Amplitude de Referência Ad.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de abril de 2016.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA  
Secretário Municipal de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº. 080 DE 14 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº. 080 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

**“ATRIBUIR EXERCÍCIO”**

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Atribuir exercício aos Professores do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, abaixo relacionadas, de 01 de março de 2016 a 30 de dezembro de 2016:

- 01 - ALEXANDRA SCARIOT BENDO TEIXEIRA, no SAEDE e EJA Vereadora Rita Quadros;
- 02 - ANSELMO TELES SABINO, na EEB. Vila Velha II - Vila Conceição;
- 03 - FABRICIA DE JESUS RODRIGUES ALVES, na EEB. Caetano Lummertz – Vila Santa Catarina;
- 04 - JOÃO BATISTA SOARES, na EEF Prefeito Quintiliano Joao Pacheco;
- 05 - JUCILENE DE SENA CRISTIANO, na EEB. Vila Velha II – Vila Conceição;
- 06 - JUCILÉIA CAMILO MORAIS SCANDOLARA, na EEB. Caetano Lummertz – Vila Santa Catarina;
- 07 - LILIAN SOMBRI, na EEB. Caetano Lummertz e EEB. Vila Velha II;
- 08 - LUIZ CITADIN MARQUES, na EEB. Caetano Lummertz – Vila Santa Catarina;
- 09 - LÚCIA TROMBIM G. ROXO, na EEF Prefeito Quintiliano Joao Pacheco;
- 10 - MARILENE CARDOSO CARLOS, no EEB. Vila Velha II -Vila Conceição;
- 11 - MARIA BERNADETE DA ROSA, no EEB. Caetano Lummertz – Vila Santa Catarina;
- 12 - PATRICIA SANTANA DIAS, no EEB. Vila Velha II – Vila Conceição;
- 13 - QUETILANI DOS SANTOS CARVALHO, na EEB. Caetano Lummertz e EEB. Vila Velha II;
- 14 - ROSANGELA BAUER DOS S. CARDOSO, na EEF Prefeito Quintiliano Joao Pacheco;
- 15 - RITA APARECIDA DA S. LAUREANO, na EEF Prefeito Quintiliano Joao Pacheco;
- 16 - SABRINA DE SOUZA TEIXEIRA, no EEB. Vila Velha II – Vila Conceição;
- 17 - VALDETE FRAGA MAGNUS, na EEF Prefeito Quintiliano Joao Pacheco;
- 18 - ZANEIDE DE MATOS CLEZAR, no EEB. Vila Velha II – Vila Conceição;

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 14 de abril de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 081 DE 14 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº. 081 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

**“ATRIBUIR EXERCÍCIO”**

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e

de acordo o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Atribuir exercício aos Auxiliares de Serviços Gerais da Educação, abaixo relacionadas, no período de 01 de março de 2016 a 30 de dezembro de 2016:

- 01- ADRIANA RAUPP DA ROSA, no CEI Professor João Vitorino Lopes – Vila Conceição;
- 02 - ANGELA MARIA RIBEIRO MAGNUS, na E.E.F Prefeito Quintiliano João Pacheco;
- 03 - AVANI ALEXANDRE PEREIRA, na E.E.B. Caetano Lummertz – Vila Santa Catarina;
- 04 - BEATRIZ WEBER TEIXEIRA, no CEI Paraíso da Criança – São João do Sul;
- 05 - CRISTIANE C. M .DE BORBA, no CEI Professor João Vitorino Lopes – Vila Conceição;
- 06 - CLAUDIA MARIA E. BAUER na E.E.F Prefeito Quintiliano João Pacheco;
- 07 - IONE TEREZINHA RAUPP, no CEJA - Vereadora Rita Quadros;
- 08 - JANICE COELHO PADILHA TERRA, no CEI Paraíso da Criança – São João do Sul;
- 09 - JANICE SANTOS ALEXANDRE, no CEI Paraíso da Criança – São João do Sul;
- 10 - MARIA ELIZETE EUGÊNIO DA SILVA, no CEI Paraíso da Criança – São João do Sul;
- 11 - MARIA HELENA HOMEM TEIXEIRA, na E.E.B. Glorinha – Glorinha;
- 12 - ROSISTEL MATOS MAGNUS, na APAE - SAEDE de São João do Sul;
- 13 - SILVANA DA ROSA LENTZ, no CEI Professor João Vitorino Lopes – Vila Conceição;
- 14 - SANDRA REGINA DE SOUZA, na E.E.B. Vila Velha II – Vila Conceição;

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 14 de abril de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE ABRIL DE 2016**

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO DIA 01 DE ABRIL DE 2016

CONTRATO Nº 85/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: CAROLINE PEREIRA DE OLIVEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Odontóloga no ESF (Estratégia Saúde da Família) de Vila Santa Catarina da Secretaria Municipal de Saúde, deste Município, com carga horária de 40h/ semanais.

VIGÊNCIA: de 01/04/2016 a 30/12/2016

VALOR MENSAL: R\$: 3.074,94

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de abril de 2016.

**CONTRATO Nº 86/2016**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CARLA CARDOSO NICHELE

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora na EEF. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/04/2016 a 21/12/2016

VALOR MENSAL: R\$: 1.036,27

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 01 de abril de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria no primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

ROGERIO BITENCOURT DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO**

**CONTRATOS DO DIA 12 DE ABRIL DE 2016**

**CONTRATO Nº 87/2016**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: HIANDEIRA GOURLART DA BOIT

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora no CEI. Paraíso da Criança Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 12/04/2016 a 08/10/2016

VALOR MENSAL: R\$: 829,02

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 12 de abril de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

ROGERIO BITENCOURT DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO**

**CONTRATOS DO DIA 14 DE ABRIL DE 2016**

**CONTRATO Nº 88/2016**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: BERNADETE MACHADO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Ensino na CEI. Professor João Vitorino Lopes da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 14/04/2016 a 28/04/2016

VALOR MENSAL: R\$: 1.439,26

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 14 de abril de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

ROGERIO BITENCOURT DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO**

**CONTRATOS DO DIA 20 DE ABRIL DE 2016**

**CONTRATO Nº 89/2016**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MAILSON JUSTO TEIXEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professor na EEB. Vila Velha II da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/04/2016 a 02/05/2016

VALOR MENSAL: R\$: 829,02

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 20 de abril de 2016.

**CONTRATO Nº 90/2016**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MARCOS JULIANO MARQUES LANGER

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professor na EEB. Vila Velha II da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/04/2016 a 02/05/2016

VALOR MENSAL: R\$: 1.362,27

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 20 de abril de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

ROGERIO BITENCOURT DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**PORTARIA Nº 070 DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº 070 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

"EXONERAR SERVIDOR"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Exonerar o servidor DANIEL MONTEIRO DA SILVEIRA, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Planejamento, contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 01 de abril de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 073 DE 01 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº 073 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº. 1609 de 29 de novembro de 2011;

**RESOLVE:**

Conceder Gratificação, nível G-5 para a servidora ANELISE ESPÍN-DOLA SCHEFFER, ocupante do cargo de Enfermeira, para exercer Responsabilidade Técnica de Enfermagem, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 01 de abril de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 076 DE 04 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº 076 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

"LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 87 da Lei Complementar nº 005 de 23 de dezembro de 2009 – Plano de Cargos e Carreira do Magistério Municipal;

**RESOLVE:**

Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família, para a servidora FABIANA DA SILVA OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professora do Ensino Infantil, por 15(quinze) dias, no período de 04/04/2016 à 18/04/2016, para cuidar de sua mãe Maria da Silva Oliveira, viúva, que devido a um acidente doméstico sofreu fratura no úmero direito e encontra-se acamada, necessitando de acompanhamento integral e cuidados especiais.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 04 de abril de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 077 DE 12 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº 077 DE 12 DE ABRIL DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1551 de 10 de agosto de 2010, que altera a

redação do art. 74 da Lei 1063, de 01 de outubro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Licença Maternidade para a Servidora QUELEM BENDO HENRIQUE MAGNUS, ocupante do cargo de Professora, por 180 dias, no período de 12/04/2016 a 08/10/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 12 de abril de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos doze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 078 DE 14 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº 078 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para a servidora ANA MARIA MARTINS DOS SANTOS, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 14 de abril de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 079 DE 14 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº. 079 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

"ATRIBUIR EXERCÍCIO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Atribuir exercício aos Auxiliares Administrativos Escolares e Auxiliares de Ensino, abaixo relacionadas, no período de 01 de março de 2016 a 30 de dezembro de 2016:

01- ADRIANA DOS SANTOS LOPES DA ROSA, auxiliar de Ensino no CEI. Paraíso da Criança São João do Sul;

02 - ALEXANDRA CARDOSO DA SILVA, auxiliar Administrativo Escolar, na EEB. Vila Velha II em Vila Conceição;

03 - CLAMILTA BAUER BORBA DOS SANTOS, auxiliar de Ensino, no CEI. Paraíso da Criança – São João do Sul;

04 - CLAUDIO JÚNIOR LIMA DA ROCHA, auxiliar Administrativo Escolar, no E.E.B Prefeito Quintiliano João Pacheco e CEJA Vereadora Rita Quadros;

05 - MARCIA ADRIANE LUMMERTZ MACHADO, auxiliar de Ensino, no CEI. Paraíso da Criança – São João do Sul;

06 - PATRÍCIA ROCHA DA SILVA, auxiliar Administrativo Escolar, na E.E.B. Caetano Lummertz – Vila Santa Catarina;

07 - VANESSA SCANDOLARA MAGNUS, auxiliar Administrativo Escolar, na Secretaria Municipal de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 14 de abril de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº. 082 DE 14 DE ABRIL DE 2016.** PORTARIA Nº. 082 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

##### **“ATRIBUIR EXERCÍCIO”**

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

##### **RESOLVE:**

Atribuir exercício aos Professores da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, abaixo relacionadas, de 01 de março de 2016 a 30 de dezembro de 2016:

01 - ELIZANDRA PERDONÁ DONADEL, na CEI. Paraíso da Criança – São João do Sul;

02 - FABIANA DA SILVA OLIVEIRA, no CEI. Paraíso da Criança – São João do Sul;

03 - JOELMA S. LAUREANO DA SILVA, no CEI. Paraíso da Criança – São João do Sul;

04 - MARIA HELENA SCHEFFER DOMINGOS, no Pré-Escolar Cirandinha da EEB. Vila Velha II – Vila Conceição;

05 - MARIA JUCILENE DA SILVA, no CEI. Paraíso da Criança – São João do Sul;

06 - MARIZETE MORETO PIA, na EEB Prefeito Quintiliano João Pacheco;

07 - NELCI DA SILVA LUMMERTZ, na EEB. Caetano Lummertz – Vila Santa Catarina;

08 - VIVIANA MACIEL DA SILVA, no CEI. Paraíso da Criança – São João do Sul;

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 14 de abril de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **TERMOS ADITIVO ABRIL 2016**

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 81/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 81/2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E VALQUIRIA LANSA DA SILVA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

##### **Cláusula Primeira**

Fica alterada a carga horária semanal constante da Clausula Segunda do contrato original passando das atuais 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais para substituir a professor contratada Kilian André Euzébio que solicitou redução de carga horária.

##### **Cláusula Segunda**

Ficam alterados os valores dos vencimentos mensais constantes da Clausula Terceira do contrato original passando de R\$ 829,02 (oitocentos e vinte e nove reais e dois centavos) mensais para R\$ 1.243,54 (hum mil e duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

##### **Cláusula Terceira**

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 04 de abril de 2016.

Contratante Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS VALQUIRIA LANSA DA SILVA  
Prefeito Municipal Contratado

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 44/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 44/2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E ALINE SCANDOLARA BIANCHINI, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

##### **Cláusula Primeira**

Fica alterada a carga horária semanal constante da Clausula Segunda do contrato original passando das atuais 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais para substituir a professora contratada Juliana Sartor Ávila que solicitou exoneração.

##### **Cláusula Segunda**

Ficam alterados os valores dos vencimentos mensais constantes da Clausula Terceira do contrato original passando de R\$ 1.036,27 (hum mil e trinta e seis reais e vinte e sete centavos) mensais para R\$ 1.554,40 (hum mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos).

##### **Cláusula Terceira**

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.



São João do Sul, 05 de abril de 2016.

Contratante Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS ALINE SCANDOLARA BIANCHINI  
Prefeito Municipal Contratado

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 26/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 26/2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E DAIANE RODRIGUES DA SILVEIRA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

Cláusula Primeira

Fica alterada a carga horária semanal constante da Clausula Segunda do contrato original passando das atuais 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais para substituir a professora Fabiana da Silva Oliveira que se encontra de licença para cuidar de sua mãe no período de 06/04/2016 a 18/04/2016.

Cláusula Segunda

Ficam alterados os valores dos vencimentos mensais constantes da Clausula Terceira do contrato original passando de R\$ 1.036,27 (hum mil e trinta e seis reais e vinte e sete centavos) para R\$ 1.554,40 (hum mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos).

Cláusula Terceira

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 06 de abril de 2016.

Contratante Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS DAIANE RODRIGUES DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal Contratado

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 34/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 34/2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E VALDINEIA CARLOS OLIVEIRA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

Cláusula Primeira

Fica alterada a carga horária semanal constante da Clausula Segunda do contrato original passando das atuais 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais para substituir a professora Fabiana da Silva Oliveira que se encontra de licença para cuidar de sua mãe no período de 06/04/2016 a 18/04/2016.

Cláusula Segunda

Ficam alterados os valores dos vencimentos mensais constantes da Clausula Terceira do contrato original passando de R\$ 829,02 (oitocentos e vinte e nove reais e dois centavos) mensais para R\$ 1.243,53 (hum mil e duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e três centavos).

Cláusula Terceira

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 06 de abril de 2016.

Contratante Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS VALDINEIA CARLOS OLIVEIRA  
Prefeito Municipal Contratado

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 05/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05/2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E CAMILA LETICIA DA SILVA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

Cláusula Primeira

Fica alterada a carga horária semanal constante da Clausula Segunda do contrato original passando das atuais 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais para substituir a professora contratada Cristiana Hoffmam Selau Candido que solicitou exoneração.

Cláusula Segunda

Ficam alterados os valores dos vencimentos mensais constantes da Clausula Terceira do contrato original passando de R\$ 1.439,26 (hum mil quatrocentos e trinta e nove reais e vinte e seis centavos) mensais para R\$ 1.919,01 (hum mil e novecentos e dezenove reais e um centavos).

Cláusula Terceira

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 13 de abril de 2016.

Contratante Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS CAMILA LETICIA DA SILVA  
Prefeito Municipal Contratado

### **TERMOS ADITIVO MARÇO 2016**

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 60/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 60/2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E ALEXANDRINA SCARIOT BENDO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

Cláusula Primeira

Fica alterada a carga horária semanal constante da Clausula Segunda do contrato original passando das atuais 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais para atuar também CEJA Vereadora Rita Quadros.

Cláusula Segunda

Ficam alterados os valores dos vencimentos mensais constantes da Clausula Terceira do contrato original passando de R\$ 1.554,42 (hum mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e dois centavos) mensais para R\$ 2.072,54 (dois mil e setenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

#### Cláusula Terceira

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 01 de março de 2016.

Contratante Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS ALEXANDRINA SCARIOT BENDO  
Prefeito Municipal Contratado

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 41/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 41/2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E BRUNO ROSA CONSTANTE, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

#### Cláusula Primeira

Fica alterada a carga horária semanal constante da Clausula Segunda do contrato original passando das atuais 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais para atuar também na EEB. Vila Velha II.

#### Cláusula Segunda

Ficam alterados os valores dos vencimentos mensais constantes da Clausula Terceira do contrato original passando de R\$ 1.036,27 (hum mil e trinta e seis reais e vinte e sete centavos) mensais para R\$ 2.072,54 (dois mil e setenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

#### Cláusula Terceira

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 01 de março de 2016.

Contratante Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS BRUNO ROSA CONSTANTE  
Prefeito Municipal Contratado

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 13/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 13/2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E CECILIA FERNANDES CARLOS, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

#### Cláusula Primeira

Fica alterada a carga horária semanal constante da Clausula

Segunda do contrato original passando das atuais 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais para atuar também CEI. Paraíso da Criança.

#### Cláusula Segunda

Ficam alterados os valores dos vencimentos mensais constantes da Clausula Terceira do contrato original passando de R\$ 959,50 (novecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) mensais para R\$ 1.919,01 (hum mil e novecentos e dezenove reais e um centavo).

#### Cláusula Terceira

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 01 de março de 2016.

Contratante Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS CECILIA FERNANDES CARLOS  
Prefeito Municipal Contratado

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 46/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 46/2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E KILIAN ANDRÉ EUZEBIO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

#### Cláusula Primeira

Fica reduzida a carga horária semanal constante na Clausula Segunda do contrato original passando das atuais 20 (vinte) horas semanais para 10 (dez) horas semanais no a EEB. Vila Velha II.

#### Cláusula Segunda

Ficam reduzido os valores dos vencimentos mensais constantes da Cláusula Terceira do contrato original passando de R\$ 1.036,27 (hum mil e trinta e seis reais e vinte e sete centavos) mensais para R\$ 518,14 (quinhentos e dezoito reais e quatorze centavos).

#### Cláusula Terceira

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 31 de março de 2016.

Contratante

Contratado

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal Em Exercício

KILIAN ANDRÉ EUZEBIO  
Contratado



# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 154/2016

DECRET O Nº 154/2016

“CONVOCA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS E REVOGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 050/2016, 19/02/2016”.

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a Conferência Municipal das Cidades do Município de São Joaquim, a realizar-se no dia 28 de Junho de 2016, na Agência de Desenvolvimento Regional - ADR, situada no bairro centro, nesta cidade.

Art. 2º - A Conferência Municipal das Cidades de São Joaquim, etapa integrante da V Conferência Estadual das Cidades e VI Conferência Nacional das Cidades, desenvolverá seus trabalhos a partir do Tema: “A Função Social da Cidade e da Prosperidade”, Lema: Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas. Art. 3º - A Conferência Municipais das Cidades de São Joaquim, será presidida pela Secretária Chefe do Gabinete de Planejamento, que coordenará também a Comissão Organizadora da referida Conferência, responsável pelo seu planejamento, execução e demais atribuições elencadas no regulamento das Conferências Estadual e Nacional das Cidades.

§ 1º - A Comissão Organizadora, bem como o Grupo de Trabalho devem ser compostos por entidades e órgãos públicos, com a participação dos diversos segmentos da sociedade Civil, conforme estabelecido no Regulamento das Conferências Estadual e Nacional das Cidades.

§ 2º - Na ausência ou impedimento da Secretária Chefe do Gabinete de Planejamento a substituirá a Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º - O regulamento da Conferência da Cidade. Município de São Joaquim - SC, disporá sobre sua organização e funcionamento, inclusive sobre processo democrático de escolha de delegados que irão representar o município na Conferência Estadual das Cidades.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos do Decreto Nº 050/2016, de 19/02/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 19 de Maio de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 155/2016

DECRETO Nº 155/2016

“QUE APROVA O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DE SÃO JOAQUIM – SC”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica APROVADO o Regimento Interno da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto de São Joaquim – Santa

Catarina.

Parágrafo Único – Fica fazendo parte integrante do presente Decreto o Regimento citado no Artigo 1º.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 23 de Maio de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

O Exmo. Senhor Prefeito Municipal de São Joaquim, Humberto Luiz Brighenti, juntamente com a Secretária Municipal da Educação Cultura e Desporto, Dalva de Souza Hiura, em conformidade com a legislação e no uso de suas atribuições definem o:

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO SÃO JOAQUIM-SC

MISSÃO: Promover educação de qualidade que contribua para o exercício pleno da cidadania, estabelecendo relações democráticas e participativas.

VISÃO: Ser referência nacional do ensino público municipal.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA A GESTÃO DA EDUCAÇÃO.

1. Oferecer educação como política pública, gratuita, de qualidade social, intersetorial, inter e transdisciplinar, voltada para a sustentabilidade sócioambiental e em permanente transformação;
2. Garantir igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, reconhecendo e valorizando as múltiplas dimensões e diversidade humana;
3. Buscar a melhoria permanente da educação, avaliando e acompanhando o desempenho do educando e do educador, em sala de aula, e dos demais profissionais;
4. Reconhecer a singularidade humana como melhoria do gerenciamento administrativo e formação pedagógica da Rede Municipal de Ensino;
5. Garantir a articulação entre teoria e prática, como ação consciente e transformadora do trabalho educativo-pedagógico, através do compartilhamento dos diferentes saberes;
6. Proporcionar acessibilidade à informação, à comunicação, à pesquisa e à produção do conhecimento para a comunidade escolar;
7. Ampliar e qualificar o atendimento da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Continuada;
8. Otimizar a gestão democrática e compartilhada no processo educacional, valorizando a comunidade escolar;
9. Garantir a constante formação e aperfeiçoamento de todos os servidores da educação;
10. Normatizar os procedimentos administrativos;
11. Valorizar as pessoas, pela implementação e aperfeiçoamento de projetos que visem à saúde e bem-estar de todos, bem como ampliação do quadro de pessoal efetivo para atender a demanda, reconhecimento e valorização das competências;
12. Ampliar o envolvimento da escola com a comunidade, visando à interação da sociedade na vida do educando e no fortalecimento dos compromissos recíprocos com educação de qualidade e solidária;
13. Construir uma Educação para a Paz, comprometida com a

cultura da não violência e com o estabelecimento de relações humanas éticas, amigáveis, solidárias e compatíveis com os valores da paz;

14. Avaliar e implementar gradativamente as diretrizes e metas do Plano Municipal de Educação. As diretrizes foram todas contempladas e avaliadas positivamente, colocando a Educação de São Joaquim em destaque.

DA EQUIPE PEDAGÓGICA DA SMECD.

Compete a Equipe Pedagógica:

I - programar, organizar, dirigir, orientar, controlar e executar as atividades pedagógicas da Secretaria, de acordo com diretrizes programáticas e estratégicas definidas pelo Governo Municipal;

II - auxiliar a(o) Secretário(a) (o) e (o) a Diretor-geral no controle dos resultados das ações da Secretaria em relação ao planejamento e recursos utilizados;

III - participar da elaboração e acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação PME, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual da Secretaria;

IV - acompanhar, avaliar e controlar a execução de projetos e programas em consonância com as diretrizes fixadas;

V - manter sistema de informações sobre andamento dos trabalhos pedagógicos da Secretaria, estabelecendo padrões e métodos de mensuração do desempenho dos programas, projetos e atividades desenvolvidos pela mesma;

VI - promover a interligação com os demais órgãos que compõem o Poder Público Municipal, bem como outras instituições ligadas à educação no âmbito municipal, estadual e federal, no sentido de viabilizar a concretização das ações da Secretaria; e

VII - vincular o trabalho dos diferentes grupos do setor pedagógico da Secretaria Municipal da Educação às diretrizes do Plano Municipal de Educação - P.M.E., bem como à Proposta Pedagógica das escolas;

VIII - organizar os dados para o registro da memória histórica do trabalho pedagógico desenvolvido pela Secretaria Municipal da Educação;

IX - orientar os grupos do setor pedagógico no trabalho de assessoramento às escolas, promovendo ações vinculadas ao Projeto de Assessoria Pedagógica;

X - A equipe pedagógica deverá encaminhar a (o) Secretária (o), a Diretora de Ensino e aos demais setores, pareceres e sugestões que se fizerem necessários ao bom andamento do trabalho e/ou à superação das necessidades da Secretaria Municipal da Educação e/ou das escolas;

XI - acompanhar a execução das ações, buscando alternativas para superação de necessidades, quanto aos aspectos técnico-pedagógico;

XII - organizar reuniões de estudos coletivos e de grupos, visando a produções intelectuais;

XIII - buscar subsídios junto a outras instituições, no sentido de qualificar o trabalho pedagógico da equipe interna da Secretaria Municipal da Educação e da Rede Municipal de Ensino como um todo;

XIV - estimular a equipe interna e os profissionais da Rede na participação de cursos, palestras, seminários, divulgando os eventos organizados pela Secretaria Municipal da Educação Cultura e Desporto e por outras instituições;

XV - coordenar e assessorar o processo de elaboração dos planos de trabalho de cada grupo vinculado ao setor pedagógico, levando em consideração o diagnóstico realizado em cada período, tendo em vista a programação estabelecida e os princípios do Plano Municipal de Educação - PME;

XVI - coordenar e assessorar o processo de avaliação das ações da Secretaria Municipal da Educação, nos diferentes grupos ligados ao setor pedagógico, a fim de destacar as facilidades encontradas e de definir ações para a superação das dificuldades, tendo presente os pressupostos do PME;

XVII - buscar alternativas junto à Rede Municipal de Ensino e outras

instituições, no sentido de efetivar a garantia da permanência dos alunos na escola, com uma educação de qualidade;

XVIII - analisar, mediar e definir ações e projetos internos e de outras instituições, que são ou que pretendem ser desenvolvidos em parceria com a Secretaria Municipal da Educação Cultura e Desporto;

XIX - receber, analisar e arquivar os relatórios dos grupos internos, propondo alternativas de mudança e estudos específicos, quando necessários; e

XX - executar outras atribuições correlatas conforme determinação superior.

Integram a Equipe Pedagógica:

a) Secretário (a) Municipal da Educação Cultura e Desporto;

b) Assistente Técnico Pedagógico e Financeiro

c) Agente Administrativo;

d) Supervisora Escolar Municipal;

e) Orientadora Educacional Municipal;

f) Diretoria do Ensino Fundamental;

g) Diretoria de Educação Infantil; e

h) Coordenadoria Responsável pela Educação Especial Municipal.

Da Diretoria do Ensino Fundamental

Compete à Diretoria do Ensino Fundamental com a Equipe Pedagógica da SMECD:

I - assessorar os profissionais da Rede Municipal de Ensino de modo a concretizar as diretrizes do Plano de Governo e os princípios do Plano Municipal de Educação;

II - planejar, sistematizar e organizar as ações da assessoria pedagógica;

III - auxiliar na elaboração, implementação e avaliação de projetos e propostas diferenciadas, atendendo as necessidades e a proposta pedagógica da escola, vinculando-a ao Plano Municipal de Educação;

IV - organizar, selecionar e elaborar material teórico para assessorar as escolas;

V - recebimento e conferência de atestados médicos oriundos das escolas para controle interno da secretaria;

VI - efetuar acompanhamento específico semanal com as coordenadoras Pedagógicas nas unidades escolares municipais;

VII - organizar e efetuar as reuniões pedagógicas com professoras e/ou Coordenadoras na SMECD;

VIII - organizar e orientar os Estudos de Recuperação Entre Períodos e o Projeto Escola de Férias;

IX - submeter à consideração do superior hierárquico os assuntos que excedam à sua competência; e

X - executar outras atribuições correlatas, conforme determinação superior.

Integram a Diretoria do Ensino Fundamental:

Supervisora Escolar, Orientadora Escolar, Assistente Técnico Pedagógico, atendendo a Educação infantil e o Ensino Fundamental, sendo estas distribuídas em Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais e Escolas de Tempo Integral.

Compete à Supervisora Escolar e Orientadora Escolar e Assistente Técnico pedagógico da SMECD da Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental:

I - planejar, sistematizar e organizar as ações da assessoria pedagógica no que diz respeito à alfabetização na educação infantil, anos iniciais e finais da rede municipal;

II - realizar visitas periódicas às escolas e ceis, para observar a realidade, identificando necessidades, com o propósito de auxiliar na reflexão, qualificação e implementação da prática pedagógica;

III - auxiliar na elaboração, implementação e avaliação de projetos e propostas diferenciadas, atendendo as necessidades e a proposta pedagógica das escolas, vinculando-a ao Plano Municipal de Educação;

IV - organizar, selecionar e elaborar material teórico para assessorar as escolas e ceis;

V - conferir os registros pedagógicos das escolas do meio rural e/ou multisseriadas no final do ano letivo;

VI - receber e conferir das escolas e ceis, o planejamento semanal das escolas urbanas e do meio rural e/ou multisseriadas;

VII - gerenciar as substituições de profissionais das escolas urbanas e do meio rural e/ou multisseriadas;

VIII - acompanhar os trabalhos desenvolvidos com os alunos com dificuldades de aprendizagem;

IX - efetuar acompanhamento específico semanal com as coordenadoras pedagógicas do meio rural;

X - organizar e efetuar as reuniões pedagógicas com professoras e/ou coordenadoras;

XI - organizar o Quadro de Pessoal por Escola das escolas urbanas do meio rural e/ou multisseriadas, com a coordenação de recursos humanos;

XII - coordenar as ações do PNAIC – Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa;

XIII - coordenar a aplicação da Provinha Brasil e monitorar os resultados, junto às escolas;

XIV - monitorar os índices de alfabetização das turmas das escolas municipais do primeiro ao terceiro anos;

XV – orientar e coordenar o Projeto Político Pedagógico das escolas e ceis municipais;

XVI - auxiliar na organização e monitoramento da Escala de Férias;

XVII - submeter à consideração do superior hierárquico os assuntos que excedam à sua competência; e

XVIII - executar outras atribuições correlatas, conforme determinação superior.

Proposta de Tempo Integral, gradativamente, nas escolas:

I - planejar, sistematizar e organizar as ações da assessoria pedagógica no que diz respeito aos planos de estudos das escolas de tempo integral;

II - realizar visitas às escolas para observar a realidade, identificando necessidades, com o propósito de auxiliar na reflexão, qualificação e implementação da prática pedagógica;

III - auxiliar na elaboração, implementação e avaliação de projetos e propostas diferenciadas, atendendo as necessidades e a proposta pedagógica da escola, vinculando-a ao Plano Municipal de Educação;

IV - organizar, selecionar e elaborar material teórico para assessorar as escolas;

V - conferir os registros pedagógicos das escolas;

VI - acompanhar os trabalhos desenvolvidos com os alunos com dificuldades de aprendizagem;

VII - efetuar acompanhamento específico semanal com as coordenadoras pedagógicas das escolas de Tempo Integral;

VIII - organizar e efetuar as reuniões pedagógicas com professoras e/ou coordenadoras;

IX - analisar os projetos dos momentos de integração entregues no início do ano letivo;

X- pesquisar, e buscar informações com escolas de tempo integral, a fim de organizar uma proposta fundamentada em práticas exitosas;

XI - monitorar a implantação e os projetos da escola de tempo integral;

XII - monitorar os índices de reprovação e progressão parcial das turmas das escolas municipais de tempo integral;

XII - coordenar as formações dos professores dos anos iniciais e finais;

XIV - submeter à consideração do superior hierárquico os assuntos que excedam à sua competência; e

XV - executar outras atribuições correlatas, conforme determinação superior.

Da Diretoria da Educação Infantil

Compete à Diretoria da Educação Infantil juntamente com a equipe pedagógica da SMECD:

I - assessorar e acompanhar as Escolas de Educação Infantil do Município, dando suporte técnico-pedagógico aos professores e coordenadoras, visando ao desenvolvimento integral das crianças com a participação e atuação da comunidade;

II - organizar cursos, oficinas e seminários de atualização para funcionários e professores das Escolas de Educação Infantil do Município;

III - organizar reuniões bimestrais com as professoras, pais e comunidades das Escolas de Educação Infantil do Município a fim de repassar orientações pedagógicas e administrativas;

IV - organizar, trimestralmente, reuniões para professores e funcionários que atuam nas Escolas de Educação Infantil do Município;

V - realizar visitas sistemáticas às turmas das respectivas Escolas de Educação Infantil do Município para acompanhar, observar, intervir e problematizar a prática pedagógica das professoras e o desenvolvimento integral das crianças;

VI - organizar e produzir material teórico como suporte para as assessorias;

VII - acompanhar, de forma mais específica, as crianças portadoras de necessidades especiais;

VIII – acompanhar as Escolas de Educação Infantil do Município de São Joaquim SC, em conformidade com o Plano Municipal de Educação;

IX - participar do processo de seleção de educadoras, funcionárias e coordenadoras para as Escolas de Educação Infantil do Município;

X - participar de reuniões com a comunidade escolar, conselho de pais, quando solicitada a presença da assessoria da Secretaria Municipal da Educação;

XI - acompanhar e auxiliar na elaboração e atualização anual do Projeto Político Pedagógicos dos Ceis;

XII - atender ao público, especificamente, na procura de vagas para a Educação Infantil, gerenciando o processo de inscrição das crianças para preenchimento de vagas das escolas infantis do Município;

XIII - acompanhar o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos, zelando pelo seu bem-estar, preservando seus direitos assegurados na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

XIV - assessorar sistematicamente o trabalho dos professores e funcionárias, qualificando o atendimento prestado nas escolas infantis;

XV - participar das reuniões de pais e outros eventos promovidos pelas escolas, quando solicitada a presença da Secretaria Municipal da Educação;

XVI - participar de cursos, oficinas e seminários;

XVII - contribuir significativamente para que as metas do Plano Municipal da Educação sejam executadas;

XVIII - zelar para que as Escolas de Educação Infantil do Município atendam na capacidade máxima de crianças; e

XIX - executar outras atribuições correlatas, conforme determinação superior.

Compete ao Serviço Social da Educação Infantil:

I - orientar as famílias e a escola acerca dos recursos da comunidade e em relação às questões pessoais;

II - acompanhar os casos de atendimento sociofamiliar;

III - assessorar a coordenação e professores da escola em questões relacionadas ao trabalho e à destinação de vagas;

IV - socializar com os professores da escola os encaminhamentos realizados com os pais;  
 V - promover a leitura da realidade da comunidade onde a escola infantil está inserida;  
 VI - analisar e encaminhar as requisições de vagas solicitadas pelo Conselho Tutelar, Assistência Social e Fórum;  
 VII - acompanhar situações específicas encaminhadas pelas Escolas de Educação Infantil, orientando quando necessário;  
 VIII - acompanhar, orientar e encaminhar famílias, conforme necessidade, para a Rede de Atenção do Município;  
 IX - realizar parcerias e encaminhamentos com a Rede de Atenção à Criança;  
 X - realizar visitas domiciliares, conforme necessidade;  
 XI - acompanhar casos oriundos de outras políticas sociais;  
 XII - orientar as escolas e comunidades no processo de seleção de crianças;  
 XIII - participar do planejamento e avaliação das reuniões dos profissionais da Educação Infantil;  
 XIV - socializar as assessorias realizadas;  
 XV - participar da seleção de funcionárias para a Educação Infantil;  
 XVI - buscar aperfeiçoamento na área da Educação Infantil.

#### Compete à Fiscalização na Educação Infantil:

I - orientar as professoras das Escolas de Educação Infantil quanto à observância da legislação e o trabalho pedagógico;  
 II - fiscalizar, avaliar e acompanhar as instituições públicas da Educação Infantil, zelando pelo cumprimento da legislação e decisões do Conselho Municipal de Educação e Plano Municipal da Educação;  
 III - encaminhar ao Conselho Municipal de Educação os casos do não cumprimento da legislação, informando as condições de acesso e permanência das crianças na educação infantil;  
 IV - fiscalizar casas de cuidadoras de crianças quando solicitado perante denúncias, zelando e orientando para regularização dos locais, informando ao Conselho Municipal de Educação.

#### Compete à Psicóloga na Educação Infantil:

I - assessorar os educadores, realizando orientação em relação às fases do desenvolvimento infantil, normal e patológico, bem como fazendo encaminhamentos de crianças quando necessário;  
 II - planejar e organizar, mensalmente, grupos nas Escolas de Educação Infantil do Município, com professores e funcionário, a fim de fortalecer as relações interpessoais entre o grupo e com a comunidade escolar, atuando em nível de prevenção;  
 III - atender pais dos alunos das Escolas de Educação Infantil do Município, a fim de orientar nas possíveis dificuldades com os filhos, e/ou realizar encaminhamentos pertinentes a cada caso;  
 IV - aplicar e corrigir teste psicológico no processo de seleção para professores e funcionários das Escolas de Educação Infantil do Município;  
 V - socializar os encaminhamentos realizados com a equipe técnico-pedagógica;  
 VI - socializar com os professores da escola os encaminhamentos realizados com os pais;  
 VII - estabelecer parcerias com as instituições onde as crianças são atendidas;  
 VIII - realizar grupo de pais nas Escolas de Educação Infantil que solicitarem esse serviço;  
 IX - atuar junto à equipe técnico-pedagógica, colaborando com os profissionais, visando a integrar ações, estimular a reflexão e a troca de informações sobre questões relativas à Educação Infantil;  
 X - atuar de forma integrada com a Assessoria Técnico-Pedagógica nas atividades realizadas com as profissionais que trabalham nas Escolas Infantis;  
 XI - avaliar crianças, conforme encaminhamentos e solicitações das Escolas Infantis, a fim de detectar a necessidade de atendimento

específico;  
 XII - realizar encaminhamentos referentes às situações avaliadas e diagnosticadas nas Escolas Infantis e de Ensino Fundamental da rede;  
 XIII - orientar pais, responsáveis e professoras quanto ao cuidado com as crianças;  
 XIV - realizar grupos de trabalho com as profissionais das Escolas, a fim de desenvolver a capacidade de resolução de situações de dificuldades com as crianças atendidas, favorecer a integração e a troca de informações entre as profissionais e oportunizar a discussão de assuntos referentes à Educação Infantil em geral;  
 XV - realizar reuniões/encontros com pais ou responsáveis, para oportunizar a discussão, o debate e a troca de experiências, com relação a assuntos relativos às crianças e seu desenvolvimento;  
 XVI - planejar e realizar, com a equipe técnico-pedagógica, a seleção das profissionais das Escolas Infantis;  
 XVII - avaliar as novas funcionárias das escolas, analisando seu desempenho e favorecendo sua integração no novo grupo de trabalho; e  
 XVIII - planejar e desenvolver, com o Serviço Social, projetos que envolvam as comunidades das Escolas Infantis na promoção da saúde e qualidade de vida, numa atuação tanto terapêutica quanto preventiva.

#### Da Coordenadoria da Educação Especial

##### Compete à Coordenadora da Educação Especial:

I - orientar os profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino no atendimento e demandas relacionadas aos alunos com necessidades educacionais especiais;  
 II - promover e acompanhar a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular;  
 III - realizar avaliações pedagógicas com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem nas escolas que não tenham salas de recursos, e fazer os encaminhamentos necessários;  
 IV - elaborar projetos na área da Educação Especial, conforme demanda, prestando assessoria aos mesmos;  
 V - realizar estudos para implementação de Salas de Recursos da Rede Municipal de Ensino;  
 VI - acompanhar os convênios que prestam atendimento aos alunos nas diversas especificidades, mantendo constante contato com as entidades;  
 VII - informar e divulgar para a Rede Municipais de Ensino e comunidade assuntos referentes a vários tipos de necessidades especiais, acompanhando os avanços científico pedagógicos da área;  
 VIII - realizar seminários, cursos, encontros, a fim de divulgar e esclarecer aspectos que envolvam questões das deficiências;  
 IX - orientar e atender as demandas específicas das Escolas Municipais e Ceis;  
 X - participar de ações voltadas à defesa dos direitos das pessoas com Necessidades Especiais - NEE;  
 XI - trabalhar de forma integrada, tanto com grupos de assessoria desta Secretaria quanto aos demais de outras instâncias, a fim de promover a inter-relação entre o trabalho realizado em sala de aula e a Educação Especial;  
 XII - gerenciar e acompanhar o desenvolvimento e o cumprimento de metas e demandas, conforme estipulado através da normatização da Educação Especial;  
 XIII - gerenciar a organização de eventos solicitados pelo MEC;  
 XIV - elaborar projetos conforme liberação de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;  
 XV - pesquisar sobre tecnologia assistiva visando orientar os profissionais que atendem alunos com NEE;  
 XVI - assessorar os educadores, realizando orientação em relação às fases do desenvolvimento infantil, normal e patológico, bem como fazendo encaminhamentos de crianças quando necessário;  
 XVII - planejar e organizar, mensalmente, grupos nas Escolas de Educação Infantil do Município, com professores e funcionários, a



fim de fortalecer as relações interpessoais entre o grupo e com a comunidade escolar, atuando em nível de prevenção;

XVIII - atender pais dos alunos das Escolas de Educação Infantil do Município, a fim de orientar nas possíveis dificuldades com os filhos, e/ou realizar encaminhamentos pertinentes a cada caso;

XIX - socializar com professores os encaminhamentos realizados com a equipe técnico-pedagógica;

XX - socializar com os professores das escolas e com os encaminhamentos realizados com os pais;

XXI - estabelecer parcerias com as instituições onde as crianças são atendidas, realizando reuniões sistemáticas, especialmente com as Escolas da rede Municipal de Ensino.

XXII - realizar grupo de pais nas Escolas de Educação Infantil que solicitarem esse serviço;

XXIII - atuar junto à equipe técnico-pedagógica, colaborando com os profissionais, visando a integrar ações, estimular a reflexão e a troca de informações sobre questões relativas à Educação Infantil;

XXIV - atuar de forma integrada com a Assessoria Técnico-Pedagógica nas atividades realizadas com os profissionais que trabalham nas Escolas Infantis;

XXV - avaliar crianças, conforme encaminhamentos e solicitações das Escolas Infantis, a fim de detectar a necessidade de atendimento específico;

XXVI - realizar encaminhamentos referentes às situações avaliadas e diagnosticadas nas Escolas Infantis;

XXVII - orientar pais, responsáveis e professoras quanto ao cuidado com as crianças;

XXVIII - realizar grupos de trabalho com os profissionais das Escolas, a fim de desenvolver a capacidade de manejo de situações de dificuldades com as crianças atendidas, favorecer a integração e a troca de informações entre os profissionais das Escolas Infantis e oportunizar a discussão de assuntos referentes à Educação Infantil em geral;

XXIX - realizar reuniões/encontros com pais ou responsáveis, para oportunizar a discussão, o debate e a troca de experiências, com relação a assuntos relativos às crianças e seu desenvolvimento; e

XXX - executar outras atribuições correlatas, conforme determinação superior.

Da Coordenação e Logística de Alimentação Escolar;

Compete à coordenação e Logística de Alimentação Escolar:

I - desenvolver ações de educação alimentar na Rede Municipal de Ensino;

II - visitar as escolas de Ensino Fundamental e Educação Infantil para verificar o recebimento, armazenamento, preparo e distribuição dos alimentos;

III - elaborar cardápio de acordo com as especificações do Programa de Alimentação Escolar;

IV - prever os gêneros alimentícios perecíveis, não-perecíveis e material auxiliar para o cumprimento dos cardápios projetados e a montagem dos editais licitatórios para aquisição dos mesmos;

V - controlar e fiscalizar a aquisição de materiais e da merenda escolar;

VI - organizar e promover reuniões, palestras e cursos de capacitação para os profissionais envolvidos com alimentação escolar;

VII - realizar ações de educação alimentar com alunos, pais e professores no intuito de conscientizá-los acerca da importância da alimentação saudável e seu impacto na manutenção da saúde e qualidade de vida;

VIII - manter contato com fornecedores e fabricantes de alimentos a fim de assegurar o padrão de qualidade dos gêneros fornecidos;

IX - organizar e oferecer cursos de qualificação aos profissionais ligados à alimentação;

X - coordenar a entrega de merenda em todas as escolas da Rede Municipal de Ensino e escolas infantis conveniadas; e

XI - exercer outras atividades pertinentes ou que lhe forem delegadas.

A Seção de Alimentação Escolar contará com 04 funcionários para a Organização e Distribuição da Alimentação Escolar, e pela execução das tarefas da Seção, de acordo com o cronograma de distribuição dos alimentos.

Dos Diretores de Escolas;

Compete aos Diretores:

I - participar da implantação das atividades da Secretaria como: execução do plano municipal de educação, acompanhamento do plano de aula dos profissionais da U.E semanal e do planejamento bimestral e coordenação dos conselhos de classe propostas de novas metodologias diferenciadas conforme a necessidade da U.E;

II - distribuir, dirigir e controlar, em conjunto com a Secretaria, os trabalhos das unidades que lhe são diretamente subordinadas;

III - promover a articulação permanente dos profissionais sob sua responsabilidade com as demais unidades da Secretaria, visando uma atuação harmônica e integrada na consecução dos objetivos do órgão;

IV - controlar a frequência dos servidores lotados nas unidades sob sua responsabilidade;

V - referendar atos e pareceres técnicos emitidos pela Secretaria;

VI - propor ao Secretário(a) Municipal da Educação a realização de cursos de aperfeiçoamento de seu pessoal, bem como indicar as necessidades de pessoal para a Diretoria da U.E;

VII - cumprir e fazer cumprir as normas, regulamentos e demais instrumentos de serviço; e

VIII - exercer outras atividades compatíveis com a natureza de suas funções e que lhes forem atribuídas pelo Secretário e/ou Diretoria de Ensino a que estiver subordinado.

À Diretoria de Esporte compete:

I. Promover a prática de esporte para pessoas portadoras de necessidades especiais;

II. Fomentar e incentivar a prática desportiva no Município;

III. Criar escolas de esportes nas suas diversas modalidades;

IV. Verificar e indicar os equipamentos necessários para o desenvolvimento dos projetos esportivos;

V. Proporcionar condições para o desenvolvimento do potencial desportivo da população;

VI. Garantir o acesso da população a atividades físicas e práticas esportivas e aprimorar a gestão da política pública de esportes;

VII. Fomentar a prática e eventos de esporte social na cidade;

VIII. Ampliar e apoiar a recuperação e a modernização das estruturas destinadas à prática de atividades físicas e de esportes no Município, observados os objetivos dos programas governamentais e as demandas locais;

IX. Promover ações que visem à preservação e à recuperação da memória esportiva no Município;

X. Desempenhar outras atividades afins.

XI. Planejar, executar, coordenar e incrementar as atividades que visem ao desenvolvimento dos jovens como pessoa humana, através da prática desportiva e recreativa, da educação física escolar e não escolar e, no âmbito da comunidade, das promoções esportivas, recreativas e de lazer do município.

Parágrafo único.

Compete ainda à Diretoria de Esportes:

I. Elaborar e propor as políticas municipais de esporte e lazer e as políticas antidrogas, em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência e Social, bem como as ações necessárias à sua implantação;

II. Articular-se com o Governo Federal, o Governo Estadual e os governos municipais, demais órgãos públicos, o terceiro setor e o

setor privado, objetivando promover a intersetorialidade das ações voltadas para o incremento das atividades físicas e da prática esportiva, do lazer e do protagonismo juvenil municipal;

III. Promover o esporte socioeducativo como meio de inclusão, bem como ações que visem a estimular o surgimento e o desenvolvimento de lideranças jovens e de vocações esportivas;

À Diretoria de Cultura compete:

I. Formular, executar e avaliar as políticas municipais de cultura, em consonância com as diretrizes gerais do Governo Municipal e da legislação vigente;

II. Formular, coordenar, executar e avaliar os planos, programas e projetos atinentes ao desenvolvimento da cultura no âmbito do Município;

III. Promover o acesso a bens culturais materiais e imateriais à população do Município, de forma equânime e participativa, visando o fortalecimento da identidade local e a valorização da diversidade cultural;

IV. Coordenar, orientar e acompanhar a elaboração e a execução do Plano Municipal de Cultura em consonância com as diretrizes gerais do Governo Municipal e a legislação vigente;

V. Formular e executar programas e ações que visem o tombamento, registro e preservação dos bens materiais e imateriais com valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo para a população de São Joaquim, em consonância com as diretrizes gerais do Governo Municipal e da legislação vigente;

VI. Formular e executar programas e ações que visem à promoção da produção cultural nas suas diversas manifestações como música, teatro, dança, pintura, gravura, fotografia, audiovisual, cinema, literatura, artesanato, entre outras, visando o fortalecimento da identidade local e a valorização da diversidade cultural do Município;

VII. Promover, coordenar e executar programas e ações, relativos ao desenvolvimento da economia cultural do Município, visando à integração social e produtiva das comunidades, famílias e pessoas com vocação cultural, artística e artesanal;

VIII. Formular diretrizes, metodologias e programas para promover a utilização das tecnologias digitais e o ambiente conectado em rede na criação, produção, reprodução, distribuição, preservação, armazenamento, modalidades de acesso das cadeias econômicas relativas aos conteúdos simbólicos e às expressões e bens artísticos e culturais;

IX. Promover a articulação com órgãos federais, estaduais e municipais, de modo a assegurar a coordenação e a execução de programas culturais de qualquer iniciativa;

X. Promover o intercâmbio cultural, artístico e literário com entidades públicas e particulares regionais, estaduais, nacionais e internacionais;

XI. Definir, promover e divulgar a Agenda Cultural Oficial do Município de forma articulada e participativa com as organizações culturais, sociais e comunitárias do Município, em consonância com as diretrizes gerais do Governo Municipal e da legislação vigente;

XII. Acompanhar a administração dos atos praticados pela diretoria e serviços por eles realizados, relativos a Diretoria de Cultura;

XIII. Administrar o funcionamento, manutenção e qualidade da infraestrutura física e unidades que compõem a rede pública municipal de cultura;

XIV. Implantar, alimentar e manter atualizado um sistema de informação sobre o Sistema Municipal de Cultura, em articulação com órgãos estaduais, federais e municipais afins;

XV. Planejar, coordenar, executar e avaliar as atividades artísticas e culturais como instrumentos de inclusão social no Município;

XVI. Planejar, coordenar, executar e avaliar os serviços e atividades de proteção do patrimônio artístico, arqueológico, histórico e cultural do Município;

XVII. Exercer atividades de suporte e coordenação dos órgãos colegiados afins às áreas da cultura;

XVIII. Formular, executar e avaliar a Política Municipal da Cultura,

visando sua diversificação e integrando suas potencialidades e oportunidades à melhoria da qualidade de vida de sua população, em consonância com as diretrizes gerais do Governo Municipal e da legislação vigente;

XIX. Cumprir todas as obrigações assemelhadas, que forem dispostas em Decretos Municipais e Ordens de Serviço.

Da Coordenação de Pessoal da Secretaria competência da Agente Administrativo:

I- organizar o Concurso de Remoção e Ingresso para melhor ajustamento de servidores às Unidades de Ensino Municipal;

II- elaborar e manter atualizado o inventário dos profissionais de educação, controlando o quadro de servidores visando à administração e controle das movimentações internas e vagas de pessoal;

III- manter controle permanente sobre as movimentações e o quadro de pessoal da Secretaria;

IV- elaborar periodicamente relatórios sobre a vida funcional dos servidores desta Secretaria;

V- controlar a quantidade de servidores afastados e/ou transferidos;

VI- fornecer suporte às atividades de cadastramento dos servidores da Prefeitura Municipal de São Joaquim;

VII- elaborar/atualizar os registros de profissionais com disponibilidade para a ampliação da jornada de trabalho;

VIII- executar outras atividades correlatas ou que lhes venham a ser atribuídas.

Das Disposições Finais:

Aos servidores, cujas atribuições não estão especificadas neste Regulamento, além de caber cumprir as ordens, determinações e instruções e formular sugestões que contribuam para o aperfeiçoamento do trabalho, cumpre-lhes, também, observar as prescrições legais e regulamentares, executando com zelo e eficiência as tarefas que lhes sejam confiadas, e especialmente:

I - executar diariamente as atribuições inerentes a seu cargo;

II - tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;

III - ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos;

IV - ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político, opção sexual e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;

V - ter respeito à hierarquia;

VI - ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema;

VII - comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis;

VIII - manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição;

IX - participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum;

X - apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função;

XI - manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinente ao órgão onde exerce suas funções;

XII - cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo, emprego ou função, tanto quanto possível, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo



sempre em boa ordem;

XIII - facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito;

XIV - atender os requisitos de segurança para acesso aos sistemas informatizados municipais;

XV - não se ausentar injustificadamente de seu local de trabalho;

XVI - realizar com zelo e presteza, dentro dos prazos, os serviços a seu cargo e aqueles atribuídos pela chefia imediata;

XVII - observar sigilo funcional quanto à matéria dos procedimentos em que atuar;

XVIII - zelar pela boa aplicação dos bens confiados à sua guarda;

XIX - prestar informações e subsidiar processos judiciais movidos pelo Município ou contra este, inclusive como testemunha ou técnico indicado; e

XX - observar os prazos legais para a análise dos processos administrativos, atendimentos a requisições e pedidos de informações.

XXI - Usar as ferramentas tecnológicas, (internet, face book, whatsapp, especificamente para fins de trabalho desta secretaria) ou em caso de grande necessidade.

Além das proibições legais decorrentes do exercício de cargo público, aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto é vedado especialmente:

I - empregar, em qualquer expediente oficial, expressão ou termos desrespeitosos;

II - valer-se da qualidade de servidor para obter vantagens; e

III - manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto pertinente às suas funções, salvo quando autorizado pelo Secretário (a).

Parágrafo único;

Os servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto estão sujeitos ao cumprimento da carga horária semanal prevista para cada cargo, registrado em sistema de Ponto eletrônico.

Os servidores de provimento efetivo, lotados na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto são designados pelo Secretário para atuarem nas Unidades da Secretaria.

As unidades da Secretaria Municipal da Educação funcionarão perfeitamente articuladas entre si, em regime de colaboração mútua.

As relações hierárquicas definem-se no enunciado das atribuições das unidades e na posição que ocupam no organograma da Secretaria.

Este Regimento entra em vigor a partir da data de sua publicação;

São Joaquim, 23 de maio de 2016;

Humberto Luiz Brighenti  
Prefeito Municipal

Dalva de Souza Hiura  
Secretária Municipal da Educação Cultura e Desporto

## DECRETO Nº 156/2016

DECRETO Nº 156/2016

"QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO DA VI CONFERÊNCIA DAS CIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA A COMISSÃO DA CONFERÊNCIA DAS CIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM, integrada pelos seguintes MEMBROS:

01 – SHEILA FORGERINE ZANETTE - Secretária Chefe do Gabinete do Planejamento;

02 – MARIA DE FATIMA SOUSA NUNES – Arquiteta da Secretaria Chefe do Gabinete do Planejamento;

03 – LUSIANE ZANDONADI NUNES – Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social;

04 – LUIZ CARLOS DO AMARAL – Gerente Regional da CASAN;

05 – VANOR DE BETTIO – Vereador;

06 – JOÃO PAULO SÁ – Engenheiro Sanitarista e Membro do Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento;

07 – ILTON CARVALHO – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores;

08 – EVERSON FERNANDO SUZIN – Sócio da Associação Catariense dos Vinhos Finos de Altitude;

09 – JOCEMIRIAM QUADROS CARDOSO FABRE – Representante da PROTUR;

10 – EDU NUNES DOS SANTOS – Membro do Observatório Social;

11 – MILENA MITIE SATO – Arquiteta e Urbanista – Membro do CREA/SC.

Parágrafo Único – A referida Comissão não receberá ônus do Município pela referida Nomeação.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 23 de Maio de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

## DECRETO Nº 157/2016

DECRET O Nº 157/2016

"QUE REMANEJA DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA ATIVIDADE COM A MESMA FONTE DE RECURSOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2016 "

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(40)3.3.90.00.00.00.00.2.009-0160 – Aplicações Diretas 80.301,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 80.301,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Remanejamento do Saldo Total da seguinte Dotação:

03 – PODER EXECUTIVO

03.06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(41)4.4.90.00.00.00.00.2.009-0160 – Aplicações Diretas 80.301,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... 80.301,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 23 de Maio de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

## DECRETO Nº 158/2016

DECRET O Nº 158/2016

“QUE REMANEJA DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA ATIVIDADE COM A MESMA FONTE DE RECURSOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2016 ”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.05 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

(21)3.3.90.00.00.00.00.2.007-0160 – Aplicações Diretas  
77.908,50

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....  
..... 77.908,50

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Remanejamento Parcial das seguintes Dotações:

03 – PODER EXECUTIVO

03.05 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

(22)4.4.90.00.00.00.00.2.007-0160 – Aplicações Diretas  
39.908,50

(20)3.3.50.00.00.00.00.2.007-0160 – Transf. a Inst. Privadas s/  
Fins Luc. 38.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO .....  
..... 77.908,50

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 23 de Maio de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

## DECRETO Nº 159/2016

DECRETO Nº 159/2016

“CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A FUNCIONÁRIA GERUZA DE OLIVEIRA ALBINO ALANO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA, PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento protocolado sob o Nº 151/2016, em data de 23/05/2016, e em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.323/2015, artigo 78, Fica concedido Licença sem Remuneração para tratar de assuntos particulares, pelo período de

15 (quinze) dias a funcionária GERUZA DE OLIVEIRA ALBINO ALANO, ocupante do Cargo de Professora Municipal, a referida Licença é a contar do dia 16/05/2016 á 30/05/2016.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 16 de Maio de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 23 de Maio de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

## ERRATA PROCESSO 08/2016 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
ERRATA EDITAL DA LICITAÇÃO

Na edição DOM/SC - Edição Nº 1994 Página 542 do dia 12/05/2016 Pregão presencial 05/2016

Processo n.º 08/2016 – Aquisição de fraldas infantis para o abrigo de São Joaquim (Casa Lar)

No item 15/ Notas, acrescenta-se:

- A embalagem do produto deverá conter externamente e legível, os dados de identificação, procedência, número de lote, validade e número de Registro ANVISA/AFE ou anotação de dispensa do mesmo;

- Apresentar, na sessão de abertura do pregão, amostra do produto.

No item 15.2 DA REGULARIDADE FISCAL, acrescenta-se:

15.2.11 Apresentar Alvará da Vigilância Sanitária do estabelecimento.

São Joaquim, 31 de maio de 2016

A Comissão

## ERRATA PROCESSO 11/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ERRATA EDITAL DA LICITAÇÃO

Na edição DOM/SC - Edição Nº 2001 Página 901 do dia 23/05/2016 Pregão presencial 05/2016

Processo n.º 11/2016 – Aquisição de fraldas geriátricas e infantis para os usuários do SUS

No item 15/ Notas, acrescenta-se:

- A embalagem do produto deverá conter externamente e legível, os dados de identificação, procedência, número de lote, validade e número de Registro ANVISA/AFE ou anotação de dispensa do mesmo;

- Apresentar, na sessão de abertura do pregão, amostra do produto.

No item 15.2 DA REGULARIDADE FISCAL, acrescenta-se:

15.2.11 Apresentar Alvará da Vigilância Sanitária do estabelecimento; (Regularidade fiscal).

São Joaquim, 31 de maio de 2016

A Comissão

### **PORTARIA Nº 211/2016**

PORTARIANº 211/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelado os efeitos da Portaria Nº 147/2016, de 29/03/2016, na parte onde se refere ao aumento de Carga Horária da Professora JANETE BARBOSA SOUZA, devendo permanecer somente com 20 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de Maio de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 212/2016**

PORTARIANº 212/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 05 (cinco) dias, por Falecimento de seu Pai, conforme apresentação de Certidão de óbito à funcionária NELCI HEMENEGILDA AMARAL TOMAZ, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, a contar do dia 10/05/2016 até o dia 16/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 10 de Maio de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 17 de Maio de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 213/2016**

PORTARIANº 213/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 003/2015, realizado em data de 17/01/16; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - CIRINHA DE OLIVEIRA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro, Localidade de Cruzeiro, na área de Anos Iniciais, Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 18/05/2016, em substituição a professora Maria Tereza Mendes que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS..

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 18 de Maio de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 214/2016**

PORTARIANº 214/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – NELCI AMARAL TOMAZ, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 09/05/2016. – VIDALVINA DAS GRAÇAS P. NUNES, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 09/05/2016. – JANAINA UIARA DE ANDRADE, ocupante da Função de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 09/05/2016. – MARTA GODOI DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 09/05/2016. – ANA KARINY PEREIRA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, por 10 (dez) dias, a contar do dia 09/05/2016, para tratamento de saúde de sua mãe. – ISMENIA SOUZA ARRUDA, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 10/05/2016. – MARCIA APARECIDA LAURINDO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 10/05/2016. – LECENI MARIA DE MELLO MUNIZ, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 10/05/16. – CLAUDIA GÓSS, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 10/05/2016. – GILSON SANTOS RAMOS, ocupante do Cargo de Professor, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 10/05/2016. – LURDETE APARECIDA RIBEIRO, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 11/05/2016. – KARINA RODRIGUES LEITZKE, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 09/05/2016. – FABIANE TAMAKI, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 11/05/2016, para tratamento de saúde de seu filho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 18 de Maio de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 215/2016**

PORTARIANº 215/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – PATRICIA DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 11/05/2016. – GLADIS REGINA SCHLICHTING, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 12/05/2016. – FELIPE CARDOSO NUNES, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 12/05/2016. – ADRIANA ANDRADE FAUSTO, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 13/05/2016. – MARTA APARECIDA PEREIRA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 13/05/2016. – CLAUDIA LOURENÇO BUENO, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Pedagógico, por 01 (um) dia, no dia 16/05/2016, para tratamento de seu filho. – FLAVIANA SILVEIRA ESTEVES EHING, ocupante do Cargo de Professora, a contar do dia 16/05/2016, e o retorno de acordo com o INSS. – GLAUCIA RODRIGUES ALMEIDA, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 16/05/16. – MARILZA APARECIDA EHING DE BRIDA, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 16/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 18 de Maio de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 216/2016**

PORTARIANº 216/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – MAGALI FERNANDES MACHADO, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 16/05/2016. – ELISIANE FELIPE TOMIOSSO, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem, por 02 (dois) dias, a contar do dia 16/05/2016. – SAMY BECHTOLD BETT, ocupante da Função de Odontóloga, por 01 (um) dia, no dia 16/05/2016. – CASSIANO SUHRE DA ROSA, ocupante da Função de Professor, por 01 (um) dia, no dia 16/05/2016. – MARCIA RIBEIRO, ocupante da Função de Professora, por 01 (um) dia, no dia 17/05/2016. – MONICA VELHO SOUZA, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 17/05/2016. – MARA APARECIDA BORGES COSTA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 03 (três) dias, a contar do dia 17/05/2016. – SIRLEI MENDONÇA KISTER DO AMARAL, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 18/05/16. – OSMARINA FATIMA DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 18/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 18 de Maio de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 217/2016**

PORTARIANº 217/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

##### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica TRANSFERIDA a funcionária MARIA BERNADETE BARBOSA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para a partir desta data desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 20 de Maio de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 218/2016**

PORTARIANº 218/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS a seguinte funcionária JESSICA TAVARES MATOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 20/05/2016 à 18/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 20 de Maio de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 219/2016**

PORTARIANº 219/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS a seguinte funcionária EROZITA PLACIDINA ROSA VELHO, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 23/05/2016 à 21/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 23 de Maio de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.



**PROCESSO 06/2016 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 06/2016

Tomada de Preço 01/2016

Objeto: Contratação de empresa para ampliação e reforma das UBSs do Município de São Joaquim

Tipo: Menor preço global por lote

Abertura: 21/06/2016 – 09h30min

Valor estimado: R\$ 320.070,30

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 31 de maio de 2016

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

- A embalagem do produto deverá conter externamente e legível, os dados de identificação, procedência, número de lote, validade e número de Registro ANVISA/AFE ou anotação de dispensa do mesmo;

Apresentar Alvará da Vigilância Sanitária do estabelecimento; (Regularidade fiscal)

Apresentar, na sessão de abertura do pregão, amostra do produto.

São Joaquim, 31 de maio de 2016.

Adriana Baesso

Pregoeira.

**RESPOSTA IMPUGNAÇÃO PROCESSO 11/2016 FMS**

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO 05/2016, APRESENTADA PELA EMPRESA LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME

Ref.: Pregão Presencial nº 05/2016- Processo Licitatório nº 11/2016

Assunto: Impugnação ao Edital supra mencionado, recebido em 30/05/2016.

Pedido de impugnação apresentado dentro do prazo oferecido no edital. Portanto, TEMPESTIVA a impugnação apresentada.

RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO ( encontram-se em anexo).

A impugnante solicita

Que seja incluída exigência de AFE – Autorização de Funcionamento da Empresa – Cosméticos e de Laudos Microbiológicos dos produtos, emitidos por laboratório credenciado junto a ANVISA.

**ANÁLISE**

Diante das razões apresentadas pela empresa LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME, a Pregoeira e sua equipe de apoio, buscaram as CONTRARRAZÕES da Secretaria Municipal da Saúde, setor responsável pela elaboração do Edital e aquisição do produto em questão, que se posicionou contrária à impugnação, porém favorável à inclusão de exigência de constar na embalagem do produto o número de registro da ANVISA e apresentação de Alvará a Vigilância Sanitária.

**DECISÃO**

Diante do exposto e após verificação de casos similares, A Pregoeira e sua equipe de apoio entende que a RAZÃO não assiste à impugnante.

Considera-se, portanto, INPROCEDENTE a impugnação ao Edital, apresentada pela empresa LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME . Entretanto, buscando garantir o fornecimento de produtos com qualidade inquestionável, fica decidido que se acrescente, no referido edital,

- 1) exigência de constar na embalagem do produto o número de registro na ANVISA ;
- 2) apresentação de Alvará atualizado da Vigilância Sanitária Municipal, para funcionamento do estabelecimento; e
- 3) Apresentar amostra dos produtos na sessão de abertura do pregão.

Tendo em vista o NÃO ACOLHIMENTO DA IMPUGNAÇÃO, decide-se pela continuidade do processo licitatório, com a publicação imediata desta Decisão da seguinte errata para o edital de pregão 05/2016:

# São José

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 27/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 27/2016

#### PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Rodrigo João Machado, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 02/06/2016, quinta feira às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	10.009/2015
Recorrente	ALAIDE PAES PETRES
Procurador habilitado nos autos	IZOLETE PERES
Relator	NADIR TEREZINHA KOERICH

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderá realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5(cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com, através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015: Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José 25 de Maio de 2016.

Rodrigo João Machado Presidente do CMC Decreto Municipal n.º 5331/2015	Rozana Maria Kuster Secretária Geral do CMC Decreto Municipal n.º 5331/2015
--	---

#### REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº \_\_\_\_\_  
Interessado: \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, CPF/OAB \_\_\_\_\_, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia \_\_\_\_\_, conforme Edital de Convocação nº \_\_\_\_\_.

São José, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome:  
CPF/OAB

#### RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

### DECRETO Nº 6428/2016

DECRETO Nº 6428/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada IDAIANE RIBEIRO DIAS CASTRO para o cargo em comissão de Assessor I – CCM 1, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 6429/2016

DECRETO Nº 6429/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado JORGE ANTÔNIO COSTA para exercer o cargo de Assessor II Administrativo – CCM2, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 6430/2016

DECRETO Nº 6430/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art.1º - Conceder à servidora SILVANA CORREIA MACHADO, matrícula Nº 1834-1, a função gratificada de Chefe de Divisão, nível FG-CH.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal



**DECRETO Nº 6431/2016**

DECRETO Nº 6431/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Conceder à servidora SUÉD ALFLEN ZIMMERMAN DA ROSA, matrícula Nº 41.426, a função gratificada de Chefe de Divisão, nível FG-CH.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6432/2016**

DECRETO Nº 6432/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado ACYR OSMAR DE OLIVEIRA para exercer o cargo de Assessor Técnico Planejamento Institucional – CCM 8, com lotação na Fundação Educacional de São José, nos termos da Lei Complementar nº 017/2005.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6433/2016**

DECRETO Nº 6433/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado DACÍLIO SOUZA SILVA para exercer o cargo de Coordenador de Logística – CCM 5, com lotação na Secretaria de Administração, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6436/2016**

DECRETO Nº 6436/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Conceder à servidora ELISA DE OLIVEIRA DOS SANTOS PAULI, matrícula Nº 21.620-8, a função gratificada de Chefe de Divisão, nível FG-CH.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6437/2016**

DECRETO Nº 6437/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder à servidora MARIA CASANOVA, matrícula Nº 1796-5, a função gratificada de Chefe de Divisão, nível FG-CH.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6438/2016**

DECRETO Nº 6438/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder ao servidor PAULO MONTEBELLO, matrícula Nº 33.271-2, a função gratificada de Chefe de Divisão, nível FG-CH.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6439/2016**

DECRETO Nº 6439/2016

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor GERALDO JOSÉ H. DA ROSA do cargo de Assessor II – Administrativo - CCM 2, com lotação na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6441/2016**

DECRETO Nº 6441/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder ao servidor GERALDO JOSE HERMENEGILDO DA ROSA, matrícula Nº 1613-6, a função gratificada de Chefe de Divisão, nível FG-CH.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 6478/2016**

DECRETO Nº 6478/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder à servidora MARIA DE FÁTIMA MACHADO, matrícula Nº 743-9, a função gratificada de Chefe de Divisão, nível FG-CH.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 005/2016**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 005/2016

CONCURSO PÚBLICO 003/2015

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos(as) aprovados(as) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2015, abaixo relacionados(as), para comparecerem mediante agendamento, nos termos do item 14.8 do Edital, à Secretaria de Administração - Diretoria de Recursos

Humanos - 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n - Praia Comprida - São José/SC, munidos de seus documentos pessoais para dar início a nomeação

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
LUCAS MEDEIROS DE MESQUITA	Médico Psiquiatra	5
DANIELLE MACHADO MOREIRA	Médico Pediatra	7
MERCEDES PAOLA MARTEL TARAZONA	Médico Pediatra	8
ANDRESSA TEODORO SILVA	Médico Pediatra	9
KAROLINE KUHNEN FON-SECA	Médico da Família	19
FLAVIO JOSE MEDEIROS MARTINS JUNIOR	Médico da Família	20
GABRIELA CARDOSO FLORES	Técnico em Enfermagem da Família	6
TAMARA DILMA DA SILVA	Enfermeiro da Família	17

São José, 30 de maio de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

**PREGÃO PRESENCIAL 044/2016 – PROCESSO Nº 147/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 044/2016 – Processo nº 147/2016: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EVENTUAL EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DO SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 14/06/2016 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 14/06/2016 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

**CÂMARA MUNICIPAL****PUBLICAÇÃO DA VENCEDORA E EXTRATO DE CONTRATO N.º 02/2016 PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2016 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 069/2015 - LOTE III**

Publicação da Vencedora e Extrato de Contrato n.º 02/2016

Pregão Presencial n.º 002/2016

Processo Administrativo n.º 069/2015

A Câmara Municipal de São José torna pública que a empresa ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA., sagrou-se vencedora da Licitação do Pregão Presencial n.º 002/2016 do Lote III, realizada em 29 de abril de 2016, adjudicada e homologada dia 13 de maio de 2016.

Celebrado o Contrato n.º 02/2016, em 19 de maio de 2016, com prazo de vigência até 31/12/2016, para o fornecimento de ÁGUA MINERAL. O valor global do referido contrato é de R\$ 6.700,00 (seis mil e setecentos reais) para Lote III.

São José/SC, 30 de maio de 2016.  
ADRIANA ISOLETE DE SOUZA  
DIRETORA ADMINISTRATIVA

**PUBLICAÇÃO DA VENCEDORA E EXTRATO DE CONTRATO N.º 03/2016 PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2016  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 069/2015 - LOTE II**

Publicação da Vencedora e Extrato de Contrato n.º 03/2016

Pregão Presencial n.º 002/2016  
Processo Administrativo n.º 069/2015

A Câmara Municipal de São José torna pública que a empresa ELO COMECIO E SERVIÇOS LTDA., sagrou-se vencedora da Licitação do Pregão Presencial n.º 002/2016 do Lote II, realizada em 29 de abril de 2016, adjudicada e homologada dia 13 de maio de 2016.

Celebrado o Contrato n.º 03/2016 em 18 de maio de 2016, com prazo de vigência até 31/12/2016, para contratação de empresas para o fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. O valor global do referido contrato é de R\$ 27.949,70 (vinte e sete mil novecentos e quarenta e nove reais e setenta centavos) para o Lote II.

São José/SC, 30 de maio de 2016.  
ADRIANA ISOLETE DE SOUZA  
DIRETORA ADMINISTRATIVA

**PUBLICAÇÃO DA VENCEDORA E EXTRATO DE CONTRATO N.º 04/2016 PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2016  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 069/2015**

Publicação da Vencedora e Extrato de Contrato n.º 04/2016

Pregão Presencial n.º 002/2016  
Processo Administrativo n.º 069/2015

A Câmara Municipal de São José torna pública que a empresa LAS COMÉRCIO LTDA. sagrou-se vencedora da Licitação do Pregão Presencial n.º 002/2016, Lotes I e V, realizada em 29 de abril de 2016, adjudicada e homologada dia 13 de maio de 2016.

Celebrado o Contrato n.º 04/2016 em 19 de maio de 2016, com prazo de vigência até 31/12/2016, para o fornecimento de MATERIAL DE LIMPEZA E MATERIAL DE COPA E COZINHA. O valor global do referido contrato é de R\$ 67.129,30 (sessenta e sete mil cento e vinte e nove reais e trinta centavos), sendo R\$ 51.500,00 (cinquenta e um mil e quinhentos reais), para o Lote I e R\$ 15.629,30 (quinze mil e seiscentos e vinte e nove reais e trinta centavos), para o Lote V.

São José/SC, 30 de maio de 2016.  
ADRIANA ISOLETE DE SOUZA  
DIRETORA ADMINISTRATIVA

**PUBLICAÇÃO DA VENCEDORA E EXTRATO DE CONTRATO N.º 05/2016 PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2016  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 069/2015 - LOTE IV**

Publicação da Vencedora e Extrato de Contrato n.º 05/2016

Pregão Presencial n.º 002/2016  
Processo Administrativo n.º 069/2015

A Câmara Municipal de São José torna pública que a empresa AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI., sagrou-se vencedora da Licitação do Pregão Presencial n.º 002/2016 do Lote IV, realizada em 29 de abril de 2016, adjudicada e homologada dia 13 de maio de 2016.

Celebrado o Contrato n.º 05/2016, em 18 de maio de 2016, com prazo de vigência até 31/12/2016, para o fornecimento de MATERIAL DE EXPEDIENTE. O valor global do referido contrato é de R\$ 56.533,40 (cinquenta e seis mil e quinhentos e trinta e três reais e quarenta centavos) para o Lote IV.

São José/SC, 30 de maio de 2016.  
ADRIANA ISOLETE DE SOUZA  
DIRETORA ADMINISTRATIVA

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 096/2016/DF

DECRETO Nº. 096/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.029 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"483"3.3.90.39.00.00.3.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do Superávit Financeiro do exercício anterior, Recursos Ordinários, Fonte nº 3.0000, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de maio de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 097/2016/SF

DECRETO Nº. 097/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.508 de 31 de maio de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Assistência Social de São José do Cedro, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

"481"3.3.90.39.00.00.1.0052 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação do

Programa de Proteção Social Básica, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) Fonte nº 1.0052.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de maio de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 098/2016/DF

DECRETO Nº. 098/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.508 de 31 de maio de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Assistência Social de São José do Cedro, no valor de R\$17.820,00 (dezesete mil oitocentos e vinte reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

"477"3.3.90.30.00.00.1.0052 Material de Consumo .....  
..... R\$17.820,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação do Programa de Proteção Social Básica, no valor de R\$17.820,00 (dezesete mil oitocentos e vinte reais), das seguintes dotações:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.103 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS

"377"3.3.90.30.00.00.1.0052 Material de Consumo .....  
..... R\$13.750,00

"378"3.3.90.33.00.00.1.0052 Passagens e Despesas com Locomoção ..... R\$1.100,00

"380"3.3.90.36.00.00.1.0052 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física ..... R\$2.420,00

"382"3.3.90.39.00.00.1.0052 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$550,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de maio de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº 099/2016/DF**

DECRETO Nº. 099/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.509 de 31 de maio de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Assistência Social de São José do Cedro, no valor de R\$2.830,61 (dois mil oitocentos e trinta reais e sessenta e um centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –F.M.A.S  
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
2.105 PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA – ABRIGO DOMICILIAR  
"479"3.3.30.93.00.00.3.0052 Indenizações e Restituições .....  
..... R\$2.745,75

2.116 PROGRAMA DE AUXÍLIOS E BENEFÍCIOS EVENTUAIS  
"478"3.3.30.93.00.00.3.0052 Indenizações e Restituições .....  
..... R\$84,86

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do Superávit Financeiro do exercício anterior, Fonte nº 3.0052 – Recursos FEAS – Fundo Estadual, no valor de R\$2.830,61 (dois mil oitocentos e trinta reais e sessenta e um centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de maio de 2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº 100/2016/DF**

DECRETO Nº. 100/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.509 de 31 de maio de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Assistência Social de São José do Cedro, no valor de R\$11.124,26 (onze mil cento e vinte e quatro reais e vinte e seis centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –F.M.A.S  
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
"480"3.3.30.93.00.00.3.0052 Indenizações e Restituições .....  
..... R\$11.124,26

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos da anulação dos Recursos FEAS, Fonte 3.0707, no valor de R\$11.124,26 (onze mil cento e vinte e

quatro reais e vinte e seis centavos), das seguintes dotações:  
18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –F.M.A.S  
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
"446"3.3.90.30.00.00.3.0707 Material de Consumo .....  
..... R\$11.124,26

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de maio de 2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº 101/2016/DF**

DECRETO Nº. 101/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.510 de 31 de maio de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$3.117,00 (três mil cento e dezessete reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS  
2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS  
"482"3.3.90.92.00.00.1.0000 Despesas de Exercícios Anteriores ...  
..... R\$3.117,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos da anulação de Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, no valor de R\$3.117,00 (três mil cento e dezessete reais), das seguintes dotações:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS  
2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS  
"40"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física ..... R\$3.117,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de maio de 2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.



**DECRETO Nº5.810/2016**

DECRETO Nº 5.810, DE 24 DE MAIO DE 2016.

ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO – SC, EM ATENDIMENTO AO QUE ESTABELECE O ART. 9º. DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº. 101, DE 04 DE MAIO DE 2000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº. 101 de 04 de maio de 2000, e art. 9º da lei Municipal nº 4.430/2015, de 17/11/2015.

DECRETA:

Art.1º. O presente Decreto estabelece os critérios para limitação de empenho das dotações orçamentárias e movimentação financeira a serem utilizados pelo Poder Executivo Municipal quando da realização de despesas e desembolso financeiro até o restabelecimento total do déficit orçamentário no montante de R\$ 150.316,23 (cento e cinquenta mil, trezentos e dezesseis reais e vinte e três centavos) apurado no período de janeiro a abril de 2016.

Art. 2º. Em cumprimento ao que determina o art. 9º da Lei Municipal nº. 4.430, de 17/11/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, ficam bloqueadas as seguintes dotações orçamentárias classificadas nos Grupos de Natureza de Despesa e Fontes de Recursos descritas a seguir:

Órgão	Ação	Elemento – Dotação	Fonte	R\$
Sec. da Educação e Cultura	2.019	3.3.90.39.00.00.00.00 - 116	0.1.0061	30.228,99
Sec. dos Transp. e Obras	2.041	3.3.90.39.00.00.00.00 - 253	0.1.0000	27.726,39
Sec. dos Transp. e Obras	1.039	3.3.90.30.00.00.00.00 - 235	0.1.0044	13.503,27
Sec. de Assistência Social	2.105	3.3.90.30.00.00.00.00 - 355	0.1.0700	5.333,32
Sec. de Assistência Social	2.105	4.4.90.52.00.00.00.00 - 358	0.1.0700	2.032,80
Sec. de Assistência Social	2.116	3.3.90.48.00.00.00.00 - 387	0.1.0700	2.200,00
Fdo.Mun.de Saúde	2.056	3.3.90.39.00.00.00.00 - 43	0.1.0312	8.178,00
Fdo.Mun.de Saúde	2.058	4.4.90.52.00.00.00.00 - 20	0.1.0038	8.290,75
Fdo.Mun.de Saúde	2.061	3.3.90.30.00.00.00.00 - 55	0.1.0312	52.822,79
TOTAL GERAL			R\$	150.316,31

Art.3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de maio de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito municipalRegistrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.**LEI Nº 4.508/2016**

LEI Nº 4.508, DE 31 DE MAIO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Assistência Social de São José do Cedro, no valor de R\$27.820,00 (vinte e sete mil oitocentos e vinte reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

"477"3.3.90.30.00.00.1.0052 Material de Consumo ..... R\$17.820,00

"481"3.3.90.39.00.00.1.0052 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação do Programa de Proteção Social Básica, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) Fonte nº 1.0052 e recursos da anulação dos Recursos FNAS – Recursos CRAS, Fonte 1.0052, no valor de R\$17.820,00 (dezessete mil oitocentos e vinte reais), das seguintes dotações:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.103 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS

"377"3.3.90.30.00.00.1.0052 Material de Consumo ..... R\$13.750,00

"378"3.3.90.33.00.00.1.0052 Passagens e Despesas com Locomoção ..... R\$1.100,00

"380"3.3.90.36.00.00.1.0052 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física ..... R\$2.420,00



"382"3.3.90.39.00.00.1.0052 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$550,00

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de maio de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,  
Secretário Municipal de Esportes.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELIANA STRUB OLDRA,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,  
Secretária Municipal de Administração.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## **LEI Nº 4.509/2016**

LEI Nº 4.509, DE 31 DE MAIO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Assistência Social de São José do Cedro, no valor de R\$13.954,87 (treze mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e sete centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.105 PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA – ABRIGO DOMICILIAR

"479"3.3.30.93.00.00.3.0052 Indenizações e Restituições ..... R\$2.745,75

2.116 PROGRAMA DE AUXÍLIOS E BENEFÍCIOS EVENTUAIS

"478"3.3.30.93.00.00.3.0052 Indenizações e Restituições ..... R\$84,86

2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

"480"3.3.30.93.00.00.3.0052 Indenizações e Restituições ..... R\$11.124,26

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do Superávit Financeiro do exercício anterior, Fonte nº 3.0052 – Recursos FEAS – Fundo Estadual, no valor de R\$2.830,61 (dois mil oitocentos e trinta reais e sessenta e um centavos) e recursos da anulação dos Recursos FEAS, Fonte 3.0707, no valor de R\$11.124,26 (onze mil cento e vinte e quatro reais e vinte e seis centavos), das seguintes dotações:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

"446"3.3.90.30.00.00.3.0707 Material de Consumo ..... R\$11.124,26

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de maio de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,  
Secretário Municipal de Esportes.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELIANA STRUB OLDRA,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,  
Secretária Municipal de Administração.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **LEI Nº 4.510/2016**

LEI Nº 4.510, DE 31 DE MAIO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$3.117,00 (três mil cento e dezessete reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

“482”3.3.90.92.00.00.1.0000 Despesas de Exercícios Anteriores ..... R\$3.117,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos da anulação de Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, no valor de R\$3.117,00 (três mil cento e dezessete reais), das seguintes dotações:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

“40”3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física ..... R\$3.117,00

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de maio de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,

Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,  
Secretário Municipal de Esportes.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELIANA STRUB OLDRA,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,  
Secretária Municipal de Administração.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.401, DE 31 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 5.401, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Altera o Decreto nº 5.364, de 1º de abril de 2016, que dispõe sobre a homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, artigo 55, inciso VII e;

CONSIDERANDO o requerimento de reclassificação para o último lugar dos classificados, apresentado pela candidata Andreia Colet Dallacort, inscrita no CPF sob o nº 078.371.459-92, aprovada no Concurso Público nº 001/2016, para o cargo de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

CONSIDERANDO a previsão do subitem 9.3.1., do Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2016, acrescentado pelo Edital nº 001.7/2016, de 28 de março de 2016;

#### DECRETA:

Art. 1º O Anexo I, do Decreto nº 5.364, de 1º de abril de 2016, com suas alterações posteriores, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de maio de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

#### ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 5.401, de 31 de maio de 2016.

#### ANEXO I

(Decreto nº 5.364, de 1º de abril de 2016)

#### RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

#### APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

Inscrição	Candidato	C. GE-RAIS	PORT	MAT	ESP	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
60	SOLANGE HERBERTS	2,50	0,75	0,75	3,75	7,75	7,75	APROVADO(A)	1º	30/01/1986
204	JAIRSON LAZAROTTO	1,75	0,75	1,25	3,25	7,00	7,00	APROVADO(A)	2º	30/10/1969
196	MARIZIELI LAZZAROTTO MENDES	1,75	0,50	1,00	3,25	6,50	6,50	APROVADO(A)	3º	30/06/1990
290	ROSMARI SALETE DANE-LUZ	2,25	0,50	0,50	2,50	5,75	5,75	APROVADO(A)	4º	19/11/1965
372	CLAIZA HELENA GARDA	2,00	0,50	0,75	2,50	5,75	5,75	APROVADO(A)	5º	10/03/1977
338	AMARILDE LUNKES	1,25	0,75	0,50	3,00	5,50	5,50	APROVADO(A)	6º	22/11/1987
715	MAICON ADRIANO LAUTÉRIO	1,75	0,50	0,50	2,75	5,50	5,50	APROVADO(A)	7º	07/08/1988
756	JOSIELI DALLA SANTA	1,50	0,50	0,25	3,00	5,25	5,25	APROVADO(A)	8º	03/07/1990
314	IONE LUCIA GRANELLA BENDER	1,50	0,25	0,75	2,75	5,25	5,25	APROVADO(A)	9º	18/07/1980
718	IZIQUEL JOSE DOS SANTOS	1,50	1,00	0,25	2,50	5,25	5,25	APROVADO(A)	10º	14/04/1995
26	FABIANE VIERA CARNEIRO	1,50	1,00	0,50	2,00	5,00	5,00	APROVADO(A)	11º	20/02/1993
27	ELIZANGELA JUSTINO FÉO	2,00	0,75	0,50	1,75	5,00	5,00	APROVADO(A)	12º	28/07/1981
17	ANDRESSA MUNZLINGER DA MOTA	2,25	0,50	0,75	1,50	5,00	5,00	APROVADO(A)	13º	31/07/1992

287	MARCIA COLI TREVELIN HOFFMANN	2,25	0,75	1,00	2,25	6,25		6,25	APROVADO(A)	14º	19/05/1983
281	NOELY DE OLIVEIRA	1,75	0,25	0,50	3,50	6,00		6,00	APROVADO(A)	15º	01/12/1968
312	ANDREIA COLET DALLA- CORT	2,25	0,50	0,50	3,25	6,50		6,50	APROVADO(A)	16º	10/10/1990

.....". (NR)

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de maio de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 5.402, DE 31 DE MAIO DE 2016.**

DECRETO Nº 5.402, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Nomeia membros do Conselho Municipal de Habitação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII, do art. 55, da Lei Orgânica do Município e com base na Lei Municipal nº 1.609, de 13 de setembro de 2006 e suas alterações posteriores,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os membros a seguir relacionados, para compor o Conselho Municipal de Habitação - COMHAB, órgão consultivo e deliberativo, responsável por formular a política de habitação e promover a sua implementação mediante aprovação de Projetos e Programas Habitacionais:

I - representantes do Governo Municipal:

a) Gabinete do Prefeito:

1. Titular: Reinaldo Francisco Guerra Júnior, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Apoio Administrativo, exercendo o cargo de Assessor de Gabinete, matrícula nº 3007/01;
2. Suplente: Lilyan Trindade dos Santos, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1751/01.

b) Secretaria Municipal de Assistência Social:

1. Titular: João Antonio Garcias, servidor público municipal, ocupante do cargo de Gerente de Habitação, matrícula nº 1142/02;
2. Suplente: Nivo Ede Mallmann, servidor público municipal, ocupante do cargo de Assistente Social, matrícula nº 1921/01.

c) Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano:

1. Titular: Josilene Casagrande Suttli, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Arquiteto e Urbanista, matrícula nº 1657/02;
2. Suplente: Joel Begnini, servidor público municipal, ocupante do cargo de Tecnólogo em Edificações, matrícula nº 1968/01.

d) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

1. Titular: Jader Gabriel Ioris, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1676/01;
2. Suplente: Aline Aparecida Guth, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1959/02.

II - representantes da Sociedade Civil:

a) Associação de Moradores:

1. Titular: Vilson Peres;
2. Suplente: Eliseo Dornelles.

b) Organizações Religiosas:

1. Titular: Géverson Brunetto;
2. Suplente: Ederson Bonamigo.

c) Sindicato dos Trabalhadores Urbanos:

1. Titular: Cleuza Brazzo;
2. Suplente: Sonia Aparecida Dal Piva.

d) Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

1. Titular: Neuri José Garbin;
2. Suplente: Rafael Carlessi.

e) Clubes de Serviços:

1. Titular: Altair Borges;
2. Suplente: Vanete Maria Poletti da Silva.

Art. 2º O Conselho deverá cumprir com as disposições previstas na Lei Municipal nº 1.609, de 13 de setembro de 2006, suas alterações posteriores e demais normas vigentes.

Art. 3º Por se tratar de serviços de relevante interesse social, os membros do Conselho Municipal de Habitação, nomeados por este Decreto, não serão remunerados.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 4.856, de 28 de abril de 2014 e demais disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de maio de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal



# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### 1º ERRATA DO PROCESSO LICITATÓRIO 36/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 36/2016.

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL.

1º ERRATA

O Município de São Miguel da Boa Vista torna publico a Errata do Edital de licitação 36/2016 na modalidade de Pregão Presencial cujo objeto é a aquisição de Carroceria Prancha. O edital sofrerá alteração no item 01 do objeto. As demais cláusulas do edital e seus anexos ficarão inalterados, e encontram-se junto de informações no site do Município, bem como no setor de Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas.

Em virtude das mudanças a data de abertura e recebimento dos envelopes dar-se-ão em:

Entrega dos envelopes: 13/06/2016 as 08h45min.

Abertura dos envelopes: 13/06/2016 as 09h00min.

São Miguel da Boa Vista (SC), 31 de maio de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

ONDE SE LIA:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	R\$ unit. Máximo
01	01	Und.	Carroceria prancha para transporte de maquinas com capacidade de carga de no mínimo 20 toneladas, medindo 2.900mm de largura por 7.200mm de comprimento, estrutura com chassi em viga "U" enrijecido, interposto, laminados na primeira alma de 220mm de largura, chapa de 5/16", travessas em viga "U", transversal sobre o chassis em 3/16", perfil lateral enrijecido com dobra reforçando a lateral, alma francesa de 9" a cada travessa, com malha frontal de 1.600mm de altura do assoalho, montagem com viga "U" enrijecido de 3/16", com travessa de contenção em viga "U" enrijecido de 1.200mm com perfil ¼" e duas sapata de apoio ao chão para carregamento de maquinas, com sistema de elevação hidráulica, rampa escamoteável com 2.400mm de comprimento e 700mm de largura cada, montadas com três vigas modelo "I" reforçada para cada rampa, com cantoneiras 2X3/8 soldadas nas vigas "I", com 06 suportes a cada rampa fixado na parte traseira, com engraxadeira individual e sistema de acionamento hidráulico com um pistão para cada rampa, kit hidráulico, mangueira, reservatório de óleo e sistema de acionamento incluso, instalação de sistema elétrico iluminação nas laterais, suporte para amarração do equipamento nas laterais na parte frontal e traseira, suporte móvel de travamento para rolo compactador, com encaixe na parte superior da prancha, com montagem e soldagem da carroceria com solda mig-mag arame tubular, carroceria fixada por abraçadeira de 18mm sobre o chassi da plataforma, jateamento a granalha de aço com aplicação de fundo anticorrosivo na superfície, com pintura em tinta PU na cor branca, com faixas refletivas, iluminação lateral conforme CONTRAN, com para-lamas, com proteção lateral, com para-choque traseiro móvel, com caixa de ferramentas, com todos os serviços de instalação e regularização exigidas pelo CONTRAN e DNIT, montada sobre o caminhão FORD CARGO 2422 ano 1994 modelo 1995 placas JTU4340. Inclui-se no referido objeto os serviços de retirada de uma caçamba basculante, confecção e instalação completa até a devida fiscalização e liberação pelos órgãos competentes e autorização especial de transito (AET) federal de uma nova carroceria prancha, serviço de alinhamento, serviço de alongamento entre eixos, serviço de pintura, instalação e fornecimento de proteções laterais em alumínio, para choque traseiro, placa traseira refletiva, válvula de segurança e registro, kit mangueira cilindro e canecões, motor elétrico, reservatório de óleo e comando elétrico, bomba hidráulica acoplada, garfo, abraçadeiras, parafusos cardã, ponteiras com rosca, porcas trava, suportes, rolamentos, flanges, tubos cardã, perfil para chassi, 02 cintas catraca de 9 toneladas cada para amarração dos equipamentos transportados, entre outros necessários para o completo atendimento dos fins que se destina.	51.000,00

AGORA SE LÊ:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	R\$ unit. Máximo
------	--------	-------	-----------	------------------

01	01	Und.	<p>Carroceria prancha para transporte de maquinas com capacidade de carga de no mínimo 20 toneladas, medindo 2.900mm de largura por 7.200mm de comprimento, estrutura com chassi em viga "U" enrijecido, interposto, laminados na primeira alma de 220mm de largura, chapa de 5/16", travessas em viga "U", transversal sobre o chassis em 3/16", perfil lateral enrijecido com dobra reforçando a lateral, alma francesa de 9" a cada travessa, com malha frontal de 1.600mm de altura do assoalho, montagem com viga "U" enrijecido de 3/16", com travessa de contenção em viga "U" enrijecido de 1.200mm com perfil 1/4" e duas sapata de apoio ao chão para carregamento de maquinas, com sistema de elevação mecânico com travamento, rampa escamoteável com 2.400mm de comprimento e 700mm de largura cada, montadas com três vigas modelo "I" reforçada para cada rampa, com cantoneiras 2X3/8 soldadas nas vigas "I", com 06 suportes a cada rampa fixado na parte traseira, com engraxadeira individual e sistema de acionamento elétrico-hidráulico com um pistão para cada rampa, kit elétrico-hidráulico, mangueira, reservatório de óleo e sistema de acionamento incluso, instalação de sistema elétrico iluminação nas laterais, suporte para amarração do equipamento nas laterais na parte frontal e traseira, suporte móvel de travamento para rolo compactador, com encaixe na parte superior da prancha, com montagem e soldagem da carroceria com solda mig-mag arame tubular, carroceria fixada por abraçadeira de 18mm sobre o chassi da plataforma, jateamento a granelha de aço com aplicação de fundo anticorrosivo na superfície, com pintura em tinta PU na cor branca, com faixas refletivas, iluminação lateral conforme CONTRAN, com para-lamas, com proteção lateral, com para-choque traseiro móvel, com caixa de ferramentas, com todos os serviços de instalação e regularização exigidas pelo CONTRAN e DNIT, montada sobre o caminhão FORD CARGO 2422 ano 1994 modelo 1995 placas JTU4340. Inclui-se no referido objeto os serviços de confecção e instalação completa até a devida fiscalização e liberação pelos órgãos competentes e autorização especial de transito (AET) federal de uma nova carroceria prancha, serviço de alinhamento, serviço de alongamento entre eixos, serviço de pintura, instalação e fornecimento de proteções laterais em alumínio, para choque traseiro, placa traseira refletiva, válvula de segurança e registro, kit mangueira cilindro e canecões, motor elétrico, reservatório de óleo e comando elétrico, garfo, abraçadeiras, parafusos cardã, ponteiras com rosca, porcas trava, suportes, rolamentos, flanges, tubos cardã, perfil para chassi, tampa removível frontal para acesso a caixa de cambio, 03 cintas catraca de 9 toneladas cada para amarração dos equipamentos transportados, entre outros necessários para o completo atendimento dos fins que se destina. O veículo deve ser retirado e devolvido no pátio da Secretaria Municipal de Estradas de Rodagem do Município de São Miguel da Boa Vista.</p>	48.000,00
----	----	------	---	-----------

**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL 1 QUADRIMESTRE 2016**

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.567.234,37	0,00
Pessoal Ativo	5.449.898,94	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	818,30	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	116.517,13	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>5.567.234,37</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	9.512.687,59	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>5.567.234,37</b>	<b>58,52</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>5.707.612,55</b>	<b>60,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>5.422.231,93</b>	<b>57,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>5.136.851,30</b>	<b>54,00</b>

FONTE:

# DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR 1 QUADRIMESTRE 2016

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS		DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	R\$ 1,00
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)					
Alienções de Bens Destinados a Outros Programas		63.425,13	0,00	0,00	0,00	0,00	63.425,13	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienções de Bens Destinados a Programas de Saúde		20.697,73	0,00	0,00	0,00	0,00	20.697,73	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Inter. Domínio Econômico-CIDE		6.798,37	0,00	0,00	0,00	0,00	6.798,37	933,19	0,00	0,00	0,00
Contribuição p/ Custeio Serv. Iluminação Pública-COSIP		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.224,64	0,00	0,00	0,00
Convênio SSP/Trânsito-Militar		1.030,62	0,00	237,90	0,00	0,00	792,72	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio SSP/Trânsito-Prefeitura		852,25	0,00	0,00	0,00	0,00	852,25	1.066,76	0,00	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo_FEP		26.184,57	0,00	0,00	0,00	0,00	26.184,57	35.725,71	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas - Outros Programas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	404.402,41	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências do FNDE		4.978,26	0,00	0,00	0,00	0,00	4.978,26	8.773,43	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional Apoio Transporte Escolar-PNATE		4.448,00	0,00	0,00	4.448,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit_Contribuição Inter.Domínio Econômico-CIDE		2.975,97	0,00	0,00	0,00	0,00	2.975,97	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit_Alienções de Bens Destinados a Outros Prog.		948,02	0,00	0,00	0,00	0,00	948,02	15.955,94	0,00	0,00	0,00
Superávit_Transf.Sistema Único Saúde_SUS/União		386.879,20	0,00	13.292,24	4.199,76	0,00	369.387,20	163.278,45	0,00	0,00	0,00
Superávit Sistema Único de Saude - SUS/ESTADO		3.084,19	0,00	0,00	0,00	0,00	3.084,19	1.089,65	0,00	0,00	0,00
Superávit_Alienções Bens Dest.Programas de Saúde		7.392,35	0,00	0,00	0,00	0,00	7.392,35	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit_Convênio Trânsito - Militar		4.264,94	0,00	0,00	0,00	0,00	4.264,94	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit_Convênio Trânsito - Prefeitura		1.000,25	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit_Fundo Especial do Petróleo-FEP		267.847,19	0,00	0,00	0,00	0,00	267.847,19	267.847,19	0,00	0,00	0,00
Superávit_Otras Transferências do FNDE		2.600,78	0,00	0,00	0,00	0,00	2.600,78	2.594,04	0,00	0,00	0,00
Superávit_Receita Imp.Transf.Impostos-Educação		166,00	0,00	0,00	0,00	0,00	166,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit_Trans.S.Único A.Social-SUAS/União		17.712,02	0,00	0,00	0,00	0,00	17.712,02	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit_Transf. do Salário Educação		47.756,05	0,00	0,00	0,00	0,00	47.756,05	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit_Transf.Conv.Estado/Educação		14,02	0,00	0,00	0,00	0,00	14,02	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit_Transf.Convênios - Saúde (UNIÃO)		18.449,18	0,00	0,00	0,00	0,00	18.449,18	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit_Transferências Convênios-Educação		27.832,65	0,00	0,00	0,00	0,00	27.832,65	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.Conv.Estado/Outros (não relacionados à educação/Saúde)		1.178,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.178,60	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.Sistema Único A.Social-SUAS/União		33.620,28	0,00	0,00	0,00	0,00	33.620,28	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.Sistema Único de Saúde - SUS/Estado		10.800,82	0,00	2.178,03	0,00	939,36	7.683,43	463,24	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/3

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
Transferência do Sistema Unico de Saúde- SUS/UNIÃO	135.290,29	0,00	9.369,30	0,00	412,85	125.508,14	84.921,19	0,00	
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	15.551,50	0,00	(15.551,50)	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Educação	16.651,02	0,00	0,00	0,00	0,00	16.651,02	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - União/Educação	0,00	9.731,00	0,00	0,00	0,00	(9.731,00)	172.083,40	0,00	
Transferências de Convênios - União/Saúde	492,69	0,00	0,00	0,00	0,00	492,69	0,00	0,00	
Transferências do Salário Educação	26.088,51	0,00	0,00	0,00	0,00	26.088,51	0,00	0,00	
Transferências FUNDEB - 60%	11.258,24	0,00	8.990,89	0,00	3.592,17	(1.324,82)	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Estado/Educação	1.236,40	0,00	669,57	0,00	0,00	566,83	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.153.954,59	9.731,00	34.737,93	24.199,26	4.944,38	1.080.342,02	1.168.369,24	0,00	
Convênio SSP/Trânsito-Civil	1.120,48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.120,48	0,00	0,00	
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos-Educação	102.738,71	0,00	14.174,91	1.100,00	3.246,29	84.217,51	70.351,65	0,00	
Recetas Impostos e de Transf.de Impostos-Saúde(EC 29/00)	42.607,20	0,00	36.213,03	4.390,13	9.428,75	(7.424,71)	353.154,49	0,00	
Recursos Ordinários - Próprios	15.723,95	0,00	765,94	0,00	0,00	14.958,01	15.553,63	0,00	
Recursos Ordinários-Próprios	0,00	0,00	102.572,59	7.404,31	0,00	(109.976,90)	540.985,54	0,00	
Recursos Ordinários-Próprios	235.344,67	0,00	0,00	0,00	37.925,35	197.419,32	0,00	0,00	
Superávit_Ações e Serviços Públicos de Saúde(EC 29/00)	834,45	0,00	0,00	367,90	0,00	466,55	70,00	0,00	
Superávit - Recursos Ordinários - Próprios	114.689,01	0,00	0,00	0,00	0,40	114.688,61	61.071,48	0,00	
Superávit_Convênio Trânsito Civil	8.095,36	0,00	0,00	0,00	0,00	8.095,36	0,00	0,00	
Superávit_Transf.Conv.Estado/Outros (não relacionados à educação)	294,81	0,00	0,00	0,00	0,00	294,81	0,00	0,00	
Superávit_Transf.S.Único A Social-SUAS/Estado	26.262,50	0,00	0,00	0,00	0,00	26.262,50	0,00	0,00	
Transferências do Sist. Único de Assistência Social-SUAS/Estado	761,87	0,00	0,00	0,00	0,00	761,87	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	548.473,01	0,00	153.726,47	13.262,34	50.600,79	330.883,41	1.041.186,79	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	1.702.427,60	9.731,00	188.464,40	37.461,60	55.545,17	1.411.225,43	2.209.556,03	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 3/3  
R\$ 1,00 -

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")



**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATORIO DE GESTAO FISCAL 1 QUADRIMESTRE 2016**

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 1º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6			R\$ 1,00
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
	Receita Corrente líquida		9.512.687,59
	DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
	Despesa Total com Pessoal - DTP	5.567.234,37	58,52
	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	5.707.612,55	60,00
	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	5.422.231,93	57,00
	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
	Dívida Consolidada Líquida	-1.504.232,20	-15,81
	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.415.225,11	120,00
	GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
	Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.092.791,27	22,00
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
	Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
	Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.522.030,01	16,00
	Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	665.888,13	7,00
	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
	Valor Total	2.209.556,03	1.411.225,43

FONTE:

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 1 QUADRIMESTRE 2016**

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>1.113.416,91</b>	<b>1.504.232,20</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.135.647,48	1.702.427,60	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	22.230,57	198.195,40	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-1.113.416,91</b>	<b>-1.504.232,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>9.480.992,73</b>	<b>9.512.687,59</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>		
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-11,74%</b>	<b>-15,81%</b>		<b>0,00%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>11.377.191,28</b>	<b>11.415.225,11</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>10.239.472,15</b>	<b>10.273.702,60</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	55.545,17	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	187.383,18	2.247.017,63	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação 2/2

<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES 1 QUADRIMESTRE 2016**

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>9.480.992,73</b>	<b>9.512.687,59</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>2.085.818,40</b>	<b>2.092.791,27</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>1.877.236,56</b>	<b>1.883.512,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

**DEMONSTRATIVO DAS OPERACOES DE CREDITO 1 QUADRIMESTRE 2016**

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>9.512.687,59</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>1.522.030,01</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>1.369.827,01</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>665.888,13</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### 14º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2015

14º Edital de Convocação do Concurso Público 001/2015

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 05/97, de 16 de maio de 1997 e Edital de Concurso Público nº 001/2015, CONVOCA o candidato aprovado no Concurso Público para provimento no cargo abaixo mencionado, para apresentação no período de 31/05/2016 a 30/06/2016 (de segunda a sexta-feira), das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, localizada na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, bairro Centro, São Pedro de Alcântara/SC, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo à ordem de classificação.

Cargo: Técnico em Enfermagem

CLASSIFICAÇÃO	NOME
02º	THIAGO HINCKEL

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de maio de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº114, DE 30 DE MAIO DE 2016

LEI COMPLEMENTAR Nº114, DE 30 DE MAIO DE 2016

“Extingue cargo em comissão da Lei Complementar nº 19/1997.”

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica extinto o cargo em comissão de Coordenador de Obras, DAS 01 – Grupo de Direção e Assessoramento Superior com o Objetivo de Assessoramento, junto à Secretaria Municipal de Obras constante no Anexo II da Lei Municipal nº 19/97.

Art. 2º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 31 de maio de 2016.

Jucélio Kremer

Prefeito Municipal

### LEI Nº 1.044, DE 30 DE MAIO DE 2016

LEI Nº 1.044, DE 30 DE MAIO DE 2016

“Institui gratificação específica aos profissionais que menciona e dá outras providências.”

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara,

Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída gratificação denominada “Gratificação RT” aos servidores ocupantes do cargo de Farmacêutico e Odontológico-Cirurgião Dentista atuante como Responsável Técnico das Unidades de Saúde Municipais perante os respectivos Conselhos de Fiscalização Profissional.

Art. 2º - A gratificação instituída por esta Lei é devida aos servidores mencionados no Artigo 1º com carga horária de 40 horas semanais, no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o salário bruto, não incorporável, em qualquer caso, aos vencimentos e à aposentadoria dos servidores estatutários.

§1º - A soma da gratificação, de que trata o caput deste artigo, aos vencimentos profissionais citados, não poderá ultrapassar, em qualquer hipótese, os vencimentos do Prefeito Municipal.

§2º - Não poderá haver cumulação de gratificações por parte dos servidores contemplados por esta Lei.

Art. 3º - A gratificação contida no art.1 é de natureza propter laborem cessará com a desvinculação do profissional Responsável Técnico no respectivo conselho profissional.

Art. 4º - Esta gratificação aplica-se aos servidores sujeitos ao regime jurídico (Estatutário, CLT e ACT's) que recebem remuneração mensal.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação Orçamento Fiscal Vigente.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 31 de maio de 2016.

Jucélio Kremer

Prefeito Municipal

### LEI Nº 1.046, DE 30 DE MAIO DE 2016

LEI Nº 1.046, DE 30 DE MAIO DE 2016

“Anula e suplementa verbas no orçamento fiscal vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.”

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 205.500,00 (duzentos e cinco mil e quinhentos reais) nas dotações abaixo identificadas:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



07.01.15.452.0010.1.083 – Construção de Pontes R\$ 205.500,00  
4.4.90.00.00.00.00.01.0000.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 55.500,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0053.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a anular R\$ 205.500,00 (duzentos e cinco mil e quinhentos reais) nas dotações abaixo identificadas:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.0010.1.093 – Recuperação de Ruas a Asfalto R\$ 50.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

07.01.26.782.0010.1.069 – Recuperação de Ruas a Asfalto R\$ 150.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0053.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

07.01.26.782.0010.1.066 – Construção de Abrigos de Passageiros de Ônibus R\$ 5.500,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.01.000.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 31 de maio de 2016.

Jucélio Kremer  
Prefeito Municipal

## **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 057/2015**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 057/2015, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA FABIANA ROSA OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF.

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora FABIANA ROSA, brasileira, União Estável, inscrita no CPF sob nº 035.907.489-82, residente e domiciliada a Rua Mathias Leopoldo Hoffmann, s/nº. – Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2014, conforme as disposições que seguem:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 057/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 057/2015 até 19/11/2016.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 24 de maio de 2016.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

# Schroeder

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2016-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000  
- SCHROEDER – SC  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2016-FMS

PROCESSO Nº. 40/2016-FMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de prestadores de serviços para consultas especializadas em Angiologia, Dermatologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Nefrologia, Otorrinolaringologia, Proctologia, Urologia e Psiquiatria para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 14 de junho de 2016 às 08h45min.  
Abertura das Propostas: 14 de junho de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.  
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 01 de junho de 2016.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 54/2016-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000  
- SCHROEDER – SC  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 54/2016-PMS  
PROCESSO Nº. 100/2016-PMS  
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel S10 e S500 para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 15 de junho de

2016 às 08h45min.

Abertura do Processo: 15 de junho de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 01 de junho de 2016.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2016-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000  
- SCHROEDER – SC  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2016-FMS

PROCESSO Nº. 39/2016-FMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 16 de junho de 2016 às 08h45min.

Abertura das propostas: 16 de junho de 2016 às 09h.

Etapa de lances: 20 de junho de 2016 às 08h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 01 de junho de 2016.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 29/2016-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 29/2016-FMS

Dispensa de Licitação nº. 20/2016-FMS - Processo nº. 41/2016-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GENESIO A. MENDES & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.873.068/0001-40, estabelecida na Rua São Luiz, nº. 127, Galpão K, Bairro Aeroporto, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, CEP: 88705-190.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato Medicamento destinado a atender a demanda de Ação Ordinária de Obrigação de Fazer (Fornecimento de medicamento) de nº 0301057-97.2016.8.24.0026., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	AZATIOPRINA (IMURAN) 50mg - CAIXA COM 50 COMPRIMIIDOS. Trata-se de marca comercial, em virtude de decisão proferida na ACIP Nº 0301057-97.2016.8.24.0026, da Comarca de Guaramirim/SC.	08	Caixa	133,77	1.070,16
TOTAL R\$					1.070,16

Valor do contrato: R\$ 1.070,16 (um mil setenta reais e dezesseis centavos).

Data da Assinatura: 31/05/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 64/2016-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 64/2016-PMS

Pregão Presencial nº. 38/2016-PMS

Processo nº. 70/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CEK INFORMÁTICA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.949.640/0001-42, estabelecida na Rua Pastor Quast nº 155, Centro, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.280-055

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de materiais de informática para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
04	<p>Notebook COM Windows e COM Pacote Office, Dual 1.7GHz, 4GB DDR, Tela 15.6", HD SSD</p> <p>Processador com dois núcleos físicos com clock interno: 1,7 GHz (cada núcleo), 3MB Cache;</p> <p>Memória DDR3 1333MHz 1x4GB;</p> <p>Disco rígido SSD de 120GB;</p> <p>Gravador de DVD+/-RW 8X SATA;</p> <p>Teclado Numérico embutido;</p> <p>BIOS Plug &amp; Play, desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou, este deve ter direitos (copyright) sobre essa BIOS, comprovados por meio de declaração fornecida pelo fabricante (anexar na proposta), vedado soluções em regime de OEM ou customizações de nomes, marcas ou inicialização. Os direitos (copyright) devem permitir ao fabricante alterações nas funcionalidades da BIOS, visando melhorias no desempenho e recursos do equipamento. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante. BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante.</p> <p>Placa Mãe: deve ser de desenho e propriedade do Fabricante, NÃO sendo aceitas soluções em regime OEM ou Customizações;</p> <p>Tela de LED, 15.6", Resolução 1366x768;</p> <p>Conectores/Portas: 03 portas USB 2.0, porta VGA, super vídeo ou HDMI, placa de rede 10/100Mbps conector RJ45, wireless 802.11b/g/n, placa de som integrada, teclado padrão ABNT2;</p> <p>Mini-Mouse óptico com cabo retrátil com dois botões com dispositivo de rolagem, 800dpi, USB, com MousePad de cor uniforme para mouse óptico e sem publicidade e com apoio ergonômico;</p> <p>Alimentação: Bateria Li-Ion com 4 células e fonte de energia 110/220V;</p> <p>Sistema Operacional Microsoft Windows Professional (PT-BR) 32/64bits na última versão, a licença deverá constar na nota fiscal;</p> <p>Software Office Home and Business 32/64bits FPP (Word, Excel, Power-Point e Outlook) na última versão, a licença deverá constar na nota fiscal;</p> <p>Acessórios: cabos, conectores e todos os acessórios necessários para o funcionamento do notebook;</p> <p>Maleta de couro ou semelhante específica para transporte do notebook e seus acessórios</p>	1	Unidade	4.550,00	4.500,00
12	<p>Caixas de Som USB 2.0 para Computador</p> <p>Alimentação USB, Conexão P2 3,5mm, Potência 1W RMS (0,5Wx2), Controle de Volume, Cor predominante escura.</p>	50	Unidade	17,95	897,50
53	<p>Gravador de voz digital</p> <p>Microfone incorporado estéreo de alta sensibilidade e corte de ruído inteligente, Gravação e Reprodução em MP3, Visor LCD iluminado, Organização das gravações em pastas, 4GB memória interna, entrada para cartão micro SD, Início de gravação acionado por voz, Autonomia de bateria/pilha de 50 horas em gravação 128Kbps, Repetição A-B, Botões físicos (Gravar/Pausar/Parar e navegar para operações de apagar, proteger, dividir, mover e copiar arquivos, Controle de volume, A-B, Limpar), Entrada P2(3,5mm) para fone e microfone, Conexão USB com computador, Frequência de gravação a 192Kbps 75 - 20 000 Hz.</p>	1	Unidade	385,00	385,00
TOTAL R\$					5.832,50

Valor do contrato: R\$ 5.832,50 (cinco mil oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 31/05/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 65/2016-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 65/2016-PMS

Pregão Presencial nº. 38/2016-PMS

Processo nº. 70/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL VITÓRIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.138.763/0001-69, estabelecida na Rua Wally Emilia Mohr, nº 60, sala 02, Bairro Água Verde, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-525

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de materiais de informática para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
11	Microfone de mesa para computador com base de suporte Conexão P2 3,5m.	3	Unidade	22,80	68,40
13	Fone de Ouvido Multimídia Com controle de volume; Microfone com haste flexível; Cabo do áudio de 1,8m, 2 conectores (fone/microfone) P2 (3,5mm), Falante/Driver 40mm, frequência de resposta 20Hz-20kHz.	50	Unidade	34,50	1.725,00
16	Mouse USB 2.0 Mouse Óptico com dois botões com dispositivo de rolagem que pode ser utilizado como 3ºbotão, 800dpi, design confortável e ergonômico, para destros ou canhotos, Cabo com 1,8m, certificações: RoHS, CE, FCC.	58	Unidade	26,50	1.537,00
17	Mini-Mouse Óptico com cabo retrátil Mini-Mouse óptico com cabo retrátil com dois botões com dispositivo de rolagem, 800dpi, USB;	4	Unidade	21,99	87,96
45	Bateria CR2032 3V	45	Unidade	1,95	87,75
61	Som Portatil CD SD USB FM Potência 20W RMS, Entrada para CD, CD RW, USB, Auxiliar, Display numero da faixa/frequência radio, Alça para Transporte, Botões (Modo Operação, Volume, Frequencia Radio, Pular Faixa Frente/Trás, Stop, Play/ Pause.	3	Unidade	298,94	896,82
TOTAL R\$					4.402,93

Valor do contrato: R\$ 4.402,93 (quatro mil quatrocentos e dois reais e noventa e três centavos),

Data da Assinatura: 31/05/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 66/2016-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 66/2016-PMS

Pregão Presencial nº. 38/2016-PMS

Processo nº. 70/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: empresa COMP1 INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.299.299/0001-20, estabelecida na Rua Felipe Schmidt nº 649, sala 1006, Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.010-001

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de materiais de informática para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
08	Memória DDR-400 1x1GB	10	Unidade	100,00	1.000,00
09	Memória DDR2-800 1x2GB	23	Unidade	130,00	2.990,00
10	Memória DDR3-1333 1x4GB	9	Unidade	153,50	1.381,50
TOTAL R\$					5.371,50

Valor do contrato: R\$ 5.371,50 (cinco mil trezentos e setenta e um reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 31/05/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 67/2016-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 67/2016-PMS

Pregão Presencial nº. 38/2016-PMS

Processo nº. 70/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DURALINE TECNOLOGIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 05.690.638/0001-15, estabelecida na Rua Ruy Barbosa, nº 1.341, Costa e Silva, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89220-100

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de materiais de informática para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:



ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
	<p>Computador Básico COM Windows e COM Pacote Office, Dual 3.0GHz, 4GB DDR, Monitor 21,5" com Regulagem de Altura e Pivô, Nobreak Processador com dois núcleos físicos com clock interno: 3,0 GHz (cada núcleo) 3MB de Cache com velocidade de acesso a memória de 1333 MHz;</p> <p>Memória DDR3 1600MHz 1x4GB;</p> <p>Disco rígido 500GB 7200RPM SATA III 6.0 Gbps 64MB Cache;</p> <p>Gravador de DVD+/-RW (na tonalidade do gabinete) 16x SATA;</p> <p>BIOS Plug &amp; Play, desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou, este deve ter direitos (copyright) sobre essa BIOS, comprovados por meio de declaração fornecida pelo fabricante (anexar na proposta), vedado soluções em regime de OEM ou customizações de nomes, marcas ou inicialização. Os direitos (copyright) devem permitir ao fabricante alterações nas funcionalidades da BIOS, visando melhorias no desempenho e recursos do equipamento. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante. BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante.</p>				
01	<p>Placa Mãe: deve ser de desenho e propriedade do Fabricante, NÃO sendo aceitas soluções em regime OEM ou Customizações; 06 portas USB 2.0 (2 frontais), 01 slot PCI-E X1 ou PCI-E X4, 01 slot PCI Express X16 V3.0, placa de rede 10/100/1000Mbps conector RJ45, placa de vídeo integrada saída VGA, DVI ou DisplayPort, placa de som integrada, suporte a Wake-on-LAN;</p> <p>Mouse Óptico do mesmo fabricante do microcomputador com dois botões com dispositivo de rolagem, 800dpi, USB, com MousePad de cor uniforme para mouse óptico e sem publicidade e com apoio ergonômico;</p> <p>Teclado do mesmo fabricante do microcomputador padrão ABNT2, USB, com tecla silenciosa, sem teclas multimídia, Power, Wake ou Sleep;</p> <p>Alimentação 110/220V automática, 50~60Hz, certificação 80 PLUS: eficiência energética mínima de 80%, PFC ativo;</p> <p>Gabinete slim Tool-less padrão Micro-ATX, com apoios de instalação vertical e horizontal;</p> <p>Sistema Operacional Microsoft Windows Professional (PT-BR) 32/64bits na última versão, a licença deverá constar na nota fiscal;</p> <p>Software Office Home and Business 32/64bits FPP (Word, Excel, Power-Point e Outlook) na última versão, a licença deverá constar na nota fiscal;</p> <p>MONITOR 21,5": LED Widescreen Brilho: 250 cd/m², Resolução: 1920x1080@60Hz, Tempo de resposta: 8ms, conector: VGA, DVI ou DisplayPort, com cabo/adaptador compatível com o conector da placa de vídeo acima ofertada, Consumo de Energia(máx): 30W, consumo em Standby(máx): 0,5W, Alimentação: 110/220V (fonte interna no monitor), Ângulo de Visão H170° V160°, Tela Anti-Reflexiva, com regulagem de altura com no mínimo 11cm de elevação e pivô de 90°.</p> <p>NOBREAK 600VA: Tensão de entrada bivolt automático/50-60Hz; Saída nominal 115~120v/600VA/250W; Bateria interna selada; 06 tomadas(traseiras) padrão NBR 14136; Forma de onda Semi-senoidal; Acionamento do inversor &lt; 0,8ms; Auto Teste ao ligar; Proteções: Curto-circuito no inversor, Descarga total das baterias, Sub/sobretensão da rede elétrica, Surtos; Estabilizador Interno; Led(frontal) informativo das condições do nobreak: rede elétrica; modo inversor; carga de bateria; Alarme sonoro: nível de bateria no modo inversor; Função TRUE RMS; DC Start; Recarga automática da bateria, mesmo com nobreak desligado; Rede e inversor sincronizados; Rápido acionamento do Inversor; Aviso de quando a bateria precisa ser substituída; Comprimento do cabo de força mínimo de 1,4m; Botão Liga/Desliga com temporizado; Compatibilidade para utilização com grupo gerador; Gabinete Metálico.</p> <p>CAIXAS DE SOM USB 2.0: Alimentação USB, Conexão P2 3,5mm, Potência 1W RMS (0,5Wx2), Controle de Volume, Cor predominante escura.</p>	9	Unidade	4.800,00	43.200,00

	<p>Computador Básico SEM Windows e SEM Pacote Office, Dual 3.0GHz, 4GB DDR, Monitor 18,5", Nobreak</p> <p>Processador com dois núcleos físicos com clock interno: 3,0 GHz (cada núcleo) 3MB de Cache com velocidade de acesso a memória de 1333 MHz;</p> <p>Memória DDR3 1600MHz 1x4GB;</p> <p>Disco rígido 500GB 7200RPM SATA III 6.0 Gbps 64MB Cache;</p> <p>Gravador de DVD+/-RW (na tonalidade do gabinete) 16x SATA;</p> <p>BIOS Plug &amp; Play, desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou, este deve ter direitos (copyright) sobre essa BIOS, comprovados por meio de declaração fornecida pelo fabricante (anexar na proposta), vedado soluções em regime de OEM ou customizações de nomes, marcas ou inicialização. Os direitos (copyright) devem permitir ao fabricante alterações nas funcionalidades da BIOS, visando melhorias no desempenho e recursos do equipamento. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante. BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante.</p>				
02	<p>Placa Mãe: deve ser de desenho e propriedade do Fabricante, NÃO sendo aceitas soluções em regime OEM ou Customizações; 06 portas USB 2.0 (2 frontais), 01 slot PCI-E X1 ou PCI-E X4, 01 slot PCI Express X16 V3.0, placa de rede 10/100/1000Mbps conector RJ45, placa de vídeo integrada saída VGA, DVI ou DisplayPort, placa de som integrada, suporte a Wake-on-LAN;</p> <p>Mouse Óptico do mesmo fabricante do microcomputador com dois botões com dispositivo de rolagem, 800dpi, USB, com MousePad de cor uniforme para mouse óptico e sem publicidade e com apoio ergonômico;</p> <p>Teclado do mesmo fabricante do microcomputador padrão ABNT2, USB, com tecla silenciosa, sem teclas multimídia, Power, Wake ou Sleep;</p> <p>Alimentação 110/220V automática, 50~60Hz, certificação 80 PLUS: eficiência energética mínima de 80%, PFC ativo;</p> <p>Gabinete slim Tool-less padrão Micro-ATX, com apoios de instalação vertical e horizontal;</p> <p>Sistema Operacional Microsoft Windows Professional (PT-BR) 32/64bits na última versão, a licença deverá constar na nota fiscal;</p> <p>Software Office Home and Business 32/64bits FPP (Word, Excel, Power-Point e Outlook) na última versão, a licença deverá constar na nota fiscal;</p> <p>MONITOR 18,5": LED Widescreen Brilho: 200 cd/m², Resolução: 1366x768@60Hz, Tempo de resposta: 8ms, conector: VGA ou DVI, com cabo/adaptador para VGA, Consumo de Energia(máx): 30W, consumo em Standby(máx): 0,5W, Alimentação: 110/220V, Ângulo de Visão H90º V50º;</p> <p>NOBREAK 600VA: Tensão de entrada bivolt automático/50-60Hz; Saída nominal 115~120v/600VA/250W; Bateria interna selada; 06 tomadas(traseiras) padrão NBR 14136; Forma de onda Semi-senoidal; Acionamento do inversor &lt; 0,8ms; Auto Teste ao ligar; Proteções: Curto-circuito no inversor, Descarga total das baterias, Sub/sobretensão da rede elétrica, Surtos; Estabilizador Interno; Led(frontal) informativo das condições do nobreak: rede elétrica; modo inversor; carga de bateria; Alarme sonoro: nível de bateria no modo inversor; Função TRUE RMS; DC Start; Recarga automática da bateria, mesmo com nobreak desligado; Rede e inversor sincronizados; Rápido acionamento do Inversor; Aviso de quando a bateria precisa ser substituída; Comprimento do cabo de força mínimo de 1,4m; Botão Liga/Desliga com temporizado; Compatibilidade para utilização com grupo gerador; Gabinete Metálico.</p> <p>CAIXAS DE SOM USB 2.0: Alimentação USB, Conexão P2 3,5mm, Potência 1W RMS (0,5Wx2), Controle de Volume, Cor predominante escura.</p>	4	Unidade	3.350,00	13.400,00

05	Nobreak 600VA Tensão de entrada bivolt automático/50-60Hz; Saída nominal 115~120v/600VA/250W; Bateria interna selada; 06 tomadas(traseiras) padrão NBR 14136; Forma de onda Semi-senoidal; Acionamento do inversor < 0,8ms; Auto Teste ao ligar; Proteções: Curto-circuito no inversor, Descarga total das baterias, Sub/sobretensão da rede elétrica, Surtos; Estabilizador Interno; Led(frontal) informativo das condições do nobreak: rede elétrica; modo inversor; carga de bateria; Alarme sonoro: nível de bateria no modo inversor; Função TRUE RMS; DC Start; Recarga automática da bateria, mesmo com nobreak desligado; Rede e inversor sincronizados; Rápido acionamento do Inversor; Aviso de quando a bateria precisa ser substituída; Comprimento do cabo de força mínimo de 1,4m; Botão Liga/Desliga com temporizado; Compatibilidade para utilização com grupo gerador; Gabinete Metálico;	27	Unidade	300,00	8.100,00
06	Monitor LED 21,5" Com Regulagem de Altura e Pivô 21,5" LED Widescreen Brilho: 250 cd/m², Resolução: 1920x1080@60Hz, Tempo de resposta: 8ms, conector: VGA ou DVI, com cabo/adaptador para VGA, Consumo de Energia(máx): 30W, consumo em Standby(máx): 0,5W, Alimentação: 110/220V (fonte interna no monitor), Ângulo de Visão H170º V160º, Tela Anti-Reflexiva, com regulagem de altura com no mínimo 11cm de elevação e pivô de 90º; Não será aceito monitor com 01 ou mais pixels queimados; Monitor deverá ser de cor predominante escura;	11	Unidade	650,00	7.150,00
TOTAL R\$					71.850,00

Valor do contrato: R\$ 71.850,00 (setenta e um mil oitocentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 31/05/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 68/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 68/2016-PMS

Pregão Presencial nº. 38/2016-PMS

Processo nº. 70/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: INFOPLAN LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 04.622.715/0001-37, estabelecida na Rua Alfredo Zipperer, nº 175, Centro, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.280-442

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de materiais de informática para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
03	<p>Notebook COM Windows e COM Pacote Office, Dual 1.7GHz, 4GB DDR, Tela 14", HD SSD</p> <p>Processador com dois núcleos físicos com clock interno: 1,7 GHz (cada núcleo), 3MB Cache;</p> <p>Memória DDR3 1333MHz 1x4GB;</p> <p>Disco rígido SSD de 120GB;</p> <p>Gravador de DVD+/-RW 8X SATA;</p> <p>BIOS Plug &amp; Play, desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou, este deve ter direitos (copyright) sobre essa BIOS, comprovados por meio de declaração fornecida pelo fabricante (anexar na proposta), vedado soluções em regime de OEM ou customizações de nomes, marcas ou inicialização. Os direitos (copyright) devem permitir ao fabricante alterações nas funcionalidades da BIOS, visando melhorias no desempenho e recursos do equipamento. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante. BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante.</p> <p>Placa Mãe: deve ser de desenho e propriedade do Fabricante, NÃO sendo aceitas soluções em regime OEM ou Customizações;</p> <p>Tela de LED, 14"/14,1" (não poderá ser maior), Resolução 1366x768;</p> <p>Conectores/Portas: 03 portas USB 2.0, porta VGA, super vídeo ou HDMI, placa de rede 10/100Mbps conector RJ45, wireless 802.11b/g/n, placa de som integrada, teclado padrão ABNT2;</p> <p>Mini-Mouse óptico com cabo retrátil com dois botões com dispositivo de rolagem, 800dpi, USB, com MousePad de cor uniforme para mouse óptico e sem publicidade e com apoio ergonômico;</p> <p>Alimentação: Bateria Li-Ion com 4 células e fonte de energia 110/220V;</p> <p>Sistema Operacional Microsoft Windows Professional (PT-BR) 32/64bits na última versão, a licença deverá constar na nota fiscal;</p> <p>Software Office Home and Business 32/64bits FPP (Word, Excel, Power-Point e Outlook) na última versão, a licença deverá constar na nota fiscal;</p> <p>Acessórios: cabos, conectores e todos os acessórios necessários para o funcionamento do notebook;</p> <p>Maleta de couro ou semelhante específica para transporte do notebook e seus acessórios</p>	2	Unidade	4.070,00	8.140,00
07	<p>Monitor LED 18,5"</p> <p>18,5" LED Widescreen Brilho: 200 cd/m², Resolução: 1366x768@60Hz, Tempo de resposta: 8ms, conector: VGA ou DVI, com cabo/adaptador para VGA, Consumo de Energia(máx): 30W, consumo em Standby(máx): 0,5W, Alimentação: 110/220V, Ângulo de Visão H90° V50°; Não será aceito monitor com 01 ou mais pixels queimados; Monitor deverá ser de cor predominante escura;</p>	10	Unidade	394,00	3.940,00
20	<p>Caneta Data Show Para Slides</p> <p>Com 03 botões, "&lt;", "&gt;" (que acionam a troca de páginas do documento aberto ativo no equipamento conectado) e ativação da ponteira laser. Alcance de até 15 metros a partir do Receptor. Receptor USB Plug and Play sem necessidade de driver.</p>	8	Unidade	154,00	1.232,00
22	<p>Pen Drive USB 3.0 Flash Drive 16GB</p> <p>Conector USB deverá ter proteção , plugado diretamente a memória Flash sem nenhum cabo.</p>	66	Unidade	29,00	1.914,00
23	<p>Mini Pen Drive USB 3.0 Flash Drive 32GB</p> <p>Conector USB deverá ter proteção , plugado diretamente a memória Flash sem nenhum cabo.</p>	17	Unidade	59,00	1.003,00
30	<p>Fonte ATX</p> <p>Fonte ATX, 01 conector Placa mãe 20+4pin, 01 conector ATX 4pin 12V, 02 conectores IDE (Molex), 02 conectores SATA, MTBF: 100.000h, 200W reais em operação contínua, 110/220V bivolt, 60Hz, Proteções: OVP(sobretensão), OPP(sobrecarga), SCP(curto-circuito), eficiência energética mínima de 70%;</p>	20	Unidade	59,90	1.198,00
35	<p>Leitor de Smart Card USB – Leitor de Cartão e-CNPJ/e-CPF</p> <p>Compatível com cartões padrão ICP-Brasil como o e-CPF e e-CNPJ, cabo USB 1m, compatível com Windows XP/7, com mídia de Driver.</p>	10	Unidade	130,00	1.300,00
39	<p>Placa de Rede Wifi PCI-E 1X com Perfil Normal e Low Profile</p> <p>Com antena externa Omni de no mínimo 2dBi, compatível com b/g/n. Mídia de drivers para Windows XP/Vista/7/8 inclusa ou drivers disponíveis para download.</p>	2	Unidade	74,00	148,00

42	Access Point / Roteador Wireless 2.4GHz, 300Mbps 802.11b/g/n Com porta WAN RJ45 e 4 portas LAN RJ45. Caso tenha WPS, deve existir a opção para desativar. Em conformidade as normas IEEE802.11n, IEEE802.11g, IEEE802.11b, IEEE802.3, IEEE802.3u, IEEE802.3x. Criptografia WPA/WPA2 com TKIP/AES. Compartilhamento de Internet através de PPPoE, IP Dinâmico, IP Estático. Recursos Port Triggering, host DMZ, NAT e DHCP, Firewall com filtros de IP e MAC para liberar/bloquear, com 2 antenas destacáveis de 5dBi, potência de transmissão de 20 dBm(100mW), Controle de Banda, QoS, Tecnologia MIMO, Homologação da Anatel.	4	Unidade	130,00	520,00
43	Estação de Retrabalho para SMD 320W Potência (220V), Controle Digital de Temperadora entre 160° e 480°, vazão de ar regulável de 5 até 20l/min, certificação Inmetro, incluso bicos redondos de 2,5mm e 4,4mm e quadrados de 12x12mm e 15x15mm.	1	Unidade	1.210,00	1.210,00
46	Cartucho original HP 11 Amarelo C4838A	3	Unidade	179,00	537,00
47	Cartucho original HP 11 Azul C4836A	1	Unidade	179,00	179,00
48	Cartucho original HP 11 Magenta C4837A	2	Unidade	179,00	358,00
49	Cartucho original HP 10 Preto C4844A	3	Unidade	179,00	537,00
50	Câmera Digital Compacta 16MP, Zoom 5x, 01 Cartão SD Classe 10 de 32GB, Adaptador USB Cartão SD 16 Megapixel, Monitor LCD 2.7", Zoom Óptico de 5x, Compatível com SD Memory Card, Estabilizador de Imagem, Detector de Rosto, Macro, Foco Automático, Foto Panorâmica, Redutor de Olhos Vermelhos, filmagem em HD 1280x720x30fps, Menu em Português, Entradas: Microfone e USB, Alimentação por Bateria recarregável, acompanha: Cabo USB, alça de transporte, Carregador da Bateria 220V, Câmera na coloração preta/cinza escuro, com capa, case para transporte com revestimento reforçado e alça de transporte. ACOMPANHA: 01 CARTÃO DE MEMÓRIA SD CLASSE 10 DE 32GB; ADAPTADOR USB DE CARTÃO SD;	9	Unidade	590,00	5.310,00
55	Câmera Filmadora Veicular, 01 Cartão SD Classe 10 de 32GB, Adaptador USB Cartão SD Com LCD 2,5 Colorido, Conexão Mini USB, Entrada de Cartão SD até 32GB, Com suporte de ventosa, Botões para: Gravar/Parar, Menu de Configurações e Modo de Operação, Com infravermelho, Microfone, Autofalante, Bateria, Carregador Veicular, Modos de Gravação Full HD, HD, VGA, Gravação inicia automaticamente ao conectar o carregador veicular, Gravação deve ser cíclica, ou seja, quando acabar a memória do cartão SD, irá sobrescrever as gravações mais antigas, Na gravação do vídeo deverá demonstrar a data e hora; ACOMPANHA: 01 CARTÃO DE MEMÓRIA SD CLASSE 10 DE 32GB; ADAPTADOR USB DE CARTÃO SD;	2	Unidade	300,00	600,00
58	DVD Player, Suporte, Cabo HDMI Leitura de CD, CD RW, DVD,DVD+- R/RW, Reprodução de MP3, WMA, JPEG, DivX, Entrada USB Frontal, Saída para áudio analógico E/D, Vídeo Composto e HDMI, Sistema de Cores NTSC/PAL-M, Idioma Português, Controle Remoto, 220V, ACOMPANHA: Suporte de Parede, com peso suportado de aprox. 3kg, com ponteiros de contato anti-derrapante, compatível com DVD Player. Cabo HDMI Macho/Macho com 1,5m, de alto desempenho, conector banhado a ouro, 19 pinos conectores, com filtro LOUD, compatível com versão 1.0 a 1.4. Conectores de material Injetado de fábrica. Conectores de material Injetado de fábrica.	1	Unidade	275,00	275,00
59	TV LED 40" Smart, Full HD, Antena Externa, Suporte Articulado Com Conversor Digital, Ajuste de contraste/brilho/cor/nitidez, Entrada de vídeo componente, áudio e vídeo, HDMI, USB Media Player, Leitura de arquivos MP4, RF para TV a Cabo e TV aberta (Digital e Analógico), Ângulo de Visão >170°. ACOMPANHA: Antena Externa VHF, UHF, FM e HDTV, Pré Montada com Suporte para fixação, e cabo pronto de conexão a TV com 10m. Suporte articulado de parede para TV até LCD/LED 50" VESA 200x200 300x300 400x400, afastamento da parede 20cm, inclinação horizontal 90°, inclinação vertical 10° ; Em aço com pintura epóxi cor preta; Suporte de peso: 25kg;	4	Unidade	2.355,00	9.420,00

60	Suporte articulado de parede para TV até LCD/LED 50" VESA 75x75 a 400x400 Configuração mínima: afastamento da parede 20cm, inclinação horizontal 90º, inclinação vertical 10º ; Em aço com pintura epóxi cor preta; Suporte de peso: 25kg; Som Portatil CD SD USB FM Potência 20W RMS, Entrada para CD, CD RW, USB, Auxiliar, Display numero da faixa/frequência radio, Alça para Transporte, Botões (Modo Operação, Volume, Frequencia Radio, Pular Faixa Frente/Trás, Stop, Play/ Pause.	1	Unidade	147,50	147,50
64	Tablet Preto com Android 5 entre 9,6" e 10.1", Capa Case Teclado, Película Vidro, 4G Configuração Mínima: Android 5, Processador Quad Core Clock 1,2 GHz, Memória RAM de 2 GB, capacidade de armazenamento interno de 16GB expansível até 32 com cartão micro SD, Wireless 802.11 a/b/g/n dual band (2.4 e 5.8GHz), 4G, USB 2.0, Bluetooth 4.0, Teclas físicas na lateral para ligar/desligar/bloquear e volume, Microfone e alto-falante integrados, câmera traseira de 5MP autofocus e Frontal de 2M, com Geo-tagging, Tela com área entre 9,6 e 10,1 polegadas capacitiva multitoque resolução 1280x800, sensor de rotação de tela, GPS, carregador, com tensão de entrada 110/220 VAC e seleção automática de tensão de entrada, com bateria de no mínimo 6000mAh, peso máximo 490g, e acompanha: CAPA CASE TECLADO BLUETOOTH DE PROTEÇÃO PARA O TABLET, em couro sintético/ecológico ou semelhante, em cor escura PELÍCULA DE VIDRO TEMPERADO, de material de alta transparência, sem afetar o touch screen, As películas devem vir aplicadas perfeitamente. Não será aceito qualquer tipo de violação/alteração ao conteúdo do produto original.	6	Unidade	1.970,00	11.820,00
65	Impressora Jato Tinta Térmico Portátil A4 com Bateria e Bluetooth 2.0 com Cartuchos Extras (03Preto,01Colorido) Impressão em rascunho até 22ppm preto e 18ppm cores, resolução preto até 600x600dpi, bateria para até 500 páginas impressas, ciclo mensal de até 500 páginas, bandeja para até 50folhas de papel, alimentação bivolt.	6	Unidade	1.399,00	8.394,00
TOTAL R\$					58.182,50

Valor do contrato: R\$ 58.182,50 (cinquenta e oito mil cento e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 31/05/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 69/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 69/2016-PMS

Pregão Presencial nº. 38/2016-PMS

Processo nº. 70/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME., inscrita no CNPJ sob o no 12.162.386/0001-17, estabelecida na Rua Camões nº 971 CJ 302, Hugo Lange, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.040-180

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de materiais de informática para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambienta, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:



ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
36	Leitor de Cartões Universal Conexão por porta externa USB 2.0, Luz LED indicadora do estado de uso, Compatível do Windows XP até Windows 10, Leitura de Cartões SD, Micro SD	6	Unidade	45,00	270,00
54	WebCam USB 1.3 Megapixel real Botão de snapshot, LED Noturno, USB 2.0, Cabo USB 1m, Foco ajustável. Compatível com Windows XP (32 bits)/Vista/7 (32 e 64 bits)/8 (32 e 64 bits).	5	Unidade	55,00	275,00
TOTAL R\$					545,00

Valor do contrato: R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais)

Data da Assinatura: 31/05/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 70/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 70/2016-PMS

Pregão Presencial nº. 38/2016-PMS

Processo nº. 70/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MM COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 15.275.465/0001-22, estabelecida na Rua Professor Max Humpl nº. 1139 sala comercial Bairro Salto Norte, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.065-500

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de materiais de informática para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
18	MousePad Ergonômico em Gel Cor predominantemente preta, ideal para mouse óptico, com apoio ergonômico preenchido em gel.	125	Unidade	19,90	2.487,50
TOTAL R\$					2.487,50

Valor do contrato: R\$ 2.487,50 (dois mil quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 31/05/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 71/2016-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 71/2016-PMS

Pregão Presencial nº. 38/2016-PMS

Processo nº. 70/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: REIS COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.729.372/0001-03, estabelecida na rua Germano Frederico Timm, nº 22, sala A, Bairro Santa Catarina, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.233-840

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de materiais de informática para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
51	<p>Câmera Automática Semi Profissional 16.1MP, Zoom 65x, Bateria Extra, 02 Cartão SD Classe 10 de 64GB, Adaptador USD Cartão SD, Microfone Externo, Tripé de Suporte, Bolsa de transporte</p> <p>Zoom Óptico de 65x com lente angular e estabilizador óptico de imagem. Captura de filmes em Full HD 1920x1080/60fps e em Câmera Lenta. Captura de Fotos em proporção 16:9; 3:2; 4:3. Gravação em JPGE, RAW, MP4. Focagem de 0mm a infinito. Visor LCD Giratório de 3". Saída de Vídeo Analógica e Digital HDMI. Entrada de microfone externo 3,5mm. Idioma de operação Português. Sapata para Flash externo. Fonte de Energia a Bateria. Conexão Wifi. Visor Ocular. Função HDR. Escala ISO 100-3200. Flash Embutido.</p> <p>ACOMPANHA: CARREGADOR DE BATERIA; TAMPA DA LENTE; ALÇA PARA PESCOÇO; BATERIA DA PRÓPRIA CÂMERA E</p> <p>01 BATERIA EXTRA ORIGINAL;</p> <p>02 CARTÃO DE MEMÓRIA SD CLASSE 10 DE 64GB;</p> <p>ADAPTADOR USB DE CARTÃO SD;</p> <p>MICROFONE EXTERNO: conexão 3,5mm(estéreo) captação unidirecional (120°, 90°) com espuma "corta-vento", frequência de 40 a 18000Hz, alimentação por pilha ou bateria que deve acompanhar, encaixe padrão para sapatas de câmera SLR, com estabilização e amortecedores emborrachados para amenizar ruídos e impactos durante filmagem, impedância de 200ohm;</p> <p>TRIPÉ: Em alumínio, com suporte universal destacável para câmera, cabeça de movimento tipo semi hidráulica nos movimentos vertical e horizontal, suporte para auxiliar na mudança de posição com travas, manivela para mudança de altura, trava central para os pés do tripé, pés em borracha. Rotação horizontal 360°, Rotação Vertical 180°. Altura fechado aproximada 0,70m, altura aberto aproximada 1,72, Pedestal com ganho para contrapeso, Pernas com 3 seções com travas tipo flip.</p> <p>BOLSA DE TRANSPORTE compacta com interior forrado com material macio, compartimento extra para guardar cabos, baterias, cartão de memória, com alça de mão e alça de ombro ajustável e removível.</p>	1	Unidade	3.718,00	3.718,00

52	<p>Câmera Automática Semi Profissional 16.1MP, Zoom 65x, 01 Cartão SD Classe 10 de 32GB, Adaptador USD Cartão SD, Tripé de Suporte, Bolsa de transporte</p> <p>Zoom Óptico de 65x com lente angular e estabilizador óptico de imagem. Captura de filmes em Full HD 1920x1080/60fps e em Câmera Lenta. Captura de Fotos em proporção 16:9; 3:2; 4:3. Gravação em JPGE, RAW, MP4. Focagem de 0mm a infinito. Visor LCD Giratório de 3". Saída de Vídeo Analógica e Digital HDMI. Entrada de microfone externo 3,5mm. Idioma de operação Português. Sapata para Flash externo. Fonte de Energia a Bateria. Conexão Wifi. Visor Ocular. Função HDR. Escala ISSO 100-3200. Flash Embutido.</p> <p>ACOMPANHA: CARREGADOR DE BATERIA; TAMPA DA LENTE; ALÇA PARA PESCOÇO; BATERIA DA PRÓPRIA CÂMERA; 01 CARTÃO DE MEMÓRIA SD CLASSE 10 DE 32GB; ADAPTADOR USB DE CARTÃO SD;</p> <p>TRIPIÉ: Em alumínio, com suporte universal destacável para câmera, cabeça de movimento tipo semi hidráulica nos movimentos vertical e horizontal, suporte para auxiliar na mudança de posição com travas, manivela para mudança de altura, trava central para os pés do tripé, pés em borracha. Rotação horizontal 360°, Rotação Vertical 180°. Altura fechado aproximada 0,70m, altura aberto aproximada 1,72, Pedestal com ganho para contrapeso, Pernas com 3 seções com travas tipo flip.</p> <p>BOLSA DE TRANSPORTE compacta com interior forrado com material macio, compartimento extra para guardar cabos, baterias, cartão de memória, com alça de mão e alça de ombro ajustável e removível.</p>	5	Unidade	3.340,00	16.750,00
56	<p>Tripé Telescópico para Camera</p> <p>Em alumínio, com suporte universal destacável para câmera, suporte para auxiliar na mudança de posição com travas, manivela para mudança de altura, trava central para os pés do tripé, pés em borracha. Rotação horizontal 360°, Rotação Vertical 180°. Altura fechado aproximada 0,70m, altura aberto aproximada 1,60. Scanner de Mão Portátil</p> <p>Largura do sensor de imagem 217 mm; Resolução de digitalização: 300dpi, 600dpi e 900dpi ou superior; Máximo de 15s para digitalização A4 em qualidade máxima; Digitalizar para JPG ou PDF, modo color ou preto/branco; Entrada Micro SD; LCD visor de status da digitalização colorido, com possibilidade de visualização do material digitalizado; Alimentação por bateria ou pilha; Roletes de guia na parte inferior; Acompanha software para conversão em documentos editáveis, reconhecimento de caracteres e compactação de PDF; Botões físicos para Ligar, Digitalizar, Resolução e Visualização do Material digitalizado.</p>	2	Unidade	199,00	398,00
TOTAL R\$					20.816,00

Valor do contrato: R\$ 20.816,00 (vinte mil oitocentos e dezesseis reais)

Data da Assinatura: 31/05/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 72/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 72/2016-PMS

Pregão Presencial nº. 38/2016-PMS

Processo nº. 70/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TOP CENTER COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.135/625/0001-25, estabelecida na rua Campos Salles nº 476, Glória, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.217-100

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de materiais de informática para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, gestão e Finanças,



Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
19	Projektor Vídeo XGA - Datashow Projektor Bivolt Automático, Resolução XGA (1024x768), 3000 ANSI Lumens, Aspecto de Imagem 4:3, Entradas(1xVGA, Vídeo Composto RCA, S-Video, HDMI, USB B Display, USB A Memória), Vida útil da lâmpada de aproximadamente 5000 horas em Normal ou Alto Brilho, Correção Trapézio Vertical e Horizontal, Lente com regulagem de foco e zoom, controle remoto, Métodos de Projecção: Teto/Frontal/Traseiro, Idioma do Menu em Português, SinalDigital: 480, 720, 1080, Compatibilidade de Vídeo: NTSC, PAL, SECAM, Cabo VGA.	2	Unidade	2.700,00	5.400,00
24	HD 3,5" Interno 500GB 7200RPM SATA III 6.0Gbps 64MB Cach	11	Unidade	284,50	3.129,50
25	HD 2,5" SSD 120GB Interno SATA III 6.0Gbps	4	Unidade	330,00	1.320,00
27	HD Externo Portátil 1TB USB 3.0 HD com 5.400RPM, compatível com USB 2.0, alimentação de energia através de cabo USB.	4	Unidade	375,00	1.500,00
28	HD Interno 2TB SATA 3Gbps HD com 7200RPM, 64MB Buffer	3	Unidade	595,00	1.785,00
TOTAL R\$					13.134,50

Valor do contrato: R\$ 13.134,50 (treze mil cento e trinta e quatro reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 31/05/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.198/2016

LEI Nº2.198/2016

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (cmel) da RUA IDA BERTHA JACOB WULF – LOCALIDADE centro, extensão 101,00 (cento e um) METROS, E dá outras providências.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria (CMEL) em decorrência da valorização imobiliária relativa à obra pública de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada na obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na rua abaixo descrita:

a) RUA IDA BERTHA JACOB WULF, com extensão de 101,00m, localidade do Centro – ANEXO I – Área de Influência Direta.

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução da obra pública definida nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Schroeder/SC ou mediante repasse através do Orçamento do Fundo Social – do Governo do Estado de Santa Catarina e/ou repasses do Governo Federal bem operações financeiras junto ao BADESC ou BRDE; correspondendo à quantia de R\$130.238,00 (cento e trinta mil duzentos e trinta e oito reais).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que lhe for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através do Diário Oficial dos Municípios (DOM), contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto ; (ANEXO III).
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação da zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Schroeder, cabendo ao impugnante ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, o qual, após manifestação da Diretoria de Tributação e da Procuradoria Municipal, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I – da decisão proferida pela Municipalidade, será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II – a comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo Correio, com aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa jurídica;
- c) por edital publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

III – em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências e emissão de laudos técnicos, será determinada a realização do ato necessário e agendada a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV – no caso de instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição de melhoria deverá ser observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no art. 145, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, c/c art. 81 e 82, da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº 195/1967, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 10.257/2001 (estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 2º A apuração far-se-á levando em consideração:

I – a situação do terreno na Zona de Influência;

II – sua área;

III – sua Topografia e Topologia, além de outros elementos a serem considerados isolados ou conjuntamente.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção a atualização monetária.

§ 4º Estão inclusos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV – local do pagamento, prazo para pagamento;

V – prazo para impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento (AR), indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimentos do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação, ou ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em Dívida Ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição do cadastro fiscal do Município;

II – local e data de expedição;

III – identificação da Contribuição de Melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal em que se funda o lançamento;

IV – prazo para impugnação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que se deve ser procedido o recolhimento;

V – assinatura do notificado e da autoridade notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I – a primeira para o notificado;

II – a segunda juntada à pasta referente ao processo de Contribuição de Melhoria.

Art. 11. Sempre que por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correios), com Aviso de Recebimento (AR).

Art. 12. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações:

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;

II - em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 10% (dez por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a



primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

III - em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

IV - em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

Parágrafo único. O parcelamento será requerido pelo contribuinte, junto à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação.

Art. 14. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 1º A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º Na hipótese de reparcèlement autorizado em lei, o crédito tributário correspondente a Contribuição de Melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15. Ficam excluídas da incidência da Contribuição de Melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

Art. 16. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora, nos termos da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 25 de maio de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

#### ANEXO I – ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA

Imóvel	Lado	Código	Proprietário
3404	Esquerdo	3092	Odécio Possamai
3406	Esquerdo	6005	Fred Querino
3408	Esquerdo	3324	Ademir Trevisol
3411	Esquerdo	3102	Wanderléia Vellozo Salamon
3413	Esquerdo	4226	Osmar Juliano Techaika
3416	Esquerdo	4031	Flávio Eduardo de Camargo
3426	Direito	157	Erico Borinelli
3424	Direito	7184	Verônica Naumann
3423	Direito	2899	Adriana Rodrigues Varela
3422	Direito	2493	Gilmar Roberto Batista
3420	Direito	4087	Lourival Silveira Ramos
3418	Direito	2777	Levir Drescher
175	Final	14069	Haroldo Konell (Espólio)

#### ANEXO II

O CUSTO TOTAL/ORÇAMENTO ESTIMADO CONSIDERANDO A EXTENSÃO DA VIA

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER							
Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos							
Orçamento				Empreendimento			
			Ida Bertha Jacob Wulf				
Modalidade							
INFRA-ESTRUTURA URBANA			Data:	19/02/2016			
Agente Financeiro			Tipo de Serviço				
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA			SERVIÇOS PRELIMINARES,DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
Localização			Início da Obra				
Rua:	Ida Bertha Jacob Wulf		ALR				
Valor do Repasse		Contrapartida Financeira	Extensão (m) :	Largura (m) :	A. Bolsão (m²) :	Área total (m²) :	
R\$ 100.000,00		R\$ 30.238,00	101,00	10,00		1.010,00	
Total do Investimento		R\$ 130.238,00					
	Referência: Sinapi 12/2015 c/ desoneração. Sicro 2 Janeiro/2014 c/ desoneração						
Orçamento							
ITEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. S/ BDI (R\$)	CUSTO UNIT. C/ BDI (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1		SERVIÇOS PRELIMINARES					
1.1	74209/001	Placa de obra em chapa de aço galvanizado ( 3,00m X 1,50m )	m²	4,50	307,96	382,58	1.721,61
				SUBTOTAL SERVIÇOS PRELIMINARES			1.721,61
2		DRENAGEM					
2.1	74154/001+ ( 4X ) 72874	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	236,34	18,18	22,58	5.336,55
2.2	73724 + 7781	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm (medição direta projeto)	m	-		-	-
2.3	73722 + 7791	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 60cm(medição direta projeto)	m	202,00	118,77	147,54	29.803,08
2.4	-	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 80cm(medição direta projeto)	m	-		-	-
2.5	73721 + 765	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 100cm(medição direta projeto)	m	-		-	-
2.6	6193	Tábua para berço (espessura mínima 2,5cm, largura mínima 20,0cm)		202,00	6	7,45	1.504,90
2.7	74154/001 + (9X)72881 + 74034/001	Fornecimento, extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apiloado , DMT até 10,0 km (O SEIXO É CONTRAPARTIDA FÍSICA DO MUNICÍPIO)	m³	153,88	16,27	20,21	3.109,82
2.8	74206/002	Caixa coletora com tampa de concreto armado, corpo em tijolos maciços (medição direta de projeto)	unid	6,00	573,23	712,12	4.272,72
2.9	74206/001	Caixa Ligação para tubulação DN 60cm	unid	2,00	1065,46	1.323,62	2.647,24
SUBTOTAL DRENAGEM							46.674,31
3		TERRAPLENAGEM					
3.1	74154/001+ ( 4X ) 72874	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	252,50	47,28	58,73	14.829,32

3.2	74154/001 + (9X)72881 + 74034/001	Fornecimento, extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, para preenchimento das remoções dos bordos, DMT até 10,0 km (O SEIXO É CONTRAPARTIDA FÍSICA DO MUNICÍPIO)	m³	252,50	16,27	20,21	5.103,02
3.3	74005/002	Compactação de seixo à 95% do P.N. -	m³	252,50	4,37	5,42	1.368,55
3.4	74154/001 + (9X)72881 + 74034/001	Fornecimento, extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m, DMT até 10,0 km (O SEIXO É CONTRAPARTIDA FÍSICA DO MUNICÍPIO)	m³	252,50	16,27	20,21	5.103,02
SUBTOTAL TERRAPLENAGEM							26.403,91
4		PAVIMENTAÇÃO					
4.1	( 74034/001 + 74005/002 ) / 4	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	1.010,00	1,63	2,02	2.040,20
4.2	73710	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	101,000	85,83	106,62	10.768,62
4.3	72945	Imprimação com CM 30	m²	1.010,00	4,06	5,04	5.090,40
4.4	72943	Pintura de ligação com RR-2C	m²	1.010,00	1,18	1,46	1.474,60
4.5		Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER					
4.5.1	72965 *2,4	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	35,35	446,63	554,84	19.613,59
4.5.2	72965 *2,4	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm -	m³	7,58	446,63	554,84	4.202,91
4.5.3	72887	Transporte Material betuminoso Com Caminhão Basculante 6m3, Rodovia Pavimentada, 10Km	m³/Km	429,25	0,81	1,00	429,25
SUBTOTAL PAVIMENTAÇÃO							43.619,57
5		SERVIÇOS COMPLEMENTARES					
5.1	74223/001	Meio fio pré-moldado ou moldado in loco com extrusora	m	202,00	30,70	38,13	7.702,26
5.2	73964/004	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio fio	m³	80,80	22,31	27,71	2.238,96
SUBTOTAL SERVIÇOS COMPLEMENTARES							9.941,22
6		SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
6.1		Sinalização horizontal					
6.1.1	72947	Pintura de faixas, setas e zebraos com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	49,30	17,5	21,74	1.071,78
6.2		Sinalização vertical					
6.2.1	73406 + 79478	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40cm x 6 placas) + escavação	m³	0,108	368,89	458,27	49,49
6.2.2	Composição	Confecção e instalação de suporte e travessa para placa de sinalização	unid	3,00	131,40	163,24	489,72
6.2.3	Composição	Confecção e instalação de placa de sinalização totalmente refletiva (2 placas tipo R1 + 3 placas tipo R19 + 1 placa de advertência)	m²	0,72	297,83	369,99	266,39
SUBTOTAL SINALIZAÇÃO VIÁRIA							1.877,38
		PLANILHA COMPOSIÇÃO DO BDI				Total Geral	130.238,00
		GARANTIA	4,60%			R\$/m²	128,95
		RISCO	0,68%			BDI ADO-TADO	24,23%
		DESPESAS FINANCEIRAS	0,95%				
		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1,20%				
		LUCRO	8,10%				
		TRIBUTOS	6,45%				
		TOTAL	24,23%				

**MEMORIAL DESCRITIVO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**  
**RUA IDA BERTHA JACOB WULF**  
**SUMÁRIO**

**1. APRESENTAÇÃO**

O presente memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA na RUA IDA BERTHA JACOB WULF, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.



## 2. NORMAS GERAIS DE TRABALHO

### 2.1. GENERALIDADES

#### 2.1.1. ABREVIATÖES

Onde na documentação contratual forem empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

- PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.
- DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.
- DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – em extinção
- DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.
- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- NBR – Norma Brasileira
- EB - Especificação Brasileira.

#### 2.1.2. TERMOS

- CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de execução.
- CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.
- LICITANTE: A pessoa jurídica que participe desta Licitação.
- MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.
- PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos e/ou empresa designada/contratada.

#### 2.1.3. CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

#### 2.1.4. SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

o Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

- o Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;
- o Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;
- o Cones refletivos de plástico
- o Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;
- o Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.
- o Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

#### 2.1.5. MANEJO AMBIENTAL

- Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.
- Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.
- Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.
- O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.
- O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

#### 2.1.6. RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição.

Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

### 3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

#### 3.1. SERVIÇOS PRELIMINARES

##### 3.1.1. PLACA DA OBRA

##### OBJETIVO

Identificar de maneira clara e objetiva as obras.

##### MATERIAIS

##### SUPORTE

- Chapas planas com material resistente as intempéries; ou,
- Chapas metálicas galvanizadas.

##### PINTURA

- Tinta a óleo, ou;
- Tinta esmalte.

##### EXECUÇÃO



A placa possuirá tamanho mínimo de 3,0m x 1,5m, sendo que o seu conteúdo, padrão de cores e tamanhos das letras ou símbolos deverão seguir as especificações apresentadas oportunamente pela PMS.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

#### **PADRÃO GERAL DAS PLACAS DE OBRAS**

As placas devem ter sempre o formato retangular na proporção de 2 para 1.

A largura será dividida em 2 partes iguais, e a altura em 5 partes iguais (conforme ilustração abaixo).

O tamanho/medidas não poderão ser inferiores às das outras diferentes placas presentes na obra, respeitadas, no mínimo, as dimensões de 3,00m X 1,50m.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da FISCALIZAÇÃO.

#### **CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Será medida na quantidade de placas instaladas na obra.

#### **PAGAMENTO**

Será pago após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução do fornecimento e instalação da placa de obra.

### **3.2. SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM**

#### **3.2.2. ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL**

##### **OBJETIVO**

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

##### **MATERIAL**

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes:

– Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.

– Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.

– Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

##### **EQUIPAMENTO**

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida.

A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes:

o corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

o corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

o remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

##### **EXECUÇÃO**

As operações de cortes compreendem:

– Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.

– Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.

– Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais serão transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.

– O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

– Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.

– Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.

– As massas excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objetos de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.

– Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

– Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.

– Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até



profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

- As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independem das demais obras de proteção projetadas.
- Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

#### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

- Os serviços serão medidos em m<sup>3</sup> executados.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### 3.2.3. REFORÇO DO SUBLEITO

##### GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do subleito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

##### MATERIAIS

O material (seixo) será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverão ter ISC <sup>3</sup> 60% e com expansão máxima de 1%.

##### EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

- motoniveladora;
- carro-tanque distribuidor de água;
- rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
- grade de discos;
- entre outros.

##### EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o subleito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do subleito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

##### CONTROLE

A camada de reforço do subleito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

- Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;
- Cotas : ± 0,02 m das cotas do projeto;
- Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : ± 5% da espessura do projeto.

##### MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do subleito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

##### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### 3.3. PAVIMENTAÇÃO

##### 3.3.4. REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO

###### OBJETIVO

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do subleito da via a pavimentar, compreendendo cortes a aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

###### MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do subleito serão os do próprio subleito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

###### EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

- Trator com lâmina frontal;
- Carregador frontal;
- Caminhões basculantes;
- Motoniveladora pesada, com escarificador;
- Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
- carro-tanque com barra distribuidora de água;
- grade de discos;
- pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

#### EXECUÇÃO

A superfície do subleito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto. Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

#### CONTROLE

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:  $\pm 2$  cm em relação as cotas de projeto; e  $\pm 5$  cm quanto a largura da plataforma.

#### MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do subleito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

### 3.3.5. SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA

#### OBJETIVO

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

#### MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverá apresentar capacidade de suporte ( $ISC < 20\%$ ) e expansão máxima de 0,5%.

#### EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

- Tratores de lâmina;
- Escavo-transportadores;
- Caminhões basculantes;
- Moto-niveladoras;
- Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

#### EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

– Extração, transporte, Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.

– O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

#### CONTROLE

##### CONTROLE DA EXECUÇÃO

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de  $\pm 2\%$  em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m<sup>2</sup> de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação,  $GC > 100\%$ , serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

#### CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

- $\pm 10$ cm, quanto à largura da plataforma;
- até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;
- $\pm 10\%$ , quanto a espessura do projeto da camada.

#### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

- A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

### 3.3.6. BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE

#### OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto

de britagem, bases de brita granulada.

#### MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo:

P E N E I R A S		F A I X A			
	Mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 – 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 – 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 – 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 – 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 – 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

– a fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

– a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

– o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e, com a energia do método DNER-ME 48-64.

O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja à fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

#### EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

- motoniveladora pesada, com escarificador;
- carro-tanque distribuidor de água;
- rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
- grade de discos;
- pulvi-misturador
- central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

#### EXECUÇÃO

Compreende as operações fornecimento, espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais utilizados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado  $\pm 2$  %.

#### CONTROLE

Após a execução do reforço da sub-base, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

- $\pm 10$  cm, quanto à largura da plataforma;
- até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm quando projetado acima de 10cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de  $\pm 2$  cm, em relação à espessura do projeto. No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

#### MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### 3.3.7. IMPRIMAÇÃO

#### OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando :

- aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;
- promover condições de aderência entre a base e o revestimento;
- impermeabilizar a base.

#### MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m<sup>2</sup>, conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

#### EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

#### EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixa-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias. A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

#### MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### 3.3.8. PINTURA DE LIGAÇÃO

##### OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

#### MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso:

- emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m<sup>2</sup>.

#### EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

#### EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo

a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

– para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, a fim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

#### MEDICÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### 3.3.9. CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

##### OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhada e comprimida à quente.

##### MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregados graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

##### LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos:

– cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

##### AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentosãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

– desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior;

– índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);

– durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

##### AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

##### MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

##### MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

##### COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada		% passando, em peso das faixas			
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	± 7%



1"	25,4	75-100	95-100	-	± 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	± 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	± 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	± 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	± 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	± 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	± 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	± 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	± 2%
Betume solúvel no CS2 (+) %		4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	± 0,3%

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento. Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário.

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total.

deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 - 4,5	2,0 - 4,5

– as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

– as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

#### EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

#### DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembarçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

#### DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

#### USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de ± 5%) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

#### CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc.) não serão permitidos.

#### EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizas, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

#### EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

#### EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a



superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação. A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 □ 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

#### PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

#### TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados.

Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

#### DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5, para o alcatrão. Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a super-elevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

#### ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

#### INSPEÇÃO

##### LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de:

para cimento asfálticos:

- 01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;
- 01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);
- 01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;
- 01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;
- 01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra
- 01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

##### AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

- 02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);
- 01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);
- 01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m<sup>3</sup> (DNER-ME 086);
- 01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);
- 01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de trabalho (DNER-ME 083).

##### CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

##### CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, ± 0,3%, da fixada no projeto.

##### CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

##### CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

- do agregado, no silo quente da usina;
- do ligante, na usina;
- da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de □ 5 °C das temperaturas especificadas.

##### TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de □ 5 °C.

##### CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas. Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-prova extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

#### ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de  $\pm 5\%$  em relação as espessuras de projeto.

#### ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estacas da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder  $\pm 5\text{cm}$ .

#### ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER -PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

#### CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 British Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental com extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

Fica a construtora responsável pelo controle tecnológico das obras, devendo apresentar Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios em conformidade com as exigências normativas do DNIT.

#### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO/Aceitação

O concreto betuminoso será medido, em  $\text{m}^3$  através da mistura efetivamente aplicada na pista.

A fiscalização acompanhará execução e constantemente medirá os gabaritos (fotos abaixo), a fim de verificar as respectivas camadas. Nessa direção, com o fito de garantir a espessura de projeto (considerando a compactação), os gabaritos deverão estar com 6cm para camada de 5cm e 3 cm para foto de 2,5cm.

Fotos – verificação do gabarito (6cm para a camada de 5cm e 3cm para a camada de 2,5cm).

A fim de atestar a qualidade da camada betuminosa, e em conformidade com as normas do DNIT - ABNT, deverá ser acostada à planilha de medição, no mínimo, os seguintes Laudos de Controle Tecnológico para cada 100 metros de extensão de obra ou fração: 1- Ensaio de penetração – material betuminoso-; 2- Ensaio de Determinação do Teor do Betume; 3 - Ensaio de Adesividade – Resistência a Água e 4- Determinação de Espessura da Base e camada de Asfalto (retirada de corpo de prova).

#### PAGAMENTO

O concreto betuminoso será pago em metros cúbicos, após a medição do serviço executado, aos preços unitários propostos. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### 3.4. DRENAGEM PLUVIAL

##### OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo, poços de visita, e caixas de ligação destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

– Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

– Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou placas de concreto.

– Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

##### MATERIAL

##### TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-8890/2003. Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

##### MATERIAL DE REJUNTAMENTO

– Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a  $300 \text{ g/m}^2$ .

– Critério de aceitação: o geotêxtil deverá ter a largura mínima de 30cm e transpasse no diâmetro de 30cm. Assim, a fim de racionalizar

os trabalhos, bem como recursos naturais, deverá ser cortada nos seguintes comprimentos: {(f 0,4m, 1,30m); (f 0,6m, 2,20m);(f 0,8, 2,80m);(f 1,0m, 3,45m); ( f 1,20m, 4,0m);( f 1,50m, 5,0m)}. A emenda deverá ser na parte superior da geratriz e a tubulação só deverá receber reaterro após o devido registro fotográfico do fiscal da obra.

– Argamassa de rejuntamento: Caso não seja possível a utilização de geotextil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

**MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA , de ligação E SAÍDAS**

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

#### **EQUIPAMENTO**

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Segue abaixo os equipamentos necessários: Caminhão basculante; Caminhão de carroceria fixa; Betoneira ou caminhão betoneira; Motoni-veladora; Pá carregadeira; Rolo compactador metálico; Retroescavadeira ou valetadeira e Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

#### **EXECUÇÃO**

##### **GALERIAS**

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER-ES 284/97. Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-8890/2003.

A fim de evitar os danos (encaixe) na tubulação durante o descarrego (fotos 1 e 2), os tubos deverão ser descarregados com caminhão com grua ou Munck, conforme identificado na foto 3.

Foto 1 – Tubo danificado no descarrego Foto 2 – Parte do tubo

Foto 3 – Caminhão para descarrego

No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

**Critério de Rejeição ou Aceitação do alinhamento dos tubos**

Os tubos deverão estar perfeitamente alinhados de tal sorte que não existam sinuosidades .

**Tubulação REJEITADA (sinuosidade e falta de rejunte) Tubulação ACEITA**

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto. O assentamento dos tubos será feito sobre pranchas de madeira com comprimento mínimo de 3,0m, seção mínima (2,5cm;20cm).

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão ( $f_{ckmin}$ ), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos serão envoltas por um retalho de geotextil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa.

Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamento indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

**Critério de Rejeição ou Aceitação do espaçamento dos tubos**

O critério de aceitação do espaçamento deve atender é definido da seguinte maneira: 2% do diâmetro do tubo até o diâmetro de 800mm; 1,5% para diâmetros superiores.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA só poderá reaterro as valas após o assentamento da tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

**Tubulação REJEITADA Tubulação ACEITA**

##### **BOCAS-DE-LOBO**

As bocas-de-lobo, as caixas de visita, as de ligação e as de saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobre largura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo. As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão ( $f_{ckmin}$ ), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão ( $f_{ckmin}$ ), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentada a tampa.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

**CAIXA DE LIGAÇÃO**

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carreados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores. As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto (prancha genérica drenagem) Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se a tampa de fundo pré-moldada em concreto armado (fck 18MPa; 7cm).As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço cozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da tampa de concreto.A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado no projeto (detalhe prancha genérica).

A tampa superior deverá ter dois tampões de concreto (f) 150mm executados conforme detalhe na prancha genérica.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

**Sarjetas Revestidas de Concreto**

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa.No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem. O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica , mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banquetta de material energeticamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e o acabamento do concreto serão feitos mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida. A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

**CONTROLE****CONTROLE DA EXECUÇÃO**

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

**CONTROLE GEOMÉTRICO**

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução. As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de  $\pm 10\%$  em relação à espessura de projeto.

**CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

– As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.



– No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

#### MEIO FIO

O meio fio será em peças pré-moldadas de concreto (fck mínimo 18MPa), ou moldado "in loco" por extrusão. O rejunte constituído de argamassa de cimento e areia média no traço 1:3.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

### 3.5. SINALIZAÇÃO VIÁRIA

#### OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal e vertical, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

#### DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

Sinalização vertical – É um conjunto de placas verticais de regulamentação que tem por finalidade transmitir aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias urbanas e rurais. Assim, o desrespeito aos sinais de regulamentação constitui infrações, previstas no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

#### 3.5.1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

##### CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMS.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

- local da aplicação, extensão e largura;
- dimensões das faixas;
- espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;
- outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

- a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;
- b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

#### MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio de acordo com a Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

- a) temperatura entre 10°C e 40°C;
- b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

A sua aplicação deve ser feita na proporção de:

- tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação. A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97. Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, após aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

- a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";

- b) nome comercial e/ou numeração;
- c) cor da tinta : branca ou amarela;
- d) referência quanto a natureza química da resina;
- e) data da fabricação;
- f) prazo de validade;
- g) identificação da partida de fabricação;
- h) nome e endereço do fabricante;
- i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

#### Tintas

O tipo de tinta empregada na sinalização horizontal:

– tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

#### Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

- 1,5mm de espessura - aplicado por "spray";
- 3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

#### Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

– "Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando se tornam expostas;

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

- Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.
- Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.
- Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.
- Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.
- Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.
- Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.
- Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.
- Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.
- Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm<sup>3</sup> e 2,6g/cm<sup>3</sup>, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.
- Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

#### Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão.

Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

#### Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura.

A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

Pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

#### 3.5.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL

##### CONDIÇÕES GERAIS – PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO :

Em conformidade com especificado na Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito –CONTRAN, ( Anexo - Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito ) as placas de regulamentação do objeto do presente pleito Licitatório são do tipo R1 – "Pare" e R19 – "Velocidade Permitida" – "40 Km/h". Assim, no que concerne a sua instalação e composição deverão obedecer a todas as determinações da citada resolução e as abaixo especificadas.

#### MATERIAL

Substrato: Cada chapa deverá ter no mínimo 270 gramas de zinco por metro quadrado, material encruado, semi manufaturação na espessura de 1,25mm, nº 18 conforme a norma NBR 11904.

Tratamento da Chapa: após corte e furação a chapa deverá ser desengraxada, recebendo pintura eletrostática em epóxi com secagem em estufa 160°C na face posterior (verso) da placa na cor preto fosco.



As chapas deverão apresentar boa aderência a fixação de películas refletivas ou películas vinílica.

As chapas deverão apresentar durabilidade mínima de 7 (sete) anos.

Película refletiva com esferas inclusas – Tipo I-A –NBR-14644

As películas refletivas tipo I-A deverão a ser usadas para confecção de símbolos, letras, tarjas, orlas, e/ou revestimento de chapa). São constituídas tipicamente por lentes micro esferas, agregadas a uma resina sintética, espelhadas por filme metalizado e recobertas por um plástico transparente e flexível, que lhe confere uma superfície lisa e plana, que permite apresentar a mesma cor, que durante o dia quer a noite, quando observadas a luz dos faróis de um veículo.

Deverá ter valores mínimos de retrorrefletância descritas abaixo:

Ângulo de Observação	Ângulo de Entrada	Branca (Cd/lux/m2)	Vermelha (Cd/lux/m2)
0,2º	-4º	70	14
0,2º	+30º	30	6
0,5º	-4º	30	7,5
0,5º	+30º	15	3

Como os outros componentes da placa de sinalização a película deverá apresentar performance e durabilidade de no mínimo 7 (sete) anos.

Películas Não Refletivas Tipo IV- NBR-14644

São constituídos tipicamente por um filme plástico opaco e são destinados a produção de tarjas, legenda se símbolos, em placas de sinalização. As películas devem possuir um adesivo reativável ao calor ou a um ativador químico, resultando em adesão efetiva a superfície, ou um adesivo sensível a pressão, o qual é protegido por um filme siliconizado, de fácil remoção. É utilizada na cor preta e destinada a aplicação sobre superfície de películas tipo I-A. A durabilidade mínima com desempenho satisfatório será de 07(sete)anos, em exposição normal, vertical e estacionário.

#### Detalhes A

Placa- Parada obrigatória

"R-1 – PARE"

CORES:

Fundo: Vermelho Refletivo

Orla Interna: Branco Refletivo Imagem - 1

Orla Externa: Vermelho Refletivo

Letras: Branco Refletivo

Verso: Preto Fosco

LETRAS:

Tipos Helvética Médium, Arial,

Standard Alphabets for Highway Signs,

ou similar, texto centralizado Imagem - 2

Observação: No que tange ao dimensionamento, a placa de regulação R-1 é classificada como via urbana (lado = 0,35m; orla interna branca mínima – 0,028m; Orla externa mínima - 0,014m) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução (tabelas - página 29 e Apêndice de diagramação páginas 163 e 169).

#### Detalhes B

Placa - limite de velocidade

R-19 - 40 Km/h "

CORES:

Fundo: Branco

Orla: Vermelho Imagem -3 (ilustrativa)

Letra: Preto Velocidade da via urbana 40 Km/h

Algarismo: Preto

Símbolo: Preto

Verso: Preto Fosco

LETRAS:

Tipos Helvética Médium, Arial, Standard

Alphabets for Highway Signs, ou similar,

texto centralizado Imagem - 4

Observação: No que concerne ao dimensionamento, a placa de regulação R-19 como via urbana -demais vias- (diâmetro = 0,50m; tarja = 0,050m e orla = 0,050) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução ( tabelas - página 28 e Apêndice de diagramação páginas 165 e 192).

#### INSPEÇÃO

Controle da Execução

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

– a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;

– a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;

– a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.

O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:

- consumo dos materiais;

- espessura do material aplicado;
- tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;
- dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);
- linearidade das faixas;
- temperatura de aquecimento do material termoplástico;
- sinalização para o serviço de obras;
- atendimento ao projeto de sinalização;
- retrorrefletorização integral das faixas, sinais, etc...
- placas verticais em conformidade com o acima especificado.

**CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

Os serviços de sinalização (horizontal e vertical) serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m² e unidades de placas instaladas.

**PAGAMENTO**

Todos os materiais e serviços empregados na execução da pintura acrílica de piso serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

**4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Antes da entrega definitiva da obra, a mesma deverá ser vistoriada pela Contratante através de seus profissionais responsáveis.

Qualquer alteração que se faça necessária para a viabilidade da execução em qualquer etapa da obra deverá ser consultada a Contratante, que por sua vez irá analisar as alterações propostas e, em caso de aceite, fornecerá autorização por escrito.

Nada mais havendo a apresentar, dá-se por concluído este memorial, que se compõe ainda de orçamento e cronograma físico-financeiro, além da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida pelo profissional abaixo assinado.

Schroeder, Fevereiro de 2016.

Otoniel da Silva Osvaldo Jurck

Arqº. Urbanista – CAU/SC – A60922-6 Prefeito de Schroeder

**LEI Nº 2.199/2016**

LEI Nº2.199/2016

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (cmel) da RUA WILLY WULF – LOCALIDADE CENTRO, EXTENSÃO 101,00 (cento e um) METROS, E dá outras providências.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria (CMEL) em decorrência da valorização imobiliária relativa à obra pública de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada na obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na rua abaixo descrita:

a) RUA WILLY WULF, com extensão de 101,00 (cento e um) metros, localidade do Centro – ANEXO I – Área de Influência Direta.

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução da obra pública definida nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Schroeder/SC ou mediante repasse através do Orçamento do Fundo Social – do Governo do Estado de Santa Catarina e/ou repasses do Governo Federal bem operações financeiras junto ao BADESC ou BRDE; correspondendo à quantia de R\$127.570,76 (cento e vinte e sete mil quinhentos e setenta e seis e seis centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que lhe for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através do Diário Oficial dos Municípios (DOM), contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

a) memorial descritivo do projeto ; (ANEXO III).

- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação da zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Schroeder, cabendo ao impugnante ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, o qual, após manifestação da Diretoria de Tributação e da Procuradoria Municipal, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I – da decisão proferida pela Municipalidade, será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II – a comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo Correio, com aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa jurídica;
- c) por edital publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

III – em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências e emissão de laudos técnicos, será determinada a realização do ato necessário e agendada a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV – no caso de instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição de melhoria deverá ser observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no art. 145, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, c/c art. 81 e 82, da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº 195/1967, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 10.257/2001 (estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 2º A apuração far-se-á levando em consideração:

I – a situação do terreno na Zona de Influência;

II – sua área;

III – sua Topografia e Topologia, além de outros elementos a serem considerados isolados ou conjuntamente.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção a atualização monetária.

§ 4º Estão inclusos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV – local do pagamento, prazo para pagamento;

V – prazo para impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento (AR), indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimentos do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação, ou ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em Dívida Ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição do cadastro fiscal do Município;

II – local e data de expedição;

III – identificação da Contribuição de Melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal em que se funda o lançamento;

IV – prazo para impugnação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que se deve ser procedido o recolhimento;

V – assinatura do notificado e da autoridade notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I – a primeira para o notificado;

II – a segunda juntada à pasta referente ao processo de Contribuição de Melhoria.

Art. 11. Sempre que por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correios), com Aviso de Recebimento (AR).

Art. 12. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações:

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;

II - em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 10% (dez por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

III - em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao

mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

IV - em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

Parágrafo único. O parcelamento será requerido pelo contribuinte, junto à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação.

Art. 14. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 1º A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º Na hipótese de reparcèlement autorizado em lei, o crédito tributário correspondente a Contribuição de Melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15. Ficam excluídas da incidência da Contribuição de Melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

Art. 16. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora, nos termos da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 25 de maio de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

#### ANEXO I – ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA

Imóvel	Lado	Código	Proprietário
3445	Esquerdo	2817	Mário Nestor Schmidt
3446	Esquerdo	2965	Natalino Basílio
3447	Esquerdo	5944	Viviane Rech Gesser
3448	Esquerdo	4431	Ricardo José Zimmermann de Negreiros
3449	Esquerdo	5943	Claudir Clério Drescher
3450	Esquerdo	11551	Casa Azul Imóveis Ltda - EPP
3457	Direito	4646	Silvana Aparecida Vieira da Silva
3456	Direito	15557	Diéder Luis Prestini
3455	Direito	2963	Adolar Oswaldo Steilein
3454	Direito	11173	Lourival Cristiano Pereira
3452	Direito	4289	Pedro Florêncio Borba
3451	Direito	9131	Elton Hambus
175	Final	14069	Haroldo Konell (Espólio)

#### ANEXO II

##### O CUSTO TOTAL/ORÇAMENTO ESTIMADO CONSIDERANDO A EXTENSÃO DA VIA

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER							
Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos							
Orçamento				Empreendimento			
			Willy Wulf				
Modalidade							
INFRA-ESTRUTURA URBANA			Data:	19/02/2016			
Agente Financeiro			Tipo de Serviço				
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA			SERVIÇOS PRELIMINARES,DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
Localização			Início da Obra				
Rua:	Willy Wulf		ALR				
Valor do Repasse		Contrapartida Financeira	Extensão (m) :	Largura (m) :	A. Bolsão (m²) :	Área total (m²) :	
R\$ 100.000,00		R\$ 27.590,76	101,00	10,00		1.010,00	
Total do Investimento		R\$ 127.590,76					
	Referência: Sinapi 12/2015 c/ desoneração. Sicro 2 Janeiro/2014 c/ desoneração						
Orçamento							
ITEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. S/ BDI (R\$)	CUSTO UNIT. C/ BDI (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1		SERVIÇOS PRELIMINARES					
1.1	74209/001	Placa de obra em chapa de aço galvanizado ( 3,00m X 1,50m )	m²	4,500	307,96	382,58	1.721,61
			SUBTOTAL SERVIÇOS PRELIMINARES				1.721,61
2		DRENAGEM					
2.1	74154/001+ ( 4X ) 72874	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	236,340	18,18	22,58	5.336,55
2.2	73724 + 7781	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm (medição direta projeto)	m	-		-	-
2.3	92212	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 60cm(medição direta projeto)	m	202,00	118,77	147,54	29.803,08
2.4	-	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 80cm(medição direta projeto)	m	-		-	-
2.5	73721 + 765	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 100cm(medição direta projeto)	m	-		-	-
2.6	6193	Tábua para berço (espessura mínima 2,5cm, largura mínima 20,0cm)	m	202,00	6,00	7,45	1.504,90
2.7	74154/001 + (9X)72881 + 74034/001	Fornecimento, extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apiloado , DMT até 10,0 km (O SEIXO É CONTRAPARTIDA FÍSICA DO MUNICÍPIO)	m³	153,88	16,27	20,21	3.109,82
2.8	74206/002	Caixa coletora com tampa de concreto armado, corpo em tijolos maciços (medição direta de projeto)	unid	6,00	573,23	712,12	4.272,72
2.9	74206/001	Caixa Ligação para tubulação DN 60cm	unid	-	1.065,46	1.323,62	-
SUBTOTAL DRENAGEM							44.027,07
3		TERRAPLENAGEM					
3.1	74155/002 + ( 4X ) 72874	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	252,50	47,28	58,73	14.829,32



3.2	74154/001 + (9X)72881 + 74034/001	Fornecimento, extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, para preenchimento das remoções dos bordos, DMT até 10,0 km (O SEIXO É CONTRAPARTIDA FÍSICA DO MUNICÍPIO)	m³	252,50	16,27	20,21	5.103,02
3.3	74005/002	Compactação de seixo à 95% do P.N. -	m³	252,50	4,37	5,42	1.368,55
3.4	74154/001 + (9X)72881 + 74034/001	Fornecimento, extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m, DMT até 10,0 km (O SEIXO É CONTRAPARTIDA FÍSICA DO MUNICÍPIO)	m³	252,50	16,27	20,21	5.103,02
SUBTOTAL TERRAPLENAGEM							26.403,91
4		PAVIMENTAÇÃO					
4.1	( 74034/001 + 74005/002 ) / 4	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	1.010,00	1,63	2,02	2.040,20
4.2	73710	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	101,000	85,83	106,62	10.768,62
4.3	72945	Imprimação com CM 30	m²	1.010,00	4,06	5,04	5.090,40
4.4	72943	Pintura de ligação com RR-2C	m²	1.010,00	1,18	1,46	1.474,60
4.5		Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER					
4.5.1	72965 *2,4	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	35,35	446,63	554,84	19.613,59
4.5.2	72965 *2,4	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm -	m³	7,58	446,63	554,84	4.202,91
4.5.3	72887	Transporte Material betuminoso Com Caminhão Basculante 6m3, Rodovia Pavimentada, 10Km	m³/Km	429,25	0,81	1,00	429,25
SUBTOTAL PAVIMENTAÇÃO							43.619,57
5		SERVIÇOS COMPLEMENTARES					
5.1	74223/001	Meio fio pré-moldado ou moldado in loco com extrusora	m	202,00	30,70	38,13	7.702,26
5.2	73964/004	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio fio	m³	80,80	22,31	27,71	2.238,96
SUBTOTAL SERVIÇOS COMPLEMENTARES							9.941,22
6		SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
6.1		Sinalização horizontal					
6.1.1	72947	Pintura de faixas, setas e zebrações com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	49,30	17,50	21,74	1.071,78
6.2		Sinalização vertical					
6.2.1	73983 + 79478	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40cm x 3 placas) + escavação	m³	0,108	368,89	458,27	49,49
6.2.2	Composição	Confecção e instalação de suporte e travessa para placa de sinalização	unid	3,00	131,40	163,24	489,72
6.2.3	Composição	Confecção e instalação de placa de sinalização totalmente refletiva (2 placas tipo R1 + 3 placas tipo R19 + 1 placa de advertência)	m²	0,72	297,83	369,99	266,39
SUBTOTAL SINALIZAÇÃO VIÁRIA							1.877,38
		PLANILHA COMPOSIÇÃO DO BDI				Total Geral	127.590,76
		GARANTIA	4,60%			R\$/m²	126,33
		RISCO	0,68%			BDI ADO-TADO	24,23%
		DESPESAS FINANCEIRAS	0,95%				
		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1,20%				
		LUCRO	8,10%				
		TRIBUTOS	6,45%				
		TOTAL	24,23%				

## MEMORIAL DESCRITIVO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

RUA WILLY WULF

## SUMÁRIO

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA na RUA WILLY WULF, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

## 2. NORMAS GERAIS DE TRABALHO

### 2.1. GENERALIDADES

#### 2.1.1. ABREVIACÕES

Onde na documentação contratual forem empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

- PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.
- DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.
- DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – em extinção
- DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.
- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- NBR – Norma Brasileira
- EB - Especificação Brasileira.

#### 2.1.2. TERMOS

- CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de execução.
- CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.
- LICITANTE: A pessoa jurídica que participe desta Licitação.
- MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.
- PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos e/ou empresa designada/contratada.

#### 2.1.3. CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

#### 2.1.4. SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

- o Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.
- o Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;
- o Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;
- o Cones refletivos de plástico
- o Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;
- o Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.
- o Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

#### 2.1.5. MANEJO AMBIENTAL

- Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.
- Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.
- Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.
- O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.
- O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

#### 2.1.6. RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

### 3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

#### 3.1. SERVIÇOS PRELIMINARES

##### 3.1.1. PLACA DA OBRA

##### OBJETIVO

Identificar de maneira clara e objetiva as obras.

##### MATERIAIS

##### SUPORTE

- Chapas planas com material resistente as intempéries; ou,
- Chapas metálicas galvanizadas.

##### PINTURA

- Tinta a óleo, ou;
- Tinta esmalte.

**EXECUÇÃO**

A placa possuirá tamanho mínimo de 3,0m x 1,5m, sendo que o seu conteúdo, padrão de cores e tamanhos das letras ou símbolos deverão seguir as especificações apresentadas oportunamente pela PMS.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

**PADRÃO GERAL DAS PLACAS DE OBRAS**

As placas devem ter sempre o formato retangular na proporção de 2 para 1.

A largura será dividida em 2 partes iguais, e a altura em 5 partes iguais (conforme ilustração abaixo).

O tamanho/medidas não poderão ser inferiores às das outras diferentes placas presentes na obra, respeitadas, no mínimo, as dimensões de 3,00m X 1,50m.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da FISCALIZAÇÃO.

**CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Será medida na quantidade de placas instaladas na obra.

**PAGAMENTO**

Será pago após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução do fornecimento e instalação da placa de obra.

**3.2. SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM****3.2.2. ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL****OBJETIVO**

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

**MATERIAL**

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes:

- Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.
- Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.
- Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

**EQUIPAMENTO**

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida.

A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes:

o corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

o corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

o remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

**EXECUÇÃO**

As operações de cortes compreendem:

- Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.
- Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.
- Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais serão transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.
- O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.
- Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.
- Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.
- As massas excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objetos de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.
- Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m,



e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

- Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.
- Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.
- As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.
- Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

#### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

- Os serviços serão medidos em m<sup>3</sup> executados.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### 3.2.3. REFORÇO DO SUB-LEITO

##### GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do sub-leito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

##### MATERIAIS

O material (seixo) será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverão ter ISC <sup>3</sup> 60% e com expansão máxima de 1%.

##### EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

- motoniveladora;
- carro-tanque distribuidor de água;
- rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
- grade de discos;
- entre outros.

##### EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o sub-leito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do sub-leito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

##### CONTROLE

A camada de reforço do sub-leito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

- Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;
- Cotas :  $\pm 0,02$  m das cotas do projeto;
- Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico :  $\pm 5\%$  da espessura do projeto.

##### MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do sub-leito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

##### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### 3.3. PAVIMENTAÇÃO

##### 3.3.4. REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO

###### OBJETIVO

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do sub-leito da via a pavimentar, compreendendo cortes e aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

###### MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do sub-leito serão os do próprio sub-leito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

###### EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

- Trator com lâmina frontal;
- Carregador frontal;
- Caminhões basculantes;
- Motoniveladora pesada, com escarificador;
- Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

- carro-tanque com barra distribuidora de água;
- grade de discos;
- pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

#### EXECUÇÃO

A superfície do sub-leito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto. Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

#### CONTROLE

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:  $\pm 2$  cm em relação as cotas de projeto; e  $\pm 5$  cm quanto a largura da plataforma.

#### MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do sub-leito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

### 3.3.5. SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA

#### OBJETIVO

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

#### MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverá apresentar capacidade de suporte ( $ISC < 20\%$ ) e expansão máxima de 0,5%.

#### EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

- Tratores de lâmina;
- Escavo-transportadores;
- Caminhões basculantes;
- Moto-niveladoras;
- Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

#### EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

- Extração, transporte, Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.
- O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

#### CONTROLE

##### CONTROLE DA EXECUÇÃO

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de  $\pm 2\%$  em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m<sup>2</sup> de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação,  $GC > 100\%$ , serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

#### CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

- $\pm 10$ cm, quanto à largura da plataforma;
- até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;
- $\pm 10\%$ , quanto a espessura do projeto da camada.

#### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

- A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

### 3.3.6. BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE

#### OBJETIVO



Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

#### MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo:

P E N E I R A S		F A I X A			
	Mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 - 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

– a fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

– a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

– o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e, com a energia do método DNER-ME 48-64.

O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja à fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

#### EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

- motoniveladora pesada, com escarificador;
- carro-tanque distribuidor de água;
- rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
- grade de discos;
- pulvi-misturador
- central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

#### EXECUÇÃO

Compreende as operações fornecimento, espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais utilizados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado  $\pm 2$  %.

#### CONTROLE

Após a execução do reforço da sub-base, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

- $\pm 10$  cm, quanto à largura da plataforma;
- até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm quando projetado acima de 10cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de  $\pm 2$  cm, em relação à espessura do projeto. No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

#### MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

### 3.3.7. IMPRIMAÇÃO

#### OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando :

- aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;
- promover condições de aderência entre a base e o revestimento;
- impermeabilizar a base.

#### MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m<sup>2</sup>, conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

#### EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

#### EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixa-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias. A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

#### MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

### 3.3.8. PINTURA DE LIGAÇÃO

#### OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

#### MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso:

- emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m<sup>2</sup>.

#### EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser

aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

#### EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

– para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, a fim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

#### MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### 3.3.9. CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

##### OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhada e comprimida à quente.

##### MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregados graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

##### LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos:

– cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

##### AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentosãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

– desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior;

– índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);

– durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

##### AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

##### MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

##### MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

##### COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada	% passando, em peso das faixas
---------------------------	--------------------------------

Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	± 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	± 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	± 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	± 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	± 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	± 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	± 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	± 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	± 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	± 2%
Betume solúvel no CS2 (+) %		4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	± 0,3%

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento. Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário.

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total.

deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 - 4,5	2,0 - 4,5

– as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

– as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

#### EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

#### DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

#### DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

#### USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de ± 5%) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

#### CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc.) não serão permitidos.

#### EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizas, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

#### EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições



de operacionalidade.

#### EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 □ 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

#### PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

#### TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados.

Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

#### DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5, para o alcatrão. Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a super-elevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

#### ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

#### INSPEÇÃO

##### LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de:

para cimento asfálticos:

- 01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;
- 01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);
- 01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;
- 01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;
- 01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra
- 01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

##### AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

- 02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);
- 01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);
- 01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m<sup>3</sup> (DNER-ME 086);
- 01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);
- 01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de trabalho (DNER-ME 083).

#### CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

#### CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, ± 0,3%, da fixada no projeto.

#### CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

#### CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

- do agregado, no silo quente da usina;
- do ligante, na usina;
- da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de □ 5 °C das temperaturas especificadas.

#### TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão. Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de  $\pm 5^\circ\text{C}$ .

#### CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas. Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-prova extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

#### ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de  $\pm 5\%$  em relação as espessuras de projeto.

#### ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estacas da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder  $\pm 5\text{cm}$ .

#### ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER -PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

#### CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 Bristish Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental com extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

Fica a construtora responsável pelo controle tecnológico das obras, devendo apresentar Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios em conformidade com as exigências normativas do DNIT.

#### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO/Aceitação

O concreto betuminoso será medido, em  $\text{m}^3$  através da mistura efetivamente aplicada na pista.

A fiscalização acompanhará execução e constantemente medirá os gabaritos (fotos abaixo), a fim de verificar as respectivas camadas. Nessa direção, com o fito de garantir a espessura de projeto (considerando a compactação), os gabaritos deverão estar com 6cm para camada de 5cm e 3 cm para foto de 2,5cm.

Fotos – verificação do gabarito (6cm para a camada de 5cm e 3cm para a camada de 2,5cm).

A fim de atestar a qualidade da camada betuminosa, e em conformidade com as normas do DNIT - ABNT, deverá ser acostada à planilha de medição, no mínimo, os seguintes Laudos de Controle Tecnológico para cada 100 metros de extensão de obra ou fração: 1- Ensaio de penetração – material betuminoso-; 2- Ensaio de Determinação do Teor do Betume; 3 - Ensaio de Adesividade – Resistência a Água e 4- Determinação de Espessura da Base e camada de Asfalto (retirada de corpo de prova).

#### PAGAMENTO

O concreto betuminoso será pago em metros cúbicos, após a medição do serviço executado, aos preços unitários propostos. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### 3.4. DRENAGEM PLUVIAL

##### OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo, poços de visita, e caixas de ligação destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

– Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

– Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou placas de concreto.

– Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

##### MATERIAL

##### TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-8890/2003. Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

##### MATERIAL DE REJUNTAMENTO

– Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro,



além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m².

– Critério de aceitação: o geotêxtil deverá ter a largura mínima de 30cm e transpasse no diâmetro de 30cm. Assim, a fim de racionalizar os trabalhos, bem como recursos naturais, deverá ser cortada nos seguintes comprimentos: {(f 0,4m, 1,30m); (f 0,6m, 2,20m); (f 0,8, 2,80m); (f 1,0m, 3,45m); (f 1,20m, 4,0m); (f 1,50m, 5,0m)}. A emenda deverá ser na parte superior da geratriz e a tubulação só deverá receber reaterro após o devido registro fotográfico do fiscal da obra.

– Argamassa de rejuntamento: Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

**MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA, de ligação E SAÍDAS**

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

#### **EQUIPAMENTO**

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Segue abaixo os equipamentos necessários: Caminhão basculante; Caminhão de carroceria fixa; Betoneira ou caminhão betoneira; Motoniveladora; Pá carregadeira; Rolo compactador metálico; Retroescavadeira ou valetadeira e Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

#### **EXECUÇÃO**

##### **GALERIAS**

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER-ES 284/97. Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-8890/2003.

A fim de evitar os danos (encaixe) na tubulação durante o descarrego (fotos 1 e 2), os tubos deverão ser descarregados com caminhão com grua ou Munck, conforme identificado na foto 3.

Foto 1 – Tubo danificado no descarrego Foto 2 – Parte do tubo

Foto 3 – Caminhão para descarrego

No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

**Critério de Rejeição ou Aceitação do alinhamento dos tubos**

Os tubos deverão estar perfeitamente alinhados de tal sorte que não existam sinuosidades.

**Tubulação REJEITADA (sinuosidade e falta de rejunte) Tubulação ACEITA**

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto. O assentamento dos tubos será feito sobre pranchas de madeira com comprimento mínimo de 3,0m, seção mínima (2,5cm;20cm).

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão ( $f_{ckmin}$ ), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos serão envoltas por um retalho de geotêxtil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa.

Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamento indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

**Critério de Rejeição ou Aceitação do espaçamento dos tubos**

O critério de aceitação do espaçamento deve atender é definido da seguinte maneira: 2% do diâmetro do tubo até o diâmetro de 800mm; 1,5% para diâmetros superiores.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO. A CONTRATADA só poderá reaterro as valas após o assentamento da tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

**Tubulação REJEITADA Tubulação ACEITA**

##### **BOCAS-DE-LOBO**

As bocas-de-lobo, as caixas de visita, as de ligação e as de saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobre largura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo. As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão ( $f_{ckmin}$ ), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher. A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5,0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão ( $f_{ckmin}$ ), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentada a tampa.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela

FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

#### CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carreados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores. As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto (prancha genérica drenagem)

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se a tampa de fundo pré-moldada em concreto armado (fck 18MPa; 7cm). As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da tampa de concreto. A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado no projeto (detalhe prancha genérica).

A tampa superior deverá ter dois tampões de concreto (f) 150mm executados conforme detalhe na prancha genérica.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação. Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

#### Sarjetas Revestidas de Concreto

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa. No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem. O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banquetas de material energicamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e o acabamento do concreto serão feitos mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida. A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

#### CONTROLE

##### CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

##### CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução. As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de  $\pm 10\%$  em relação à espessura de projeto.

#### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

- As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.
- No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

#### MEIO FIO

O meio fio será em peças pré-moldadas de concreto (fck mínimo 18MPa), ou moldado "in loco" por extrusão. O rejunte constituído de argamassa de cimento e areia média no traço 1:3.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

### 3.5. SINALIZAÇÃO VIÁRIA

#### OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal e vertical, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

#### DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

Sinalização vertical – É um conjunto de placas verticais de regulamentação que tem por finalidade transmitir aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias urbanas e rurais. Assim, o desrespeito aos sinais de regulamentação constitui infrações, previstas no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

#### 3.5.1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

##### CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMS.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

- local da aplicação, extensão e largura;
- dimensões das faixas;
- espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;
- outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

- a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;
- b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

#### MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio de acordo com a Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

- a) temperatura entre 10°C e 40°C;
- b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

A sua aplicação deve ser feita na proporção de:

- tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação. A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97. Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, após aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

- a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";
  - b) nome comercial e/ou numeração;
  - c) cor da tinta : branca ou amarela;
  - d) referência quanto a natureza química da resina;
  - e) data da fabricação;
  - f) prazo de validade;
  - g) identificação da partida de fabricação;
  - h) nome e endereço do fabricante;
  - i) quantidade contida no recipiente, em litros.
- Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

#### Tintas

O tipo de tinta empregada na sinalização horizontal:

– tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

#### Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

- 1,5mm de espessura - aplicado por "spray";
- 3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

#### Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

– "Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando se tornam expostas;

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

- Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.
- Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.
- Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.
- Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.
- Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.
- Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.
- Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.
- Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.
- Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm<sup>3</sup> e 2,6g/cm<sup>3</sup>, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.
- Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

#### Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão.

Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

#### Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura.

A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas. A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

Pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

#### 3.5.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL

##### CONDIÇÕES GERAIS – PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO :

Em conformidade com especificado na Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito –CONTRAN, ( Anexo - Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito ) as placas de regulamentação do objeto do presente pleito Licitatório são do tipo R1 – "Pare" e R19 – "Velocidade Permitida" – "40 Km/h". Assim, no que concerne a sua instalação e composição deverão obedecer a todas as determinações da citada resolução e as abaixo especificadas.

#### MATERIAL



Substrato: Cada chapa deverá ter no mínimo 270 gramas de zinco por metro quadrado, material encruado, semi manufaturação na espessura de 1,25mm, nº 18 conforme a norma NBR 11904.

Tratamento da Chapa: após corte e furação a chapa deverá ser desengraxada, recebendo pintura eletrostática em epóxi com secagem em estufa 160°C na face posterior (verso) da placa na cor preto fosco.

As chapas deverão apresentar boa aderência a fixação de películas refletivas ou películas vinílicas.

As chapas deverão apresentar durabilidade mínima de 7 (sete) anos.

Película refletiva com esferas inclusas – Tipo I-A –NBR-14644

As películas refletivas tipo I-A deverão a ser usadas para confecção de símbolos, letras, tarjas, orlas, e/ou revestimento de chapa). São constituídas tipicamente por lentes micro esferas, agregadas a uma resina sintética, espelhadas por filme metalizado e recobertas por um plástico transparente e flexível, que lhe confere uma superfície lisa e plana, que permite apresentar a mesma cor, que durante o dia quer a noite, quando observadas a luz dos faróis de um veículo.

Deverá ter valores mínimos de retrorrefletância descritas abaixo:

Ângulo de Observação	Ângulo de Entrada	Branca (Cd/lux/m2)	Vermelha (Cd/lux/m2)
0,2º	-4º	70	14
0,2º	+30º	30	6
0,5º	-4º	30	7,5
0,5º	+30º	15	3

Como os outros componentes da placa de sinalização a película deverá apresentar performance e durabilidade de no mínimo 7 (sete) anos.

Películas Não Refletivas Tipo IV- NBR-14644

São constituídos tipicamente por um filme plástico opaco e são destinados a produção de tarjas, legenda se símbolos, em placas de sinalização. As películas devem possuir um adesivo reativável ao calor ou a um ativador químico, resultando em adesão efetiva a superfície, ou um adesivo sensível a pressão, o qual é protegido por um filme siliconizado, de fácil remoção. É utilizada na cor preta e destinada a aplicação sobre superfície de películas tipo I-A. A durabilidade mínima com desempenho satisfatório será de 07(sete)anos, em exposição normal, vertical e estacionário.

#### Detalhes A

Placa- Parada obrigatória

"R-1 – PARE"

CORES:

Fundo: Vermelho Refletivo

Orla Interna: Branco Refletivo Imagem - 1

Orla Externa: Vermelho Refletivo

Letras: Branco Refletivo

Verso: Preto Fosco

LETRAS:

Tipos Helvética Médium, Arial,

Standard Alphabets for Highway Signs,

ou similar, texto centralizado Imagem - 2

Observação: No que tange ao dimensionamento, a placa de regulação R-1 é classificada como via urbana (lado = 0,35m; orla interna branca mínima – 0,028m; Orla externa mínima - 0,014m) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução (tabelas - página 29 e Apêndice de diagramação páginas 163 e 169).

#### Detalhes B

Placa - limite de velocidade

R-19 - 40 Km/h "

CORES:

Fundo: Branco

Orla: Vermelho Imagem -3 (ilustrativa)

Letra: Preto Velocidade da via urbana 40 Km/h

Algarismo: Preto

Símbolo: Preto

Verso: Preto Fosco

LETRAS:

Tipos Helvética Médium, Arial, Standard

Alphabets for Highway Signs, ou similar,

texto centralizado Imagem - 4

Observação: No que concerne ao dimensionamento, a placa de regulação R-19 como via urbana -demais vias- (diâmetro = 0,50m; tarja = 0,050m e orla = 0,050) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução ( tabelas - página 28 e Apêndice de diagramação páginas 165 e 192).

#### INSPEÇÃO

Controle da Execução

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

- a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;
- a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;
- a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.

O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:

- consumo dos materiais;
- espessura do material aplicado;
- tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;
- dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);
- linearidade das faixas;
- temperatura de aquecimento do material termoplástico;
- sinalização para o serviço de obras;
- atendimento ao projeto de sinalização;
- retrorrefletorização integral das faixas, sinais, etc...
- placas verticais em conformidade com o acima especificado.

#### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização (horizontal e vertical) serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m² e unidades de placas instaladas.

#### PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na execução da pintura acrílica de piso serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes da entrega definitiva da obra, a mesma deverá ser vistoriada pela Contratante através de seus profissionais responsáveis.

Qualquer alteração que se faça necessária para a viabilidade da execução em qualquer etapa da obra deverá ser consultada a Contratante, que por sua vez irá analisar as alterações propostas e, em caso de aceite, fornecerá autorização por escrito.

Nada mais havendo a apresentar, dá-se por concluído este memorial, que se compõe ainda de orçamento e cronograma físico-financeiro, além da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida pelo profissional abaixo assinado.

Schroeder, fevereiro de 2016.

Otoniel da Silva  
Arqº. Urbanista – CAU A60922-6

Oswaldo Jurck  
Prefeito de Schroeder

#### NOTIFICAÇÃO Nº 003/2016 - SECEL

NOTIFICAÇÃO Nº 003/2016 - SECEL

Processo Licitatório nº. 239/2015-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 112/2015-PMS

Fica a empresa RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.304.312/0001-69, estabelecida na Rua Amsterdam nº 891, Itoupavazinha, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.070-490, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 367/2015-PMS firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido o empenho de nº 1889, com número de Autorização de Fornecimento 503/2016, não efetuou a entrega dos produtos no prazo estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações.

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho A.F.	Produtos	Entrega do Empenho	Prazo limite desobedecido
1889 503/2016	Item 25 - BALANÇA MECÂNICA PEDIÁTRICA, CAPACIDADE DE 16 KG, BRANCA. Detalhes do produto: Estrutura em chapa de aço carbono; Capacidade para 16 kg; Divisões de 10 g; Pesagem mínima de 0,200 gramas; Concha anatômica em polipropileno de 540 x 300 mm injetada, anti germes; Pés reguláveis em borracha sintética; Régua em latão cromado; Cursor em aço inoxidável; Acabamento em tinta poliuretano; Homologada pelo INMETRO e aferida pelo IPEM. MARCA: WELMY. QUANTIDADE: 1 und.	19/04/16	09/05/16.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 31 de maio de 2016.

Alessandro Martins Vianna

Diretor Administrativo

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

A

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI

CNPJ nº. 21.304.312/0001-69.

(47) 3237-5550.



**ATA PREGÃO PRESENCIAL 38/2016-PMS (SEQUÊNCIA 04)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 38/2016 - PR</b>	
	Processo Administrativo: Processo de Licitação:	70/2016
	Data do Processo:	14/04/2016
		Folha: 1/12

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

aquisição de materiais de informática para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC,

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 78/2016 (Sequência: 4)**

Ao(s) 31 de Maio de 2016, às 09:00 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SCHROEDER

, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6154/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 70/2016, Licitação nº 38/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b></p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 38/2016 - PR</b></p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 70/2016 Data do Processo: 14/04/2016</p>
	<p>Folha: 2/12</p>

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se para etapa de lances conforme determinado no edital e em ata anteriormente. Os documentos serão analisados com data de 24 de maio de 2016, data da abertura do processo. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Não há representantes presentes na sessão. Constatando vencedora empresa DURALINE TECNOLOGIA LTDA. - EPP para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa DURALINE TECNOLOGIA LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora empresa INFOPLAN LTDA. - ME para o item 03, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa INFOPLAN LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O representante da empresa INFOPLAN LTDA. - ME pede desclassificação no item 04. Constatando vencedora empresa CEK INFORMÁTICA EIRELI - ME para o item 04, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa CEK INFORMÁTICA EIRELI - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora empresa COMP1 INFORMÁTICA LTDA. - EPP para o item 08, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa COMP1 INFORMÁTICA LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora empresa COMERCIAL VITÓRIA LTDA. - ME para o item 11, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa COMERCIAL VITÓRIA LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O representante da empresa DURALINE TECNOLOGIA LTDA. - EPP retirou-se da sessão. Constatando vencedora empresa MARCELO WEINRICH - EPP para o item 14, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MARCELO WEINRICH - EPP não apresentou Registro Comercial, documento exigido no item 7.1.11 sendo que o mesmo não foi apresentado de acordo com o edital na fase de credenciamento e não apresentou Alvará de Licença e Localização válido, sendo que no corpo do Alvará apresentado consta que o mesmo para ser válido deve ser apresentado juntamente com a Taxa da TLL autenticada e Alvará Sanitário este documento é exigido no edital no item 7.1.6, sendo assim a empresa MARCELO WEINRICH - EPP não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Diante do exposto será passado o item 14 para a segunda colocada a empresa REI DOS REIS COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJITA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. - EPP. O representante da empresa REI DOS REIS COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJITA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. - EPP pede desclassificação no item 14. Sendo passado o item 14 para a terceira colocada a empresa MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. - EPP. O representante da empresa MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. - EPP pede desclassificação no item 14. O item 15 foi cancelado devido a não ter empresas habilitadas. Constatando vencedora empresa MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. - EPP para o item 18, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora empresa TOP CENTER COMERCIAL LTDA. - ME para o item 19, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa TOP CENTER COMERCIAL LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. A representante da empresa COMERCIAL VITÓRIA LTDA. - ME pede desclassificação no item 21. Constatando vencedora empresa LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME para o item 36, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 41 foi cancelado devido a não ter empresas habilitadas. Constatando vencedora empresa REI DOS REIS COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJITA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. - EPP para o item 51, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa REI DOS REIS COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJITA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. - EPP apresentou CND Estadual vencida em 23/05/2016, em se tratando de empresa EPP a certidão foi verificada no site e a nova CND está de acordo com o edital, documento exigido no edital no item 7.1.2, sendo assim a empresa REI DOS REIS COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJITA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O representante da empresa INFOPLAN LTDA. - ME pede desclassificação no item 53. O representante da empresa REI DOS REIS COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJITA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. - EPP pede desclassificação no item 53. O item 53 será sorteado entre as empresas CEK INFORMÁTICA EIRELI - ME e LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME, sendo sorteada a empresa CEK INFORMÁTICA EIRELI - ME a qual fica vencedora do item 53. O representante da empresa COMP1 INFORMÁTICA LTDA. - EPP pede desclassificação no item 54. O representante da empresa REI DOS REIS COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJITA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. - EPP pede desclassificação no item 55. O item 57 foi cancelado devido valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. O representante da empresa COMP1 INFORMÁTICA LTDA. - EPP pede desclassificação no item 64. O representante da empresa COMP1 INFORMÁTICA LTDA. - EPP pede desclassificação no item 65. O representante da empresa REI DOS REIS COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJITA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. - EPP pede desclassificação no item 65. O representante da empresa MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. - EPP pede desclassificação no item 65. O representante da empresa TOP CENTER COMERCIAL LTDA. - ME pede desclassificação no item 65. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos aos licitantes vencedores. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata às empresas participantes.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 38/2016 - PR**

Processo Administrativo:

Processo de Licitação: 70/2016

Data do Processo: 14/04/2016

Folha: 3/12

**Participante: 11212 - CEK INFORMATICA EIRELI - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	<p>Notebook COM Windows e COM Pacote Office, Dual 1.7GHz, 4GB DDR, Tela 15.6", HD SSD</p> <p>Processador com dois núcleos físicos com clock interno: 1,7 GHz (cada núcleo), 3MB Cache;</p> <p>Memória DDR3 1333MHz 1x4GB;</p> <p>Disco rígido SSD de 120GB;</p> <p>Gravador de DVD+/-RW 8X SATA, ou poderá ser atendido por Gravador DVD+/-RW Externo USB (Incluído);</p> <p>Teclado Numérico embutido;</p> <p>BIOS Plug &amp; Play, desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou, este deve ter direitos (copyright) sobre essa BIOS, comprovados por meio de declaração fornecida pelo fabricante (anexar na proposta), vedado soluções em regime de OEM ou customizações de nomes, marcas ou inicialização. Os direitos (copyright) devem permitir ao fabricante alterações nas funcionalidades da BIOS, visando melhorias no desempenho e recursos do equipamento. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante. BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante. Placa Mãe: deve ser de desenho e propriedade do Fabricante, NÃO sendo aceitas soluções em regime OEM ou Customizações;</p> <p>Tela de LED, 15.6", Resolução 1366x768;</p> <p>Conectores/Portas: 03 portas USB 2.0, porta VGA, super vídeo ou HDMI, placa de rede 10/100Mbps conector RJ45, wireless 802.11b/g/n, placa de som integrada, teclado padrão ABNT2;</p> <p>Mini-Mouse óptico com cabo retrátil com dois botões com dispositivo de rolagem, 800dpi, USB, com MousePad de cor uniforme para mouse óptico e sem publicidade e com apoio ergonômico;</p> <p>Alimentação: Bateria Li-Ion com 4 células e fonte de energia 110/220V;</p> <p>Sistema Operacional Microsoft Windows Professional (PT-BR) 32/64bits na última versão, a licença deverá constar na nota fiscal;</p> <p>Software Office Home and Business 32/64bits FPP (Word, Excel, PowerPoint e Outlook) na última versão, a licença deverá constar na nota fiscal;</p> <p>Acessórios: cabos, conectores e todos os acessórios necessários para o funcionamento do notebook;</p> <p>Maleta de couro ou semelhante específica para transporte do notebook e seus acessórios</p>	UN	1,00		0,0000	4.550,00	4.550,00
12	<p>Caixas de Som USB 2.0 para Computador</p> <p>Alimentação USB, Conexão P2 3,5mm, Potência 1W RMS (0,5Wx2), Controle de Volume, Cor predominante escura.</p>	UN	50,00		0,0000	17,95	897,50
53	<p>Gravador de voz digital</p> <p>Microfone incorporado estéreo de alta sensibilidade e corte de ruído inteligente. Gravação e Reprodução em MP3.</p> <p>Visor LCD iluminado, Organização das gravações em pastas, 4GB memória interna, entrada para cartão micro SD, Início de gravação acionado por voz, Autonomia de bateria/pilha de 50 horas em gravação 128Kbps, Repetição A-B, Botões físicos (Gravar/Pausar/Parar e navegar para operações de apagar, proteger, dividir, mover e copiar arquivos, Controle de volume, A-B, Limpar), Entrada P2(3,5mm) para fone e microfone, Conexão USB com computador, Frequência de gravação a 192Kbps 75 - 20 000 Hz.</p>	UN	1,00		0,0000	385,00	385,00

**Total do Participante —>**

**5.832,50**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 38/2016 - PR

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 70/2016  
Data do Processo: 14/04/2016

Folha: 4/12

Participante: 12323 - INFOPLAN LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Notebook COM Windows e COM Pacote Office, Dual 1,7GHz, 4GB DDR, Tela 14", HD SSD Processador com dois núcleos físicos com clock interno: 1,7 GHz (cada núcleo), 3MB Cache; Memória DDR3 1333MHz 1x4GB; Disco rígido SSD de 120GB; Gravador de DVD+/-RW 8X SATA, ou poderá ser atendido por Gravador DVD+/-RW Externo USB (Incluído); BIOS Plug & Play, desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou, este deve ter direitos (copyright) sobre essa BIOS, comprovados por meio de declaração fornecida pelo fabricante (anexar na proposta), vedado soluções em regime de OEM ou customizações de nomes, marcas ou inicialização. Os direitos (copyright) devem permitir ao fabricante alterações nas funcionalidades da BIOS, visando melhorias no desempenho e recursos do equipamento. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante. BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante. Placa Mãe: deve ser de desenho e propriedade do Fabricante, NÃO sendo aceitas soluções em regime OEM ou Customizações; Tela de LED, 14"/14,1" (não poderá ser maior), Resolução 1366x768; Conectores/Portas: 03 portas USB 2.0, porta VGA, super vídeo ou HDMI, placa de rede 10/100Mbps conector RJ45, wireless 802.11b/g/n, placa de som integrada, teclado padrão ABNT2; Mini-Mouse óptico com cabo retrátil com dois botões com dispositivo de rolagem, 800dpi, USB, com MousePad de cor uniforme para mouse óptico e sem publicidade e com apoio ergonômico; Alimentação: Bateria Li-Ion com 4 células e fonte de energia 110/220V; Sistema Operacional Microsoft Windows Professional (PT-BR) 32/64bits na última versão, a licença deverá constar na nota fiscal; Software Office Home and Business 32/64bits FPP (Word, Excel, PowerPoint e Outlook) na última versão, a licença deverá constar na nota fiscal; Acessórios: cabos, conectores e todos os acessórios necessários para o funcionamento do notebook; Maleta de couro ou semelhante específica para transporte do notebook e seus acessórios	UN	2,00	LENOVO	0,0000	4.070,00	8.140,00
7	Monitor LED 18,5" 18,5" LED Widescreen Brilho: 200 cd/m², Resolução: 1366x768@60Hz, Tempo de resposta: 8ms, conector: VGA ou DVI, com cabo/adaptador para VGA, Consumo de Energia(máx): 30W, consumo em Standby(máx): 0,5W, Alimentação: 110/220V, Ângulo de Visão H90° V50°; Não será aceito monitor com 01 ou mais pixels queimados; Monitor deverá ser de cor predominante escura;	UN	10,00	AOC	0,0000	394,00	3.940,00
20	Caneta Data Show Para Slides Com 03 botões, "<", ">" (que acionam a troca de páginas do documento aberto ativo no equipamento conectado) e ativação da ponteira laser. Alcance de até 15 metros a partir do Receptor. Receptor USB Plug and Play sem necessidade de driver.	UN	8,00	FORCE LINE	0,0000	154,00	1.232,00
22	Pen Drive USB 3.0 Flash Drive 16GB Conector USB deverá ter proteção , plugado diretamente a memória Flash sem nenhum cabo.	UN	66,00	KINGSTON	0,0000	29,00	1.914,00
23	Mini Pen Drive USB 3.0 Flash Drive 32GB Conector USB deverá ter proteção , plugado diretamente a memória Flash sem nenhum cabo.	UN	17,00	KINGSTON	0,0000	59,00	1.003,00
30	Fonte ATX Fonte ATX, 01 conector Placa mãe 20+4pin, 01 conector ATX 4pin 12V, 02 conectores IDE (Molex), 02 conectores SATA, MTBF: 100.000h, 200W reais em operação contínua, 110/220V bivolt, 60Hz, Proteções: OVP(sobretensão), OPP(sobrecarga), SCP(curto-circuito), eficiência energética mínima de 70%;	UN	20,00	PCTOP	0,0000	59,90	1.198,00
35	Leitor de Smart Card USB - Leitor de Cartão e-CNPJ/e-CPF Compatível com cartões padrão ICP-Brasil como o e-CPF e e-CNPJ, cabo USB 1m, compatível com Windows XP/7, com mídia de Driver.	UN	10,00	OMNIKEY	0,0000	130,00	1.300,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 38/2016 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 70/2016  
 Data do Processo: 14/04/2016

Folha: 5/12

**Participante: 12323 - INFOPLAN LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
39	Placa de Rede Wifi PCI-E 1X com Perfil Normal e Low Profile Com antena externa Omni de no mínimo 2dBi, compatível com b/g/n. Midia de drivers para Windows XP/Vista/7/8 inclusa ou drivers disponíveis para download.	UN	2,00	INTELBRAS	0,0000	74,00	148,00
42	Access Point / Roteador Wireless 2.4GHz, 300Mbps 802.11b/g/n Com porta WAN RJ45 e 4 portas LAN RJ45. Caso tenha WPS, deve existir a opção para desativar. Em conformidade as normas IEEE802.11n, IEEE802.11g, IEEE802.11b, IEEE802.3, IEEE802.3u, IEEE802.3x. Criptografia WPA/WPA2 com TKIP/AES. Compartilhamento de Internet através de PPPoE, IP Dinâmico, IP Estático. Recursos Port Triggering, host DMZ, NAT e DHCP, Firewall com filtros de IP e MAC para liberar/bloquear, com 2 antenas destacáveis de 5dBi, potência de transmissão de 20 dBm(100mW), Controle de Banda, QoS, Tecnologia MIMO, Homologação da Anatel.	UN	4,00	INTELBRAS	0,0000	130,00	520,00
43	Estação de Retrabalho para SMD 320W Potência (220V), Controle Digital de Temperadora entre 160° e 480°, vazão de ar regulável de 5 até 20/min, certificação Inmetro, incluso bicos redondos de 2,5mm e 4,4mm e quadrados de 12x12mm e 15x15mm.	UN	1,00	HIKARI	0,0000	1.210,00	1.210,00
46	Cartucho original HP 11 Amarelo C4838A	UN	3,00	HP	0,0000	179,00	537,00
47	Cartucho original HP 11 Azul C4836A	UN	1,00	HP	0,0000	179,00	179,00
48	Cartucho original HP 11 Magenta C4837A	UN	2,00	HP	0,0000	179,00	358,00
49	Cartucho original HP 10 Preto C4844A	UN	3,00	HP	0,0000	179,00	537,00
50	Câmera Digital Compacta 16MP, Zoom 5x, 01 Cartão SD Classe 10 de 32GB, Adaptador USB Cartão SD 16 Megapixel, Monitor LCD 2.7", Zoom Óptico de 5x, Compatível com SD Memory Card, Estabilizador de Imagem, Detector de Rosto, Macro, Foco Automático, Foto Panorâmica, Redutor de Olhos Vermelhos, filmagem em HD 1280x720x30fps, Menu em Português, Entradas: Microfone e USB, Alimentação por Bateria recarregável, acompanha: Cabo USB, alça de transporte, Carregador da Bateria 220V, Câmera na coloração preta/cinza escuro, com capa, case para transporte com revestimento reforçado e alça de transporte. ACOMPANHA: 01 CARTÃO DE MEMÓRIA SD CLASSE 10 DE 32GB; ADAPTADOR USB DE CARTÃO SD;	UN	9,00	SONY	0,0000	590,00	5.310,00
55	Câmera Filmadora Veicular, 01 Cartão SD Classe 10 de 32GB, Adaptador USB Cartão SD Com LCD 2,5 Colorido, Conexão Mini USB, Entrada de Cartão SD até 32GB, Com suporte de ventosa, Botões para: Gravar/Parar, Menu de Configurações e Modo de Operação, Com infravermelho, Microfone, Autofalante, Bateria, Carregador Veicular, Modos de Gravação Full HD, HD, VGA, Gravação inicia automaticamente ao conectar o carregador veicular, Gravação deve ser cíclica, ou seja, quando acabar a memória do cartão SD, irá sobrescrever as gravações mais antigas, Na gravação do vídeo deverá demonstrar a data e hora; ACOMPANHA: 01 CARTÃO DE MEMÓRIA SD CLASSE 10 DE 32GB; ADAPTADOR USB DE CARTÃO SD;	UN	2,00	LEADERSHIP	0,0000	300,00	600,00
58	DVD Player, Suporte, Cabo HDMI Leitura de CD, CD RW, DVD,DVD+- R/RW, Reprodução de MP3, WMA, JPEG, DivX, Entrada USB Frontal, Saída para áudio analógico E/D, Vídeo Composto e HDMI, Sistema de Cores NTSC/PAL-M, Idioma Português, Controle Remoto, 220V. ACOMPANHA: Suporte de Parede, com peso suportado de aprox. 3kg, com ponteiros de contato anti-derrapante, compatível com DVD Player. Cabo HDMI Macho/Macho com 1,5m, de alto desempenho, conector banhado a ouro, 19 pinos conectores, com filtro LOUD, compatível com versão 1.0 a 1.4. Conectores de material Injetado de fábrica. Conectores de material Injetado de fábrica.	UN	1,00	PHILIPS	0,0000	275,00	275,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 38/2016 - PR**
**Processo Administrativo:**
**Processo de Licitação: 70/2016**
**Data do Processo: 14/04/2016**

Folha: 6/12

**Participante: 12323 - INFOPLAN LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
59	TV LED 40" Smart, Full HD, Antena Externa, Suporte Articulado Com Conversor Digital, Ajuste de contraste/brilho/cor/nitidez, Entrada de vídeo componente, áudio e vídeo, HDMI, USB Media Player, Leitura de arquivos MP4, RF para TV a Cabo e TV aberta (Digital e Analógico), Ângulo de Visão >170°. ACOMPANHA: Antena Externa VHF, UHF, FM e HDTV, Pré Montada com Suporte para fixação, e cabo pronto de conexão a TV com 10m. Suporte articulado de parede para TV até LCD/LED 50" VESA 200x200 300x300 400x400, afastamento da parede 20cm, inclinação horizontal 90°, inclinação vertical 10°; Em aço com pintura epóxi cor preta; Suporte de peso: 25kg;	UN	4,00	PANASONIC	0,0000	2.355,00	9.420,00
60	Suporte articulado de parede para TV até LCD/LED 50" VESA 75x75 a 400x400 Configuração mínima: afastamento da parede 20cm, inclinação horizontal 90°, inclinação vertical 10°; Em aço com pintura epóxi cor preta; Suporte de peso: 25kg; Som Portátil CD SD USB FM Potência 20W RMS, Entrada para CD, CD RW, USB, Auxiliar, Display numero da faixa/frequência radio, Alça para Transporte, Botões (Modo Operação, Volume, Frequência Radio, Pular Faixa Frente/Trás, Stop, Play/Pause.	UN	1,00	METAVILA	0,0000	147,50	147,50
64	Tablet Preto com Android 5 entre 9,6" e 10,1", Capa Case Teclado, Película Vidro, 4G Configuração Mínima: Android 5, Processador Quad Core Clock 1,2 GHz, Memória RAM de 2 GB, capacidade de armazenamento interno de 16GB expansível até 32 com cartão micro SD, Wireless 802.11 a/b/g/n dual band (2.4 e 5.8GHz), 4G, USB 2.0, Bluetooth 4.0, Teclas físicas na lateral para ligar/desligar/bloquear e volume, Microfone e alto-falante integrados, câmera traseira de 5MP autofocus e Frontal de 2M, com Geo-tagging, Tela com área entre 9,6 e 10,1 polegadas capacitiva multitouch resolução 1280x800, sensor de rotação de tela, GPS, carregador, com tensão de entrada 110/220 VAC e seleção automática de tensão de entrada, com bateria de no mínimo 6000mAh, peso máximo 490g, e acompanha: CAPA CASE TECLADO BLUETOOTH DE PROTEÇÃO PARA O TABLET, em couro sintético/ecológico ou semelhante, em cor escura PELÍCULA DE VIDRO TEMPERADO, de material de alta transparência, sem afetar o touch screen, As películas devem vir aplicadas perfeitamente. Não será aceito qualquer tipo de violação/alteração ao conteúdo do produto original.	UN	6,00	SAMSUNG	0,0000	1.970,00	11.820,00
65	Impressora Jato Tinta Térmico Portátil A4 com Bateria e Bluetooth 2.0 com Cartuchos Extras (03Preto,01Colorido) Impressão em rascunho até 22ppm preto e 18ppm cores, resolução preto até 600x600dpi, bateria para até 500 páginas impressas, ciclo mensal de até 500 páginas, bandeja para até 50folhas de papel, alimentação bivolt.	UN	6,00	HP	0,0000	1.399,00	8.394,00

**Total do Participante —>**
**58.182,50**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 38/2016 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 70/2016  
Data do Processo: 14/04/2016

Folha: 7/12

**Participante: 12325 - DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	<p>Computador Básico COM Windows e COM Pacote Office, Dual 3.0GHz, 4GB DDR, Monitor 21,5" com Regulagem de Altura e Pivô, Nobreak</p> <p>Processador com dois núcleos físicos com clock interno: 3,0 GHz (cada núcleo) 3MB de Cache com velocidade de acesso a memória de 1333 MHz;</p> <p>Memória DDR3 1600MHz 1x4GB;</p> <p>Disco rígido 500GB 7200RPM SATA III 6.0 Gbps 64MB Cache;</p> <p>Gravador de DVD+/-RW (na tonalidade do gabinete) 16x SATA;</p> <p>BIOS Plug &amp; Play, desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou, este deve ter direitos (copyright) sobre essa BIOS, comprovados por meio de declaração fornecida pelo fabricante (anexar na proposta), vedado soluções em regime de OEM ou customizações de nomes, marcas ou inicialização. Os direitos (copyright) devem permitir ao fabricante alterações nas funcionalidades da BIOS, visando melhorias no desempenho e recursos do equipamento. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante. BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante.</p> <p>Placa Mãe: deve ser de desenho e propriedade do Fabricante, NÃO sendo aceitas soluções em regime OEM ou Customizações; 06 portas USB 2.0 (2 frontais), 01 slot PCI-E X1 ou PCI-E X4, 01 slot PCI Express X16 V3.0, placa de rede 10/100/1000Mbps conector RJ45, placa de vídeo integrada saída VGA, DVI ou DisplayPort, placa de som integrada, suporte a Wake-on-LAN;</p> <p>Mouse Óptico do mesmo fabricante do microcomputador com dois botões com dispositivo de rolagem, 800dpi, USB, com MousePad de cor uniforme para mouse óptico e sem publicidade e com apoio ergonômico;</p> <p>Teclado do mesmo fabricante do microcomputador padrão ABNT2, USB, com tecla silenciosa, sem teclas multimídia, Power, Wake ou Sleep;</p> <p>Alimentação 110/220V automática, 50~60Hz, certificação 80 PLUS: eficiência energética mínima de 80%, PFC ativo;</p> <p>Gabinete slim Tool-less padrão Micro-ATX, com apoios de instalação vertical e horizontal;</p> <p>Sistema Operacional Microsoft Windows Professional (PT-BR) 32/64bits na última versão, a licença deverá constar na nota fiscal;</p> <p>Software Office Home and Business 32/64bits FPP (Word, Excel, PowerPoint e Outlook) na última versão, a licença deverá constar na nota fiscal;</p> <p>MONITOR 21,5": LED Widescreen Brilho: 250 cd/m², Resolução: 1920x1080@60Hz, Tempo de resposta: 8ms, conector: VGA, DVI ou DisplayPort, com cabo/adaptador compatível com o conector da placa de vídeo acima ofertada, Consumo de Energia(máx): 30W, consumo em Standby(máx): 0,5W, Alimentação: 110/220V (fonte interna no monitor), Ângulo de Visão H170° V160°, Tela Anti-Reflexiva, com regulagem de altura com no mínimo 11cm de elevação e pivô de 90°.</p> <p>NOBREAK 600VA: Tensão de entrada bivolt automático/50-60Hz; Saída nominal 115~120v/600VA/250W; Bateria interna selada; 06 tomadas(traseiras) padrão NBR 14136; Forma de onda Semi-senoidal; Acionamento do inversor &lt; 0,8ms; Auto Teste ao ligar; Proteções: Curto-circuito no inversor, Descarga total das baterias, Sub/sobretensão da rede elétrica, Surtos; Estabilizador Interno; Led(frontal) informativo das condições do nobreak: rede elétrica; modo inversor; carga de bateria; Alarme sonoro: nível de bateria no modo inversor; Função TRUE RMS; DC Start; Recarga automática da bateria, mesmo com nobreak desligado; Rede e inversor sincronizados; Rápido acionamento do Inversor; Aviso de quando a bateria precisa ser substituída; Comprimento do cabo de força mínimo de 1,4m; Botão Liga/Desliga com temporizador; Compatibilidade para</p>	UN	9,00	positivo	0,0000	4.800,00	43.200,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 38/2016 - PR**

Processo Administrativo:

Processo de Licitação: 70/2016

Data do Processo: 14/04/2016

Folha: 8/12

2	<p>Computador Básico SEM Windows e SEM Pacote Office, Dual 3.0GHz, 4GB DDR, Monitor 18,5", Nobreak</p> <p>Processador com dois núcleos físicos com clock interno: 3,0 GHz (cada núcleo) 3MB de Cache com velocidade de acesso a memória de 1333 MHz;</p> <p>Memória DDR3 1600MHz 1x4GB;</p> <p>Disco rígido 500GB 7200RPM SATA III 6.0 Gbps 64MB Cache;</p> <p>Gravador de DVD+/-RW (na tonalidade do gabinete) 16x SATA;</p> <p>BIOS Plug &amp; Play, desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou, este deve ter direitos (copyright) sobre essa BIOS, comprovados por meio de declaração fornecida pelo fabricante (anexar na proposta), vedado soluções em regime de OEM ou customizações de nomes, marcas ou inicialização. Os direitos (copyright) devem permitir ao fabricante alterações nas funcionalidades da BIOS, visando melhorias no desempenho e recursos do equipamento. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante. BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante.</p> <p>Placa Mãe: deve ser de desenho e propriedade do Fabricante, NÃO sendo aceitas soluções em regime OEM ou Customizações; 06 portas USB 2.0 (2 frontais), 01 slot PCI-E X1 ou PCI-E X4, 01 slot PCI Express X16 V3.0, placa de rede 10/100/1000Mbps conector RJ45, placa de vídeo integrada saída VGA, DVI ou DisplayPort, placa de som integrada, suporte a Wake-on-LAN;</p> <p>Mouse Óptico do mesmo fabricante do microcomputador com dois botões com dispositivo de rolagem, 800dpi, USB, com MousePad de cor uniforme para mouse óptico e sem publicidade e com apoio ergonômico;</p> <p>Teclado do mesmo fabricante do microcomputador padrão ABNT2, USB, com tecla silenciosa, sem teclas multimídia, Power, Wake ou Sleep;</p> <p>Alimentação 110/220V automática, 50~60Hz, certificação 80 PLUS: eficiência energética mínima de 80%, PFC ativo;</p> <p>Gabinete slim Tool-less padrão Micro-ATX, com apoios de instalação vertical e horizontal;</p> <p>MONITOR 18,5": LED Widescreen Brilho: 200 cd/m², Resolução: 1366x768@60Hz, Tempo de resposta: 8ms, conector: VGA ou DVI, com cabo/adaptador para VGA, Consumo de Energia(máx): 30W, consumo em Standby(máx): 0,5W, Alimentação: 110/220V, Ângulo de Visão H90° V50°;</p> <p>NOBREAK 600VA: Tensão de entrada bivolt automático/50-60Hz; Saída nominal 115~120v/600VA/250W; Bateria interna selada; 06 tomadas(traseiras) padrão NBR 14136; Forma de onda Semi-senoidal; Acionamento do inversor &lt; 0,8ms; Auto Teste ao ligar; Proteções: Curto-circuito no inversor, Descarga total das baterias, Sub/sobretensão da rede elétrica, Surtos; Estabilizador Interno; Led(frontal) informativo das condições do nobreak: rede elétrica; modo inversor; carga de bateria; Alarme sonoro: nível de bateria no modo inversor; Função TRUE RMS; DC Start; Recarga automática da bateria, mesmo com nobreak desligado; Rede e inversor sincronizados; Rápido acionamento do Inversor; Aviso de quando a bateria precisa ser substituída; Comprimento do cabo de força mínimo de 1,4m; Botão Liga/Desliga com temporizado; Compatibilidade para utilização com grupo gerador; Gabinete Metálico.</p> <p>CAIXAS DE SOM USB 2.0: Alimentação USB, Conexão P2 3,5mm, Potência 1W RMS (0,5Wx2), Controle de Volume, Cor predominante escura.</p>	UN	4,00	positivo	0,0000	3.350,00	13.400,00
---	--	----	------	----------	--------	----------	-----------

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 38/2016 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 70/2016  
 Data do Processo: 14/04/2016

Folha: 9/12

**Participante: 12325 - DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	Nobreak 600VA Tensão de entrada bivolt automático/50-60Hz; Saída nominal 115~120v/600VA/250W; Bateria interna selada; 06 tomadas(traseiras) padrão NBR 14136; Forma de onda Semi-senoidal; Acionamento do inversor < 0,8ms; Auto Teste ao ligar; Proteções: Curto-circuito no inversor, Descarga total das baterias, Sub/sobretensão da rede elétrica, Surto; Estabilizador Interno; Led(frontal) informativo das condições do nobreak: rede elétrica; modo inversor; carga de bateria; Alarme sonoro: nível de bateria no modo inversor; Função TRUE RMS; DC Start; Recarga automática da bateria, mesmo com nobreak desligado; Rede e inversor sincronizados; Rápido acionamento do Inversor; Aviso de quando a bateria precisa ser substituída; Comprimento do cabo de força mínimo de 1,4m; Botão Liga/Desliga com temporizador; Compatibilidade para utilização com grupo gerador; Gabinete Metálico;	UN	27,00	nhs	0,0000	300,00	8.100,00
6	Monitor LED 21,5" Com Regulagem de Altura e Pivô 21,5" LED Widescreen Brilho: 250 cd/m², Resolução: 1920x1080@60Hz, Tempo de resposta: 8ms, conector: VGA ou DVI, com cabo/adaptador para VGA, Consumo de Energia(máx): 30W, consumo em Standby(máx): 0,5W, Alimentação: 110/220V (fonte interna no monitor), Ângulo de Visão H170° V160°, Tela Anti-Reflexiva, com regulagem de altura com no mínimo 11cm de elevação e pivô de 90°; Não será aceito monitor com 01 ou mais pixels queimados; Monitor deverá ser de cor predominante escura;	UN	11,00	positivo	0,0000	650,00	7.150,00

**Total do Participante —→ 71.850,00**
**Participante: 12389 - REI DOS REIS COM. ATACADISTA DE EQUIP. DE INF.LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
51	Câmera Automática Semi Profissional 16.1MP, Zoom 65x, Bateria Extra, 02 Cartão SD Classe 10 de 64GB, Adaptador USD Cartão SD, Microfone Externo, Tripé de Suporte, Bolsa de transporte Zoom Óptico de 65x com lente angular e estabilizador óptico de imagem. Captura de filmes em Full HD 1920x1080/60fps e em Câmera Lenta. Captura de Fotos em proporção 16:9; 3:2; 4:3. Gravação em JPEG, RAW, MP4. Focagem de 0mm a infinito. Visor LCD Giratório de 3". Saída de Vídeo Analógica e Digital HDMI. Entrada de microfone externo 3,5mm. Idioma de operação Português. Sapata para Flash externo. Fonte de Energia a Bateria. Conexão Wifi. Visor Ocular. Função HDR. Escala ISO 100-3200. Flash Embutido. ACOMPANHA: CARREGADOR DE BATERIA; TAMPÃO DA LENTE; ALÇA PARA PESCOÇO; BATERIA DA PRÓPRIA CÂMERA E 01 BATERIA EXTRA ORIGINAL; 02 CARTÃO DE MEMÓRIA SD CLASSE 10 DE 64GB; ADAPTADOR USB DE CARTÃO SD; MICROFONE EXTERNO: conexão 3,5mm(estéreo) captação unidirecional (120°, 90°) com espuma "corta-vento"; frequência de 40 a 18000Hz, alimentação por pilha ou bateria que deve acompanhar, encaixe padrão para sapatas de câmera SLR, com estabilização e amortecedores emborrachados para amenizar ruídos e impactos durante filmagem, impedância de 200ohm; TRIPE: Em alumínio, com suporte universal destacável para câmera, cabeça de movimento tipo semi hidráulica nos movimentos vertical e horizontal, suporte para auxiliar na mudança de posição com travas, manivela para mudança de altura, trava central para os pés do tripé, pés em borracha. Rotação horizontal 360°, Rotação Vertical 180°. Altura fechado aproximada 0,70m, altura aberto aproximada 1,72, Pedestal com ganho para contrapeso, Pernas com 3 seções com travas tipo flip. BOLSA DE TRANSPORTE compacta com interior forrado com material macio, compartimento extra para guardar cabos, baterias, cartão de memória, com alça de mão e alça de ombro ajustável e removível.	UN	1,00		0,0000	3.718,00	3.718,00

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>  <b>CNPJ: 83.102.491/0001-09</b> <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 38/2016 - PR</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 70/2016</b> <b>Data do Processo: 14/04/2016</b>

Folha: 10/12

**Participante: 12389 - REI DOS REIS COM. ATACADISTA DE EQUIP. DE INF.LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
52	Câmera Automática Semi Profissional 16.1MP, Zoom 65x, 01 Cartão SD Classe 10 de 32GB, Adaptador USD Cartão SD, Tripé de Suporte, Bolsa de transporte Zoom Óptico de 65x com lente angular e estabilizador óptico de imagem. Captura de filmes em Full HD 1920x1080/60fps e em Câmera Lenta. Captura de Fotos em proporção 16:9; 3:2; 4:3. Gravação em JPGE, RAW, MP4. Focagem de 0mm a infinito. Visor LCD Giratório de 3". Saída de Vídeo Analógica e Digital HDMI. Entrada de microfone externo 3,5mm. Idioma de operação Português. Sapata para Flash externo. Fonte de Energia a Bateria. Conexão Wifi. Visor Ocular. Função HDR. Escala ISSO 100-3200. Flash Embutido. ACOMPANHA: CARREGADOR DE BATERIA; TAMPÁ DA LENTE; ALÇA PARA PESCOÇO; BATERIA DA PRÓPRIA CÂMERA; 01 CARTÃO DE MEMÓRIA SD CLASSE 10 DE 32GB; ADAPTADOR USB DE CARTÃO SD; TRIPE: Em alumínio, com suporte universal destacável para câmera, cabeça de movimento tipo semi hidráulica nos movimentos vertical e horizontal, suporte para auxiliar na mudança de posição com travas, manivela para mudança de altura, trava central para os pés do tripé, pés em borracha. Rotação horizontal 360°, Rotação Vertical 180°. Altura fechado aproximada 0,70m, altura aberto aproximada 1,72, Pedestal com ganho para contrapeso, Pernas com 3 seções com travas tipo flip. BOLSA DE TRANSPORTE compacta com interior forrado com material macio, compartimento extra para guardar cabos, baterias, cartão de memória, com alça de mão e alça de ombro ajustável e removível.	UN	5,00		0,0000	3.340,00	16.700,00
56	Tripé Telescópico para Camera Em alumínio, com suporte universal destacável para câmera, suporte para auxiliar na mudança de posição com travas, manivela para mudança de altura, trava central para os pés do tripé, pés em borracha. Rotação horizontal 360°, Rotação Vertical 180°. Altura fechado aproximada 0,70m, altura aberto aproximada 1,60. Scanner de Mão Portátil Largura do sensor de imagem 217 mm; Resolução de digitalização: 300dpi, 600dpi e 900dpi ou superior; Máximo de 15s para digitalização A4 em qualidade máxima; Digitalizar para JPG ou PDF, modo color ou preto/branco; Entrada Micro SD; LCD visor de status da digitalização colorido, com possibilidade de visualização do material digitalizado; Alimentação por bateria ou pilha; Roletes de guia na parte inferior; Acompanha software para conversão em documentos editáveis, reconhecimento de caracteres e compactação de PDF; Botões físicos para Ligar, Digitalizar, Resolução e Visualização do Material digitalizado.	UN	2,00		0,0000	199,00	398,00

**Total do Participante —> 20.816,00****Participante: 12658 - COMERCIAL VITORIA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
11	Microfone de mesa para computador com base de suporte Conexão P2 3,5m.	UN	3,00	Leadership / 4440	0,0000	22,80	68,40
13	Fone de Ouvido Multimídia Com controle de volume; Microfone com haste flexível; Cabo do áudio de 1,8m, 2 conectores (fone/microfone) P2 (3,5mm), Falante/Driver 40mm, frequência de resposta 20Hz-20kHz.	UN	50,00	Leadership / 3969	0,0000	34,50	1.725,00
16	Mouse USB 2.0 Mouse Óptico com dois botões com dispositivo de rolagem que pode ser utilizado como 3º botão, 800dpi, design confortável e ergonômico, para destros ou canhotos, Cabo com 1,8m, certificações: RoHS, CE, FCC.	UN	58,00	K-Mex / MO-M833	0,0000	26,50	1.537,00
17	Mini-Mouse Óptico com cabo retrátil Mini-Mouse óptico com cabo retrátil com dois botões com dispositivo de rolagem, 800dpi, USB;	UN	4,00	C3Tech / MS3208-2	0,0000	21,99	87,96
45	Bateria CR2032 3V	UN	45,00	Elgin / CR2032	0,0000	1,95	87,75

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 38/2016 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 70/2016  
Data do Processo: 14/04/2016

Folha: 11/12

**Participante: 12658 - COMERCIAL VITORIA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
61	Som Portátil CD SD USB FM Potência 20W RMS, Entrada para CD, CD RW, USB, Auxiliar, Display numero da faixa/frequência radio, Alça para Transporte, Botões (Modo Operação, Volume, Frequencia Radio, Pular Faixa Frente/Trás, Stop, Play/Pause.	UN	3,00	Multilaser / Boombox	0,0000	298,94	896,82

**Total do Participante —> 4.402,93**

**Participante: 13247 - MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
18	MousePad Ergonômico em Gel Cor predominantemente preta, ideal para mouse óptico, com apoio ergonômico preenchido em gel.	UN	125,00	MULTILASER AC021	0,0000	19,90	2.487,50

**Total do Participante —> 2.487,50**

**Participante: 13356 - COMP1 INFORMATICA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	Memória DDR-400 1x1GB	UN	10,00	MarkvisionKMM	0,0000	100,00	1.000,00
9	Memória DDR2-800 1x2GB	UN	23,00	MarkvisionMVI	0,0000	130,00	2.990,00
10	Memória DDR3-1333 1x4GB	UN	9,00	MarkvisionMVD	0,0000	153,50	1.381,50

**Total do Participante —> 5.371,50**

**Participante: 13357 - LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
36	Leitor de Cartões Universal Conexão por porta externa USB 2.0, Luz LED indicadora do estado de uso, Compatível do Windows XP até Windows 10, Leitura de Cartões SD, Micro SD	UN	6,00		0,0000	45,00	270,00
54	WebCam USB 1.3 Megapixel real Botão de snapshot, LED Noturno, USB 2.0, Cabo USB 1m, Foco ajustável. Compatível com Windows XP (32 bits)/Vista/7 (32 e 64 bits)/8 (32 e 64 bits).	UN	5,00		0,0000	55,00	275,00

**Total do Participante —> 545,00**

**Participante: 13358 - TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
19	Projeto Video XGA - Datashow Projeto Bivolt Automático, Resolução XGA (1024x768), 3000 ANSI Lumens, Aspecto de Imagem 4:3, Entradas(1xVGA, Video Composto RCA, S-Video, HDMI, USB B Display, USB A Memória), Vida útil da lâmpada de aproximadamente 5000 horas em Normal ou Alto Brilho, Correção Trapézio Vertical e Horizontal, Lente com regulagem de foco e zoom, controle remoto, Métodos de Projeção: Teto/Frontal/Traseiro, Idioma do Menu em Português, SinalDigital: 480, 720, 1080, Compatibilidade de Video: NTSC, PAL, SECAM, Cabo VGA.	UN	2,00		0,0000	2.700,00	5.400,00
24	HD 3,5" Interno 500GB 7200RPM SATA III 6.0Gbps 64MB Cach	UN	11,00		0,0000	284,50	3.129,50
25	HD 2,5" SSD 120GB Interno SATA III 6.0Gbps	UN	4,00		0,0000	330,00	1.320,00
27	HD Externo Portátil 1TB USB 3.0 HD com 5.400RPM, compatível com USB 2.0, alimentação de energia através de cabo USB.	UN	4,00		0,0000	375,00	1.500,00
28	HD Interno 2TB SATA 3Gbps HD com 7200RPM, 64MB Buffer	UN	3,00		0,0000	595,00	1.785,00

**Total do Participante —> 13.134,50**

**Total Geral —> 182.622,43**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 38/2016 - PR**

Processo Administrativo:

Processo de Licitação:

**70/2016**

Data do Processo:

**14/04/2016**

Folha: 12/12

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 31 de Maio de 2016

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- ..... - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Equipe de Apoio
Natália Kersten Brumuller	- ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

MÁRCIO JORGENSEN	- ..... - Representante
CESAR AUGUSTO DE PAULA	- ..... - Representante
GEISON ALEXANDRE LOPES	- ..... - Representante
GILVANA MARIA RIGO RAFAELLI	- ..... - Representante
EVANDRO DA SILVA	- ..... - Representante
LEANDRO MARCONI HOLTZ	- ..... - Representante
ROBERTO TROMM	- ..... - Representante
EVANDRO JOSÉ PASQUALI	- ..... - Setor Solicitante



## RGF - 1º QUADRIMESTRE 2016

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.247.807,72	0,00
Pessoal Ativo	23.185.350,37	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	30.817,35	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	31.640,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	23.247.807,72	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	41.395.414,45	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	23.247.807,72	56,16
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	24.837.248,67	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	23.595.386,24	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	22.353.523,80	54,00
FONTE:		

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC - PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	22.178.135,86	0,00
Pessoal Ativo	22.115.678,51	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	30.817,35	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	31.640,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	22.178.135,86	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	VALOR	% SOBRE A RCL
	41.395.414,45	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + III b)	22.178.135,86	53,58
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	22.353.523,80	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	21.235.847,61	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	20.118.171,42	48,60
FONTE:		

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>0,10</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,10	0,00	0,00	0,00
Interna	0,10	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>5.993.133,67</b>	<b>9.006.197,25</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.993.133,67	10.246.741,47	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	3.429,01	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	1.243.973,23	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-5.993.133,57</b>	<b>-9.006.197,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>40.058.278,08</b>	<b>41.395.414,45</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-14,96%	-21,76%		0,00%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>48.069.933,70</b>	<b>49.674.497,34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>43.262.940,33</b>	<b>44.707.047,61</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>0,10</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,10	0,00	0,00	0,00
Interna	0,10	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	69.262,11	553.350,89	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17.698,00	9.454.262,38	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

**MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL DE 2016**

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (I)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>40.108.212,43</b>	<b>41.395.414,45</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>8.823.806,73</b>	<b>9.106.991,18</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>7.941.426,06</b>	<b>8.196.292,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (V)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

**MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,10</b>	<b>0,10</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,10	0,10
Interna	0,10	0,10
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,10	0,10
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>41.395.414,45</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,10</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>6.623.266,31</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>5.960.939,68</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>2.897.679,01</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,10</b>	<b>0,00</b>

FONTE:



**MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")										RS 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	(d)	(e)				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
										(b)
	(a)									
Alienação de Bens Destinados a Outros Programas Alimentação de Bens Destinados a Programas de Saúde Atenção Básica Atenção de Alta e Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar Atenção de Média e Alta Comp Amb Hos Estado Atenção de Média e Alta Comp Amb Hos Estado - Exercício Anterior Atenção de Média e Alta Comp Amb Hos União Benefício de Prestação Continuada - BPC/SUAS Federal Companhia de Águas Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE Convênio de Trânsito - Civil Convênio de Trânsito - Civil - Ex. Anterior Convênio Trânsito - Militar Convênio Trânsito - Prefeitura ESF ESTADUAL (CO-FINANCIAMENTO) ESF ESTADUAL (CO-FINANCIAMENTO) Exercício Anterior FIA Demais Recursos FIA Demais Recursos - Exercício Anterior FIA Imposto de Renda FIA Imposto de Renda - Exercício Anterior Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Cor Média Complexidade (Estado) Média Complexidade (Estado) Ex. Anterior NASF ESTADUAL NASF FEDERAL OUTRAS ESPECIFICAÇÕES Outras Receitas Não Primária Outras Transferências de Rec.FNAs - Ex. Ant	330,96 31.933,50 194.801,09 5.985,12 212,11 3.114,50 844,10 0,94 1.609.974,32 44.541,90 50.803,56 88.836,86 73.997,76 80.080,21 37.953,32 137.414,25 280,49 9.406,27 16.993,61 98.311,42 0,00 1.051,48 367,61 18.815,23 22.564,46 52.304,23 1.949,00 1.990,66	0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 2.239,60 14.528,43 0,94 0,00 0,00 239,70 0,00 19,00 863,68 220,75 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 177,60 882,42 0,00 1.100,94 0,00	330,96 31.933,50 194.801,09 5.985,12 212,11 697,30 (14.566,75) 0,00 1.608.873,38 44.541,90 50.563,86 88.836,86 73.978,76 79.216,53 37.732,57 137.282,25 280,49 9.406,27 16.993,61 97.663,63 (1.074,00) 1.051,48 (5.134,46) 13.379,87 21.281,53 47.340,00 1.064,00 1.430,66	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 1.248.193,54 0,00 350,00 0,00 0,00 0,00 0,00 102,05 35.200,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 29.460,99 0,00 0,00 7.961,23 0,00 0,00 7.155,72 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00		

Continua 1/4

**MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/4  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social	108,28	0,00	0,00	0,00	0,00	108,28	0,00	0,00
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	28.862,39	0,00	0,00	0,00	0,00	28.862,39	0,00	0,00
Piso Básico Fixo	11.265,43	0,00	0,00	0,00	0,00	11.265,43	0,00	0,00
Piso Básico Fixo	0,00	0,00	387,20	0,00	0,00	(387,20)	10.559,50	0,00
Piso Básico Fixo - Ex. Anterior	10.515,30	0,00	0,00	0,00	230,70	10.284,60	10.266,10	0,00
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	625,27	0,00	0,00	0,00	0,00	625,27	0,00	0,00
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Ex. Ant.	115,09	0,00	0,00	0,00	0,00	115,09	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	26.483,82	0,00	10.904,24	0,00	0,00	15.579,58	3.815,06	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	976,33	0,00	0,00	0,00	0,00	976,33	0,00	0,00
Programa Sentinela	35.973,71	0,00	2.136,00	0,00	24,60	33.813,11	25.897,19	0,00
Recursos Imposos e Transferências de Impostos - Saúde	26.936,48	0,00	0,00	0,00	0,00	26.936,48	0,00	0,00
Recurso Federal - ACS	1.635,18	0,00	0,00	0,00	0,00	1.635,18	0,00	0,00
Salário Educação	203.202,55	0,00	21.975,83	0,00	1.569,59	179.657,13	42.196,40	0,00
Sistemas de Águas do Município	279.044,48	0,00	20.508,52	0,00	17.372,41	241.163,55	476.767,13	0,00
Transferências de Convênios-União/Outros (não relacionados à educação)	64.346,59	0,00	0,00	0,00	0,00	64.346,59	107.916,52	0,00
Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado.	18.627,60	0,00	5.782,39	0,00	0,00	12.845,21	13.037,50	0,00
Transferência PAB	256.372,65	0,00	7.561,69	0,00	179,79	248.631,17	22.098,38	0,00
Transferências de Convênios - Educação	235.016,80	0,00	0,00	0,00	0,00	235.016,80	3.032.065,30	0,00
Transferências de Convênios - Educação - Ex. Ant.	152.898,95	0,00	0,00	0,00	0,00	152.898,95	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Educação	1.083,58	0,00	0,00	0,00	0,00	1.083,58	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Outros	744.516,63	0,00	0,00	0,00	0,00	744.516,63	1.472.576,09	0,00
Transferências de Convênios - União/Outros - Ex. Ant.	67.008,32	0,00	0,00	0,00	0,00	67.008,32	57.655,79	0,00
Transferências de Convênios - União/Saúde	281.602,88	0,00	0,00	0,00	0,00	281.602,88	0,00	0,00
Transferências do Estado para Assistência Social	1.450,97	0,00	0,00	0,00	0,00	1.450,97	0,00	0,00
Transferências do Estado para Assistência Social - Ex. Ant.	88.172,83	0,00	2.259,00	0,00	0,00	85.913,83	3.401,20	0,00
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - 40% (aplicação em outras)	95.182,83	0,00	0,00	0,00	0,00	95.182,83	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - 60% (aplicação na remuneração)	76,17	0,00	152.661,25	0,00	136.940,83	(289.525,91)	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	7.577,50	0,00	3.033,90	0,00	0,00	4.543,60	8.943,82	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Exercício	15,96	0,00	0,00	0,00	0,00	15,96	0,00	0,00

Continua 2/4

**MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/4

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Vigilância em Saúde	59.975,16	0,00	2.429,90	0,00	0,00	57.545,26	6.224,91	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	5.284.528,69	0,00	263.781,68	0,00	162.932,60	4.857.814,41	6.621.844,42	0,00	0,00
Alienação de Bens Destinados a Outros Programas Alienação de Bens Dest a Outros Progr - Ex. Anter Benefício de Prestação Continuada - BPC/SUAS Federal - Ex. An Bolsa Família Contribuição Custeio Serviços de Iluminação Pública - COSIP Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Cor Recostas de Impostos e Transf.de Impostos - Educação Recostas Impostos - ACS Recostas Impostos - ESF Recostas Impostos - SB Recostas Impostos e Transf.de Impostos - Saúde RECURSOS ORDINÁRIOS Recursos Ordinários Recursos Ordinários - Ex. Anterior Taxa de Coleta de Lixo	1.735,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.735,88	0,00	0,00	0,00
	72.122,68	0,00	0,00	0,00	0,00	72.122,68	14.255,00	0,00	0,00
	40,50	0,00	40,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	15.641,39	0,00	3.097,80	0,00	0,00	12.543,59	110,00	0,00	0,00
	282.302,07	0,00	10.500,00	0,00	142,10	271.659,97	31.970,61	0,00	0,00
	7.913,38	0,00	0,00	0,00	829,51	7.083,87	3.523,50	0,00	0,00
	432.195,63	0,00	39.234,07	0,00	25.092,00	367.869,56	65.176,35	0,00	0,00
	0,00	0,00	7.207,68	0,00	5.935,17	(13.142,85)	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	48.975,42	0,00	63.743,16	(112.718,58)	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	4.219,64	0,00	5.104,19	(9.323,83)	0,00	0,00	0,00
	218.578,45	0,00	79.388,25	0,00	43.627,23	95.562,97	164.577,62	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.483,08	0,00	0,00
	1.543.678,09	0,00	197.619,39	0,00	194.260,63	1.151.798,07	1.070.008,58	0,00	0,00
1.757.487,87	0,00	490.057,71	0,00	44.108,27	1.223.321,89	700.322,06	0,00	0,00	
630.516,84	0,00	99.851,09	0,00	7.576,03	523.089,72	727.991,16	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	4.962.212,78	0,00	980.191,55	0,00	390.418,29	3.591.602,94	2.832.417,96	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	10.246.741,47	0,00	1.243.973,23	0,00	553.350,89	8.449.417,35	9.454.262,38	0,00	0,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 3/4

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 4/4  
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 1º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida		41.395.414,45
DESPESAS COM PESSOAL		% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		56,16
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>		60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>		57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-21,76
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		120,00
GARANTIA DE VALORES		% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	9.454.262,38	8.449.417,35

FONTE:

## RREO - 2º BIMESTRE 2016

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>60.336.929,92</b>	<b>60.336.929,92</b>	<b>9.366.649,65</b>	<b>15,52</b>	<b>15.986.462,83</b>	<b>44.350.467,09</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>48.159.758,42</b>	<b>48.159.758,42</b>	<b>8.095.738,37</b>	<b>16,81</b>	<b>14.715.551,55</b>	<b>33.444.206,87</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.925.876,11	5.925.876,11	2.516.481,21	42,47	2.848.263,41	3.077.612,70
IMPOSTOS	4.105.000,00	4.105.000,00	1.706.307,92	41,57	1.985.891,82	2.119.108,18
TAXAS	1.435.876,11	1.435.876,11	810.173,29	56,42	862.371,59	573.504,52
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	385.000,00	385.000,00	0,00	0,00	0,00	385.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	820.000,00	820.000,00	228.551,68	27,87	405.796,92	414.203,08
CONTRIB PÍCUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	820.000,00	820.000,00	228.551,68	27,87	405.796,92	414.203,08
RECEITA PATRIMONIAL	597.640,00	597.640,00	128.454,72	21,49	236.235,38	361.404,62
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	597.640,00	597.640,00	128.454,72	21,49	236.235,38	361.404,62
RECEITA AGROPECUÁRIA	150.000,00	150.000,00	10.584,06	7,06	15.581,57	134.418,43
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	150.000,00	150.000,00	10.584,06	7,06	15.581,57	134.418,43
RECEITA DE SERVIÇOS	2.700.000,00	2.700.000,00	443.595,11	16,43	819.336,56	1.880.663,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36.186.722,92	36.186.722,92	4.600.090,22	12,71	10.087.701,31	26.099.021,61
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	35.344.102,92	35.344.102,92	4.561.024,62	12,90	9.953.141,62	25.390.961,30
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	253.100,00	253.100,00	16.000,00	6,32	16.000,00	237.100,00
TRANSF. DE PESSOAS	15.220,00	15.220,00	0,00	0,00	0,00	15.220,00
TRANSF. DE CONV.	574.300,00	574.300,00	23.065,60	4,02	118.559,69	455.740,31
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.779.519,39	1.779.519,39	167.981,37	9,44	302.636,40	1.476.882,99
MULTAS E JUROS DE MORA	454.224,09	454.224,09	79.616,30	17,53	135.325,70	318.898,39
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	708.736,30	708.736,30	17.829,59	2,52	29.329,59	679.406,71
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	513.359,00	513.359,00	66.446,16	12,94	129.802,12	383.556,88
RECEITAS DIVERSAS	103.200,00	103.200,00	4.089,32	3,96	8.178,99	95.021,01
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>12.177.171,50</b>	<b>12.177.171,50</b>	<b>1.270.911,28</b>	<b>10,44</b>	<b>1.270.911,28</b>	<b>10.906.260,22</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	76.632,00	76.632,00	0,00	0,00	0,00	76.632,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	76.632,00	76.632,00	0,00	0,00	0,00	76.632,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.100.539,50	7.100.539,50	1.270.911,28	17,90	1.270.911,28	5.829.628,22
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	7.100.539,50	7.100.539,50	1.270.911,28	17,90	1.270.911,28	5.829.628,22
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>50.100,00</b>	<b>50.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.100,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>60.387.029,92</b>	<b>60.387.029,92</b>	<b>9.366.649,65</b>	<b>15,51</b>	<b>15.986.462,83</b>	<b>44.400.567,09</b>

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>60.387.029,92</b>	<b>60.387.029,92</b>	<b>9.366.649,65</b>	<b>15,51</b>	<b>15.986.462,83</b>	<b>26,47</b>	<b>44.400.567,09</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	60.387.029,92	60.387.029,92	9.366.649,65	15,51	15.986.462,83	26,47	44.400.567,09
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	3.642.696,80	—	—	1.168.957,84	—	—
Superávit Financeiro	—	3.642.696,80	—	—	1.168.957,84	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>60.336.929,92</b>	<b>67.812.724,34</b>	<b>13.569.773,31</b>	<b>22.890.715,70</b>	<b>44.922.008,64</b>	<b>7.807.952,65</b>	<b>13.436.453,32</b>	<b>54.376.271,02</b>	<b>12.192.480,09</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>43.602.154,95</b>	<b>44.503.914,93</b>	<b>7.266.997,03</b>	<b>14.619.347,70</b>	<b>29.884.567,23</b>	<b>6.693.132,74</b>	<b>12.004.494,67</b>	<b>32.499.420,26</b>	<b>11.277.451,82</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.544.509,41	25.577.742,70	3.712.553,20	7.306.352,64	18.271.390,06	3.714.247,64	7.299.574,94	18.278.167,76	6.894.417,76
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.957.645,54	18.826.172,23	3.554.443,83	7.312.995,06	11.513.177,17	2.978.885,10	4.704.919,73	14.121.252,50	4.383.034,06
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>16.560.774,97</b>	<b>23.134.809,41</b>	<b>6.302.776,28</b>	<b>8.271.368,00</b>	<b>14.863.441,41</b>	<b>1.114.819,91</b>	<b>1.431.958,65</b>	<b>21.702.850,76</b>	<b>915.028,27</b>
INVESTIMENTOS	16.360.274,97	22.934.309,41	6.302.776,28	8.271.368,00	14.662.941,41	1.114.819,91	1.431.958,65	21.502.350,76	915.028,27
INVERSOES FINANCEIRAS	50.500,00	50.500,00	0,00	0,00	50.500,00	0,00	0,00	50.500,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>174.000,00</b>	<b>174.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>174.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>174.000,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	174.000,00	174.000,00	0,00	0,00	174.000,00	0,00	0,00	174.000,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)		
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>50.100,00</b>	<b>50.100,00</b>	<b>6.217,94</b>	<b>11.224,71</b>	<b>38.875,29</b>	<b>6.217,94</b>	<b>11.224,71</b>	<b>38.875,29</b>	<b>11.224,71</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>60.387.029,92</b>	<b>67.862.824,34</b>	<b>13.575.991,25</b>	<b>22.901.940,41</b>	<b>44.360.883,93</b>	<b>7.814.170,59</b>	<b>13.447.678,03</b>	<b>54.415.146,31</b>	<b>12.203.704,80</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>60.387.029,92</b>	<b>67.862.824,34</b>	<b>13.575.991,25</b>	<b>22.901.940,41</b>	<b>44.360.883,93</b>	<b>7.814.170,59</b>	<b>13.447.678,03</b>	<b>54.415.146,31</b>	<b>12.203.704,80</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.538.784,80</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>60.387.029,92</b>	<b>67.862.824,34</b>	<b>13.575.991,25</b>	<b>22.901.940,41</b>	<b>—</b>	<b>7.814.170,59</b>	<b>15.986.462,83</b>	<b>—</b>	<b>12.203.704,80</b>

  

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO	
			No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	% (c/a)	(a - c)
	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)
<b>Receitas (Intra-Orçamentárias)</b>	<b>50.100,00</b>	<b>50.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.100,00</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>50.100,00</b>	<b>50.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.100,00</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	50.100,00	50.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.100,00
Contrib. p/custeio do serviço de Iluminação Pública Intra-Orçamentárias	50.100,00	50.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.100,00

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SCHROEDER - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	50.100,00	50.100,00	6.217,94	11.224,71	38.875,29	6.217,94	11.224,71	38.875,29	11.224,71
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.100,00	50.100,00	6.217,94	11.224,71	38.875,29	6.217,94	11.224,71	38.875,29	11.224,71

FONTE:

SCHROEDER, 31/05/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

RRERO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAI (e) =			
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	60.336.929,92	67.812.724,34	13.569.773,31	22.890.715,70	99,95	44.922.008,64	7.807.952,65	13.436.453,32	99,92	54,3	
	Legislativa	1.779.302,35	1.779.302,35	228.926,08	478.983,35	2,09	1.300.319,00	231.159,61	424.500,27	3,16	1,3
	Ação Legislativa	1.779.302,35	1.779.302,35	228.926,08	478.983,35	2,09	1.300.319,00	231.159,61	424.500,27	3,16	1,3
	Administração	5.728.632,00	6.213.101,00	668.698,43	1.963.349,72	8,57	4.249.751,28	733.221,63	1.426.708,39	10,61	4,7
	Administração Geral	5.410.732,00	5.884.991,00	626.006,41	1.838.998,44	8,03	4.045.992,56	685.909,93	1.332.038,21	9,91	4,5
	Normalização e Fiscalização	130.350,00	140.560,00	16.017,15	47.013,53	0,21	93.546,47	16.960,54	34.546,29	0,26	
	Assistência à Criança e ao Adolescente	187.550,00	187.550,00	26.674,87	77.337,75	0,34	110.212,25	30.351,16	60.123,89	0,45	1
	Segurança Pública	204.250,00	204.250,00	22.738,91	47.102,39	0,21	157.147,61	24.179,57	46.472,89	0,35	1
	Normalização e Fiscalização	40.000,00	40.000,00	434,00	833,00	0,00	39.167,00	434,00	833,00	0,01	
	Policimento	74.050,00	74.050,00	2.348,56	7.426,79	0,03	66.623,21	3.789,22	6.797,29	0,05	
	Defesa Civil	90.200,00	90.200,00	19.956,35	38.842,60	0,17	51.357,40	19.956,35	38.842,60	0,29	
	Assistência Social	2.023.450,00	2.233.390,18	362.236,89	561.361,15	2,45	1.672.029,03	220.465,36	374.083,36	2,78	1,8
	Assistência ao Idoso	70.500,00	70.500,00	0,00	0,00	0,00	70.500,00	0,00	0,00	0,00	
	Assistência ao Portador de Deficiência	32.200,00	32.200,00	0,00	0,00	0,00	32.200,00	0,00	0,00	0,00	
	Assistência à Criança e ao Adolescente	123.800,00	162.886,80	33.445,44	36.438,44	0,16	126.448,36	3.984,45	6.977,45	0,05	1
	Assistência Comunitária	1.796.950,00	1.967.803,38	328.791,45	524.922,71	2,29	1.442.880,67	216.480,91	367.105,91	2,73	1,6
	Saúde	13.694.287,80	13.836.083,72	1.399.192,43	2.978.268,01	13,00	10.857.815,71	1.470.011,08	2.728.083,73	20,29	11,1
	Administração Geral	415.600,00	415.600,00	59.505,04	122.807,07	0,54	292.792,93	59.505,04	122.807,07	0,91	2
	Atenção Básica	9.974.027,80	10.050.846,84	1.026.739,22	2.221.137,78	9,70	7.829.709,06	1.066.770,18	2.015.375,74	14,99	8,0
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.613.410,00	2.652.650,83	218.162,61	428.989,24	1,87	2.223.661,59	252.556,90	418.791,64	3,11	2,2
	Suporte Profilático e Terapêutico	456.000,00	472.236,05	67.165,76	149.537,36	0,65	322.698,69	63.924,17	121.537,63	0,90	3
	Vigilância Sanitária	147.750,00	153.750,00	19.444,69	38.600,30	0,17	115.149,70	19.109,64	34.106,39	0,25	1
	Vigilância Epidemiológica	87.500,00	91.000,00	8.175,11	17.196,26	0,08	73.803,74	8.145,15	15.465,26	0,12	
	Educação	15.551.267,72	19.339.778,34	5.597.465,63	7.878.657,27	34,40	11.461.121,07	2.645.583,82	4.654.424,81	34,61	14,6
	Administração Geral	195.250,00	219.250,00	81.534,44	108.681,21	0,47	110.568,79	31.205,90	54.761,33	0,41	1
	Ensino Fundamental	8.647.990,34	12.327.000,98	4.519.097,59	5.619.653,18	24,54	6.707.347,80	1.507.082,64	2.516.020,44	18,71	9,8
	Ensino Médio	217.240,00	217.240,00	36.455,29	62.208,24	0,27	155.031,76	62.208,24	62.208,24	0,46	1
	Ensino Profissional	120.000,00	120.000,00	0,00	28.502,64	0,12	91.497,36	14.251,32	21.376,98	0,16	
	Ensino Superior	180.000,00	156.000,00	14.551,47	29.435,99	0,13	126.564,01	14.551,47	29.435,99	0,22	1
	Educação Infantil	5.868.987,38	5.978.487,36	888.171,12	1.923.418,57	8,40	4.055.068,79	957.744,57	1.864.314,39	13,86	4,1

R\$ 1,00

.DO

(a-d)

76.271,02

54.802,08

54.802,08

86.392,61

52.952,79

06.013,71

27.426,11

57.777,11

39.167,00

67.252,71

51.357,40

59.306,82

70.500,00

32.200,00

55.909,35

00.697,47

07.999,99

92.792,93

35.471,10

33.859,19

50.698,42

19.643,61

75.534,74

85.353,53

64.488,67

10.980,54

55.031,76

98.623,02

26.564,01

14.172,97

ontinua 1/4

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Conti

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Educação	60.336.929,92	67.812.724,34	13.569.773,31	22.890.715,70	99,95	7.807.952,65	13.436.453,32	99,92
Educação de Jovens e Adultos	15.651.267,72	19.339.778,34	5.597.465,63	7.878.657,27	34,40	2.645.583,82	4.654.424,81	34,61
Educação Especial	10.000,00	10.000,00	706,53	1.362,60	0,01	706,53	1.362,60	0,01
Cultura	311.800,00	311.800,00	56.949,19	105.394,84	0,46	57.833,15	104.944,84	0,78
Cultura	610.750,00	610.750,00	77.288,57	147.710,67	0,64	78.174,75	146.094,95	1,09
Difusão Cultural	610.750,00	610.750,00	77.288,57	147.710,67	0,64	78.174,75	146.094,95	1,09
Urbanismo	12.607.544,59	14.117.474,45	3.264.285,48	4.275.595,57	18,67	1.177.142,74	1.687.041,17	12,55
Infra-Estrutura Urbana	12.607.544,59	14.117.474,45	3.264.285,48	4.275.595,57	18,67	1.177.142,74	1.687.041,17	12,55
Habitação	168.750,00	168.750,00	0,00	2.723,04	0,01	226,92	680,76	0,01
Habitação Urbana	168.750,00	168.750,00	0,00	2.723,04	0,01	226,92	680,76	0,01
Saneamento	2.763.300,00	4.042.948,82	453.990,30	2.396.698,20	10,47	420.824,47	671.737,53	5,00
Saneamento Básico Urbano	2.763.300,00	4.042.948,82	453.990,30	2.396.698,20	10,47	420.824,47	671.737,53	5,00
Gestão Ambiental	1.383.250,00	1.461.250,01	949.256,02	1.203.101,63	5,25	319.930,81	475.110,47	3,53
Infra-Estrutura Urbana	96.250,00	96.250,00	5.577,02	11.172,92	0,05	5.577,02	11.172,92	0,08
Serviços Urbanos	1.155.000,00	1.255.000,00	943.679,00	1.191.928,71	5,20	314.353,79	463.937,55	3,45
Preservação e Conservação Ambiental	132.000,00	110.000,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.137.745,46	1.137.745,46	171.329,68	287.011,13	1,25	121.671,50	216.490,27	1,61
Extensão Rural	1.137.745,46	1.137.745,46	171.329,68	287.011,13	1,25	121.671,50	216.490,27	1,61
Indústria	181.700,00	181.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	181.700,00	181.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	241.450,00	224.950,01	9.003,99	18.099,17	0,08	9.003,99	18.099,17	0,13
Turismo	241.450,00	224.950,01	9.003,99	18.099,17	0,08	9.003,99	18.099,17	0,13
Energia	895.100,00	895.100,00	154.884,19	334.858,91	1,46	172.238,77	302.888,30	2,25
Energia Elétrica	895.100,00	895.100,00	154.884,19	334.858,91	1,46	172.238,77	302.888,30	2,25
Desporto e Lazer	942.150,00	942.150,00	210.476,71	317.195,49	1,39	184.117,63	264.037,25	1,96
Desporto Comunitário	942.150,00	942.150,00	210.476,71	317.195,49	1,39	184.117,63	264.037,25	1,96
Encargos Especiais	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	174.000,00	174.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

C



nuação 2/4

DO

(a-d)

76.271,02

85.353,53

8.637,40

06.855,16

64.655,05

64.655,05

30.433,28

30.433,28

68.069,24

68.069,24

71.211,29

71.211,29

86.139,54

85.077,08

91.062,45

10.000,01

21.255,19

21.255,19

81.700,00

81.700,00

06.850,84

06.850,84

92.211,70

92.211,70

78.112,75

78.112,75

50.000,00

50.000,00

74.000,00

ontinua 2/4

Conti

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Administração	50.100,00	50.100,00	6.217,94	11.224,71	38.875,29	6.217,94	11.224,71	0,08
Administração Geral	6.050,00	6.050,00	245,14	465,74	5.584,26	245,14	465,74	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	5.500,00	5.500,00	183,86	367,72	5.132,28	183,86	367,72	0,00
Assistência Social	550,00	550,00	61,28	98,02	451,98	61,28	98,02	0,00
Assistência Comunitária	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	6.500,00	6.500,00	904,43	1.630,45	4.869,55	904,43	1.630,45	0,01
Educação	22.200,00	22.200,00	904,43	1.630,45	4.869,55	904,43	1.630,45	0,01
Administração Geral	1.100,00	1.100,00	2.555,65	4.011,16	18.188,84	2.555,65	4.011,16	0,03
Ensino Fundamental	13.300,00	13.300,00	61,28	122,56	977,44	61,28	122,56	0,00
Educação Infantil	7.800,00	7.800,00	1.483,13	2.282,88	6.194,28	1.483,13	2.282,88	0,02
Cultura	1.100,00	1.100,00	1.011,24	1.605,72	6.194,28	1.011,24	1.605,72	0,01
Urbanismo	1.100,00	1.100,00	183,86	275,79	824,21	183,86	275,79	0,00
Infra-Estrutura Urbana	3.300,00	3.300,00	183,86	275,79	824,21	183,86	275,79	0,00
Saneamento	3.300,00	3.300,00	527,04	1.078,59	2.221,41	527,04	1.078,59	0,01
Saneamento Básico Urbano	7.700,00	7.700,00	527,04	1.078,59	2.221,41	527,04	1.078,59	0,01
Agricultura	7.700,00	7.700,00	1.556,67	3.150,11	4.549,89	1.556,67	3.150,11	0,02
Extensão Rural	1.100,00	1.100,00	1.556,67	3.150,11	4.549,89	1.556,67	3.150,11	0,02
			0,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00

C

nuação 3/4

.DO

(a-d)

38.875,29

5.584,26

5.132,28

451,98

500,00

500,00

4.869,55

4.869,55

18.188,84

977,44

11.017,12

6.194,28

824,21

824,21

2.221,41

2.221,41

4.549,89

4.549,89

1.100,00

1.100,00

ontinua 3/4

Conti

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Desporto e Lazer	50.100,00	50.100,00	6.217,94	11.224,71	38.875,29	6.217,94	11.224,71	0,08
Desporto Comunitário	1.650,00	1.650,00	245,15	612,87	1.037,13	245,15	612,87	0,00
	1.650,00	1.650,00	245,15	612,87	1.037,13	245,15	612,87	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>60.387.029,92</b>	<b>67.862.824,34</b>	<b>13.575.991,25</b>	<b>22.901.940,41</b>	<b>44.960.883,93</b>	<b>7.814.170,59</b>	<b>13.447.678,03</b>	<b>100,00</b>
								<b>54,4</b>

FONTE:

SCHROEDER , 31/05/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito MunicipalELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e FinHERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SCPAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

nuação 4/4

.DO
-----

(a-d)
-------

38.875,29

1.037,13

1.037,13

---

15.146,31

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Maio/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>3.779.464,14</b>	<b>3.412.150,60</b>	<b>3.724.245,46</b>	<b>3.680.836,69</b>	<b>3.482.736,85</b>	<b>3.324.432,78</b>	<b>3.469.593,04</b>	<b>4.334.671,26</b>	<b>3.562.684,43</b>	<b>3.871.225,51</b>	<b>3.812.892,02</b>	<b>5.273.551,66</b>	<b>53.487.047,78</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	389.499,69	233.107,88	325.114,42	295.071,43	281.362,10	212.795,19	324.272,31	495.534,64	129.799,14	202.382,54	768.841,15	2.053.153,63	5.960.734,12
I.P.T.U.	42.769,89	33.244,94	33.603,84	36.078,21	31.346,62	6.844,26	9.269,78	21.575,99	610,77	2.882,83	266.312,85	1.297.979,36	1.782.519,34
I.R.R.F.	115.161,47	7.701,08	87.377,35	91.248,04	7.212,62	30.345,92	144.055,50	233.488,47	0,00	6.655,13	82.518,71	8.669,44	814.344,13
I.S.S.	123.528,43	93.599,89	133.944,27	89.530,11	89.839,21	106.591,99	124.040,87	155.480,47	117.996,98	81.067,06	151.935,76	112.004,44	1.375.569,80
I.T.B.I.	24.989,39	50.604,93	18.659,62	28.017,95	84.545,93	44.923,80	24.659,26	45.997,06	4.163,11	66.007,50	36.339,21	55.872,72	485.399,48
Outras Receitas Tributárias	63.050,51	47.957,04	51.536,34	50.197,12	68.417,72	24.088,22	22.247,50	38.972,33	7.028,28	45.170,02	231.555,62	578.637,67	1.228.841,37
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	88.696,30	88.197,12	82.499,44	83.785,75	80.983,16	83.743,79	84.299,98	84.880,60	92.378,65	84.866,59	98.419,64	130.132,04	1.082.862,06
RECEITA PATRIMONIAL	61.905,44	62.205,13	62.095,86	73.857,76	140.620,88	53.736,04	59.262,04	78.521,70	51.086,61	56.884,05	64.086,00	65.173,93	849.245,54
RECEITA AGROPECUÁRIA	8.509,00	7.010,63	11.451,85	6.573,61	13.514,26	6.696,50	5.819,45	7.913,08	1.254,46	3.743,05	5.726,96	4.857,10	83.069,95
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	204.150,44	186.977,61	203.977,16	202.864,23	198.521,33	250.615,68	206.950,26	210.276,30	175.519,75	200.221,70	226.067,04	217.529,07	2.483.689,57
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.984.244,66	2.776.787,44	2.668.820,99	2.634.762,06	2.581.084,85	2.609.156,01	2.694.126,60	3.275.624,85	3.047.087,51	3.251.676,87	2.547.363,44	2.740.383,28	33.811.108,56
Cota-Parte do F.P.M.	1.182.823,99	1.029.176,78	762.073,14	891.297,82	743.080,54	845.748,79	954.916,78	1.096.044,73	1.043.442,17	1.306.238,76	793.433,72	943.222,29	14.108.867,28
Cota-Parte do I.C.M.S.	724.347,71	694.155,46	700.769,35	674.182,51	702.697,05	726.488,18	730.848,40	713.473,06	840.614,63	695.219,99	693.007,78	712.525,31	8.597.219,43
Cota-Parte do I.P.V.A.	130.029,32	129.059,31	158.236,16	145.620,98	137.730,63	134.529,84	88.470,77	55.216,00	62.830,76	88.154,20	136.566,21	132.388,67	1.398.835,25
Outras Transferências Correntes	12,65	298,67	13,61	323,36	1.051,34	4.431,80	34,00	499,77	91,50	12,52	1.052,92	98,37	7.860,51
Transferências da LC 61/1989	331.307,69	338.892,18	487.704,05	348.431,08	446.724,02	313.665,20	343.697,49	816.697,49	398.389,64	535.255,40	314.037,59	314.009,84	4.987.767,21
Transferências da LC 87/1996	11.447,05	10.903,33	10.044,16	10.697,47	10.657,10	12.361,38	11.262,30	11.120,83	13.182,61	10.180,88	9.939,86	10.199,13	131.986,20
Transferências da LC 87/1996	3.030,04	3.030,04	3.030,04	3.030,04	3.030,04	3.030,04	3.030,04	3.030,04	2.925,08	2.925,08	2.925,08	2.925,08	35.940,64
Outras Transferências do FUNDEB	601.248,21	571.271,67	546.950,48	562.208,90	536.183,93	568.900,78	561.911,28	578.600,93	685.621,12	623.989,94	596.400,28	625.014,39	8.460.556,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	62.458,61	57.864,79	350.285,74	383.921,75	186.690,17	107.689,57	114.859,40	181.920,09	65.538,31	71.650,71	102.897,79	62.323,61	1.747.790,54
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>410.337,96</b>	<b>373.324,52</b>	<b>326.833,05</b>	<b>344.824,24</b>	<b>319.631,18</b>	<b>345.317,82</b>	<b>357.712,25</b>	<b>375.265,08</b>	<b>392.617,16</b>	<b>418.546,13</b>	<b>327.384,90</b>	<b>360.271,60</b>	<b>5.338.289,36</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	410.337,96	373.324,52	326.833,05	344.824,24	319.631,18	345.317,82	357.712,25	375.265,08	392.617,16	418.546,13	327.384,90	360.271,60	5.338.289,36
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>3.369.126,18</b>	<b>3.038.826,08</b>	<b>3.397.412,41</b>	<b>3.336.012,35</b>	<b>3.163.105,67</b>	<b>2.979.114,96</b>	<b>3.131.876,79</b>	<b>3.959.406,18</b>	<b>3.170.067,27</b>	<b>3.452.679,38</b>	<b>3.485.507,12</b>	<b>4.913.280,06</b>	<b>48.158.758,42</b>

FONTE:

SCHROEDER, 31/05/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito MunicipalELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e FinHERCILIO PETRIUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SCPAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal



Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2016		2015	
Caixa			0,00			0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	2016		2015
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2016
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>			<b>0,00</b>

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SCHROEDER, 31/05/2016

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	ELMER SANDRO QUADROS Secretário de Planejamento, Gestão e Contador PR-034345/O-3 S-SC	HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR Controlador Municipal	PAULO ROBERTO FERREIRA Controlador Municipal
-------------------------------------	--	---	---

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,10	0,10	0,00
DEDUÇÕES (II)	5.993.133,67	7.317.515,74	9.006.197,25
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.993.133,67	7.938.436,98	10.246.741,47
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	3.429,01
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	620.921,24	1.243.973,23
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-5.993.133,57	-7.317.515,64	-9.006.197,25
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-5.993.133,57</b>	<b>-7.317.515,64</b>	<b>-9.006.197,25</b>

<b>RESULTADO NOMINAL</b>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-1.688.681,61</b>	<b>-3.013.063,68</b>

<b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>7.304.887,81</b>

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SCHROEDER , 31/05/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>47.612.218,42</b>	<b>14.479.316,17</b>	<b>13.434.602,75</b>
Receita Tributária	5.925.876,11	2.848.263,41	2.450.514,19
I.P.T.U.	1.485.000,00	1.262.072,76	1.119.788,13
I.S.S.	1.250.000,00	463.004,24	372.070,61
I.T.B.I.	620.000,00	162.981,54	136.565,21
I.R.R.F.	750.000,00	97.833,28	14.457,69
Outras Receitas Tributárias	1.820.876,11	862.371,59	807.632,55
Receita de Contribuição	870.100,00	405.796,92	348.823,94
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	870.100,00	405.796,92	348.823,94
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	597.640,00	236.235,38	314.141,17
(-) Aplicações Financeiras	597.640,00	236.235,38	314.141,17
Transferências Correntes	36.186.722,92	10.087.701,31	9.561.395,34
F.P.M.	11.287.093,82	3.269.069,68	3.420.293,88
I.P.V.A	1.188.000,00	335.952,34	315.624,83
I.C.M.S.	8.701.595,99	2.345.094,50	2.386.830,11
Convênios	574.300,00	118.559,69	40.311,09
Outras Transferências Correntes	14.435.733,11	4.019.025,10	3.398.335,43
Demais Receitas Correntes	4.629.519,39	1.137.554,53	1.073.869,28
Dívida Ativa	513.359,00	129.802,12	118.869,02
Diversas Receitas Correntes	4.116.160,39	1.007.752,41	955.000,26
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>12.177.171,50</b>	<b>1.270.911,28</b>	<b>150.052,41</b>
Operações de Crédito (III)	5.000.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	76.632,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	7.100.539,50	1.270.911,28	150.052,41
Convênios	7.100.539,50	1.270.911,28	150.052,41
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>7.100.539,50</b>	<b>1.270.911,28</b>	<b>150.052,41</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>54.712.757,92</b>	<b>15.750.227,45</b>	<b>13.584.655,16</b>

  

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>44.554.014,93</b>	<b>14.630.572,41</b>	<b>13.524.457,63</b>	<b>12.015.719,38</b>	<b>10.580.107,87</b>
Pessoal e Encargos Sociais	25.577.742,70	7.306.352,64	7.424.315,66	7.299.574,94	6.691.000,89
Juros e Encargos da Dívida (IX)	100.000,00	0,00	32.584,24	0,00	32.584,24
Outras Despesas Correntes	18.876.272,23	7.324.219,77	6.067.557,73	4.716.144,44	3.856.522,74
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>44.454.014,93</b>	<b>14.630.572,41</b>	<b>13.491.873,39</b>	<b>12.015.719,38</b>	<b>10.547.523,63</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>23.134.809,41</b>	<b>8.271.368,00</b>	<b>2.086.962,43</b>	<b>1.431.958,65</b>	<b>863.373,24</b>
Investimentos	22.934.309,41	8.271.368,00	1.750.775,15	1.431.958,65	527.185,96
Inversões Financeiras	50.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	50.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	150.000,00	0,00	336.187,28	0,00	336.187,28
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>22.984.809,41</b>	<b>8.271.368,00</b>	<b>1.750.775,15</b>	<b>1.431.958,65</b>	<b>527.185,96</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>174.000,00</b>	-	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>67.612.824,34</b>	<b>22.901.940,41</b>	<b>15.242.648,54</b>	<b>13.447.678,03</b>	<b>11.074.709,59</b>



Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-12.900.066,42</b>	<b>-7.151.712,96</b>	<b>-1.657.993,38</b>	<b>2.302.549,42</b>	<b>2.509.945,57</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	<b>1.168.957,84</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	1.168.957,84	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-5.424.272,00</b>

SCHROEDER , 31/05/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015			
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	-	-	-	-	-	17.698,00	9.810,00	9.810,00	7.888,00
<b>EXECUTIVO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.698,00	9.810,00	9.810,00	7.888,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.698,00	9.810,00	9.810,00	7.888,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.698,00	9.810,00	9.810,00	7.888,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.698,00</b>	<b>9.810,00</b>	<b>9.810,00</b>	<b>7.888,00</b>
<b>Saldo Total (a+b)</b>										<b>0,00</b>

FONTE:

SCHROEDER, 31/05/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

HERCÍLIO PETRUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	4.474.272,79	4.474.272,79	2.357.936,54	52,70
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.778.719,14	1.778.719,14	1.617.909,56	90,96
1.1.1- IPTU	1.485.000,00	1.485.000,00	1.567.785,81	105,57
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	11.169,93	11.169,93	266,58	2,39
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	157.865,60	157.865,60	35.808,69	22,68
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	124.683,61	124.683,61	20.185,13	16,19
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(6.136,65)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	626.921,33	626.921,33	162.981,54	26,00
1.2.1- ITBI	620.000,00	620.000,00	162.981,54	26,29
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	690,21	690,21	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	1.231,12	1.231,12	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.318.632,32	1.318.632,32	479.212,16	36,34
1.3.1- ISS	1.250.000,00	1.250.000,00	463.152,01	37,05
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	9.616,01	9.616,01	2.062,53	21,45
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	50.000,00	50.000,00	10.603,82	21,21
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	9.016,31	9.016,31	3.552,69	39,40
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(158,89)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	750.000,00	750.000,00	97.833,28	13,04
1.4.1- IRRF	750.000,00	750.000,00	97.833,28	13,04
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	26.691.446,78	26.691.446,78	7.494.102,90	28,08
2.1- Cota-Parte FPM	14.108.867,28	14.108.867,28	4.086.336,94	28,96
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	14.108.867,28	14.108.867,28	4.086.336,94	28,96
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	10.876.994,99	10.876.994,99	2.931.367,71	26,95
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	48.772,24	48.772,24	11.700,32	23,99
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	156.852,27	156.852,27	43.502,58	27,73
2.5- Cota-Parte ITR	14.960,00	14.960,00	1.255,31	8,39
2.6- Cota-Parte IPVA	1.485.000,00	1.485.000,00	419.940,04	28,28
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>31.165.719,57</b>	<b>31.165.719,57</b>	<b>9.852.039,44</b>	<b>31,61</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	1.196.250,00	1.196.250,00	388.238,04	32,45
5.1- Transferências do Salário-Educação	836.000,00	836.000,00	320.958,98	38,39
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	600,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	228.250,00	228.250,00	59.934,00	26,26
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	22.000,00	22.000,00	6.745,06	30,66
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	440.000,00	440.000,00	528.622,64	120,14
6.1- Transferências de Convênios	440.000,00	440.000,00	526.394,65	119,64
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	2.227,99	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	547.877,30	547.877,30	147.189,47	26,87
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>2.184.127,30</b>	<b>2.184.127,30</b>	<b>1.064.050,15</b>	<b>48,72</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	5.338.289,36	5.338.289,36	1.498.819,79	28,08
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.821.773,46	2.821.773,46	817.267,26	28,96
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.175.399,00	2.175.399,00	586.273,21	26,95
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	9.754,45	9.754,45	2.340,06	23,99
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	31.370,45	31.370,45	8.700,53	27,73
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.992,00	2.992,00	251,03	8,39
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	297.000,00	297.000,00	83.987,70	28,28
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	8.481.456,50	8.481.456,50	2.540.976,33	29,96
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	8.460.556,50	8.460.556,50	2.530.725,73	29,91
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	20.900,00	20.900,00	10.250,60	49,05
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>3.122.267,14</b>	<b>3.122.267,14</b>	<b>1.031.905,94</b>	<b>33,05</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 2/3

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	7.900.863,88	7.900.863,88	2.600.009,85	32,91	2.600.009,85	32,91
13.1- Com Educação Infantil	3.648.607,38	3.648.607,38	1.231.178,66	33,74	1.231.178,66	33,74
13.2- Com Ensino Fundamental	4.252.256,50	4.252.256,50	1.368.831,19	32,19	1.368.831,19	32,19
14- OUTRAS DESPESAS	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.922.863,88	7.922.863,88	2.600.009,85	32,82	2.600.009,85	32,82
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—
16.1 - FUNDEB 60%						—
16.2 - FUNDEB 40%						—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						2.600.009,85
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						102,32
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-2,32
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 *						0,00

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
				Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>2</sup>	7.791.429,89		7.791.429,89	2.463.009,86	31,61	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.703.287,38	4.694.787,38	1.488.509,79	31,71	1.470.241,55	31,32
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	7.110.781,42	7.110.781,42	1.964.019,64	27,62	1.925.471,53	27,08
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.274.256,50	4.274.256,50	1.368.831,19	32,03	1.368.831,19	32,03
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.836.524,92	2.836.524,92	595.188,45	20,98	556.640,34	19,62
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.814.068,80	11.805.568,80	3.452.529,43	29,24	3.395.713,08	28,76
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL				VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)				1.031.905,94		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO				0,00		
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)				10.250,60		
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB				=		
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS				0,00		
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AC* ENSINO				=		
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)				-		
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)				1.042.156,54		
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))				2.353.556,54		
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %				23,89		

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	857.000,00	857.000,00	212.421,83	24,79	175.343,48	20,46
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.827.308,92	5.585.819,56	3.862.541,45	69,15	806.027,32	14,43
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.684.308,92	6.442.819,56	4.074.963,28	63,25	981.370,80	15,23
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	14.498.377,72	18.248.388,36	7.527.492,71	41,25	4.377.083,88	23,99

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.530.725,73	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		2.530.725,73	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		2.530.725,73	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		10.250,60	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		10.250,60	0,00

SCHROEDER, 31/05/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de SCHROEDER - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)				R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)		5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	23.134.809,41	8.271.368,00	1.431.958,65	0,00	14.863.441,41
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	23.134.809,41	8.271.368,00	1.431.958,65	0,00	14.863.441,41
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-18.134.809,41	-8.271.368,00	-	-	-9.863.441,41

FONTE:

SCHROEDER, 31/05/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal



Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SCHROEDER , 31/05/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIO  
Contador PR-034345/O-3 S-S

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	R\$ 1,00 SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	76.632,00	0,00	76.632,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	76.632,00	0,00	76.632,00
<b>TOTAL</b>	76.632,00	0,00	76.632,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	81.932,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.932,00
Investimentos	81.932,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.932,00
<b>TOTAL</b>	81.932,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.932,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	93.906,79		93.906,79

FONTE:

SCHROEDER, 31/05/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito MunicipalELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e FinHERCÍLIO PETRUKA JÚNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SCPAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	4.474.272,79	4.474.272,79	2.357.934,36	52,70
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.485.000,00	1.485.000,00	1.567.785,81	105,57
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	620.000,00	620.000,00	162.981,54	26,29
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.250.000,00	1.250.000,00	463.004,24	37,04
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	750.000,00	750.000,00	97.833,28	13,04
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	21.476,15	21.476,15	1.431,06	6,66
Dívida Ativa dos Impostos	212.865,60	212.865,60	45.736,57	21,49
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	134.931,04	134.931,04	19.161,86	14,20
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	26.691.446,78	26.691.446,78	7.494.102,90	28,08
Cota-Parte FPM	14.108.867,28	14.108.867,28	4.086.336,94	28,96
Cota-Parte ITR	14.960,00	14.960,00	1.255,31	8,39
Cota-Parte IPVA	1.485.000,00	1.485.000,00	419.940,04	28,28
Cota-Parte ICMS	10.876.994,99	10.876.994,99	2.931.367,71	26,95
Cota-Parte IPI-Exportação	156.852,27	156.852,27	43.502,58	27,73
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	48.772,24	48.772,24	11.700,32	23,99
Desoneração ICMS (LC 87/96)	48.772,24	48.772,24	11.700,32	23,99
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>31.165.719,57</b>	<b>31.165.719,57</b>	<b>9.852.037,26</b>	<b>31,61</b>

  

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

  

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	11.035.733,40	11.177.529,32	2.834.130,76	25,36	2.677.508,08	23,95
Pessoal e Encargos Sociais	7.185.280,00	7.209.080,00	1.798.616,45	24,95	1.798.616,45	24,95
Outras Despesas Correntes	3.850.453,40	3.968.449,32	1.035.514,31	26,09	878.891,63	22,15
DESPESAS DE CAPITAL	2.529.500,00	2.529.500,00	10.213,30	0,40	7.021,30	0,28
Investimentos	2.529.500,00	2.529.500,00	10.213,30	0,40	7.021,30	0,28

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	2.529.500,00	2.529.500,00	10.213,30	0,40	7.021,30	0,28
Investimentos	2.529.500,00	2.529.500,00	10.213,30	0,40	7.021,30	0,28
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	13.585.233,40	13.707.029,32	2.844.344,06	20,75	2.684.529,38	19,59
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	5.591.850,00	5.733.645,92	712.857,15	25,06	627.250,49	23,37
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.591.850,00	5.733.645,92	712.857,15	25,06	627.250,49	23,37
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	0,00	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	5.591.850,00	5.733.645,92	712.857,15	25,06	627.250,49	23,37
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	7.973.383,40	7.973.383,40	2.131.486,91	74,94	2.057.278,89	76,63
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						20,88
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶</b>						579.473,30

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00		0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) (m/Total m)*100
Atenção Básica	9.980.527,80	10.057.346,84	2.222.768,23	74,59	2.017.006,19
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.613.410,00	2.652.650,83	428.989,24	14,40	418.791,64
Suporte Profilático e Terapêutico	456.000,00	472.236,05	149.537,36	5,02	121.537,63
Vigilância Sanitária	147.750,00	153.750,00	38.600,30	1,30	34.106,39
Vigilância Epidemiológica	87.500,00	91.000,00	17.196,26	0,58	15.465,26
Outras Subfunções	425.600,00	425.600,00	122.807,07	4,12	122.807,07
TOTAL	13.710.787,80	13.852.583,72	2.979.898,46	100,00	2.729.714,18

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".<sup>3</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i) - (15 \times \text{IIIb})/100]$ 

Continua 3/4



Continuação 4/4

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

SCHROEDER , 31/05/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito MunicipalPAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador MunicipalELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e FinHERCÍLIO PEITRUKA JÚNIC  
Contador PR-034345/O-3 S-I

Município de SCHROEDER - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

ESPECIFICAÇÃO	RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R\$ 1,00	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SCHROEDER, 31/05/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

Município de SCHROEDER - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	60.387.029,92
Previsão Atualizada		—	60.387.029,92
Receitas Realizadas		9.366.649,65	15.986.462,83
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.168.957,84
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	60.387.029,92
Créditos Adicionais		—	7.475.794,42
Dotação Atualizada		—	67.862.824,34
Despesas Empenhadas		13.575.991,25	22.901.940,41
Despesas Liquidadas		7.814.170,59	13.447.678,03
Superavit Orçamentário		—	2.538.784,80
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		13.575.991,25	22.901.940,41
Despesas Liquidadas		7.814.170,59	13.447.678,03
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			41.395.414,45
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
			% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		7.304.887,81	-3.013.063,68
Resultado Primário		-5.424.272,00	2.302.549,42
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
			Pagamento até o Bimestre
			Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		17.698,00	7.888,00
EXECUTIVO		17.698,00	7.888,00
TOTAL:		17.698,00	7.888,00
			9.810,00
			0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.353.556,54	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.600.009,85	60%
Liquidadas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	5.000.000,00
Despesa de Capital Líquida		1.431.958,65	21.702.850,76
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034
			2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de SCHROEDER - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14		R\$ 1,00	
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	76.632,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	81.932,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.057.278,89	15,00	20,88
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SCHROEDER, 31/05/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Fin

HERCÍLIO PEITRUKA JÚNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

# Seara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 1080

DECRETO Nº 1080, de 31 de maio de 2016

Abre créditos adicionais suplementares por conta da anulação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 110.000,00.

A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 108 da Lei Orgânica do Município e autorizada pela Lei nº 1867, de 31 maio de 2016,

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 12 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA

Unidade: 1 Fundação Municipal de Esporte

Projeto Atividade: 2.064 Gestão das Políticas e Ações do Desporto, Recreação

e Lazer Comunitário

Modalidade: 5 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Unidade: 1 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal

Projeto Atividade: 2.003 Gestão das Políticas de Modernização e Otimização

da Gestão Municipal

Modalidade: 5 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Projeto Atividade: 2.108 Gestão das Ações do Conv. Corpo de Bombeiros Militar

Modalidade: 14 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Projeto Atividade: 2.090 Gestão das Ações de Defesa dos Consumidores - PROCON

Modalidade: 12 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Unidade: 1 Departamento da Fazenda Municipal

Projeto Atividade: 2.008 Gestão das Ações de Modernização e Otimização do

Controle das Finanças, Contábil e Arrecadação

Modalidade: 42 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL ..... R\$ 110.000,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 12 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA

Unidade: 1 Fundação Municipal de Esporte

Projeto Atividade: 2.103 Ações de Parcerias para Atividades de Desenvolvimento do

Desporto de Alto Rendimento

Modalidade: 8 – 3.3.50.00.00.00.00.00 – Trans. Inst. Priv. s/ fins lucrativos R\$ 30.000,00

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Unidade: 1 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal

Projeto Atividade: 1.059 Aquisição de Bens de Capital Convênio Corpo de Bombeiros Militar

Modalidade: 3 – 4.5.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

TOTAL ..... R\$ 110.000,00

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 31 de maio de 2016

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 31 de maio de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

### LEI Nº. 1867

LEI Nº 1867, DE 31 DE MAIO DE 2016

Abre créditos adicionais suplementares por conta da anulação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 110.000,00.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei Municipal nº 1844, de 18 de novembro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 - LDO, e combinado com alínea "d", do inciso IV, do art. 4º da Lei 1854, de 22 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2016 e com o inciso III § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprova e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 12 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA

Unidade: 1 Fundação Municipal de Esporte

Projeto Atividade: 2.064 Gestão das Políticas e Ações do Desporto, Recreação

e Lazer Comunitário

Modalidade: 5 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Unidade: 1 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal

Projeto Atividade: 2.003 Gestão das Políticas de Modernização e Otimização

da Gestão Municipal

Modalidade: 5 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Projeto Atividade: 2.108 Gestão das Ações do Conv. Corpo de Bombeiros Militar

Modalidade: 14 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Projeto Atividade: 2.090 Gestão das Ações de Defesa dos Consumidores - PROCON

Modalidade: 12 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$

20.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Unidade: 1 Departamento da Fazenda Municipal

Projeto Atividade: 2.008 Gestão das Ações de Modernização e Otimização do

Controle das Finanças, Contábil e Arrecadação

Modalidade: 42 – 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL .....

..... R\$ 110.000,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 12 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA

Unidade: 1 Fundação Municipal de Esporte

Projeto Atividade: 2.103 Ações de Parcerias para Atividades de Desenvolvimento do

Desporto de Alto Rendimento

Modalidade: 8 – 3.3.50.00.00.00.00 – Trans. Inst. Priv. s/ fins lucrativos R\$ 30.000,00

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Unidade: 1 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal

Projeto Atividade: 1.059 Aquisição de Bens de Capital Convênio Corpo de Bombeiros Militar

Modalidade: 3 – 4.5.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

TOTAL .....

..... R\$ 110.000,00

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC, em 31 de maio de 2016

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 059/2016.**

Processo Licitatório nº. 059/2016.

Edital de Pregão Presencial nº. 038/2016 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 13/06/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de lajotas de concreto para passeio público. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 31 de maio de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal



# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 082/2016

DECRETO Nº 082/2016 DE 31 DE MAIO DE 2016.

"Dispõe sobre Exoneração do Servidor ROQUE CEREZOLLI do Cargo de Operador de Máquina e da outras providências"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 33 da Lei Municipal nº 498/01 de 10/09/2001. DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado mediante concessão de aposentadoria o Servidor ROQUE CEREZOLLI, portador do CPF nº 488.137.459-15 ocupante do Cargo de Operador de Máquina, Nível 32, do Grupo 3 – SOP, 40 horas semanais, lotado na Secretária Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº 684/2005 de 13/12/2005, e alterações posteriores.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação, no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de Maio de 2016.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 083/2016

DECRETO Nº 083/2016 DE 30 DE MAIO DE 2016.

"Dispõe sobre Lotação de Veículos equipamentos rodoviários, e dá outras providências".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

DECRETA:

Art. 1º. Os veículos e equipamentos rodoviários de propriedade da Prefeitura Municipal de Serra Alta-SC, ficam lotados nas Secretarias, conforme relação a seguir:

#### 1. GABINETE DO PREFEITO.

VEÍCULO CITROEN C4 PALLAS20EXA  
PLACA EBI0342  
CHASSI 8BCLDRFJ28G557091  
RENAVAN 971253536  
ANO 2008  
MODELO 2008  
COMBUSTÍVEL GASOLINA  
COR PRATA  
PATRIMONIAL 2980

2. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
VEÍCULO FIAT/UNO MILLE WAY ECON  
PLACA MGL9827

CHASSI 9BD15844AA6365318  
RENAVAN 178650129  
ANO 2009  
MODELO 2010  
COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 2724

VEÍCULO FIAT/SIENA  
PLACA MDB9057  
CHASSI 9BD197163F3219354  
RENAVAN 1205054330  
ANO 2014  
MODELO 2015  
COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 4595

VEÍCULO PALIO FIRE  
PLACA MLP4637  
CHASSI 9BD17102LF5967017  
RENAVAN 152449  
ANO 2014  
MODELO 2015  
COMBUSTÍVEL GASOLINA/ALCOOL  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 4596

VEÍCULO VW/GOL 1.6 POWER  
PLACA MHB6151  
CHASSI 9BWCB05W88T180476  
RENAVAN 953938611  
ANO 2008  
MODELO 2008  
COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 118

#### 3. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

VEÍCULO FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX  
PLACA MJZ8154  
CHASSI 9BFZF54P4D8372786  
RENAVAN 474410080  
ANO 2012  
MODELO 2013  
COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 3442

VEÍCULO ÔNIBUS  
PLACA QHE5965  
CHASSI 93ZL68C01E8456326  
RENAVAN 1027566720  
ANO 2013  
MODELO 2014  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
COR AMARELA  
PATRIMONIAL 4723

VEÍCULO ÔNIBUS  
PLACA MLF6377

CHASSI 93ZL68C01D8445948  
RENAVAN 505908638  
ANO 2012  
MODELO 2013  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
COR AMARELA  
PATRIMONIAL 4071

VEÍCULO ÔNIBUS  
PLACA MLF9107  
CHASSI 93ZL68C01D8446323  
RENAVAN 509077897  
ANO 2012  
MODELO 2013  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
COR AMARELA  
PATRIMONIAL 4072

VEÍCULO ÔNIBUS  
PLACA MLF9097  
CHASSI 93ZL68C01D8446149  
RENAVAN 509072976  
ANO 2012  
MODELO 2013  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
COR AMARELA  
PATRIMONIAL 4073  
VEÍCULO FIESTA HATCH FLEX  
PLACA MKN 0274  
CHASSI 9BFZF55P5E8015407  
RENAVAN 544324315  
ANO 2013  
MODELO 2014  
COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA  
COR BRANCO ARTICO  
PATRIMONIAL 4101

#### 4. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VEÍCULO FIAT/SIENA ESSENCE  
PLACA QHW0774  
CHASSI 9BD19716TG3296179  
RENAVAN 1087447930  
ANO 2016  
MODELO 2016  
COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL

#### VEÍCULO CAMINHONETE/ AMBULÂNCIA

PLACA MKJ9443  
CHASSI 93W245H34D2094913  
RENAVAN 470089490  
ANO 2012  
MODELO 2013  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
COR BRANCO  
PATRIMONIAL 3441

#### VEÍCULO MICROONIBUS

PLACA MIB0278  
CHASSI 93W245H34B2061022  
RENAVAN 257614389  
ANO 2010  
MODELO 2011  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
COR PRATA  
PATRIMONIAL 2454

#### VEÍCULO SPIN LTZ

PLACA MLL4292  
CHASSI 9BGJC75ZOE224132  
RENAVAN 1000246229  
ANO 2013  
MODELO 2014  
COMBUSTÍVEL FLEX/ ALCOOL E GASOLINA  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 4468

VEÍCULO UNO MILLE ECONOMY  
PLACA MLM5813  
CHASSI 9BD15822AD6862895  
RENAVAN 1001039952  
ANO 2013  
MODELO 2013  
COMBUSTÍVEL FLEX/ ALCOOL E GASOLINA  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 4552

#### 5. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

VEÍCULO CORSA/CHEVROLET-CLASSIC-LS  
PLACA MLL1426  
CHASSI 9BGSU19FOEB195914  
RENAVAN 586883347  
ANO 2013  
MODELO 2013  
COMBUSTÍVEL FLEX-ALCO/GASOLINA  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 4598  
OBS: CEDÊNCIA

#### CONSELHO TUTELAR

VEÍCULO CITROEN/AIRCROSS M FEEL  
PLACA QID1273  
CHASSI 935SUNFN1HB505316  
RENAVAN 1085995329  
ANO 2016  
MODELO 2017  
COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL  
6. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

VEÍCULO CAMINHÃO CARGO 1719  
PLACA OKH1266  
CHASSI 9BFYEAGB2EBS71614  
RENAVAN 337903  
ANO 2014  
MODELO 2014  
COMBUSTÍVEL OLEO S10  
COR BRANCO ARTICO

VEÍCULO HONDA/CG 125 FAN ESD  
PLACA MLM5863  
CHASSI 9C2JC4160ER020645  
RENAVAN 1001044948  
ANO 2014  
MODELO 2014  
COMBUSTÍVEL GASOLINA  
COR VERMELHA  
PATRIMONIAL 4547

VEÍCULO CAMINHÃO CARGO 2622  
PLACA MEV2294  
CHASSI 9BFZC9V88BB12029  
RENAVAN 966346491

ANO 2008  
 MODELO 2008  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 COR BRANCA  
 PATRIMONIAL 2374

EQUIPAMENTO ROLO COMPACTADOR DINAPAC CA-15  
 ANO 1991  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 PATRIMONIAL 2259

EQUIPAMENTO TRATOR DE RODAS VALMET 68  
 ANO 1992  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 PATRIMONIAL 2255

EQUIPAMENTO ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU  
 ANO 2012  
 MODELO 2012  
 CHASSI KMTPC202K51B10018  
 COMBUSTÍVEL DIESEL 97HP  
 PATRIMONIAL 3290  
 COR AMARELA

EQUIPAMENTO TRATOR DE ESTEIRAS KOMATSU- D51E  
 ANO 2013  
 MODELO 2013  
 CHASSI KMT0D080E51B13677  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 PATRIMONIAL 4469  
 COR AMARELA

EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA CASE 845B  
 ANO 2013  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 PATRIMONIAL 4703  
 COR CASTANHO  
 CHASSIS HBZN0845LEAF03402  
 MOTOR 1204951

EQUIPAMENTO MINI CARREGADEIRA GEHL  
 ANO 2014  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 MODELO 4240E  
 COR AMARELA  
 MOTOR DIESELDE 46 HP2.600RPM  
 CHASSI GHL04240F0000645-K3505  
 PATRIMONIAL 4554

VEÍCULO PA CARREGADEIRA DE RODAS WA200  
 CHASSI KMTWA052H51B12374  
 ANO 2013  
 MODELO 2013 WA200-5  
 COR AMARELA  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 PATRIMONIAL 4546  
 VEÍCULO CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL  
 ANO 2008  
 MODELO 2008  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 PATRIMÔNIO 2247

EQUIPAMENTO RETROESCAVADEIRA RANDON RD 406  
 ANO 2014  
 MODELO 2014  
 CHASSI 9AD406AELE0005785  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 COR AMARELA  
 PATRIMONIAL 4590

VEÍCULO CAMINHONETE/AB/C.DUPL  
 PLACA JVL3448  
 CHASSI 9BG138HJ08C416673  
 RENAVAN 940014815  
 ANO 2007  
 MODELO 2008  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 COR PRATA  
 PATRIMONIAL 4593

VEÍCULO CAMINHÃO MERCEDES BENZ  
 PLACA QHB8885  
 CHASSI 9BM693388EB962917  
 RENAVAN 1013557830  
 ANO 2014  
 MODELO 2014  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 COR BRANCA  
 PATRIMONIAL 4594

EQUIPAMENTO RETRO ESCAVADEIRA CAT 416 E  
 CHASSI CAT0416ECMF08509  
 ANO 2013  
 MODELO 2013  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 PATRIMONIAL 4419  
 COR AMARELA

#### 7. SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

EQUIPAMENTO TRATOR DE PNEUS MAHINDRA  
 CHASSI B539CNM015080  
 ANO 2015  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 PATRIMONIAL 4802  
 COR VERMELHO  
 MODELO 9200 4WD

VEÍCULO FIAT/UNO MILLE ECONOMY  
 PLACA MGH6715  
 CHASSI 9BD15822AA6276800  
 RENAVAN 152685510  
 ANO 2009  
 MODELO 2010  
 COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA  
 COR BRANCA  
 PATRIMONIAL 2418

EQUIPAMENTO RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110  
 ANO 2011  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 PATRIMONIAL 2258

EQUIPAMENTO TRATOR DE RODAS NEW HOLLAND 7630  
 ANO 2008  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 PATRIMONIAL 997

VEÍCULO TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND 7630  
 CHASSI ZDCA02565  
 ANO 2013  
 MODELO 7630 4X4  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 COR AZUL  
 PATRIMONIAL 4074

EQUIPAMENTO ROLO COMPACTADOR SEM 8218 S 220  
 CHASSI N A1303002

ANO 2013  
MODELO SEM 8218  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
PATRIMONIAL 4373

VEÍCULO TRATOR AGRICOLA MASSEY FERGUSON 4275  
CHASSI AAAT0003UDC021273  
ANO 2013  
MODELO 4275 / 4  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
COR VERMELHA  
OBS: CEDÊNCIA  
PATRIMONIO 4599

VEÍCULO FIAT/UNO MILLE ECONOMY  
PLACA MKC1620  
CHASSI 9BD15822AD6900187  
RENAVAN 597511640  
ANO 2013  
MODELO 2013  
COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 4573  
OBS: CEDÊNCIA

VEÍCULO CAMINHÃO CARGO  
PLACA MML6622  
CHASSI 9BFZEAMD5EBS62920  
RENAVAN 1085182999  
ANO 2014  
MODELO 2014  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 4531

EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555-3  
ANO 2014  
MODELO 2014  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
PATRIMONIAL 4597  
COR AMARELA

VEÍCULO CAMINHÃO BASCULANTE  
PLACA QHI2671  
CHASSI 9BFZEAMD7FBS72074  
RENAVAN 1039530505  
ANO 2014  
MODELO 2015  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 4776

#### 8. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando o DECRETO Nº 073/2016 DE 16 DE MAIO DE 2016, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de maio de 2016.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

#### DECRETO Nº 084/2016

DECRETO Nº 084/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE COMISSÃO ESPECIAL DE INVENTÁRIO, AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC e dá outras providências."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, que lhe são atribuídas no Art. 40 da Lei Orgânica do Município, e Considerando o Decreto Municipal no 147/2014, de 05 de setembro de 2014 que estabelece, para os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, a obrigatoriedade de realizarem a avaliação, reavaliação, a redução ao valor recuperável, a depreciação, a amortização e a exaustão dos bens do ativo sob sua responsabilidade;

Considerando a Instrução Normativa – Controladoria nº. 001/2014 de 08/09/2014, e suas alterações, que estabelece normas de administração de BENS MÓVEIS no que tange a Avaliação, Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável do Ativo, Depreciação, Amortização e Exaustão dos bens do Município;

Considerando a Instrução Normativa – Controladoria nº. 002/2014 de 08/09/2014, e suas alterações, que estabelece normas de administração de BENS IMÓVEIS no que tange a Avaliação, Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável do Ativo, Depreciação, Amortização e Exaustão dos bens do Município;

Considerando a Instrução Normativa – Controladoria nº. 013/2016 de 24/05/2016 que estabelece normas e procedimentos para o controle de Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis do Município.

DECRETA :

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Especial de Acompanhamento de procedimentos administrativos para levantamento físico, financeiro, inventário, avaliação, reavaliação e de redução ao valor recuperável de todos os bens móveis e imóveis dos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, cuja finalidade é a perfeita compatibilização entre o registrado e o existente, bem como sua utilização e o estado de conservação.

Art. 2º A comissão é composta pelos seguintes membros:

Presidente: CÉSAR SPEROTO

Secretário: PEDRO ANTÔNIO MENEGAT

Membro: LOIVO BERTOLDI

§ 1º À comissão prevista no caput elaborará os laudos técnicos de reavaliação ou redução ao valor recuperável, conforme Decreto Municipal nº. 147/2014, Instrução Normativa – Controladoria nº. 001/2014 e Instrução Normativa – Controladoria nº. 002/2014, e suas alterações posteriores, onde deve conter, ao menos, as seguintes informações:

I - descrição detalhada de cada bem e/ou lote de bens avaliado e da correspondente documentação e o código do cadastro no Sistema de Patrimônio;

II - critérios utilizados para a avaliação e sua respectiva fundamentação técnica, inclusive elementos de comparação adotados;

III - vida útil remanescente do bem;

IV - o valor residual, se houver; e

V - data de avaliação.

§ 2º Compete ainda a comissão prevista no caput:

I - realizar o inventário dos bens patrimoniais móveis permanentes, dando conhecimento das ocorrências verificadas aos respectivos responsáveis;

II - solicitar à unidade inventariada ou responsáveis, quando for o caso, a disponibilização de técnicos ou servidores conhecedores da localização e identificação dos bens;

III - identificar a situação patrimonial e o estado de conservação dos bens inventariados;

IV - elaborar o relatório do inventário, citando as ocorrências verificadas e encaminhar para a Secretaria de Planejamento e Finanças, através do Setor de Patrimônio;

V - solicitar a elaboração do termo de avaliação dos bens móveis permanentes, reconhecidamente pertencente ao Poder Executivo Municipal, que não dispõe de documentação específica e/ou não se encontra registrado no Sistema de Controle Patrimonial.

§ 3º A comissão deverá encaminhar ao Setor de Patrimônio do Município o laudo técnico dos bens móveis e imóveis.

§ 4º A comissão poderá solicitar, para atender as necessidades técnicas de reavaliação, documentos e/ou a designação de profissional qualificado para emissão de Laudo Técnico.

§ 5º Poderá ser solicitada ao Contador do Município orientação quanto aos aspectos contábeis relacionados aos trabalhos da comissão de que trata o caput.

Art. 3º Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 4º As despesas decorrentes deste decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogando o Decreto nº. 010/2016, de 27 de janeiro de 2016, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de maio de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário Municipal de Administração

Vigência....  Dotação .....	01/06/2016 a 30/10/2016.  Orçamento vigente: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA ALTA 10.01 – Fundo Municipal de Saúde 2.800– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde Despesa 12 e 28: 44.90.00 DR 0002/ DR 0037
SERRA ALTA/SC, 01 de Junho de 2016.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

## EXTRATO CONTRATUAL Nº 029/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	029/2016
Contra-tante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contra-tada  Objeto .....	S E C COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA ME  A CONTRATADA obriga-se a fornecer O VEÍCULO NOVO TIPO AMBULÂNCIA, Marca Renault Master Furgão L3H2, conforme as descrições constantes na sua proposta comercial e especificações do Anexo "D" do edital em epígrafe. Nos termos do convênio nº 702/2016 celebrado entre o Estado de Santa Catarina por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Maravilha Processo nº 139/2016 e o Município de Serra Alta/SC.  Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão nº 024/2016, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA, independente de sua transcrição.
Valor .....	Pelo fornecimento do bem previsto na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 144.800,00 (Cento e quarenta e quatro mil e oitocentos reais), sendo que desse valor R\$ 101.099,36 (Cento e um mil, noventa e nove reais e trinta e seis centavos) correspondem a recursos do convênio nº 702/2016 celebrado com o Estado de SC e R\$ 43.700,64 (Quarenta e três mil, setecentos reais e sessenta e quatro centavos) referem-se a recursos próprios oriundos do Município de Serra Alta.



# Sombrio

## PREFEITURA

**DEC 223/2016**

DECRETO Nº 223, DE 23 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.005 - Ampliação e reforma da Rede Física de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.0070(2) - Aplicações Diretas ..... R\$ 45.000,00

Art. 2º A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte de recursos 70.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 23 de maio de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**DEC. 224/2016**

DECRETO Nº. 224, DE 23 DE MAIO DE 2016.

VEDA PUBLICIDADE INSTITUCIONAL NO PERÍODO ELEITORAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e

Considerando que a Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997, em seu artigo 73, inciso VI, “b”, veda publicidade institucional no período eleitoral;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica vedado a partir de 01 de julho de 2016, qualquer tipo de publicidade institucional pelas repartições públicas ou autarquias do Município de Sombrio – SC.

Art. 2º. Notifique-se os Secretários Municipais e/ou responsáveis pelas Secretarias, para que tomem as devidas providências, incluindo a retirada e/ou supressão de qualquer material de cunho publicitário e/ou institucional das repartições vinculadas ao Poder Público Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 23 de maio de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento



**DEC. 226/2016**

DECRETO Nº 226, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Abre Crédito Especial ao Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e Lei nº. 2277, de 31 de maio de 2016.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito especial ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Sombrio, no valor de R\$ 455.000,00,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais), assim classificado:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0107.2.055 – Aquisição de Medicamentos

3.3.90 (F98) – Aplicações Diretas ..... R\$ 94.144,10

3.3.90 (F70) – Aplicações Diretas ..... R\$ 16.655,90

11 – SECRET. MUNIC. DE CULTURA, ESPORTE E MEIO AMBIENTE

02 – DIRETORIA DE ESPORTES

27.812.0121.1. 1.036 – Construção de Equipamentos Esportivos

4.4.90. (F 626) – Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

4.4.90. (F 80) – Aplicações Diretas ..... R\$ 145.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I – Convênio com o Governo do Estado para aquisição de medicamentos, no valor de R\$ 94.144,10;

II - Convênio com o Governo do Estado para construção do Complexo Esportivo São Luiz, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e;

III - excesso da arrecadação da receita orçamentária de recursos ordinários, no valor R\$ 161.655,90.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 31 de maio de 2016

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**LEI 2277/2016**

LEI Nº. 2277, DE 31 DE MAIO DE 2016

Abre Crédito Especial ao Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito especial ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Sombrio, no valor de R\$ 455.000,00,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais), assim classificado:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0107.2.055 – Aquisição de Medicamentos

3.3.90 (F98) – Aplicações Diretas ..... R\$ 94.144,10

3.3.90 (F70) – Aplicações Diretas ..... R\$ 16.655,90

11 – SECRET. MUNIC. DE CULTURA, ESPORTE E MEIO AMBIENTE

02 – DIRETORIA DE ESPORTES

27.812.0121.1. 1.036 – Construção de Equipamentos Esportivos

4.4.90. (F 626) – Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

4.4.90. (F 80) – Aplicações Diretas ..... R\$ 145.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I – Convênio com o Governo do Estado para aquisição de medicamentos, no valor de R\$ 94.144,10;

II - Convênio com o Governo do Estado para construção do Complexo Esportivo São Luiz, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e;

III - excesso da arrecadação da receita orçamentária de recursos ordinários, no valor R\$ 161.655,90.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 31 de maio de 2016

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### **LEI 2278/2016**

LEI Nº. 2278, DE 31 DE MAIO DE 2016

Altera o Plano Plurianual 2014/2017, Lei nº 2082, de 28/08/2013 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017, Lei nº 2082, de 28/08/2013, para incluir ao Programa 107 - SAÚDE HUMANIZADA, AGIL E RESOLUTA, a Ação 2.055 – Aquisição de Medicamentos, no valor de R\$ 110.800,00 (cento e dez mil e oitocentos reais).

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I - convênio com o Governo Estadual no valor de R\$ 94.144,10 (noventa e quatro mil, cento e quarenta e quatro reais e dez centavos) e;

II - excesso de arrecadação da receita orçamentária de recursos ordinários no valor de 16.655,90 (dezesesseis mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 31 de maio de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### **LEI 2279/2016**

LEI Nº. 2279, DE 31 DE MAIO DE 2016

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 2231, De 29/09/2015 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado a Lei de Diretrizes Orçamentárias, lei nº 2231, de 29 de setembro de 2015, para incluir as seguintes ações:

I - no Órgão 07, Unidade 01, Programa 107, a Ação 2.055 – Aquisição de Medicamentos, no valor de R\$ 110.800,00 (cento e dez mil e oitocentos reais), e;

II – no Órgão 11, Unidade 02, Programa 121, a Ação 1.036 – Construção de Equipamentos Esportivos, no valor R\$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais).

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no Art. 1º decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I – Convênio com o Governo do Estado para aquisição de medicamentos, no valor de R\$ 94.144,10;

II - Convênio com o Governo do Estado para construção do Complexo Esportivo São Luiz, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e;

III - excesso da arrecadação da receita orçamentária de recursos ordinários, no valor R\$ 161.655,90.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio - SC, 31 de maio de 2016.  
Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**PORT. 089/2016**

PORTARIA Nº 089 DE 02 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE PROMOÇÃO POR DESEMPENHO AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere inciso XIV do artigo 56 da Lei Orgânica Municipal, de 06 de abril de 1990, combinado com a seção VI, artigo 29, Inciso I, da Lei nº 1416, de 20 de maio de 2003.

**RESOLVE:**

Promover por avaliação de desempenho, os profissionais do magistério público municipal abaixo relacionados:

NOME	MATRICULA	CH	NIVEL ATUAL
ADILSIA OLIVEIRA DO CANTO	3677	40	III-11
ADRIANA FERMIANO	6349	40	III-2
ADRIA GENEROSO SILVANO	4665	30	I-6
ALESSANDRA DOS SANTOS CLAUDINO	1202	40	III-5
ANA LUCIA SILVA ROSA TEIXEIRA	2593	40	III-12
ANA MARIA DA SILVA CLAUDINO	2599	40	III-13
ADRIANA PIRES DA ROSA	4335	30	I-5
ANDRESA EUFRÁSIO	6417	40	III-2
ALEXANDRA ROCHA	4934	30	I-5
CASSIA ALESSANDRA RAMOS DOS SANTOS	2598	30	III-13
CARINE OLIVEIRA TEIXEIRA	5317	40	III-4
CINTIA RAUPP RABELO MACIEL	5298	30	I-4
CIRLEI DA SILVA MACIEL	5294	30	I-4
CLARICE DUZIONE MENGUE	5292	30	I-4
CIMARA EUFRASIO COELHO	2709	30	I-7
CONCEIÇÃO APARECIDA SUPP	46	40	III-11
CRISTIAN DE OLIVEIRA VELHO	3564	40	I-7
CLEUSA CANDIDO BATISTA BALTAZAR	4937	30	I-5
DEBORA ROCHA PEREIRA	4352	30	I-7
DANIELA VERONEZ	4368	20	III-2
DAIANE APARECIDA DE SOUZA TRAJANO	4372	30	I-7
DANUBIA MARTINS PAULINO	2826	30	I-7
DENISE DE BEM BEZ	2600	40	III-13
DENISE SUPPI PEREIRA	1205	30	III-20
ELAINE CRISTINA MATOS DE VARGAS	2591	40	III-12
ELIANE TEREZINHA DOS SANTOS DE BEM	4355	30	I-7
EVULI AP DA SILVA DOS SANTOS	2855	30	I-7
ELIZIANA LUCHINA COELHO	5314	40	III-3
FABIANA SCHEFFER COLARES	2986	40	III-10
FABRÍCIA MARCELINO	5707	30	I-3
FERNANDA BRISTOT BARBOSA	2582	30	I-7
GIOVANNI DA ROSA PAGANI	2596	40	III-13
IEDA CARDOSO	5715	30	I-3
ISOLETE MATEUS DA CUNHA	4654	40	III-2
IDICLÉIA HENRIQUE PEREIRA	5293	30	I-4

JAIRO DE BORBA TEIXEIRA	2606	20	III-13
JAIRO ROBERTO GUIMARAES	1221	40	II-7
JANE RAUPP DE BORBA	3825	40	III-8
JUCÉLIA EUDÓCIA RODRIGUES PEREIRA	4933	30	I-5
JAILCELENA TRAJANO PORTO	5291	30	I-4
JADNA CLARICE FERRAZ MATEUS MACHADO	5894	40	III-2
JEDSON COELHO DA SILVA	3719	40	I-7
JOSIMARI ISOPPO	1150	40	III-17
JOSIANE DOS SANTOS MEDEIROS	3678	40	III-9
JOSIANE DA PAZ TEIXEIRA DE MATOS	5770	40	III-3
JOYCE LIRIANE DE BORBA WITT	1418	40	III-20
KARLA ROSANA COLARES	3610	40	III-8
KATIANA COLARES	5714	30	I-3
KARLA LUCIANE BECKER	6345	40	III-2
LAIS MACHADO ROQUE	4351	30	I-6
LUCIANE DA ROSA WERNKE	5466	40	III-4
LIDIA WAGNER DA SILVA	5309	30	I-4
LILIANE BITENCOURT SCHEFFER	2708	30	I-7
LELIANE MUNHOZ	5706	30	I-3
MARCIO JOEL NUNES	2971	40	III-11
MARGARETE NOGUEIRA ARAGÃO	1423	40	III-20
MARI TERESINHA BORGES	2592	40	III-13
MARIA SINARA SOARES MACIEL	4374	40	I-7
MARILUCHE FELIPE C. ROSA	5705	30	I-3
MARILEIA LOPES DE MATOS	1153	40	III-11
MARIA REGINA NAGEL BARRIN	3611	40	III-9
MARILDA D AVILA DA SILVA	4371	30	I-7
MICHELE TAISE C. ROSA	4655	30	I-4
MORGANA SILVEIRA MINATO	3826	40	I-7
MARIA INÊS MIGUEL BITENCOURT	5304	30	I-4
MONICA REGINA DA ROSA	2608	40	I-6
NELIANE FREITAS DA SILVA	2949	40	III-13
NILVANA BORGES DA SILVA	1158	40	III-18
NELIZE SPECK DA ROSA	5316	30	I-4
NIZAEI SAVI MONDO	5708	30	I-3
PAULO WESLEY RHEINHEIMER DA ROSA	5315	40	I-4
PATRICIA DE SOUZA BORBA	6346	40	III-2
RAUDELIZA PEREIRA	5709	30	I-3
RITA DE CASSIA FREITAS CLAUDINO	1206	40	III-20
ROSANE APARECIDA GOULART GENEROSO	221	40	III-19
RENI PEREIRA	4932	30	I-5
ROSANIA APARECIDA BATIELI VITALI	5684	30	I-3
ROSI GONCALVES DOS SANTOS	1419	40	III-20
ROSILANE DA SILVA COLARES	5310	30	I-4
ROSIMERE DA SILVA EUZÉBIO	5299	30	I-4
SABRINA VIEIRA GOMES	6416	40	III-2
SANDRA CANDIDO MARGUTE	1155	40	III-19
SILVIA DA SILVA CARARA	828	40	III-20
SILVIA CRISTINA MARTINS	318	40	III-11
SIMONE COLARES TEIXEIRA	2595	40	III-13
SILVIA REGINA DE MATOS	4353	30	I-7
SILVIA SILVA DA CUNHA	5313	30	III-4
SONIA MARIA CANTO KRAS BORGES	2609	40	II-11

SORAIA RAUPP RABELO SANTOS	5896	40	III-3
SONIMARA C. LUCHINA	5895	40	III-3
SOLANGE CÂNDIDO COELHO	5716	30	I-3
SILVANA LUCIO PEREIRA	2580	40	I-7
SUZI MARA POSSAMAI	2594	40	III-13
TAIANA VALANDRO	6418	40	III-2
TEREZINHA SEMELER MATOS	4350	30	I-7
TAISE ALBINO MELLO	5710	30	I-3
VANDERLEIA BENEDET REUS	1415	40	III-20

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 02 de maio de 2016.

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### **PORT. 124/2016**

PORTARIA Nº 124 DE 19 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

#### **RESOLVE:**

Conceder a 1ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sr. JOSÉ GIOVANE DE SOUZA SILVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
5269	2010 à 2015	19/05/2016 a 17/07/2016

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 19 de maio de 2016.

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

#### **PORT. 127/2016**

PORTARIA Nº 127 DE 30 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

#### **RESOLVE:**

Conceder a 2ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sra. SIRLEI MATOS DE BITENCOURT, Auxiliar de Serviços Gerais, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
2612	2008 à 2013	02/05/2016 a 01/07/2016

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 30 de maio de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### **PORT. 128/2016**

PORTARIA Nº 128 DE 30 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

#### **RESOLVE:**

Conceder a 1ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sra. NELIZE SPECK DA ROSA, Auxiliar de Ensino Infantil, com Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
5316	2011 à 2016	02/05/2016 a 01/08/2016

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 30 de maio de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### **PORT. 129/2016**

PORTARIA Nº 129 DE 30 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

#### **RESOLVE:**

Conceder a 5ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sra. DAVINA DA ROSA SANT'ANA COELHO, Professor, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
51	2010 à 2015	16/05/2016 a 15/08/2016

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 30 de maio de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento



# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 135/2016

DECRETO Nº 135/2016 DE 31/05/2016

“FICA ABERTO CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na em especial ao disposto na Lei nº 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015 e Lei nº 1090/2016 de 31 de maio de 2016.

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente do Fundo Municipal de Saúde:.

05.01.0010.302.0008.2.022- Assistência Hospitalar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (38)	0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 30.000,00

05.01.0010.301.0008.2.023- Manutenção da farmácia básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (27)	0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 20.000,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o, ficam anulados R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), nas seguintes Atividades do Orçamento Municipal Vigente:

06.02.0017.512.0011.1.018- Manut. e Ampl. de Rede de captação e esgotamento sanitário

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (146)	0.1.00.000000	Investimentos – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 40.000,00

06.01.0020.609.0010.2.046 - Manutenção do abatedouro municipal e indústria de queijos

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (121)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (1000)	R\$ 10.000,00

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 31 de maio de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de Gabinete

### LEI MUNICIPAL 1.090/2016

LEI MUNICIPAL Nº 1.090/2016 DE 31/05/2016

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015. Faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente do Fundo Municipal de Saúde:.

05.01.0010.302.0008.2.022- Assistência Hospitalar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (38)	0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 30.000,00

05.01.0010.301.0008.2.023- Manutenção da farmácia básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (27)	0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 20.000,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o, ficam anulados R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), nas seguintes Atividades do Orçamento Municipal Vigente:  
06.02.0017.512.0011.1.018- Manut. e Ampl. de Rede de captação e esgotamento sanitário

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (146)	0.1.00.000000	Investimentos – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 40.000,00

06.01.0020.609.0010.2.046 - Manutenção do abatedouro municipal e indústria de queijos

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (121)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (1000)	R\$ 10.000,00

Artigo 3o – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 31 de maio de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

JOÃO PAULO GUBERT  
Chefe de Gabinete

# Tigrinhos

## PREFEITURA

**PORTARIA 130/2016**

PORTARIA Nº. 130/2016.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal Complementar nº 035/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. ELTON STREY, Motorista, efetivo, Matrícula nº. 472/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro de 2015 a Janeiro de 2016, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 01 à 20 de Junho de 2016, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE JUNHO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de junho de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel  
Agente de Recursos Humanos.

## CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA Nº013/2016**

PORTARIA 013/2016

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA SRA. SOLANGE SIMARA RUSCHEL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SALETE TEREZINHA SAUSEN, Presidente do Poder Legislativo do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 e de acordo com o Art. 23, Inciso III, Alínea "A" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Concedida Licença por motivo de doença em pessoa da família a Servidora Pública Municipal Efetiva Sra. SOLANGE SIMARA RUSCHEL, CONTROLE INTERNO, 20 horas semanais, cadastrada sob matrícula nº 041, pelo período de 01 (um) dia, a partir de 25 de Maio de 2016, retornando em 26 de Maio de 2016, nos termos do art. 100 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015

Art. 100 Poderá ser concedida licença ao servidor ocupante de cargo efetivo, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, do pai, da mãe e do filho, mediante comprovação médica.

§ 1º. A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo;

[...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES,  
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS SC, EM 25 DE MAIO DE 2016.

SALETE TEREZINHA SAUSEN  
Presidente do Legislativo

**PORTARIA Nº014/2016**

PORTARIA 014/2016

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA SRA. DELNIA LIEBERT E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SALETE TEREZINHA SAUSEN, Presidente do Poder Legislativo do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 e de acordo com o Art. 23, Inciso III, Alínea "A" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Concedida Licença por motivo de doença em pessoa da família a Servidora Pública Municipal Efetiva Sra. DELNIA LIEBERT, DIRETORA GERAL, 40 horas semanais, cadastrada sob matrícula nº 031, pelo período de 07 (SETE) dias, a partir de 30 de Maio de 2016 a 05 de Junho, retornando em 06 de Junho de 2016, nos termos do art. 100 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015

Art. 100 Poderá ser concedida licença ao servidor ocupante de cargo efetivo, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, do pai, da mãe e do filho, mediante comprovação médica.

§ 1º. A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo;

[...] Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES,  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS SC, EM 30 DE MAIO DE 2016.  
SALETE TEREZINHA SAUSEN  
Presidente do Legislativo

# Timbé do Sul

## SAMAE - TIMBÉ DO SUL

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 4/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

RUA: CARLOS SAVI N. 365 - FONE/FAX (048) 536-1172

TIMBÉ DO SUL - SANTA CATARINA

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 4/2016.

Data: 01 de junho de 2016.

Objeto: Prestação de serviços técnicos, na área de informática, e o licenciamento de sistemas de gestão pública, integrados, não-exclusivos, com acesso simultâneo de usuários, (Contabilidade Pública, Patrimônio Público, Compras e Licitações, Folha de Pagamento, Almoxarifado, Ponto Eletrônico e Portal da Transparência):

Valor : R\$ 1.700,00 (Hum mil e setecentos reais) Mensais.

Contratada: Betha Sistemas Ltda

Prazo: 12 (Doze) meses.

Amarildo Scursel Alexandre - Diretor do SAMAE

# Timbó

## PREFEITURA

### EXTRATO DE DECISÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO

EXTRATO DE DECISÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

O Departamento de Vigilância Sanitária, através da sua autoridade superior, faz publicar as penalidades aplicadas aos infratores da legislação sanitária, na forma do Art. 70 da Lei Estadual nº 6.320/83, Art. 69 do Decreto Estadual nº 23.663/84 e Art. 93, 104 da Lei Complementar Municipal 466/2015, para que surta seus efeitos jurídicos, torna pública a seguinte DECISÃO FINAL do Processo Administrativo Sanitário.

INFRATOR: Patrick Nasato

CNPJ/CPF: 006.864.719-03

Processo: 01/16

Auto de Imposição de Penalidade (AIP) Nº: 33626900699/16

Penalidade: Advertência

INFRATOR: Sorvete Italia Expresso Ltda EPP

CNPJ/CPF: 04.013.811/0001-88

Processo: 02/16

Auto de Imposição de Penalidade (AIP) Nº: 33626900698/16

Penalidade: Advertência

ALFREDO JOÃO BERRI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

### AVISO TOMADA DE PREÇO N.º 37 2016 PMT - EXECUÇÃO DE PROJETO TÉCNICO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº 37/2016 - PMT

OBJETO: contratação de serviços especializados para execução do projeto técnico de trabalho técnico social – PTTS, do Programa Minha Casa Minha Vida, empreendimento Araponguinhas I, convênio nº 0407821-44 e Araponguinhas II, convênio nº 041089827, localizado na Rua Bruno Reinicke, s/n, Bairro Araponguinhas, Timbó – SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 04 de julho de 2016. ABERTURA: dia 04 de julho de 2016 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó (SC), 31/05/2016

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Assistência Social

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 61.2015 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE APOSTILAMENTO  
A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 61/2015 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, a empresa, DRAGÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME, CNPJ Nº 81.833.410/0001-15 a comparecer para assinatura do respectivo termo de apostilamento a ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 08/06/2016

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 31 de maio de 2016.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

### DESPACHO/DECISÃO

DESPACHO/DECISÃO

A empresa Silva & Dal Molin Promoções de Eventos Ltda restou vencedora do Registro de Preços nº 30/2015, cujo objeto versa acerca da "contratação de empresa(s) especializada(s) em: - prestação de serviços de sonorização, iluminação cenográfica, filmagem, projeção; - locação com montagem e desmontagem de linóleo para dança, estrutura de camarim, tendas, galpão de lona, grupo gerador, grades de contenção de público, com disponibilização de equipamentos e estrutura mínima requerida e acompanhamento técnico durante todo o evento, para a programação do natal mais encantado 2015".

Compulsando os autos, constata-se que a Fundação Cultural de Timbó notificou a empresa face o não fornecimento do item 12 do Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 30/2015, determinando a rescisão do contratado com a empresa SILVA & DAL MOLIN PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA, bem como a aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c", "d" e "e" do item 12 do Edital, quais sejam:

c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, devidamente atualizado, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas deste edital, ou pela desistência imotivada da manutenção de sua proposta;

d) Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos, observadas as disposições legais;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

Após o encaminhamento da Notificação a empresa recolheu o material fornecido, tendo em vista que o mesmo encontrava-se fora das especificações, sendo que a empresa declarou que não tinha condições de fornecê-lo de acordo o discriminado no Edital.



Ressalta-se que a empresa abandonou o serviço às vésperas do evento, prejudicando o Município, posto que a execução dos eventos de final do ano dependeria do material que deveria ser fornecido pela empresa e o seu descumprimento tornou necessária a contratação de empresa através de dispensa, impondo o retrabalho de um novo procedimento licitatório ao Município de Timbó, aumentando os gastos com mão de obra.

A empresa não apresentou justificativa/defesa para o seu descumprimento apesar de devidamente notificada das sanções aplicadas.

Ante o exposto, considerando o descumprimento das obrigações editalícias/contratuais por parte da Notificada, considerando o silêncio da empresa mediante a notificação encaminhada, e tendo em vista os prejuízos que tal postura acarretou a municipalidade, DETERMINO:

- a) o cancelamento do Contrato Administrativo nº 2015/136;
- b) o cancelamento da Ordem de Compra nº 915/2015 emitida Fundação Cultural de Timbó;
- c) a aplicação da penalidade de multa à empresa SILVA & DAL MOLIN PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA ME no percentual de 10% sobre o valor do contrato, conforme o previsto no artigo 87, inciso II, da Lei 8.666/1993, no item 12.1, alínea "c" do Edital e cláusula V do contrato administrativo nº 2016/136, resultando na importância de R\$ 1.249,90 (um mil duzentos e quarenta e nove reais e noventa centavos);
- d) a suspensão do direito de licitar da empresa SILVA & DAL MOLIN PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA ME com a Administração Municipal de Timbó pelo período de 02 (dois) anos, conforme o previsto no artigo 87, inciso III, da Lei 8.666/1993, no item 12.1, alínea "d" do Edital e cláusula V do contrato administrativo nº 2016/136;
- e) a inscrição da empresa SILVA & DAL MOLIN PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA ME no CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.

Intime-se.

Timbó, 24 de maio de 2016.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 2016.86 FCT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016/86

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó

CONTRATADA: Luan Cavalleri 01909447064

OBJETO: Contratação de empresa da área de produção musical do FESCATI 2016 - Festival da Canção de Timbó, que acontecerá nos dias 11 e 12 de junho de 2016.

VALOR: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA: 19/05/2016.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

# Timbó Grande

## PREFEITURA

**PROCESSO 19/2016 PR 14/16**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2016

MODALIDADE Pregão Presencial Nº 14/2016

O município de Timbó Grande torna publico para conhecimento dos interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial Contratação de empresa para realizar pintura na escola Gleidis Rodrigues com fornecimentos de materiais conforme descritivo anexo ao edital. Acesso pública terá inicio às 09:00 horas, do dia 13 de junho de 2016, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras ou pelo telefone (049) 3252-1278. Nos dias úteis das 14:00 às 16:30 horas.

Timbó Grande, 31 de maio de 2016.

ALMIR FERNANDES

Prefeito Municipal

**PROCESSO 20/2016 PR 15/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2016

MODALIDADE Pregão Presencial Nº 15/2016

O município de Timbó Grande torna publico para conhecimento dos interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CALHAS NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL FELIPE HOFFMANN MARTIOL, CONFORME MEDIDAS ESPECIFICADAS NO EDITAL . Acesso pública terá inicio às 14:00 horas, do dia 13 de junho de 2016, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras ou pelo telefone (049) 3252-1278. Nos dias úteis das 14:00 às 16:30 horas.

Timbó Grande, 31 de maio de 2016.

ALMIR FERNANDES

Prefeito Municipal

# Tunápolis

## PREFEITURA

### **TERMO DE RESCISÃO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 76/2010 CONCORRÊNCIA Nº. 02/2010**

#### **TERMO DE RESCISÃO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA**

Processo licitatório nº. 76/2010

Concorrência nº. 02/2010

Considerando os fatos comunicados pela administração através do Ofício nº 91/2016 para empresa Transportes Hencar Ltda ME, que comunica que os serviços somente serão oferecidos até o final do mês de abril, havendo inclusive a concordância da empresa, constatando que os serviços eram oferecidos para poucos passageiros, considerando que além deste fato o Ônibus que estava executando os serviços oferecia um transporte lento, desconfortável e pouco seguro;

Considerando que a conveniência para a administração reside no fato da empresa encerrar as atividades no Município, uma vez que a Municipalidade está repensando em colocar a disposição deste serviço veículo mais novo, menor, mais confortável e seguro e que tenha maior agilidade e menor custo para a Municipalidade e população;

Considerando o disposto no art. 79, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, que determina: ☐ Art.79. A rescisão do contrato poderá ser: II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração.

As partes, em comum acordo e com fulcro no art. 79, inciso II, da Lei nº. 8.666/93 rescindem o Contrato nº 90/2010, oriundo do Processo Licitatório nº. 76/2010, modalidade Concorrência Pública nº. 02/2010.

Entendendo-se que, salvo melhor juízo, que a empresa e o Município estejam agindo de boa-fé, pois ambos concordam com a rescisão do contrato e da não aplicação de penalidades.

Tunápolis – SC, 02 de maio de 2016.

Enoi Scherer Transportes Hencar Ltda ME

Prefeito Municipal Rep. legal

# União do Oeste

## PREFEITURA

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

#### 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 08/2016

As partes firmam o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços n.º 08/2016, referente ao Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 25/2016, que registrou os preços apresentados pela empresa TRANSPORTE E COMERCIAL FORTUVAN LTDA EPP, com fundamento no disposto no § 1º e 2º do art. 65 da Lei N.º 8.666/93, cfe. segue:

Cláusula Primeira. Fica aditado a Ata de Registro de Preços supra citada para aquisição de mais 7.480 kg (sete mil quatrocentos e oitenta) kg de semente de aveia preta, destinadas aos agricultores do município de união do oeste, inscritos junto a secretaria municipal de agricultura e meio ambiente, conforme abaixo descrito:

Item	Descrição	Qt.	Un	Valor Unt.
02	AVEIA PRETA COMUM, GERMINAÇÃO MINIMA DE 95%, PUREZA MINIMA DE 94%, SAFRA 2015/2016.	7.480	KG	1,60

Cláusula Segunda. As despesas decorrentes da aplicação do presente termo aditivo, correrão à conta das Dotações do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 0 7 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Unidade - 01 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
Projeto Atividade – 2.043 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA  
CÓD. RED.: 86 – APLICAÇÕES DIRETAS: 3.3.90.00.00.00.00  
VALOR: R\$ 11.968,00 (onze mil novecentos e sessenta e oito reais).

Cláusula Terceira. As demais cláusulas da ata permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, 23 de maio de 2016.  
EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

TRANSPORTE E COMERCIAL FORTUVAN LTDA EPP  
Vilamir Antonio Fortuna  
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Nome: Silvane Lazzeri Piana  
CPF:000.246.779-81

02 \_\_\_\_\_  
Nome: José Tessaro  
CPF:460.292.909-59

### REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nº 03/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL UNIÃO DO OESTE  
CNPJ: 78.505.591/0001-46

#### REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nº 03/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016

OBJETO: registro de preços de materiais escolares e de expediente, visando possíveis aquisições futuras.

Motivo: Em razão da decisão da comissão de licitações atinente ao processo licitatório nº 33/2016 e considerando o respeito ao princípio da supremacia do interesse público, bem como a eficiência e a transparência nos atos administrativos, RESOLVO:  
REVOGAR A LICITAÇÃO N. 33/2016, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAS ESCOLAR E DE EXPEDIENTE VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS a fim de que não parem duvidas acerca da lisura nas aquisições efetuadas pelo Município de União do Oeste, principalmente em respeito à administração do dinheiro público.

União do Oeste, 31 de maio de 2016.  
Everaldo Luis Casonatto  
Prefeito Municipal

## **SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 66/2014**

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 66/2014.

Sexto Termo Aditivo, que entre si celebram o MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, com endereço na AVENIDA SÃO LUIZ, 531, inscrita no CNPJ sob o nº 78.505.591/0001-46, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa METAL VIDROS METALURGICA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ do MF sob o n. 09.294.970/0001-11, com sede na Rodovia BR 282, S/N, município de Nova Erechim - SC neste ato representada por seu Representante Legal, Sr. VALDECIR ZANDONAI, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 589.997.799-04 e do RG n.º 1.832.795, doravante apenas simplesmente chamada de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Tomada de Preços P/ Obras e Serviços de Engenharia nº 43/2014 e ao Contrato Administrativo N.º 66/2014, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores, ao Edital e contrato supra citados e, conforme requerimento da CONTRATADA, celebram o presente termo aditivo:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de execução da obra e vigência do contrato supra citado, aditado através do 1º, 2º, 3º e 4º Termos Aditivo, para mais 30 dias, passando a vigor até 05 de julho de 2016.

Cláusula Segunda. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 66/2014 permanecem inalteradas e válidas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

UNIÃO DO OESTE, 31 de maio de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
P/CONTRATANTE

VALDECIR ZANDONAI  
METAL VIDROS METALURGICA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME  
CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Nome: Giane Smaniotto  
CPF: 060.416.089-55

02. \_\_\_\_\_  
Nome: José Tessaro  
CPF: 460.292.909-59

Publicado na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

## **TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/2015**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 28/2015.

TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE - SC E A EMPRESA METAL VIDROS METALURGICA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

TERCEIRO Termo Aditivo que entre si celebram o MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, com endereço na AVENIDA SÃO LUIZ, 531, inscrita no CNPJ sob o nº 78.505.591/0001-46, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa METAL VIDROS METALURGICA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME, com sede na Rua Rod. BR 282, s/n, bairro Pezini, CEP: 89.865-000, Nova Erechim – SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.294.970/0001-11, neste ato representada por seu representante legal Senhor VALDECIR ZANDONAI, portador do CPF N.º 589.997.799-04, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Nº. 29/2015, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA Nº 29/2015 e ao Contrato Administrativo N.º 28/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores, ao Edital e contrato antes citado, celebram o presente termo aditivo:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO ADITIVO**

O presente aditivo altera especificadamente o item 4.1 da CLÁUSULA QUARTA do contrato Administrativo n. 28/2015, o qual visa suprir o valor de R\$ 1.165,00 (um mil, cento e sessenta e cinco reais) do valor do contato principal, conforme documentos em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – Tal alteração, se demonstra possível diante do princípio da eficiência dos atos administrativos, não representando qualquer lesão os direitos dos demais participantes do certame.

CLÁUSULA TERCEIRA– As demais cláusulas e disposições contratuais continuam em plena vigência.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

UNIÃO DO OESTE, 04 de maio de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
P/CONTRATANTE

VALDECIR ZANDONAI  
METAL VIDROS METALURGICA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME  
CONTRATADA

01. \_\_\_\_\_  
Nome: Marília Miorelli  
CPF: 057.672.509-95

02 \_\_\_\_\_  
Nome: José Tessaro  
CPF: 460.292.909-59



# Urussanga

## PREFEITURA

### AVISO RETIRADA NOVO EDITAL PR 21 2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
Comissão do Pregão

NOVA RETIRADA DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016/FMS

Objeto: aquisição de servidor e licenças de software.

Publicado em: 20/05/2016, página 876.

Novo edital deverá ser retirado nesta municipalidade ou extraído do site oficial [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), através do ícone da página principal denominado "LICITAÇÕES". Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (48) 3465-1188 ou através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br).

ROSANE ZATTA  
Pregoeira

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 03/2016

Data da Assinatura: 01/05/2016

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: Softcam Soluções Ltda ME

CNPJ da Contratada: 24.092.271/0001-82

Base Legal: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993

Objeto: Implantação, sob regime de execução direta, do Portal "Web Câmara"

Valor Total: R\$5.753,64 (cinco mil, setecentos e cinquenta e três reais e sessenta e quatro centavos)

Término do Contrato: 01/05/2017

Dotação Orçamentária: 2.001 (Despesa) / 3.3.90.39.11.00.00.00 (Elemento)

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 12.991/16

DECRETO Nº 12.991/16, DE 24 DE MAIO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.802/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 9570/2016,

#### RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.802/16, que nomeou GISLAINE MARTINS, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### DECRETO Nº 12.994/16

DECRETO Nº 12.994/16, DE 25 DE MAIO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, ao servidor ADEMIR ALVES DA SILVA, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 016/2016,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aposentado por tempo de contribuição, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor ADEMIR ALVES DA SILVA, inscrito no CPF nº 434.486.409-30, com RG 860.236 e no PIS/PASEP nº 106.14182.23-6, detentor da matrícula funcional nº 2334, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico de Máquinas em Geral, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 3.977,63 (três mil e novecentos e setenta e sete reais e sessenta e três centavos) que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Municipais, excluídos os

servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### DECRETO Nº 12.995/16

DECRETO Nº 12.995/2016, DE 25 DE MAIO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2012, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora MARIA ANDREOLA VOIDALESKI, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 019/2016,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2012, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora MARIA ANDREOLA VOIDALESKI, inscrita no CPF nº 801.531.949-87, com RG 2.665.681 e no PIS/PASEP nº 170.43130.81-4, detentora da matrícula funcional nº 2309, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 84,67% (oitenta e quatro vírgula sessenta e sete por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observado o tempo de contribuição apurado, bem como, a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.452,04 (um mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais e quatro centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de maio de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretaria de Administração

### **DECRETO Nº 12.997/16**

DECRETO Nº 12.997/2016, DE 25 DE MAIO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2012, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora ELIANE CORREA DA ROCHA, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 018/2016,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2012, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora ELIANE CORREA DA ROCHA, inscrita no CPF nº 721.973.829-34, com RG 2.406.244 e no PIS/PASEP nº 123.20589.44-01, detentora da matrícula funcional nº 8351, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 89,58% (oitenta e nove vírgula cinquenta e oito por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observado o tempo de contribuição apurado, bem como, a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.110,27 (um mil e cento e dez reais e vinte e sete centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de maio de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretaria de Administração

### **DECRETO Nº 12.999/16**

DECRETO Nº 12.999/16, DE 25 DE MAIO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Invalidez (Acidentária), em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora ELIANA MARIA NAWROSKI, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 017/2016,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por invalidez (acidentária), em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a servidora ELIANA MARIA NAWROSKI, inscrita no CPF nº 558.050.949-91, com RG 1.912.357 e no PIS/PASEP nº 121.83208.92-0, detentora da matrícula funcional nº 10009, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista na Lei Federal nº 10.887/2004, perfazendo a importância de R\$ 1.007,53 (um mil e sete reais e cinquenta e três centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de maio de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretaria de Administração

### **DECRETO Nº 13.001/16**

DECRETO Nº 13.001/16, DE 25 DE MAIO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.360, de 25 de maio de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais) à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

01 – Gabinete do Prefeito Municipal	
01 – Assessoria de Gabinete	
2.003 – Contribuições	
3.3.50.00.00.00.00.00.03.0306 Aplicações Diretas	31.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 31.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do superávit financeiro dos recursos vinculados de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

#### EXTRATO DO CONTRATO N. 0169/2016

Extrato do Contrato n. 0169/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIA DA SILVA

CPF: 061.532.209-32

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EM VIRTUDE DE HAVER VACÂNCIA DO CARGO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2016 a 30 de junho de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos reais)

#### EXTRATO DO CONTRATO N. 0175/2016

Extrato do Contrato n. 0175/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ZANETE ALVES DE SOUZA SILVA

CPF: 016.902.129-77

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ARIANA SCHEYLA TRAGANCIN SOMMER EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2016 a 30 de maio de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

#### EXTRATO DO CONTRATO N. 0176/2016

Extrato do Contrato n. 0176/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVANA APARECIDA DE QUADROS

CPF: 844.889.309-30

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EM VIRTUDE DE HAVER VACÂNCIA DO CARGO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 05 de abril de 2016 a 30 de junho de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos reais)

#### EXTRATO DO CONTRATO N. 0177/2016

Extrato do Contrato n. 0177/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EVANIR OLIVEIRA DE MATTOS

CPF: 045.861.499-81

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EM VIRTUDE DE HAVER VACÂNCIA DO CARGO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2016 a 30 de junho de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos reais)

#### EXTRATO DO CONTRATO N. 0178/2016

Extrato do Contrato n. 0178/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MAIULI KELI DA SILVA

CPF: 047.825.129-70

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA GERMANI PADILHA DOS SANTOS EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2016 a 26 de julho de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

#### EXTRATO DO CONTRATO N. 0179/2016

Extrato do Contrato n. 0179/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JUREMA MARIA DE OLIVEIRA

CPF: 516.058.999-68

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PARA ATUAR COMO SEGUNDO PROFESSOR

VIGÊNCIA: de 05 de abril de 2016 a 09 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)



**EXTRATO DO CONTRATO N. 0183/2016**

Extrato do Contrato n. 0183/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOELMA ADRIANA DE JESUS

CPF: 693.350.529-49

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA NOILI GHELLER EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 05 de abril de 2016 a 30 de maio de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.470,82 (dois mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e dois centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0184/2016**

Extrato do Contrato n. 0184/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLEMENTE FURLAN

CPF: 489.097.009-63

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 04 de abril de 2016 a 31 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0185/2016**

Extrato do Contrato n. 0185/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVANA CARDOSO DE LIMA

CPF: 001.145.059-26

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PARA ATENDER CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS

VIGÊNCIA: de 13 de abril de 2016 a 30 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0190/2016**

Extrato do Contrato n. 0190/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LEANDRA APARECIDA AMALCABURIO

CPF: 070.481.809-43

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA JAQUELINE LUIZA TURKOT EM GOZO DE LICENÇA PREMIO

VIGÊNCIA: de 11 de abril de 2016 a 11 de julho de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.470,82 (dois mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e dois centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0192/2016**

Extrato do Contrato n. 0192/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VANESSA CRISTINA DA SILVA

CPF: 094.576.939-30

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA EDINÉIA LUDKE MANNES AFASTADA EXERCER AS ATIVIDADES DO CARGO DE DIRETOR DE CEMEI

VIGÊNCIA: de 07 de abril de 2016 a 30 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0193/2016**

Extrato do Contrato n. 0193/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARLI TEREZINHA RIEDI

CPF: 017.816.259-05

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA PAULA FERNANDA TURMINA AFASTADA PARA EXERCER AS ATIVIDADES DE ASSESSOR DE SECRETARIA ESCOLAR I

VIGÊNCIA: de 13 de abril de 2016 a 21 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e noventa e quatro reais e noventa e sete centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0202/2016**

Extrato do Contrato n. 0202/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARINES DA SILVA

CPF: 894.423.429-91

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – AUMENTO DA DEMANDA DE CRIANÇAS INCAPAZ DE SER SUPOSTADA DE IMEDIATO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM VIRTUDE DE NÃO MAIS HAVER CARGOS EM VACÂNCIA E ATÉ QUE OCORRA A CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS

VIGÊNCIA: de 18 de abril de 2016 a 30 de junho de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos reais)

**EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 700074/2011**

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 700074/2011;

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO – FNDE, CNPJ/MF Nº 00.378.257/0001-81 E A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA/SC, CNPJ/MF Nº 83.039.842/0001-84.

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DO CONVÊNIO Nº 700074/2011, NOS TERMOS DO ART. 57, 1º, INCISO IV, C/C COM O ART. 116 DA LEI Nº 8.666/93.

VIGENCIA: DE 90 DIAS, DE 11 DE ABRIL DE 2016 ATÉ 09 DE JULHO DE 2016.

ANTONIO IDILVAN DE LIMA ALENCAR

Presidente do FNDE

CPF: 981.675.653-00

WILMAR CARELLI  
Prefeito  
CPF: 056.326.419-53

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0055/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0055/2016  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0129/16  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SOLANGE RISSARDI ZARPELON  
CPF: 695.158.329-34  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 03 de maio de 2016.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0056/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0056/2016  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0289/15  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SANDRA NATALI  
CPF: 013.982.680-70  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 13 de maio de 2016.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0059/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0059/2016  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0030/16  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ANILDE ANZANELLO DE BORTOLI  
CPF: 005.586.769-36  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 28 de abril de 2016.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0060/16**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0060/2016  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0613/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CLESSIANE FURCKEL TELES DE OLIVEIRA  
CPF: 071.686.939-05  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 16 de maio de 2016.

**LEI Nº 3.360/16**

LEI Nº 3.360/16, DE 25 DE MAIO DE 2016.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a repassar contribuição financeira à Rede Videirense de Combate ao Câncer, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar contribuição financeira a Rede Videirense de Combate ao Câncer, nos termos da minuta do convênio de cooperação anexo que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto da presente lei é a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da referida Entidade.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse anual de até R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do exercício de 2016.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º Para atender as despesas decorrentes da presente Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar, até o montante de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), à conta do superávit financeiro dos recursos vinculados de 2015, a seguinte dotação orçamentária:

01 – Gabinete do Prefeito Municipal	
01 – Assessoria de Gabinete	
2.003 – Contribuições	
3.3.50.00.00.00.00.00.03.0306 Aplicações Diretas	

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO  
LEI Nº 3.360/16**

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e REDE VIDEIRENSE DE COMBATE AO CÂNCER, entidade sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 1.330/04, com sede na cidade de Videira, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.296.936/0001-62, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de , o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e a REDE VIDEIRENSE DE COMBATE AO CÂNCER resolvem, nos termos da Lei nº , celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente instrumento a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da Rede Videirense de Combate ao Câncer.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

I - divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;

II - repassar parceladamente o valor de até R\$ 31.000,00 (trinta e



um mil reais) no decorrer do exercício de 2016, aprovado pela Lei autorizativa do presente convênio;

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA REDE VIDEIRENSE DE COMBATE AO CÂNCER

- I - coordenar, no âmbito do território municipal, as atividades privadas de combate ao câncer;
- II - desenvolver programas de combate ao câncer;
- III - apoiar ações governamentais que visem à promoção da saúde e, em especial, o combate ao câncer;
- IV - incentivar o trabalho voluntário para a recuperação e bem-estar do doente portador do câncer;
- V - Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor em na data de sua assinatura e terá validade até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ainda ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de .

MUNICÍPIO DE VIDEIRA Prefeito Municipal	REDE VIDEIRENSE DE COMBATE AO CÂNCER Presidente
--	---

#### TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

#### PORTARIA Nº 0430/16

PORTARIA Nº 0430/16

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00022/15-4, nos assentos funcionais da servidora MARIA LURDES MARTINAZZO JOSE, detentora da matrícula funcional nº 5084, e do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 9114/16,

#### RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, MARIA LURDES MARTINAZZO JOSE, detentora da matrícula

funcional nº 5084 e do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, pelo período de 06 (seis) anos, 10 (dez) meses e 23 (vinte e três) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00022/15-4.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

#### PORTARIA Nº 0436/16

PORTARIA nº 0436/16

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 9273/2016.

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor MARCELO CAPPARELLI ANDRADE, Auxiliar de Enfermagem, a partir de 01 de julho de 2016 até 01 de outubro de 2016, referente ao quinquênio de 01 de março de 1996 até 28 de fevereiro de 2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

#### PORTARIA Nº 0438/16

PORTARIA nº 0438/16

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7656/2016.

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora CLEUSA MARIA CAGNIN, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 10 de junho de 2016 até 10 de setembro de 2016, referente ao

quinquênio de 02 de janeiro de 2003 até 01 de janeiro de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 10 de junho de 2016.

Videira, 24 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### **PORTARIA Nº 0440/16**

PORTARIA nº 0440/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento de Pessoal, datada de 23 de maio de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora DÉBORA LUCIA RIBEIRO, Técnico de Enfermagem da referência "C" para a referência "D", relativa ao período de avaliação de 01 de novembro de 2014 até 01 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2016.

Videira, 25 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### **PORTARIA Nº 0441/16**

PORTARIA nº 0441/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento de Pessoal, datada de 23 de maio de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora EDIR ROSA MULLER, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 10 de novembro de 2014 até 10 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 10 de maio de 2016.

Videira, 25 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### **PORTARIA Nº 0442/16**

PORTARIA nº 0442/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento de Pessoal, datada de 23 de maio de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora FRANCIELI APARECIDA VIZOLLI, Assistente Social, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 03 de novembro de 2014 até 03 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2016.

Videira, 25 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### **PORTARIA Nº 0443/16**

PORTARIA nº 0443/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento de Pessoal, datada de 23 de maio de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor ISMAEL DE LARA, Auxiliar Operacional, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 14 de novembro de 2014 até 14 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos

a 14 de maio de 2016.

Videira, 25 de maio de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA Nº 0444/16**

PORTARIA nº 0444/16  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento de Pessoal, datada de 23 de maio de 2016,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora IVETE MARIA BOGONI PIROLI, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 03 de novembro de 2014 até 03 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2016.

Videira, 25 de maio de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA Nº 0445/16**

PORTARIA nº 0445/16  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento de Pessoal, datada de 23 de maio de 2016,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora KALYNE DANIELEWICZ, Agente Administrativo II, da referência "F" para a referência "G", relativa ao período de avaliação de 02 de novembro de 2014 até 02 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2016.

Videira, 25 de maio de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA Nº 0446/16**

PORTARIA nº 0446/16  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento de Pessoal, datada de 23 de maio de 2016,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora KEYLA DALLAGO FABRICNEI, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "F" para a referência "G", relativa ao período de avaliação de 02 de novembro de 2014 até 02 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2016.

Videira, 25 de maio de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA Nº 0447/16**

PORTARIA nº 0447/16  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento de Pessoal, datada de 23 de maio de 2016,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARCIA TEREZINHA KONIG CERVINSKI, Técnico de Enfermagem, da referência "C" para a referência "D", relativa ao período de avaliação de 17 de novembro de 2014 até 17 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 17 de maio de 2016.

Videira, 25 de maio de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 0448/16**

PORTARIA nº 0448/16  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento de Pessoal, datada de 23 de maio de 2016,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARIA LIONETE LEITE BUSANELLO, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 11 de novembro de 2014 até 11 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de maio de 2016.

Videira, 25 de maio de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 0449/16**

PORTARIA nº 0449/16  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento de Pessoal, datada de 23 de maio de 2016,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARLEI REGINA DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "G" para a referência "H", relativa ao período de avaliação de 11 de novembro de 2014 até 11 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de maio de 2016.

Videira, 25 de maio de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 0450/16**

PORTARIA nº 0450/16  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento de Pessoal, datada de 23 de maio de 2016,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MAY KELLER DA SILVA, Técnico de Enfermagem, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 03 de novembro de 2014 até 03 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2016.

Videira, 25 de maio de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 0451/16**

PORTARIA nº 0451/16  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento de Pessoal, datada de 23 de maio de 2016,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor VALDENEI VITORIO VALIATTI, Técnico de Enfermagem, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 03 de novembro de 2014 até 03 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2016.

Videira, 25 de maio de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração



**PORTARIA Nº 0452/16**

PORTARIA nº 0452/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna do Departamento de Pessoal, datada de 23 de maio de 2016,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor VANDERLEI MAGALDI, Auxiliar Operacional, da referência "I" para a referência "J", relativa ao período de avaliação de 01 de novembro de 2014 até 01 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2016.

Videira, 25 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 0453/16**

PORTARIA nº 0453/16

Prorroga Prazo da Comissão de Processo Disciplinar para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 18346/2014, nomeada pela Portaria nº 1437/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no §1º, do art. 284, da Lei Complementar nº 129/12, e do que consta no Processo Administrativo nº 18346/2014;

**RESOLVE**

Art. 1º Prorrogar, por 90 (noventa) dias, a partir de 25 de maio de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 18346/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 25 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 0454/16**

PORTARIA nº 0454/16

Autoriza o Uso de Bem Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, bem como no Processo Administrativo nº 8906/2016;

**RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso de 06 (seis) passarelas, de posse da Secretaria Municipal de Infraestrutura, pela Gennius – Escola de Educação infantil e Ensino Fundamental Ltda, dos dias 12 a 15 de agosto de 2016, a fim de realizar homenagem alusiva ao Dia dos Pais.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a) É de inteira responsabilidade da entidade o uso, conservação e transporte dos bens públicos não podendo haver qualquer alteração em suas estruturas físicas;
- b) A entidade não poderá ceder o uso dos bens a terceiros, nem utilizá-los para fins diversos do ora estipulado;
- c) Em caso de qualquer dano ao bem público utilizado a entidade obriga-se ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes;
- d) Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Infraestrutura, através de servidor devidamente qualificado, visitar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições dos bens públicos quando da devolução dos mesmos.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 25 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 20/2016 - FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A MANUTENÇÃO CORRETIVA, COM MATERIAL E MÃO DE OBRA, DO VEÍCULO RENAULT MASTER MINIBUS, ANO 2014/2015, 16P, 130CV, PLACA OKH 1454, FROTA 253, PELA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:

até as 14h00min do dia 14/06/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 31 de maio 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

#### **TERMO ADITIVO Nº 59/2016**

Termo Aditivo nº 59/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 148/2015

Processo: PR nº 15/2015-FMS

Contratada: SOUZA E MENEGASSO ENGENHARIA SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA ME

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Fornecimento nº 148/2015 por mais 03 (três) meses, com efeitos a partir de 1º de junho de 2016 até o dia 29 de agosto de 2016, conforme solicitação e justificativa das Secretarias Municipais de Planejamento e de Saúde.

Data: 31/05/2016.

#### **TERMO ADITIVO Nº 60/2016**

Termo Aditivo nº 60/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 126/2013

Processo: CC nº 01/2013-PMV

Contratada: VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 126/2013 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 07 de junho de 2016 até 06 de junho de 2017, e reajustar os valores dos serviços previstos na Cláusula 13ª, por meio do INPC (IBGE) acumulado nos últimos 12 (doze) meses (maio/2015 a abril/2016), no percentual de 9,8307500%.

Valor: R\$ 3.455.070,00.

Data: 31/05/2016.

#### **TERMO ADITIVO Nº 61/2016**

Termo Aditivo nº 61/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 143/2015

Processo: TP nº 11/2015-PMV

Contratada: MENDES E SUCKOW ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando custos adicionais no valor de R\$ 50.575,98 (cinquenta mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa e oito centavos), correspondentes a 24,961% do valor do contrato original.

Valor: R\$ 50.575,98.

Data: 31/05/2016.



# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### ATA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL PARA O VICE-PREFEITO

#### ATA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL PARA O VICE-PREFEITO

Ao trigésimo primeiro dia do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às dezessete horas, reuniram-se no Gabinete do Prefeito Municipal, no prédio da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, os senhores Lourival Lunelli, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob o nº 538.792.609-15, portador da cédula de identidade nº 1.228.128-0 e, Luiz Lúcio Fossa, Vice-Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob o nº 310.388.759-00, portador da cédula de identidade nº 1.031.496-2, para a transmissão do cargo do primeiro para o segundo, em virtude de trinta dias de férias, relativas ao período aquisitivo do exercício de 2015 (dois mil e quinze), que dar-se-á a partir do primeiro dia do mês de junho até o trigésimo dia do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis. Nada mais havendo a tratar o senhor Lourival Lunelli, Prefeito Municipal, empossou o senhor Luiz Lúcio Fossa, Vice-Prefeito Municipal, no cargo de Prefeito Municipal, onde ambos e os demais presentes assinam o referido Termo de Posse, que será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC no primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Vitor Meireles (SC), em trinta e um de maio de dois mil e dezesseis.

### PORTARIA Nº 090/2016

PORTARIANº. 090/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: SIMONE SARTOR

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Administração e Finanças, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de 24/05/2016 a 22/06/2016, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2014 a 30/11/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 24 de maio de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 31 DE MAIO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

# Xanxerê

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 0051/2016

Extrato de Contrato nº 0051/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA - ME

Objeto: Fornecimento de licença de uso de sistema de gestão da Assistência Social; hospedagem dos sistemas em servidor virtual "data-center"; conversão de dados de sistema atualmente utilizado; treinamento dos usuários; suporte técnico

Valor total: R\$ 34.040,00 anualmente.

Prazo de vigência: 12 meses a contar da publicação.

Xanxerê-SC, 24 de maio de 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE ADITIVO CP Nº 0005/2014

Extrato 3º Aditivo ao Contrato nº 0139/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Contratado: Ivanir Pavoni ME.

Objeto: Tem por objeto a Prestação dos Serviços de Transporte Escolar, nas linhas 02 e 27.

Fica reajustado o valor em 5% do km rodado, passando a ser o valor da Linha 02 em R\$ 3,68 por Km rodado, e Linha 27 em R\$ 3,26, a partir do mês de maio de 2016, de acordo com ofício da Secretaria Municipal de Educação e Parecer Jurídico anexos ao processo.

Xanxerê-SC, 31 de maio 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO CONVÊNIO 013/2016 PROJETO CULTURAL "CORAL INFANTO JUVENIL AQUARELA"

Município de Xanxerê/SC

Extrato Convênio nº 013/2016

Conveniente: Município de Xanxerê

Conveniado: Casa da Cultura Maria Rosa de Xanxerê

Objeto: Execução do Projeto Cultural denominado "Coral Infanto Juvenil Aquarela". Prazo: até 31/12/2016. Valor: R\$ 13.000,00 (Treze mil reais).

Xanxerê/SC, 31/05/2016.

Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

**PP 033/2016 PMXV**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 033/2016 PMXV

Objeto: Registro de preços para possível contratação de micro e/ou pequena empresa objetivando a prestação de serviços de recapagem, vulcanização e conserto de pneus de máquinas e veículos da frota do Município - SC, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 13/06/2016.

Abertura: dia 13/06/2016, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 01 de junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI,

Prefeito Municipal Interino.

# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO 47/2016

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE XAXIM – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 088/2016  
PREGÃO PRESENCIAL N. 047/2016

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório supra citado objetivando a aquisição de Impressora Matricial Monocromática 9 agulhas e 136 colunas para a Delegacia de Polícia da Comarca de Xaxim, de acordo com o edital e seus anexos. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 14h:15min do dia 10 de junho de 2016, procedendo à abertura às 14h:30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 31 de maio de 2016.  
Idacir Antônio Orso  
Prefeito

### Decreto 228

DECRETO Nº 228/2016.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2015, de 13 de abril de 2015, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, PATRICIA TURATTI, CPF: 008.863.029-35, para exercer o cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, código 1101, categoria ASE (Agente de Saúde e Combate a Endemias), nível 008, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 225, de 01 de julho de 2015, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 01 de junho de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de maio de 2016.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras  
Secretario Municipal de Administração

### Decreto 229

DECRETO Nº. 229/2016.

Exonera servidor municipal efetivo a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 02 de maio de 2016, a servidora municipal LUCELIA FATIMA NARDI DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, portadora da matrícula 3224, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste município de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de maio de 2016.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Municipal de Administração

### Decreto 230

DECRETO Nº 230/2016.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2015, de 13 de abril de 2015, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, ALINE CAMILLOTTI, CPF: 072.991.859-97, para exercer o cargo de FISCAL

SANITARISTA, código 014, categoria ASA (ATIVIDADES DE SERVIÇOS AUXILIARES), nível 018, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 225, de 01 de julho de 2015, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 01 de junho de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de maio de 2016.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras  
Secretario Municipal de Administração

### Decreto 231

DECRETO Nº 231/2016  
INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL, EM TURNO ÚNICO, EM ÓRGÃOS E REPARTIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE XAXIM/SC QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Xaxim Estado de Santa Catarina, de acordo com atribuições inerentes a seu cargo, embasado no Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido turno único de funcionamento dos Serviços Públicos Municipais, com vigência a partir de 1º de junho de 2016, com expediente das 12h30min às 18h30min, exceto:

§ 1º. O expediente será das 08h às 11h45min e das 13h15min às 17h30min para:

- I. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura e unidades a elas ligadas;
- II. O CREAS, CRAS, CEACA, pertencentes à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
- III. O Projeto Vida Saudável (Educação Física), da Secretaria da Mulher, Juventude e Terceira Idade.

§ 2º. O expediente será das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, para:

- I. A Secretaria Municipal de Saúde e suas Unidades;

§ 3º. O Serviço de Acolhimento Institucional (Abrigo Municipal) permanece com atendimento ininterrupto.

Art. 2º. Ao critério do Chefe do Poder Executivo e mediante exposição de motivos devidamente fundamentada do titular da Secretaria ou órgãos pertinentes, poderão ser estabelecidas exceções ao horário especial instituído pelo presente Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de maio de 2016.  
IDACIR ANTONIO ORSO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luís Antonio Cipriani  
Procurador Geral do Município

### LEI 4189

LEI Nº 4189/2016.

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVO DA LEI Nº 4155/2015, REFERENTE DOAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE XAXIM – APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O Artigo 2º da Lei nº 4155, de 18 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A Entidade a ser beneficiada com a doação é a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Xaxim - SC, inscrita no CNPJ 78.480.837/0001-72.”

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de maio de 2016.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani  
Procurador Geral do Município

# Consórcios

## AGIR

### CONTRATO CL Nº 005/2016 - AGIR

CONTRATO CL Nº 005/2016

CRIAÇÃO, ROTEIRIZAÇÃO, PRODUÇÃO, DIREÇÃO E EDIÇÃO DE VÍDEO INSTITUCIONAL DA AGIR, PARA FINS DE VEICULAÇÃO EM EVENTOS, CONGRESSOS E NAS MÍDIAS DIGITAIS, TAIS COMO SITE DA AGÊNCIA E REDES SOCIAIS, SUPRINDO AS NECESSIDADES DE DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL E DE ORIENTAÇÃO A QUALQUER INTERESSADO DAS ATRIBUIÇÕES DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DESTA AGÊNCIA REGULADORA, QUANTO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO PRESTADOS NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

A AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos sob a forma de consórcio público, dotado de independência decisória, autonomia administrativa, orçamentária e financeira, inscrita no CNPJ sob nº 11.762.843/0001-41, pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e do Decreto nº 6.017/07, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, CEP 89036-200, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, junto à sede da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, neste ato representada por seu Diretor Geral, o senhor HEINRICH LUIZ PASOLD, identidade nº 1940660, emitida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública/SC e CPF nº 246.473.149-87, que este subscreve, daqui para frente denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa BRUNO BRAUNS DE PINHO ME, pessoa jurídica de direito privado/empresária individual inscrita no CNPJ sob o nº 20.366.913/0001-33, estabelecida na cidade de Blumenau/SC, na Rua Progresso, nº 167, sala 205, Bairro Progresso, neste ato representada pela sua titular o Senhor BRUNO BRAUNS DE PINHO, portador da cédula de identidade nº 5.675.180, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina (SSP/SC), inscrito no CPF sob nº 075.619.079-74, que também subscreve, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, devidamente autorizado nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº 005/2016, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, regido pela Lei nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis, nas seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Objeto e Preço

1.1 Constitui objeto do Contrato representado neste instrumento a prestação pela CONTRATADA a criação, roteirização, produção, direção e edição de vídeo institucional da AGIR, para fins de veiculação em eventos, congressos e nas mídias digitais, tais como site da Agência e redes sociais, suprimindo as necessidades de divulgação institucional e de orientação a qualquer interessado das atribuições de regulação, controle e fiscalização desta Agência Reguladora, quanto aos serviços públicos municipais de saneamento básico prestados nos municípios consorciados.

§ 1º São atividades a serem desenvolvidas pela CONTRATADA conforme as etapas descritas abaixo:

- I. Finalização de roteiro, com aprovação da AGIR;
- II. Direção de fotografia;
- III. Direção de cena;
- IV. Captação de imagens em full HD (1920 x 1080);
- V. Captação de depoimentos;
- VI. Animações gráficas (2D/3D) para trechos específicos do roteiro;
- VII. Edição de vídeo institucional com aproximadamente 3-4 minutos de duração;
- VIII. Edição de versão reduzida com aproximadamente 2-3 minutos de duração;
- IX. Edição de "teaser" para redes sociais com aproximadamente 30-45 segundos;
- X. Edição de spot de áudio com produção de locução (15 ou 30");
- XI. Iluminação e equipamentos necessários para a produção;
- XII. Todas as trilhas sonoras utilizadas em todos materiais serão pesquisadas e de uso livre;
- XIII. Colorização das cenas e finalização dos materiais;
- XIV. Entrega dos arquivos em 1920x1080 via FTP (links individuais).

§ 2º A prestação dos serviços descritos no caput desta cláusula seguirá o cronograma de etapas contido na Requisição de Serviços – Termo de Referência, anexo ao Processo de Dispensa de Licitação nº 005/2016, o qual passa a fazer integrante deste contrato.

§ 3º A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação dos serviços, o valor de R\$ 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta reais). O pagamento pela prestação dos serviços de criação, roteirização, produção, direção e edição de vídeo institucional da AGIR será feito em 01 (uma) única parcela, em até 20 (vinte) dias, após a prestação do objeto deste Termo de Referência e aprovação pela Diretoria Administrativa da Agência.

§ 4º No preço constante desta contratação já estão inclusos todos os tributos e encargos, não existindo qualquer vínculo de trabalho entre as partes ou entre a CONTRATANTE e os sócios da CONTRATADA.

§ 5º Para o desembolso financeiro, além dos requisitos acima, só será liberado após o recebimento do objeto desta contratação, da lavratura de nota fiscal e do aceite do Diretor Geral da AGIR acerca do trabalho, observando ainda Cláusula Terceira – Condições De Pagamento.

#### Cláusula Segunda – REGIME de Execução

2.1 A execução do objeto deste contrato pela CONTRATADA deverá ser efetuada dentro dos requisitos da técnica, qualidade, sigilo e eficiência, em conformidade com as condições constantes deste Contrato e dos demais termos anexos ao Processo de Dispensa de Licitação nº 005/2016.

§ 1º Deve a CONTRATADA observar os prazos estabelecidos pela CONTRATANTE na solicitação de informações, estudos e trabalhos, bem como a confidencialidade dos mesmos, sendo proibido, em qualquer hipótese, o fornecimento de documentos e informações aos



prestadores dos serviços públicos regulados pela CONTRATANTE.

#### Cláusula Terceira – Condições De Pagamento

3.1 A CONTRATADA deverá expedir, subsequentemente a entrega do serviço, Nota Fiscal em nome da CONTRATANTE, com a identificação do número do presente Contrato e a discriminação dos serviços prestados, e encaminhá-lo à CONTRATANTE, para a realização do pagamento.

§ 1º Para o desembolso financeiro, além dos requisitos acima, só será liberado o valor após a entrega do trabalho previsto no exposto no parágrafo § 5º do item 3.1 deste contrato, da lavratura de nota fiscal e do aceite do Diretor Geral da AGIR acerca do trabalho, observando ainda a Cláusula Terceira – Condições De Pagamento.

§ 2º A Nota Fiscal deverá ser encaminhada aos cuidados da CONTRATANTE juntamente com os serviços prestados em referência, no endereço constante no preâmbulo deste Contrato.

§ 3º O pagamento dos serviços contratados será realizado em até 20 (vinte) dias, após a aprovação do Diretor Geral da CONTRATANTE, devendo esta atestar a Nota Fiscal.

§ 4º A apresentação da Nota Fiscal não exige a CONTRATADA da exibição de outros documentos e informações que sejam necessários para atestar a regularidade da prestação dos serviços.

§ 5º O Cronograma de desembolso financeiro, mediante a entrega dos serviços, se dará da seguinte forma:

Item	Quantidade	Descrição do Item	Valor Total
01	01 (unidade)	Criação, roteirização, produção, direção e edição de vídeo institucional da AGIR, para fins de veiculação em eventos, congressos e nas mídias digitais, tais como site da Agência e redes sociais, suprimindo as necessidades de divulgação institucional e de orientação a qualquer interessado das atribuições de regulação, controle e fiscalização desta Agência Reguladora, quanto aos serviços públicos municipais de saneamento básico prestados nos municípios consorciados.	R\$ 6.250,00
Valor Total do Contrato			R\$ 6.250,00

§ 6º A apresentação do recibo numerado e ou nota fiscal de serviço em nome da CONTRATANTE não exige a CONTRATADA da exibição de outros documentos e informações que sejam necessários para atestar a regularidade da prestação dos serviços, em especial de Certidões Negativas de Débitos Municipais, Estaduais e Federais.

#### Cláusula Quarta – Vigência do Contrato e do Prazo de Entrega dos Serviços

4.1 O prazo de vigência terá início com a assinatura do contrato e vigorará até 31 de dezembro de 2016.

4.2 A presente contratação terá a duração de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado, para conclusão das etapas descritas no item 1.1 deste Termo de Referência. O prazo informado será contado a partir da assinatura do Contrato entre as partes, podendo ser prorrogado a critério da Direção Geral da AGIR.

4.3 O início dos serviços relativos a contratação a que se refere este Contrato terá início a partir do 1º (primeiro) dia útil após o recebimento do Contrato assinado.

4.4 Caso ocorram motivos de força maior ou as partes julguem necessário ao melhor atendimento dos objetivos deste Contrato, esse prazo poderá ser alterado de comum acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, desde que devidamente justificado.

#### Cláusula Quinta – Das Obrigações da Contratada

5.1 Além das obrigações naturais decorrentes deste instrumento são obrigações da CONTRATADA, durante todo o prazo de vigência contratual:

I – Promover a organização técnica e administrativa do objeto do presente Contrato, de modo a obter eficiência na sua execução, de acordo com as condições técnicas e de habilitação;

II – Conduzir os serviços em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal;

III – Responsabilizar-se total e integralmente, direta e indiretamente, pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços;

IV – Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo de Dispensa de Licitação;

V – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, ou por seus prepostos, incluindo dados técnicos e operacionais sobre o objeto;

VI – Adequar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo ou que não atenda a finalidade;

VII – Executar o objeto nas condições e prazos estabelecidos no presente contrato;

VIII – Não subcontratar o objeto deste contrato, devendo os serviços ser prestados pelos profissionais da CONTRATADA;

IX – Cumprir todas as datas, horários e compromissos estabelecidos formalmente pela CONTRATANTE;

X – Arcar com eventuais danos causados a terceiros, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus contratados, obrigando-se a substituí-los ou indenizando a CONTRATANTE pelo prejuízo causado;

XI – A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados por esta Agência; e

XII – A existência e atuação de fiscalização por parte da CONTRATANTE em nada restringe as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da CONTRATADA, no que concerne ao objeto deste contrato.

#### Cláusula Sexta – Das Obrigações da contratante

6.1 Além das obrigações naturais decorrentes do presente contrato constituem obrigações da CONTRATANTE:

I – Pagar o valor devido no prazo avençado;

- II – Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto em todas as suas etapas;  
III – Proceder a todas as diligências necessárias à perfeita execução do serviço; e  
IV – Publicar no Diário Oficial dos Municípios o extrato deste Contrato e todas suas alterações.

#### Cláusula Sétima - Das Penalidades

7.1 A CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento de multa, no valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em razão do inadimplemento contratual, devidamente verificado e confirmado pela CONTRATANTE, com a ciência da CONTRATADA, através do devido processo de penalidade.

#### Cláusula Oitava - Da Rescisão

8.1 O presente instrumento contratual poderá ser rescindido:

I – A critério da CONTRATANTE, quando a CONTRATADA:

- a) subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato;
- b) não cumprir ou cumprir irregularmente qualquer obrigação contratual;
- c) falir, dissolver a sociedade ou modificar sua finalidade de modo que prejudique a execução do contrato;
- d) outras hipóteses previstas no Artigo 78 da Lei nº. 8666/93.

II – Pela CONTRATADA, quando a CONTRATANTE inadimplir quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste contrato.

§ 1º Poderá o presente contrato ser rescindido por mútuo acordo, recebendo a CONTRATADA o valor pela execução do objeto até a data da rescisão, excluída, sempre, qualquer indenização por parte da CONTRATANTE.

§ 2º Quando a rescisão se der pelo motivo previsto no item II, persistirá a responsabilidade da CONTRATANTE pelo pagamento do objeto executado e não pago.

§ 3º Quando o CONTRATADA der causa à rescisão do contrato, além da multa prevista neste instrumento, ficará sujeita às seguintes sanções previstas na Lei nº. 8666/93.

#### Cláusula Nona - Das Despesas Orçamentárias

9.1 Os recursos correrão por conta da Dotação: Projeto atividade 4.122.2010.2012 – Manutenção das Atividades da AGIR. Elemento de despesa: 3.3.9.0.00 – Aplicação Direta. 1000816 – Recursos Ordinários – AGIR - Taxas.

#### Cláusula Décima - Do Foro

10.1 As partes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste instrumento contratual, perante o Foro da Comarca de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Blumenau (SC), em 09 de maio de 2016.

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR

HEINRICH LUIZ PASOLD – Diretor Geral

- CONTRATANTE -

Empresa BRUNO BRAUNS DE PINHO ME (CNPJ nº 20.366.913/0001-33)

CONTRATADA

BRUNO BRAUNS DE PINHO

Titular/Representante legal – CPF nº 075.619.079-74

Testemunhas:

ANA CLAUDIA HAFEMANN

Agente Administrativo

CPF nº 071.611.199-36

VANESSA FERNANDA SCHMITT

Diretora Administrativa da AGIR

CPF nº 038.188.129-69

### CONTRATO CL Nº 006/2016 - AGIR

CONTRATO CL Nº 006/2016

ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA ATUAR JUNTO À ELABORAÇÃO DE EDITAL LICITATÓRIO CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE USO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DE SOFTWARE PARA SUPORTE À CONTABILIDADE REGULATÓRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR.

A AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos sob a forma de consórcio público, dotado de independência decisória, autonomia administrativa, orçamentária e financeira, inscrita no CNPJ sob nº 11.762.843/0001-41, pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e do Decreto nº 6.017/07, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, CEP 89036-200, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, junto à sede da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, neste ato representada por seu Diretor Geral, o senhor HEINRICH LUIZ PASOLD, identidade nº 1940660, emitida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública/SC e CPF nº 246.473.149-87, que este subscreve, daqui para frente denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa AMONDI NEGOCIOS PUBLICOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado/empresária individual inscrita no CNPJ sob o nº 21.985.974/0001-41, estabelecida na cidade de Itajaí/SC, na Rua Samuel Heusi, nº 463, sala 913,

Bairro Centro, neste ato representada pela sua titular a Senhora REGINA RUSSI DA SILVA PINHEIRO, portadora da cédula de identidade nº 3860170, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina (SSP/SC), inscrita no CPF sob nº 034.303.309-71, que também subscreve, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, devidamente autorizado nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº 006/2016, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, regido pela Lei nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis, nas seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Objeto e Preço

1.1 Constitui objeto do Contrato representado neste instrumento a prestação pela CONTRATADA a assessoria técnica especializada para atuar junto à elaboração de edital licitatório cujo objeto é a contratação de licença de uso, manutenção e atualização periódica de software para suporte à contabilidade regulatória da Agência Intermunicipal De Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR.

§ 1º São atividades a serem desenvolvidas pela contratada conforme as etapas descritas abaixo:

I. Assessoria na elaboração do edital, em todas as suas fases, até a assinatura do contrato;

II. Assessoramento em caso de questionamentos, pedidos de impugnação ou interposição de recursos;

III. Participação in loco na abertura do processo licitatório, subsidiando de forma jurídica o pregoeiro e equipe de apoio.

§ 2º A prestação dos serviços descritos no caput desta cláusula seguirá o cronograma de etapas contido na Requisição de Serviços – Termo de Referência, anexo ao Processo de Dispensa de Licitação nº 006/2016, o qual passa a fazer integrante deste contrato.

§ 3º A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação dos serviços, o valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). O pagamento pela prestação dos serviços de assessoria técnica será feito em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira após a entrega do edital e a segunda parcela após o julgamento do processo licitatório, em até 20 (vinte) dias mediante nota fiscal emitida em nome da AGIR e aprovação pela Diretoria Administrativa da Agência

§ 4º No preço constante desta contratação já estão inclusos todos os tributos e encargos, não existindo qualquer vínculo de trabalho entre as partes ou entre a CONTRATANTE e os sócios da CONTRATADA.

§ 5º Para o desembolso financeiro, além dos requisitos acima, só será liberado após o recebimento do objeto desta contratação, da lavratura de nota fiscal e do aceite do Diretor Geral da AGIR acerca do trabalho, observando ainda Cláusula Terceira – Condições De Pagamento.

#### Cláusula Segunda – REGIME de Execução

2.1 A execução do objeto deste contrato pela CONTRATADA deverá ser efetuada dentro dos requisitos da tecnicidade, qualidade, sigilo e eficiência, em conformidade com as condições constantes deste Contrato e dos demais termos anexos ao Processo de Dispensa de Licitação nº 006/2016.

§ 1º. Deve a CONTRATADA observar os prazos estabelecidos pela CONTRATANTE na solicitação de informações, estudos e trabalhos, bem como a confidencialidade dos mesmos, sendo proibido, em qualquer hipótese, o fornecimento de documentos e informações aos prestadores dos serviços públicos regulados pela CONTRATANTE.

#### Cláusula Terceira – Condições De Pagamento

3.1 A CONTRATADA deverá expedir, subsequentemente a entrega do serviço, Nota Fiscal em nome da CONTRATANTE, com a identificação do número do presente Contrato e a discriminação dos serviços prestados, e encaminhá-lo à CONTRATANTE, para a realização do pagamento.

§ 1º Para o desembolso financeiro, além dos requisitos acima, só será liberado o valor após a entrega do trabalho previsto no exposto no parágrafo § 5º do item 3.1 deste contrato, da lavratura de nota fiscal e do aceite do Diretor Geral da AGIR acerca do trabalho, observando ainda a Cláusula Terceira – Condições De Pagamento.

§ 2º A Nota Fiscal deverá ser encaminhada aos cuidados da CONTRATANTE juntamente com os serviços prestados em referência, no endereço constante no preâmbulo deste Contrato.

§ 3º O pagamento dos serviços contratados será realizado em até 20 (vinte) dias, após a aprovação do Diretor Geral da CONTRATANTE, devendo esta atestar a Nota Fiscal.

§ 4º A apresentação da Nota Fiscal não exime a CONTRATADA da exibição de outros documentos e informações que sejam necessários para atestar a regularidade da prestação dos serviços.

§ 5º O Cronograma de desembolso financeiro, mediante a entrega dos serviços, se dará da seguinte forma:

Item	Quantidade	Descrição do Item	Valor Total
01	01 (unidade)	Assessoria técnica especializada para atuar junto à elaboração de edital licitatório cujo objeto é a contratação de licença de uso, manutenção e atualização periódica de software para suporte à contabilidade regulatória da Agência Intermunicipal De Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR.	R\$ 7.500,00
Valor Total do Contrato			R\$ 7.500,00

§ 6º A apresentação do recibo numerado e ou nota fiscal de serviço em nome da CONTRATANTE não exime a CONTRATADA da exibição de outros documentos e informações que sejam necessários para atestar a regularidade da prestação dos serviços, em especial de Certidões Negativas de Débitos Municipais, Estaduais e Federais.

#### Cláusula Quarta – Vigência do Contrato e do Prazo de Entrega dos Serviços

4.1 O prazo de vigência terá início com a assinatura do contrato e vigorará até 31 de dezembro de 2016.

4.2 A presente contratação terá a duração de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado, para conclusão das etapas I, II e III, descritos no item 3.2 deste Termo de Referência. O prazo informado será contado a partir da assinatura do Contrato entre as partes, podendo ser prorrogado a critério da Direção Geral da AGIR.

4.3 O início dos serviços relativos a contratação a que se refere este Contrato terá início a partir do 1º (primeiro) dia útil após o recebimento

do Contrato assinado.

4.4 Caso ocorram motivos de força maior ou as partes julguem necessário ao melhor atendimento dos objetivos deste Contrato, esse prazo poderá ser alterado de comum acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, desde que devidamente justificado.

#### Cláusula Quinta – Das Obrigações da Contratada

5.1 Além das obrigações naturais decorrentes deste instrumento são obrigações da CONTRATADA, durante todo o prazo de vigência contratual:

- I – Promover a organização técnica e administrativa do objeto do presente Contrato, de modo a obter eficiência na sua execução, de acordo com as condições técnicas e de habilitação;
- II – Conduzir os serviços em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal;
- III – Responsabilizar-se total e integralmente, direta e indiretamente, pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços;
- IV – Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo de Dispensa de Licitação;
- V – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, ou por seus prepostos, incluindo dados técnicos e operacionais sobre o objeto;
- VI – Adequar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo ou que não atenda a finalidade;
- VII – Executar o objeto nas condições e prazos estabelecidos no presente contrato;
- VIII – Não subcontratar o objeto deste contrato, devendo os serviços ser prestados pelos profissionais da CONTRATADA;
- IX – Cumprir todas as datas, horários e compromissos estabelecidos formalmente pela CONTRATANTE;
- X – Arcar com eventuais danos causados a terceiros, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus contratados, obrigando-se a substituí-los ou indenizando a CONTRATANTE pelo prejuízo causado;
- XI – A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados por esta Agência; e
- XII – A existência e atuação de fiscalização por parte da CONTRATANTE em nada restringe as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da CONTRATADA, no que concerne ao objeto deste contrato.

#### Cláusula Sexta – Das Obrigações da contratante

6.1 Além das obrigações naturais decorrentes do presente contrato constituem obrigações da CONTRATANTE:

- I – Pagar o valor devido no prazo avençado;
- II – Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto em todas as suas etapas;
- III – Proceder a todas as diligências necessárias à perfeita execução do serviço; e
- IV – Publicar no Diário Oficial dos Municípios o extrato deste Contrato e todas suas alterações.

#### Cláusula Sétima - Das Penalidades

7.1 A CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento de multa, no valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em razão do inadimplemento contratual, devidamente verificado e confirmado pela CONTRATANTE, com a ciência da CONTRATADA, através do devido processo de penalidade.

#### Cláusula Oitava - Da Rescisão

8.1 O presente instrumento contratual poderá ser rescindido:

I – A critério da CONTRATANTE, quando a CONTRATADA:

- a) subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato;
- b) não cumprir ou cumprir irregularmente qualquer obrigação contratual;
- c) falir, dissolver a sociedade ou modificar sua finalidade de modo que prejudique a execução do contrato;
- d) outras hipóteses previstas no Artigo 78 da Lei nº. 8666/93.

II – Pela CONTRATADA, quando a CONTRATANTE inadimplir quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste contrato.

§ 1º. Poderá o presente contrato ser rescindido por mútuo acordo, recebendo a CONTRATADA o valor pela execução do objeto até a data da rescisão, excluída, sempre, qualquer indenização por parte da CONTRATANTE.

§ 2º. Quando a rescisão se der pelo motivo previsto no item II, persistirá a responsabilidade da CONTRATANTE pelo pagamento do objeto executado e não pago.

§ 3º. Quando o CONTRATADA der causa à rescisão do contrato, além da multa prevista neste instrumento, ficará sujeita às seguintes sanções previstas na Lei nº. 8666/93.

#### Cláusula Nona - Das Despesas Orçamentárias

9.1 Os recursos correrão por conta da Dotação: Projeto atividade 4.122.2010.2012 – Manutenção das Atividades da AGIR. Elemento de despesa: 3.3.9.0.00 – Aplicação Direta. 1000816 – Recursos Ordinários – AGIR - Taxas.

#### Cláusula Décima - Do Foro

10.1 As partes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste instrumento contratual, perante o Foro da Comarca de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas. Blumenau (SC), em 09 de maio de 2016.

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR

HEINRICH LUIZ PASOLD – Diretor Geral

- CONTRATANTE -



Empresa AMONDI NEGOCIOS PUBLICOS LTDA - ME (CNPJ nº 21.985.974/0001-41)

CONTRATADA

REGINA RUSSI DA SILVA PINHEIRO

Titular/Representante legal – CPF nº 034.303.309-71

Testemunhas:

ANA CLAUDIA HAFEMANN  
Agente Administrativo  
CPF nº 071.611.199-36

VANESSA FERNANDA SCHMITT  
Diretora Administrativa da AGIR  
CPF nº 038.188.129-69

## CIGA

### Extrato de Contrato n. 258 - Prefeitura Municipal de Camaçari

EXTRATO DE CONTRATO Nº 258/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Camaçari

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Camaçari

CNPJ: 14.109.763/0001-80

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 13/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 21.335,00 (vinte e um mil e trezentos e trinta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 22 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

### Extrato de Contrato n. 259 - Prefeitura Municipal de Princesa

EXTRATO DE CONTRATO Nº 259/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Princesa

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Princesa

CNPJ: 01.612.836/0001-00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: Termo Aditivo 16/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC):

serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 1.950,00 (um mil e novecentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 17 de maio de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

### Extrato de Contrato n. 260 - Câmara Municipal de Pinhalzinho

EXTRATO DE CONTRATO Nº 260/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Pinhalzinho

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Pinhalzinho

CNPJ: 01.752.406/0001-93

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.726,00 (três mil e setecentos e vinte e seis reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 261 - Câmara Municipal de Campo Alegre**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 261/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Campo Alegre

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Campo Alegre

CNPJ: 83.536.862/0001-60

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 02/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 2.808,00 (dois mil e oitocentos e oito reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 11 de maio de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 262 - Câmara Municipal de Vitor Meireles**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 262/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Vitor Meireles

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vitor Meireles

CNPJ: 79.373.460/0001-15

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 02/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 2.808,00 (dois mil e oitocentos e oito reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 10 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 263 - Câmara Municipal de Vidal Ramos**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 263/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Vidal Ramos

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 05/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 2.808,00 (dois mil e oitocentos e oito reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 02 de maio de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 264 - Prefeitura Municipal de Abdon Batista**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 264/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Abdon Batista

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Abdon Batista

CNPJ: 78.511.052/0001-10

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 60/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:



Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.320,00 (sete mil e trezentos e vinte reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 02 de maio de 2016.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 265 - MUNICÍPIO DO RECIFE**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 265/2016  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MUNICÍPIO DO RECIFE  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DO RECIFE  
CNPJ: 10565000/0001-92

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 44

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 27.840,00 (vinte e sete mil e oitocentos e quarenta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 27 de fevereiro de 2017.

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2016.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

### **CIMVI**

#### **CONTRATO Nº 2016/007 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2016/007  
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI  
CONTRATADO: Celso Ricardo de Oliveira Eireli EPP  
OBJETO: Alteração do prazo de execução para 120 (cento e vinte) dias e acréscimo de 21,91% ao valor contratual alusivo ao item 10.

Íntegra em [www.cimvi.sc.gov.br>contratos>prestação de serviços](http://www.cimvi.sc.gov.br>contratos>prestação de serviços)

Timbó, 13 de maio de 2016.  
HARTWIG PERSUHN  
Presidente

### **CIS/AMOSC**

#### **EDITAL Nº 02/2016**

EDITAL Nº 02/2016

VILMAR FOPPA, Prefeito de Caxambu do Sul e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VI do art. 17 do Estatuto Social:

#### **CONVOCA**

Art. 1º Os Prefeitos dos Municípios filiados e os Secretários Municipais de Saúde, para a Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina, em

comemoração ao 20 anos de fundação do CIS-AMOSC, a realizar-se:

Data: 01 de julho de 2016 – sexta-feira  
Local: ECO EVENTOS, Rua Balduino Nicknick, 400 E, Cabeceira da Barragem/Engenho Braum Chapecó - SC  
Horário: 10 horas

Art. 2º A Assembleia Geral Ordinária terá como assuntos principais:

I. Homenagem aos fundadores, presidentes, colaboradores e credenciados;  
II. Lançamento do folder institucional;

III. Apresentação da galeria de presidentes;  
IV. Pronunciamento das autoridades;

Art. 3º Esta convocação entra em vigor nesta data.

Chapecó, SC, 31 de maio de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito de Caxambu do Sul

Presidente do CIS-AMOSC

#### **EXTRATO TERMO ADITIVO**

EXTRATO TERMO ADITIVO 05/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº29/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA.

CNPJ: 06.935.554/0001-67

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e MARCOS WAVZENKIEVICZ, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 08/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº14/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 05.201.539/0001-22

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e LUIZ SULCHINSKI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 11/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº37/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: S & R DISTRIBUIDORA LTDA.

CNPJ: 04.889.315/0001-92

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e SERGIO JACIR PORTELA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 04/2016 - ATA DE REGISTRO DE

PREÇOS Nº36/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 85.247.385/0001-49

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 05/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº09/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 05.782.733/0001-49

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e RENATA CASAGRANDE GALIOTTO, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 08/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº11/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.

CNPJ: 67.729.178/0004-91

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ALESSANDRA FERNANDA RIGO, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 10/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 03.652.030/0001-70

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde

do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e EDIVAR SZYMANSKI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 11/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 03.652.030/0001-70

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e EDIVAR SZYMANSKI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 13/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

CNPJ: 00.802.002/0001-02

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e MAICON CORDOVA PEREIRA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 04/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº27/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 04.071.245/0001-60

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e VANESSA PORTO DA SILVA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 11/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: A. G. KIENEN E CIA LTDA.

CNPJ: 82.225.947/0001-65

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e RICARDO A. G. CALDART, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 02/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº05/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 13.568.558/0001-10

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e IJOWI TOBIN DILDA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 02/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº26/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: KLIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 11.011.226/0001-04

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e MANUELLA SAMONEK HAAS, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 05/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº28/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: LIFE CENTER COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP.

CNPJ: 21.227.039/0001-16

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e JAIME CERUTTI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 04/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº13/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI.

CNPJ: 15.025.636/0001-65

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e JACKSON ANTONIO BUGANÇA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 05/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº30/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 94.894.169/0001-86

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 06/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº10/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 94.516.671/0002-34

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e DAIANE LIMBERGER DIAS, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 04/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº18/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA – EPP.

CNPJ: 76.386.283/0001-13

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e MAURÍCIO MACIAG, doravante denominado FORNECEDOR.

## EXTRATOS DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 07/2016

PRESTADOR: MARINA ELIZIA MARCON E CIA LTDA ME – VASA ANGIOLOGIA CLINICA.

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Serviços médicos em angiologia.

VIGÊNCIA: A partir de maio de 2016.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 08/2016

PRESTADOR: RICARDO LIRA DA COSTA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Consulta e Procedimentos em Otorrinolaringologia.

VIGÊNCIA: A partir de maio de 2016.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 09/2016

PRESTADOR: CARINE TONELLO

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia Psicológica.

VIGÊNCIA: A partir de maio de 2016.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 10/2016

PRESTADOR: QUALILAB LABORATORIO LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Exames de Análises Clínicas.

VIGÊNCIA: A partir de maio de 2016.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 11/2016

PRESTADOR: ADALBERTO CIARINI ME

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Exames de Análises Clínicas.

VIGÊNCIA: A partir de maio de 2016.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 12/2016

PRESTADOR: CENTRO DE MEDICINA HIPERBARICA CACADOR

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Sessões de Oxigenoterapia.

VIGÊNCIA: A partir de maio de 2016.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 13/2016

PRESTADOR: CRISTIANE WICKERT

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia Psicológica.

VIGÊNCIA: A partir de maio de 2016.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 14/2016

PRESTADOR: CLINICA MEDICA HIPPLER LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Sessões de Fisioterapia e Exames em Fonoaudiologia.

VIGÊNCIA: A partir de maio de 2016



**CIS/AMURES****ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO 2016 CIS AMURES**

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMURES NO ANO DE 2016. Aos vinte e cinco dias do mês de Maio de dois mil e dezesseis, estiveram reunidos nas dependências do CIS/AMURES, a Comissão de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde, composta por Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão e Pregoeiro e equipe de apoio formado pelas senhoras Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro, Denise Regina Alves, Denise Oliveira. Foram analisadas as documentações recebidas para credenciamento das seguintes empresas: CLINI SERRA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, VALESKA DE COSTA, CLÍNICA MÉDICA HENNING. Após análise e conferência dos documentos exigidos segundo os itens 5.1 (Cinco ponto hum) e 5.2 (Cinco ponto dois) do Processo de Inexigibilidade de Licitação de dois mil e dezesseis e Edital de Credenciamento de dois mil e dezesseis, foram consideradas habilitadas, eis que apresentaram toda a documentação para o credenciamento. Encerrado o processo de habilitação das empresas citadas, procedeu-se a declaração de inexigibilidade de licitação, o termo de ratificação e o Extrato de Inexigibilidade de Licitação para publicação no Diário Oficial dos Municípios. Estiveram presentes: Guilherme Rangel Bianchini – Presidente Comissão de Licitação (Pregoeiro); Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro, Denise Regina Alves, Denise Oliveira (equipe de apoio).

-----  
GUILHERME RANGEL BIANCHINI  
Presidente Comissão de Licitação CIS/AMURES  
-----

DENISE REGINA ALVES  
(Equipe de apoio)

DENISE OLIVEIRA  
(Equipe de apoio)

NEIVA GLAUCIA FERNANDES RIBEIRO  
(Equipe de apoio)

**ATA Nº 05/2016 - REUNIÃO PREFEITOS CIS/AMURES**  
Ata nº 05/16

Aos dezessete dias do mês de maio de 2016, estiveram reunidos em assembleia, os prefeitos dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES. A referida assembleia aconteceu juto a Associação de Municípios da Região Serrana – AMURES e CISAMA. Tendo como local o auditório da Amures. A diretora executiva Nalú Júlio, cumprimentou aos presentes, agradeceu as presenças e informou que o Presidente do CIS/AMURES, não pode comparecer na reunião, porém a vice-presidente, Prefeita de Cerro Negro, Sra. Sirlei Kley estava presente. Nalú passou a palavra para a prefeita, que delegou a Nalú que conduziu os trabalhos. A mesma assim o fez. Iniciou falando a respeito do orçamento do CIS, para 2017. Disse que alguns municípios aprovam seus orçamentos no mês de junho, e outros no mês de outubro e que está solicitando aos secretários municipais de saúde. No entanto até a presente data somente cinco enviaram. A prefeita Sirlei Kley, perguntou porque estes municípios previam o orçamento já no mês de junho? E se alguns destes estavam presentes. Não havia nenhum presente. Os prefeitos decidiram então votar o orçamento do CIS/AMURES no mês de setembro. Ficou acordado realizar a assembleia em setembro, juntamente com o CISAMA. O seguinte assunto da pauta seria a apreciação da prestação de contas de janeiro a

abril do corrente. Como não havia quorum os prefeitos presentes decidiram que seria reagendado uma reunião com o Conselho Fiscal para apreciação mais breve possível e que a aprovação ficaria para a próxima assembleia. Nalú informou aos prefeitos que o município de Curitiba solicitou a possibilidade de associar-se ao CIS/AMURES. Disse que está previsto no estatuto a adesão de outros municípios desde que seja aprovado em assembleia. Nalú esclareceu que não haverá prejuízo aos municípios já consorciados, tendo em vista que vários serviços já são credenciados em Curitiba, os demais municípios utilizam os serviços, no entanto Curitiba até a presente data não usufrui dos benefícios por não fazer parte do CIS/AMURES. Falou que, para fazer parte do CIS/AMURES eles terão que fazer a lei municipal autorizando e pagar ao CIS/AMURES, um valor inicial de adesão. Este valor é devido ao investimento do patrimônio do CIS/AMURES. Os prefeitos presentes deliberaram que a diretora executiva, juntamente com o prefeito de Campo Belo do Sul, Pe. Edilson Souza fará a proposta, baseado em dados do patrimônio para estabelecer a taxa de adesão para possível ingresso do município de Curitiba no CIS/AMURES e que a deliberação dar-se-á na próxima assembleia. A vice-prefeita de Capão Alto, perguntou a respeito das cirurgias ginecológicas. Nalú respondeu que estava sendo providenciado para serem realizadas as cirurgias: ginecológicas, geral, de varizes, adenoide, ortopedia, entre outras cirurgias eletivas no Hospital de Bom Retiro. O prefeito de Bom Retiro, Sr. Albino Gonçalves Padilha estava presente e confirmou a informação. No entanto, o hospital devido as dificuldades financeiras, não conseguiu comprar os materiais para as referidas cirurgias e solicitou mais tempo. Como já muitos pacientes haviam sido preparados com os exames pré-operatório, a equipe médica de Florianópolis, que viria para Bom Retiro, sugeriu o Hospital do município de Urussanga. Trata-se de um hospital com boa estrutura. Assim sendo a equipe do CIS/AMURES, contactou os secretários municipais de saúde e os que concordaram estão sendo atendidos naquele município. Até a presente data já foram realizadas mais de 40 (quarenta) cirurgias. Todos os municípios concordaram. Os pacientes tem voltado bastante satisfeitos com o atendimento. Os encaminhamentos estão sendo organizados através do Consórcio. Os prefeitos presentes manifestaram-se satisfeitos, mas continuam solicitando o apoio para o hospital da região, como é filosofia do SUS e dos Consórcios Públicos. Nalú trouxe a solicitação dos Secretários Municipais de Saúde, para participarem juntamente com os respectivos prefeitos. Lembrou que já foi sugerido outras vezes e a mesma havia sido voto vencido. A prefeita Sirlei de Cerro Negro, manifestou falando da relevância desta decisão. Os demais prefeitos concordaram com a proposta. Sempre que houver decisões e/ou informações, os Secretários Municipais de Saúde, também serão convidados a participar. Nalú falou que a exemplo das demias reuniões fará uma ata e encaminhará por meio eletrônico a todos os prefeitos para apreciação e possíveis correções. Aguardará três dias úteis, não havendo manifesto, publicará a presente no Diário Oficial dos Municípios – DOM. Nada mais havendo a tratar, a Nalú agradeceu aos prefeitos e passou a palavra ao prefeito de Rio Rufino, Presidente da Amures para fazer o encerramento das assembleias. Estiveram presentes: Sr. Ademar de Bona Sartor, Prefeito de Rio Rufino; Sr. Albino Gonçalves Padilha, Prefeito de Bom Retiro; Sr. Flávio Antonio Neto da Silva, Prefeito de Painel; Sra. Rita Silvana Costa, Vice-prefeita de Capão Alto; Sr. Lindomar Khunen, Prefeito de Ponte Alta; Sra. Sirlei Kley Varela, Prefeita de Cerro Negro; Sr. Humberto Brighenti, Prefeito de São Joaquim; Sr. Elizeu Matos, Prefeito de Lages; Sr. Arno Tadeu Marian, Prefeito de São José do Cerrito; Sr. Marcos Belfart, Vice-prefeito de Correia Pinto; Sr. Edelvânio Topanotti, Prefeito de Bom jardim da Serra; Pe. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul; Sr. Luiz Carlos Schmulder, Prefeito de Bocaina do Sul; 2º Tenente Dário Aguiar Vieira, Chefe da SAT do 5º BBM de Lages; Sr. Lauro Santos, Assistente

Social AMURES e CISAMA; Sra. Ana Márcia, Jornal O Momento; Sr. Felisberto Miguel Pereira, Chefe de Gabinete de Campo Belo do Sul; Sr. Selênio Sartor, diretor CISAMA; Sra. Dalva Vieira, Secretária de Educação de São Joaquim, Sr. João Carlos Sesti, assessor de São José do Cerrito e Nalú Terezinha Júlio, Diretora Executiva CIS/AMURES.

Ademar de Bona Sartor Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito de Rio Rufino Prefeito de Bom Retiro

Flávio Antonio Neto da Silva Rita Silvânia Costa  
Prefeito de Painel Vice-prefeita de Capão Alto

Lindomar Khunen Sirlei Kley Varela  
Prefeito de Ponte Alta Prefeita de Cerro Negro

Humberto Brighenti Elizeu Matos  
Prefeito de São Joaquim Prefeito de Lages

Arno Tadeu Marian Marcos Beffart  
Prefeito de São José do Cerrito Vice-prefeito de Correia Pinto

Edelvanio Topanotti Pe. Edilson José de Souza  
Prefeito de Bom jardim da Serra Prefeito de Campo Belo do Sul

Luiz Carlos Schmuller Nalú terezinha Júlio  
Prefeito de Bocaina do Sul Diretora Executiva CIS/AMURES

Selênio Sartor  
Diretor CISAMA

### **EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016 CIS/AMURES**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2016 – CIS/AMURES

O Presidente da Comissão de Licitação, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente do CIS/AMURES, pela emissão da DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Empresa: CLINI SERRA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, para prestação de serviços ao CIS/AMURES, pelo valor conforme tabela anexada no Edital 01/2016 de Consulta médica em atenção especializada e procedimentos em múltiplas especialidades.

Período de duração: 01 (um) ano, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Lages, 03 de Maio de 2016. Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão de Licitação (Pregoeiro).

### **EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016 CIS/AMURES**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2016 – CIS/AMURES

O Presidente da Comissão de Licitação, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente do CIS/AMURES, pela emissão da DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Empresa: VALESKA DE COSTA, para prestação de serviços ao CIS/AMURES, pelo valor conforme tabela anexada no edital 01/2016 para Consultas e Exames em nutrição.

Período de duração: 01 (hum) ano, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Lages, 10 de Maio de 2016. Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão de Licitação (Pregoeiro).

### **EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016 CIS/AMURES**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2016 – CIS/AMURES

O Presidente da Comissão de Licitação, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente do CIS/AMURES, pela emissão da DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Empresa: CLÍNICA MÉDICA HENNING LTDA - ME, para prestação de serviços ao CIS/AMURES, pelo valor conforme tabela anexada no edital 01/2016 para Consultas e Exames em psiquiatria.

Período de duração: 01 (hum) ano, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Lages, 09 de Maio de 2016. Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão de Licitação (Pregoeiro).

### **HOMOLOGAÇÕES DE CONTRATOS MAIO DE 2016 CIS AMURES**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS

Edital de Credenciamento Nº 01/2016

HOMOLOGAÇÃO DE RENOVAÇÕES DE CONTRATOS

Empresa
CLÍNICA DE REABILITAÇÃO E FISIOTERAPIA MARTINS LTDA
TATIANE FLORES TATI NUTRICIONISTA
CATES CLINICA ATEND. ESPEC. ASS. RECURSOS HUMANOS
MATERNITE EXAMES DE IMAGEM O OBSTETRICIA LTDA
INSTITUTO CAT. DE ORL E MEDICINA DO SONO LTDA
CLÍNICA MULTIPROFISSIONAL DE SAÚDE LTDA ME
CARDIOVIDA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - EPP
SERRANA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
CLÍNICA DE FISIOTERAPIA FISIOSUL LTDA
CLÍNICA NUCLEAR LIFE LTDA
CLÍNICA DA ALMA SERVIÇOS DE PSICOLOGIA LTDA
WM SAÚDE LTDA
CLÍNICA DE SAUDE APLICADA
CENTRO DE DIAGNOSTICO DE DOENÇAS DIGEST. E PSICOLO. LTDA
GRANZOTTO MARTINS & ROSADO LTDA

Lages, 31 de Maio de 2016.

Pe. Edilson José de Souza

Presidente CIS/AMURES

### **PORTARIA Nº 05/2016 - CIS/AMURES**

PORTARIA Nº 05 / 2016

NOMEAÇÃO DE EMPREGO PÚBLICO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, Prefeito de Campo Belo do Sul, Sr. Edilson José de Souza, no uso de suas atribuições que lhe confere seu respectivo estatuto, em seu artigo 22, inciso XX, e tendo em vista a classificação no concurso Público homologado em 22 de Setembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear nos termos do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal do Brasil, 1988, a Sra. ANA PAULA MEDEIROS PADILHA KIBA, para exercer em caráter de emprego público, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, não havendo portanto, direito a estabilidade de emprego, conforme prevê a lei 11.107 de 06 de Abril de 2005, nível médio, criado pelo estatuto social em 30



de Setembro de 2013, do quadro de pessoal do CIS/AMURES, no cargo de DIGITADOR e carga horária de 40 horas semanais. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 01 de Junho de 2016.  
EDILSON JOSÉ DE SOUZA  
Presidente do CIS/AMURES

## **TERMO DE POSSE EMPREGO PÚBLICO ANA PAULA MEDEIROS KIBA**

TERMO DE POSSE PARA CARGO DE EMPREGO PÚBLICO – REGIDO PELA CLT “CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO”

### **1-TERMO DE POSSE:**

Eu, ANA PAULA MEDEIROS PADILHA KIBA, brasileira, casada, residente e domiciliada a Rua Hercílio Luz, nº 542, Bairro Centro, na cidade de Lages, SC, comprometo-me, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal do Brasil, de 1988, a cumprir as atribuições, deveres e responsabilidades, em caráter de emprego

público, regido pela CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, não havendo, portanto, direito a estabilidade de emprego, conforme Lei nº 11.107, que rege os Consórcios Públicos, inerentes ao cargo de DIGITADOR, criado pelo estatuto social em 30 de Setembro de 2013, do quadro pessoal do CIS/AMURES, com carga horária de 40 horas semanais, nomeado pela Portaria nº 05 de 01 de Junho de 2016, publicado no DOM de 01 de Junho de 2016, em virtude de aprovação em concurso público, homologado em 02 de Setembro de 2014.

Apresento desde já a declaração de bens e valores que constituem meu patrimônio e atesto, sob as penas da lei, não exercer outro emprego ou função pública municipal, estadual ou federal, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal do Brasil de 1988.

Lages, 01 de Junho de 2016.  
EDILSON JOSÉ DE SOUZA  
Presidente CIS/AMURES

ANA PAULA MEDEIROS PADILHA KIBA  
Empossado

## **CONSÓRCIO CISAMA**

### **ATA AGO CISAMA - MAIO/2016**

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA – LAGES - 17 DE MAIO DE 2016.

Aos dezessete dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, com início às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, no auditório da Associação dos Municípios da Região Serrana – Amures, situado na Rua Otacílio Vieira da Costa, 112 - Lages, reuniram-se Prefeitos e Vice-Prefeitos entre outras pessoas abaixo relacionadas, para tratarem da seguinte pauta: 1) Leitura, discussão e aprovação da ata anterior; 2) Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público para implementação do Programa Saúde Fiscal: proposta de alteração do Contrato de Consórcio Público; 3) Termo de Ajustamento de Conduta para regularização de cascalheiras nos municípios consorciados e; 4) Assuntos Gerais. Inicialmente foi feita a composição da mesa com o Presidente da Amures, prefeito de Rio Rufino, Ademar De Bona Sartor e o Presidente do Cisama, prefeito de São Joaquim, Humberto Luiz Briguentti. O Presidente do Cisama saudou os presentes e, passou ao primeiro item da ordem do dia com a discussão e aprovação da ata da reunião anterior por unanimidade dos presentes. Sobre o Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público para implementação do Programa Saúde Fiscal a Dra. Zenalda Vanin lembrou os presentes que no ano de 2013 no município de Urubici, os prefeitos assinaram um termo de cooperação técnica com o Tribunal de Contas, para melhorias na arrecadação de tributos (ITBI, ISS, entre outros). Na época foi definido que seria estabelecido através de Projeto de Lei dos Municípios que, o julgamento de recursos de segunda instância seria feito por um Conselho Intermunicipal de Tributos e este por sua vez, seria ligado ao Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA. Explicou que o Termo de Cooperação representa uma parceria com o Ministério Público na implementação do programa e, que caberia aos municípios dar prosseguimento à implementação dos meios legais. A Dra. Zenalda avaliou outros programas implementados no Estado, inclusive através de consórcios e elaborou uma minuta com as sugestões de alteração do estatuto do CISAMA para atender aos recursos de ordem fiscal na melhor forma jurídica e operacional possível, com o menor custo para os municípios. Esteve afastada por motivos de saúde e não acompanhou os últimos encaminhamentos dados à implementação do programa. A Secretária Executiva Iraci Vieira, prosseguiu o tema relatando que na última reunião do CISAMA realizada no dia 30 de março, os prefeitos decidiram aguardar a manifestação do Ministério Público.

Que no dia 29 de março participou de uma reunião na FECAM, ocasião em que foi informada pelo MP que os municípios da região iriam receber um documento em forma de questionário para levantar informações sobre a implementação do programa saúde fiscal. O questionário é Estadual e visa fazer um diagnóstico das ações realizadas pelos municípios na implementação das instâncias de julgamento em segundo grau. O Diretor Executivo do CISAMA, Selênio Sartori, falou que a segunda instância de julgamento de recursos tributários deve ser sólida do ponto de vista legal. Destacou que contribuintes que foram condenados passaram a questionar a legitimidade da instância que os julgou. Ou seja, para o CISAMA abrigar esta instância de julgamento, faz-se necessária a alteração do Contrato de Consórcio Público. Destacou novamente as cláusulas do Contrato de Consórcio Público que precisam ser alteradas: desde a alteração no objeto e objetivos do consórcio; direitos e deveres dos consorciados; a instituição de um Conselho Intermunicipal de Tributos, sua composição e competências; a instituição de um cargo de coordenador de recursos tributários e a consequente alteração no anexo do contrato de consórcio público que trata do emprego público de livre nomeação. A proposta de alteração estatutária foi entregue aos presentes sendo uma forma de implantar o programa saúde fiscal, visando atender o Termo de Cooperação Técnica já realizado entre os municípios e o Ministério Público. Colocada a matéria em discussão, ficou decidido entre os presentes que o CISAMA será a segunda instância de julgamento de recursos tributários dos municípios consorciados. Para tanto, o Cisama deverá convocar uma assembleia geral extraordinária para alteração do estatuto, constituindo o Conselho Intermunicipal Tributário e os meios para implantar o programa em conjunto com os Municípios. Sobre a proposta de Termo de Ajustamento de Conduta para regularização de cascalheiras nos municípios consorciados, o Diretor falou da aprovação do Projeto de Lei 77/2015, no qual os municípios foram isentos das taxas do órgão ambiental para a regularização das cascalheiras que fazem uso para a manutenção e recuperação das estradas. Antes a regularização esbarrava nos custos das taxas ambientais e, de hora em diante o limitante será o rito de elaboração, apresentação e aprovação dos projetos de licenciamento. Explicou que está tramitando na ALESC o PL 084/2016 que visa dispensar o licenciamento ambiental para cascalheiras rurais a serem utilizadas para manutenção e melhorias de estradas municipais, estaduais e acessos à imóveis rurais, utilizadas pelo poder público sem o propósito de comercialização. Com o contrato de prestação de serviços para regularização de cascalheiras retomado, o Cisama

buscou junto a Polícia Militar Ambiental e o MP um meio para ampliar os prazos de regularização de cascalheiras e assim possibilitar aos municípios a utilização do minério ao passo que seguem o rito junto ao DNPM e FATMA para a regularização das cascalheiras. Assim, foi construído um Termo de Ajustamento de Conduta entre os municípios, o MP, Cisama, BPMA e FATMA que prevê que até maio de 2017, cada município tenha ao menos uma cascalheira regularizada e, até maio de 2018 os municípios tenham pelo menos mais uma ou tantas quantas cascalheiras consiga regularizar. Segundo o TAC, encerra em 2019 o prazo para que os municípios deixem de explorar qualquer cascalheira que não esteja regularizada. Após a discussão, o Presidente do Cisama colocou a matéria em votação, sendo aprovado por unanimidade a assinatura do TAC para regularização de cascalheiras. Em assuntos gerais, foi realizada a entrega do veículo gol à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP, que está realizando um trabalho de formação de cooperativas de catadores de resíduos sólidos na região serrana. Nada mais havendo para tratar, encerrou-se a presente ata, por mim lavrada e assinada pelos presentes. Lages (SC), 17 de maio de 2016.

Humberto Luiz Brighenti Prefeito de São Joaquim brasileiro, casado, RG: 254449 CPF: 207.450.010-68 Praça João Ribeiro, 01 São Joaquim/SC	Elizeu Matos Prefeito de Lages brasileiro, casado, RG: CPF: Rua Benjamim Constant, 13 Lages/SC
Albino Gonçalves Padilha Prefeito de Bom Retiro brasileiro, casado, RG: 856968 CPF: 618.287.349-34 Avenida 24 de Outubro, 715 Bom Retiro/SC	Flávio Antonio Neto da Silva Prefeito de Painel, brasileiro, Casado, RG: CPF: 499.572.449-49 Rua Padre Antônio Trivelin, 237 Painel/SC
Sirlei Kley Varela Prefeita de Cerro Negro brasileira, viúva, RG 1.820.947-5 CPF: 540.875.209-78 Rua Orides Delfes Furtado, 739 Cerro Negro/SC	Marcos Fabiano Beffart Vice Prefeito de Correia Pinto brasileiro, casado, RG: CPF: Avenida Duque de Caxias, 1569 Correia Pinto/SC

Arno Tadeu Marian Prefeito de São José do Cerrito, brasileiro, casado, RG: 125378-6 CPF: 392.333.248-34 R. Anacleto da Silva Ortiz, 127 São José do Cerrito/SC	Ademar de Bona Sartor Prefeito de Rio Rufino brasileiro, casado, RG: 147.919-9 CPF: 295.870.009-78 R. João Oselame, s/n Rio Rufino/SC
Edelvanio Nunes Topanoti Prefeito de Bom Jardim da Serra brasileiro, casado, RG: 1759000 CPF: 507.326.505-25 Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Bom Jardim da Serra/SC	Lindomar Stange Kuhn Prefeito de Ponte Alta brasileiro, casado, RG: 266.760 CPF: 743.722.899-87 Rua Jeremias da Rocha, 130 Ponte Alta/SC
Rita Silvana Costa Vice Prefeita de Capão Alto Brasileira, casada, CPF: 682.895.109-34 Rua, Otacílio Costa	Selênio Sartori Diretor Executivo do CISAMA, brasileiro, casado, RG: 1965.881-8 CPF 712.938.849-87 Av. Papa João XXIII, 1445 Lages/SC
Lauro Francisco dos Santos Assistente Social do CISAMA RG: 884377 CPF: 490.355.339-68 Rua Frei Rogério, 15 Apto 204 Lages/SC.	Claiton Martins Médico Veterinário SIM RG: 4149997 CPF: 041.179.239-35 Rua: Paulo Anacleto Rodrigues São Joaquim/SC
Iraci Vieira de Souza Secretária Executiva, brasileira, Divorciada, RG: 2.827.016-9 CPF: 811.574.019-53 Rua: Teixeira de Freitas, 285	Neide Rodrigues da Silva Administradora do CISAMA RG: 1.47.227 CPF 021.223.189-88 Rua: João Cláudio Farinhas, 678
Katynara Goedert Engenheira Sanitarista do CISAMA RG: 4.274.786 CPF 051.815.949-30 Rua: Joaquim Nabuco,335	Andressa Steffen Barbosa Médica Veterinária do CISAMA RG: 3148020 CPF: 010.112.329-95 Rua: Rodrigues Alves, 249

## CIAPS

### 2016/003 - CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016/003 (FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL)

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.568.943/0001-95 com sede na Rua Quintino Bocaiuva, 204, Centro, CEP. 89135-000, Apiúna — SC, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado CIAPS, e de outro lado, POSTO AGRICOPEL LTDA, inscrito no CNPJ: 83.488.882/0009-60, neste ato representado pelo seu sócio Sr. Giovani Fávero, com CPF: 046.340.229-40, estabelecida na Avenida Quintino Bocaiuva, 269, Município de Apiúna/SC, CEP. 89.135-000, telefone: (47) 3353 1196, denominado CONTRATADO, que, ao final este subscreve, têm entre si justo e convencionalizado o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de combustível (gasolina comum) para os veículos da frota do CIAPS, durante o exercício de 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecimento/Abastecimento

2.1. Somente o abastecimento do veículo que portar a placa cadastrada junto ao CONTRATADO poderá ter seus valores debitados em nome

do CIAPS, que não se responsabilizará pelo fornecimento de combustível e quaisquer outros veículos, mesmo que de propriedade de seus funcionários.

2.2. O CIAPS reserva-se o direito de substituir quaisquer dos veículos relacionados, comunicando previamente ao CONTRATADO, por escrito, bem como alterar as quantidades e o tipo de combustível, de acordo com as suas necessidades e/ou conveniência.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Das Notas de Fornecimento

3.1. As notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deste contrato deverão conter obrigatoriamente a data do abastecimento, o número da placa do veículo, a sua quilometragem, o número de litros, o valor unitário e total e a assinatura/identificação do motorista responsável pelo veículo e do frentista responsável pelo abastecimento.

3.2. As referidas notas, emitidas pelo CONTRATADO, serão preenchidas pelo mesmo, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma via ao motorista para controle do CIAPS.

#### CLÁUSULA QUARTA – Dos Benefícios e Descontos

4.1. Durante a vigência do contrato, sempre que o preço à vista, ofertado pelo CONTRATADO no mercado, for menor que o preço contratado com o CIAPS, prevalecerá o valor à vista.

#### CLÁUSULA QUINTA – Do Preço Unitário e Valor Global Estimado

5.1. O preço unitário do fornecimento objeto deste contrato será o seguinte:

Item 01 - Gasolina comum/litro ..... R\$ 3,399 (três reais, trinta e nove centavos e nove décimos de centavos) por litro.

5.2. No valor acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

5.3. O valor global deste contrato fica estimado em R\$ 2.039,40 (Dois Mil e trinta e nove reais e quarenta centavos) para seu período de vigência.

#### CLÁUSULA SEXTA – Da Revisão de Preços

6.1. Os valores deste ajuste serão majorados mediante requerimento e comprovação de aumento do preço praticado pelas empresas distribuidoras de combustível, podendo também sofrer decréscimo, de acordo com as tendências de mercado.

6.2. Todas as alterações que majorarem o valor ajustado dependem da assinatura de Termo Aditivo ao presente contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. As despesas decorrentes deste contrato serão pagas quinzenalmente, sendo que se fatura por quinze dias com prazo de mais quinze dias para pagamento, ou seja, abastecimentos do 1º ao 15º dia do mês com vencimento para dia 30 do mesmo mês e faturas do 16º ao último dia do mês com vencimento para o dia 15 do mês subsequente ao do fornecimento do combustível, através do Departamento Financeiro/Contábil do CIAPS após a apresentação pelo CONTRATADO dos documentos comprobatórios do fornecimento de que trata a cláusula terceira deste contrato e respectiva Nota Fiscal, devidamente atestados e entregues com antecedência de ao menos 06 dias do vencimento.

7.2. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2016, podendo ser renovado para exercícios subsequentes, mediante novo instrumento contratual.

#### CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pelo CONTRATADO, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- b) Se o CONTRATADO revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante a vigência deste contrato.
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade do combustível fornecido pelo CONTRATADO.
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CIAPS.
- e) Se houver qualquer recusa do CONTRATADO em fazer o abastecimento e/ou fornecimento de combustível a que se obrigou por força

deste instrumento.

f) Se houver recusa do CONTRATADO em apresentar documento que comprove a procedência do combustível, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CIAPS solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência.

g) Por ato unilateral do CIAPS, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização ao CONTRATADO, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. Pela inexecução total ou parcial do presente contrato, o CIAPS, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as penalidades de advertência e multa, além da responsabilidade civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto nos arts. 86 a 88, da Lei no 8.666/93.

10.2. O CONTRATADO se responsabiliza a indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados a pessoas, bens ou equipamentos, desde que comprovados, pela execução inadequada dos serviços, ficando o CIAPS autorizado a descontar o valor correspondente dos pagamentos devidos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CIAPS:

Código Dotação	Descrição
06	CIAPS
06.001	Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial
08.301.0011.2001	Manutenção de Atividades de Saúde Mental
3339000000	Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Despesas de Celebração

12.1. As despesas relativas à celebração deste contrato correrão a expensas do CONTRATADO, excetuando-se a publicação, que será providenciada pelo CIAPS.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

As partes elegem o foro da Comarca de Ascurra (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Apiúna (SC), 02 de Maio de 2016.

CIAPS CONTRATADO

Nicanor Morro - Presidente Posto Agricopel Ltda.

Testemunhas:

Nome: Fredy Richard Eichstaed  
CPF nº: 020.366.099-45

Nome: Oziel Fernandes  
CPF nº :022.498.419-50

### 2016/004 - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS E LIMPEZA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº2016/004 (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA, AJARDINAMENTO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO).

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.568.943/0001-95 com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, CEP. 89135-000, Apiúna — SC, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro FERNANDO JOSÉ BONETE - FB SERVIÇOS, micro empresário individual (MEI), inscrito no CNPJ: 24.723.318/0001-69, neste ato representado pelo seu único sócio Sr. Fernando José Bonete, com CPF: 058.157.839-27, email: fernandobonete@outlook.com.br estabelecida na Rua 2A Rio do Sul, 26, Centro, Município de Apiuna/SC, CEP. 89.135-000, telefone: (47) 8875-0923, denominado CONTRATADA, que, ao final este subscreve, têm entre si justo e convencionado a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA, AJARDINAMENTO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, com fundamento no artigo 24, inciso II e § 1º, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, em consonância com as cláusulas que seguem:

#### 1. OBJETO DO CONTRATO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços gerais de limpeza, ajardinamento, manutenção e conservação nas instalações do CONTRATANTE, com atendimento em horário comercial, incluindo mão-de-obra de um agente do CONTRATADO.

## 2. PRAZO

2.1. O prazo de vigência do presente instrumento terá seu início na data de sua assinatura e seu término no dia 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

2.2. O fornecimento do objeto terá início imediatamente após a assinatura deste instrumento.

## 3. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a quantia mensal de R\$ 900,00 (novecentos reais), com quitação até o décimo (10º) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

3.2. O CONTRATADO fica ciente de que, por ocasião dos pagamentos mensais, ocorrerá a retenção de INSS e ISS e, caso não seja optante do Simples Nacional, incidirão também as retenções determinadas pela legislação (PIS, COFINS, CSLL e IRPJ). Ademais, a não entrega do comprovante de recolhimento do FGTS e do INSS de seu empregado (caso exista), que tenha atuado no atendimento ao CONTRATANTE no mês anterior, autoriza a este, segundo seu juízo discricionário, a não efetivar qualquer pagamento até que os referidos documentos sejam apresentados.

3.3. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CONTRATANTE:

Código Dotação	Descrição
06	CIAPS
06.001	Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial
08.301.0011.2001	Manutenção de Atividades de Saúde Mental
3339000000	Aplicações Diretas
1000.115	Recursos Ordinários CIAPS Manut

## 4. DO MODO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. O CONTRATADO fica sujeito às seguintes diretrizes no cumprimento deste contrato:

a) Prestar os serviços de acordo com as orientações do gestor responsável no local, em concordância com o cronograma de trabalho previamente determinado entre as partes;

b) O CONTRATADO manterá sede comercial própria na qual possa ser localizado seu preposto ou responsável. O agente que o CONTRATADO designar para execução dos serviços contratados atuará na sede do CONTRATANTE;

c) Os materiais necessários a execução do objeto contratado serão fornecidos pelo CONTRATANTE, que irá disponibilizá-los em sua sede. O uniforme do agente destacado (opcional) e equipamentos de proteção individual (obrigatórios) deverão ser fornecidos pelo CONTRATADO sem qualquer ônus ulterior para o CONTRATANTE;

d) O resultado material e intelectual das atividades desenvolvidas serão apropriados pelo CONTRATANTE, que poderá utilizá-los livremente e sem qualquer manifestação ou pagamento ulterior ao CONTRATADO.

4.2. O CONTRATADO deverá responsabilizar-se:

a) Pela qualidade técnica dos serviços prestados, reparando, corrigindo, removendo ou substituindo às suas expensas exclusivas, no todo ou parte, os serviços, objeto deste contrato, em que se verifiquem vícios, defeitos (aparente ou oculto) ou incorreções resultantes de não observância de especificações ou má qualidade da mão-de-obra;

b) Pela entrega, até o quinto (5º) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, no escritório do CONTRATANTE, da respectiva Nota Fiscal e cópia autenticada das guias GFIP e GPS devidamente quitadas a ser paga conforme mencionado em 3.2;

c) Pelo cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas ao(s) seu(s) funcionário(s)/agente(s);

d) Por todos os ônus decorrentes da legislação do Trabalho e da Previdência Social, bem como pelas reclamações trabalhistas eventualmente ajuizadas, e por quaisquer autos de infração lavrados pela fiscalização do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, com relação a toda mão-de-obra utilizada na prestação dos serviços ao CONTRATANTE, em decorrência do presente Contrato.

4.3. Caso o CONTRATANTE venha a ser instado a honrar qualquer pagamento seja de natureza trabalhista, previdenciária, tributária ou civil decorrente da mão-de-obra utilizada na execução deste contrato, é de responsabilidade do CONTRATADO restituir todas as despesas e gastos havidos com a defesa, em Juízo ou fora dele, inclusive honorários advocatícios e eventual indenização que poderá ser paga à pessoa reclamante.



4.4. O CONTRATADO se obriga a disponibilizar ao CONTRATANTE todos os documentos necessários para realização de auditoria, devendo:

- a) Separar com antecedência a documentação a ser auditada, inclusive da subcontratada;
- b) Colocar um funcionário à disposição da pessoa designada pelo CONTRATANTE para acompanhar a auditoria e atender a solicitação de documentos;
- c) Providenciar a regularização dos itens apontados pela auditoria do CONTRATANTE, dentro do prazo estabelecido.

## 5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

### 5.1. Compete ao CONTRATANTE:

- a) Pagar o preço contratado, conforme mencionado no item 3.1 deste contrato;
- b) Comunicar ao CONTRATADO eventuais ocorrências que envolvam o pessoal utilizado na execução dos serviços;
- c) Avisar com antecedência mínima de 01 (uma) semana o CONTRATADO, por escrito, a necessidade de troca de funcionário ou turno para a prestação do serviço, assim como, com até 02 (dois) dias de antecedência, dos feriados ou pontos facultativos onde não haverá expediente;
- d) Fornecer o material necessário à prestação dos serviços contratados.

## 6. SIGILO

### 6.1. O CONTRATADO deverá:

- a) Tratar de forma estritamente confidencial as informações levadas a seu conhecimento pelo CONTRATANTE, somente utilizando-as para fins contratados;
- b) Obter autorização por escrito do CONTRATANTE para divulgar toda e qualquer informação confidencial resultante dessa atividade conjunta;
- c) Dar aos seus administradores, funcionários e subcontratados, que tiverem acesso a informações confidenciais, ciência dessa condição, responsabilizando-se por qualquer violação que porventura venham eles a cometer;
- d) Comprometer-se com relação à violação do compromisso de sigilo, em seu próprio nome e em nome funcionários e subcontratados, responsabilizando-se assim, por perdas e danos (diretos e indiretos), multas e lucros cessantes sofridos pelo CONTRATANTE.

## 7. AUDITORIA

O CONTRATANTE poderá efetuar auditoria na documentação do CONTRATADO visando a verificação quanto ao cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária, civil e fiscal. Se julgar necessário, o CONTRATANTE comunicará ao CONTRATADO, sobre a data da realização da Auditoria.

## 8. DIVERSOS

8.1. O CONTRATADO declara que os serviços serão executados por seus funcionários, caso houver, os quais estão devidamente:

- a) Registrados em suas CTPS – Carteira do Trabalho e da Previdência Social;
- b) Avaliados clinicamente conforme determina a legislação vigente, no que diz respeito aos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) com base no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e no Programa de Prevenção de Riscos de Acidentes (PPRA);
- c) Preparados tecnicamente para execução de trabalhos em altura, uniformizados, portando crachá de identificação, e usando os devidos equipamentos de proteção individual e coletivo de segurança.

8.2. O objeto do Contrato não se confunde, de nenhuma forma, com o fim-social ou econômico do CONTRATANTE, caracterizando-se este, como atividade estranha e acessória à sua atividade-fim.

8.3. Este Contrato obriga as PARTES e os seus sucessores, a qualquer título, sendo as PARTES responsáveis pelos atos e omissões de seus respectivos funcionários, administradores ou gerentes, prestadores de serviços, contratados ou prepostos, sob qualquer denominação.

## 9. INADIMPLEMENTO

9.1. Se uma das PARTES for inadimplente nas suas obrigações e a falta cometida for passível de ser sanada, a parte que se considerar prejudicada notificará por escrito à outra, para que repare a violação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.



9.2. Decorrido esse prazo, sem que a parte considerada infratora tenha reparado a violação ou apresentado adequada justificativa de seus atos, a parte inocente poderá, caso as justificativas não sejam por ela aceitas considerar imediatamente rescindido esse Contrato, notificando, por escrito, a parte infratora que lhe será imputada a penalidade prevista no item 12.

#### 10. TOLERÂNCIA

10.1. A abstenção, pelas PARTES, do exercício de qualquer direito que lhes caiba e eventual concordância com atrasos no cumprimento ou inadimplemento de obrigações, não importa em alteração ou novação das obrigações contratuais, nem afetará os direitos e faculdades outorgadas às PARTES, os quais poderão ser exercidos em qualquer tempo.

#### 11. RESCISÃO

11.1. Este Contrato será considerado rescindido, de pleno direito, independentemente de aviso, notificação judicial ou administrativa, em caso de:

- a) Descumprimento das obrigações constantes deste Instrumento;
- b) Extinção, insolvência notória, pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou decretação de falência de uma das PARTES.

#### 12. PENALIDADE

12.1. A parte que descumprir as obrigações contratuais bem como as disposições constantes nas especificações técnicas deste instrumento, arcará com a multa de até 10% (dez por cento) do valor global do Contrato, reservando-se, à parte prejudicada, o direito de se ressarcir dos prejuízos sofridos através das vias judiciais cabíveis.

12.2. Todos os casos acima indicados, que não envolverem prejuízo financeiro concreto ao CONTRATANTE, ensejarão ao CONTRATADO a pena de advertência. Na primeira reiteração de conduta será aplicada a pena de advertência ou multa de até 10% do valor mensal do contrato. Da segunda reiteração de conduta em diante, poderá ser aplicada multa de 20% do valor mensal do contrato até o limite de 10% do valor global do contrato, com rescisão do contrato.

12.3. Quando a conduta do CONTRATADO, dentre as mencionadas acima, causar prejuízo real e imediato ao CONTRATANTE, aquele estará sujeito à possibilidade de multa, conforme item anterior, desde a primeira falta.

12.4. Para fins de reincidência, as punições anteriores serão consideradas válidas pelo prazo de um ano após sua aplicação. Encerrado esse prazo, deve-se zerar os antecedentes do CONTRATADO.

#### 13. FORO

13.1. As PARTES elegem o foro da Comarca de Ascurra/SC para dirimir qualquer pendência decorrente deste Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor.

Apiuna - SC, 02 de maio de 2016.

CONTRATANTE	CONTRATADO
Presidente da CIAPS	Fernando José Bonete

Testemunhas:

Nome: Fredy Richard Eichstaed  
CPF nº020.366.099-45

Nome: Camila Alessandra Costa  
CPF nº090.614.909-60

### 2016/005 - CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ALMOÇOS PARA PACIENTES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016/005 (FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO)

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.568.943/0001-95 com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, CEP. 89.135-000, Apiúna — SC, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado CIAPS, e de outro MARIA IRONE LORENZI ME, inscrito no CNPJ: 10.561.833/0001-85, neste ato representado pelo seu sócio Sra. Maria Irone Lorenzi, com CPF: 326.547.900-53, estabelecida na Rua Quintino Bocaiúva, 646, centro, Município de Apiúna/SC, CEP 89135-000, telefone: (47) 33531169, denominado CONTRATADA, que, ao final este subscreve, têm entre si justo e convenionado o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e do valor contratual.

1.1. CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO O FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO NO ALMOÇO (MARMITEX) E LANCHE AOS PACIENTES DO CIAPS PARA O EXERCÍCIO DE 2016, nas quantidades e conforme discriminado abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição dos produtos	Valor Unitário	Valor Total
1	2680	Unid.	Sanduíche (pão francês com margarina, presunto e queijo)	R\$ 2,00	5.360,00
2	871	Unid.	Marmita (acompanha arroz, feijão, macarrão com molho, aipim, polenta, e dois tipos de carne) 750g	R\$ 10,00	8.710,00
3	134	Unid.	Café (4 litros)	R\$ 10,00	1.340,00
4	2680	Unid.	Açúcar para café/suco	cortesia	

TOTAL GERAL R\$ 15.410,00 CLÁUSULA SEGUNDA – Da Dotação Orçamentária.

2.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CIAPS:

Código Dotação	Descrição
06	CIAPS
06.001	Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial
08.301.0011.2001	Manutenção de Atividades de Saúde Mental
3339000000	Aplicações Diretas
1000.115	Recursos Ordinários CIAPS Manut

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Vigência.

3.1. O presente contrato terá vigência a partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2016, podendo ser alterado caso haja interesse entre as partes, observado o disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2. O início do fornecimento deverá ocorrer imediatamente após a assinatura deste contrato, sendo executado de forma gradativa durante sua vigência, conforme as necessidades do CIAPS.

CLÁUSULA QUARTA – Do Fornecedor

4.1. A CONTRATADA compromete-se a fornecer alimentação somente aos pacientes devidamente identificados/cadastrados pelo CIAPS.

4.2. A alimentação será fornecida diariamente, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 12:00 as 14:00 hs.

4.3. Compreende o fornecimento de alimentação, constante de cardápio pré-programado pela CONTRATADA, a ser definido antecipadamente.

4.4. As refeições deverão ser de primeira qualidade e devidamente acondicionadas, a fim de evitar estragos que possam comprometer a qualidade do produto e seu consumo.

4.5. Caso as refeições não correspondam às especificações estabelecidas ou não apresente boa qualidade, as mesmas serão objeto de recusa formal, devendo ser substituídas imediatamente, sem qualquer ônus adicional ao CIAPS, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades cabíveis.

4.6. A CONTRATADA responsabiliza-se por todas as despesas com entrega, bem como mão-de-obra, embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem no fornecimento.

4.7. Por ocasião da entrega, a CONTRATADA deverá colher no respectivo comprovante: a data, o nome, o cargo e a assinatura do servidor da área competente responsável pelo recebimento;

4.8. A quantidade a ser entregue poderá variar conforme as necessidades do CIAPS, especificada na requisição/autorização de entrega.

CLÁUSULA QUINTA – Das Condições de Pagamento

5.1. As despesas decorrentes deste contrato serão pagas mensalmente, a partir do 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do fornecimento do objeto, através do Departamento Financeiro/Contábil do CIAPS, após a apresentação pela CONTRATADA dos documentos comprobatórios do fornecimento de que trata a cláusula quarta deste contrato e respectiva Nota Fiscal, devidamente atestados e entregues a esta até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês.

5.2. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

CLÁUSULA SEXTA – Obrigações da CONTRATADA

6.1. Compete a CONTRATADA:

I. Executar o fornecimento do objeto do presente contrato em perfeita harmonia e em concordância com as especificações estabelecidas, e ainda, de acordo com as necessidades do CIAPS;

II. Responder pelos danos causados diretamente ao CIAPS ou a terceiros, quando do fornecimento das refeições, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento realizado pelos órgãos de controle ou diretamente pelo CIAPS;

III. Não delegar ou transferir a execução do contrato a terceiros, sem prévia anuência do CIAPS;

IV. Comunicar ao CIAPS quando verificar condições inadequadas para o fornecimento das refeições ou a iminência de fatos possam prejudicar a sua execução;

V. Responsabilizar-se integralmente por prejuízos decorrentes de atrasos no fornecimento, por erros seus ou de terceiros na execução do contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Obrigações do CIAPS

##### 7.1. Constitui obrigação do CIAPS:

I. Cumprir pontualmente com todas as obrigações financeiras para com a CONTRATADA;

II. Prestar à CONTRATADA todas as informações e os esclarecimentos necessários para a realização do objeto contratual;

III. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

IV. Fiscalizar e inspecionar o fornecimento do objeto deste instrumento, podendo sustar, recusar ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer entrega em desacordo com o contrato. Caso isso ocorra, o pagamento ficará suspenso até que seja atendido o objeto solicitado, não havendo prejuízo das sanções aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Rescisão

8.1. Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante a execução contratual.

c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos alimentos servidos pela CONTRATADA.

d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CIAPS.

e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em prestar os fornecimentos a que se obrigou por força deste instrumento.

f) Por ato unilateral do CIAPS, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão.

#### CLÁUSULA NONA – Das Penalidades

9.1. Pela inexecução total ou parcial do presente contrato, o CIAPS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as penalidades de advertência e multa, além da responsabilidade civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto nos arts. 86 a 88, da Lei no 8.666/93 e suas alterações, os Princípios do Direito Administrativo e Constitucional e os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as Disposições do Direito Privado.

9.2. Em caso algum o CIAPS pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, oriundos de contrato entre as mesmas e seus empregados, prepostos ou terceiros.

9.3. A CONTRATADA se responsabiliza a indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados a pessoas, bens ou equipamentos, desde que comprovados, pela execução inadequada do fornecimento, ficando o CIAPS autorizado a descontar o valor correspondente dos pagamentos devidos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Das Despesas de Celebração

10.1. As despesas relativas à celebração deste contrato correrão a expensas da CONTRATADA, excetuando-se a publicação, que será providenciada pelo CIAPS.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do Foro

11.1. As partes elegem o foro da Comarca de Ascurra (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e

para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Apiuna (SC), 02 de Maio de 2016.

CIAPS	CONTRATADA
Nicanor Morro - Presidente	Maria Irone Lorenzi ME

Testemunhas:

Nome: Fredy Richard Eichstaed	Nome: Cristiane Lorenzi
CPF nº 020.366.099-45	CPF nº 067.971.269-08

---

## CIRSURES

---

### **ALTERAÇÃO DE EDITAL II ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DE 2016**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – CIRSURES

(COCAL DO SUL, LAURO MULHER, MORRO DA FUMAÇA, ORLEANS, SIDERÓPOLIS, TREVISÓ E URUSSANGA)

ESTADO DE SANTA CATARINA

ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA II ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

O Presidente do Cirsures e Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e poderes, com base nos termos do estatuto, faz reconvocação de todos os prefeitos consorciados e altera a data da assembleia geral ordinária, para o DIA 06 DE JUNHO DE 2016, ÀS 14:00 HORAS, na sede do Consórcio Cirsures, localizada na Rua Vidal Ramos nº170 sala 11, Centro - Urussanga – SC, para deliberar sobre os seguintes temas, sendo acrescido mais um tema na pauta da reunião:

- I - Situação Financeira atual;
- II - Aprovação de resoluções;
- III - Assuntos Gerais.

Urussanga (SC), 30 de maio 2016.

João Réus Rossi

Prefeito de Treviso

Presidente do Cirsures